



O CONCEITO DE LOGÍSTICA DE CLAUSEWITZ E SEU TESTE PELA ANÁLISE
CRÍTICA DA CAMPANHA DE 1777 EM SARATOGA.

Érico Esteves Duarte

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Engenharia de Produção,
COPPE, da Universidade Federal do Rio de
Janeiro, como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Doutor em Engenharia de
Produção.

Orientador: Prof. Domício Proença Júnior.

Rio de Janeiro

Novembro de 2009

O CONCEITO DE LOGÍSTICA DE CLAUSEWITZ E SEU TESTE PELA ANÁLISE
CRÍTICA DA CAMPANHA DE 1777 EM SARATOGA.

Érico Esteves Duarte

TESE SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO ALBERTO LUIZ
COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DE ENGENHARIA (COPPE) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS
REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM
CIÊNCIAS EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

Aprovada por:

Prof. Domício Proença Júnior, D.Sc.

Prof. Roberto dos Santos Bartholo Junior, Dr.

Prof. Marcelo Firpo de Souza Porto, D.Sc.

Prof. Eugenio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa, D.Sc.

Prof. Marco Aurélio Chaves Cepik, Ph.D.

Rio de Janeiro, RJ – Brasil

NOVEMBRO DE 2009

Duarte, Érico Esteves

O Conceito de Logística de Clausewitz e seu Teste pela
Análise Crítica da Campanha de 1777 em Saratoga/ Érico
Esteves Duarte. - [Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2009.

XV, 461 p.: il.; 29,7cm

Orientador: Domício Proença Júnior

Tese (doutorado) - UFRJ/ COPPE/ Programa de
Engenharia de Produção, 2009.

Referências Bibliográficas: p. 438-448.

1. Engenharia de Produção. 2. Estudos Estratégicos. 3.
Logística e Clausewitz.. I.Proença Júnior, Domício. II.
Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Programa
de Engenharia de Produção. III. Título.

*Em memória de minha mãe
Sônia Esteves.*

AGRADECIMENTOS

Minha trajetória foi estritamente acadêmica, no sentido que ela dependeu da solidariedade de professores, instituições e pessoal da academia brasileira e de outros países.

Agradeço primeiramente ao meu orientador, Professor Domício Proença Júnior. Sua dedicação, apoio e sabedoria foram insumos fundamentais para a consecução desta tese. Sem a autonomia e os conselhos delegados, o produto final obtido seria outro e, certamente inferior, ao apresentado aqui.

Em segundo lugar, devo fazer juz ao meu parceiro de trajetória doutoral, Tiago Cerqueira Campos, pelo companherismo, gentileza, prestação à ajuda e ao debate intelectual em seções de campeonato brasileiro regados a pão de queijo.

Devo agradecer aos demais colegas do Grupo de Estudos Estratégicos, os professores: Mauro Gomes do Instituto Militar de Engenharia, Marco Cepik da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Eugenio Diniz da Universidade Católica de Minas Gerais. Eles deram apoios pontuais em momentos distintos mas importantes e devem ser mencionados.

Existiu uma segunda gama de professores, que em correspondência acadêmica, dipuseram-se a interagir com meus entendimentos sobre Clausewitz e que foram solidários com meus esforços.

Destes, devo mencionar com destaque a supresa de ter contado com o benefício da solidariedade do Professor Peter Paret do *Institute for Advanced Studies*, Princeton. Ele leu e comentou todos os textos encaminhados por mim e sua intervenção foi relevante na discussão sobre Espinosa e Clausewitz e a propriedade da Teoria dos Enfrentamentos. Suas correspondências foram sempre as mais humildes, atenciosas e eruditas, e que vão sempre me servir de exemplo.

Outros professores clausewitzianos foram solícitos e atenderam a todas as indagações encaminhadas por mim: Daniel Moran do *Naval Postgraduate School*, Andreas Herberg-Rothe da Universidade de Berlim, Christopher Bassford do *National War College* e Antulio Echevarria II do *Institute of*

Strategic Studies, Leavenworth, e John Haldon da Universidade de Princeton.

Preciso ainda fazer referência importante a equipe de secretariado do Programa de Engenharia de Produção que foram capazes de articular todas as instâncias administrativas de meu doutorado de maneira profissional e bem-humorada. Agradeço a Maria de Fátima Santiago, Claudete Barbosa Lima e Roberta de Mattos Arruda.

Por fim, agradeço ao CNPq pela bolsa de doutorado, sem a qual meu doutorado seria impossível.

Resumo da Tese apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Ciências (D. Sc.)

O CONCEITO DE LOGÍSTICA DE CLAUSEWITZ E SEU TESTE PELA ANÁLISE
CRÍTICA DA CAMPANHA DE 1777 EM SARATOGA.

Érico Esteves Duarte

Novembro / 2009

Orientador: Domício Proença Júnior

Programa: Engenharia de Produção

A contribuição desta tese é o enquadramento conceitual da logística a partir da Teoria da Guerra de Carl von Clausewitz. Seu conteúdo distintivo é a definição da logística como um conceito analítico que visa dar insumos para a consideração das atividades preparatórias da arte da guerra - criação, movimentação, posicionamento e manutenção das forças combatentes - para o uso destas forças na conduta da guerra. Seu recorte é unicamente o do ponto de vista do enfrentamento. Esta contribuição tem como consequência o provimento de um arcabouço cientificamente corroborado para a vinculação, classificação e avaliação da ampla gama de aspectos técnicos, econômicos e sociais das diversas atividades que são necessárias ou podem vir a servir aos enfrentamentos. Uma segunda contribuição desta tese é a recuperação e expansão do método de análise crítica (*Kritik*). A fim de se verificar o conceito de logística, houve a produção de excedente empírico corroborado pela aplicação da proposta em articulação com a Teoria da Guerra no estudo da Campanha de 1777 em Saratoga da Guerra Revolucionária de Independência dos Estados Unidos da América.

Abstract of Thesis presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Science (D.Sc.)

THE CONCEPT OF LOGISTICS FROM CLAUSEWITZ AND ITS TEST THROUGH
THE CRITICAL ANALYSIS OF THE CAMPAIGN OF 1777 IN SARATOGA

Érico Esteves Duarte

November / 2009

Advisor: Domício Proença Júnior

Department: Production Engineering

This thesis contribution is the conceptual setting of logistics from Carl Von Clausewitz's Theory of War. The distinctive content is the definition of logistics as an analytical concept to foster the consideration of the preparatory activities of the art of war - creation, movement, positioning and maintenance of fighting forces – for the using of these forces in the conduct of war. Its approach is solely from the point of view of engagement. This contribution offers a scientific background for the articulation, classification and evaluation of the wide scope of technical, economic and social aspects of the several necessary activities that serve or may come to serve the engagements. A second contribution is the recovery and expansion of the method of critical analysis (*Kritik*). In order to verify the concept of logistics, the thesis produced corroborated empirical excess by submitting the proposal in articulation with the Theory of War in the study of the Campaign of 1777 in Saratoga of the Revolutionary War of Independence of United States of America.

PARTE I: A CONCEITUAÇÃO DA LOGÍSTICA PELA TEORIA DA GUERRA DE CLAUSEWITZ.	1
Introdução: Marco Teórico, Contribuições e Resultados da Tese.	1
1. PROBLEMA: A CONCEITUAÇÃO DA LOGÍSTICA NA GUERRA.	8
1.1. A Guerra antes da Logística.	10
1.2. A Longa Sombra de Jomini.	21
1.3. A Proposta do Estudo da Logística segundo Jomini.	25
1.4. Uma Introdução a História Externa do Estudo da Logística.	44
2. TESE: O CONCEITO DE LOGÍSTICA A PARTIR DA TEORIA DA GUERRA.	57
2.1. A Definição de Logística.	58
2.2. As Categorias Logísticas de Atividades Preparatórias.	64
2.2.1. A Movimentação das Forças Combatentes.	67
2.2.2. O Posicionamento das Forças Combatentes.	73
2.2.3. A Manutenção das Forças Combatentes.	77
2.2.4. A Criação das Forças Combatentes.	81
2.2.5. O Enquadramento da Tecnologia.	93
2.3. A Verificação da Consistência do Conceito de Logística com a Teoria da Guerra.	101
2.4. A Verificação da Consistência Interna do Conceito de Logística segundo Lakatos.	114
2.5. Sumário do Conceito de Logística e sua Contribuição Original ao Conhecimento.	117
3. MÉTODO: A ANÁLISE CRÍTICA (<i>KRITIK</i>).	127
3.1. O Compromisso Epistemológico de Clausewitz.	131
3.2. A Proposta de Análise Crítica (<i>Kritik</i>) de Clausewitz.	138
3.3. Os Estudos Críticos de Clausewitz.	152
3.4. A Historiografia da Arte da Guerra: Delbrück e Quigley.	165

3.5. A Aplicação da Análise Crítica na Verificação Exploratória da Utilidade do Conceito de Logística.	186
BIBLIOGRAFIA CITADA DA PARTE I.	192
PARTE II: TESTE EMPÍRICO DO CONCEITO DE LOGÍSTICA A PARTIR DA ANÁLISE CRÍTICA DE CLAUSEWITZ.	202
Preliminar: Plano, Execução e Resultados do Estudo de Caso.	202
4. A ANÁLISE CRÍTICA DA CAMPANHA DE 1777 EM SARATOGA.	208
4.1. Contexto Histórico da Campanha de Saratoga.	211
4.1.1. Antecedentes.	212
4.1.2. Números das Forças Britânicas entre 1775 e 1777.	225
4.1.3. Números das Forças Norte-Americanas entre 1775 e 1777.	233
4.1.4. Os Números Relativos das Forças Combatentes para a Campanha de 1777.	237
4.1.5. John Burgoyne e os Comandantes Britânicos.	239
4.1.6. Phillip Shuyler, Horatio Gates e os Comandantes Norte-Americanos.	245
4.2. Análise dos Fins	250
4.2.1. Análise das Condições Políticas.	251
4.2.2. Análise das Possibilidades da Ofensiva Estratégica Britânica.	256
4.2.3. Análise das Condições Logísticas das Forças Britânicas.	264
4.2.4. Análise das Possibilidades da Defensiva Estratégica Norte-Americana.	281
4.2.5. Análise das Condições Logísticas das Forças Combatentes Norte-Americanas.	284
4.2.6. Avaliação Parcial da Revolução Americana.	299
4.2.6.1. Avaliação Parcial da Condução Britânica da Guerra.	299
4.2.6.2. Avaliação Parcial da Condução Norte-Americana da Guerra.	307
4.3. Análise dos Meios.	314
4.3.1. O Contexto da Campanha de 1777.	315
4.3.2. Análise do Plano da Campanha Ofensiva de 1777.	317
4.3.3. Análise da Preparação Britânica para a Campanha Ofensiva.	334
4.3.4. Análise do Plano da Campanha Defensiva de 1777.	337
4.3.5. Análise da Preparação Norte-Americana para a Campanha Defensiva.	345

4.3.6.	Análise das Conduas de Campanha Ofensiva e Defensiva de 1777 em Saratoga.	348
4.3.6.1.	Batalha de Ticonderoga, 5-6 de Julho de 1777.	348
4.3.6.2.	Batalha de Hubbartdon, 7 de Julho de 1777.	355
4.3.6.3.	Suspensão da ação, 8 de julho a 7 de Agosto de 1777.	360
4.3.6.4.	Sítio de Stanwix, 4 de Agosto e Batalha de Oriskany, 6 de Agosto de 1777.	368
4.3.6.5.	Batalha de Bennington, 16 de Agosto de 1777.	372
4.3.6.6.	Suspensão da Ação, 16 de Agosto a 18 de Setembro de 1777.	381
4.3.6.7.	Batalha de Freeman's Farm, 19 de Setembro de 1777.	387
4.3.6.8.	Suspensão da Ação, 20 de Setembro a 6 de Outubro de 1777.	399
4.3.6.9.	Batalha de Bemis Heights, 7 de outubro de 1777.	401
4.4.	Avaliação da Campanha de 1777 em Saratoga.	408
4.4.1.	Avaliação da Campanha Britânica de 1777.	411
4.4.2.	Crítica dos Comandantes Britânicos.	413
4.4.3.	Avaliação da Campanha Norte-americana de 1777.	417
4.4.4.	Crítica dos Comandantes Norte-Americanos.	419
4.4.5.	Avaliação do Estudo da Campanha de Saratoga pela Teoria da Guerra.	421
4.4.6.	Avaliação do Conceito de Logística.	423
	BIBLIOGRAFIA CITADA DA PARTE II.	425
	5. CONCLUSÃO.	429
	BIBLIOGRAFIA CITADA NA CONCLUSÃO.	437
	BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA.	439
	APÊNDICE I: TEXTOS ORIGINAIS DAS CITAÇÕES.	449

Índice de Ilustrações.

Ilustração 1: Recorte Metodológico a partir de Clausewitz, Delbrück e Quigley.
189

Ilustração 2: Distribuição e Formação de Igrejas nas 13 Colônias, 1660-1770.222

Índice de Mapas.

Mapa 1: Principais Campanhas da Guerra dos Sete Anos na América do Norte.	263
Mapa 2: Densidade Demográfica das 13 Colônias Americanas.	280
Mapa 3: Principais Estradas da América Revolucionária.	295
Mapa 4: Teatro de Operações Norte da Revolução Americana.	297
Mapa 5: Principais Batalhas da Campanha de 1776 nas Colônias Médias.	306
Mapa 6: Fortificações da América Colonial.	310
Mapa 7: Plano de Campanha de Burgoyne de 1777.	325
Mapa 8: A Captura de Forte Ticonderoga.	352
Mapa 9: Batalha de Hubbardton.	358
Mapa 10: Posicionamento e Movimento de Burgoyne entre Julho e Agosto de 1777.	366
Mapa 11. Sítio de Stanwix e Batalha de Oriskany.	371
Mapa 12: Batalha de Bennington.	378
Mapa 13: Pontos Críticos do Terreno de Saratoga para a Campanha Britânica.	386
Mapa 14: Campanha de Saratoga, Disposição Relativa das Forças Combatentes.	394
Mapa 15: Batalha de Bemis Heights.	402
Mapa 16: Encerramento da Batalha de Bemis Heights.	406

Índice de Tabelas.

Tabela 1: Evolução de Casos de Quebra da Ordem Pública nas 13 Colônias Americanas por Década, 1640-1775.	219
Tabela 2: Número e Disposição do Exército Britânico em 1775.	226
Tabela 3: Forças Britânicas na América em 1775.	227
Tabela 4: Forças Britânicas Deslocadas à América entre 1775 e 1777.	229
Tabela 5: Forças Alemãs Deslocadas para América entre 1776 e 1777.	230
Tabela 6: Total Consolidado de Forças Britânicas Deslocadas até 1777.	231
Tabela 7: Composição e Número da Marinha Britânica em 1775.	232
Tabela 8: Números de Britânicos ao Início da Campanha de Saratoga, 1 de Julho de 1777.	237
Tabela 9: Ordem de Batalha Norte-Americana em 19 de Setembro de 1777.	389
Tabela 10: Números e Perdas Relativas da Campanha de Saratoga.	410

Índice de Gráficos.

Gráfico 1: Alistamento por Ano e Região em Massachusetts, 1775-1780. 235

PARTE I: A CONCEITUAÇÃO DA LOGÍSTICA PELA TEORIA DA GUERRA DE CLAUSEWITZ.

INTRODUÇÃO: MARCO TEÓRICO, CONTRIBUIÇÕES E RESULTADOS DA TESE.

O cerne teórico da proposta de conceituação da logística a partir da Teoria da Guerra de Clausewitz foi desenvolvido conjuntamente com meu orientador, Professor Domício Proença Júnior, no início da minha trajetória doutoral. Seu resultado foi publicado no *Journal of Strategic Studies* (PROENÇA JÚNIOR & DUARTE, 2005). Desde então, a pesquisa do conceito de logística evoluiu com o benefício de diversas atividades coletivas e trabalhos do Grupo de Estudos Estratégicos da COPPE/UFRJ. Existem, portanto, diversos cruzamentos com entendimentos de outros membros do grupo e suas obras, bem como existiram nesse período outros produtos auxiliares em que tive co-autoria e que foram aproveitados por mim em partes da presente tese. As referências a esses entendimentos e ainda àqueles que são atualizações destes são presentes ao longo do texto.

A presente tese enquadra a logística a partir da Teoria da Guerra de Carl von Clausewitz. Ela supera a condição existente de estudo da logística e avança o Programa de Pesquisa Científico Clausewitziano proposto por DINIZ (2002). Essas contribuições são fundamentadas em proposições conceituais de maior consistência interna e poder explanatório da realidade e na atualização da metodologia de estudo da guerra da análise crítica (*Kritik*). A corroboração empírica e a articulação do conceito de logística como parte do instrumental analítico da Teoria da Guerra são comprovadas no estudo da Campanha de 1777 em Saratoga.

A importância dessa proposta advém da condição de fragilidade conceitual que define a natureza e o escopo da logística na guerra (FALK, 1986, pp. 1-10;

FOXTOM, 1994, pp. xi-xxviii; MACKINTOSH, 1951, pp. 21-29). A pesquisa acadêmica em logística tem sido dominada por uma perspectiva que pode ser compreendida como herdada de Henri-Antoine JOMINI (1971, originalmente 1862) e pouco alterada desde o século 19, em que se tem o registro continuamente sensível, contextual e emendado da logística.

Essa herança comum explica em grande parte porque desde então não exista a produção de um conceito de logística que demarque adequadamente o seu conteúdo. As propostas de enquadramento também não ofereceram ou falharam em oferecer um arcabouço analítico de variáveis, constantes e relacionamentos¹.

Como resultado, elas falharam em apontar relacionamentos de causa-efeito no que concernem considerações propriamente logísticas, e no que concernem os relacionamentos entre considerações logísticas e considerações sobre as

¹ A literatura de conceituação da logística é extremamente limitada. Encontraram-se oito referências de livros que trataram da questão (THORPE 1986, originalmente 1917; ECCLES 1956; CREVELD 1977; JONES 1987; Macksey 1990; THOMPSON 1991; TUTTLE JR. 2005; KRESS 2006). Não existem teses sobre o assunto. Existiu algum esforço por Potvin (1996) de sistematização dos princípios da logística para sua aplicação no estudo das deficiências da integração das forças armadas canadenses. Foram compulsados 200 artigos que desenvolveram algum aspecto logístico em periódicos acadêmicos, porém apenas PREBILIC (2006) em *Theoretical Aspects of Military Logistics* se propôs a confrontar o problema. A consideração desses estudos é presente na seção 1.3. Existem ainda dois acervos com esforços em tratar da logística mais amplamente. O *Air Force Journal of Logistics* e a *Marine Corps Gazette* são publicações de profissionais militares dos Estados Unidos com o objetivo de acumular experiências e reflexões. No primeiro caso, restrito a oficiais de intendência e trata especificamente de logística, enquanto o segundo é um fórum mais amplo e soma aspectos combatentes. Por essas diferenças, o primeiro tem uma preocupação mais focada por definições (por exemplo, MOORE, 2002; RAINEY & YOUNG, 2005), enquanto o segundo oferece melhores textos na articulação entre atividades preparatórias e combatentes (por exemplo, LOTT & DAVIS, 2002; BLACKLEDGE, 2003; DUNN, 2004). Porém, nenhum deles ambiciona contribuições acadêmicas e possuem limitações, especialmente ao nivelar categorias teóricas, doutrinárias, históricas e de experiências vivenciadas. Constatou-se apenas uma única referência que cruzou “Clausewitz” a “logística”: a tese de CHORIN (2000) que fez alusão ao conceito de atrito da Teoria da Guerra para ilustrar os problemas de infraestrutura da República do Yemem.

atividades combatentes da guerra. O ponto de partida da pesquisa foi que os parâmetros do estudo da logística eram limitados praticamente àqueles estabelecidos por Jomini: a atividade de suprimento e “a execução dos empreendimentos estratégicos e táticos” (JOMINI, 1971, p. 62). A conclusão inicial que orientou a contribuição doutoral era que o avanço do estudo da logística prescindia a superação integral das proposições conceituais de Jomini.

O resultado mais crítico disso do ponto de vista acadêmico era que a consideração da logística como uma temática relevante para o campo dos Estudos Estratégicos se encontrava estreita e pontual. O recorte da literatura que trata estritamente da logística vem sofrendo de um paradoxo: ela é amplamente reconhecida como importante, e mesmo onipresente como um termo nativo do campo dos Estudos Estratégicos, mas seu desenvolvimento conceitual não vai além disso. Os melhores exemplos dessa afirmação são a compilação bibliográfica em logística de SHRADER (1992) e a coletânea de autores renomados organizada por LYNN (2003). Tacitamente, a definição da logística vinha sendo apresentada como uma questão dada (FULLER 1945; BRODIE e BRODIE 1962; HUSTON 1966; HOWARD 1979, BACHRACH 1999; CREVELD 1977; ENGELS 1978; MACNEILL 1982; JONES 1987; ROTH 1998; HOWARD 2004).

Essa é uma condição insatisfatória, mas que é precisamente aquela deixada por Jomini, um ramo da guerra que é auto-suficiente, de maneira que os diversos autores que o seguiram fizeram emendas mais amplas ou mais estreitas, conforme lhes convieram. Enquanto que o exercício militar propriamente dito veio sendo sujeito às idiossincrasias da experiência individual dos oficiais responsáveis, das instituições militares e de suas doutrinas, recorrendo a toda sorte de solução *proxy* e *ad hoc* que se ofereceu, inclusive aquelas dadas pela própria academia.

Argumenta-se aqui que existe na contribuição de Clausewitz o arcabouço suficiente que sustente um conceito de logística proposto a partir da Teoria da Guerra (CLAUSEWITZ, 1984, originalmente 1832). Esse conceito estabelece o papel da logística na relação com a conduta da guerra, estabelecendo os relacionamentos de causa e efeito entre considerações logísticas, políticas, táticas e estratégicas na guerra. Confere, portanto, um instrumental analítico

que é integrado aos propósitos analíticos e pedagógicos da análise crítica, permitindo o estudo e avanço da compreensão de todas as atividades preparatórias da Arte da Guerra (*Kriegskunst*) - criação, movimentação, posicionamento e manutenção das forças combatentes - para que essas forças possam ser tomadas como dadas para a Conduta da Guerra (*Kriegsführung*). A partir da epistemologia da Teoria da Guerra, isso significa que o conceito de logística combina a capacidade de educar o juízo do analista e do comandante sobre as atividades preparatórias da guerra e de investigar seus efeitos na sua conduta. Isso envolve o reconhecimento que o conceito de logística é integral à Teoria da Guerra, possuindo o mesmo status dos outros termos dessa teoria e passível de ser empregado combinadamente a todos eles.

A abordagem da Teoria da Guerra de Clausewitz utilizada aqui é particular do Grupo de Estudos Estratégicos (GEE) da COPPE/UFRJ e distinta de outras existentes (ARON, 1986, 1986; HOWARD, 1983; HOWARD, 1984; BASSFORD, 1994; HANDEL, 1996; CREVELD, 1997; GAT, 2001). Em grande parte tal abordagem original ainda não publicada e as discordâncias com as interpretações 'tradicionais' de Clausewitz são oportunamente apresentadas ao longo do texto (com destaque para HOWARD, 1983; ARON, 1986; GAT, 2001).

Uma qualificação necessária para embasar a proposta do conceito de logística é definir os critérios de demarcação científica, externos à Teoria da Guerra, para inferência das qualidades e limites desta proposta. Adere-se aqui à aplicação dos critérios de demarcação de cientificidade de Lakatos (LAKATOS, 1970, 1978, 1999). A discussão original da aplicação desse enquadramento epistemológico à Teoria da Guerra de Clausewitz é feita em DINIZ (2002, pp. 130-142). Um desdobramento com conseqüências bastante similares ao aqui proposto é empreendido em CAMPOS (2005, pp. 5-8).

De acordo com Lakatos, o foco de preocupação e orientação da ação dos cientistas, o progresso da ciência, é contido nos programas de pesquisa científica. Esses são atividades coletivas de inquérito que buscam o estabelecimento de uma dada teoria como arcabouço para explicação de uma série de eventos. Ainda que a ciência ela mesma possa ser descrita como um programa de pesquisa científica, existem tantos programas quanto existam teorias. Cada programa de pesquisa científica é uma empreitada histórica

concreta. Versões concorrentes da teoria competem entre si integrando resultados explicativos e preditivos com problemas empíricos, portanto constantemente desafiando sua falseabilidade.

O critério normativo de Lakatos torna possível comparar diferentes teorias em termos de suas capacidades de apresentar conteúdos empíricos excedentes. Esses incluem a explicação de fatos, mas também a incorporação de novos fatos descobertos. Programas de pesquisa científica competem em termos de suas capacidades de exceder as outras em conteúdo empírico sobre um fenômeno ou uma série deles. O contraste entre a capacidade de programas rivais em explicar e descobrir novos fatos constitui o mecanismo na comparação e comprovação do valor relativo entre eles.

Esse enquadramento epistemológico demanda a inferência da presente tese em concordância com os seguintes requerimentos.

Primeiro, apresentar o problema em questão, ou seja, qual a deficiência existente no campo dos Estudos Estratégicos e afins em que as definições de logística em uso sejam desqualificadas ou insuficientes. Argumenta-se que conceituação da logística por uma nova definição e uma nova perspectiva envolve a divergência com toda uma literatura dos Estudos Estratégicos. A própria possibilidade de comunicação da proposta demanda a confrontação com o uso corrente do termo desde sua criação por Jomini. Existe um “senso comum” que o termo “logística” sempre fez parte da terminologia do pensamento estratégico ocidental. Na verdade, a palavra foi inventada emancipada e ausente de um arcabouço teórico consistente e falsificável. Isso repercute na condição em que as fragilidades de sua utilidade conceitual são parte de sua concepção. O avanço do estudo da logística exige o esvaziamento desse conteúdo corrente, substituindo-o por um conceito alternativo capaz de prover entendimentos mais claros e distintos.

O atendimento desse primeiro requerimento repercute na revisão da bibliografia e na introdução dos argumentos que defendem a superioridade do conceito de logística proposto aqui sobre os alternativos. Avança-se que a presente proposta possui dois atributos de contribuição original ao conhecimento no campo dos Estudos Estratégicos.

Por um lado, ela possui a propriedade de contribuir numa agenda particular de progresso científico. A partir do enquadramento da epistemologia de Lakatos, isso significa que o conceito de logística possui o potencial de delimitar as condições ideais nas quais a Teoria da Guerra é mais bem empregada. É capaz ainda de apontar uma série de esquemas metodológicos a serem aplicados, questões transversais a serem tratadas, bases empíricas a serem acessadas, enfim, um prognóstico da logística como horizonte de pesquisa. Atribui-se ao conceito de logística, portanto, a qualidade de "cinturão protetor" e de prover "heurística positiva", o que reforça a proposta de DINIZ (2002) da Teoria da Guerra como um programa de pesquisa científica.

Por outro lado, o seu potencial analítico trans-histórico. Isso significa que logística é uma categoria analítica capaz de lidar com qualquer recorte da História da Guerra e prover corroboração empírica. Independente de quais sejam os contextos ecológicos, econômicos, políticos e técnicos que se delimite, o conceito de logística possui o potencial de enquadrar esses aspectos do ponto de vista do uso das forças combatentes na conduta da guerra. Isso confere uma capacidade singular de enquadrar a realidade, subordinando-a a uma abordagem conceitual particular e capaz de auferir inquéritos científicos a partir daí.

O segundo requerimento envolve a apresentação de critérios inequívocos de inferência da compatibilidade plena do conceito de logística como parte constituinte da Teoria da Guerra. Adicionalmente, essa mesma verificação serve na argumentação que defende o conceito de logística como uma proposta com potencial para afirmação e avanço da Teoria da Guerra de Clausewitz como um programa de pesquisa científico segundo os critérios de demarcação epistemológica de Lakatos. Nesse sentido, argumenta-se que o conceito de logística serve de critério na revisão de partes inconsistentes da apresentação da Teoria da Guerra no *Da Guerra* e de outros documentos de sua autoria. Afere-se esse atributo de critério de enquadramento nos documentos de apêndice da versão original do *Vom Kriege* relacionados ao estudo do enfrentamento (CLAUSEWITZ, 1980) e nos estudos históricos das campanhas de 1812, 1814, 1796 e 1815 (CLAUSEWITZ, 1995, 1993, 1999, 1992).

O terceiro requerimento é a corroboração empírica e teste do conceito de logística com a Teoria da Guerra. Tais inferências são conduzidas pelo método clausewitziano de desenvolvimento de conceitos mediante sua confrontação com a realidade: a análise crítica (*Kritik*). O estudo de caso é a Campanha de 1777 em Saratoga da guerra revolucionária da independência dos Estados Unidos. Esse conteúdo é estruturado da seguinte maneira:

A apresentação do problema do estudo da logística na guerra e de suas conseqüências na literatura é efetuada no capítulo 1, seguinte ao presente. A proposta de introdução de novo conteúdo conceitual ao termo logística a partir da Teoria da Guerra e as verificações de consistência interna desta proposta são desenvolvidas no capítulo 2. O enquadramento do método de análise crítica e a prescrição do seu uso em testes empíricos compõem o capítulo 3. A análise crítica da Campanha de 1777 em Saratoga é o capítulo 4. A tese é encerrada com conclusões finais no capítulo 5.

A proposta por uma nova definição de logística e por uma nova perspectiva do seu estudo desdobra na divergência com toda uma vertente da literatura dos Estudos Estratégicos. O capítulo 1 a seguir traça um panorama do desenvolvimento do estudo da logística desde os primeiros esforços de enquadramento da guerra pelo pensamento estratégico ocidental até as fragilidades e limites de sua condição atual.

1. PROBLEMA: A CONCEITUAÇÃO DA LOGÍSTICA NA GUERRA.

É necessário confrontar o senso comum que acompanha o estudo da logística desde sua criação por Jomini. Não é surpreendente que a definição de Jomini seja aquela existente nos dicionários, reproduzindo seu entendimento que logística seja, de muitas maneiras, sinônimo das atividades do comandante de intendência. Por exemplo, o *Webster's Revised Unabridged Dictionary* define logística como “o ramo da arte militar que abarca os detalhes do movimento e suprimentos dos exércitos”. O significado da palavra é adicionado de “estratégia” por alguns autores, citando a definição etimológica de Charles Scott de 1880. Um acesso a uma fonte mais ampla de bases etimológicas aponta expressamente a origem da palavra a 1878 e como sendo o conjunto de atividades do *Quartermaster*, no mundo anglo-saxão, ou do *Maréchal-de-Logis*, no caso de exército francês, que foi a fonte da observação de Jomini que deu origem ao termo “*logís-tica*” (SCOTT, 1937; HARPER, 2001).

Por isso, apenas a revisão do estado da literatura sobre logística não é suficiente para a qualificação do problema, pois o atual estado da literatura é consequência de uma tradição mais antiga e que demanda, previamente, uma apreciação mais aprofundada. Esta leva à reconstrução da origem do termo. Diferente do que se possa afirmar, “logística” foi uma concepção de Jomini distintiva do pensamento estratégico anterior e determinante nos constrangimentos dos estudos que se seguiram após a sua obra. O método de abordagem do problema segue aplicando as categorias epistemológicas de LAKATOS (1978) de história interna – a evolução das proposições teóricas – e de história externa – as influências dos contextos históricos sobre os pensadores e seus trabalhos.

O desenvolvimento do problema desta tese – a condição de inconsistência e insuficiência no estudo da logística – envolve quatro percursos de revisão que correspondem às quatro seções do capítulo.

As três primeiras seções reconstroem a história interna do estudo da logística. Primeiro, realiza-se uma narrativa particular do pensamento estratégico moderno, através da qual remonta ao desenvolvimento das definições da tática e

estratégica, e quando o termo “logística” era desconhecido. Segundo, essa narrativa de história desenvolve a herança de Jomini na conformação desse desenvolvimento anterior adicionando a proposição da logística. Terceiro, realiza-se a revisão da literatura sobre logística, apontando que se reproduziram as proposições inconsistentes de Jomini e outras anteriores que foram confrontadas por Clausewitz no início do século 19.

A terceira seção deste capítulo explana sobre os limites de se superar o arcabouço conceitual *ab initio* e sem a confrontação com a herança de Jomini através das resenhas de Henry ECCLES (1959) e Donald ENGELS (1978). Ela explica os limites dessas tentativas e a proposta que define o estágio atual do estudo da logística através da adesão pela continuidade da perspectiva jominiana por Martin van CREVELD (1977). Realiza-se a revisão da literatura mais atual e ampla sobre logística, apontando que a condição insatisfatória de seu estudo decorreu da reprodução sem contestação das proposições inconsistentes de Jomini e de obras anteriores que foram justamente aquelas confrontadas e superadas por Clausewitz no início do século 19.

Para explicação dessa trajetória, a inspeção apenas do conteúdo das obras sobre logística é inconclusiva. Existe a necessidade de complementar tal história interna com uma história externa do estudo da logística que explique a permanência de tais proposições com todas as suas deficiências. A quarta e última seção deste capítulo propõe uma explicação para a difusão do estudo da logística através das proposições conceituais de Jomini e a desqualificação da Teoria da Guerra de Clausewitz como um arcabouço superior para o estudo da logística.

1.1. *A GUERRA ANTES DA LOGÍSTICA*².

Empreende-se aqui uma narrativa particular do pensamento estratégico ocidental moderno quanto ao desenvolvimento das categorias de entendimento do fenômeno bélico. O objetivo é comprovar que, em termos da história das idéias, não existe precedência da palavra 'logística' antes de Jomini.

São necessárias quatro qualificações que determinam o recorte desta narrativa. O esforço aqui é a apresentação de uma narrativa que seja suficiente para tal comprovação, levando em conta às limitações e deficiências da história do pensamento estratégico.

A primeira qualificação refere-se ao recorte do pensamento ocidental. Não é do conhecimento do autor a sistematização do pensamento estratégico não-ocidental. Referências ao pensamento africano, asiático, persa e do Extremo Oriente são presente em poucas e limitadas antologias (CHALIAND, 1994, por exemplo). Considera-se que isso se deu menos por uma prevalência conceitual do pensamento estratégico dos países da Europa Ocidental sobre os demais, mas decorreu mais de sua superioridade no uso da força e supressão das alternativas em função de fatores ecológicos (DIAMOND, 1999), sociais (LANDES, 1996) e propriamente combatentes (DELBRÜCK, 1990a).

Adicionalmente, várias outras civilizações que foram relevantes para a História da Guerra e mesmo para o pensamento estratégico ocidental possuíram deficiências que não permitiram seu registro mais do que apenas parcial. Por exemplo, os vários grupos nômades como os Cítios e os Sarmatas foram fundamentais para as civilizações clássicas, principalmente os gregos no caso da primeira e os romanos no caso da segunda (QUIGLEY, 1983). Entretanto, essas sociedades nômades tiveram sua permanência nas fronteiras das civilizações clássicas encerrada pelo choque com outros grupos nômades mais fortes, no caso, os Armênios, Mongóis, Árabes e Turcos. Por isso, não houve o tempo

² Este capítulo beneficia-se das cadeiras Estudos Estratégicos I e Conhecimento, Poder e Ética ministradas, respectivamente, pelos professores Domício Proença Júnior e Roberto Bartholo Júnior ministradas na COPPE em 2005. Da mesma maneira, da cadeira Filosofia Política pelo professor Renato Lessa cursada no IUPERJ no ano de 2006.

necessário de sedenterização e os registros desses povos, que foram apenas indiretos.

Por exemplo, os próprios Mongóis possuíram uma prática da guerra bastante avançada e progressiva. Aprenderam e atualizaram seus métodos de combate e foram capazes de estabelecer um império mais prolongado que sociedades nômades anteriores. Porém, eles não tinham escrita e foram senhores sobre uma grande diversidade de sociedades em termos lingüísticos. De maneira que seu próprio registro de existência foi complexo e indireto (ver, por exemplo, John de Plano CARPINO, em CHALIAND, 1994, pp. 465-475). Os mongóis também não possuíram uma burocracia desenvolvida, reforçando a escassez de seu registro. Aliás, esse foi um dos elementos que constrangeu a sua perpetuação, inclusive de sucessores dos mongóis como Timur e Babur (QUIGLEY, 1983). A base de lealdade e autoridade desses povos foi basicamente pessoal e tradicional. Os documentos pessoais desses dois conquistadores, por exemplo, apenas narraram as memórias de suas campanhas de maior sucesso (CHALIAND, 1994, pp. 479-491, 491-500) de maneira similar aos manuais bélicos da Antiguidade de outras civilizações, como Sun Tzu, Vegetius e o imperador Maurício.

Mesmo civilizações nômades que se estabeleceram sedentárias e possuíram escrita, como a árabe e a turca, também tiveram o mesmo problema institucional e de registro. No caso dessas últimas, grande parte de seus registros remeteram ao Alcorão, justificando religiosamente a expansão mulçumana através da guerra contra a dissensão (ver Al-Muttaqi' AL-HINDI, séc. 5, e AL-BUKHARIA, séc. 9, em CHALIAND 1994, pp. 388-391, 391-392). Mas esses, como outros de que se tem registro, tentaram, na verdade, determinar as regras para a conduta da guerra pelos quais os povos mulçumanos deveriam se orientar e louvaram as batalhas importantes vencidas a Alá e Muhamed.

No entanto, esse último elemento marca uma segunda limitação do presente recorte, que é cultural. Existem registros, mas não sistematização o suficiente do pensamento chinês e persa que demonstra ser mais consolidado que os anteriores citados, mas que foram desenvolvidos dentro de valores e prescrições

éticos além da compreensão do autor. Sua análise requer uma contextualização necessária que vai além das ambições e limites do presente trabalho.

Uma terceira qualificação de recorte são os manuais bélicos da antiguidade, que não são considerados. Mas nesse caso, principalmente pela descrença ou desconhecimento pelo autor de trabalhos de sistematização realmente válidos. Além do estudo e análise empreendida por Delbrück, o autor não se sente satisfeito com os estudos contemporâneos sobre o pensamento estratégico clássico. Isto porque, em grande parte, esses estudos reproduzem desnecessariamente entendimentos de leituras medievais e neoclássicas e porque não existe um esforço de análise mais geral e evolucionária desse pensamento, além de sofrerem geralmente de etnocentrismo e cronocentrismo.

Um comentário final é a falta de referências sistematizadas do pensamento estratégico bizantino. Neste caso particular, pode-se afirmar que realmente houve um “pensamento” em termos de reflexão da guerra e palatável ao analista contemporâneo ocidental e que deveria estar incluído em uma narrativa do pensamento estratégico ocidental, o qual foi claramente influenciado. O pensamento bizantino foi sofisticado, reflexo de uma realidade social cosmopolita, urbana, burocratizada, mercantil e cristã. No entanto, o estudo do seu legado bélico é esparso e restrito a especialistas de cultura grega e medieval. O estudo dos bizantinos é hoje praticamente classificado como fora do pensamento ocidental. Poucos são os estudos que reconhecem sua importância e o incorporam (o melhor tratamento é o de QUIGLEY, 1983; mas se deve considerar JOXE, 1987; HINTZE, 1975a).

Tudo isso leva a conclusão que a reconstrução do pensamento estratégico moderno é ainda consideravelmente impressionista e qualquer narrativa é parcial e não definitiva. O acesso aos estudos originais é difícil e é valiosa a antologia de trechos dos textos originais de CHALIAND (1994), enquanto que as fontes secundárias também são bastante limitadas e, especialmente a de Gat, sujeita a vieses. Utiliza-se aqui: EARLE (1943), PARET (1986) e GAT (2001). Esses estudos permitem a inferência que segue sobre o termo logística no pensamento estratégico ocidental.

Muitos autores e dicionários, como o próprio *Webster*, insistem em conferir ao termo logística uma validade histórica ampla e anterior a Jomini, relacionado-o

ao grego *logistikē*, ou a arte de calcular (por exemplo, KRESS, 2006, p. 8; PREBILIC, 2006, p. 159). De fato, nunca existiu vinculação consistente de uma herança da logística da Antigüidade. Uma apreciação da arte da guerra no Império Romano Bizantino é particularmente interessante, pois ela converge as tradições latinas e gregas das civilizações clássicas. Nunca se registrou uma posição imperial que atendesse a algo próximo a esse termo. Os títulos para a preparação das condições necessárias para uma campanha, que articularam recursos das forças combatentes permanentes e das milícias foram: *kommerkiarioi* (inventário de armamentos), *metata* (provimento dos animais de carga e de cavalaria), *protonotarios* (provimento do trem de suprimentos), *doukatores* (trajeto de deslocamento) e *minsouratores* (posicionamento e organização dos acampamentos). O que mais se aproximou do entendimento usual de logística foi *logothesion*: o departamento central de registro e fiscalização de tudo que fosse de interesse ao Imperador, como o registro dos serviços contratados (inclusive os de guerreiros), a riqueza produzida pelas províncias e a lista de cobrança de impostos, por isso um termo muito além do aspecto meramente bélico (HALDON, 1999, pp. 106, 123-126, 154-155).

A real herança clássica para o pensamento estratégico moderno foi através da tradição bizantina de compilação, reflexão e registro de suas experiências e saberes para a posteridade sobre organização combatente, fortificações, abastecimento, importância da geografia, inteligência, diplomacia e mesmo do uso da religião cristã na defesa do Império. Essa foi uma responsabilidade comum dos imperadores bizantinos e seus generais para a perpetuação de suas dinastias (por exemplo, DENNIS, 1985; 2001). Conseqüentemente, os esforços de elaboração de uma ciência da guerra foram apoiados na derivação do entendimento de tática dos bizantinos. Originalmente, o termo “tática” teve o significado de organização e composição das forças combatentes, um sentido muito mais próximo do entendimento contemporâneo de logística (GAT, 2001, pp. 42-44). A definição de tática como associado à conduta das batalhas fez parte da trajetória de enquadramento teórico da guerra, que teve seu ápice e real definição como tal apenas com Clausewitz.

Uma inspeção do pensamento estratégico ocidental é possível a partir de Montecuccoli (1608-1681), sendo este o primeiro pensador estratégico

moderno. Foi o primeiro a ter concepção de ciência e a tentar enquadrar cientificamente à guerra. Tal empreitada foi conduzida através das principais influências filosóficas de seu tempo, dos clássicos Aristóteles, Cícero e Sêneca, passando por seu contemporâneo Bacon e sendo explícito nas suas influências de Maquiavel e Lipsius.

Portanto, discorda-se da classificação de Maquiavel (1469-1527) como o primeiro pensador estratégico moderno, feita por não menos que DELBRÜCK (1990b, pp. 101-116), e aceita com poucas ressalvas por outros (GILBERT, 1986). Maquiavel foi de fato um florentino que refletiu uma concepção moderna da realidade política, rompendo categoricamente com as proposições medievais. Entretanto, Maquiavel nunca escreveu ou mesmo se propôs a escrever tratados teóricos sobre a guerra ou mesmo política. Maquiavel foi extremamente influenciado por Aristóteles. Seguiu estritamente o pensamento deste e incorporou suas categorias do conhecimento. Entendia que o conhecimento político não seria parte da *epistemo*, por isso não poderia ser submetido a qualquer tentativa de contemplação teórica. O conhecimento político visaria à intervenção, por isso seria parte apenas da *práxis*, o conhecimento prático.

Assim, toda vez que Maquiavel direcionou-se a esse campo foi determinado por uma agenda política. Tanto em *O Príncipe*, como no *Arte da Guerra*, Maquiavel teve uma plataforma de ação, que ao fim e ao cabo ele acabou empreendendo executivamente. Mais especificamente no *Arte da Guerra*, existiu o adicional do tratamento da conduta da guerra, especialmente quanto a formatura e composição das armas com um certo atributo de *techné*, reproduzindo as soluções técnicas dos clássicos como soluções anacrônicas dentro do seu entendimento histórico todavia contemporâneo (MAQUIAVEL, 2008).

De qualquer maneira, o tratamento de Maquiavel no *Arte da Guerra* foi muito mais uma compilação e uma proposta do que uma investigação propriamente dita. Isso porque sua referência à obra de Vegetius foi, inclusive, uma má referência da experiência e prática bélica dos romanos. Vegetius viveu na virada do quarto para o quinto século cristão e se preocupou com a barbarização da força combatente romana e o franco declínio de seu desempenho, sugerindo a retomada da estrutura de milícias da Era Republicana, que foi a mesma cobrança de Maquiavel para a sua Itália do século 15. Conseqüentemente, tanto

um como outro não aprofundaram as condições de possibilidade sociais para tal força, sua viabilidade contemporânea e nem consideraram outras alternativas de organização combatente romanas, como a solução da Guarda Varagiana do Império Romano Bizantino, por exemplo (CHALIAND 1994, 201-220, 535-546).

A influência clássica em Montecuccoli foi destilada por um filtro peculiar a um contemporâneo de Hobbes (1588-1679), e distinto de um entendimento aristotélico ortodoxo como o de Maquiavel. Os dois primeiros entenderam que o conhecimento político – e sobre a experiência social em geral – pode ser teórico e prático. Assim, Montecuccoli tentou aplicar à guerra através de uma metodologia de contemplação de ambição equivalente à Filosofia Natural de seu tempo, corrompendo com os limites epistemológicos de Aristóteles. Basicamente, Montecuccoli empreendeu a tarefa de catalogação extensiva das práticas militares de seu tempo, para em seguida sistematizá-la em busca dos *universais* da guerra.

O pensamento de Montecuccoli foi resultado de uma hibridação própria entre a sua percepção do que seria ciência no século 17, a metodologia indutiva aristotélica resultante na *A Política*, que ele reproduziu, e o estilo do manual *Taktika* do imperador bizantino Leo VI (856-912), baseado em aforismas e conselhos pontuais na condução da guerra (comparar em CHALIAND, 1994, LEO VI, “Tactics”, pp. 356-375; e MONTECUCCOLI, “Military Considerations”, pp. 566-569). Portanto, ele se propôs a oferecer leis e sistemas universais de organização das forças combatentes que explicariam o sucesso de todas as campanhas passadas e futuras, amparados no caráter imutável da natureza humana (ROTHENBERG, 1986, p. 56).

Sua meta foi a catalogação enciclopédica das práticas militares de seu tempo, para em seguida sistematizá-las matematicamente em busca dos *universais* da guerra, o que ele confessou ao fim de sua vida como inviável (ROTHENBERG, 1986, p. 61). A partir desse ponto, ele re-enquadrou a guerra como uma arte: a arte da guerra (ROTHENBERG, 1986, p. 63). Essa alteração de enquadramento foi inspirada na *Poética* de Aristóteles e sugeriu que a guerra fizesse parte de uma categoria artística. Por isso, demandaria uma solução de enquadramento epistemológico distinto da *práxis* da política e da *episteme* da Filosofia Natural.

Outro elemento original de Montecuccoli foi seu rompimento com a noção clássica de tempo e uso da História, utilizada por Maquiavel. Montecuccoli, diferente daquele, teve a experiência pessoal das derrotas no campo de batalha para aos principais discípulos do protestante Justus Lipsius (1547-1606) – os irmãos de Orange, Maurício de Nassau e Gustavo Adolfo – que ofereceu uma abordagem dos clássicos distinta de Maquiavel. Lipsius teve uma percepção mais rigorosa e menos enviesada a um resultado político específico. Lipsius realmente observou a evolução e as características mais eficazes das legiões romanas, que não foi o elemento patriótico como postulava Maquiavel. E sim a organização, disciplina, planejamento e flexibilidade da divisão interna das unidades combatentes que, na verdade, foram consolidadas na Roma Imperial, posteriormente ao período indicado como modelo por Vegetius e Maquiavel.

Notam-se aí vários dos aspectos que conferiram a Montecuccoli a classificação de moderno. Primeiro, ele deteve uma percepção da História distinta de Maquiavel, que foi um classicista que assumiu que fosse possível uma aplicação automática das práticas e noções da conduta da guerra a sua realidade renascentista. Tanto que sua concepção de tempo – derivado da concepção cíclica dos gregos – assumiu que a História era um depósito, de onde as experiências do passado poderiam ser reproduzidas no presente. Na verdade, não existiria tal diferenciação – todo tempo histórico seria contemporâneo. Montecuccoli teve uma atitude muito mais crítica na absorção do conhecimento clássico e no uso da História e postulou que as práticas militares passassem a refletir principalmente a sua própria época com auxílio do passado.

A influência de Maquiavel no pensamento estratégico moderno residiu na ruptura com a subordinação ética do mundo à ontologia divina da Idade Média. Montecuccoli executou o receituário normativo de uma ética humana naturalista amparada na ambição pessoal e no sucesso da conquista política. Sua ciência bélica teve como finalidade prover a boa forma de condução da guerra a fim de alcançar a vitória (GAT, 2001, p. 24). Essa ciência seria capaz de oferecer os princípios e regras universais que explicariam o sucesso de todas as campanhas passadas e futuras. Ou seja, desde que a natureza humana fosse imutável, sua experiência seria única. Assim, aquele modelo que explicasse a

realidade contemporânea de Montecuccoli do século 17, automaticamente explicaria todos os outros momentos históricos.

Importante ressaltar aqui que existiu uma tensão não resolvida em Montecuccoli. Embora ele aceitasse uma posição crítica à incorporação das práticas passadas, principalmente em função do impacto dos armamentos de fogo, sem registro na Antiguidade e discordando de Maquiavel, ele não pôde ignorar os resultados das práticas flamengas e suecas, inspiradas nos romanos e Alexandre o Grande, respectivamente. Ele foi obrigado a considerar a História passada. Essa incompatibilidade na apreensão da História da Guerra foi outra marca intrínseca do pensamento estratégico, mesmo depois da revisão do historicismo no século 19 e é um ponto que retornaremos na seção 1.4 à frente.

Entretanto, o que queremos marcar posição aqui é que o pensamento de Montecuccoli, sob diversas influências, foi original na sua hibridação, legando uma herança que conformou e dialogou com uma nova fase do pensamento estratégico moderno. Essa nova fase discordou de vários elementos de Montecuccoli, mas foi influenciada principalmente em três aspectos: (i) na abordagem indutiva e pseudo-matemática, (ii) na emulação do comandante-intelectual; (iii) na confirmação de uma ciência das práticas para a vitória.

Os ingredientes principais que conformaram o pensamento estratégico dos séculos 18 e 19, que Jomini se apoiou, foram concebidos por Montecuccoli. Entretanto, a consecução dessa aspiração reflexiva formou-se também a partir da reação, equivalente na Filosofia Política a Montaigne (1533-1592), a um desafio ceticista. Marechal de Saxe (1696-1750) apontou os limites e a fragilidade da reflexão do bélico até então³. Ele questionou a possibilidade de uma ciência da guerra em decorrência da idiossincrasia dos comandantes e da importância dos elementos subjetivos da guerra (aspectos psicológicos e emocionais). Uma ciência da guerra deveria ser, antes de qualquer coisa, uma ciência do coração. Por isso, enquanto qualquer ciência poderia ter princípios e regras, a guerra teria nenhuma. Outro aspecto interessante de se evidenciar em Saxe, foi como o processo de alteração do sentido do termo tática se deu pela

³ Aqui, portanto, discorda-se de GAT (2001, pp. 31-35), que incluiu o pensamento de Marechal de Saxe também como exemplo do “Iluminismo francês”.

própria falta de compreensão de seu significado e perda do conhecimento clássico, de maneira similar como se deu com o entendimento e a prática da “logística” nos tempos contemporâneos⁴.

Eu começarei pela marcha, e isto torna necessário dizer algo que aparecerá extremamente extravagante para o ignorante. Ninguém sabe o que os antigos atribuíam à palavra *tática*. Entretanto, muitos militares usam esta palavra constantemente e acreditam que ela significa instrução ou a formação de tropas na batalha. Todos aplicam a marcha sem saber como usá-la. E todo mundo acredita que o barulho é um ornamento militar (CHALIAND, 1994, SAXE, “Reveries on the Art of War”, p. 582; *italico do original*)ⁱ.

A resposta ao desafio ceticista de Saxe foi um pensamento estratégico “iluminista”⁵. Primeiro, a prática indutiva da coleta e sistematização matemática das práticas contemporâneas foram mantidas, que conformaram o termo “estratégia”. Segundo, todos os elementos que escapassem completamente da capacidade de esquematização matemática (como a marcha apontada por Saxe) foram alocados a uma categoria marginal, o termo “tática”, e poderiam apenas ser solucionados pelo gênio comandante na guerra.

A aspiração reflexiva geral foi basicamente formada pela possibilidade de concepção de regras universais de todos os aspectos da realidade e humanos. A guerra teria que ser subordinada a uma regra universal. Paralela e compatível

⁴ Quase todas as citações são traduções livres do inglês e alemão pelo autor. Seus textos originais estão no apêndice.

⁵ Aqui se toma a categoria de GAT (2001) de um “Iluminismo do pensamento estratégico francês” com cautela, adaptações e reconhecendo a necessidade de mais investigação e um melhor enquadramento. Novamente, é necessário marcar que essa apresentação da evolução do pensamento estratégico é ainda bastante deficiente e carece da oportunidade e possibilidade de acesso para o estudo dos originais dos pensadores apresentados e ir além do que é oferecido pelos seus comentaristas.

com as outras concepções racionalistas que esses pensadores julgaram satisfatoriamente avançadas na Filosofia Natural e no Direito Natural.

Desenvolveu-se uma obsessão por modelos universais amparados nos teoremas matemáticos da Física, sem consideração da integralidade e do conteúdo axiomático da Filosofia Natural. A matemática, na percepção desses pensadores, seria a representação da possibilidade de racionalização do universo e, conseqüentemente, da guerra. Passaria a ser conhecimento científico e a candidato a teoria universal qualquer assunto que fosse submetido a formulações matemáticas. Pode-se considerar, portanto, que esses pensadores foram muito mais alinhados a uma concepção de Filosofia Natural de Galileu, do que a de Newton, em que matemática e verdade seriam sinônimas e suas correspondências com a realidade seriam automáticas e independentes do sujeito que a aplica ou de qualquer experimentação. Ademais, acreditaram que os princípios da guerra, por serem parte das práticas estatais, deveriam estar articulados com os princípios que regulariam os governos, considerados já existentes em Montesquieu (GAT, 2001, pp. 25-26).

Até Guibert (1743-1790), houve a tentativa de sistematização matemática da guerra. Ele teve uma trajetória inicial muito similar a de Montecuccoli. Dedicou-se a uma empreitada intensiva de compilação das organizações militares do seu tempo, para uma posterior tentativa de abstração de princípios inspirados em Montesquieu. A ambição de Guibert foi um tratado aritmético da tática, ou como esse termo foi entendido na época, quanto à melhor forma de organização e composição das forças combatentes. Houve com ele, uma nova alteração no sentido do que fosse tática. O jovem Guibert a definiu como:

[...] as ciências de todos os tempos, todos os lugares e todas as armas [...] em uma palavra o resultado de tudo aquilo bom que as eras militares pensaram e daquilo que nossa própria era tem sido hábil em adicionar (PALMER, 1986, p. 107)ⁱⁱ.

Um Guibert maduro concluiu, como Montecuccoli, que não seria possível abstrair verdades absolutas da tática, porém justificou os insucessos pela natureza do objeto e não da metodologia (PALMER, 1986, pp. 105-113).

Lloyd (1729-1783) foi um ex-clérigo inglês que se formou nas instituições militares francesas como engenheiro de combate e, conseqüentemente, nos ensinamentos sobre fortificações e guerra de sítio do Marechal Vauban (1633-1707). Tal influência fez com que Lloyd sugerisse a alteração do enfoque de reflexão da guerra, herdado de Montecuccoli, da investigação das organizações militares para o estudo da conduta das operações. A tentativa de *concepção aritmética da tática* perfeita deu lugar à *concepção geométrica da estratégia* perfeita. Com esta mudança de abordagem, Lloyd persistiu num modelo universal de conduta das operações militares que garantiria a vitória em todas as guerras (GAT, 2001, pp. 75-78).

Bülow (1757-1807), por sua vez, chegou a acreditar na promessa da estratégia perfeita e a trabalhar ferreamente na formulação do esquema geométrico que suprimiria mesmo a necessidade da tática, que agora passou a estar mais associada à idéia de que ela se referia à formatura e organização das tropas diante da realidade concreta das batalhas. Dessa maneira, o papel desproporcional do gênio na guerra foi minimizado, e nada mais restou da arte da guerra como entendida por Montecuccoli, somente uma ciência que, quando adequadamente aplicada, sempre produziria vitórias (PALMER, 1986, pp. 113-119; GAT, 2001, pp. 81-96).

Outro importante elemento original de Montecuccoli foi transgredido no recorte histórico útil ao pensamento estratégico. Os iluministas tiveram como único ponto consensual que a experiência clássica e os manuais do passado não seriam apropriados ou relevantes – mesmo aqueles compilados por Montecuccoli. Alguns consideraram como válido apenas o tempo histórico a partir da Guerra dos Trinta Anos, como Lloyd. Outros apenas levaram em conta a partir do comandante “iluminista” mais renomado - Frederico o Grande - como Bülow. Jomini, por fim, considerou Bonaparte como aquele que mais teria se aproximado na aplicação das regras universais da guerra, aquelas formuladas pelo próprio Jomini. Para Jomini, o tempo histórico útil para estudo da guerra seria o seu próprio tempo contemporâneo. Ele chegou a considerar tempos

passados e apontar exemplos históricos úteis, porém apontou que foi em seu tempo contemporâneo em que a arte da guerra chegou à perfeição porque foi quando ele testemunhou como os comandantes teriam seguido mais sistematicamente a sua proposta de ciência da vitória.

Nesse estágio, parece que se encerrou um ciclo do pensamento estratégico, a partir do qual houve uma ruptura definitiva com a herança clássica e a introdução de outra completamente distinta. A própria fonte de estudo da guerra também foi suprimida, ou constrangida ao seu limite. Houve, a partir de Jomini, uma separação final entre a ciência da estratégia e a História da Guerra.

E até aqui nada foi dito da logística. Pois, ela foi criada na medida em que existiu a supressão final da tática na guerra por Jomini (1779-1869). É fácil entender a necessidade por um novo ramo da guerra que abarcaria aquelas atividades que não podiam mais ser desenvolvidas pelo recorte desqualificado da arte da guerra. A logística surgiu, portanto, como um enxerto, um *proxy*, para que Jomini incluísse novos aspectos ou se apropriasse das contribuições de seus antecessores em uma formulação, aparentemente, original.

1.2. *A LONGA SOMBRA DE JOMINI.*

A criação da logística por Jomini foi expressão de seu papel como principal sistematizador do pensamento estratégico após Guerras Napoleônicas e responsável pelo estado conflituoso de como recebemos esse legado nos dias atuais. Dos que formam o pensamento iluminista da guerra, Jomini foi o que teve mais sucesso de todos. Porém, foi também o mais caricato deles, retendo seus principais erros sem apresentar qualquer uma de suas qualidades. Jomini não foi um comandante de campo como Montecuccoli, não desenvolveu a capacidade enciclopédica de Guibert, nem dominou uma prática especializada da guerra como Lloyd e também não teve contato com as ciências de seu tempo como Bülow. Porém, Jomini teve grande capacidade retórica, sintetizando passagens e pedaços das obras e reflexões dos outros genuínos pensadores iluministas da guerra. Num período em que Jomini não teve debatedores vivos por muito tempo e no clima conservador e pouco brilhante da restauração pós-Revolução Francesa, ele não encontrou dificuldade para encontrar sua platéia.

A produção de Jomini foi extensa e seu tratamento do ponto de vista presente é difícil tratamento. Aqui se toma como referência representativa de seu pensamento sua obra mais famosa, o *Sumário da Arte da Guerra*, publicado em várias edições entre 1810 a 1860. Enquanto que mantendo o mesmo título, de fato existem variações significativas entre elas. John Shy apontou a edição americana de 1862 (re-impressa em 1971), como referência padrão e é essa a usada aqui (SHY, 1986).

O papel de Jomini como o definidor da terminologia e dos elementos básicos que definiram o modelo mental da profissionalização militar do século 19 foi amplamente reconhecido. De maneira que suas idéias tornaram-se sinônimas das identidades militares profissionais e, por isso, permanecem ainda hoje como um arcabouço fundamental dos exércitos (SHY, 1986, pp. 143-144, 176-178), e indiretamente das marinhas (SPROUT, 1943; CROWL, 1986).

Uma crítica plena do pensamento de Jomini é exaustiva e vai além dos propósitos dessa tese. De maneira geral, ele foi apontado por ser mais persuasivo que correto, revelando um alto grau de prescrição e reducionismo (SHY, 1986, pp. 163, 172-175). Sua ambição principal foi simplificar a complexidade da guerra a uma fórmula que proveria um plano para vitória que fosse simples, direto e eternamente verdadeiro (SHY, 1986, p. 161). Jomini realizou essa ambição seguindo os passos dos pensadores do século 18, evitando o desafio de Saxe quanto à impossibilidade de uma ciência da guerra. A resposta dominante a Saxe foi a formulação de uma ciência da estratégia, de fato uma ciência da vitória, acordando-se da impossibilidade ou futilidade de uma ciência que levasse em conta a política e a tática (JOMINI, 1971, p. 77; SHY, 1986, p. 174; GAT, 2001, pp. 25-26). De fato, Jomini foi aquele quem ofereceu a contribuição menos original dessa vertente de pensamento e se apropriou da contribuição de seus antecessores numa apresentação sintética que foi reformulada e re-apresentada constantemente, buscando fazer-se sempre atual e agradável aos preconceitos e expectativas de seu público, e isto explica muito das dificuldades do legado que ele deixou.

Os termos e relacionamentos que Jomini introduziu foram tomados e constantemente adaptados ao longo do século 20 e até os dias atuais. Esses entendimentos não foram nunca criticados, e com isso perduraram tanto tempo.

A idéia de que a guerra poderia ser expressa em termos simples, autônomos e sem qualquer desenvolvimento quanto sua existência ou validade foi a principal marca de Jomini no estudo da guerra. Nesse sentido, os aspectos, ou como Jomini colocou, os “ramos” da guerra não precisaram de qualquer explicação: eles simplesmente existiriam (SHY, 1986, pp. 182-184).

Essa perspectiva geral também foi inerente ao tratamento que Jomini deu à logística. Ele propôs logística como:

[...] a arte de mover exércitos. Envolve a ordem e detalhes de marchas e acampamentos, e o alojamento e suprimento das tropas; em uma palavra, é a execução dos empreendimentos estratégicos e táticos (JOMINI, 1971, p. 62)ⁱⁱⁱ.

A definição citada não foi a única formulada por Jomini, mas a primeira e mais referenciada pela literatura. A apresentação sintética da definição de Jomini requer parcimônia mediante suas constantes revisões e variações (comparar JOMINI, 1971, pp. 44-45, 78-79, 91-92, 230-232).

A conclusão possível é que esse tratamento geral da logística por Jomini foi resultado de sua observação sensível da realidade. Isso significa que as atividades que formariam o ramo logístico da guerra foram, de fato, descrições do que Jomini testemunhou dos exércitos de Bonaparte. Toda ambição de seu entendimento esteve a reboque de sua observação direta, o que explica suas sucessivas revisões e o tratamento dispersivo ao longo de seu texto. Seu capítulo sobre logística foi apenas uma parte do que ele disse sobre o tema. Ao passo que tratou de outros “ramos” da arte da guerra, ele constatou que esses também envolvem a logística. No entanto, mesmo nessa tentativa simplista, Jomini concluiu estar em uma condição insuperável. Ao passo que ele iniciou a descrição do que ele viu como sendo as funções, atividades e responsabilidades de um *Maréchal-de-Logis*, ele entendeu que essa tarefa vai além de um sumário da arte da guerra e a abandonou. Pois, a validade geral dessa abordagem demandaria o detalhamento de cada função e tarefa para elaboração de regras para cada exército (JOMINI, 1971, pp. 230-231, 235). Com isso, Jomini assumiu

a incapacidade de enquadramento trans-histórico de seu entendimento, e conferiu ao estudo de logística sua tradição de estudo contextual e pontual.

O aspecto mais dogmático e prescritivo da logística por Jomini foi explicitado quando ele listou as condições para o exército perfeito. Aqui, Jomini se arriscou para além de sua tarefa auto-imposta de um esquema estratégico universal para a vitória e entra na consideração, já abandonada por seus pares, da organização militar perfeita. Seu modelo ideal foi certamente o de Bonaparte, ao qual ele estipulou doze condições, entre elas: “um bom sistema de comissariado, hospitais e uma administração geral” (JOMINI, 1971, p. 39). Isso conferiu uma perspectiva distinta do seu tratamento dado inicialmente à logística.

Como consequência, a logística passou a ser tomada de maneira completamente ambígua. Ela explicaria muito pouco, se tomada como o instrumento puro e simples para os empreendimentos estratégicos e táticos. E ela explicaria tudo, se a logística fosse tomada como a capacidade que um exército possui, explicando porque ele ganhou ou perdeu.

No que concerne o suprimento das tropas, aspecto fundamental de sua definição de logística, foi desenvolvido em toda parte de sua obra e como aspecto de outros “ramos” da guerra: da estratégia e da política militar; aos quais ele atribuiu *igualmente* os problemas de linhas de operação, linhas de comunicação, *matériel* e depósitos (para política militar, JOMINI, 1971, pp. 44-45; para aspectos definidos como logísticos, que se tornam estratégicos: pp. 78-79, 91-92, 123-133). Além dessa apresentação frágil e contraditória, a última crítica é que em nenhum momento do tratamento de logística, e do seu texto como um todo, Jomini ponderou sobre o oponente e o combate.

Jomini proveu um entendimento de logística falacioso e tautológico. Assim sendo, conclui-se que a adesão às proposições de Jomini comprometeu e compromete qualquer recorte consistente para o estudo da logística. Elas não foram formuladas para o enquadramento dos aspectos sociais, políticos, estratégicos e táticos da logística na guerra. De outro lado, essa liberdade quase absoluta de lidar com a logística vem sendo tentadora à abordagem oportunista e superficial de vários autores que sucederam Jomini no estudo da logística, pois se permite adequar a definição a qualquer caso que se queira, ou ajustar

qualquer caso a uma das variações disponíveis da definição de logística no *Sumário da Arte da Guerra*.

1.3. *A PROPOSTA DO ESTUDO DA LOGÍSTICA SEGUNDO JOMINI.*

Para além de Jomini, o esforço por um enquadramento conceitual mais sofisticado da logística continuou entre as esferas militares. Ao início do século 20, um coronel do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, que presenciou as dificuldades de sustentação das atividades combatentes na Grande Guerra, introduziu o debate sobre um enquadramento científico da logística. Em *Pure Logistics*, George Thorpe apontou que a logística era um assunto sem conhecimento (THORPE, 1986, originalmente 1917, p. 2).

Baseado na sua experiência e no que tinha de acesso de escritos do pensamento estratégico ocidental, Thorpe chegou a considerar a logística como um elemento para a “estimativa situacional” na guerra e a evidenciar o problema referenciando ao mesmo capítulo 1, livro II do *Da Guerra*, que utilizamos como fonte de nossa proposta de tese. No entanto, Thorpe não foi capaz de tomar Clausewitz nos seus próprios termos e tentou um caminho que se revelou impossível ao enquadrar a logística através de um pastiche que hibridizasse as obras de Clausewitz e Jomini, e assim fundamentar sua proposta com as “envergaduras de autoridades militares”. Thorpe acabou tomando as atividades preparatórias da arte da guerra do *Da Guerra* dogmaticamente como uma solução de divisão do trabalho de intendência dentro da máquina de guerra moderna. Thorpe estabeleceu as categorias de atividades preparatórias de Clausewitz como novos “ramos” da arte da guerra, substituindo aqueles propostos por Jomini. Thorpe chegou mesmo ao extremo de propor uma ciência da logística segregada e aparte de uma ciência da guerra (THORPE, 1986, pp. 1-5, 11, 65-67; para sua posição final, 74-85).

Atualmente, a obra de Thorpe é reverenciada como uma referência da literatura em logística e recebeu uma ampla divulgação através de uma edição especial de 1986, que conta uma importante introdução de Stanley Falk que proveu uma

primeira revisão da literatura em logística (FALK, 1986, pp. xi-xxviii). Porém esta não foi uma questão considerada relevante e não teve repercussão nos meios militares e acadêmicos no tempo original de sua publicação.

O primeiro projeto de estudo da logística surgiu apenas na década de 1950, no âmbito do *US Naval War College* em conjunto com a Universidade George Washington e coordenado pelo Vice-Almirante Henry Eccles. A partir de sua equipe de estudos, foram produzidos documentos internos para orientação dos procedimentos de operação das atividades marítimas para a guerra e material didático para educação de novos oficiais marinheiros.

A empreitada de pesquisa de Eccles foi consolidada na obra *Logistics in the National Defense* de 1959. O aspecto mais interessante de Eccles foi que, de sua posição de oficial militar, ele demandou dos acadêmicos uma teoria da guerra e por entendimentos conceituais da logística. Tal requisição, legítima, foi feita explicitamente na conclusão de sua obra (ECCLES, 1959, pp. 312-324). Ele cobrou uma teoria da guerra que desenvolvesse a perspectiva do comandante capaz de controlar e apreciar os aspectos essenciais da guerra. Ele chegou mesmo a referenciar Clausewitz, mas ele não reconheceu que este pudesse oferecer categoricamente todas as suas demandas:

Clausewitz demonstrou o caminho para a clara reflexão quando ele escreveu:

[...] a teoria serve para extirpar as ervas daninhas que o erro plantou em todo lugar [...].

Obviamente, nenhuma teoria ou série de teorias, ainda que persuasivas, possam elas mesmas prevenir ou reconciliar diferenças de opinião.

Entretanto, a busca por teorias compreensivas é a melhor forma de elucidar esses problemas e para desenvolver o entendimento de princípios e de relações de causa e efeito que possam guiar os homens responsáveis que deve escolher entre idéias conflitantes.

Uma teoria da guerra compreensiva precisa incluir a descrição de-

A natureza e estrutura do conflito moderno e dos elementos que a compõem.

A maneira pela qual esses elementos são relacionados uns com os outros.

A maneira pela qual a guerra se relaciona com outras partes e ações da sociedade humana.

A natureza das varias forças que age por toda a estrutura e a descrição de como essas forças agem e interagem.

De maneira diferente, mas em termos mais específicos, isto pode estar expresso no seguinte grupo de teorias inter-relacionadas:

Uma teoria geral do conflito moderno;

Uma teoria da estratégia;

Uma teoria da logística;

Uma teoria da tática;

Uma teoria da decisão de comando;

Uma teoria da organização militar (ECCLES, 1959, 314)^{iv}.

Ainda que se possa argumentar contra a consistência desses requerimentos, há de se reconhecer a sua propriedade pelo contexto em que ela foi feita. Eccles produziu seu livro à luz de sua experiência pessoal na Segunda Guerra Mundial e dos compromissos norte-americanos da Guerra Fria em Berlim, Coréia e Suez. Por isso, ele teve especial preocupação com as repercussões políticas e os custos econômicos da expansão da ação militar dos Estados Unidos mundo afora. Sua preocupação foi com relação à ampliação do envolvimento externo norte-americano sem uma base refletida da sua segurança nacional. A idéia da primazia da solução nuclear e a evidenciação de sua falácia na Guerra da Coréia foram preocupações adicionais de Eccles: como pensar as forças combatentes e prepará-las no contexto da Era Nuclear? (ECCLES, 1959, pp. 3-4).

Nesse contexto histórico complexo e confuso, Eccles criticou as deficiências dos termos e dos arcabouços de saberes das forças armadas norte-americanas que prejudicaram o desenvolvimento de pontos de vistas e conceitos operacionais úteis aos comandantes. Essa condição de entendimento foi aguda e ao ponto dele afirmar que não foi possível, de sua parte e amparado na literatura disponível, a proposição de definições permanentes de logística, bem como da

política, estratégia e da tática. As condições de reflexão sobre a logística eram de absoluta incerteza. A principal consequência disso, ele diagnosticou, foram as preparações e planos inadequados do Exército e da Marinha para a consecução de seus propósitos (ECCLES, 1959, pp. 9-11, 44-46, 133-139). De maneira muito precoce, Eccles apontou como a dependência de forças combatentes norte-americanas na sua superioridade técnica e tecnologia era um auto-engano, pois essas não eram decisivas em si mesmas. Ele apontou que essa ilusão tinha dois sentidos. Primeiro, a vitimização do profissional em armas à conveniência fácil na aplicação de soluções expedientes a problemas logísticos. Segundo, a perda de foco que o entendimento da natureza e magnitude da finalidade da logística para as forças combatentes. E em razão disso tudo que Eccles cobrou, e contribuiu até onde pode, por pesquisas em idéias sobre a guerra:

Nos anos recentes, tem sido depositada grande ênfase na pesquisa técnica focada no incremento de armamentos e sistemas de armamentos. A pesquisa técnica – ou a busca por melhor ‘hardware’ – é e continuará a ser de importância vital. *No entanto, a necessidade por constante pesquisa técnica não precisa obscurecer a necessidade por pesquisa no domínio das idéias* (ECCLES, 1959, p. 319; itálicos do original)^V.

No que tange à logística, o horizonte oferecido por Eccles foi o do provimento de entendimento sobre os relacionamentos de causa e efeito que existe entre eficiência técnica e efetividade combatente.

Dos autores acessados para esta tese, Eccles foi aquele que mais se aproximou das proposições de Clausewitz, sendo inclusive o único a tratar de logística sem atribuições a Jomini. Além do seu próprio mérito, deve-se considerar que seu estudo em logística foi beneficiando pelo conselho direto e obras de Hebert Rosinski, professor expatriado alemão e uma das principais figuras na

introdução das obras Clausewitz e Corbett nas instituições educacionais militares dos Estados Unidos e no *Naval War College*⁶.

Entretanto, Eccles não tomou Clausewitz integralmente e seu enquadramento da logística acabou possuindo aspectos jominianos, mesmo sem atribuí-los.

Primeiro, Eccles foi rendido pelo seu contexto histórico e entendeu que a questão da logística seria um problema da guerra moderna, no máximo pós-napoleônico, e relegou a experiência histórica anterior. Segundo, ele acabou por categorizar a guerra e os outros “fatores” militares de maneira similar aos “ramos” de Jomini. Eccles não decorreu exaustivamente na qualificação de nenhum dos fatores, ele apenas os descreveu através de uma ilustração da existência de fatores gerais - políticos, econômicos, geográficos, militares, psicológicos, científicos e tecnológicos - e dentre os fatores militares, ele incluiu: estratégia, logística, tática, inteligência e comunicações (ECCLES, 1959, p. 18).

Terceiro, Eccles não foi capaz de limitar o conjunto técnico de conhecimento que um comandante deveria ter para desempenhar sua função adequadamente. Neste aspecto, ele foi prejudicado pela falta de uma definição mais consistente de logística e uma apreensão mais sólida da Teoria da Guerra. Por conseguinte, em várias passagens, seu tratamento dos aspectos “específicos” ou “aplicados” da logística foi indutivista e amparado na sua experiência como oficial de engenharia, capitão de navio e oficial de planejamento. Talvez entre essas, a primeira experiência - a de sua formação - teria sido a mais forte desde que seu enquadramento mais amplo da logística na defesa nacional foi através de uma tabela de fluxos e de sua cadeia de causalidade através de uma tabela de sistemas (ECCLES, 1959, pp. 54-55, 57).

⁶ Herbert Rosinski (1903-1962) foi um dos principais interlocutores e difusores da obra de Clausewitz após a Segunda Guerra Mundial. Foi amigo de juventude de Raymond Aron e incentivador para que este desenvolvesse sua própria obra sobre Clausewitz. Aron atribuiu a Rosinski ser o primeiro a confrontar academicamente a questão dos diferentes estágios de pensamento do *Da Guerra* e um dos primeiros a oferecer uma interpretação sintética de utilidade contemporânea da Teoria da Guerra (ARON, 1986a, pp. 91-92, 385-386; BASSFORD, 1994a, pp. 113-116; STRACHAN, 2007, p. 28). Lamentavelmente, nunca tivemos acesso a suas obras.

Quarto, ele omitiu o papel do enfrentamento e do oponente. Assim como Jomini, em nenhuma passagem Eccles fez considerações nesse sentido. Eccles a todo o momento lembrou a importância de prestar serviços logísticos com foco na efetividade combatente. Porém, o que seja isso e para serve não foi suficientemente debatido, em grande parte pela fragilidade de suas definições de estratégia e tática.

Por fim, quinto e mais grave, Eccles omitiu o papel e a importância da política na guerra. Em uma de suas definições mais recorrentes, a logística seria a ponte entre a economia nacional e a defesa nacional. A partir desse entendimento, ele estabeleceu que a economia seria o grande árbitro e limitador das capacidades combatentes de uma força combatente. Seu sentimento de opressão ou fascínio pela disciplina econômica foi tal que ele encerrou seu livro recomendando que oficiais de estado-maior e de intendência se espelhassem e aprendessem com os princípios do mundo dos negócios e da indústria (ECCLES, 1959, pp. 30-31, 41, 322).

Para além de Eccles, não existiu qualquer outra tentativa de enquadramento conceitual da logística na literatura, com a tentativa de escape da herança de Jomini, até a presente tese. O esforço de Eccles não encontrou eco nas outras forças norte-americanas e de outros países até bem mais tarde. Por isso, a obra de Eccles maturou como uma referência importante na consideração da logística na guerra, mas que se esvaiu como uma alternativa que poderia ter ganhado raízes nos mundos militares e mesmo na academia civil.

Na verdade, tal empreitada foi abandonada e os campos de estudos relacionados se renderam a investigações pontuais e contextuais. Sem qualquer ambição de avanço conceitual, nem confrontação ou recuperação de entendimentos de Clausewitz e Jomini. A proposta de pesquisa acadêmica da logística por Donald Engels foi a mais representativa desse silêncio quanto aos problemas de enquadramento da logística em *Alexander the Great and the Logistics of the Macedonian Army*. Seu objetivo e procedimentos foram:

[...] tenta-se resolver dois problemas. Como Alexandre obteve provisões para seu exército por toda a Ásia? E como a disponibilidade, aquisição,

distribuição, taxas de consumo e transporte de provisões afetou a estratégia e a tática de Alexandre e o ritmo e a direção de marcha de seu exército?

[...]

O primeiro passo será reconstruir o sistema logístico dos macedônicos para descobrir suas capacidades e limitações.

[...]

A segunda tarefa será aplicar este modelo à geografia humana e física e às condições climáticas das rotas de Alexandre como elas existiam nos seus dias (ENGELS, 1978, pp. 3-4)^{vi}.

Engels não fez atribuição a qualquer outro arcabouço conceitual alternativo, nem a Jomini, e ele propôs confrontar a questão *ab initio* através de uma abordagem materialista. Sua inferência foi focada na produção de evidência empírica e na indução de modelos que articularam explicações dos dados encontrados. Ainda assim, é interessante notar que Engels não atribuiu ao seu objeto de estudo - as campanhas de Alexandre o Grande - divisões categóricas como as orientadas por Jomini. Os aspectos sob análise logística não foram tratados como emancipados do restante. A constituição do exército macedônico, o suprimento por meios terrestres e embarcados, a aplicação de negociações políticas para se adquirir contribuições de governos estrangeiros e as rotas de marcha foram tratados como parte de um mesmo plano para um objetivo: o uso da guerra para a construção do Império de Alexandre. Todo o fenômeno foi enquadrado como uno, por isso uma abordagem muito mais próxima da abordagem de Clausewitz ou Delbrück.

Uma particular aproximação entre Engels e Delbrück, e conseqüente distanciamento de Jomini, refere-se à seleção histórica. A escolha por um estudo de caso da Antigüidade foi uma afronta à tradição iluminista pela qual Jomini coroou-se. Adicionalmente, Alexander o Grande sempre foi um dos mitos fundadores da civilização ocidental e a desmistificação através da confrontação com narrativas das autoridades antigas com recursos de pesquisa acadêmica contemporânea foi um procedimento estabelecido por Delbrück, ainda que isso não tenha sido explicitamente atribuído por Engels.

[...] a imagem que emergiu das autoridades antigas [foi] que Alexandre nunca necessitou de qualquer planejamento logístico, e obteve as provisões como se ele seguisse por alguma sequência automática e misteriosa (ENGELS, 1978, p. 1)^{vii}.

Por fim, o esforço de Engels não foi por uma narrativa histórica, mas por análise histórica, o que também pode ser considerado próximo da abordagem de Delbrück e do método de análise crítica de Clausewitz. Ele apresentou as considerações logísticas como pertencentes de toda a trajetória bélica e que haviam sido feitas (ou deveriam ter sido feitas) racionalmente por todos os generais desta trajetória. Em particular, as condições logísticas que ele modelou das campanhas de Alexandre são reproduzíveis a qualquer campanha em condições materiais similares, em qualquer tempo: dependência de grãos disponibilizados em colheitas regulares e fixas ao longo de um ano climático e em animais para transporte terrestre. Como é apresentado no estudo de caso desta tese, mesmo forças combatentes de guerras modernas vieram a ter que combater em condições logísticas muito parecidas daquelas dos gregos antigos: o limite de quatro dias de autonomia de marcha para uma força sem abastecimento e carregando suas próprias provisões, e o limite de dez dias se empregados animais de carga (ENGELS, 1978, pp. 20-22).

O compromisso de Engels em tratar das condições logísticas da antiguidade cientificamente tornou-se uma escola em termos de prática da História como disciplina científica. Sua argumentação através de dados - diagramas, mapas e tabelas - foi especialmente importante na difusão de uma metodologia de estudo que ofereceu ainda a possibilidade de se construir contrafactuais sobre cursos que poderiam ter sido tomados e, finalmente, a avaliação das decisões tomadas pelos comandantes. Adicionalmente, sua abordagem vem permitindo a comparação analítica do exército alexandrino com outros, e conseqüentemente o acúmulo e aperfeiçoamento de técnicas, registros e casos de estudos, estabelecendo padrões de mudança e continuidade das forças combatentes.

Essa escola de pesquisa teve continuidade em ROTH (1991) que atualizou e aplicou a abordagem de Engels no estudo do exército romano nas guerras

judaicas, que ele ampliou para um mosaico da constituição e estrutura administrativa das forças combatentes romanas na república, principado e império (ROTH, 1998). O mesmo pode se apontar de Bachrach, em seus diversos estudos sobre a idade média merovíngia e carolíngia (por exemplo, BACHRACH, 1994; 2001; 2004). Para além de Engels, em HALDON (2005) parece existir um novo estágio de desenvolvimento dessa escola através de novas técnicas na suplementação de tecnologias contemporâneas a escavações arqueológicas para o estudo das campanhas bizantinas na Capadócia no século 11⁷.

A obra de Engels marcou uma contribuição da História do estudo da logística, mas não preencheu as necessidades integrais deste empreendimento. Ainda que se possam identificar autores que vem reproduzindo a abordagem de Engels, ela nunca expandiu para além do contexto de uma fração da disciplina histórica: ela nunca produziu um conceito de logística, nunca confrontou a Teoria da Guerra de Clausewitz, nunca materializou o potencial trans-histórico de sua abordagem, nunca confrontou as alternativas e as inconsistências dos arcabouços conceituais existentes a partir de Jomini.

Engels nunca estendeu sua obra sobre Alexandre para outros casos históricos, nem reproduziu sua metodologia em outros casos, nem confrontou abertamente a condição insuficiente da logística. De fato, ele abandonou a questão e nunca mais publicou algo a respeito (suas únicas outras obras são ENGELS, 1990, 2001). Conseqüentemente, sua proposta de enquadramento da logística nunca logrou para além de um conhecimento de especialistas de Antigüidade e Idade Média. Ela nunca foi testada em casos contemporâneos e não-europeus, por

⁷ No âmbito do percurso doutoral desta tese, houve o convite de estudo da campanha de Manzikert de 1071 pelo prof. Haldon como elemento de vínculo de um convênio de pesquisa com seu o projeto internacional *Medieval Logistics*. Esta teria sido uma oportunidade de acesso com o estado-da-arte em pesquisa da história da guerra: fontes primárias de pesquisas arqueológicas em campo na Turquia; mapas digitais quadridimensionais (ou seja, mapas tridimensionais com variação ao longo do tempo); softwares de modelagem de climas, terrenos e recursos; e ainda de softwares de cálculo de consumo material, dimensionamento e deslocamento de exércitos. Uma tentativa de cooperação mediante fundos do CNPq foi conduzida sem sucesso. Ver: <<http://www.medievallogistics.bham.ac.uk>>.

exemplo. E este é um aspecto que o estudo de caso desta tese realiza oportunamente (ver capítulo 4).

Por isso tudo, a obra de Engels não evoluiu para um programa de pesquisa científica, e de fato nunca houve tal pleito. Talvez por todos esses fatores, a abordagem de Engels não se confirmou como uma agenda de pesquisa e sua obra não vem recebendo a apreciação devida. Nesta posição de destaque na literatura da História Militar e dos Estudos Estratégicos reside a proposta de (re)nascença do estudo da logística por Creveld ancorada em Jomini.

A obra de CREVELD - *Supplying War* (1977), mas também *Technology and War* (1989) - é reconhecida contemporaneamente como a principal referência no estudo da logística (LYNN, 1993, pp. vii, 25)⁸. De pronto, é possível fazer três comentários iniciais com relação às obras deste autor com relação a dos dois anteriores. Primeiro, o fato de que o título da primeira obra de Creveld seja uma atribuição direta ao conceito de logística de Jomini não foi uma coincidência, mas a proposta de um campo de estudo segundo este arcabouço. Segundo, que sua segunda obra - uma expansão da primeira - tenha se ancorado no valor da tecnologia como contendo a logística também foi uma extrapolação na categorização emancipada da guerra, de maneira que a tecnologia dominaria a logística que dominaria a guerra, bem como quase todos os outros aspectos da sociedade. Terceiro, perante a literatura especializada, as obras de Creveld terem valor de autoridade sobre as outras duas obras resenhadas anteriormente, o que acusamos como evidência de uma condição gerada por decisões “irracionais” no percurso do campo dos Estudos Estratégicos. ECCLES (1959) é uma obra já perdida e esquecida, ENGELS (1978) é uma obra de super-especialistas e CREVELD (1977) vem sendo, entre eles, o único autor obrigatório em qualquer listagem civil e militar sobre assuntos bélicos⁹.

⁸ Razão pela qual, em minha dissertação de mestrado, utilizei sua definição como referência (DUARTE, 2003, pp. 21, nota de rodapé 19).

⁹ Creveld vem sendo uma figura presente nos eventos e publicações da Escola Guerra Naval do Brasil, por exemplo, ver CREVELD (2006).

Portanto, em contraste com as proposta de Eccles e Engels, Creveld foi um autor que propôs a centralidade da logística no estudo da guerra por uma afirmação do conceito de logística de Jomini. A abertura de sua exposição foi exatamente esta: a citação completa da primeira definição de logística de Jomini no *Arte da Guerra*. Algo interessante é notar como Creveld iniciou o procedimento de ajuste dessa definição desde a primeira página da sua obra, e a manteve pelo restante do documento. Logística seria a “arte prática de mover exércitos, provendo o recebimento dos sucessivos comboios e estabelecendo e organizando [...] linhas de suprimentos”. Logo em seguida, ele sintetizou um último ajuste que ele prometeu ser o último: “logística é a arte prática de mover exércitos e mantê-los supridos” (CREVELD, 1977, p. 1).

A promessa de Creveld não foi cumprida e ele adaptou a definição de Jomini a cada estudo de caso que fez para exemplificar a importância desproporcional da logística na guerra moderna. Sua obra segue à risca os termos iluministas: seu recorte histórico foi da Guerra dos Trinta Anos à Segunda Guerra Mundial, através do qual ele selecionou passagens da história militar da logística marcando sua progressiva e inexorável transição para o estágio de predominância na condução da guerra. Portanto, Creveld se comprometeu em apresentar uma imagem do *quartmaster* - ou da relação entre movimentação e suprimento como um constrangimento da guerra. Essa coletânea histórica desenvolveu como lide a prescrição da logística como a chave para a vitória, a chave para a explicação dos resultados das guerras. A logística foi emancipada e constituiu-se no objeto de estudo para uma ciência da vitória (CREVELD, 1977, p. 2).

O propósito de Creveld foi ambicioso e ele não foi capaz de sustentá-lo adequadamente. Em primeiro lugar, ele não descreveu as condições de possibilidade econômicas que poderiam limitar as atividades de movimentação e suprimento de cada período histórico que ele estudou, nem as estruturas administrativas das forças. Por consequência, Creveld não foi capaz de distinguir a natureza dos constrangimentos logísticos das forças: se esses seriam condições intrínsecas para qualquer força em um período dado, ou se elas seriam resultado de decisões administrativas específicas de um comandante ou organização em uma circunstância específica. As bases sociais que dariam

parâmetro as organizações de força foram um aspecto pouco importante na análise de sua obra. A razão do crescimento dos exércitos entre os séculos 17 e 18 não foi explorada, sem conexão com a história demográfica e econômica da Europa ou sobre o processo de centralização e estruturação das sociedades políticas no período (CREVELD, 1977, pp. 5-6). No contexto da Revolução Francesa, certamente foi necessária alguma vinculação das guerras de Bonaparte com as transformações sociais em andamento desde algumas décadas anteriores. Por isso, Creveld ofereceu uma apresentação breve do sistema de *Corps d'Armée* e o sistema de requisição após 1805 (CREVELD, 1977, p. 74). O mesmo rigor não foi reproduzido na apresentação das guerras no contexto da Revolução Industrial, ele tratou sem qualquer relação desta com a Revolução Francesa. Por fim, ele elaborou apenas um parágrafo sobre as bases sociais e econômicas das condições logísticas do século 19 (CREVELD, 1977, p. 109).

Nesse sentido, Creveld assumiu uma perspectiva estritamente jominiana. Ele implicitamente assumiu que teriam existido práticas e condições logísticas distintas em cada tempo e para cada exército, portanto suas descrições seriam infrutíferas como base de aprendizado para as guerras contemporâneas e futuras. Ele apenas concluiu que existiria um padrão cíclico dos contornos do binômio movimentação-suprimentos entre suprimentos por estoques (ou variantes do cordão umbilical entre os exércitos e suas fontes de recursos nacionais) e suprimentos por forragem (ou variação de pilhagem das áreas por onde passa um exército). A principal inconsistência foi sua indefinição sobre se essas alternativas como métodos que estiveram sempre disponíveis ou se estiveram sujeitas a variações ecológicas e sociais nos contextos em que as guerras aconteceram.

Finalmente, Creveld recorreu à solução “genial” de seus antecessores do século 18. O grande capitão seria sempre capaz de tomar a solução correta. E essa foi a verdadeira meta de toda a narrativa histórica da obra. Os casos não foram escolhidos pela sua representatividade na exemplificação de um aspecto do seu conceito, nem como períodos históricos marcantes na transformação dos exércitos em função de transformações sociais e econômicas. Creveld escolheu seus estudos de caso como forma de compilação de uma antologia sobre as

decisões tomadas pelos grandes comandantes modernos da guerra européia: Wallenstein na Campanha de 1631 na Pomerânia da Guerra dos Trinta Anos; Marlborough na Campanha de 1704 em Blenheim na Guerra de Sucessão Espanhola; Bonaparte na Campanha de 1805 em Ulm-Austerlitz em contraste à Campanha de 1812 na Rússia; Moltke o Velho em 1870 na Guerra Franco-Prussiana; Moltke o Jovem e Schlieffen na Campanha de 1914 na França na Grande Guerra; e a operação alemã em 1941 na Campanha do Leste na União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial; e Rommel na Campanha de 1942 na África e os Aliados em 1944 na campanha sobre a França e Países Baixos (CREVELD, 1977, pp. 5-26, 26-39, 40-61, 61-74, 75-108, 109-141, 142-180, 181-201, 202-230).

Através dessa compilação ele buscou comprovar como as considerações logísticas dominaram o julgamento e decisões dos grandes capitães e, por isso, da guerra. Pouco foi relatado por CrevelD do peso que teriam os oponentes e os enfrentamentos em cada um desses casos. CrevelD apenas marcou que a única decisão determinante por esses comandantes teria sido sobre a escolha apropriada de um dos dois métodos apontados por CrevelD de acordo com seu tempo.

Nessa conclusão, CrevelD coroou sua tradição jominiana porque sua argumentação é tautológica por ser infalível e ela é reducionista e pseudo-científica por querer restringir o gênio da guerra a decisões perante a sua formulação simplificadora da logística em qualquer guerra de qualquer tempo. Por exemplo, ele apresentou os dilemas do chefe de intendência alemão na Grande Guerra forçado a forragear numa era de linhas de suprimentos como os limites da invasão alemã à França em 1914 (CrevelD 1977, pp. 109-141). Sua proposta também não se sustenta por conta da escolha dos casos. Essas campanhas foram escolhidas segundo em termos retóricos para o convencimento da categorização dos períodos de linhas de forragem e dos períodos de linha de suprimentos. Se existiria alguma linearidade, comparação ou vínculo entre os períodos de cada modalidade de suprimento, CrevelD deixou essa qualificação aberta, pois elas não foram usadas para comprovação de uma hipótese, apenas demonstrações do papel geral da logística com alguma fundamentação empírica como a causa de vitória na guerra. Nesse sentido,

Crevelde ofereceu uma proposta similar a Mahan e Douhet na defesa do poder naval ou poder aéreo como a consideração decisiva na guerra (ver PROENÇA JÚNIOR, DINIZ, & RAZA, 1999).

Crevelde tentou avançar e atualizar suas proposições em *Supplying War* dez anos depois na obra *Technology and War* (1989). Ele apresentou que as ações das forças militares, em toda a história, seriam determinadas pelos requerimentos logísticos e que a tecnologia poderia prover em cada era. Por isso, seria possível entender o desenvolvimento das atividades de deslocamento e sustentação em toda história através da precisão dos itens que mais demandavam as forças, a sua forma de abastecimento em qualquer lugar – *in natura* e *in loco* – ou apenas a partir do país de origem. Isto adicionado dos recursos em conhecimento, expertise e equipamentos para o transporte das forças e suprimentos e a coordenação dos vários componentes da força.

Crevelde expandiu na sua segunda obra a mesma argumentação da anterior para toda a história da humanidade, abarcando tudo que uma sociedade produziu, vinculando o relacionamento entre sociedade e guerra pela tecnologia: seu deus *ex machina*. “Tudo é e será afetado pela tecnologia. [...] Se é verdade que todas as partes da guerra são tocadas pela tecnologia, não é menos verdade que cada parte da tecnologia afeta a guerra” (CREVELD, 1989, p. 311). A existência de um ou os dois métodos de movimentação e suprimento foram determinados pela tecnologia da guerra e das sociedades dentro de quatro eras: instrumentos, máquinas, sistemas e automação. Em todas essas, teria existido uma condição paradoxal: na mesma medida em que a tecnologia avançou, a logística teria ficado mais restritiva e mais presa a um mais curto e rígido ‘cordão umbilical’ (CREVELD, 1989, p. 181). O deslocamento de eixo na ‘nova’ abordagem apenas emancipou ainda mais a logística da guerra e aprisionou seu entendimento a uma formulação que se tornou mais prescritiva e descritiva, do que analítica e sintética. A tecnologia dominaria a logística que dominaria a guerra.

Uma apreciação mais ampla da literatura em logística permite delinear três categorias com abordagens particulares, mas que possuem a mesma ausência de um arcabouço conceitual consistente. Argumenta-se aqui que essa fragilidade comum tem como origem a herança de Jomini que veio afetando, em alguma

medida, toda a literatura. São elas: caso histórico, problema contemporâneo *ad hoc* e princípios gerais.

A primeira categoria pertence ao campo da história militar. Mais precisamente, de uma subcategoria desta, como bem explica HOWARD (2004), denominada de “*War and Society*”. Aqui, logística vem sendo tomada como um aspecto específico de um evento histórico. Isso podendo ser a logística de um grande general – por exemplo, Carlos Magno (BACHRACH, 2004) - ou uma de uma grande campanha – 1ª Cruzada (BACHRACH, 1999) ou a Tomada de Quebec em 1775 (HUSTON, 1968) - e até mesmo como recorte temático, mas apenas, de uma força combatente de uma guerra: as campanhas terrestres dos romanos nas Guerras Judaicas (ROTH, 1991) ou as logísticas navais e aéreas dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial (BALLANTINE, 1947; GOLDBERG, 1980).

Raros vêm sendo os esforços mais amplos de estabelecimento de aspectos gerais da constituição e das atividades preparatórias de um período ou força combatente de uma sociedade: o Império Romano ou o Bizantino (respectivamente, ROTH, 1998; HALDON, 1999). Existiu apenas um caso de evidenciação do problema através de estudos de casos variados num ordenamento cronológico, porém baseada na proposta de retomada do estudo da logística por Creveld (LYNN, 1993). Por fim, existiram ainda aqueles autores que desenvolveram suas narrativas dentro de perspectivas tão amplas da tecnologia e dos recursos sociais na guerra, que simplesmente não impuseram barreiras que demarcassem a logística (FULLER, 1945; BRODIE & BRODIE, 1962; MACNEILL, 1982; CREVELD, 1989).

Notadamente, estudos históricos são a porção mais numerosa da literatura em logística. No entanto, esta própria literatura reconheceu que os esforços vêm sendo esparsos e de pouco interlocução entre si e com o restante da literatura em história militar (LUTTWAK, 1993).

A segunda categoria de literatura trata-se do estudo da logística como uma abordagem *problem-oriented* de políticas de defesa (por exemplo, POTVIN, 1996; US CONGRESSIONAL BUDGET OFFICE, 1997; BETAQUE, 1998; MERCOGLIANO, 2004) e guerras contemporâneas (por exemplo, PAGONIS, 1992). Com tratamento geralmente específico e técnico, a partir de disciplinas ou métodos da engenharia e gerência, como a Pesquisa Operacional e *defense*

budgeting, e raramente integrou-se a questão logística a problemas de desenho de campanhas e tomada de decisão política (HALDI, 2002). Em geral, o conteúdo desses estudos compulsados foi desenvolvido sem qualquer embasamento histórico e sem qualquer pretensão de produção de conclusões mais amplas. Em geral, esses estudos foram produzidos não para a Academia, porém como relatórios de pareceres técnicos para *think-tanks* e departamentos governamentais. Ou seja, sem grande atenção à apresentação de fontes, métodos, premissas, etc.

A terceira categoria de tratamento é mais ambiciosa e almeja algum entendimento mais geral da logística. Por isso, é aquela que merece uma revisão mais cuidadosa, pois dialogaria diretamente com a proposta desta tese. Além de Jomini, Eccles e Creveld, existe apenas o registro de cinco esforços de enquadramento da logística (JONES, 1987; MACKSEY, 1990; TUTTLE JR., 2005; KRESS, 2006; PREBILIC, 2006).

Em geral, esses estudos têm pouco valor científico mediante ao grande número de falácias e inconsistências. Seus autores tentaram conceituar a logística pela formulação de princípios, esquemas gerais e mesmos máximas. Nessas obras, a logística tornou-se expressão de doutrinas de uma determinada força em uma determinada época, com definições a partir de conformação dogmática do problema, inclusive usando da referência a casos históricos, problemas contemporâneos, citações e passagens de Jomini e outros autores, até mesmo Clausewitz, como forma de convencimento.

Todos esses estudos foram contaminados com a fragilidade conceitual de Jomini e seu viés pseudo-científico, em que ser convincente seria mais importante do que estar certo. Eles foram comprometidas com a proposta do estudo da logística como proposto em CREVELD (1977) e, como nesta ocasião, usaram a definição de Jomini como argumento de autoridade, que, em seguida, foi abandonada ou emendada, dependendo do caso do estudo ou da passagem de um mesmo estudo.

Jones em *The Art of War in the Western World* propôs uma definição inconstante de logística (comparar JONES, 1987, p. 1 com p. 45, e pp. 49-64 com pp. 396-408). As conseqüências disso para sua exposição foi uma classificação da estratégia que seguiu objetivos logísticos ou combatentes,

tomando-os como alternativas militares polares na consecução de uma campanha. Mas essa foi uma proposta inviável e Jones se rendeu à consideração de que objetivos logísticos levariam ao combate, e os dilemas de decisão entre militares e não-militares seriam resolvidos por parâmetros políticos como um *deus ex machina*. Por fim, sua contribuição histórica é limitada porque “reapresenta de maneira confusa e errante resultados de pesquisas passadas” (PARET, 1989).

Macksey em *For Want of a Nail: the Impact of War on Logistics and Communications* e Thompson em *The Lifeblood of War: Logistics in Armed Conflict* apresentaram uma definição inicial de logística que foram corrigidas ao longo de suas exposições. A logística seria o suprimento de artigos consumíveis, mas em ambas as obras se recorreu a emendas, com a adição de comunicações e serviços de apoio, respectivamente (MACKSEY, 1990, pp. 5-6, 8-14, para a emenda final de sua definição, 194; THOMPSON, 1991, pp. 3-8; mas sua posição final foi expressa em 194, a nota 10 do capítulo 1).

Tuttle Jr. em *Operational Logistics: The Art and Science of Sustaining Military Operations* e Kress em *Operational Logistics: The Art and Science of Sustaining Military Operations* foram propostas de apresentação consolidada de suas experiências com atividades preparatórias de seus autores como general de intendência e especialista em pesquisa operacional para estudos de política de defesa, respectivamente. Ambos os autores anunciaram a preocupação em dar algum respaldo ao vácuo conceitual de logística. Na primeira obra, existiu uma clara intenção de se preparar para a *Transformation*¹⁰, enquanto na segunda se reproduziu a proposta de Eccles de se converter princípios do sistema de produção civil à preparação da guerra. De uma maneira ou de outra, suas obras são a coletânea mais ou menos sistematizadas de experiências

¹⁰ A *Transformation* é um enquadramento da tecnologia muito recente e é uma variação da perspectiva de Revolução de Assuntos Militares (RMAs). Em 1997, o Secretário de Defesa dos Estados Unidos lançou seu plano quadri-anual de defesa que tinha como meta a “transformação do aparato militar dos Estados Unidos”. Essa transformação levaria os Estados Unidos para uma condição de superioridade militar inigualável por volta de 2020. Ver (PROENÇA JÚNIOR, 2004).

vivenciadas e reflexões pontuais para lidar com a logística da guerra contemporânea.

É oportuno encerrar esta revisão da literatura com a apreciação do artigo ‘Theoretical Aspects of Military Logistics’ de Vladimir PREBILIC, publicado em 2006 no periódico *Defense & Security Analysis*. Este documento é representativo dos limites da condição atual de conceituação da logística, que é a mesma do século 18. Interessante notar ainda que ele foi publicado em período próximo que a proposta original desta tese, publicada em 2005 no *Journal of Strategic Studies*, sendo que utilizamos quase a mesma base bibliográfica. Porém, Prebilic chegou a conclusões completamente distintas das minhas.

Seu artigo é aberto com referências a estudos anteriores como Thorpe, Eccles, Creveld, Jones e Thompson e diferencia ainda as propostas de Clausewitz e Jomini. A partir deste último ponto seu tratamento é insatisfatório e com erros. Prebilic não considera o capítulo 1 do livro II do *Da Guerra* e baseia sua interpretação nos livros III, IV e V - as passagens menos revisadas e mais inconsistentes com o último estágio de pensamento de Clausewitz. Isso leva Prebilic a uma afirmação que invalida seu entendimento da Teoria da Guerra: “Clausewitz via a logística como parte constituinte de uma organização militar; era um importante componente de um enfrentamento militar, mas não influenciava diretamente seu resultado” (PREBILIC, 2006, p. 161). Tal afirmativa desfaz toda a construção de classificação e definição de categorias de análise e categorias factuais empreendidas por Clausewitz e reduz o potencial explanatório da Teoria da Guerra a uma única conclusão do relacionamento entre atividades preparatórias e combatentes. Mais grave que isso, Prebilic utiliza essa consideração como suficiente para elevar a contribuição de Jomini e para explicar porque a escola francesa de logística também teria se difundido mais que a escola prussiana, inclusive para os Estados Unidos (PREBILIC, 2006, pp. 162-164).

No entanto, todas essas considerações têm utilidade apenas retórica para o artigo, pois são abandonadas para dar lugar a um enquadramento baseado na teoria de sistemas em que o conceito de logística é definido pela equação:

$$U_g = M_m / t$$

Em que “objetivo logístico (U_g) seria suprir com material militar (M_m) no menor tempo (t) possível” (PREBILIC, 2006, p. 167). Nesse sentido, o conceito de Prebiloc é o de Jomini e resume a logística ao serviço de suprimento. Através dessa equação, Prebiloc desenvolve outras formulações para mensuração e avaliação quantitativa dos efeitos da logística do suprimento no combate, pois ele estabelece que a grande questão a ser analisada e confrontada seria o surgimento de vácuos dos serviços logísticos no apoio das forças combatentes nos campos de batalhas (PREBILIC, 2006, pp. 164-166). Como Jomini, Prebiloc não considera o combate, nem o oponente da suas proposições. Ele também se arrisca a expandir sua proposição para a correlação de forças no teatro de operações.

Esse último ponto pode ser aproveitado para a constatação de que a conceituação da logística encontra-se, hoje, na mesma condição de que o pensamento estratégico ocidental herdado e difundido por Jomini e que não se foi capaz de avançar sem a consideração da Teoria da Guerra de Clausewitz. De fato, a condição atual pode ser enquadrada com a mesma acusação que Clausewitz fez a seus contemporâneos:

Os teóricos rapidamente descobriram como difícil era o assunto, e sentiram justificados ao evadir o problema por novamente direcionar seus princípios e sistemas apenas sobre questões físicas e atividade unilateral. Como na ciência preocupada com *a preparação para a guerra*, eles quiseram alcançar uma série de conclusões certas e positivas, e por essa razão consideraram somente fatores que pudessem ser calculados matematicamente (CLAUSEWITZ, 1984, II-2, p. 134; *itálicos do original*)^{viii}.

Expandido esta consideração de Clausewitz, é possível acusar três problemas em toda literatura apreciada para esta tese.

Primeiro, acusa-se o estudo de logístico como irregular, isolado e marginal. A publicação de artigos e livros sobre logística deu-se com consideráveis períodos

de intervalo, com pouquíssima interlocução, seja dentro de cada categoria de literatura, mas principalmente entre elas. Por fim, esses estudos possuem ainda menor relevância atual por serem marginais no âmbito mais amplo dos Estudos Estratégicos.

Segundo, é notável um conformismo de que a logística seja uma questão essencialmente contextual, passível de ser considerada apenas factualmente ou a partir do acúmulo indutivo de experiências e práticas. Com essa perspectiva, não é possível estabelecer *a priori* e conceitualmente considerações logísticas em questões históricas e contemporâneas.

Terceiro, constata-se um real problema em se estabelecer categorias de entendimento que sirvam ao estudo de logística. Existe uma confusão do que sejam objeto de investigação, elementos factuais, modelos explicativos e juízo analítico. A literatura de logística não tem convicção e, muito menos consenso, de quais realmente são os aspectos do fenômeno guerra que compreendem a “logística” e que devem ser objeto de inquérito científico. Não existe inquérito científico e não se sabe identificar quais os dados a serem recortados e como tratá-los analiticamente. Por fim, acusa-se a hesitação na formulação de juízos analíticos que sirvam a uma compreensão geral de logística e a novas práticas militares.

1.4. *UMA INTRODUÇÃO A HISTÓRIA EXTERNA DO ESTUDO DA LOGÍSTICA.*

Apenas do ponto de vista de história interna da trajetória do estudo da logística não é possível entender sua condição defasada atual. Apenas acessando o conteúdo das obras sobre logísticas não é possível explicar como no século 21 ainda se reproduzem deficiências presentes no pensamento estratégico ocidental no século 18, ou como ainda seja possível elevar as proposições jominianas apesar de da impropriedade científica de sua contribuição como um todo. Tal linha pseudo-científica de desenvolvimento é ainda mais difícil de entender quando se adiciona os lapsos de tempo entre a concepção de logística por Jomini em meados do século 19, a proposta de Creveld pela renascença dos

estudos de logística segundo proposições de Jomini na década de 1970 e o sucesso desta proposta até os dias atuais. A proposta de Creveld ocorreu quase 100 após a proposta original de Jomini, e tal agenda de pesquisa ainda é sustentada pela literatura mesmo após 30 anos de insucesso no progresso científico do estudo da logística. Por fim, é impositivo tentar explicar a razão do sucesso da adesão pela definição jominiana no mesmo período de difusão da obra de Clausewitz, que também foi “renascida” na década de 1970 e vem se tornando mais e mais presente na literatura do campo dos Estudos Estratégicos do século 21 (HARTMANN, 2002; DUYVESTEYN, 2004; MUNKLER, 2004; KINROSS, 2005; STRACHAN, 2007; HERBERG-ROTHER, 2007; HERBERG-ROTHER e STRACHAN, 2007; ECHEVARRIA, 2007; SUMIDA, 2008).

A revisão da literatura específica de logística não explica os desenvolvimentos que levaram a tal condição. Existem suspensão e hesitação por parte da literatura entre a proposta e a renascença de Jomini sobre a renascença de Clausewitz que são apenas compreensíveis pela narrativa de uma história externa. Ou seja, pela consideração de contornos e critérios não-científicos que explicam a adesão contemporânea predominante por uma proposta de pesquisa degenerada da logística (LAKATOS, 1979a, p. 117). Esta história externa envolve a narrativa dos desenvolvimentos ao longo do século 20 que permitiram um movimento pseudocientífico mais amplo nos Estudos Estratégicos e que deu sobrevida às proposições de Jomini e difundiu a tese que a Teoria da Guerra de Clausewitz não enquadraria a logística.

A adesão à definição da logística de Jomini não ganhou o mundo de imediato. Como bem explica BOWLER (1975, p. vii), ela não foi presente na literatura em língua inglesa no restante do século 19. Existiu um lapso ao longo da primeira metade do século 20 em que houve uma indefinição sobre como estudar a logística. Ela foi tratada com distinção por CAEMMERER (1983, originalmente 1905), o mais antigo comentário encontrado a respeito depois de Jomini. Mais crítico ainda foi a centralidade da logística nos esforços daqueles autores que buscaram compreender a guerra ao passo que ela acontecia, como THORPE (1986, originalmente 1917) que apontou a necessidade de enquadrar a logística cientificamente, após os traumas presenciados na sustentação das operações da Primeira Guerra Mundial. A explicitação do vínculo entre logística, política e

sociedade foi feita inicialmente em EARLE (1940) e VAGTS (1940), e depois novamente quando da entrada dos Estados Unidos na II Guerra Mundial na introdução do *Makers of Modern Strategy* editado por EARLE (1943, pp. viii-xi). Ele enfatizou a preparação para a guerra como uma questão democrática fundamental. Uma defesa plena pela necessidade de se estudar a logística, inclusive ancorada em Clausewitz, foi feita por MILLET (1945, pp. 193-207).

A Segunda Guerra Mundial foi uma barreira histórica para a superação das deficiências do pensamento estratégico em prol do avanço de um arcabouço mais consistente e melhor fundamentado na História da Guerra. As preocupações com relação à logística do início do século 20 não tiveram consequência após 1945 e assumiram uma posição marginal nos esforços acadêmicos desde então. À logística não foi dada sequer menção na proposta dos Estudos Estratégicos como disciplina científica por BRODIE (1949) e na sua re-avaliação vinte anos depois por BULL (1968).

O abandono do estudo acadêmico das atividades preparatórias foi mais um resultado da divisória entre os mundos pré e pós nuclear como acusado por GRAY (1977). Os contornos e conteúdo que justificaram tal divisória são importantes de serem considerados porque também definiram as condições de renascimento do estudo da logística na década de 1970 e serviram de base para a crítica que a Teoria da Guerra de Clausewitz seria insuficiente ou incompleta para tratar da guerra contemporânea e de omissa no estudo da logística. A principal consequência da aceitação acrítica de uma falaciosa divisória do mundo nuclear apontada por GRAY (1977) foi o distanciamento entre estudos históricos e estudos políticos nos Estudos Estratégicos e a negação da tradição da historiografia científica à educação dentro das instituições militares.

Como foi descrito anteriormente, entre os séculos 18 e 19, houve um processo gradual de desconsideração do uso da História da Guerra como proposto por Montecuccoli e que evoluiu para uma tradição de história militar como um ramo literário. Apesar da tentativa de ruptura total com a História na obra de Jomini, o século 19 presenciou a inauguração da historiografia militar “científica” por Clausewitz (GILBERT, 1980) e sua evolução por DELBRÜCK (CRAIG, 1986) e CORBETT (SCHURMAN, 1981). A partir de então, passou a existir duas propostas de uso da história incompatíveis entre si e a denúncia deste estado de

coisas e sua aceitação irrefletida era veemente na edição dos *Makers of Modern Strategy* de 1943¹¹.

A divisória nuclear suspendeu esta tradição científica de uso da História no estudo da guerra. Por vinte anos, houve a escalada de obras conceituais ou temáticas com um mau uso, ou uso nenhum, de bases empíricas para validação de proposições e argumentos (ver a avaliação retrospectiva em GRAY, 2004, p. ix). Favoreceu-se a tradição de história militar que acatou convenções literárias, fazendo concessões do rigor acadêmico a fim de prover entretenimento para seus leitores, e que ofereceu a lide dos Grandes Capitães como o arcabouço para formação histórica dos oficiais militares. A proposta de estudo da logística de CREVELD (1977) faz parte desta tradição.

Na década de 1970, existiu a recuperação das obras de Clausewitz e Delbrück, com traduções para inglês de suas principais obras¹². No mesmo período, iniciou-se o movimento de produção de estudos da linha *War and Society* que tentou, e parcialmente conseguiu, romper com a tradição literária da historiografia da guerra, como descrito por HOWARD (2004) que teve seus primeiros movimentos em meados da década de 1960. A obra de ENGELS (1978) foi uma consolidação dessa trajetória, pois o tema da logística passou a ser um fiel na balança na confrontação por um melhor enquadramento da historiografia do fenômeno bélico.

Entretanto, quando o estudo de logística recebeu novo ímpeto na academia com CREVELD (1977), ele se deu pela gradual conformação da logística por um amplo e totalizante entendimento da tecnologia no contexto da Guerra Fria (ver HANDEL, 1986; BUZAN, 1987; LUTTWAK, 1993). O próprio CREVELD (1989) reformulou sua proposta inicial de estudo da logística, pois o estudo da

¹¹ Comparar a divergência entre as propostas de estudo da história no periódico *Military Affairs* entre a demanda de Ropp de ensino da história da Guerra tendo como base Clausewitz e o artigo editorial de 1950 em defesa da história dos Grandes Capitães (ROPP, 1949; EDITORIAL, 1950).

¹² Ver a satisfação de ROPP (1977) ao refazer sua demanda pelo estudo da história de 1949, tendo então a disponibilidade de traduções para o inglês de obras de Clausewitz, Delbrück e Braudel.

tecnologia seria a chave para todas as questões da guerra no passado, presente e futuro.

Portanto, uma segunda consequência da divisória nuclear foi que na elevação da centralidade da tecnologia no estudo da guerra, passou-se a desconsiderar também as proposições conceituais anteriores à invenção da bomba atômica e, posteriormente, no mesmo tipo de afã tecnologizante, do computador (MURRAY, 1997). E este foi o principal argumento para a desqualificação parcial de Clausewitz para o estudo da guerra e sua total desqualificação como arrimo para o estudo da logística.

A difusão de Clausewitz ocorreu após a Segunda Guerra com o êxodo de pensadores alemães para as universidades dos Estados Unidos (BASSFORD, 1994a, pp. 180-190; STRACHAN, 2007, p. 33). Por isso, Clausewitz seria reafirmado indiretamente, não através do campo dos Estudos Estratégicos, mas através de outras disciplinas e autores que basearam seus entendimentos de guerra e de uso da força em Clausewitz, como o realismo neoclássico (ver MORGENTHAU, 1948, p. 679; ARON, 1986a, pp. 69-127, originalmente 1962; HOFFMANN, 1978, p. 109); ou através de casos excepcionais de contato direto de especialistas alemães com instituições acadêmicas norte-americanas, Rosinski por exemplo. A consolidação de Clausewitz foi consequência da publicação da nova tradução do *Da Guerra* por Peter PARET e Michael HOWARD (1976), uma nova biografia de Clausewitz também por Peter PARET (1976) em *Clausewitz and the State* e pela incursão na Teoria da Guerra por Raymond ARON (1976) em *Pensar a Guerra: Clausewitz*.

Por isso, um passo natural no avanço e consolidação das perspectivas tecnológicas da guerra foi a confrontação com Clausewitz. As várias inconsistências internas das perspectivas tecnológicas não favoreceram um processo de incremento gradual de consenso e de capacidade explicativa para substituição da Teoria da Guerra. Anteriormente, as tentativas de provar a completa desqualificação de Clausewitz a partir de perspectivas alternativas - econômica, culturalista e pós-moderna - não tiveram sucesso (METZ, 1994; BASSFORD, 1994b). Porém, esta nova crítica tecnológica a Clausewitz teve um efeito diferenciado, pois teve o surpreendente endosso dos trabalhos de Michael HOWARD (1979, 1983).

Howard havia sido um dos responsáveis pelo resgate e difusão da obra clausewitziana entre as décadas de 1960 e 1970. Ainda assim, alguns anos após sua principal contribuição no campo, com a publicação da primeira tradução para o inglês do volume completo e original do *Da Guerra* em 1976, Howard passou a questionar o valor integral da mesma. Ele propôs um redimensionamento do arcabouço teórico de Clausewitz. A guerra não seria mais governada por política, sociedade e conduta das forças combatentes, como argumenta Clausewitz. Na revisão de Howard de 1979, a formulação e condução de estratégias deveriam observar quatro dimensões que se intercalariam em importância desde a Revolução Francesa: operacional, logística, social e tecnológica (HOWARD, 1979, pp. 975-986).

A conduta da guerra em si, ou a dimensão operacional da guerra como propõe Howard, sempre teria um papel de alguma relevância. Mas seriam as outras três dimensões que sobressairiam no período histórico que ele observava: da Guerra Civil Americana até a Guerra Fria. No caso da primeira guerra observada, a dimensão logística da guerra teria sido predominante na vitória do Norte sobre o Sul em decorrência que os grandes generais teriam aderido à causa separatista e o norte teria como principal qualidade e fator para a vitória sua capacidade industrial. A dimensão logística estaria presente, da mesma maneira, nas guerras de unificação alemã e ainda na I Guerra Mundial. A dimensão social passaria a ser relevante, e até a mais relevante no recorte histórico delimitado por Howard, pela observação da participação popular nas Guerras Napoleônicas, depois novamente na I Guerra Mundial, mas com novo ímpeto na II Guerra Mundial e nas guerras de descolonização na África, Ásia e Oriente Médio. A dimensão tecnológica, por último, seria a que conteria consigo a promessa de crescente determinação nas guerras futuras.

Esse argumento foi sustentado pela evidência do papel do rifle de repetição e da nova gama de peças de artilharia na superioridade prussiana sobre as forças armadas austríacas e francesas nas guerras de unificação alemã. Na primeira metade do século 20, a metralhadora Maxim, ou equivalente, era um requisito imprescindível em qualquer campo de batalha. Mas Howard qualificou que nesse estágio, a dimensão tecnológica seria dependente da capacidade fabril e do engajamento popular para ter seu efeito. A tecnologia desde o século 19 ainda

estaria em um estágio de maturação que seria alcançado apenas com o advento das armas nucleares. A bomba atômica teria conferido à dimensão tecnológica da guerra uma condição muito mais autônoma das dimensões logísticas e sociais e subordinaria ainda a operacional.

A estratégia, na plenitude de seu entendimento, e para além de Clausewitz, passou a ter parâmetros próprios de regulação desde que o enfrentamento entre as duas superpotências poderia levar a um enfrentamento por questões puramente técnicas e sem qualquer justificativa política aparente, tornando o holocausto nuclear uma ameaça permanentemente. Além dessa repercussão aterradora aos olhos de Howard, a predominância da tecnologia também era a fonte para contrabalancear seu próprio mal. Novos armamentos convencionais e o incremento logístico pela tecnologia dariam opções de uso da força que rivalizariam com as armas nucleares em eficácia, reduzindo a possibilidade dessas e seus efeitos nefastos.

Com isso, Howard demarcou um novo horizonte de formulação de estratégias para a realidade da Guerra Fria e em diante. Howard teve em mente com esse artigo uma contribuição muito mais política que acadêmica. Seu artigo decorreu de numa apreciação histórica porque a história militar foi seu *métier*. No entanto, sua preocupação foi eminentemente com sua realidade contemporânea e formulações políticas como “destruição mútua assegurada” ou “resposta flexível” em que seu querido Reino Unido seria um alvo prioritário, e que o levou à posição pública pelo desarmamento unilateral. O efeito de seu texto foi pautado pela ambição de oferecer novos subsídios à formulação de políticas de segurança pelo bloco ocidental. Isso tanto foi verdade que seus futuros trabalhos nunca mais repetiriam esses argumentos e carga emocional.

Howard continuou, entretanto, emprestando sua autoridade na trajetória de desautorização de Clausewitz. Por um lado, sintetizando as intenções de Clausewitz como limitadas, pois este pretendia oferecer uma obra que durasse mais do que dois ou três anos, escrita por um soldado para soldados e que sacrificou a universalidade pelo pragmatismo e simplicidade (HOWARD, 1983, p. 60). Por outro lado, mais grave na ótica de Howard, foi o tratamento de Clausewitz das questões materiais da guerra. Clausewitz, em parte, não trataria de questões econômicas de maneira deliberada, e ignoraria, inconscientemente,

a dimensão tecnologia. Esses lapsos de Clausewitz seriam explicados pelo fato de que a natureza dos armamentos disponíveis e os modos de transporte estavam estáveis no tempo de Clausewitz, havia cem anos, no caso do primeiro, e mil anos, no caso do segundo. No entanto, eles teriam sofrido drásticas transformações depois da morte de Clausewitz e seriam determinantes para a conduta da guerra (HOWARD, 1983, p. 4).

Tal conformação de Clausewitz foi marcante. Ela serviu de base para uma vertente de autores – a *neoclausewitziana* – que tentaria revisar ou adaptar a Teoria da Guerra de Clausewitz à era da tecnologia e serviu ainda como base para aqueles que propuseram o seu abandono integral (HANDEL, 1986; CREVELD, 1991)¹³.

Portanto, a manutenção da proposta jominiana sobre a clausewitziana entre a década de 1970 até os dias atuais apenas pode ser explicada pelo esvaziamento de rigor científico que se instaurou nos Estudos Estratégicos no mesmo período. Apenas com a desconsideração da História da Guerra e da Teoria da Guerra, é possível se aceitar as proposições de Jomini como adequadas ou suficientes e as proposições de Clausewitz como impróprias ou omissas no enquadramento da logística.

De fato, a literatura já reconheceu uma tradição cíclica de descarte e recuperação da obra de Clausewitz nas instituições educacionais militares e na academia, principalmente nos Estados Unidos¹⁴. De certa maneira, parece existir a necessidade de que cada geração tenha que descobrir e assimilar a Teoria da Guerra, principalmente na iminência ou após um desastre. MURRAY (1997) evidenciou tal processo complexo e, em alguma medida, enigmático, pelo qual a reflexão institucional nas escolas superiores das forças armadas dos EUA passou nos últimos setenta anos. Em 1997, seu artigo deu o testemunho do que lhe parecia ser – e de fato foi – o próximo movimento no ir e vir entre a

¹³ Para a apreciação integral dessa ‘escola’ ver PROENÇA JÚNIOR (2007), também acessível em PROENÇA JÚNIOR e DUARTE (2008).

¹⁴ A exposição que segue beneficia-se de publicação anterior, ver PROENÇA JÚNIOR e DUARTE (2007).

afirmação do espaço da escola e da educação como posto e passagem associados a trajetórias exitosas de carreira e o seu uso como cemitério de carreiras esperando a aposentadoria (MURRAY, 1997, para. 1-3).

A geração de oficiais das décadas de trinta e quarenta, que lutou a Segunda Guerra Mundial, tiveram uma formação acadêmica sólida, e entenderam a presença como alunos e docentes nas escolas superiores como uma etapa obrigatória e necessária. Essa situação se modificou ao longo das décadas de 1950 e principalmente de 1960, quando a resposta militar à gestão de Robert S. MacNamara foi uma adesão acrítica à quantificação como forma de entendimento e conduta da guerra e da defesa nacional. Neste processo, as escolas foram relegadas a postos de segunda, e o primado da ação e da experiência fez com que fosse uma moda abrir mão da passagem escolar quando ela era oferecida. O rescaldo do desastre militar do Vietnã na década de 1970 permitiu que a nova tradução do *Da Guerra* de Clausewitz por Michael Howard e Peter Paret viesse a ser tomada como a pedra fundamental do processo educacional militar dos EUA, instituindo um adensamento acadêmico em suas escolas pela incorporação de professores civis e práticas acadêmicas. Isto levou a um breve período em que os cursos militares tiveram elevados padrões de seleção e incluíram a possibilidade de programas doutorais afinados com os critérios universitários como parte de suas atividades. Para Murray, o impacto dessa passagem foi eloqüente, e se estendeu desde a reconfiguração dos termos pelos quais se ganhou a Guerra Fria até a qualidade dos resultados, propriamente estratégicos, da Guerra do Golfo de 1990-1991.

Por isso, Murray surpreendeu-se que, em menos de uma década, se pudesse relatar uma degeneração quase que completa destes espaços. Para Murray, o centro deste processo era a percepção equivocada de que a digitalização teria invalidado formas de guerra anteriores, obsoletizando Clausewitz por afirmá-lo incapaz de lidar com a novidade do computador (MURRAY, 1997, para. 11-13).

BETTS (1997) evidenciou como a academia norte-americana, mais especificamente departamentos ou linhas de pesquisa de estudo da guerra, apresentou os mesmos elementos cíclicos das academias militares. Ele concedeu que este é um fenômeno cíclico, observando que estaríamos num terceiro movimento nesta direção desde a Segunda Guerra Mundial. No panorama

histórico desses altos e baixos, apontou que o problema essencial da relação civil-militar e das academias pode ser fundamentalmente generacional, talvez em razão da juventude das instituições civis em sociedades democráticas que lidam com a guerra (BETTS, 1997, p. 33).

Tal artigo considerou se os Estudos Estratégicos como campo de conhecimento deveria ser abandonado com o fim da Guerra Fria. Ele arguiu pela leviandade de se abrir mão de especialistas civis em questões de defesa pós-Guerra Fria e, ainda, da incoerência da dinâmica corporativa acadêmica de restrição dos espaços acadêmicos para os Estudos Estratégicos diante do apetite e promessas dos assim chamados Estudos de Segurança. Um e outro emularam, em termos civis, os equívocos militares de abandono de fundamentos no afã da novidade ou da esperança. No caso acadêmico, isso se traduziu na repulsa e condenação moralista quanto ao conhecimento relacionado à própria gramática dos meios da guerra, passando a tratá-la como uma “caixa preta”, como se os aspectos políticos da guerra se resolvessem em si mesmos.

A primeira consequência disso foi a própria perda de capacidade das disciplinas contemporâneas de compreenderem a realidade do que era a guerra. Desprezar os meios por preconceitos de foco e ao arrepio de sua capacidade determinante nos resultados da política internacional. Tolerou-se, afirmava-se, a postura da simples recusa, por prurido ou nojo, aos aspectos materiais do uso de força, reificando de forma autárquica os panoramas políticos internacionais ou internos dos países. A segunda consequência foi que a academia passou a abandonar a guerra aos generais, contrariando os ensinamentos de Lloyd George e Clemenceau da Grande Guerra. O maior risco observado por Betts foi que a falta de especialistas civis para compartilhar as decisões relacionadas com o orçamento de defesa com oficiais militares acabou produzindo a situação em que elas tiveram que passar a ser tomadas por civis ignorantes, desprovidos da lógica política e/ou militar. Ou, pior, os militares tiveram que decidir sozinhos sem maior capacidade de avaliar suas consequências políticas (BETTS, 1997, pp. 25-26).

Portanto, diferente de outras passagens históricas marcantes, o pós-Guerra Fria teve mais continuidades que rupturas com sua trajetória anterior de pensamento estratégico e subsequente consideração da logística. Velhas

questões precisaram ser enfrentadas novamente na delimitação dos Estudos Estratégicos, bem como a recuperação já irritada da centralidade de Clausewitz para sua expansão como uma disciplina científica útil (a melhor expressão disso é GRAY, 1999). Além disso, é impressionante que o contexto de várias guerras travadas pelos Estados Unidos na década de 1990 não trouxeram uma atenção acadêmica adequada para os imensos esforços logísticos necessários para as operações no Golfo, Balcãs e por todo globo. E por mais que se indicasse a necessidade de consideração das fundações sociais e econômicas da guerra, a marginalização da logística nos Estudos Estratégicos persiste no século 21, principalmente com a continuidade na ênfase dada às perspectivas tecnológicas da guerra (MAHNKEN, 2003).

Considera-se, portanto, que a persistência da proposta jominiana é conseqüência de um problema mais amplo e grave dos Estudos Estratégicos. Este campo vem possuindo uma capacidade discutível de avanço científico. Esta é uma constatação convergente com o juízo de KAPFERER (2004), que apontou que o estudo da guerra após a Guerra Fria continua a não ser capaz de distinguir temas relevantes dos irrelevantes, as metodologias consistentes das inconsistentes e os estudos realmente científicos dos pseudocientíficos.

O complexo inter-relacionamento entre academia, governos e instituições militares dos Estudos Estratégicos tem levado a uma condição em que sua aspiração normativa vem sendo refém de decisões expedientes. O questionamento dessa condição disciplinar é menos crítica em função de uma demanda por uma neutralidade moral científica – inviável como já discutido por WEBER (2005), principalmente porque a guerra é uma atividade política. Porém, a produção acadêmica tem sido incapaz de fazer as necessárias dissociações e alcançar proposições autônomas, tornando-se estéril e volátil, permitindo a subordinação do campo dos Estudos Estratégicos a uma subárea técnica da atividade estatal: *statecraft*. O compromisso epistemológico dos Estudos Estratégicos em seu estado como tal vem sendo refém do contexto e, conseqüentemente, de tensões ideológicas, políticas e administrativas. Todos eles externos a questões realmente prementes de uma disciplina como objeto de estudo, teorias, fontes empíricas e critérios de validação de hipóteses. De fato,

não existe rigor de cientificidade na pesquisa acadêmica sobre guerra e paz (KUGLER, 1993, p. 484).

Uma primeira evidência de tal condição é a falta de unidade nesse campo e sua limitada intersecção com outras comunidades científicas, mesmo aquelas em que se espelha e daquelas as quais toma insumos, como a Economia e as Ciências Sociais principalmente (KUGLER, 1993, p. 483). De outro lado, existe uma sucessão acumulada de fragilidades e variações no uso dos termos “estratégia”, “tática” e “logística” ao longo dos séculos 20 e 21, que acarreta no risco de perda do sentido e da capacidade do pensamento estratégico como empreendimento intelectual (STRACHAN, 2005).

O diagnóstico de Strachan foi que se perdeu de vista a natureza da utilidade de uma teoria e, portanto, a orientação da ação estratégica. Ele apontou que existiu um processo difuso que destruiu o conteúdo do termo “estratégia”, reduzindo-o a um conjunto de platitudes e banalidades. A clareza das definições de política, tática e estratégica a partir da Teoria da Guerra foram obscurecidas por meias medidas e emendas, quando não por modismos, marketing ou pela sonoridade de uma determinada formulação. Esta foi uma expressão da dinâmica social e política no mundo de língua inglesa, mas cuja disseminação global foi evidente.

Entre os séculos 20 e 21, sucederam-se ‘grande estratégia’, ‘estratégia total’, níveis de estratégia (militar, naval, aérea, aeroespacial, industrial, operacional, etc.) e não-estratégia, cada um dos quais perdia um pouco mais da clareza do que, afinal, distinguia a estratégia de qualquer outra coisa. O movimento correspondente desde a prática militar foi uma expansão do que se desejava entender como sendo o seu alcance. Isso se traduziu na reificação do lugar de comando militar, uma versão distorcida da “conduta da guerra” feita autárquica diante da política. E admitiu ainda expressões mais ou menos doutrinantes da “arte” ou “ação” operacionais, quase ou pseudo-estratégias, que acabam sendo pouco mais que um novo capítulo na luta por autonomia militar diante da política. Mesmo acadêmicos, que deveriam ser mais atentos a estes processos, sofreram, e muitos cederam, à ambição de uma expansão tal da estratégia que chegam a aceitar que se abandonem os Estudos Estratégicos pelos Estudos de Segurança, cujo resultado final foi o de “ao tentarem ser inclusivos, acabarem sendo nada” (STRACHAN, 2005, p. 47).

Strachan apontou que o único rumo do reparo seria o estudo de história para colocar teorias em seus contextos, e o retorno à fonte teórica no rigor de seu conteúdo, com o benefício da crítica para reedificar a estratégia.

Mas a estratégia não é apenas uma questão para historiadores. Diz respeito a todos nós. A estratégia diz respeito à guerra e à sua conduta, e se a abandonamos, abrimos mão da ferramenta que nos ajuda a definir, moldar e compreender a guerra. [...] [Uma] verdade fundamental mas pouco apreciada [é] que a guerra tem sua própria natureza primordial, independentemente de sua ambientação política ou social. Mas as potências do Ocidente conspiraram, inconscientemente, para o processo pelo qual a guerra uma vez mais passa a ser compreendida apenas em seus termos primitivos. Arrancou-se a guerra de seu contexto político (STRACHAN, 2005, p. 48)^{ix}.

Enfim, considera-se que esta narrativa permite qualificar a condição atual em que a maior parte da literatura em Estudos Estratégicos toma logística por seu significado como dado por Jomini. A literatura específica de logística é limitada a narrativas históricas ou de gestão através do tratamento de problemas específicos e casos, e não propõe ter logística dentro de um arcabouço teórico. Para a maioria dos autores, logística significa o apoio de suprimentos, adicionado de qualquer variação que se possa encontrar em dicionários e manuais de campo e doutrinários. A apreciação do relacionamento entre logística e tática e estratégia é factual, também sem qualquer tentativa de apreensão conceitual. Da mesma maneira, esta narrativa permite a qualificação da ignorância completa dessa literatura sobre o que Clausewitz sempre teve a dizer sobre as atividades preparatórias da guerra.

A recuperação do enquadramento da Teoria da Guerra das atividades preparatórias e sua correspondência à redefinição da logística são a principal contribuição desta tese e são desenvolvidas no próximo capítulo.

2. TESE: O CONCEITO DE LOGÍSTICA A PARTIR DA TEORIA DA GUERRA.

A proposta desta tese é a substituição do conteúdo original do conceito de logística de Jomini por um novo conjunto de proposições disponíveis na Teoria da Guerra, desenvolvidas por Clausewitz justamente para o enquadramento conceitual da arte da guerra. Não se introduz a formulação original de um conceito, mas a comunicação da descoberta de um, até então ignorado pelo campo dos Estudos Estratégicos. Nesse sentido, sua comprovação como consistente e útil obedece à realização de alguns requisitos.

Primeiro, a apresentação integral da formulação das proposições de Clausewitz que se argumenta serem correspondentes à conceituação da logística. Segundo, a verificação de sua consistência com relação ao restante do arcabouço conceitual da Teoria da Guerra. Terceiro, a apreciação dos procedimentos de sua operacionalização no exercício efetivo de estudos da guerra, como a identificação de ajustes necessários ou recomendados na sua inserção na análise crítica (*Kritik*). Quarto, a avaliação da consistência, operacionalização e potencial explanatório do conceito de logística em testes empíricos.

Os dois primeiros requisitos são atendidos neste capítulo. O terceiro é desenvolvido no capítulo seguinte a este. A quarta tarefa é executada no último capítulo da tese.

A apresentação do conteúdo do conceito de logística reproduz a estrutura expositiva de Clausewitz no capítulo 1 do livro II, conduzida nas duas primeiras seções deste capítulo. Tal estrutura expositiva é a mesma do documento original de apresentação da proposta do conceito de logística a partir de Clausewitz, em artigo publicado em co-autoria com meu orientador no *Journal of Strategic Studies* (PROENÇA JÚNIOR e DUARTE, 2005). Entretanto, existe o refino significativo da argumentação pela recuperação mais sintética de proposições de Clausewitz, um melhor uso de citações ao longo do texto, a correlação com outras passagens do *Da Guerra* e pela reformulação de algumas digressões pelo benefício do uso do conceito de logística no estudo de caso da Campanha de Saratoga. Este último ponto em particular permitiu uma melhor reflexão da logística em articulação com a tática e a estratégia.

Na segunda seção deste capítulo existe um resultado da pesquisa doutoral que é a proposta do enquadramento da tecnologia pelo conceito de logística. Tal formulação decorreu de minha participação no projeto de pesquisa ao CNPq, *Tecnologia e Defesa*, em 2007, sob coordenação de meu orientador (PROENÇA JÚNIOR, 2007). Nesse sentido, existe a reprodução de maneira praticamente integral do relatório de pesquisa.

A terceira seção do capítulo é a verificação da consistência das proposições de II-1 com o último estágio de pensamento de Clausewitz. Tal procedimento tem o benefício dos critérios de inspeção das obras de Clausewitz formulados por Diniz (2002). A quarta seção também segue Diniz em termos de verificar o conceito de logística segundo os requisitos de cientificidade de Lakatos (LAKATOS, 1970, 91-195; LAKATOS, 1978; LAKATOS, 1999). Por fim, a última seção é um sumário das proposições de Clausewitz e a apresentação dos ganhos no seu emprego como uma nova proposta de enquadramento e estudo da logística.

2.1. *A DEFINIÇÃO DE LOGÍSTICA.*

A proposição do conceito de logística tem como cerne as considerações desenvolvidas por Clausewitz no *Da Guerra*, livro II, *Sobre a Teoria da Guerra*. No primeiro capítulo deste livro, “Classificações da Arte da Guerra”, ele apresenta os argumentos pelo recorte analítico de sua teoria: as atividades conduzidas por forças combatentes em torno do uso da força em combates. O combate é o objeto unívoco no estudo da guerra, de onde se desdobram os conceitos que articulam a teoria, e o foco da investigação analítica sobre a realidade. A partir da centralidade do combate na guerra que Clausewitz define tática e estratégia. Tática é o uso da força nos combates entre combatentes em um enfrentamento. Estratégia é o uso dos resultados dos enfrentamentos para os propósitos da guerra. Essas definições estabelecem o escopo da realidade sobre a qual a Teoria da Guerra se debruça: as atividades combatentes.

Interessante notar que Clausewitz é consciente e refuta os conteúdos anteriores de tática e estratégia desenvolvido por seus antecessores e contemporâneos, aqueles sinteticamente tratados na seção 1.1 e 1.2. Ou seja, da mesma maneira

que se propõem aqui a substituição do conteúdo conceitual, deficiente e anterior, de logística, Clausewitz já havia procedido explicitamente na substituição dos conteúdos de tática e estratégia. Porém, a proposição de novas categorias analíticas implica na confrontação com toda uma gama de expectativas enraizadas que prejudicam o entendimento do que é a guerra e como ela pode ser estudada. Por isso, Clausewitz empreende a tarefa de anúncio de qual o escopo do seu estudo e classificação das categorias factuais da realidade que estão integralmente dentro dessa lente analítica. Ele é rigoroso e também anuncia aquelas atividades conduzidas por forças combatentes ao longo da História que são parcialmente relevantes e aquelas que são irrelevantes. Com isso, Clausewitz estabelece quais eventos da realidade sua Teoria da Guerra se endereça, portanto ele delinea os limites de utilidade desta teoria.

Clausewitz aponta que a sua teoria tem como foco a conduta da guerra: um conjunto mais restrito de atividades entre todas as que uma força combatente pode vir a ser empregada. O conjunto amplo e total de atividades que uma força combatente pode executar é definido como a arte da guerra. Estas são apenas parcialmente parte do escopo de consideração da Teoria da Guerra, exatamente na medida em que elas afetam a conduta da guerra. Para além disso, elas devem ser observadas por outros arcabouços conceituais.

O critério de seleção e relevância de quais atividades pelas forças combatentes para a Teoria da Guerra é o uso das forças combatentes nos enfrentamentos. As atividades que são inequivocamente iguais a isso conformam a conduta da guerra (*Kriegsführung*) e são o cerne de consideração pelo arcabouço conceitual de Clausewitz. Essas são objeto das categorias analíticas da tática e da estratégia, que servem de arrimos para a operacionalização das proposições conceituais da Teoria da Guerra.

Um segundo conjunto de atividades que servem ao propósito direto de adequarem as forças combatentes para emprego em enfrentamentos é aquele conjunto que se denomina de arte da guerra (*Kriegskunst*). Essas não são o cerne de consideração de Clausewitz e são apenas parcialmente relevantes ao escopo da Teoria da Guerra. Apenas na medida em que elas afetam a condição de que as forças combatentes estejam dadas e prontas para seu uso no

enfrentamento, na campanha e na guerra. São apenas consideradas aquelas atividades preparatórias conduzidas por forças combatentes que são necessárias para emprego das mesmas em atividades combatentes. Essas atividades preparatórias da arte da guerra são o escopo da logística.

Essencialmente, então, a arte da guerra é a arte de uso dos meios no combate; não é melhor termo para isto que *conduta da guerra*. Para definir seu sentido amplo, a arte da guerra inclui todas das atividades que existem para a guerra, como a criação das forças combatentes, seu recrutamento, armamento, equipamento e treinamento.

É essencial para validade de uma teoria distinguir entre essas duas atividades. É fácil entender que se a arte da guerra fosse sempre iniciar o recrutamento das forças combatentes e adaptá-las para os requerimentos de um caso particular, ela seria aplicável somente naquelas instâncias onde as forças disponíveis exatamente na medida do necessário. Se, por outro lado, alguém deseje uma teoria que é válida para a grande maioria dos casos e não completamente inadequada para qualquer uma delas, ela deve ser baseada nos meios mais prevacentes e seus mais importantes efeitos.

A conduta da guerra, portanto, consiste no planejamento e conduta da batalha. Se a batalha consiste de um único ato, não existiria a necessidade de qualquer outra subdivisão. Entretanto, ela consiste de um número maior ou menor de *atos*, *cada um completo nele mesmo*, os quais, como demonstrado no capítulo [II]¹⁵ do livro 1, são chamados de ‘enfrentamentos’ e que formam novas entidades. Isso produz uma atividade completamente diferente do *planejamento e execução desses enfrentamentos neles mesmos*; e da *coordenação* de cada um deles entre si de maneira a avançar o objeto de estudo. Um foi chamado de *tática*, e o outro, de *estratégia*.

A distinção entre tática e estratégia é agora quase universal, e todo mundo sabe razoavelmente bem aonde cada fator particular pertence sem saber claramente o porquê. Toda vez que tais categorias são usadas cegamente, deve existir uma profunda razão para isso. Nós tentamos descobrir a

¹⁵ Os tradutores da edição em inglês, Peter Paret e Michael Howard, corretamente afirmam que Clausewitz faz referência a seu tratamento sobre enfrentamento no segundo capítulo do primeiro livro, ver: CLAUSEWITZ (1984, I-2, pp. 96-98).

distinção, e argumentamos que foi seu uso comum que levou a isso. Nós rejeitamos, por outro lado, as definições artificiais de certos autores, desde que eles não têm qualquer reflexão no uso geral que fazem.

De acordo com a nossa classificação, portanto, tática ensina *o uso das forças combatentes no enfrentamento*; estratégia, *o uso dos enfrentamentos para o objeto da guerra* (CLAUSEWITZ, 1984, II-1, pp. 127-128; itálicos do original)^x.

A logística, portanto, tem como utilidade primeira a identificação das atividades preparatórias da arte da guerra que servem diretamente à conduta da guerra porque afetam o uso das forças combatentes nos enfrentamentos ou numa série deles. Isso significa que a logística é aplicação de uma classificação que discrimina aquelas atividades em que se empregam forças combatentes que podem ser relevantes ao escopo da Teoria da Guerra que não são combatentes, mas afetam a estas de alguma maneira.

Tal classificação é arbitrária e normativa. Ela não existe de fato na realidade, mas ela é necessária em benefício de se ter uma teoria viável no sentido que qualquer analista consiga conduzir investigações com uma quantidade suficiente de dados e lide com uma cadeia razoável de causalidade. Para que a teoria sirva na produção de análises consistentes de acordo aos requisitos de cientificidade da Epistemologia, a proposta de classificação logística da arte da guerra é útil e oportuna.

O recorte analítico pode ser expandido na medida em que se identifiquem outras causas importantes na compreensão de uma manifestação específica do fenômeno bélico para além do escopo original da Teoria da Guerra que é restrito à conduta da guerra. O enquadramento da arte da guerra, ademais, obedece a uma hierarquia em concordância com dois critérios gerais a qualquer estudo da guerra. Primeiro, o critério de sempre se ter o enfrentamento no cerne de toda e qualquer apreciação e qualquer procedimento conceitual ou metodológico. Segundo, o critério de classificação da arte da guerra em conjuntos de atividades preparatórias definidos pela sua maior proximidade ou distância com o propósito de utilização das forças combatentes no enfrentamento, e este é o critério logístico que se atribui a Clausewitz.

Este segundo critério de conceituação operacionaliza uma discriminação da realidade de um segundo grupo de eventos sobre os quais a Teoria da Guerra também pode ser aplicada sem prejuízo da sua consistência. Existe a possibilidade de recorte e explicação de relacionamentos de causalidade entre *todas as atividades na guerra que são pré-condições ou preparatórias para o enfrentamento* e *as atividades na guerra que são efetivamente o uso das forças combatentes na conduta da guerra*.

A presente tese doutoral é que esta definição pode ser atribuída como o conceito de logística a partir da Teoria da Guerra de Clausewitz. Ela analisa todas as atividades da arte da guerra que não correspondem à conduta da guerra, mas a servem. Essas atividades preparatórias envolvem a utilização das forças combatentes na realização de atividades preparatórias necessárias para um ou vários enfrentamentos, nos quais existe o emprego das mesmas forças combatentes em atividades combatentes. Reforça-se que o conceito de logística é apenas consistente, útil e oportuno desde que se obedeça aos dois critérios de classificação da realidade e de emprego da Teoria da Guerra.

Para resumir: nós claramente entendemos que as atividades características da guerra devem ser divididas em duas categorias principais: aquelas *que são meramente preparação para a guerra*, e *a guerra propriamente dita*. A mesma distinção deve ser feita para uma teoria.

O conhecimento e habilidades envolvidos nas preparações serão relacionados com a criação, treinamento e manutenção das forças combatentes. É secundário qual o rótulo que damos a eles, porém obviamente eles devem incluir assuntos como artilharia, fortificação, a então chamada tática elementar, bem como toda a organização e administração das forças combatentes e coisas similares. A teoria propriamente dita da guerra, por outro lado, é relacionada com o uso desses meios, uma vez que eles foram desenvolvidos, para os propósitos da guerra. Tudo que é requerido do primeiro grupo é o produto final, um entendimento de suas principais características. A isso que chamamos de ‘a arte da guerra’ no sentido mais estreito, ou ‘a teoria da conduta da guerra’, ou ‘a teoria do uso das forças combatentes’. Para nossos propósitos, todos eles significam a mesma coisa.

A teoria mais estreita, portanto, trata do enfrentamento, com a batalha ela mesma, e trata de questões como marchas, acampamentos e quartéis como condições que podem ser mais ou menos idênticas a ele. Isso não compreende questões do suprimento, mas levará estes em conta da mesma maneira *como outros fatores dados* (CLAUSEWITZ, 1984, II-1, pp. 131-132, itálicos do original)^{xi}.

O ponto de vista da logística da guerra corresponde a oferecer explicações sobre o desempenho daquelas atividades para que as forças combatentes estejam prontas e dadas para utilização nos enfrentamentos. A logística analisa as atividades da arte da guerra que respondem às condições de possibilidade para que se conduza a guerra. Portanto, a logística não se detém a considerar toda e qualquer atividade que utilize as forças combatentes.

Não se tem uso da Teoria da Guerra através do conceito de logística para estudo da utilização das forças combatentes em paradas públicas, resgate de vítimas em catástrofes naturais ou prestação de serviços comunitários. Esses eventos são completamente irrelevantes do ponto de vista da Teoria da Guerra e não compõem o seu objeto de análise de nenhuma forma. É apenas do discernimento da Teoria da Guerra as atividades da arte da guerra que são efetivamente instrumentais na preparação das forças combatentes para seu emprego em atividades que sejam do escopo de análise da tática e da estratégia. A logística analisa a utilidade das atividades de criação, movimentação, posicionamento e manutenção das forças combatentes para o seu uso em um enfrentamento ou para seu uso em uma série de enfrentamentos simultâneos ou seqüenciados que conformam uma campanha e guerra.

Essas proposições iniciais de Clausewitz são reapresentadas no enquadramento conceitual de cada um dessas classificações de atividades, de maneira que ele estabelece como essas atividades devem ser consideradas na articulação das categorias analíticas logística, tática e estratégica da Teoria da Guerra.

2.2. *AS CATEGORIAS LOGÍSTICAS DE ATIVIDADES PREPARATÓRIAS.*

As atividades preparatórias da arte da guerra são classificadas e analisadas na medida em que elas afetam um enfrentamento ou um conjunto de enfrentamentos. Deste modo, a logística considera a arte da guerra em termos de seus efeitos em considerações táticas e estratégicas da conduta da guerra. Quão maior o efeito de uma atividade preparatória para uma atividade combatente, maior é sua relevância para o avanço no entendimento das razões do resultado de uma batalha e uma campanha.

A classificação logística das atividades preparatórias leva em consideração a lógica ou gramática particular de cada uma dessas quatro categorias de atividades. Todas elas igualmente servem a um mesmo fim: o enfrentamento; porém, cada uma delas é instrumentalizada por métodos particulares que envolvem campos dos conhecimentos específicos do que a gramática do uso da força. A criação, movimentação, posicionamento e manutenção das forças combatentes envolvem saberes, procedimentos e recursos distintos daqueles que conformam a Teoria da Guerra, por isso as opções que oferecem e as ações que executam devem ser tomadas como dadas porque a teoria não é capaz de apreciá-las para outros efeitos do que sobre o enfrentamento.

Clausewitz enquadra e aprecia cada categoria de atividades preparatórias de duas maneiras. Por um lado, existem aquelas que afetam o enfrentamento ou a campanha enquanto estes são conduzidos, por isso elas são consideradas parte dos enfrentamentos ou idênticos a eles. Ou seja, atividades preparatórias que têm efeito sobre as forças morais e físicas das forças combatentes oponentes no campo de batalha ou sobre a correlação de forças no teatro de operações. Então, tal categoria pode ser analisada pelo ponto de vista da logística, mas ainda da tática ou estratégia, e mesmo ambos dependendo do caso.

Por outro lado, existem as atividades preparatórias que apenas têm efeito sobre as condições de uso das forças combatentes no enfrentamento e na campanha como um todo e não exercem qualquer papel direto na interação combatente de um enfrentamento ou de uma série destes. Por isso, elas não são consideradas

parte dos enfrentamentos e apenas os afetam. Então, tal categoria pode ser analisada apenas pelo ponto de vista da logística.

Nossa classificação aplica-se e exaure *apenas a utilização das forças combatentes*. Mas a guerra é servida por várias atividades que são bem diferentes disso; algumas intimamente relacionadas, outras bem distantes. Todas essas atividades dizem respeito à *manutenção das forças combatentes*. Enquanto sua criação e treinamento precedem seu uso, manutenção é simultâneo e uma condição necessária para isso. No sentido exato, entretanto, tudo isso precisa ser considerado como atividades preparatórias para a batalha, do tipo que são tão intimamente relacionadas com a ação que elas são parte das operações militares e alternam com a real *utilização*. Então, é justificada a exclusão dessas bem como de todas as outras atividades preparatórias do sentido estrito da arte da guerra - a própria conduta da guerra. Decerto, é necessário fazer isso se a teoria é para servir a seu principal propósito discriminador *entre elementos dissimilares*. Não se pretende considerar todo o assunto de manutenção e administração como parte da utilização das tropas, as duas são essencialmente muito diferentes.

No [segundo]¹⁶ capítulo do Livro I, demonstramos que, se o combate ou o enfrentamento é definido como a única atividade diretamente efetiva, a gama de todas as outras atividades será compreendida porque todas elas levam ao combate. A proposição significa que todas as atividades são, desse modo, providas com um [mesmo] propósito, que elas devem perseguir de acordo com suas leis individuais. Vamos elaborar melhor este tópico.

Atividades que existem em adição ao enfrentamento diferem amplamente.

Algumas dessas são em um sentido parte do próprio combate e idênticas a ele, enquanto que em outro sentido elas servem para manter as forças combatentes. Outras são relacionadas apenas a manutenção, as quais têm

¹⁶ Aqui existe um claro (e grave) erro de tradução do alemão. Do original, Clausewitz indica: “Wir haben in unserm zweiten Kapitel des ersten Buches gesagt” (Clausewitz, 1980), que claramente se refere ao segundo capítulo, não terceiro do primeiro livro do *Da Guerra*, o que faz grande diferença em termos do nível de consistência entre eles.

um efeito no combate apenas por causa de sua interação com o resultado da luta.

As questões que em um sentido são continuamente parte do combate são *marchas, acampamentos e quartéis*; cada um relaciona-se com uma fase particular da existência das tropas, e quando alguém pensa em tropas, a idéia do enfrentamento deve sempre estar presente.

O restante, relacionado apenas com a manutenção, consiste do suprimento, serviços médicos, e manutenção dos armamentos e equipamento (CLAUSEWITZ, 1984, II-1, pp. 128-129; itálicos do original)^{xii}.

Essas são proposições originais do conceito de logística de Clausewitz. Em primeiro lugar, ele antecipa e condiciona a articulação entre as categorias analíticas - tática, estratégia e logística - sobre categorias factuais – atividades combatentes e preparatórias. Em segundo lugar, são com essas proposições gerais que Clausewitz enquadra conceitualmente quatro grupos de atividades preparatórias da arte da guerra, apreciando-os na ordem de proximidade que cada um desses grupos tem das atividades intrínsecas da conduta do enfrentamento e da campanha. Isso segue na discussão da movimentação, posicionamento e manutenção das forças combatentes.

Reproduzimos aqui esta seqüência original de apresentação de Clausewitz, com um importante ajuste expositivo ao final dele. As atividades relacionadas à criação das forças combatentes são discutidas em seguida das outras três pelas seguintes razões. Primeiro, Clausewitz não é sintético no seu tratamento da criação da força como ele empreende com as outras atividades preparatórias, embora atribua sua importância e função ao longo de II-1, em outras passagens do *Da Guerra* e em outros textos como a *Teoria dos Enfrentamentos*. Por isso, sua apreciação demanda algum esforço de edição e convergência de várias passagens e não procede apenas com a reprodução do capítulo II-1 do *Da Guerra*. Segundo, argumenta-se que criação da força leva em consideração as atividades preparatórias que uma força deve desempenhar da mesma maneira que as combatentes. Por isso, existe ganho expositivo na apresentação dela após, e levando em conta, as qualificações das outras categorias de atividades preparatórias.

Entre as outras categorias de atividades preparatórias, aquelas relacionadas à marcha e ao deslocamento de forças combatentes devem ser qualificadas em primeiro lugar, pois de um ponto de vista analítico – não sensível ou cronológico – elas são inseparáveis da conduta de um enfrentamento ou campanha.

2.2.1. A MOVIMENTAÇÃO DAS FORÇAS COMBATENTES.

Em concordância com os critérios acima expostos, o movimento de forças combatentes no campo de batalha e no teatro de operação “são completamente idênticos à utilização das tropas” em atividades combatentes (CLAUSEWITZ, 1984, II-1, p. 129).

Como bem apontam os tradutores Peter Paret e Michael Howard (CLAUSEWITZ, 1984, II-1, p. 129, nota de rodapé nº 2), Clausewitz usa o termo alemão *Evolution*, cuja tradução para o português e mesmo o inglês não perde seu conteúdo. Do ponto de vista tático, Clausewitz desenvolve o entendimento de que uma das questões mais importantes para um comandante-de-campo refere-se à maneira e ao *timing* em que ele adiciona e retira tropas do campo de batalha segundo um plano de enfrentamento e seu julgamento sobre o desenvolvimento dos combates. Tal inserção de forças deve observar o terreno, a disposição relativa de ambas as forças e suas reservas e os combates em andamento entre as seções das duas forças (CLAUSEWITZ, 1984, VI-2, pp. 360-362)¹⁷. Portanto, a movimentação de forças combatentes no campo de batalhas é uma atividade que pode ser apreciada do ponto de vista da logística e da tática.

De maneira similar à instância de um enfrentamento, uma das principais decisões por parte do comandante de uma campanha refere-se à distribuição de forças combatentes no teatro de operações, concentrando-as ou dispersando-as de acordo com os propósitos de utilidade dos enfrentamentos e com a

¹⁷ Este ponto é especialmente desenvolvido na *Teoria dos Enfrentamentos*, ver CLAUSEWITZ (1980, para. 89b-89c).

correlação de forças com o oponente, o que impõem ou possibilitam campanhas ofensivas ou defensivas. Portanto, durante uma campanha, as forças combatentes precisam ser constantemente deslocadas no atendimento de um plano de campanha. Todas essas atividades envolvem considerações estratégicas.

O particular das considerações estratégicas da movimentação das forças, segundo Clausewitz, é que essas não deixam de levar em conta a centralidade do enfrentamento, mesmo quando ele não é travado. A decisão pela rota de curso e a ordem de transporte das tropas não pode ignorar a possibilidade que enfrentamentos possam ocorrer durante o re-deslocamento de uma força combatente. Qualquer comandante na execução de seu plano de campanha precisa levar em consideração o oponente e o que ele pode fazer e como.

Por um lado, as decisões com relação à rota de uma força devem levar em consideração à possibilidade de ação do oponente e mesmo o efeito de tal deslocamento sobre as forças morais das forças combatentes, população e governo do oponente. Esses podem ser, de fato ou apenas aparentemente, ameaçados pelo prognóstico de uma grande porção de forças transitando por perto de um ponto de vulnerabilidade. Por isso, o oponente pode considerar oportuno ou necessário enfrentar aquelas forças em deslocamento. Por outro lado, dependendo das capacidades relativas combatentes em termos de números, uso do terreno, proficiência e arranjos de armas combinadas entre os dois lados, ou seja, considerações táticas; o comandante deve organizar sua ordem de deslocamento levando em conta à eficiência no uso do sistema modal de transporte segundo os seus métodos e a urgência de disposição de uma força segundo um plano de campanha ou de guerra, e deve ainda antecipar e tomar medidas adequadas com relação às condições relativas de combate em trechos que um enfrentamento é mais provável (atentar para as seções 4.3.2 e 4.3.4 da parte II da tese).

Marchas são completamente idênticas à utilização das tropas. *Marchar no curso de um enfrentamento* (usualmente conhecido como ‘deslocamento’) ainda quando não acarreta no uso real de armamentos, é tão intimamente e

inescapavelmente ligado com isso a ser uma parte integral do que é considerado o enfrentamento.

Uma marcha que não conduzida no curso de um enfrentamento é simplesmente a execução de um plano estratégico. O último determina *quando, onde e com quais forças* um enfrentamento é para se travado. A marcha é somente um meio de condução do seu plano.

Uma marcha que não é parte do enfrentamento é, portanto, uma ferramenta da estratégia, mas não é uma questão estratégica exclusivamente. Desde que forças que a conduzem podem a qualquer momento tornarem-se envolvidas em um enfrentamento, a execução da marcha é objeto de leis tanto da tática como da estratégia. Se uma coluna é ordenada para tomar uma rota no lado mais próximo de um rio ou de uma cadeia de colinas, que é uma medida estratégica: isto implica que se um enfrentamento tiver que ser travado no curso de uma marcha, prefere-se oferecer batalha no lado mais próximo que no mais distante.

Se, por outro lado, uma coluna toma uma rota ao longo de um penhasco em lugar de seguir uma estrada através de um vale, ou se dispersou em várias pequenas colunas por conveniência, essas são medidas táticas: elas se relacionam com a *maneira* pela qual as forças são para serem usadas no evento de um enfrentamento.

A ordem interna da marcha atribui um constante relacionamento com a prontidão para o combate e é, por isso, de natureza tática: é nada mais que a primeira disposição preliminar para um possível enfrentamento (CLAUSEWITZ, 1984, II-1, pp. 129-130, itálicos do original)^{xiii}.

Distintamente, a movimentação das forças combatentes envolve outras considerações distintas da gramática da guerra, portanto, também distintas da Teoria da Guerra. Existem a tomada de decisões e o emprego de atividades preparatórias que são apenas consideradas do ponto de vista da logística quanto: à disponibilidade e eficiência de todos os requisitos em termos de recursos humanos, materiais e técnicos para que o sistema modal funcione de acordo aos propósitos dos planos de enfrentamento e de campanha. Ou seja, deve ser considerado até que ponto a atividade de movimentação está adequada à execução e constrangida a outros aspectos que o oponente, como: a

acessibilidade do terreno; a qualidade das vias, estações, aeroportos e portos; o efeito do clima; a disponibilidade de pessoal qualificado e em quantidade suficiente; a disponibilidade e condições de uso dos meios de transporte; e a reserva de combustíveis (ver seções 4.3.3 e 4.3.5).

Essas são atividades de manutenção e administração em serviços especializados distintos do uso das forças combatentes em enfrentamentos, e por isso que, nelas mesmas, são irrelevantes para a Teoria da Guerra. Essas atividades são apreciadas pelos seus efeitos sobre a condição pronta e dada das forças combatentes movimentarem-se nas circunstâncias dos enfrentamentos (ver seção 4.3.6). Tal vinculação estabelece que a movimentação de forças combatentes não é apreciada nem executada da mesma maneira que a prestação ordinária de um serviço de transporte. Ela obedece a critérios técnicos específicos que são ajustados a favorecer o uso das forças combatentes na produção de vitória em um enfrentamento e o uso dos resultados de vários enfrentamentos na produção dos objetivos políticos desejados.

Ainda que marchar possa ser vista como uma parte integral do combate, ela possui certos aspectos que não pertencem ao ponto aqui, e que portanto não são nem táticos nem estratégicos. Esses incluem medidas tomadas unicamente para a conveniência das tropas, como a construção de estradas e pontes, e assim por diante. Essas são meramente pré-condições; sob certas circunstâncias elas podem ser intimamente ligadas com o uso das tropas e serem virtualmente idênticas a elas - por exemplo, quando uma ponte é construída sob a mira do inimigo. Mas essas atividades são essencialmente externas à conduta da guerra, e a teoria desta última não as cobre (CLAUSEWITZ, 1984, II-1, p. 130)^{xiv}.

Portanto, a articulação das categorias analíticas da tática, estratégica e logística é útil na consideração e produção de decisão na movimentação de forças combatentes, o que é capaz de prover ganho qualitativo na condução da guerra. O conceito de logística aplicado dessa forma é um atributo da Teoria da Guerra que o distingue de proposições conceituais alternativas.

Em especial, porque Clausewitz apresenta uma cautela importante: a arte de movimentação nela mesma e despida de qualquer consideração tática e estratégica não produz vitória ou sucesso estratégico. Neste ponto, ele enfrenta toda a vertente de proposições de autores iluministas anteriores e contemporâneos a ele que prezavam o valor da manobra (*manoeuvre*) como um recurso, ou mesmo o grande recurso, estratégico.

A Teoria da Guerra desqualifica empreendimentos de deslocamentos eficientes em termos da técnica da modalidade de transporte, porém em circunstâncias de desvantagens de condições combatentes. Tais empreendimentos são blefes, por isso sujeitos a toda sorte de expedientes que um jogo pode envolver. Eles não são atributos de genialidade, mas, em geral, de ignorância, irresponsabilidade ou desespero (ver seção 4.3.6.5). Clausewitz aponta como erro ou inconseqüente qualquer idéia que envolva um golpe de mão ou que conclua que um oponente cedeu uma posição sem combate apenas pela realização de um movimento. De fato, a explicação pela Teoria da Guerra para esses casos é a produção de decisão pelo comandante oponente em antecipação dos resultados de um enfrentamento ou em conclusão da estimativa de uma correlação assimétrica de forças no teatro de operações. O comandante cede na expectativa de emprego das forças em circunstâncias táticas e estratégicas mais favoráveis no futuro ou em concessão ao oponente do que se deseje para o fim das hostilidades, ou seja, aceita-se a derrota. De qualquer maneira, a decisão tomada envolve um cálculo de fins e meios que observa a centralidade do enfrentamento.

Do contrário, se o oponente possui condições razoáveis de combate no campo de batalha ou força suficiente no teatro de operações aos olhos dos propósitos políticos, não existe expectativa teórica para que uma batalha, campanha ou guerra possa ser vencida sem enfrentamento e apenas com a movimentação de forças combatentes. Simplesmente porque as forças combatentes oponentes serão utilizadas em confrontação em toda circunstância que um enfrentamento for possível e com razoável expectativa de sucesso (ver seção 4.3.6.5).

Tão importante quanto, dependendo do compromisso com uma causa política, o oponente pode utilizar das forças combatentes mesmo em condições desvantajosas de combate e travar uma guerra mesmo em correlações assimétricas de forças no teatro de operações. A História da Guerra é repleta de

casos em que batalhas, antecipadamente reconhecidas como perdidas, foram travadas porque mesmo na derrota o efeito do enfrentamento sobre a condição e evolução das forças combatentes oponentes tiveram significado estratégico, ou em decorrência de seu valor simbólico, político, para uma sociedade. Da mesma maneira, guerras foram iniciadas mesmo com prospectos de ampla desvantagem de um lado porque se antecipava a possibilidade de alteração do equilíbrio de forças em algum momento no futuro, ou porque mesmo as baixas possibilidades de resistência foram aceitas por motivação do ódio ao oponente. A Teoria da Guerra assume que os objetivos políticos são concebidos dentro de uma racionalidade. Porém, as motivações que movem a busca por esses objetivos são forças normativas e passionais e nem sempre refletidas e moderadas. E são essas motivações que movem e sustentam a guerra.

A marcha é um instrumento pela qual a estratégia organiza e prepara seus elementos efetivos, os enfrentamentos. Mas estes geralmente tornam-se aparente apenas pelos seus efeitos, e não no seu uso real. Inevitavelmente, portanto, no debate a ferramenta tem sido geralmente confundida com seu elemento efetivo. Fala-se de marchas hábeis e decisivas, que realmente significa as combinações de enfrentamentos para os quais elas levam. Esta substituição do conceito é muito natural e a brevidade da expressão muito desejável, para haver mudança. Mas isso é apenas uma cadeia truncada de idéias, e se deve manter o significado apropriado em mente para se evitar erros.

Um desses erros acontece quando as combinações estratégicas são acreditadas de terem um valor sem restrição dos seus resultados táticos. Desenvolvem-se marchas e manobras, alcança-se um objetivo sem travar um enfrentamento, e então se deduz que é possível a derrota do inimigo sem luta. Apenas em estágio mais avançado poderemos ser capazes de apresentar as implicações imensas deste erro (CLAUSEWITZ, 1984, II-1, p. 130)^{xv}.

Assim sendo, uma manobra é um artifício que não pode ser tomado emancipadamente ou como substituto de um enfrentamento ou de uma campanha. No máximo, ela deve ser tomada como um estratagema de efeito e

utilidade pontual, segundo riscos de fracasso calculados e perante responsabilidades e sanções assumidas.

2.2.2. O POSICIONAMENTO DAS FORÇAS COMBATENTES.

A apreciação logística das atividades relacionadas ao posicionamento de forças combatentes segue a mesma lógica de relacionamento com o enfrentamento desenvolvida acima. A organização e disposição de tropas em acampamentos e quartéis obedecem a considerações táticas, estratégicas e logísticas.

O posicionamento de forças combatentes em acampamentos de campanha e a construção de quartéis envolvem a consideração da condução de enfrentamentos defensivos. Do ponto de vista tático, a posição deve ser apreciada em oferecer o melhor uso do terreno e das proficiências das tropas em combate cerrado e, principalmente, em combate à distância, de maneira a usufruir de todas as vantagens da defesa. Na execução dessa atividade, existem considerações do ponto de vista logístico. Fortificações de campo temporárias para proteção de uma força combatente de passagem e fortificações permanentes para a proteção de uma área envolvem o uso de recursos humanos, materiais e técnicos que não são o combate propriamente dito, mas devem antecipar os combates que podem tomar lugar naquela posição contra as forças combatentes do oponente. A escolha do local e sua preparação são considerações logísticas e táticas porque o choque entre forças móveis e forças posicionadas ou imóveis são enfrentamentos como outros quaisquer. Nesse sentido, o posicionamento de forças combatentes é idêntico ao enfrentamento (ver seção 4.3.6.6).

Do ponto de vista estratégico, acampamentos e quartéis envolvem o controle de uma parte ou de um teatro de operações como um todo. Eles são considerados como meios de combate e parte indistinguíveis dos atributos qualitativamente superiores da defesa sobre o ataque (DINIZ, 2002). Um comandante conduz uma campanha defensiva ou uma campanha ofensiva estimando suas condições na correlação de forças combatentes no teatro e planeja levando em conta as

forças combatentes móveis posicionadas e as forças combatentes imóveis, da mesma maneira que ele considera as forças combatentes engajadas em enfrentamentos e aquelas em deslocamento. Acampamentos e quartéis são recursos combatentes fundamentais na guerra, pois são aspectos de vantagem a uma campanha defensiva e de desvantagem para uma campanha ofensiva. Portanto, forças posicionadas temporária ou permanentemente são importantes porque elas têm efeitos estratégicos significativos e diferenciados dependendo das circunstâncias da interação entre oponentes e seus propósitos de guerra (ver seções 4.3.2 e 4.3.4).

Por fim, acampamentos e quartéis possuem uma finalidade que não é idêntica ao enfrentamento e à campanha e é apenas preparatória. Eles servem ao descanso e recuperação das tropas para um enfrentamento, marcha ou campanha. Mesmo nesses casos, as forças combatentes têm utilidade tática e estratégica, e podem afetar os seus desenvolvimentos. Do ponto de vista tático, elas podem estar estacionadas em acampamentos como reserva e poupadas segundo o prospecto de uso em algum estágio mais avançado de um enfrentamento em andamento (ver seção 4.3.6.7 e 4.3.6.9). Do ponto de vista estratégico, as forças combatentes em recuperação estendida em quartéis dentro no teatro de operações e fazem parte das estimativas, mesmo que não exista de ambas as partes um prognóstico imediato de sua utilização. Portanto, desse ponto de vista, o posicionamento das forças tem efeito no enfrentamento e na campanha - na guerra - sem comporem efetivamente parte dos mesmos, mas segundo a possibilidade e a expectativa que elas possam ser utilizadas (ver 4.3.6.8). A disponibilidade de forças combatentes revigoradas são aspectos relevantes no planejamento e condução do enfrentamento e da campanha. Esses são aspectos, portanto, que devem ser considerados pela tática, estratégia e logística.

O termo ‘acampamento’ é um termo sobre qualquer concentração de tropas em prontidão para ação, como distinto de ‘quartéis’. Acampamentos são lugares para o descanso e recuperação, mas eles também implicam na disposição estratégica de lutar onde quer que elas estejam. Porém, seu assentamento determina as linhas básicas de um enfrentamento – uma pré-

condição do todos os enfrentamentos defensivos. Então, eles são partes essenciais tanto da estratégia quanto da tática.

Acampamentos são substituídos por quartéis toda a vez quando se pensa na necessidade de recuperação mais extensiva. Como acampamentos, eles são, portanto, estratégicos em localização e extensão, e táticos na sua organização interna que é ajustada para a prontidão para a ação.

Como uma regra, é claro, acampamentos e quartéis servem a um propósito além que o descanso das tropas; eles podem, por exemplo, servir para proteger uma certa área ou manter uma posição. Mas seu propósito pode simplesmente ser o de descansar as tropas. Nós temos que lembrar que a estratégia pode perseguir uma ampla variedade de objetivos: qualquer coisa que pareça oferecer uma vantagem pode ser o propósito de um enfrentamento, e a manutenção do instrumento de guerra geralmente tornar-se-á o objeto de uma combinação estratégica particular (CLAUSEWITZ, 1984, II-1, p. 130)^{xvi}.

De outro lado, existem atividades de posicionamento que são completamente distintas de atividades combatentes. Essas envolvem a manutenção dos acampamentos, quartéis e das forças combatentes dentro deles. Existe uma série de procedimentos administrativos, sanitários, construção e abastecimento; que possuem diversos aspectos que estão além do escopo da Teoria da Guerra. Essas atividades apenas interessam e são apreciadas na medida em que elas afetam a condição de que as forças combatentes - móveis e imóveis – estejam dadas para serem usadas tática e estrategicamente.

Tal qualificação do escopo da Teoria da Guerra é relevante porque estabelece as condições e requisitos em que outros edifícios do saber são úteis e como eles podem ser instrumentalizados. As atividades logísticas possuem requisitos próprios no que concernem as habilidades necessárias para suas realizações, que a teoria assume que estejam apropriadamente difundidas em correspondência com suas utilidades expedientes. Não é prerrogativa da Teoria da Guerra compreender ou articular esses conhecimentos neles mesmos, e se assume as competências desenvolvidas e disponíveis em serviços especializados como dados.

A Teoria da Guerra não deve ser avaliada como inconsistente a cada desenvolvimento da engenharia de fortificações, por exemplo, porque esse campo do saber é apenas relevante para a conduta da guerra em termos do resultado de sua tarefa: construir acampamentos e quartéis. O conceito de logística não requer que um analista seja um engenheiro, apenas é necessário que se investigue o resultado em um dado caso de atividade de fortificação no contexto de um enfrentamento ou campanha: se uma determinada posição fortificada era disponível, parcialmente pronta ou indisponível e qual o seu efeito no enfrentamento. A partir desse resultado que se aprecia a causalidade entre a condição dessa posição fortificada e seus efeitos táticos e estratégicos, avaliando se esses efeitos poderiam ter sido outros caso a condição de prontidão da fortificação também fosse distinta (ver seções 4.3.6.1 e 4.3.6.4).

O que também se espera é que um engenheiro de fortificações seja capaz de realizar considerações táticas e estratégicas, e que estas servissem de parâmetros para seu projeto de fortificação. Ele usará de diversos métodos em construções, blindagem, hidráulica, materiais, elétrica e entre outros para estabelecer a fortificação de acordo com o estado-da-técnica de seu tempo. Porém, as únicas considerações logísticas, pelas quais a Teoria da Guerra é útil, referem-se aos efeitos desses vários métodos na tática e na estratégia. Nesse sentido, é mais relevante e crucial para a conduta da guerra que um engenheiro de fortificações saiba utilizar a Teoria da Guerra e o conceito de logística no desenho de seu projeto do que um comandante seja fluente sobre os vários métodos de fortificações da arte da guerra para o planejamento do enfrentamento e da campanha.

Por outro lado, a manutenção de tropas em acampamentos ou quartéis pode demandar atividades que não constituem em um uso das forças combatentes, como a construção de abrigos, a armação de barracas e serviços de suprimento e sanitários. Esses não são de natureza tática nem estratégica.

Mesmo trincheiras, onde posicionamento e preparação são obviamente parte da ordem de batalha e portanto táticas, não são parte da conduta da guerra enquanto a preocupação seja *sua própria construção*.

Ao contrário, tropas devem ser ensinadas nas habilidades e conhecimentos necessários como parte de seu treinamento, e a teoria do combate toma tudo isso como dado (CLAUSEWITZ, 1984, II-1, p. 131, *itálicos do original*)^{xvii}.

Essa última digressão introduz uma lógica particular do conceito de logística que serve ao enquadramento de outras atividades preparatórias da arte da guerra que não têm participação no curso de um engajamento e apenas o afetam. Nessas atividades, apenas existe a consideração logística do seu efeito e não de sua execução. Este é um elemento de suficiência e limitação de escopo de análise que são atributos particulares do conceito de logística de Clausewitz.

2.2.3. A MANUTENÇÃO DAS FORÇAS COMBATENTES.

As atividades de manutenção das forças combatentes são completamente distintas do enfrentamento e apenas são consideradas em termos do seu efeito.

Mesmo as atividades de suprimento também são apenas relevantes na extensão que elas afetam a possibilidade de uso das forças combatentes no enfrentamento. De resto, os métodos de abastecimento e seus propósitos são tomados como dados na conduta da guerra. O suprimento é uma pré-condição para a existência das forças, mas ainda assim esta relevância existe na medida em que as tropas e animais não são alimentados e equipamentos deixam de ser supridos de peças sobressalentes e combustíveis de maneira a afetar a capacidade combatente de uma força.

A colocação de Clausewitz nessa questão é bastante clara: não se põe em questão o papel do suprimento na guerra, porém se qualifica qual é sua relevância real para a conduta da guerra. Este é um argumento que confronta toda uma literatura de autores que tiveram e têm a expectativa que a ruptura do sistema de suprimentos de um inimigo é decisiva na guerra.

Do ponto de vista tático, apenas em condições extremas que as atividades de manutenção tornam-se relevantes em consequência da inviabilização de que as forças combatentes estejam prontas e dadas para um enfrentamento.

Entretanto, essas condições logísticas não são substitutivas da batalha - esta terá que ser travada para que um lado seja derrotado e outro vitorioso na tomada de um campo de batalha e destruição das forças oponentes (ver 4.3.6.8).

Do ponto de vista estratégico, quando operações contra fontes de recursos ou linhas de comunicação ameaçam reduzir a capacidade combatente de uma força de maneira mais prolongada, estas se tornam um problema estratégico. Porém, mesmo quando se decide por esse tipo de operações, elas devem ser avaliadas em comparação a enfrentamentos que visem à destruição das forças combatentes, à conquista de objetos de valor político ou à ação de policiamento de um território ou população para que os propósitos de guerra sejam cumpridos. Em termos gerais, a expectativa teórica é que a ação contra linhas e bases de suprimentos adversárias é um objetivo estratégico intermediário, mas nunca final ou decisivo, nem substitutivo de uma campanha.

Deve-se ter em tela que a ação contra as fontes de recursos oponentes no sentido amplo que signifique inviabilizar sua conversão de recursos humanos e materiais na criação de novas forças, ou a ação contra o sistema de distribuição oponente no sentido que signifique obstrução da sua alocação de forças no teatro são questões de grande valor estratégico. Isto porque essas ações envolvem mais aspectos que a manutenção das forças combatentes, mas a criação de novas e sua movimentação no teatro de operações. Essas são atividades idênticas ao enfrentamento e ações contra elas podem a vir ser necessárias para os propósitos de guerra. Mais importante é que essas ações certamente incorreram no uso de enfrentamentos ou mesmo de campanhas para serem realizadas (ver 4.3.6.8).

No mais, considerações de suprimento serão relevantes na exata extensão que elas têm efeito na condução da guerra. Essas considerações serão apenas necessárias quando elas explicarem a deficiência de uma força combatente no enfrentamento e na campanha na realização de suas metas (ver 4.3.6.3).

Essa lógica se aplica, da mesma maneira, em outras atividades de manutenção que são necessárias para que uma força exista e opere, mas que são distintas do enfrentamento e, por isso, são de relevância relativa na condução, portanto, também no estudo da guerra.

De todos os itens completamente desconectados com os enfrentamentos, servindo somente para a manutenção das forças, suprimento é aquela que mais diretamente afeta a luta. Ele ocorre quase todo dia e afeta todo indivíduo. Assim, ele permeia por todos os aspectos estratégicos de toda ação militar. A razão pela qual nós mencionamos o aspecto estratégico é que no curso de um dado enfrentamento, o suprimento raramente tende a causar uma alteração de planos - apesar de que uma mudança permanece perfeitamente possível. A interação, portanto, será mais freqüente entre estratégia e questões de suprimento, e nada é mais comum que encontrar considerações de suprimento afetando as linhas estratégicas de uma campanha ou uma guerra. Ainda assim, não importam quão freqüentes e decisivas essas considerações possam ser, o serviço de suprimentos de tropas permanece como uma atividade essencialmente separada do seu uso; sua influência aparece apenas nos seus resultados (CLAUSEWITZ, 1984, II-1, p. 131)^{xviii}.

Todas as atividades administrativas e médicas possuem lógicas e rotinas especializadas de execução. Por mais elevadas e sofisticadas que essas possam ser, elas não fazem parte e não são levadas em conta pela Teoria da Guerra.

Apesar de necessárias, o impacto tático dessas atividades é irrelevante: um comandante de campo planeja e conduz um enfrentamento com as quantidades e qualidades da forças que ele tem em mãos, ele não é capaz de retroagir no tempo e no espaço e intervir em decisões e operações administrativas e médicas para que tenha mais e melhores forças no campo de batalha. Por isso, essas considerações devem ser ignoradas porque elas são inexoráveis. O comandante deve concentrar energia e foco em medidas que estão dentro do escopo de decisão e viáveis de serem executadas na duração do tempo de uma batalha (4.3.6.1).

As atividades administrativas e médicas podem ter - marginalmente - algum efeito estratégico. Ainda assim, é difícil conceber circunstâncias em que uma dada força possua serviços de gerenciamento tão mais responsivos e eficientes, que possibilite uma melhor alocação dos recursos de uma força na guerra que seu oponente a ponto de ser um causa crítica na correlação de forças. De maneira similar, é possível conceber um serviço médico mais eficaz na

intervenção contra baixas permanentes de soldados e na sua recuperação e retorno ao seu uso na guerra. Em uma ampla escala e um longo período, essas diferenças podem ser relevantes na correlação de forças de uma guerra. Mesmo assim, é difícil conceber que o efeito consolidado dessas atividades possa ser substitutivo a campanhas como instrumento de se dobrar a vontade do oponente.

As outras funções administrativas que nós mencionamos são ainda mais distantes do uso das tropas. Serviços médicos, ainda que sejam vitais para o bem estar de um exército, afetam apenas uma porção pequena de homens, e portanto exercem somente uma influência fraca e indireta na utilização do restante. A manutenção de equipamentos, a não ser como uma função constante das forças combatentes, ocorre apenas periodicamente, e portanto raramente será levada em conta nos cálculos estratégicos.

Neste ponto, nós devemos salvaguardar contra um mau-entendimento. Em qualquer caso individual essas coisas podem decerto serem de importância decisiva. A distância de hospitais e depósitos de suprimentos pode facilmente configurar como a única razão para decisões estratégicas muito importantes – um fato que nós não queremos negar ou minimizar. Entretanto, nós não nos preocupamos com as circunstâncias efetivas de qualquer caso individual, mas com a teoria pura. Nossa cautela, portanto, é que este tipo de influência ocorre tão raramente que nós não precisamos dar a uma teoria dos serviços médicos e reposição de munições qualquer peso significativo na teoria da conduta da guerra. De modo diferente, o suprimento das tropas, portanto, não seria de valor enquanto incorporado aos vários métodos e sistemas que aquelas teorias poderiam sugerir, e seus resultados, para dentro da teoria da conduta da guerra (CLAUSEWITZ, 1984, II-1, p. 131)^{xix}.

Uma digressão de Clausewitz nesse tema revela sua consciência e criticismo da história da arte da guerra. Invariavelmente, exércitos demandam ciclos de manutenção de seus equipamentos e procedimentos periódicos e específicos para cada tipo de armamento. Ainda assim, invariavelmente à evolução da arte da guerra em termos de sofisticação e complexidade do material bélico, o

atributo desses procedimentos vem sendo o mesmo porque conformam o mesmo tipo de atividade-meio para as atividades relacionadas aos enfrentamentos. Casos em que um determinado procedimento de manutenção de um determinado armamento teve papel decisivo para um enfrentamento são tão raros que são exceções a um padrão fenomenológico. Por isso, não podem ser considerados como o padrão da conduta da guerra ao longo de toda a sua história.

É importante frisar que isso não é o mesmo que dizer que os procedimentos específicos de uma determinada arma sejam igualmente marginais à Teoria da Guerra. Existe aqui um nuance terminológico de grande significado conceitual: armas combatentes significam o arranjo permanente de tropas treinadas com armamentos específicos e capacitadas de acordo a padrões conhecidos de desempenho e formas de combate (CLAUSEWITZ, 1980). A existência de armas combatentes na força são atributos de grande valor tático, pois possuem papel e utilização específica no enfrentamento e na campanha. Por isso, a deficiência de uma arma significa deficiência em um tipo de capacidade combatente. No entanto, essa ainda é uma apreciação logística, pois um comandante faz avaliações dos resultados da utilização das armas em função de prontidão e disponibilidade. Ele não concebe, pois isso é além de suas prerrogativas, novas armas ou novos procedimentos táticos em relação às existentes. Essas são dadas de uma força combatente que não são alteráveis no curso de um enfrentamento ou campanha.

Essas alterações podem ocorrer e, de fato ocorrem, durante uma guerra, porém em circunstâncias distintas da iminência do choque contra forças combatentes oponentes. Essas são atividades de criação de forças combatentes, que possuem propriedades de consideração particulares e são apresentadas a seguir.

2.2.4. A CRIAÇÃO DAS FORÇAS COMBATENTES.

As atividades de criação da força são mencionadas em II-1 e implicitamente consideradas por Clausewitz em várias das passagens do *Da Guerra*, porém elas não são inspecionadas detalhadamente como as outras três atividades. Por conta disto e do compromisso de apresentação integral do conceito de logística,

empreende-se nesta seção a articulação de passagens do *Da Guerra* úteis nas qualificações necessárias para a consideração das atividades de mobilização, formação e organização de forças combatentes.

Argumenta-se que o pensamento de Clausewitz não é omissivo com as atividades de criação das forças combatentes e que existem considerações explícitas na sua obra para o enquadramento destas atividades de acordo com a presente proposta conceitual de logística. Do ponto de vista da Teoria da Guerra, a criação das forças combatentes deve ser apreciada segundo a mesma lógica de recorte e apreciação como a proposta para as outras categorias de atividades preparatórias.

O enquadramento das atividades de criação de forças para uso no exercício político de dobrar a vontade de outrem é apresentado por Clausewitz nas primeiras linhas do primeiro capítulo do *Da Guerra*, na esteira da definição original de guerra:

Força, para contrapor a força oponente, veste-se das invenções da arte e da ciência (CLAUSEWITZ, 1984, I-1-2, p. 75)^{xx}.

O uso da força é parte inerente da condição social das relações humanas e a criação de força para tal exercício é uma consideração relevante e permanente. A principal consequência disso é que a criação de força é uma atividade social basilar, de tal maneira que basta a consideração da possibilidade do uso da força para que se ponderem as alternativas, ganhos, perdas e capacidades de forças combatentes. Enquanto houver pessoas com disposição a lutar, haverá a criação da força¹⁸. Assume-se que estas sempre serão utilizadas da mesma maneira, independentemente do estágio de civilização.

¹⁸ A sentença: “I fight, therefore I human” (GRAY, 1999, p. 175) é particularmente oportuna na apresentação do entendimento de Clausewitz em outras palavras. Uma implícita digressão sobre a perspectiva de um *homo belicus* se estende a partir desta contundente afirmativa por seu autor.

Uma massa em revolta, despida de qualquer atributo rotulado como “militar” e provida apenas de artefatos e conhecimentos da vida “civil”, é uma força combatente enquanto seus componentes compartilharem de intenção e ódio contra um inimigo e convirjam para uma mesma vontade de confrontação. Certamente, esta hipotética força será limitada em eficácia tática, preparação logística e utilidade estratégica. Mas mesmo esta avaliação toma como dado o uso dessa massa civil como força para combate na conduta de um enfrentamento. E mais, antecipa, dos pontos de vista das categorias analíticas, as possibilidades de seu emprego (ver seção 4.2.4).

Na abertura da conceituação de guerra por Clausewitz, a subordinação logística da arte da guerra à conduta da guerra está expressa. As diferenças na manifestação do fenômeno bélico na realidade advêm das possibilidades sociais das várias civilizações, porém todos os casos são unívocos na instrumentalidade de conceber formas combatentes para a luta violenta entre duas partes.

Clausewitz é consciente de como as condições particulares de cada sociedade determinam os parâmetros de criação das forças combatentes, com conseqüências sobre as suas possibilidades de uso. Mas em termos gerais, a instrumentalidade das forças combatentes como *o meio* para a guerra é inalterável. No que tange a guerra, todas as eras - toda a realidade - têm o enfrentamento como arrimo objetivo da condução de guerras. Toda a História da Arte da Guerra, particularmente a de criação de forças combatentes, é vinculada pelo enfrentamento porque é este que dá razão de ser a todas as forças combatentes. Por conseguinte, toda a arte da guerra de conversão de recursos sociais em forças combatentes é uma pela natureza da guerra e pela teoria que é formulada a partir dela.

Se, então, nações civilizadas não põem seus prisioneiros à morte ou devastam cidades e países, é porque a inteligência desempenha um papel maior nos seus métodos de guerrear e os ensinou caminhos mais efetivos de uso da força que a expressão crua do instinto.

A invenção da pólvora e o constante incremento das armas de fogo são suficientes em si mesmas para apresentar que o avanço da civilização não tem feito praticamente nada para alterar ou flexionar o impulso de

destruição do inimigo, o que qual é central para a própria idéia de guerra (CLAUSEWITZ, 1984, I-1-3, p. 76)^{xxi}.

Nós queremos demonstrar como toda era tem sua própria condição de guerra, suas próprias condições limitantes, e suas próprias pré-condições peculiares. Cada período, portanto, teria que ter sua própria teoria da guerra, mesmo se o anseio tem sido sempre e universalmente de tratar das coisas a partir de princípios científicos. Isto segue que os eventos de toda era devem ser julgados a luz de suas próprias peculiaridades. Não se pode, portanto, entender e apreciar os comandantes do passado ao menos que se coloque em seu lugar na situação de seus tempos, nem tanto por um estudo diligente de todos os detalhes que por uma apreciação acurada dos seus aspectos determinantes principais.

Mas a guerra, ainda que condicionada por características particulares de estados e suas forças armadas, deve conter algum elemento mais geral, mesmo universal, com o qual todo teórico deveria estar preocupado acima de tudo.

[...]

Nós podemos, deste modo, dizer apenas sobre as metas que um beligerante adota, e os recursos que ele emprega, devem ser governados por características particulares de sua própria posição; mas eles conformaram também o espírito de uma era e seu aspecto geral. Finalmente, eles devem sempre ser governados por conclusões gerais a serem desenhadas conforme a natureza da guerra ela mesma (CLAUSEWITZ, 1984, VIII-3B, pp. 593-594)^{xxii}.

A proposição conceitual de Clausewitz é historicamente consciente, mas conceitualmente convicta do poder explicativo do enquadramento da criação da forças pela centralidade do enfrentamento, bem como toda a arte de atividades preparatórias para a conduta da guerra. Ele mesmo empreende uma análise histórica de como as condições sociais determinaram à guerra desde à Antiguidade até seu próprio tempo no século 19 (ver CLAUSEWITZ, 1984, VIII-3B, pp. 586-594). O estudo da guerra depende da compreensão de cada

realidade social para a análise plena das decisões e ações por um comandante segundo condições políticas, estratégicas e logísticas particulares. Apesar disso tudo, o combate é único meio da guerra e a razão de ser de qualquer força criada é seu uso nas séries de combate de um enfrentamento e nas séries de enfrentamentos de uma guerra.

Tanto que os fins sejam perseguidos na guerra; concentremos agora sobre os meios.

Existe apenas um: *combate*. Sejam quais foram as formas que o combate toma, seja quão distante ele seja removido da descarga bruta de ódio e inimizade de um encontro físico, sejam quantas forem as forças que possam se intrometer que não sejam parte da luta, é inerente ao próprio conceito de guerra que tudo que ocorra *deve originalmente derivar do combate*.

É fácil demonstrar que isso é sempre assim, sejam as muitas formas que realidade tenha. Tudo que ocorre na guerra resulta da existência de forças armadas; *toda vez que forças armadas, isto é indivíduos armados, são usadas, a idéia de combate deve estar presente*.

Guerrear compreende tudo aquilo relacionado com as forças combatentes, tudo aquilo a ver com sua criação, manutenção e uso.

Criação e manutenção são obviamente apenas meios; seu uso constitui o fim.

[...]

O fim para o qual um soldado é recrutado, vestido, armado e treinado, todo o objetivo de seu sono, alimentação, sorver e marcha *é simplesmente para que ele possa lutar no lugar certo e na hora certa* (CLAUSEWITZ, 1984, I-2, p. 95; itálicos do original)^{xxiii}.

Essa passagem é fundamental e definitiva na vinculação das atividades de criação das forças combatentes, presente no único outro escrito disponível que registra o último pensamento de Clausewitz. Ela reproduz de maneira inequívoca que as atividades de criação da força são enquadradas pela Teoria da Guerra segundo a mesma abordagem e lógica que se aplica às demais categorias

logísticas de atividades preparatórias. De fato, é explícita a vinculação de todas essas atividades como preparatórias ao fenômeno do enfrentamento.

A criação da força envolve atividades que têm como finalidade servir e suprir com meios combatentes a conduta do enfrentamento, da campanha e da guerra. Por consequência, envolve um conjunto de atividades da arte da guerra subsidiárias à conduta da guerra.

Em alguns aspectos, as atividades de criação de unidades, armas e forças combatentes antecipam a utilização destas no curso de um enfrentamento e de uma campanha, portanto elas são idênticas à consideração do enfrentamento e da campanha e podem ser analisadas tática e estrategicamente. Mesmo sob o risco de pedantismo, afirma-se que a criação da força envolve uma concepção criativa de antecipação das instâncias e condições de uso dessas forças no campo de batalha e no teatro de operações, para posterior ajuste e correção do seu projeto.

Portanto, do ponto de vista objetivo, o uso efetivo das forças combatentes ocorre em instâncias temporais e espaciais distintas da criação das mesmas. Porém, de um ponto de vista subjetivo, a concepção da força simula as atividades combatentes ao mesmo tempo em que executa as atividades de criação. Nesse sentido, uma força combatente criada é expressão dos contextos táticos e estratégicos em que se antecipa empregá-la.

Do ponto de vista tático, as atividades de criação levam em consideração o enfrentamento na produção dos vários tipos de tropas, armamentos, organização e composições. Isso determinará doutrinas, instruções, regulamentos e requisitos de desempenho combatente específicos. A combinação desses itens criará contingentes de tropas organizadas segundo funções e capacidades combatentes específicas¹⁹.

¹⁹ Aqui existe uma clara relação com a apreciação dos problemas de desempenho tática, ainda que não considerando Clausewitz, por GOMES e PROENÇA JÚNIOR (2001). A expansão desta formulação, agora com a adição preliminar das proposições de Clausewitz e aplicado para o caso de operações policiais especiais, é PROENÇA JÚNIOR (2005).

Por um lado, expectativas de uso tático estabelecem armas combatentes segundo a parâmetros específicos de proficiências em combate cerrado e combate à distância necessárias no curso de um enfrentamento. Isso determina um perfil de tropa, modelos de equipamento e séries de instruções e doutrinas. Por outro lado, expectativas das condições táticas estabelecem unidades combatentes em requisitos mais ou menos elevados de desempenho para a condução das várias circunstâncias de enfrentamentos. Isso determina tropas de elite, regulares e semi-regulares organizadas com qualidades e prontidões distintas de uma mesma arma.

De uma maneira ou de outra, esses aspectos das atividades de criação consideram essas tropas como elas fizessem parte dos enfrentamentos, segundo a seus mais variados propósitos e circunstâncias táticas.

Do ponto de vista estratégico, as atividades de criação levam em consideração a campanha na produção das quantidades e proporções de tipos de tropas, armas e armamentos. Isso determina quanto de cada e em que proporção de prontidão compõe a força combatente em requisitos quantitativos e qualitativos para desempenho de uma ou várias campanhas. Por um lado, as expectativas de uso dos enfrentamentos estabelecem a composição adequada de forças combatentes em função de parâmetros esperados de correlação de forças móveis e fortificações, suas disposições relativas e dependendo ainda do oponente em termos de qualidade de comando e condições políticas (ver 4.3.2 e 4.3.4). Por outro lado, as expectativas das circunstâncias de execução de uma campanha ou guerra estabelecem requerimentos específicos de mobilidade, provimento de bases e instalações e tabelas e fluxos de suprimentos, dependendo de onde e como é o teatro de operações e de quando e até quando se espera que ocorram os enfrentamentos. As atividades de criação antecipam as atividades combatentes que uma força terá que conduzir, da mesma maneira que deve também antecipar todas as atividades preparatórias de movimentação, posicionamento e manutenção (ver 4.3.2 e 4.3.5). De acordo com as considerações táticas, estratégicas e logísticas apropriadas.

De uma maneira ou de outra, esses aspectos de criação antecipam o uso das forças combatentes na execução de planos de campanha e de guerra, em

correspondência e atualização com os variados e variantes objetivos políticos e tipos de guerras que se possa ter que travar (ver 4.2.3 e 4.2.5).

Portanto, as atividades de criação das forças combatentes acessam os pontos de vista táticos e estratégicos da guerra para se considerar quanto e qual força combatente é adequada para a condução da guerra.

Entrementes, de maneira distinta, em outros aspectos, as atividades de criação envolvem considerações que não levam em conta as atividades combatentes, por isso são tomadas como dadas e consideradas logisticamente na medida em que afetam a conduta da guerra. A criação das forças combatentes envolve a execução de atividades segundo a métodos que obedecem a lógicas distintas ao uso da força no enfrentamento ou ao uso dos enfrentamentos na guerra. Portanto, demanda considerações que estão fora do escopo da Teoria da Guerra.

Um primeiro aspecto unicamente logístico – mas próximo do entendimento de enfrentamento - é que parte da capacidade e desempenho combatente de uma força advém de sua organização intrínseca. Uma dada organização permite ou apóia certos empreendimentos táticos e estratégicos, que outras não. Nessa linha de argumento, Clausewitz rompe com a perspectiva oitocentista de um exército perfeito e crítica a impropriedade de uma doutrina positivista na criação da força que prescreva permanentemente o seu sucesso (ver seções 1.1 e 1.2).

Todos os requerimentos necessários para a perpetuação organizacional de uma força combatente são questões dadas que apenas afetam o enfrentamento e a campanha. Os regulamentos e métodos desenvolvidos e empregados não determinam o resultado da relação interativa com as forças combatentes do oponente no campo de batalha e no teatro de operações.

A partir que *regulamentos* e *métodos* foram instruídos as tropas em princípios ativos, a preparação teórica para a guerra é parte de sua conduta propriamente dita. Todas as instruções existentes em formações, exercício e serviço de campo são regulamentos e métodos. Instruções de exercício são principalmente regulamentos; manuais de campo, principalmente métodos. A conduta efetiva da guerra é baseada nessas coisas; elas são aceitas como procedimentos dados e é nesse sentido que têm seus lugares na teoria da

conduta da guerra (CLAUSEWITZ, 1984, II-4, p. 152, *itálicos do original*)^{xxiv}.

Isto permite uma digressão importante: o enquadramento dado por Clausewitz às operações técnicas e administrativas para que a força combatente exista aqui é o mesmo empreendido da apreciação de posições fortificadas, o que é evidência da consistência do conceito de logística que perpassa a sua obra. Unidades e armas combatentes, bem como tropas posicionadas em trincheiras e fortificações são todas elas forças combatentes. É certo que cada uma delas possui propriedades táticas e estratégicas que resultam em usos específicos no que se trata de campanhas ofensivas ou defensivas. Porém, a questão aqui é que a Teoria da Guerra não possui expectativas, nem é capaz de oferecer instrumentos analíticos para suas respectivas atividades especializadas de criação. Do ponto de vista da conduta de enfrentamentos de forças combatentes móveis ou imóveis, elas são igualmente tomadas como dadas.

Um segundo aspecto logístico da criação das forças combatentes é mais amplo e diz respeito às atividades de conversão de recursos sociais em forças combatentes e material bélico. Cada item necessário na criação é baseado nas condições de uma sociedade em termos de recursos humanos, materiais e técnicos. As atividades para provimento desses itens ponderam através de lógicas e executam operações sobre o que produzir e comprar, quanto, como, a qual custo e até quando para que as forças estejam prontas e disponíveis. Mas todas essas ponderações são distintas ao uso das forças e não pertencem à conduta da guerra. Portanto, essas são considerações puramente logísticas. Individualmente essas questões são irrelevantes e apenas no agregado que elas interessam pelo seu resultado final: quanto de um projeto de força pôde ser efetivamente executado?²⁰

²⁰ Projeto de força é o desenho, construção, manutenção, avaliação e atualização das forças em função das metas políticas, permitindo a maximização dos recursos limitados para a execução das tarefas. Sem projeto de força não há adequação efetiva e eficiente das forças para a sua conduta, seja qual for a missão designada. Ver PROENÇA JÚNIOR & DINIZ (1998).

Portanto, uma força combatente adequada do ponto de vista tático e estratégico pode ser inviável de ser criada do ponto de vista logístico. Do ponto de vista da conduta da guerra, não interessa as razões pelas quais isso se deu. Um comandante terá que empregá-la em enfrentamentos como ela está dada: com todas as suas limitações e insuficiências. As explicações técnicas do fracasso ou sucesso limitado da criação da força são irrelevantes e não são complementares nem substitutivas à inteligência realmente necessária sobre o oponente e as condições de conduta da guerra.

A arte da guerra e a preparação para guerra contam com todas as invenções humanas das artes e ciências. Ainda assim, não significa que a Teoria da Guerra tenha que articular plenamente todos esses conhecimentos, nem que um comandante tenha que ser fluente em todos eles. Esta é uma consideração que parece ser trivial, mas ela é necessária porque esse entendimento vai de encontro com toda uma vertente do pensamento estratégico ocidental que teve a expectativa que uma teoria da guerra teria que ter amplitude enciclopédica e que a formação de oficiais teria que ser atualizada a cada descoberta ou invenção tecnológica que pudesse ter algum efeito na arte da guerra (por exemplo, HANDEL, 1986). Clausewitz reconhece a existência de um estado-da-arte internacional de recursos técnicos que podem ser incorporados nas atividades de criação da força que, em certa medida, é um esforço civilizatório que vai além das fronteiras de uma sociedade política. Ainda assim, isso não é motivo para deslumbre ou uma abordagem pseudo-científica da guerra.

Certamente, Clausewitz não foi o primeiro a identificar as dimensões logísticas da guerra. Desde a Antigüidade, muitos autores refletiram sobre os seus limites financeiros e sociais e sobre como esses eram contextuais e variados (ver seção 1.1 acima). Porém, Clausewitz estabelece um parâmetro de suficiência de conhecimentos e considerações para um exercício eficaz da guerra em qualquer contexto humano.

Até Onde Deve Seguir uma Análise dos Meios?

Uma segunda questão até onde uma teoria deve conduzir sua análise dos meios. Obviamente, apenas até onde as atribuições distintas terão significado prático. O alcance e efetividade das diferentes armas de fogo é

taticamente muito importante; mas sua construção, ainda que governe seu desempenho, é irrelevante. A conduta da guerra não tem nada a ver com a fabricação de canhões e pólvora a partir de carvão, enxofre e salitre, cobre e estanho; as dadas quantidades de armamentos que estão prontas para uso e suas efetividades. A estratégia usa mapas sem se preocupar sobre levantamentos trigonométricos; não se pergunta como um país possa estar organizado e um povo treinado e governado de maneira a produzir os melhores resultados militares. Ela toma essas questões como disponíveis na comunidade européia de nações.

Simplificação Substantiva de Conhecimento

Claramente, então, o alcance dos assuntos que uma teoria deve cobrir pode ser em muito simplificado e o conhecimento requerido para a conduta da guerra pode ser em muito reduzido. A atividade militar em geral é servida por uma quantidade enorme de expertise e habilidades, todas as quais são necessárias para dispor de forças bem equipadas no campo. Elas coalescem em uns poucos e importantes resultados antes que elas atinjam seu propósito final na guerra, como córregos que combinados formam rios antes de correrem para o mar. O homem que deseja controlá-las deve se familiarizar apenas com aquelas atividades que desembocam no grande oceano da guerra (CLAUSEWITZ, 1984, II-2, p. 144)^{xxv}.

O juiz e moderador de todo esse processo, de fato, é o governo imbuído da confiança do público e dos instrumentos institucionais para mobilização, processamento, conversão e conservação dos recursos sociais em combatentes. O que um comandante e um analista precisam compreender, para melhor acatá-las, são as considerações políticas que ponderam sobre os níveis e formas de gasto desses recursos sociais. Na lógica política da conduta da guerra, é preciso se saber se as ambições de um determinado governo para uma determinada guerra são compatíveis com os recursos sociais alocados ao comandante das forças combatentes. Nesse sentido que é preciso apreciar as prioridades políticas que avaliam as conseqüências e determinam as prioridades bélicas em relação a todo o esforço de preparação que é concentrado e engajado. São os objetivos políticos que apontam as configurações e capacidades de criação de

uma força combatente entre as alternativas disponíveis. São apreciações políticas que acessam o potencial e os óbices dos projetos de força combatente apresentados em termos de sua eficácia tática, utilidade estratégica e viabilidade logística. As proporções entre aspectos combatentes e preparatórios são decididos politicamente porque cada alternativa de projeto de força envolve requerimentos e implicações na sociedade política (ver 4.2.3 e 4.2.5).

Tão importante quanto, apenas do ponto de vista político é possível perceber e conceber a existência do relacionamento entre as atividades preparatórias e a linha histórica entre os períodos de guerra e de paz de uma sociedade. Uma guerra nunca é um ato isolado e seu resultado nunca é final. Portanto, a cada guerra e em longos períodos de paz, apenas considerações políticas são capazes de decidir quanto de recursos serão alocados na constituição de novas forças e atualização das existentes levando em conta os contextos políticos e estratégicos atuais e os futuros. A relação entre o universo político e a arte da guerra é uma perspectiva substancial da trajetória das civilizações humanas e a História da Arte da Guerra contém uma parte substancial da História Política. As atividades de criação das forças combatentes, portanto, têm como particular serem essencialmente políticas, pois suas trajetórias têm causas mais profundas e conseqüências mais extensas do que é capaz de conceber a Teoria da Guerra. A conduta da guerra é apenas uma vertente, entre várias, da lógica política que subordina, igualmente, o uso das forças combatentes quanto ao uso dos recursos sociais para a criação e atualização das mesmas. A decisão sobre qual guerra travar, bem como a decisão sobre quais meios criar, resulta de um processo decisório político contínuo sujeito às configurações, ajustes e reconfigurações dos equilíbrios de poder doméstico e externo.

Esta é uma apreciação da realidade bélica que possui conseqüências importantes no enquadramento de outros campos do conhecimento, como da Ciência Política, Relações Internacionais e História. Uma parte dessas conseqüências são exploradas na seção 3.4 no que concerne uma historiografia da arte da guerra. Esta não é apreciada em si mesma, porém na medida em que ela serve ao estudo da guerra levando-se em consideração o ponto de vista logístico da guerra.

Uma consequência imediata do conceito de logística e seu enquadramento das atividades preparatórias - em especial as de criação da força combatente - é que existe uma resposta aos críticos quanto à omissão da Teoria da Guerra em relação à tecnologia, que se baseia nos mesmos argumentos em resposta às críticas de uma omissão quanto à logística. Segue, ademais, uma proposta de enquadramento da tecnologia dentro do conceito de logística.

2.2.5. O ENQUADRAMENTO DA TECNOLOGIA.

Uma proposta de enquadramento da tecnologia é parte do mesmo arrimo conceitual da logística e parte da mesma resposta às críticas de que a Teoria da Guerra não considera os aspectos materiais e econômicos da guerra. Não obstante, não se reproduz aqui todo o debate existente sobre a crítica tecnológica à propriedade da Teoria da Guerra de Clausewitz com o fenômeno bélico na contemporaneidade. Em parte porque este debate envolve uma vasta literatura que se relaciona mas vai além ao debate sobre a logística e por uma medida de suficiência, já que essas críticas apenas reproduzem as inconsistências conceituais herdadas do pensamento estratégico ocidental de Jomini e seus pares. A crítica tecnológica a Clausewitz, bem como sua resposta estão presentes e abertos a escrutínio em PROENÇA JUNIOR (2007)²¹.

O mais importante é que um enquadramento da tecnologia pela Teoria da Guerra envolve uma expressão simples e sintética do conceito de logística que é facilmente formulada e que sumariza o valor da arte da guerra na conduta da guerra.

Do ponto de vista de Teoria da Guerra, a tecnologia é um parâmetro dado na vida social e relacional de uma determinada sociedade política. As possibilidades materiais existentes ou passíveis de desenvolvimento configuram determinadas condições de contorno, determinadas alternativas de escolhas cuja guia é o ponto de vista da conduta da guerra. A lógica da política preside a

²¹ Os resultados dessa pesquisa estão disponíveis em PROENÇA JÚNIOR e DUARTE (2008; 2009).

guerra, mas a gramática pela qual essa lógica pode ser expressa é a gramática dos meios. Já se viu mais acima como esta lógica de fins e meios se desdobra, seja para além da guerra desde a política, seja em termos da conduta da guerra na condução do enfrentamento e no uso dos seus resultados, seja para aquém desta conduta em termos das condições de possibilidade dos meios de força.

Isso significa que existe uma dimensão de subordinação estrita entre as possibilidades estratégicas e táticas abertas à conduta da guerra e o resultado da forma como uma determinada sociedade política apresenta possibilidades dentre as diversas possíveis, ou concebíveis, num determinado momento.

A tecnologia é um aspecto cuja relevância está contida em sua capacidade de produzir resultados táticos e estratégicos. É por isso e apenas por isso que compreender os aspectos tecnológicos é pertinente para o comandante ou para o analista. Que esta compreensão possa se beneficiar de um entendimento dos princípios que sustentam estes aspectos é uma questão de trajetórias formativas, que se esgota na capacidade de comandantes e analistas de apreciarem, e eventualmente de se pronunciarem, sobre determinadas escolhas. Mas o cerne desta apreciação segue sendo apenas o efeito, possibilidade, requisito e limite de tais escolhas, à luz do que permitem ou não no enfrentamento, na campanha e na utilidade de uma determinada guerra para a política.

Nesse sentido, a discussão da tecnologia bélica na Teoria da Guerra se encaixa sem problemas no entendimento de logística expresso mais acima. Ao reconhecer a guerra como a expressão da política, sujeita às condições sociais, situa tecnologia como o processo de adaptação ao ambiente por novos produtos e processos atinentes aos meios de força. Ou seja, porque a guerra é uma expressão social, não há problema algum em que se possa apor o entendimento de que a tecnologia bélica é também uma expressão social. Essa é uma evidência incidental da robustez do edifício clausewitziano.

Assim, também do ponto de vista da Teoria da Guerra, é a sociedade, por meios de suas instituições políticas, que determina qual, quanto e como de uma tecnologia será desenvolvida e empregada numa força combatente. E esse ponto revela, uma vez mais, o erro da imposição de relações causais entre uma dada tecnologia e seu uso na guerra. O verdadeiro nexos causal é o papel da sociedade,

as decisões da sociedade política expressas diante da guerra, e o que quer que seja o papel da tecnologia.

O processo social que conforma, situa e usa tecnologia está fora do âmbito da Teoria da Guerra. É essa a razão porque a tecnologia, *qua* tecnologia, não é tematizada explicitamente em qualquer capítulo ou sessão do *Da Guerra*. Ela não pertence à teorização da conduta guerra em si mesma. Isto contrasta fundamentalmente com a atenção da forma como seus efeitos podem ser relevantes. E desta perspectiva, a tecnologia, através de seus efeitos, é tematizada sistematicamente. Atividades sociais de inovação de produtos e processos através de invenções das ciências e outros saberes são tratados sempre que elas afetam a gramática dos meios, e quando seus efeitos têm significado político.

A tecnologia só é relevante em termos de seus efeitos nas considerações táticas e estratégicas. Essas são as únicas considerações pertinentes: o que a tecnologia pode, ou não pode, exige ou impede no enfrentamento e na campanha. Tecnologia é apenas uma de entre as muitas considerações logísticas da guerra. Cada escolha tecnológica é regida por critérios de utilidade, usabilidade e segurança próprios provenientes das disciplinas e conhecimentos que as produzem. Porém, cada uma e todas elas são subordinadas pelo seu efeito no uso da força no enfrentamento e no uso dos enfrentamentos na guerra. Ou seja, as várias lógicas das várias atividades preparatórias da guerra são subordinadas, em última instância, pela sua contribuição para a conduta da guerra.

Por um lado, não é a tecnologia que produz a adesão em massa de uma sociedade ou faz esta desqualificar a decisão de um governo ir à guerra. Não é a tecnologia que determina o esforço de guerra: a quantidade de horas extras não pagas nas fábricas, o grau de conversão das linhas de produção civil para militar, o racionamento de recursos para a produção de novos armamentos. Essas são realizações que apenas a comunidade política pode decidir fazer ou não. Nenhuma invenção, nenhum novo dispositivo ou sistema tecnológico é capaz disso.

Por outro lado, não é a tecnologia que gera o objetivo político que a guerra deve perseguir e ainda todas as estimativas de correção de cursos e alocação de recursos que ocorrem durante a guerra. Essas são decisões eminentemente

políticas. Nenhuma invenção, nenhum novo dispositivo ou sistema tecnológico é capaz disso.

Isso desqualifica de maneira cabal o entendimento de que a tecnologia seja capaz de alterar a natureza da guerra ou, equivocadamente como consequência, da política (HANDEL, 1986). A política e a sociedade não pertencem à guerra. É justamente o contrário, a guerra é uma expressão social e um instrumento político.

Do ponto de vista da Teoria da Guerra, é fora de seu escopo a forma como cada inovação tecnológica militar foi produzida em tempos de paz e tempos de guerra, seja de uma perspectiva sociológica, seja de uma perspectiva técnica. Na perspectiva de Clausewitz, são unicamente relevantes quais as quantidades disponíveis pela sociedade e se a efetividade desses produtos e processos são aqueles adequados do ponto de vista tático e estratégico para a conduta desta guerra.

A Teoria da Guerra reconhece que a constituição social de uma sociedade política determina os instrumentos de guerra disponíveis, neste sentido, socialmente possíveis, e como escolhas podem confiná-los ainda aos instrumentos desejados. Reconhece como alterações tecnológicas em armamentos ocorrem a todo o momento e, por isso mesmo, recomenda que a necessidade para cada comandante e analista a observação atenta de seu tempo (CLAUSEWITZ, 1984, III-17). Clausewitz exemplifica isso no contexto das guerras napoleônicas, observando a natureza e possibilidades dos armamentos, seu impacto nas armas combatentes, sua evolução em termos de organização e disposição da força combatente como um todo e a tendência de variação por novas mudanças tecnológicas no seu tempo (CLAUSEWITZ, 1984, V-4, V-5 e V-6). Porém, é inviável o aconselhamento para o enquadramento das inovações tecnológicas para cada e todo comandante ou analista. É por essa razão que a Teoria da Guerra visa à educação do juízo e ao provimento de ferramentas analíticas para que comandantes e analistas avaliem por si mesmos as condições tecnológicas que sua contemporaneidade determina.

Clausewitz é tão contundente nesse ponto que empreende uma crítica histórica de como a transformação das sociedades desde Alexandre o Grande até seu próprio tempo determinou as condições de conduta da guerra (CLAUSEWITZ,

1984, VIII-3B, pp. 586-594). Ele é explícito em afirmar que essas transformações são mais amplas que a inserção de um novo armamento e descarte de um velho. São transformações nas características de um povo e das instituições políticas que condicionaram verdadeiramente as possibilidades de sucesso e fracasso na guerra. Cabe ao comandante maximizar as qualidades de suas forças combatentes disponíveis e utilizá-las de acordo com essas condições de possibilidades de seu tempo. Nenhuma invenção, nenhum novo dispositivo ou sistema tecnológico é capaz disso.

O aspecto de transformação tecnológica na dinâmica bélica tem sua relevância. Porém, mais relevante é como uma sociedade política determina a instrumentalização da guerra e de seus meios. Isso porque se a guerra faz apenas sentido dentro da lógica de utilidade política, é a transformação política que deterministicamente transforma como a guerra é conduzida. Por isso, qualquer transformação do caráter da guerra resulta e expressa uma transformação política anterior.

Segue que a transformação da arte da guerra como resultado da transformação da política. Distante de sugerir que os dois podem ser dissociados um do outro, essas mudanças são uma forte prova de sua conexão indissolúvel (CLAUSEWITZ, 1984, VIII-6B, p. 610)^{xxvi}.

A perspectiva clausewitziana da tecnologia é embasada na apreciação das condições sociais de inovação tecnológica. Em primeiro lugar, o aspecto social da tecnologia é relevante em termos do grau de participação popular num esforço de guerra. No caso de guerras ilimitadas, quando há grande percepção de ameaça ou grande engajamento popular ao objetivo político pelo qual se combate, a demanda por inovação tecnológica corresponde a escolhas no uso de recursos adicionais que serão disponibilizados. No caso de guerras limitadas, a demanda por inovação corresponde à otimização dos recursos já disponíveis. Há uma medida de interpenetração entre estas duas lógicas, que extrapola a guerra, e pertence à política, porque raramente só se tem em mente uma única guerra, e há que se considerar tanto o significado político (e portanto os recursos, e portanto as escolhas tecnológicas) diante de, ou após, uma determinada guerra.

Em segundo lugar a demanda social tem consequência na disponibilidade de recursos sociais – materiais, dinheiro e especialistas – que variam de sociedade para sociedade, dependendo de suas condições ecológicas e de sua maior ou melhor peculiaridade no desenvolvimento de novas tecnologias ou na adaptação de outras tecnologias já existentes aplicadas em atividades “civis”. É essa lógica de mobilização de novas forças que explica a necessidade de se vir a controlar ou neutralizar dos recursos produtivos e a própria população de um oponente, destruindo seu potencial de constituir forças combatentes adicionais. Novamente, os rumos tecnológicos disponíveis são apenas pertinentes enquanto exercício de escolhas por sobre recursos disponíveis.

Não há, portanto, *nenhuma lacuna na Teoria da Guerra quanto à tecnologia*, nem mesmo em termos do que se entende como tecnologia e muito menos no que diz respeito à forma como ela se imiscui na guerra: “Força, para contrapor a força oponente, veste-se das invenções da arte e da ciência” (CLAUSEWITZ, 1984, I-1, p. 75).

Em terceiro lugar, é um *ethos* social favorável ou desfavorável que determina o que seja a tecnologia bélica. Sociedades tradicionais, estáveis, têm pouco incentivo interno a inovar em qualquer campo. Sociedades mais dinâmicas podem ter maior interesse em inovações. Entretanto, maior ou menor passo de inovação tecnológica possui apenas um potencial de efeito bélico. No caso europeu, a dimensão externa do mercado foi um fator determinante na velocidade de inovação e obsolescência, associada à dimensão interna de governos centralizados para comando dos empenhos necessários para modernização. O que se percebiam como os resultados de segurança das escolhas feitas ou por fazer são medidos por seus resultados, tão recentes quanto a última guerra, tão imprecisos quanto a próxima guerra, à luz do que se estima que possíveis oponentes puderam, possam ou venham a fazer.

Em tempos de guerra e ou de preparação para ela, o ambiente social disposto a mudanças institucionais se torna mais relevante, e aí os recursos que uma sociedade pode mobilizar se tornam decisivos. Diante do perigo, o que se julga necessário pode ser mais importante que o *ethos* favorável ou desfavorável ao que quer que seja. Sociedades políticas dispuseram-se até mesmo a reformas de sua própria estrutura, como foi o caso da Europa na esteira da Revolução

Francesa. A Prússia de Clausewitz dispunha dos recursos financeiros e dos armamentos comuns a qualquer potência europeia de seu tempo, mas a resistência aristocrática ao empenho popular a fragilizou até a derrocada. Foi apenas concedendo reformas internas substanciais que ela pode se reerguer. E deste mundo, em que a desatenção para com os resultados bélicos de mudanças sociais arriscou a sobrevivência da própria sociedade política, nasceu o Estado nacional pós-napoleônico que segue até o presente.

A escolha de alternativa tecnológica admite apenas a consideração de sua utilidade política, o que inclui a guerra. Faz-se guerra com as forças que se tem, que se decidiu ou pôde ter. Essa perspectiva abrangente da política pode parecer excessivamente racionalista ou emancipada das dinâmicas sociais. Mas de fato ela é também um recorte necessário: não é possível imaginar que a definição plena de política, e a sua teorização, pudessem estar subsumidas ao instrumento bélico, à circunstância do ato de força, da guerra. Ao contrário, esse é um recorte simplificador, explicitamente limitado ao que toca à guerra da política. Numa definição suficiente aos seus fins, Clausewitz pondera que:

Pode se tomar como concordante que a meta da política é unificar e reconciliar todos os aspectos da administração interna bem como dos valores espirituais, e tudo o mais que o filósofo da moral possa querer adicionar. Política, é claro, é nada em si mesma; é simplesmente o fideicomissário para todos os interesses contra outros estados. Que isso possa falhar, servir a ambições, interesses privados e à vaidade daqueles no poder, não é raro. Em nenhum sentido pode a arte da guerra ser vista como o preceptor da política, e aqui nós podemos apenas tratar da política como representativo de todos os interesses da comunidade (CLAUSEWITZ, 1984, VIII-6B, pp. 606-607)^{xxvii}.

A decisão de se ir a guerra inclui a decisão de quanto dos meios de força e dos recursos de uma comunidade política serão empenhados nesta guerra, diante do que se pode ganhar, do que se pode perder, e do que é necessário preservar para outras guerras. Sem dúvida que a utilidade desta ou daquela escolha admite advocacia e teste, e que a opinião do que devem vir a utilizá-la é pertinente. A

questão é que a decisão não cabe às forças e seus comandantes, mas à sociedade política. O que cabe às forças e a seus comandantes é dar conta de como fazer uso destes meios e recursos na condução da guerra. Assim, sem embargo de sua eventual influência na decisão de uma sociedade política quanto a que forças, qual tecnologia bélica, e quais recursos para produzir umas e outras, o papel do comandante e das forças só tem início diante de determinadas forças, dadas. É com estas e não com outras que se consideram quais táticas, qual estratégia, pode produzir sucesso na guerra.

É perfeitamente possível que, neste papel, o resultado seja de que não é possível atingir o sucesso na guerra com as forças dadas: seja por insuficiência dos meios ou dos recursos necessários para produzir os resultados desejados. Se isto se dá em antecipação a uma guerra ou durante uma guerra, a questão é exatamente a mesma que a anterior em essência: a consideração e apreciação dos comandantes e forças como insumo para a decisão política. E se é necessário desdobrar esta consideração, então isto é simples: a política pode apostar *contra* o parecer e apreciação de comandantes e forças quando o que almeja for julgado suficientemente importante.

Assim como a tecnologia não decide nem conduz guerras, ela também não trava batalhas nem conduz campanhas em si mesma, mas afeta guerras, enfrentamentos e campanhas de maneira mais ou menos direta em função do uso que se dá a ela em termos de artefatos ou procedimentos de efeitos táticos ou estratégicos.

De maneira cândida, a tecnologia não é uma consideração relevante na (teoria da) conduta da guerra. A pertinência da tecnologia reside nas atividades não-combatentes da guerra. As atividades de criação, movimentação, posicionamento e manutenção têm suas próprias tecnologias de produto e processo, cujas formulações baseiam-se em outras teorizações ou saberes, desde os diversos tipos de engenharias até tudo o mais que explique as peculiaridades de cada alternativa logística. Por sua vez, cada um desses métodos oferece alternativas de equipamentos e procedimentos. É através destes que se pode encontrar, de um ponto de vista analítico, a componente tecnológica: na avaliação do desempenho dessas atividades do ponto de vista e segundo os atributos analíticos da logística.

2.3. A VERIFICAÇÃO DA CONSISTÊNCIA DO CONCEITO DE LOGÍSTICA COM A TEORIA DA GUERRA.

Qualquer texto sobre a Teoria da Guerra de Clausewitz precisa lidar com uma questão fundamental. Refere-se à fragilidade da integridade da obra de Clausewitz em decorrência de sua morte, em 1831, antes de ter realizado a revisão do *Da Guerra*. Essa tragédia marcaria um obstáculo na comunicação de suas idéias, de maneira que existam em um mesmo documento passagens mais antigas resultado de estágio de reflexão superados, co-existindo com passagens escritas por último em que seu pensamento está mais sofisticado. Isso existe no *Da Guerra* e torna necessário enquadrar de maneira consistente essa questão.

Distingue-se o estado de falta de completitude do *Da Guerra* do estado pleno da Teoria da Guerra de Clausewitz. A originalidade e a consistência da proposta de investigação e estudo da guerra são empreendidas por Clausewitz no primeiro capítulo do primeiro livro do *Da Guerra* (*O que é guerra?*). Este é o único capítulo completamente revisado e indicado pelo autor como representativo do seu último estágio de pensamento. Entende-se que I-1 responde plenamente as prerrogativas para uma teoria da guerra estipuladas por Clausewitz na Nota Sem Data, Nota de 1827 e principalmente no livro II (*Sobre uma teoria da guerra*).

Assume-se a solução de DINIZ (2002) de re-organização dos livros e capítulos do *Da Guerra* para seu estudo seguindo critérios que expressam o estágio pleno da Teoria da Guerra. A proposta de Diniz é baseada na verificação de três termos conceituais que marcam a evolução do pensamento de Clausewitz: (i) a superioridade da defesa sobre o ataque, (ii) os dois tipos de guerra na realidade; (iii) o entendimento da guerra como a continuação da política por outros meios (DINIZ, 2002, p. 58). Tal verificação produziu a seguinte ordem:

1. O conteúdo de I-1 prevalece sobre a leitura de todo o texto. Qualquer inconsistência deve ser resolvida a favor de I-1 e ser subordinada a seus resultados;

2. I-2 prevalece sobre todas as outras partes;
3. Livros VIII e VII e capítulos VI-27 a VI-30, em seqüência, têm precedência sobre VI-1 a VI-26;
4. VI-1 a VI-26 têm precedência sobre II-1, II-2, II-5 e II-6;
5. II-1, II-2, II-5 e II-6 têm precedência sobre II-3, II-4 e livros III, IV e V;
6. Qualquer inconsistência deve ser decidida contra I-3 a I-8.

Não se aspira a uma abordagem unívoca da Teoria da Guerra, mas defende-se que a proposta por Diniz produz uma interpretação teórica consistente e abre novas possibilidades de debate sobre Clausewitz. Marca ainda que a utilização do *Da Guerra* sem a devida confrontação com a sua condição inacabada é o que torna qualquer debate sobre Teoria da Guerra inviável. Considera-se que tal critério de ordenamento é razoável na aplicação das outras obras que Clausewitz que compõem sua contribuição acadêmica e que são oportunos para os propósitos desta tese: os estudos de campanha e seus estudos de revisão, como o capítulo 22 do livro VII, e os estudos sobre o enfrentamento do apêndice do *Vom Kriege* original.

A solução de Diniz permite enquadrar de maneira consistente o conceito de logística dentro da Teoria da Guerra. Não apenas simplesmente somá-lo como mais um termo, mas apontar seu posicionamento dentro de uma obra inacabada, verificando em que estágio de pensamento o conceito de logística encontra-se e comparando-o com as passagens contraditórias e com as quais ele é consistente.

A hipótese que se introduz aqui é de enquadramento do conceito de logística apresentando em II-1 (*Classificações da Arte da Guerra*) dentro da história interna de desenvolvimento da Teoria da Guerra como resultado de uma revisão metodológica do *Da Guerra*. Essa revisão adveio da insatisfação de Clausewitz com o resultado de um primeiro manuscrito do *Da Guerra*, especificamente com os livros III (*Da Estratégia em Geral*), IV (*O Enfrentamento*) e V (*Forças Combatentes*). Essa insatisfação é expressa na Nota Sem Data, presumidamente anterior a 1827. Uma discussão exaustiva de enquadramento da Nota Sem Data

e seus efeitos na interpretação do *Da Guerra*, encontra-se em DINIZ (2002, pp. 53-63).

Isso posicionaria o conceito de logística em um estágio intermediário de pensamento de Clausewitz e à frente de uma fase ainda pouco elaborada de seu trabalho, em que há um acúmulo de reflexões, ancoradas principalmente em suas experiências e dos comandantes que ele estudou e conheceu. E seria parte ainda de um estágio em que ele desenvolve uma posição mais rigorosa com relação a sua obra, e muito mais ambiciosa com a possibilidade de realmente produzir uma teoria da conduta da guerra. Para tal, uma nova abordagem epistemológica e metodológica foi elaborada. Uma que correlacionasse formulações axiomáticas – abstratas – e estudos históricos, de maneira que a concepção intelectual organizasse a apreensão da guerra na realidade, bem como a experiência daqueles envolvidos com ela. Essa revisão metodológica foi importante porque a partir dela a obra de Clausewitz evoluiria para além de um manuscrito sobre a condução das grandes operações militares baseado na experiência e em sua reflexão individual, de maneira similar a obra de Saxe. Ela passaria a ser, de fato, um instrumento de correção do intelecto e da percepção sobre a guerra.

Vital para essa mudança de atitude foi a revisão de Clausewitz do seu objeto de estudo e recorte analítico. Ele separaria o que era o problema de sua teoria, e o que poderia se aprender com ela e como. Essa demarcação é essencialmente o conteúdo de II-1, cujo resultado é o conceito de logística, II-3 (*Da Teoria da Guerra*) e II-5 (*Análise Crítica*). Somente após o desenvolvimento desse arcabouço que Clausewitz retomaria a redação do *Da Guerra* a partir do livro VI até o livro VIII e finalmente, numa terceira revisão, I-1 e I-2.

Portanto, do ponto de vista da história interna do pensamento de Clausewitz, o conceito de logística significaria uma virada de rumos. Se tal hipótese é viável, é necessário encontrar evidências no *Da Guerra* que sirvam de registro das distinções entre essas duas perspectivas de Clausewitz que coloquem o entendimento de conceito de logística em II-1 como um avanço com relação à Nota Sem Data e aos livros III a V. De outro lado, se essas evidências não forem encontradas, II-1 faria parte do restante da obra mais antiga e o conceito de logística seria parte de um estágio de reflexão menos desenvolvido e sujeito a

contradições. Isso colocaria em risco a consistência muito do que foi apresentado até aqui.

Essa é a empreitada que se conduz aqui através de duas verificações: (i) é necessário evidenciar se o conceito de logística é consistente com o último estágio de pensamento de Clausewitz, permitindo estabelecer sua superioridade conceitual sobre outras formas de classificação da arte da guerra como indistinta da conduta da guerra; (ii) evidenciar o “salto” analítico, em parte graças ao tratamento diferenciado da logística, que existe nos livros VI a VIII em relação aos anteriores, os livros III a V. Segue-se a verificação.

Primeiro, é possível comprovar que o conceito de logística é consistente com o último estágio de pensamento de Clausewitz, se compararmos II-1 com I-2 (*Fins e Meios da Guerra*), temos tal arrimo para o conceito de logística. Em I-2, lê-se:

Ela [a arte da guerra] compreende tudo aquilo relacionado com as forças combatentes, tudo aquilo que tenha a ver com a criação, manutenção e uso.

Criação e manutenção são obviamente apenas meios; seu uso constitui seu fim.

O combate na guerra não é um certame entre indivíduos. É um todo feito a partir de partes, e neste todo que dois elementos precisam ser distinguidos, um determinado pelo subjetivo, e o outro pelo objetivo. A massa de combatentes em um exército forma elementos adicionais interminavelmente, o que neles mesmos são partes de uma estrutura maior. A atividade combatente de cada uma dessas partes constitui um elemento definido mais ou menos claramente. Além disso, o combate ele mesmo é feito como um elemento da guerra pelo seu propósito, por seu *objetivo*.

Cada desses elementos que se torna distinto no curso dos combates é nomeado de um enfrentamento.

Se a idéia de combates subordina todo o uso das forças combatentes, então seu emprego significa simplesmente o planejamento e organização de uma série de enfrentamentos.

O conjunto de atividades militares deve, portanto, relacionar diretamente ou indiretamente com o enfrentamento. O fim para o qual um soldado é recrutado, vestido, armado e treinado, todo o objetivo de seu sono,

alimentação, sorver e marcha *é simplesmente para que ele possa lutar no lugar certo e na hora certa* (CLAUSEWITZ, 1984, I-2, p. 95; *itálicos do original*)^{xxviii}.

Essa passagem é consistente com o entendimento de Clausewitz em II-1:

Para resumir: nós claramente entendemos que as atividades características da guerra devem ser divididas em duas categorias principais: aquelas *que são meramente preparação para a guerra, e a guerra propriamente dita*. A mesma distinção deve ser feita para uma teoria.

O conhecimento e habilidades envolvidos nas preparações serão relacionados com a criação, treinamento e manutenção das forças combatentes. É secundário qual o rótulo que damos a eles, porém obviamente eles devem incluir assuntos como artilharia, fortificação, a então chamada tática elementar, bem como toda a organização e administração das forças combatentes como elas são. A teoria propriamente dita da guerra, por outro lado, é relacionada com o uso desses meios, uma vez que eles foram desenvolvidos, para os propósitos da guerra. Tudo que é requerido do primeiro grupo é o produto final, um entendimento de suas principais características. A isso que chamamos de ‘a arte da guerra’ no sentido mais estreito, ou ‘a teoria da conduta da guerra’, ou ‘a teoria do uso das forças combatentes’. Para nossos propósitos, todos eles significam a mesma coisa.

A teoria mais estreita, portanto, trata do enfrentamento, com a batalha ela mesma, e trata de questões como marchas, acampamentos e quartéis como condições que podem ser mais ou menos idênticas a ele. Isso não compreende questões do suprimento, mas levará estes em conta da mesma maneira *como outros fatores dados*.

A arte da guerra no sentido mais estrito deve agora, por seu turno, ser dividida em tática e estratégica. A primeira focada na constituição específica de um enfrentamento individual, o segundo com seu uso. Ambos afetam a conduta das marchas, acampamentos e quartéis apenas pelo enfrentamento; eles se tornam questões táticas ou estratégicas na medida

em que eles afetam seja a constituição específica do enfrentamento ou seu significado (CLAUSEWITZ, 1984, II-1, pp. 131-132; itálicos do original)^{xxix}.

Portanto, logística pode ser considerada como um meio, e o uso das forças no enfrentamento o seu fim. Isso conecta logística com a Teoria da Guerra, estabelecendo que seu critério de consideração é seu efeito no enfrentamento. Isso permite argumentar que tudo o que for distinto de II-1 nos escritos de Clausewitz com relação à logística deva ser suprimido.

Segundo, a classificação da arte da guerra não é respeitada na Nota Sem Data, nem nos livros III a V. Na Nota Sem Data, Clausewitz afirma categoricamente que sua preocupação é com as considerações estratégicas da guerra. No entanto, quando ele lista as conclusões naquele estágio de estudo, ele as apresenta como parte de uma *teoria da arte da guerra* e sem respeitar qualquer ordenamento do que seriam considerações táticas, estratégicas e logísticas. *Elas são tomadas como se fossem a mesma coisa:*

É uma tarefa muito difícil construir uma teoria científica para a arte da guerra e muitas tentativas falharam que muitas pessoas dizem ser impossível, desde que lidar com questões que nenhuma lei permanente pode ser provida. Pode-se concordar, e abandonar a tentativa, não fosse um fato óbvio que toda uma gama de proposições pode ser demonstrada sem dificuldade que a defesa é a forma mais forte de combate com o propósito negativo; que os maiores sucessos são de maior ajuda que os menores, de maneira que os resultados estratégicos podem ser traçados até pontos de virada; que uma demonstração é um uso da força mais fraco que o ataque real, e que se deve portanto ser claramente justificada; que a vitória consiste não somente da ocupação do campo de batalha, mas na destruição das forças físicas e psíquicas do inimigo, a qual não pode ser geralmente alcançada até que o inimigo seja perseguido após uma batalha vitoriosa; que o sucesso é sempre o maior no ponto onde a vitória foi ganha, e que conseqüentemente a mudança da linha de operações, de uma direção para outra pode ser mais bem vista como um mal necessário; que o movimento de envelopamento pode ser apenas justificado pelo superioridade geral ou pela detenção de melhores linhas de comunicação ou retirada que as do

inimigo; que todo ataque perde ímpeto assim que progride (CLAUSEWITZ, 1984, p. 71)^{xxx}.

Argumenta-se aqui que a mesma confusão é presente nos livros III a V, principalmente porque essas conclusões que Clausewitz apresenta da Nota Sem Data são conclusões desses livros.

Em II-1 e em I-2, Clausewitz toma o enfrentamento como ponto de partida e referência de qualquer reflexão sobre a conduta da guerra, inclusive das considerações sobre as atividades preparatórias da arte da guerra, acessando estas últimas apenas quando relevantes para a tática e a estratégia. Constata-se que os livros III a V, como apresentados e tomados conjuntamente, podem ser considerados como uma contradição com esse recorte. Tem-se um livro sobre estratégia, seguido por um livro sobre o enfrentamento e, por último, um livro de considerações sobre a constituição das forças combatentes, que são discussões essencialmente logísticas. Uma revisão hipotética desses livros pela perspectiva de II-1, consideraria que o livro IV (*O Enfrentamento*) deveria preceder os outros dois. Mesmo a permanência do livro V (*As Forças Combatentes*) tratar-se-ia como questionável, já que ele trata das forças combatentes quanto às atividades de composição, disposição, posicionamento e movimentação nelas mesmas. Em nenhum momento Clausewitz as considera sob seu efeito tático ou estratégico para que as forças combatentes estejam dadas. Apesar de pertinentes, as considerações no livro V são datadas e de validade principalmente histórica, pois refletem o contexto tecnológico e as configurações combatentes do seu tempo.

Esse entendimento é distinto e contraditório com o tratamento que Clausewitz dá nos livros VI, VII e VIII. Três passagens, uma de cada um desses livros, é suficiente para demonstrar sua compatibilidade com II-1. Ou seja, que elas sejam reflexões que levam em conta o conceito de logística.

No capítulo VI-2, sobre “Os Relacionamentos da Defesa e do Ataque na Tática”:

Neste estágio, nós não nos preocupamos com a superioridade numérica, coragem, treinamento ou outras qualidades de um exército. Todos esses

como uma regra dependem de questões além que a parte da arte da guerra que são nossa preocupação aqui; em qualquer caso suas relações seriam as mesmas no ataque e defesa. Ainda que *superioridade geral de números* não seja relevante, desde que números também são usualmente uma quantidade dada em relação a qual um comandante não tem nada a dizer. Além do mais, essas questões não têm relação especial no ataque e na defesa (CLAUSEWITZ, 1984, VI-2, p. 360; itálicos do original)^{xxx}.

Essa passagem é explícita do recorte que Clausewitz aponta como necessário para refletir sobre a guerra, e não sua preparação. No capítulo VII-17 sobre o *Ataque a Fortalezas*, o mesmo rigor é reproduzido:

A perda de uma fortaleza enfraquece a defesa do inimigo, especialmente onde se constitui uma parte vital dela. Sua ocupação provê vários benefícios para o atacante: ele pode usá-la como um armazém ou depósito, para cobrir o interior e seus quartéis e assim por diante. E se o ataque encerra como uma defesa, tais fortalezas serão seu mais forte amparo. Essas relações entre fortalezas e teatros de guerra durante o progresso de hostilidades têm sido suficientemente bem tratadas em nossa discussão de fortalezas no livro sobre defesa; a reflexão do que foi dito irradiará a luz necessária sobre elas no contexto do ataque (CLAUSEWITZ, 1984, VII-17, pp. 551-552)^{xxxii}.

Isso é consistente com a consideração em II-1 de que o posicionamento das forças combatentes pode ser idêntico ao enfrentamento. Isso significa tomar uma posição, aplicando as forças combatentes na sua defesa para controle de uma parte do teatro de operações. Ou pelo seu efeito pré-condicional para futuros enfrentamentos, permitir que a força combatente descanse e seja suprida.

Finalmente, em VIII-9, Clausewitz discute as razões para uma força avançar separadamente numa campanha ofensiva, e qualifica até que ponto as questões de suprimento afetam sobre tal consideração estratégica:

4. Uma quarta e final razão para avançar com forças divididas pode ser reduzir os problemas de suprimento.

Sem dúvida, é muito mais razoável conduzir uma pequena força por uma área próspera que um exército poderoso por uma pobre; mas o último não é impossível se arranjos adequados são feitos e o exército é acostumado à privação. A primeira opção não teria, portanto, tanta influência nos planos para se justificar a tomada de grandes riscos (CLAUSEWITZ, 1984, VIII-9, pp. 622-623)^{xxxiii}.

De fato, o que se nota após uma leitura focada às considerações sobre logística, é que elas se tornam mais raras ao longo do arco de discussões do livro VI ao VIII, em distinção com o arco de discussões do livro III a V, em que as considerações logísticas tornam-se predominantes. Qualifica-se essa distinção como resultado de uma decisão de recorte deliberada de Clausewitz e não por conta de uma coincidência expositiva.

Isso permite argumentar que exista um momento na elaboração do *Da Guerra*, após o encerramento da redação do livro V, em que Clausewitz decide *descartar de seu foco principal de estudo a arte da guerra que não é a conduta da guerra*. A proposição importante é que Clausewitz é rigoroso e não simplesmente descarta esse conjunto de atividades não-combatentes conduzidas numa guerra. Ele faz uma distinção conceitualmente clara e consistente. Segrega essas atividades analiticamente, agrupando-as em função de suas propriedades técnicas não combatentes e como cada uma delas afeta o uso combatente das forças tática e estrategicamente. Dessa maneira, ele estabelece outra categoria de análise, diretamente relacionada à tática e à estratégia. Argumenta-se aqui que essa foi uma das decisões mais fundamentais de Clausewitz na formulação de sua teoria.

Antes da formulação do conceito de logística, Clausewitz não se refere a sua obra como sendo uma “teoria da conduta da guerra”. Mesmo o entendimento que sua contribuição fosse uma “teoria” não é confiante, como se pode apreciar na passagem da Nota Sem Data que segue:

O manuscrito sobre a conduta de grandes operações que será encontrado após minha morte pode, no seu estado presente, ser entendida como nada senão uma coleção de materiais a partir dos quais uma teoria da guerra era para ser destilada. Eu ainda sou insatisfeito com sua maior parte, e posso apontar o Livro Seis de apenas um rascunho. Eu pretendo reescrevê-lo inteiramente e tentar encontrar uma solução em outras linhas (CLAUSEWITZ, 1984, p. 70)^{xxxiv}.

Tão importante quanto é que Clausewitz não possui explicitamente uma preocupação trans-histórica de sua contribuição, ele busca fontes contemporâneas para lidar com problemas contemporâneos. Esse foco é apresentado ainda na sequência da mesma passagem citada acima:

Contudo, eu acredito que as principais idéias que serão vistas a governar este material são as corretas, examinadas a luz da guerra presente. Elas são o resultado de um estudo abrangente. Eu tenho as confrontado inteiramente com a vida real e tenho constantemente mantido em mente as lições derivadas de minha experiência e da associação com soldados distintos (CLAUSEWITZ, 1984, p. 70)^{xxxv}.

Essa é uma distinção crítica desse estágio de pensamento para um estágio final, apresentado em I-1 (*O Que É a Guerra?*), em que se tem uma definição categoricamente abstrata da guerra e sua confrontação sistemática com as guerras na realidade.

Mais que isso, na Nota Sem Data, existe mesmo uma consideração pouco relevante quanto à produção de uma compreensão intelectual da guerra. Clausewitz, nesse estágio de pensamento, considera a finalidade da proposição teórica apenas como o encaminhamento de proposições que possam ser demonstradas. Os aspectos pedagógicos da teoria não são explícitos:

A teoria das grandes operações (o que chamamos de estratégia) apresenta dificuldades extraordinárias, e é justo dizer que muitas poucas pessoas têm

idéias claras sobre seus detalhes - isto é, idéias que derivam logicamente de necessidades básicas. A maioria dos homens meramente age por instinto, e o montante de sucesso que eles alcançam depende do montante de talento com o qual eles nasceram.

Todos os grandes comandantes agiram por instinto, e o fato que seus instintos foram sempre corretos é apenas parcialmente uma medida de sua grandeza inata e gênio. Por quanto que se atente para a ação, isto sempre será o caso e nada mais é necessário. Ainda quando não é questão de agir nela mesma, mas de persuadir outros em debate, a necessidade é por idéias claras e a habilidade de apresentar suas conexões entre elas. São tão poucas pessoas adquiriram a habilidade necessária para isto que a maioria dos debates é uma alternância fútil de palavras; seja porque eles levam cada homem a arremessar suas próprias idéias ou eles terminam com todo mundo concordando, para o bem da conformidade, sobre um compromisso que nada será mais dito sobre ele.

Idéias claras nesses assuntos têm, portanto, algum valor prático. A mente humana, além de tudo, tem uma sede universal por claridade, e anseia por se sentir parte de uma esquema mais ordenado das coisas (CLAUSEWITZ, 1984, pp. 70-71)^{xxxvi}.

Distintamente, é possível encontrar em II-1 passagens que marcam uma atitude epistemológica com relação à importância da contribuição teórica ao encerrar sua classificação da arte da guerra, e que contrasta com o tom pouco empolgado citado acima:

O primeiro propósito de qualquer teoria é clarificar conceitos e idéias que se tornaram, como se fossem, confusas e emaranhadas. Apenas até termos e conceitos tenham sido definidos pode-se ter esperança de se fazer algum progresso no inquérito da questão claramente e de maneira simples e esperar que o leitor compartilhe das perspectivas. Tática e estratégia são duas atividades que permeiam uma a outra no tempo e no espaço, mas que são, contudo, essencialmente diferentes. Suas leis inerentes e relacionamento mútuo não podem ser entendidos sem uma compreensão total de ambas.

Qualquer um para quem tudo isso é sem sentido admitirá nenhuma análise teórica como um todo, ou sua inteligência nunca foi insultada pela desconcertada e desconcertante confusão de idéias que tão constantemente escuta-se e lê-se sobre o assunto da conduta da guerra. Essas não têm ponto de vista fixo; elas levam a nenhuma conclusão satisfatória; elas aparecem algumas vezes banais, algumas vezes absurdas, algumas vezes sem rumo em um mar de generalização vaga; e tudo porque este assunto raramente foi considerado dentro do espírito da investigação científica (CLAUSEWITZ, 1984, II-1, p. 132)^{xxxvii}.

A qualificação do conceito de logística dentro *Da Guerra* atesta sua consistência segundo os critérios internos da Teoria da Guerra. Desdobra, ainda, no reforço de uma perspectiva de orientação do estudo de Clausewitz, que são os critérios de Diniz. Mais que isso, o resultado substantivo dessa inspeção é que o conceito de logística pode ser apontado como um quarto critério, somando-o aos três anteriormente apontados. Portanto, na qualificação do desenvolvimento interno da Teoria da Guerra, o conceito de logística é um critério de ponderação sobre qual estágio de desenvolvimento é um texto de Clausewitz. Nesse sentido, existe uma contribuição importante no avanço do registro e interpretação de seus textos menos conhecidos ou sem registro de data e contexto.

O exemplo mais contundente dessa contribuição é a possibilidade de enquadramento de um texto fundamental de Clausewitz, desconsiderado pela literatura²². A *Teoria dos Enfrentamentos* (CLAUSEWITZ, 1980; 1998) é um escrito de Clausewitz que parece ser a sua principal contribuição conceitual no estudo da tática, do uso das forças combatentes no enfrentamento. No entanto, é um texto sem registro ou qualquer referência de seu contexto que permita compará-lo ao restante da obra, ou mesmo ao *Da Guerra*, por evidências

²² Ao longo do ano de 2008, conduziu-se uma ampla correspondência acadêmica internacional sobre a questão com os professores Peter Paret, Daniel Moran, Christopher Bassford, Andreas Herberg-Rothe, Jon Sumida e Antulio Echevarria II. Paret demonstrou ter notícia do texto, mas o considerou de fato por indicação de Warner Hahlweg. Os demais afirmaram não terem lido o documento. Por indicação de Herberg-Rothe foi possível averiguar que a única apreciação deste documento foi CREUZINGER (1908).

históricas. Sua articulação com o restante da obra de Clausewitz é apenas possível pela sua constituição interna e na comparação de seu estágio conceitual com passagens do *Da Guerra*²³.

Entretanto, a partir dos critérios de Diniz, não é possível enquadrar essa “nova teoria” porque que eles envolvem avanços do pensamento de Clausewitz de aspectos políticos e estratégicos da guerra, e não táticos. A *Teoria dos Enfrentamentos* considera a superioridade da defesa sobre o ataque. Porém, não nos termos das campanhas defensivas e ofensivas, mas sim no uso defensivo e ofensivo das forças combatentes no campo de batalha. Por isso, não pode ser enquadrada pelo primeiro critério de Diniz. Da mesma maneira, a reflexão sobre os dois tipos de guerra e sobre a guerra como continuação da política não é necessária segundo os propósitos desse texto sobre a tática.

Porém, se analisamos esse texto pelo critério de distinção entre arte da guerra de conduta da guerra, é possível argumentar com suficiente embasamento que a teoria geral dos enfrentamentos não é contraditória, pelo menos, com II-1 e é superior a um estágio mais atrasado do pensamento de Clausewitz. Principalmente em comparação às passagens no *Da Guerra* em que existem discussões táticas nos livros IV e V que, como discutidos acima, são parte desse estágio anterior. Na teoria geral dos enfrentamentos, Clausewitz é explicitamente consciente com a distinção entre arte da guerra da conduta da guerra:

87. A superioridade do combate à distância consiste:

- a) No melhor uso dos armamentos (o que recai sobre a organização e qualidade da tropa),
- b) No melhor arranjo provido às tropas em termos de formatura e tática elementar.

23 Um manuscrito foi produto dessa inferência, mantém-se não publicado e com o título *Clausewitz on Tactics: the Theory of Engagement*. O principal argumento é que este seja a principal contribuição teórica de Clausewitz além do *Da Guerra* e a principal contribuição na consideração da dimensão tática da guerra.

Esses são elementos que não podem ser tomados em conta neles mesmos no momento do combate porque as forças combatentes são treinadas e dadas antecipadamente. Ainda assim, eles podem e devem ser observados pela teoria dos enfrentamentos *em termos de seus efeitos como um todo*.

c) Na superioridade de números,

d) Na forma da disposição das tropas no campo de batalha, essa vantagem não é já contida em (b),

e) No terreno.

88. Desde que lidamos com *forças combatentes treinadas*, as condições (a) e (b) não pertencem ao nosso assunto e vamos tomá-las em conta apenas como informações dadas (CLAUSEWITZ, 1980a, para. 87 e 88; *itálicos do original*)^{xxxviii}.

Ele desenvolve suas considerações táticas balizado pela decisão metodológica de não tratar de considerações logísticas, com exceção de quando seus efeitos são significativos para o enfrentamento, como no efeito da qualidade no uso dos armamentos, da constituição das unidades combatentes e da instrução elementar das forças combatentes (ver ainda, CLAUSEWITZ, 1980, para. 45 e 93).

Isso permite um adicionamento substancial no arcabouço teórico de Clausewitz ao convergir duas teorizações registradas em dois documentos distintos: um acabado mas não datado, e um texto datado mas não terminado. Com isso, pode-se afirmar pelo potencial do conceito de logística em possibilitar o avanço interno da Teoria da Guerra.

2.4. *A VERIFICAÇÃO DA CONSISTÊNCIA INTERNA DO CONCEITO DE LOGÍSTICA SEGUNDO LAKATOS.*

A consistência da logística com o pensamento mais avançado de Clausewitz não implica na sua aprovação final como proposta conceitual. Uma última qualificação necessária para embasar a proposta do conceito de logística é verificar o seu atributo científico por um critério de demarcação externo à

Teoria da Guerra. Dada à diferença da perspectiva Clausewitz em relação às usuais, essa verificação é necessária para comprovar que o conceito de logística é capaz de produzir conhecimento empírico corroborado. Portanto, adere-se aqui à aplicação dos critérios de demarcação de cientificidade de Lakatos (LAKATOS, 1970, pp. 91-195; LAKATOS, 1978; LAKATOS, 1999).

De acordo com Lakatos, o foco de preocupação e orientação da ação dos cientistas, o progresso da ciência, é contido nos programas de pesquisa científica. Essas são atividades coletivas de inquérito que buscam o estabelecimento de uma dada teoria como arcabouço para explicação de uma série de eventos. Ainda que a ciência ela mesma possa ser descrita como um programa de pesquisa científica, existem tantos programas quanto existam teorias. Cada programa de pesquisa científica é uma empreitada histórica concreta. Versões concorrentes da teoria competem entre si integrando resultados explicativos e preditivos com problemas empíricos, portanto constantemente desafiando sua falseabilidade.

O critério normativo de Lakatos torna possível comparar diferentes teorias em termos de suas capacidades de apresentar conteúdos empíricos excedentes. Esses incluem a explicação de fatos, mas também a incorporação de novos fatos descobertos. Programas de pesquisa científica competem em termos de suas capacidades de exceder as outras em conteúdo empírico sobre um fenômeno ou uma série deles. O contraste entre a capacidade de programas rivais em explicar e descobrir novos fatos constitui o mecanismo na comparação e comprovação do valor relativo entre eles.

Além disso, é importante reforçar aqui a posição de que não existe proposta conceitual concorrente a de Clausewitz em logística. Caso existisse tal condição, seria necessária a apreciação das capacidades explicativas das ambas as propostas pelos critérios normativos de Lakatos. No entanto, esse exercício é um passo a frente na demarcação científica, quando as duas propostas são verificadas como científicas pelos critérios de Popper, e a questão reside em qual provê mais resultados (LAKATOS, 1978, pp. 139-167). Essa não é a questão aqui. De nenhuma perspectiva, é possível qualificar a definição de Jomini como válida e fica aberta essa posição a qualquer questionamento embasado.

O critério de demarcação de Popper acessa a coerência da lógica interna das proposições conceituais e suas falseabilidades, ou seja, de serem abertas à falsificação ao serem contestadas por um evento. O conceito de logística deve ser testado nesses dois requisitos.

A coerência da lógica interna do conceito de logística pode ser avaliada pela sua apreciação de todas as atividades da guerra. Isso é resultado da distinção entre as atividades que tratam do uso das forças combatentes propriamente dito - a conduta da guerra - e aquelas atividades que não são combatentes - a arte da guerra.

Isso permite distinguir entre aquelas atividades logísticas que fazem parte do enfrentamento, daquelas que não fazem parte. Dessa maneira, ainda que existam atividades logísticas que são idênticas ao combate, suas conexões e distinções do uso das forças combatentes estão clara e inequivocamente apresentadas.

Esse tratamento da logística parece ser suficientemente coerente logicamente e a atender o primeiro requisito de Popper.

O potencial de falsificação do conceito de logística pode ser averiguado através da formulação da seguinte hipótese: a ordem de marcha de uma força combatente, aspecto da arte da guerra a ser considerado pela logística, leva em conta o prospecto do enfrentamento, que é um aspecto da conduta da guerra.

Esta formulação está aberta a uma série de casos históricos e a ser verificada se o prospecto de enfrentamento influenciou ou não a ordem de marcha. Em alguns casos, é possível que isso tenha acontecido como a hipótese espera, mas em outros casos, o relacionamento pode não ter ocorrido, contradizendo a hipótese e falsificando-a. Esses últimos casos terão que ser explicados por outras construções conceituais a partir da Teoria da Guerra de Clausewitz, ou serão tratadas simplesmente como anomalias.

Dessa maneira, é possível comprovar que o conceito de logística não apresenta tautologias que o corrijam ao longo de sua aplicação, de maneira que ele nunca esteja contraditório e superado. O conceito de logística é sustentável ao passo que ele seja progressivo explicando fatos da realidade. Isso atende ao segundo requisito de Popper.

O resultado desse simples exercício é a proposição de que o conceito de logística atende aos critérios de Popper e pode ser tomado como científico. É certo que esse breve experimento está aberto à revisão. Porém, sua principal implicação é a contestação de outras propostas de conceituação de logística que não passaram ou não foram testadas sob os mesmo critérios. Entende-se que é justamente a adesão irrefletida às proposições de Jomini que leva à condição atual do estudo da logística, e a necessidade de sua superação.

2.5. SUMÁRIO DO CONCEITO DE LOGÍSTICA E SUA CONTRIBUIÇÃO ORIGINAL AO CONHECIMENTO.

O aspecto central do tratamento de logística por Clausewitz é que ele estabelece as atividades preparatórias como objeto fenomenológico de estudo através da distinção entre o uso das forças combatentes e tudo mais que é necessário de maneira para que elas sejam tomadas como dadas para o enfrentamento, a campanha e a guerra.

A guerra compreende uma vasta série de atividades, seu conjunto mais amplo é classificado por Clausewitz como a arte da guerra. Um escopo bem mais estrito de atividades envolve o uso das forças combatentes e é classificado como a conduta da guerra. É esse segundo conjunto de atividades que é a preocupação de Clausewitz e que compreende a Teoria da Guerra propriamente dita. A Teoria da Guerra de Clausewitz, no seu sentido mais preciso, trata, portanto, das considerações do uso das forças combatentes na conduta da guerra.

Isso deixa de fora um grupo de atividades conduzidas pelas forças combatentes da arte da guerra que não são a conduta da guerra. Essas conformam uma gama de atividades até mais numerosa do que a conduta da guerra. Porém, do ponto de vista da Teoria da Guerra, elas são menos relevantes porque não são o foco principal de sua inferência. Clausewitz não dá uma denominação geral a elas porque envolvem as mais variadas técnicas e tecnologias da arte e da ciência que o homem pode criar para sustentar uma guerra. Por causa disso, considerá-las nelas mesmas, como empreendido por Jomini, levaria à confusão e ao desvio do foco principal de um estudo sobre guerra. Clausewitz, no entanto, reconhece

que essas atividades podem ter uma relevância maior para o estudo do seu objeto na medida em que elas o afetam. Clausewitz classifica-as, portanto, em função do efeito que elas podem ter no uso das forças combatentes nas várias instâncias de combate que conformam um enfrentamento e nos vários prospectos de enfrentamentos que conformam uma campanha e uma guerra. O ponto de referência conceitual para a consideração das atividades preparatórias da arte da guerra é o enfrentamento.

Clausewitz ordena as atividades preparatórias da arte da guerra em função das condições de possibilidades para que as forças combatentes existam e estejam prontas para seu uso em um dado lugar e em um dado momento. A proposta é que se confira à logística o entendimento de análise das atividades relacionadas à criação, movimentação, posicionamento e manutenção das forças combatentes. Isso inclui os aspectos materiais dos produtos e os aspectos cognitivos dos procedimentos e técnicas. E não considerados neles mesmos, mas em função de como eles influenciam as capacidades físicas e morais das forças combatentes.

Tal ordenamento é analiticamente arbitrário e classifica as atividades “logísticas” na medida em que elas tenham maior ou menor efeito no enfrentamento: (i) entre aquelas que possuem tal efeito sobre o enfrentamento que podem ser tomadas como idênticas a ele porque podem ser consideradas do ponto de vista tático e/ou estratégico e também da logística; (ii) daquelas atividades que são menos próximas ao enfrentamento e apenas o afetam e podem ser consideradas apenas pela logística.

As atividades que envolvem o movimento das forças combatentes podem ser consideradas como idênticas ao enfrentamento. Toda mobilidade de forças no campo de batalha leva em consideração à logística da mobilidade em função do terreno, clima e condições das alternativas de caminhos que se possa escolher. Porém, esses mesmo aspectos afetam as possibilidades de uso das forças combatentes no enfrentamento em termos de sua ordem de batalha, evolução dentro do campo de batalha e engajamento contra as seções das forças opositoras. Esses aspectos precisam ser tomados em função da perspectiva das capacidades combatentes de ambos os lados e seus objetivos particulares num

dado enfrentamento. Por isso, as atividades de movimento podem ser consideradas logística e taticamente.

Numa campanha, as várias forças combatentes dispostas no teatro de operações seguem o destino e a velocidade em função de se produzir a superioridade na equiparação de forças combatentes com o oponente. Elas são concentradas ou dispersas em função de considerações estratégicas. Porém, as possibilidades desses deslocamentos são consideradas logisticamente, ou seja, em função das capacidades de mobilidades intrínsecas das forças à disposição, das condições dos sistemas modais de transporte e do que se possa otimizar para o cumprimento dos propósitos estratégicos. Assim, considerações estratégicas e logísticas são feitas combinadamente quando se trata do movimento das forças combatentes. Ainda nessa perspectiva, as forças em deslocamento, principalmente em território inimigo ou hostil, não podem ser empreendidas taticamente displicentes. O ordenamento do deslocamento deve atender a expectativa que as forças possam ter que combater em circunstâncias imprevistas.

O posicionamento das forças combatentes envolve um grupo de atividades em que algumas são idênticas ao enfrentamento, e outras que não são e apenas o afeta. Por um lado, forças combatentes posicionadas em fortificações, acampamentos e alojamentos podem ser usadas para reter uma posição. Nesses casos, as forças conduzem um enfrentamento ou, pelo menos, são usadas com esta expectativa. A topografia, edificações e outros aspectos que apóiem essa condição estacionada das forças devem ser considerados dos pontos de vista tático e logístico.

Se elas não estão retendo uma posição, elas podem ainda estar sendo posicionadas num determinado local que sirva de base para a condução de um ou vários enfrentamentos. Os acampamentos e alojamentos são o início ou um ponto de parada de um curso de movimentação das forças combatentes, por isso são uma pré-condição para a seqüência futura de enfrentamentos. Nesses casos, portanto, as forças combatentes controlam o uso estratégico de uma região. Questões como a posição geográfica dos acampamentos e alojamentos, seus acessos a forças aliadas e proteção às inimigas precisam ser consideradas pelo que é estrategicamente desejado e logisticamente possível.

Por outro lado, acampamentos e alojamentos podem servir a um propósito completamente distinto: permitir que as forças descansem. A consideração quanto ao desgaste das forças combatentes ao longo de uma campanha ou guerra é essencialmente logística e distinta do enfrentamento. Nesse sentido, onde, quando e como as forças serão posicionadas não envolvem considerações táticas e estratégicas. Porém, a qualidade do desempenho dessas atividades afeta o desempenho das outras atividades combatentes em termos das forças estarem mais ou menos prontas para seu uso quando isso for necessário.

A manutenção das forças combatentes - seu suprimento, gestão dos recursos e pessoal, serviços médicos, etc. - são atividades que não são idênticas com o enfrentamento, mas que o afetam, de maneira similar ao caso apresentado no parágrafo acima. A questão aqui não é o desmerecimento da relevância dessas atividades, mas considerar como elas afetam as considerações táticas e estratégicas. É aí que se dá a análise logística: como as técnicas e tecnologias específicas de cada uma dessas atividades de manutenção condicionam a possibilidade das forças estarem prontas.

Por fim, as atividades de criação das forças combatentes podem ser integralmente tomadas como idênticas ao enfrentamento e consideradas tática, estratégica e logicamente. Não existe aspecto da invenção de treinamento, armamento, doutrina ou organização combatente que possam ser considerados relegando suas eficácias táticas e suas utilidades estratégicas. O efeito da criação da força combatente na conduta da guerra é ainda amplo, pois envolve a consideração *a priori* dos relacionamentos logísticos, táticos e estratégicos, das outras atividades preparatórias que também são idênticas ao enfrentamento. Uma demonstração seria que a concepção de uma força combatente deve levar em conta sua mobilidade dependendo da utilidade estratégica que se necessita para ela, bem como os constrangimentos logísticos de usá-las em função de suas limitações de integração ao sistema modal que se tem à mão.

Outra qualificação útil é que quando Clausewitz discute forças combatentes, ele inclui forças combatentes móveis e fortificações. A combinação de edificações taticamente orientadas e guarnições de forças combatentes móveis, idealmente lá estacionadas em função de sua capacidade de combater dessa forma, não é a condução de um enfrentamento estritamente falando. Mas é irreal considerar

uma fortificação sem levar em conta as várias possibilidades de enfrentamento que ela possa travar e seus significados para uma campanha defensiva. Fortalezas são um dos aspectos centrais pela percepção de Clausewitz e merecem a atenção logística, tática e estratégica. Por conseguinte, a criação de uma fortificação, no seu sentido pleno, apenas com o objetivo de servir de entreposto de repouso das forças combatentes móveis é um contra-senso: que forças seriam recuperadas sujeitas à iminência do combate? E se não existe a iminência do combate, por que tal dispêndio de recursos e não se tem apenas um simples alojamento? Por isso, é difícil considerar qualquer fortificação como não sendo uma instância de enfrentamento e considerá-la apenas logisticamente.

Há aqui a importante constatação do relacionamento entre política e logística nas atividades de criação das forças combatentes. Do ponto de vista da Teoria da Guerra, é a sociedade, por meios de suas instituições políticas, que determina qual, quanto e como dos recursos de uma sociedade serão convertidos e empregados. É um fenômeno político a adesão em massa de uma sociedade ou sua desqualificação da decisão de um governo de ir à guerra. As instituições políticas dessa sociedade, seu governo, que determinam como serão empregados esses recursos disponibilizados pela sociedade no esforço de guerra: a alocação de orçamento e de recursos materiais; a produção de novas tecnologias militares, táticas elementares e doutrinas; o censo da população para a conscrição de novos combatentes e assim em diante. Essas são realizações que apenas a política pode decidir fazer ou não, portanto envolvem decisões políticas da mesma maneira que envolvem decisões logísticas.

Nesses termos, existe um atributo fundamental da logística na distinção entre atividades preparatórias idênticas ao enfrentamento e aquelas que apenas o afetam, pois ela marca até que ponto a Teoria da Guerra tem a expectativa que a arte da guerra pode ser relevante, e logo considerada no estudo da guerra. Uma força combatente criada inadequadamente em termos dos arranjos de armas combinadas e treinamento aquém das necessidades táticas de um tipo específico de combate pode ter desvantagens insuperáveis no enfrentamento, mesmo com o encaminhamento de decisões expedientes pelo comandante. Um movimento precipitado no campo de batalha, ou um trajeto mal apreciado de uma campanha podem resultar em enfrentamentos em condições desfavoráveis, e

mesmo em derrotas. A má-qualidade das edificações de uma dada posição fortificada pode comprometer a sua defesa. Mas as causas desses insucessos não podem ser levadas exclusivamente por razões logísticas, mas porque um enfrentamento foi perdido, ou seus resultados mal utilizados.

No entanto, é difícil conceber um insucesso tático ou estratégico por meio do ataque aos alojamentos do oponente fora do teatro de operações, ou às suas instalações médicas. Mesmo a destruição de depósitos e de linhas de abastecimento não pode ser tomada como uma derrota automática das forças combatentes, mas como um efeito sobre o desempenho combatente do oponente. Por isso, ela não substitui a vitória no campo de batalha. Mesmo quando o oponente se submete a outrem sem uma batalha e sem a destruição de suas forças, isso decorre de decisão baseada nas considerações das possibilidades táticas e estratégicas a partir da comparação das forças relativas de ambos os lados.

A logística é um instrumento analítico conceitualmente formulado, a partir dos termos da Teoria da Guerra, para consideração e avaliação das quatro atividades que existem na realidade e que compõem o que Clausewitz denomina de arte da guerra. Essas atividades não são combatentes, mas preparatórias para o enfrentamento: a criação, movimento, posicionamento e manutenção das forças combatentes. Essas atividades são analisadas na forma e no grau que elas afetam a conduta da guerra - o uso das forças combatentes. Seja em um único enfrentamento, seja em uma dada seqüência de enfrentamentos que conformam uma campanha e mesmo em uma guerra.

Isso marca uma distinção metodológica fundamental de Clausewitz em relação aos seus antecessores do pensamento estratégico, a Jomini e a toda a literatura sobre logística. Clausewitz faz, por um lado, uma distinção entre categorias de fatos - atividades concretas conduzidas pelas forças combatentes na realidade - e categorias analíticas - instrumentos para a análise e a instrução sobre a guerra. Isto significa que a logística, bem como a tática e a estratégia, não existem na realidade, elas são construções abstratas que são resultado da concepção axiomática da Teoria da Guerra em confrontação com a História da Guerra. Elas são aplicadas para a compreensão das atividades preparatórias da arte da guerra e das atividades combatentes da conduta da guerra. O que existe na realidade,

portanto, são: (i) a criação, movimentação, posicionamento, e manutenção das forças combatentes; (ii) o enfrentamento; (iii) a campanha; (iv) a guerra.

As categorias analíticas têm a função de enquadrar a realidade bélica, delimitando os fatos mais importantes daqueles que são menos importantes e seus relacionamentos de causa e efeito. Dessa maneira, existe a possibilidade de controle do fenômeno, sua inferência sobre diferentes pontos de vista e uma compreensão mais ampla possível. É nesse sentido que se estabelece a análise ou estudo integrado da guerra, tomando a categoria analítica *logística*, combinadamente à tática, à estratégica e à política. O principal argumento da presente tese, portanto, é a adição de uma quarta categoria analítica ou ponto de vista da guerra. O ordenamento de suas respectivas considerações produz o seguinte ponto de vista, segundo PROENÇA JÚNIOR & DINIZ (2004, p. 8):

- ❖ Tática: as considerações e decisões relativas ao emprego das forças combatentes no campo de batalha para os propósitos do enfrentamento. Aos comandantes das forças combatentes cabe – em cada porção de combate que compõe o enfrentamento, à luz da taxa de perda das forças relativas e também de sua coesão – decidir o uso sucessivo ou simultâneo de suas forças através das formas de combate cerrado e de combate à distância e decidir ainda o *timing* de conversão de suas formas de um ato destrutivo para um ato decisivo necessário para o alcance da vitória;
- ❖ Estratégia: as considerações e decisões relativas ao emprego das forças combatentes no teatro de operações para a produção dos propósitos específicos de uma campanha ou guerra. Aos comandantes das forças combatentes cabe – em cada momento, à luz da apreciação dos enfrentamentos já travados e diante da avaliação das capacidades relativas das forças – decidir quais enfrentamentos pretende travar e com que quantidade de força em cada um deles, de modo a produzir um encadeamento de resultados de enfrentamentos que viabilize o sucesso na guerra e com isso, espera-se, o objetivo político que se quer alcançar.
- ❖ Política: as considerações e decisões relativas ao uso da guerra para os propósitos políticos e sobre qual tipo de guerra se está travando. Após cada enfrentamento, cabe às lideranças políticas re-avaliar os objetivos à luz de sua importância, à luz dos sacrifícios já feitos, à luz dos sacrifícios

que os comandantes julgam que ainda venham a ser necessários ou plausíveis e decidir se ainda vale à pena perseguir aqueles objetivos políticos ou se é melhor modificá-los ou ainda, simplesmente, abandoná-los;

Aos quais adicionamos um quarto ponto de vista ou categoria analítica da guerra:

- ❖ Logística: as considerações e decisões relativas à preparação para que as forças combatentes estejam dadas como prontas para seu uso combatente. Ao início da guerra e em cada enfrentamento, real ou não, cabe à liderança política e aos comandantes avaliar se as forças estão adequadas ao enfrentamento, à campanha e à guerra. E, assim, decidir pela articulação de todas as atividades correspondentes ao movimento, posicionamento e manutenção das forças combatentes, e ainda à criação de novas e/ou à re-organização das existentes.

Qualquer manifestação do fenômeno bélico pode ser investigada por essas categorias analíticas, não importando o tamanho dos lados envolvidos ou magnitude do evento como um todo. Pois, não se trata de uma questão de ordem, mas de natureza do objeto. Elas sintetizam os termos e relacionamentos do fenômeno bélico segundo as expectativas da Teoria da Guerra, adequando o exercício de análise crítica (*Kritik*) e como auxílio do juízo sobre a guerra. As categorias analíticas são pontos de vista da guerra, permitindo uma definição de escopo, resolução e considerações a serem feitas, que permitem estabelecer as causalidades dos eventos e avaliar as decisões e ações tomadas. Dessa maneira que se tem o aprendizado e produção de conhecimento válido da História da Guerra

Isso sintetiza a proposta do que é para ser entendido sobre a logística na guerra e como esse conhecimento pode ser articulado com a Teoria da Guerra. Certamente, esta proposta envolve uma mudança substancial no uso do termo, propondo a logística com um conteúdo analítico próprio e do mesmo status da tática, estratégia e política dentro do arcabouço conceitual de Clausewitz. Isso sugere uma revisão dos esforços prévios de história e análise da logística com o benefício de produção de um novo horizonte de pesquisa científica.

Argumenta-se, então, que a contribuição desse conceito sobre o estudo da logística existente até então seriam de duas naturezas.

Primeiro, o conceito de logística oferece resposta à literatura quanto à existência de conhecimento para se elaborar sobre logística que para além de um caso historicamente datado e a partir da Teoria da Guerra de Clausewitz. Existem experiências, vivências e soluções sobre logística que podem ter efeito positivo na qualificação de questões em recortes históricos distintos. Isso é possível porque tal conceito separa categorias empíricas de categorias de juízo analítico de maneira consistente, permitindo conferir valor trans-histórico a considerações e resultados encontrados. Mais que isso, a partir deste conceito é possível conceber soluções abstratas, desenvolvidas mesmo dedutivamente, para problemas apreendidos numa generalização. Dessa maneira, a aplicação de exercícios contra-factuais e outras considerações dedutivas aplicadas à história e em problemas contemporâneos, ou ambos comparadamente, torna-se possível em questões logísticas. Ele abre a possibilidade de uma linha de pesquisa convergente de esforços acadêmicos em História e Teoria da Guerra. Seu conteúdo trans-histórico permite o estudo histórico comparado dos efeitos logísticos na guerra e o delineamento de continuidades e rupturas, ou seja, de questões logísticas transversais.

Segundo, ele tem incorporado o total da potencialidade da Teoria da Guerra. Isto significa que ele permite integrar as considerações logísticas a outras considerações relacionadas a questões de decisão política, planejamento, condução e avaliação de guerras, de campanhas e de cada enfrentamento. Adicionalmente, ele possui um potencial próprio de estudo. Ainda que o conceito de logística vise o entendimento do bélico, ele é integrado com a perspectiva de Clausewitz da guerra como expressão social, refinado no entendimento de trindade. Com isso, existe potencial de desdobramentos dos estudos da logística em questões relacionadas à política, economia e sociedade, ou seja, uma historiografia da arte da guerra.

O próximo capítulo justifica e qualifica o uso do método clausewitziano de estudo da guerra - a análise crítica (*Kritik*). Por um lado, ele demonstra este método como adequado e suficiente para o teste do conceito de logística. Por outro lado, ele demonstra como a o conceito de logística é consistentemente

incorporado ao restante do arcabouço analítico da Teoria da Guerra no estudo das guerras na realidade. Além disso, o próximo capítulo propõe os contornos da logística como uma trajetória progressiva e interdisciplinar de pesquisa pela Teoria da Guerra.

3. MÉTODO: A ANÁLISE CRÍTICA (*KRITIK*).

O teste empírico do conceito de logística e de sua operação junto à Teoria da Guerra é mediante a estudos de casos. O método escolhido para a condução dos estudos de caso desta tese é a análise crítica (*Kritik*). Esta é o produto por excelência da Teoria da Guerra - segundo o entendimento do próprio Clausewitz. Entrementes, a condição disciplinar dos Estudos Estratégicos, bem como a categoria de “estudos clausewitzianos” não garantem qualquer embasamento em torno dessa decisão metodológica. O reconhecimento da análise crítica pela literatura é mínimo (HOWARD, 1983, pp. 30-31; ARON, 1986, pp. 302-314; KUBIK, 1997, pp. 258-294; ECHEVARRIA II, 2007, pp. 26-29; SUMIDA, 2008, pp. 195-197), sendo que nenhuma dessas referências oferece qualquer proposta ou orientação de aplicação da *Kritik*. Adicionalmente, não existe uma proposta unívoca - ou mesmo quais são as alternativas existentes - de como é dado esse procedimento metodológico no campo dos Estudos Estratégicos para falsificação ou comprovação de teorias concorrentes (KUGLER, 1993, p. 484). Por isto, existe a necessidade de uma qualificação bastante extensiva dessa decisão de pesquisa e da operacionalização da validação da proposta conceitual desta tese através desse método.

Os Estudos Estratégicos é uma disciplina tardia, conseqüentemente possui uma quantidade significativa de inconsistências e irregularidades. Historicamente, tal campo tem perseguido definir seus contornos disciplinares de maneira errática e irregular, incorporando abordagens, métodos e fórmulas de outras disciplinas mais antigas e consideradas como científicas; notadamente da Matemática, Física, Economia, Ciência Política e Sociologia. No entanto, essa articulação tem sido despida de reflexão conseqüente e pode mesmo ser descrita como superficial, sem uma apreciação mais adequada da evolução epistemológica que acompanha a história interna da Ciência.

Essa mesma condição leva à conseqüência paradoxal da ascensão da relevância de Clausewitz pela literatura na mesma medida que o atual debate “clauzewitziano” é centrado em parâmetros de pesquisa acadêmica que não levam em conta os termos que o próprio Clausewitz aponta para o acesso e o

progresso de sua teoria através de estudos históricos. Por um lado, existe a confirmação sucessiva de Clausewitz como arrimo conceitual do campo (GRAY, 1999; HARTMANN, 2002; DUYVESTYEN, 2004; MÜNKLER, 2004; KINROSS, 2005; STRACHAN, 2007; HERBERG-ROTHER, 2007; HERBERG-ROTHER & STRACHAN, 2007; ECHEVARRIA II, 2007; SUMIDA, 2008). A discordância aqui é que não se tem acordado, nem se esforça para tal, os termos de confirmação de uma interpretação de um conceito da Teoria da Guerra por sobre interpretações alternativas de outros autores. As distinções entre guerras limitadas e ilimitadas, a trindade, o papel do comandante e o centro de gravidade são conceitos da Teoria da Guerra que não estão univocamente apresentados no *Da Guerra* e que a literatura diverge entre si. Seja cada autor arremessando sua própria interpretação sem consideração das demais, seja suspendendo-se o debate sem solução das controvérsias. Essa é a mesma condição que Clausewitz criticou de seus pares no século 19 (ver citação xxxvi).

Ainda assim, por outro lado, é espantosa a constatação no presente debate a super-concentração de foco sobre questões externas à teoria e a hesitação na apreciação de sua proposta de método de estudo. As questões consideradas pertinentes pela literatura são principalmente sobre os efeitos de cada sucesso ou fracasso de Bonaparte nos estudos de Clausewitz (HERBERG-ROTHER, 2007), sobre as personalidades que este se relacionou em vida (STRACHAN, 2007), sobre as obras que ele possivelmente leu ou não (ECHEVARRIA II, 2007), sobre a influência dos movimentos políticos alemães (GAT, 2001), para dar alguns exemplos. Em geral, são questões relacionadas a uma historiografia do pensamento de Clausewitz que, em grande parte, são questões imateriais. Ainda que abordagens historiográficas e filológicas possam ter sua contribuição prática, elas não conformam o horizonte da Teoria da Guerra de Clausewitz.

Clausewitz é rigoroso e objetivo nas suas proposições. Mas mesmo assim, utilizam de suas proposições com a mesma liberdade de emendas e transgressões como aquelas que vêm sendo empreendidas às proposições jominianas. Talvez essa seja um mau hábito adquirido, mas é inaceitável.

Entre as omissões existentes, a mais aguda é a quase completa falta de consideração pelo que Clausewitz textualmente indica como sua maior contribuição: a análise crítica (*Kritik*). Nas palavras de Clausewitz, sua teoria

não é um fim em si mesmo. Ela é apenas parte e servidora do seu método para o progresso da compreensão da guerra. A Teoria da Guerra tem como último propósito produzir a análise crítica.

Resumindo, uma teoria funcional é uma base essencial para o criticismo. Sem tal teoria, é geralmente impossível para o criticismo alcançar aquele ponto em que se torna verdadeiramente instrutivo – quando seus argumentos são convincentes e não podem ser refutados (CLAUSEWITZ, 1984, II-5, p. 157)^{xxxix}.

Este é o método pelo qual o comandante é educado e a teoria deixa de ser apenas um apoio à contemplação do fenômeno e passa a ser um recurso para ação. A Teoria da Guerra, portanto, é expressão da crença no papel da educação como agente de transformação da realidade (PARET, 1968; PROENÇA JÚNIOR & DUARTE, 2007). A análise crítica é a resposta de Clausewitz ao desafio secular de quanto é possível compreender sobre a guerra e como esse conhecimento pode ser prático e útil.

Apreciar a Teoria da Guerra e suas possíveis contribuições em qualquer debate sem considerar a análise crítica não é apenas uma inflexão incompleta, mas possivelmente defasada. A análise crítica é apresentada no capítulo cinco do livro dois do *Da Guerra*, ‘Sobre uma Teoria da Guerra’ e é o ponto conclusivo das considerações epistemológicas e metodológicas de Clausewitz sobre o que é possível saber sobre a guerra e como. O próprio desenvolvimento da Teoria da Guerra apresentada na obra *Da Guerra*, ainda que inacabada, é resultado desse método. Mais e mais, fica inviável mesmo considerar a Teoria da Guerra desamparado dos estudos de campanhas de Clausewitz (STRACHAN, 2007), a partir das quais ele refinava seu método analítico, sua inspeção da história da guerra e os desenvolvimentos de suas proposições conceituais. Ou seja, é possível intercalar os vários estágios de desenvolvimento teórico de Clausewitz com suas empreitadas de análise crítica de campanhas (versão 3.3 abaixo).

O reconhecimento da análise crítica pela literatura é mínimo. O campo de Estudos Estratégicos parece ser incapaz de reconhecer os benefícios

disciplinares da análise crítica. Essa constatação é particularmente aguda quando se têm em tela que a maioria dos interlocutores desse debate é de historiadores treinados.

O reconhecimento de que a contribuição de Clausewitz é uma perspectiva conceitual de desdobramentos metodológicos emerge pontualmente e nas margens da literatura dos Estudos Estratégicos e, principalmente, a partir de estudiosos de outras disciplinas que se inclinam sobre a guerra (MILLET, 1945; COLLINS, 1955; ROXBOROUGH, 1994; REID, 2003; KASPERSEN, 2003; KLINGER, 2006).

Na historiografia da guerra, o uso da análise crítica de Clausewitz é presente apenas em obras de autores clausewitzianos anteriores à Segunda Guerra Mundial e à própria criação do campo dos Estudos Estratégicos; que são ainda possivelmente as principais contribuições históricas, teóricas e metodológicas posteriores a ele, a saber, as de: Hans Delbrück e Julian Corbett (DELBRÜCK, 1990a originalmente 1900-1919; CORBETT, 1907, 1919).

Portanto, uma apresentação mais extensa da análise crítica de Clausewitz como procedimento de validação desta tese é necessária por duas razões. Primeiro, é necessária a apresentação da análise crítica como suficiente no seu papel epistemológico de produção de excedente empírico. Esta tese adere às demarcações epistemológicas de LAKATOS (1978) e a proposta da Teoria da Guerra de Clausewitz como um programa de pesquisa científica por DINIZ (2002). Ambos estabelecem que a confirmação de um proposta conceitual é dada pela sua consistência interna e teor de falseabilidade - comprovados no capítulo 2 - e pela sua capacidade de produção de excedente empírico, executada no capítulo 4.

Por isso, segundo, é necessário apresentar a proposta de execução da análise crítica nesta tese segundo aos propósitos de operacionalização do conceito de logística com o restante do arcabouço teórico de Clausewitz. Isto é uma medida de rigor e transparência dos procedimentos de inferência da validação do conceito de logística.

Este capítulo procede da seguinte maneira. Primeiro, aponta-se papel da análise crítica para o estudo da guerra segundo os termos epistemológicos. Segundo, realiza-se a apresentação deste método.

Terceiro, sintetiza-se quatro estudos desenvolvidos através da análise crítica que servem de modelo e *insight* para o estudo de caso da tese. São eles: a Campanha de 1815 na França (1992), a Campanha de 1796 na Itália (1999), a Campanha de 1814 na França (1992; 1993) e a Campanha de 1812 da Rússia (1995). Eles são ordenados e considerados na ordem de convergência com o último pensamento de Clausewitz, ou seja, dos estudos mais recentes e consistentes com a Teoria da Guerra para os estudos mais antigos e menos consistentes. Portanto, não se considera todos os estudos de campanha, mas apenas aqueles que se julgou que contribuem na estruturação do método de análise crítica. Não se aprofunda nas questões históricas e mesmo conceituais que Clausewitz desenvolve nesses estudos, mas se aprecia a estrutura analítica desses documentos, que servem de exemplo para o estudo de caso conduzido no próximo capítulo da tese.

Quarto, é empreendida uma inspeção na literatura secundária sobre análise crítica, apontando-se a incorporação de qualificações pertinentes à metodologia de estudo de caso desta tese. Basicamente, utilizam-se contribuições dos métodos de estudo da história de Hans Delbrück (1990) e de Carroll Quigley (1987). Quinto, sintetiza-se os procedimentos de validação do conceito de logística aplicados no estudo de caso da segunda parte da tese.

3.1. O COMPROMISSO EPISTEMOLÓGICO DE CLAUSEWITZ²⁴.

Do ponto de vista do objeto desta tese, compreender a guerra é compartilhar elementos suficientes da construção teórica de Clausewitz. É necessária alguma

²⁴ O conteúdo desta seção evoluiu ao longo de várias oportunidades do percurso de doutorado. Ele se beneficiou das disciplinas “Conhecimento, Poder e Ética” e “Filosofia Política”, ministradas respectivamente, pelos professores por Roberto Bartholo, na COPPE/UFRJ em 2005, e Renato Lessa, no IUPERJ em 2006. Uma versão desta seção como o título “A Análise Crítica de Clausewitz (Kritik): Rigor Epistemológico e Potencial Interdisciplinar” foi apresentada no II Encontro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, em 18 de julho de 2008 no Rio de Janeiro, e publicada no livro de coletâneas no evento (DUARTE, 2009).

apreciação da utilidade da análise crítica segundo os termos epistemológicos de Clausewitz, com a qual se propõe a integração do conceito de logística.

Já em 1805, aos 25 anos, Clausewitz já tinha bastante claro para si sua completa descrença e crítica com o desenvolvimento das reflexões sobre a guerra de seu tempo. Duas décadas depois, quando do início da revisão da versão remanescente do *Da Guerra*, ele possuiria uma perspectiva epistemológica muito clara e distinta de conhecimento científico, bem como das possibilidades e utilidades de uma teoria da guerra. Citando as palavras do próprio autor, apresentadas anteriormente noutro contexto:

O propósito primário de qualquer teoria é clarificar conceitos e idéias que se tornaram, como se fossem, confusas e emaranhadas. Apenas até termos e conceitos tenham sido definidos pode-se ter esperança que se fazer algum progresso no inquérito da questão claramente e de maneira simples e esperar que o leitor compartilhe das perspectivas.

[...]

Qualquer um para quem tudo isso é sem sentido admitirá nenhuma análise teórica como um todo, ou sua inteligência nunca foi insultada pela desconcertada e desconcertante confusão de idéias que tão constantemente escuta-se e lê-se sobre o assunto da conduta da guerra. Essas não têm ponto de vista fixo; elas levam a nenhuma conclusão satisfatória; elas aparecem algumas vezes banais, algumas vezes absurdas, algumas vezes sem rumo em um mar de generalização vaga; e tudo porque este assunto raramente foi considerado dentro do espírito da investigação científica (CLAUSEWITZ, 1984, II-1, p. 132)^{xl}.

Sua crítica é direcionada explicitamente a Bülow e Jomini (ver versões 1.1 e 1.2) e suas propostas de conhecimento da guerra, oportunistas e superficiais, e ele desafia a pretensa autoridade da experiência simplória ou despida de reflexão (Clausewitz 1984, II-2, 145)²⁵. Isso porque essas atitudes tentavam ter um

²⁵ Clausewitz aponta o estado não científico do estudo da guerra pela confusão babilônica no uso de jargões, tecnalidades e metáforas que tornam a linguagem e o raciocínio arcanos e

poder preditivo sobre a guerra, apenas possível na investigação de elementos inanimados, passivos ou indiferentes à observação e ação humanas. Clausewitz possui a intenção de produzir uma teoria universal da guerra enquanto esta sendo parte da condição social da existência do homem. Ainda que se tente imitar a filosofia natural, existe uma diferença essencial:

A diferença essencial é que a guerra não é um exercício de vontade direcionado sobre uma matéria inanimada, como no caso das artes mecânicas, ou uma matéria que é animada mas passiva e complacente, como no caso da mente humana e emoções nas belas artes. Na guerra, a vontade é direcionada sobre um objeto animado que *reage*. Deve ser óbvio que a codificação intelectual usada nas artes e ciências é inapropriada para tal atividade. Ao mesmo tempo, é claro que empenho continuado por leis análogas àquelas apropriadas ao domínio da matéria inanimada foi fadado a levar a um erro após outro (CLAUSEWITZ, 1984, II-3, p. 149)^{xli}.

Com essa perspectiva, Clausewitz não nega os progressos do pensamento analítico realizados graças à elaboração das noções da filosofia natural que ele próprio utiliza. No entanto, marca, em primeiro lugar, o conteúdo conceitual das críticas de Clausewitz aos seus pares pela busca de um enquadramento positivo e mecânico da guerra que não considere a potência humana. Por essas razões, ele desqualifica: i) a consideração exclusiva unilateral de uma variável em detrimento do aspecto reativo da guerra ii) a recusa de levar em consideração as forças morais, cujas medidas de grandeza escapam à quantificação (ARON, 1986, p. 266). A reprodução de doutrinas, princípios e regras mecânicas na abordagem da guerra produz uma percepção aparente,

obscuros. Neste aspecto, Clausewitz é concordante com Hobbes quanto à importância do “uso adequado da linguagem para marcar e significar os pensamentos” (HOBBS, 1974, p. 27). Para Hobbes, a relação entre linguagem e razão é inseparável: existe linguagem sem razão, mas não raciocínio sem linguagem (HOBBS, 1974, p. 27). Da mesma maneira, Clausewitz recomendava o cuidado extremo deve ser dado ao principal instrumento da reflexão: o idioma (CLAUSEWITZ, 1984, II-5, pp. 168-169).

ilusória, do fenômeno, cuja orientação das formas de ação leva à ruína (CLAUSEWITZ, 1984, II-4, p.155).

A perspectiva da guerra como potência humana é a principal preocupação de Clausewitz e o que o leva a considerar a experiência muito além de qualquer um de seus pares do pensamento estratégico. Isso permite marcar uma clara distinção do pensamento de Clausewitz quanto ao conhecimento sobre o qual sua teoria deve estar apoiada. Ainda que a guerra se aproveite da ciência e da arte para seus fins (CLAUSEWITZ, 1984, I-1, p. 75), o conhecimento necessário para a guerra é distinto e apenas possível pela organização da experiência que, conjuntamente com o juízo educado, possibilita as melhores decisões quanto à guerra²⁶.

Clausewitz entende que seja inviável uma teoria da guerra que ofereça fórmulas ou esquemas para as situações de todos os comandantes como fonte para uma verdade absoluta. Não. Tal possibilidade passa pelo processo intelectual de cada analista ou crítico extrair verdades dos fatos inscritos historicamente de maneira a auxiliar seu julgamento em cada caso individual. É possível que no agregado exista a aproximação desses dois mundos - as verdades e as realidades históricas - e a colonização das últimas pelas primeiras. Não apenas por melhores idéias com relação à guerra, mas também por melhores decisões na sua própria conduta (CLAUSEWITZ, 1984, II-2, p. 147).

²⁶ Segund Paret, mesmo nos seus estudos mais anteriores, Clausewitz já possuiria a posição de que guerra não seria nem ciência, nem arte. Também não considerava como válido o pensamento de que a guerra como uma atividade, os quais elementos fossem imunes a análise, como defendido por outros pensadores como Berenhorst e que toda a questão estava abandonada à fortuna e ao gênio. Clausewitz pensava que a guerra seria uma combinação de elementos científicos e materiais, mas ainda como uma arte prática, próxima da arquitetura. De qualquer maneira, as teorias estéticas do Iluminismo foram suficientes em clarear idéias sobre teoria e demonstrar como fatores emocionais poderiam ser analisados. Deles, Clausewitz também tomou emprestado os conceitos de “meios” e “propósitos” com os quais se interpreta as formas tomadas pela ação bélica e com os quais se avalia as ações dos protagonistas. Sobre o efeito das teorias estéticas sobre a teoria da guerra, o ensaio não datado “On Art and Theory of Art” ilustra como esses dois conceitos podem ser re-aplicados à Teoria da Guerra. Ver PARET (2007, pp. 161-163).

Esta categoria de conhecimento não pode ser produzida forçosamente por um aparato de fórmulas científicas e da mecânica; ele pode apenas ser adquirido por um talento de julgamento, e pela aplicação do julgamento acurado na observação do indivíduo e da matéria.

O conhecimento necessário por um comandante sênior é distinto pelo fato que ele pode ser apenas obtido por um talento especial, por meio da reflexão, estudo e pensamento: um instinto intelectual que extrai da essência do fenômeno da vida, como uma abelha que suga o mel de uma flor. Em adição ao estudo e reflexão, a vida é suficiente como fonte. Experiência, com seu valor em lições, nunca produzirá um *Newton* ou um *Euler*, mas ela poderá gerar os elevados cálculos de um *Conde* ou um *Frederico* (CLAUSEWITZ, 1984, II-2, p. 146, itálicos do original)^{xlii}.

A primeira finalidade da Teoria da Guerra é formar o juízo do comandante que deve tomar decisões de guerra e paz. Para tal, a teoria é instrumentalizada para a correção de entendimentos obscuros e inconsistentes. Esse uso da teoria empreende um processo distinto de formação da capacidade de reflexão necessária para se alcançar a capacidade de juízo adequado.

Interessante, então, é notar que embora a experiência histórica seja superior a qualquer formulação e esquema abstrato, existe o ganho de conhecimento pelo uso do intelecto através da prática da dedução causal. Entretanto, existiria uma terceira faculdade, uma percepção intelectual distinta da anterior e natural da mente - um “instinto intelectual” ou intuição²⁷.

Em nossas reflexões sobre a teoria da conduta da guerra, nós dissemos que deveríamos treinar uma mente de comandante, ou ainda, guiar sua educação; teoria não é destinada a provê-lo com doutrinas positivas e

²⁷ Seguem duas citações que partem de níveis diferenciados de elaboração da Teoria da Guerra por Clausewitz o textos do livro II são superiores e mais consistentes que os do livro III (ver seção 2.3). Argumenta-se que a segunda citação é utilizada como reforço de exposição da primeira e que não existe evidente inconsistência entre elas que aponte contra o ponto que se faz aqui.

sistemas a serem como instrumentos intelectuais. Além disso, se nunca é necessário ou mesmo permissível usar normas de procedimento científicas para julgar um dado problema na guerra, se a verdade nunca aparece de maneira sistemática, se não adquirida dedutivamente mas sempre *diretamente* através da percepção natural da mente, então este é o caminho de que também deve ser o da análise crítica (CLAUSEWITZ, 1984, II-5, p. 168; itálicos do original)^{xliii}.

[É] preciso mencionar que as sementes do conhecimento que dão frutos no intelecto são semeadas menos por estudos críticos e monografias de instrução que por discernimento, impressões amplas e lampejos de intuição (CLAUSEWITZ, 1984, III-3, p. 185)^{xliv}.

A instrumentalização da teoria entre as formas existentes de conhecimento - intuição, lógica e experiência – é uma preocupação particular da Filosofia. Em particular, é oportuno apresentar como essa perspectiva clausewitziana é convergente com a proposta de Espinosa para produção de definições, axiomas e leis²⁸.

Segundo Espinosa, “é da natureza da Razão perceber as coisas sob um certo aspecto de eternidade” (ESPINOSA, 2000a, p. 263), pois é através da produção de idéias claras e distintas das coisas da realidade que os homens se aproximam da essência eterna e infinita de Deus. É com esta compreensão metafísica presente na *Ética* que Espinosa propõe sua epistemologia em o *Método Reflexivo de Correção do Intelecto* (ESPINOSA, 2000b). O *Método* visa, primeiro, expandir a capacidade de intelecção com o acúmulo de idéias verdadeiras e, segundo, a correta utilização das outras formas de percepções humanas. Estas são de quatro tipos: (i) a imaginação: percepção causada por sinal aos nossos sentidos; (ii) a experiência: percepção vaga, não refletida e adquirida pelo tempo e o hábito; (iii) a razão: percepção tirada da causalidade; e

²⁸ Para Espinosa, utilizamos DURANT (1996) e CHAUÍ (2001). Sobre sua influência no pensamento alemão contemporâneo a Clausewitz, ver JONAH (2009).

(iv) a intuição intelectual: percepção em que algo é percebido por sua essência unicamente ou por sua causa próxima (ESPINOSA, 2000b, p. 117).

Existe, portanto, uma hierarquia de conhecimento e um método que a respeite na produção idéias e distintas sobre um objeto. O verdadeiro conhecimento vem apenas do intelecto e é *a priori*. Isto porque ele precisa ser independente das outras percepções humanas que podem apreender as coisas da realidade de maneira distorcida. A imaginação é apenas uma percepção de efeito imediato e reativo da realidade sobre os sentidos, por isso incapaz de perceber a essência das coisas. A experiência, por sua vez, é capaz de identificação de padrões e acidentes. Porém, deseducada pelo intelecto provê uma quantidade sem fim de elementos, determinada por superstições, tradições, hábitos e costumes. Por isso, que por ela mesma, a experiência é mais provável de produzir confusão do que conhecimento verdadeiro. A razão, finalmente, é fundamental no processo de intelecção e na correspondência da natureza de uma coisa e a elaboração de sua definição. Entretanto, a certeza do conhecimento como verdadeiro não vem da intersecção com uma causa, mas com sua essência natural (ESPINOSA, 2000b, pp. 112-114).

(...) daí se segue que não é o verdadeiro método procurar o sinal da verdade depois de adquirir as idéias, mas que verdadeiro método é o caminho para que a própria verdade ou as essências objetivas das coisas (tudo isto quer dizer o mesmo) sejam procuradas na devida ordem (ESPINOSA, 2000b, p. 115).

O método de reflexão dá-se, primeiramente, pela adequação da idéia após sua concepção intuitiva (*scientia intuitiva*), interligando com essa idéia de maneira a coibir as outras percepções e a investigar natureza da coisa, refinando sua compreensão. Ou seja, assegurar a correspondência entre a idéia e a sua essência real.

Para Clausewitz, existe a possibilidade de um tipo de conhecimento que, embora não produza verdades incontestes sobre o fenômeno da guerra, abarque uma série de conceitos construídos logicamente. E se estes são acessados por uma mente livre e educada, ela será capaz de produzir conhecimento e julgamento.

No caso de um comandante, o conhecimento e o julgamento devem produzir a capacidade de ação competente (CLAUSEWITZ, 1984, II-2, p. 147).

A segunda finalidade da teoria é na organização e transmissão da experiência através do estudo da História. Uma construção unicamente racional não é suficiente para produzir o conhecimento necessário: existe a necessidade da experimentação do conhecimento e do exercício de julgamento através de estudos históricos. Essa consideração é importante porque Clausewitz não desejava apenas uma reflexão sobre a guerra. Sua intenção explícita, como já foi discutido acima, sempre foi de uma teoria de conseqüências práticas.

Uma apresentação mais precisa de Clausewitz deve apontar que ele reconhece e busca um conhecimento teórico de utilidade e validade geral, mas que a produção de tal conhecimento é associada a uma análise crítica da guerra na História. Confere-se assim à teoria a propriedade de instrumento ao estudo.

A influência de verdades teóricas na vida prática é sempre exercida mais pela análise crítica que pela doutrina. Sendo a análise crítica a aplicação das verdades teóricas aos eventos correntes, não apenas reduz a lacuna entre os dois, mas também familiariza a mente a estas verdades através de sua aplicação repetida (CLAUSEWITZ, 1984, II-5, p. 156)^{xlv}.

3.2. *A PROPOSTA DE ANÁLISE CRÍTICA (KRITIK) DE CLAUSEWITZ.*

O método de condução de estudos de caso é o produto por excelência da Teoria da Guerra segundo o próprio Clausewitz. De fato, a análise crítica (*Kritik*) é a finalidade da Teoria da Guerra. É ela que torna a Teoria da Guerra funcional de três maneiras.

Primeiro, é a análise crítica que articula o arcabouço teórico no cumprimento de sua função pedagógica na formação do intelecto, capacitando-o a pensar sobre a guerra.

Segundo, a análise crítica é o método analítico pelo qual a Teoria da Guerra produz verdades. A investigação da guerra é avançada através da articulação das categorias analíticas que orientam aquele juízo, já educado pelo estudo da Teoria na produção de idéias claras e distintas, no estabelecimento das relações de causa e efeito e a considerar os aspectos necessários para a compreensão de um determinado enfrentamento e campanha. Desde a opção de combate num enfrentamento até a exploração dos efeitos políticos de uma vitória de uma campanha, a análise crítica de estudos históricos dá as condições para interpretar fatos equivocados, traçar suas causas até suas últimas conseqüências e avaliar os meios empregados. Dessa maneira, tem-se a descoberta de fatos e a revelação de novos entendimentos sobre a guerra na realidade.

Terceiro, Clausewitz entende que uma última utilidade da análise crítica é seu potencial de desenvolvimento e teste de conceitos. A Teoria da Guerra ela mesma é produto de um processo contínuo de condução de estudos históricos por Clausewitz que visam à formulação e confrontação de expectativas teóricas junto à realidade, e seu conseqüente refinamento.

O exercício da análise crítica consta de uma investigação de três passos: (i) descoberta e interpretação dos fatos equivocados; (ii) estabelecimento dos efeitos até suas causas mais profundas; (iii) avaliação dos meios empregados.

A primeira fase do método envolve a apresentação dos dados e eventos suficientes para o estudo:

- ❖ O contexto político, a característica do líder e das instituições políticas;
- ❖ O caráter da população e das instituições sociais, seu engajamento às ações da liderança política, suas condições econômicas e técnicas de apoiar a guerra;
- ❖ O caráter do comandante; os números das forças combatentes, suas disposições e expectativas de emprego nos enfrentamentos; o plano de campanha e sua execução.

Há aqui uma clara referência à trindade clausewitziana (*wunderliche Dreifaltigkeit*), o que vale uma relevante digressão sobre seu entendimento para a presente tese. A função da trindade na Teoria da Guerra é um dos pontos

mais debatidos e controversos da literatura²⁹. Aqui se assume que a trindade seria a formulação de Clausewitz para o segundo estágio do método axiomático de Newton como apresentado por LOSEE (2004), mas também por LAKATOS (1999a). Ou seja, a tradução da formulação axiomática de um fenômeno para a realidade sem comprometer a integridade dos termos da definição original e a conexão lógica de seus relacionamentos. Entende-se que a trindade auxilia na operação da teoria tanto na exploração lógica dos fundamentos da guerra no absoluto - paixão, espírito e razão – a formulação da lei dos extremos; tanto quanto opera os fundamentos da guerra na realidade – povo, comandante e suas forças combatentes e governo - na formulação do entendimento de guerra na realidade através lei das probabilidades e da superioridade da defesa sobre o

²⁹ O primeiro ponto de controvérsia seria com relação à tradução do alemão para a edição em inglês de Howard e Paret de 1976. Aponta-se que a tradução não deu a devida atenção para os nuances de seu tratamento em alemão. O esforço mais contínuo de interpretação da trindade foi feito por Bassford (BASSFORD & VILLACRES, 1995; BASSFORD, 2003, 2007).

Seu principal argumento expressou o entendimento de que a trindade não pode ser tratada isoladamente como um resultado final do pensamento de Clausewitz por ser encontrar na última seção do texto que expressa plenamente seu último estágio de pensamento. A trindade seria, na verdade, o conceito central da Teoria da Guerra. Central no sentido que seria o conceito que trás todas as idéias de Clausewitz juntas em um sistema, e não que fosse superior a todas essas. No entanto, Bassford não deu conseqüência desta expectativa e não apresentou como a trindade organizaria, pelo menos, os conceitos apresentados em I-1.

O entendimento de Bassford foi compartilhado por Herberg-Rothe (HERBERG-ROTHER, 2007, pp. 91-118), que se esforçou em articular o discurso na definição de guerra por Clausewitz e sua evolução para uma definição trinitária. No entanto, a especulação e argumentação de Herberg-Rothe é confusa e tendenciosa, pois ao invés de sintetizar conceitos já apresentados em I-1, ele tentou re-interpretar esses entendimentos mais avançados de Clausewitz. Ainda assim, Heberg-Rothe fez uma contestação relevante, e que demandaria uma melhor inspeção, da discrepância entre o rascunho de I-1 na coletânea de textos organizada por Halwegh (CLAUSEWITZ, 1966, pp. 630-636) e a última versão do *Da Guerra*. No rascunho, não existiria referência à trindade, bem como as apreciações por Clausewitz sobre as tendências de moderação e as diferenças entre ataque e defesa (HERBERG-ROTHER, 2007, p. 95). Uma inspeção melhor pela literatura também é necessária das referências à trindade no capítulo VIII-3B (CLAUSEWITZ 1984, 586) e no documento Teoria dos Enfrentamentos (CLAUSEWITZ, 1998, pp. 29-31). Existem ainda iniciativas recorrentes de emenda da trindade à realidade tecnológica do século 21 que seguem a crítica de HANDEL (1986), ver (PETERS, 1998; MCCLINTOCK, 2002; STONE, 2007).

ataque. Permite, assim, ter sempre em tela e articular os vários conceitos da Teoria da Guerra como um sistema³⁰.

É importante marcar que não se considera aqui que a trindade seja a somatória de todos os termos conceituais da Teoria da Guerra, nem que as sintetize³¹. Porém, é ela que os articula a correspondência entre os axiomas da teoria e o enquadramento de uma guerra em estudo para o exercício da análise crítica. Ela não é um termo conceitual com conteúdo próprio, mas é um recurso ontológico na articulação dos vários conceitos de Clausewitz de validade universal e um recurso epistemológico de correspondência desses na investigação das guerras na história.

Ela permite manter o foco e a coesão de qualquer estudo histórico, pois a trindade aponta ao analista-comandante ter familiaridade com as condições sociais da população, as qualidades de pensamento e de ação do comandante e suas forças combatentes e os assuntos do governo e suas atribuições políticas para delinear as tendências dominantes de uma guerra particular e ainda suas condições de possibilidades de variação; sobre os quais o juízo deve aplicar a análise crítica³².

³⁰ A proposta de enquadramento da Teoria da Guerra como sistema conceitual para o estudo da realidade como um fenômeno complexo é apresentada por BEYERCHEN (2007, pp. 45-56).

³¹ Discordando, portanto, de ARON (1986, pp. 108-111) que entende a trindade esquisita como o resultado final da solução de Clausewitz para o “problema de Montesquieu” na reconciliação entre a teoria trans-histórica e a histórica através do “método da modificação”. Ou seja, a correção da definição monísta em trinitária através da incorporação de conceitos e tema em quatro estágios. A consequência da proposta de Aron foi que ele tomou a estrutura de argumentos do capítulo 1 do livro I como o próprio processo do pensamento de Clausewitz. Isto discorda do fato que este é o único capítulo revisado e satisfatório do autor, inclusive estilisticamente, e não um texto incompleto de registro de pensamentos, como outras partes do *Da Guerra*. Segundo e mais importante, ele assume que a trindade esquisita teria apenas papel e validade na realidade e não como uma estruturação de ambição teórica.

³² Aron aponta que o esforço reflexivo do último estágio de pensamento de Clausewitz, antes de sua morte, seria o estabelecimento dos avanços conceituais para conciliar na teoria sua ambição transistórica com a utilidade de tratar das guerras determinadas pelas circunstâncias políticas (ARON, 1986, p. 111), que seriam sempre históricas, aproveitando-se do exemplo, mais do que

Existe uma clara orientação pela trindade (*wündelriche Dreifaltigkeit*) no empreendimento interdisciplinar pelo qual o analista precisa se apoiar para coleta e sistematização de dados e eventos. Esta fase não envolve a aplicação direta da Teoria da Guerra, e demanda uma gama de conhecimentos e disciplinas para a devida contextualização histórica de um estudo, como: a consideração geográfica e cartográfica do teatro de operações, a contabilidade dos números precisos - efetivos - das forças combatentes, os perfis psicológicos de personagens-chave, os contornos sociológicos e econômicos das sociedades, a apreciação dos relacionamentos de poder dos governos e de suas instituições que os formam; além da narrativa histórica dos eventos históricos anteriores que desencadearam a guerra. Esta é a principal razão pela que se enquadra neste passo da análise crítica contribuições metodológicas de outros autores, como é apresentado mais a frente na seção 3 deste capítulo.

Retornando a exposição da análise crítica, a segunda fase do método envolve a reconstrução dos fatos e eventos históricos segundo as expectativas da Teoria da Guerra. Isto é distinto da narrativa histórica porque não é limitado ao arranjo dos fatos, nem ao estabelecimento de relações de causalidade imediatas. Este passo envolve a reconstrução de toda uma campanha de guerra do seu início até seus resultados últimos, inclusive daqueles que envolvam o estabelecimento de uma paz, caso esta campanha seja conclusiva.

Clausewitz é consciente do desafio do estabelecimento de uma rede tão ampla de causalidades. Em resposta, ele aponta dois conjuntos de considerações. O primeiro delas estabelece a explicação porque a resolução da análise crítica deve ser uma campanha, e não uma batalha, nem uma guerra. O segundo conjunto de considerações explica como se dá a utilização da Teoria da Guerra na análise

estilístico, de Maquiavel (ARON, 1986, pp. 97-98). Tal ambição epistemológica seria também a de Montesquieu (1689-1755), e a de todos os sociológicos, que “é de tornar a história e a ação racional (meios adaptados aos fins) inteligíveis. Esta inteligibilidade resultaria de um vai-e-vem entre abstração e história ou conceito e experiência vivida, típica do método clausewitziano” (ARON, 1986, pp. 351-352). Porém, Aron não foi convicto de um embasamento por Clausewitz em Montesquieu ao usar conceitos e espírito, mas por ter uma maneira de pensar típica do século XVIII e do *Espírito das Leis*. Além disso, as obras de ambos são similares ainda no esforço de sistematização e por possuírem uma estrutura interna. O que reconhecemos, é uma evidência ou constatação insuficiente, que o próprio Aron admite.

crítica, nas suas três finalidades: atividade educadora, produção de entendimentos e progresso da teoria.

Por um lado, os efeitos dos resultados de batalhas se somam a outros efeitos e causas, que se não são considerados, tornam incompleto o processo analítico. Por isso, dificilmente é possível analisar uma batalha fora do seu contexto estratégico. Já em guerras, existem considerações políticas que envolvem trabalhar com um número muito grande de cenários e causalidades e que vão além do contexto bélico. Mesmo no estudo de campanhas, deve ser ter ponderação na seleção do caso, pois existem campanhas complexas, que são afetadas e afetam uma gama de eventos concorrentes. Por isso, o caso deve pertencer a um período em que os elementos da guerra são claramente distinguíveis e não repletos de medidas temporizadoras que possam imprensar a guerra de uma maneira intermitente e confusa. Os objetivos políticos devem estar claros, bem como as ações bélicas. Da mesma maneira, o caso deve ser caracterizado por um número significativo de forças num breve período de tempo e confinadas a uma área geográfica limitada, reduzindo assim a rede de causalidades que o analista deve ter que lidar.

Esse não é um procedimento trivial, pois um dos principais instrumentos da Teoria da Guerra, segundo Clausewitz, é oferecer parâmetros de recorte da realidade que sejam inequívocos e reconhecidos por qualquer um. Por um lado, oferecer a possibilidade de se separar o que é mais importante do que é menos importante. Por outro lado, conduzir um recorte que não seja baseado em suposições arbitrárias do analista, mas em razões explícitas que podem ser investigadas por qualquer interlocutor que acesse a teoria (CLAUSEWITZ, 1984, II-5, p. 157).

A perseguição desta cadeia, acima e abaixo, apresenta problemas consideráveis. Maior a distância entre o evento e a causa que nós estamos buscando, maior é o número de outras causas que tem de ser consideradas ao mesmo tempo. Suas influências possíveis sobre os eventos têm de ser estabelecidas e reconhecidas, desde que maior a magnitude de qualquer evento, mais amplo o alcance das forças e circunstâncias que o afetam. Quando as causas para a perda de uma batalha têm de ser averiguadas, nós também precisamos saber algo sobre as causas dos efeitos que esta batalha

perdida teve sobre todo o conjunto - mas apenas algo, desde que o resultado final terá sido afetado por outras causas da mesma maneira.

Na análise dos meios, nós encontramos a mesma multiplicidade assim que nosso ponto de vista torna-se mais amplo. Mais elevados os fins, maior o número de meios pelos quais eles podem ser alcançados. A meta final da guerra é perseguida por todos os exércitos simultaneamente, e portanto nós temos que considerar a extensão total de tudo aquilo que aconteceu, ou poderia ter acontecido.

Nós podemos ver que isto, às vezes, levaria ao um amplo e complexo campo de inquérito, no qual nós nos perderíamos mais facilmente. Um grande número de suposições tem de ser feito sobre coisas que realmente não acontecerem, mas que pareciam possíveis, e que, portanto, não podem deixar de serem levadas em conta (CLAUSEWITZ, 1984, II-5, p. 159)^{xlvi}.

Por outro lado, Clausewitz é consciente do desafio sobre o limite do estudo linear da História em decorrência da falibilidade humana e sua razão³³. Em termos práticos, um estudo pode ser constrangido de duas formas. Primeiro, pela falta de acesso às informações necessárias para tal, seja porque na

33 Geralmente, atribui-se a influência ceticista em Clausewitz por sua clara oposição ao dogmatismo de seus pares e pelo reconhecimento da variedade histórica da guerra, o que acarreta no seu caráter camaleônico. Porém, como apontou ARON (1986, p. 261), erra-se ao considerar isso como alguma forma de recusa à ciência e opção por uma apreciação humanística em que exista “a dominância da história e o mundo interno do homem sobre a esta última” (GAT, 2001, p. 255).

Mas existe uma referência clara nestas considerações de Clausewitz ao desafio ceticista re-introduzido por Montaigne (1533-1592), em que o estudo da História como linear é inviável em decorrência da falibilidade humana e sua razão. Seja basicamente pela falta de acesso as informações necessárias para tal estudo, seja porque na condução do estudo exista incerteza no estabelecimento das relações de causalidade. Isto porque existem causas que se desdobram em várias conseqüências, e existem conseqüências que decorrem de mais de uma causa. O resultado final disto é a inescapável suspensão do juízo e única possibilidade de acesso a uma verdade que não seja apenas pessoal e baseada na inscrição histórica do homem, suas tradições, hábitos e costumes (MONTAIGNE, 1979, pp. 29-38, 159-162). Uma introdução ao papel na re-introdução do ceticismo no pensamento ocidental, ver SCHIFFMAN (1984).

condução do estudo existe incerteza no estabelecimento das relações de causalidade. Segundo, pela identificação de causas que se desdobram em várias conseqüências ou pela identificação de conseqüências que decorrem de mais de uma causa. Clausewitz reconhece a possibilidade desses dois problemas em qualquer investigação histórica. Inclusive as denomina como problemas extrínsecos e intrínsecos e responde a eles (CLAUSEWITZ, 1984, II-5, pp. 156-157).

O primeiro é, em geral, um problema histórico. De falta de evidências com relação aos motivos dos comandantes e registro de suas decisões. Ou ambos foram simplesmente escondidos ou alterados. Esse pode ser um desafio em que se encontre uma lacuna e o julgamento da decisão do comandante tenha que ser suspenso, desde que não existe a possibilidade de acesso a uma verdade nesse caso que não seja apenas pessoal e baseada na inscrição particular do analista³⁴.

O segundo é um problema de relacionar efeitos a causas originárias. A inferência dos meios da guerra deve ser uma solução para a maioria dos impasses de causalidade no estudo de uma campanha. Se a teoria é útil e consistente, ela deve ser capaz de oferecer instrumentos quantos aos meios usados e como eles poderiam ser usados que ajudam a perpassar as lacunas e, mais, a oferecer lição e aprendizado sobre o caso estudado. A Teoria da Guerra, segundo Clausewitz, deve ser capaz de prover “inquérito crítico – o exame dos meios – que coloca a questão de quais são os efeitos particulares dos meios empregados, e se esses efeitos conformam a intenção com os quais eles foram usados”. E os “efeitos particulares dos meios levam-nos a uma investigação de sua natureza – em outras palavras, para o domínio da teoria novamente” (CLAUSEWITZ, 1984, II-5, pp. 158-159). Ou seja, embora exista uma multiplicidade de relações de causa e efeito oriundas da diversidade da guerra na realidade histórica, existe uma natureza intrínseca do fenômeno bélico que serve de critério para a retomada do processo de investigação. Portanto, é dessa

³⁴ Resposta esta muito similar a de Espinosa em a *Ética*: “na verdade, não existe tal possibilidade. Suspensão do juízo significa, quando usamos tal termo, que se conclui que não é possível perceber alguma coisa adequadamente” (ESPINOSA, 2000a, p. 270).

maneira que Clausewitz aponta que a “(t)eoría e experiência devem nunca desdenhar ou excluírem uma da outra; pelo contrário, elas devem apoiar uma a outra” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 61).

Portanto, a articulação das relações de causa e efeito é amparada pelas categorias analíticas que servem de pontos de vista na abordagem das questões relevantes para o estudo e o estabelecimento das causalidades dos eventos.

Qualquer manifestação do fenômeno bélico pode ser analisada por essas categorias, não importando o tamanho ou natureza dos lados envolvidos ou de suas forças, o tempo de sua ação ou o espaço em que ela ocupa. As categorias analíticas foram desenvolvidas como teoremas a partir da teoria pura para serem instrumentos da investigação analítica da guerra na realidade. Por isso, devem ser observados como recursos da teoria e não propriedades do fenômeno da guerra. Elas dimensionam o conjunto axiomático da teoria - conceito original e os fundamentos e leis da guerra – a *três* séries de considerações que se deve tomar na guerra: tática, estratégia e política. Essas ajustam o arcabouço conceitual à parte da guerra que se reflete a respeito: o combate e o enfrentamento; os enfrentamentos e a meta bélica; a meta bélica e o objetivo político. Finalmente, é neste aspecto que existe um aspecto fundamental desta tese, pois é onde o conceito de logística tem seu impacto original como a *quarta categoria analítica* para a reflexão sobre a relação entre a arte da guerra na conduta da guerra.

Na articulação das categorias analíticas com a trindade que existe a possibilidade da apreensão analítica de qualquer guerra. Pois, esses são instrumentos analíticos deduzidos da confrontação da Teoria da Guerra com a História da Guerra. Eles apreendem as expectativas de causalidade e o escopo de estudo da conduta da guerra. Eles também permitem apreender da Teoria e da História na sua aplicação em estudos de caso. Portanto, a partir deles, que um comandante deve formular seus planos e o crítico analisá-los.

A terceira e última etapa da análise crítica envolve o contraste entre a expectativa teórica e as decisões e cursos de ações tomados pelos comandantes e líderes políticos. É nesse estágio em que há a avaliação - *critique* - dos personagens envolvidos e a apresentação de contra-factuais de outras decisões e outros cursos de ações alternativos que o crítico amparado na teoria aponta que

seriam mais razoáveis levando em conta as informações disponíveis e contextos específicos do evento estudado. É nesta fase que há exercício do juízo do estudioso, pois ele deve se colocar no lugar dos políticos e comandantes - assumir o espírito do tempo, as estimativas e orientações existentes das forças combatentes prontas e adequadas ao enfrentamento de ambos os lados e tomar decisões que eles poderiam ter tomado, e qualificar, na medida do possível, as discrepâncias encontradas.

Na avaliação do comandante, é preciso marcar uma qualificação metodológica importante: a avaliação deve ser justa e se desdobrar apenas sobre o que comandante sabia e não sobre erros de decisões sobre informações que se sabe no presente, mas não eram disponíveis no passado.

Se o crítico deseja distribuir elogio e responsabilidade, ele deve certamente tentar colocar-se exatamente na posição do comandante; em outras palavras, ele deve reunir tudo que o comandante sabia e todos os motivos que afetaram sua decisão, e ignorar tudo aqui que ele não poderia ou não sabia, especialmente o resultado. No entanto, isto é somente um ideal a ser perseguido, e nunca plenamente alcançado: uma situação evoluindo para um evento nunca pode parecer a mesma para o analista como ela foi para o participante. Uma massa menor de circunstâncias que influenciou sua decisão agora é perdida para nós, e vários motivos subjetivos talvez nunca sejam expostos plenamente. Esses podem ser apenas descobertos pelas memórias dos comandantes, ou das pessoas próximas a eles. Memórias geralmente tratam de assuntos muito amplamente, ou, às vezes deliberadamente, com algo menos que candor. Em resumo, ao crítico sempre faltará muito do que foi presente na mente do comandante.

[...]

E isto é verdade não apenas para o resultado (isto é, com o que acontece subsequente), mas ainda para os fatos que foram presentes desde o início - os fatores que determinaram a ação. O crítico terá, como uma regra, mais informações que o participante. Isto é por causa que o conhecimento das circunstâncias prévias e simultâneas não repousa exclusiva sobre informação específica, mas sobre numerosas conjecturas e suposições. Questões completamente acidentais em fragmentos, informações muito

curtas não estão à mão que não sejam precedidas por suposições e conjecturas. Se especificações não se materializam, essas suposições e conjecturas estarão presentes em toda parte. Agora nós entendemos o porquê de críticos mais recentes que sabem de todas as circunstâncias prévias e presentes não deve ser influenciados pelo seu conhecimento quando eles perguntam quais entre os fatos desconhecidos eles mesmo considerariam prováveis no tempo da ação.

Portanto, se um crítico deseja elogiar e responsabilizar qualquer ação específica, ele será apenas capaz de se colocar parcialmente na situação do participante. Em muitos casos, ele pode fazer isso muito bem para propósitos práticos, mas nós devemos não nos esquecer que às vezes isso é completamente impossível (CLAUSEWITZ, 1984, II-5, pp. 164-165)^{xlvi}.

Nesse estágio, Clausewitz aponta que existe uma margem de liberdade para a análise crítica dependendo do talento do analista. Primeiro, na capacidade criativa de identificar de maneira inequívoca uma causa que seja a mais importante, entre várias, para um determinado efeito que se quer entender. Segundo, na capacidade de inventar contra-factuais e cenários possíveis. A reprovação de um comandante é apenas plena quando o crítico é capaz de prover um curso de ação alternativo possível melhor que aquele conduzido de fato.

Será suficiente apresentar o caráter amplo, complexo e difícil que uma análise crítica pode assumir se ela se estende aos objetivos últimos - em outras palavras, se ela lida com as grandes e decisivas medidas, as quais deve necessariamente conduzir em direção a elas. Isso segue que em adição ao discernimento teórico sobre o assunto, o talento natural ressaltará em muito o valor da análise crítica: para isto dependerá primeiramente de tal talento de iluminar as conexões que colocam as coisas juntas e determinar quais entre as incontáveis concatenações de ventos são as essenciais.

Mas o talento será necessário também em outro sentido. A análise crítica não é apenas uma avaliação dos meios realmente empregados, mas de *todos os meios possíveis* - os quais primeiro devem ser formulados, isto é, inventados. Não se pode, apesar de tudo, condenar um método sem ser

capaz de sugerir uma alternativa melhor. Não importa quão restrita a gama de combinações possíveis possam existir na maioria dos casos, não se pode negar que a lista daquelas não usadas não é uma mera análise de coisas existentes, mas uma realização que não pode ser desempenhada em seqüência desde que depende da criatividade do intelecto.

Nós estamos distantes de sugerir que o domínio do verdadeiro gênio é para ser encontrado nos casos onde um conjunto de esquemas simples e práticos dão conta de tudo. Em nossa perspectiva, é um grande absurdo, ainda que geralmente realizado, tratar o envelopamento de uma posição como uma invenção de grande gênio. Ainda assim, tais avaliações criativas individuais são necessárias, e elas influenciam significativamente o valor da análise crítica (CLAUSEWITZ, 1984, II-5, p. 161)^{xlviii}.

Nesse sentido, o último estágio da análise crítica é um desafio entre o crítico e os comandantes que conduziram a campanha sob estudo, inclusive porque Clausewitz parece apontar que o talento crítico e o gênio comandante sejam atributos de uma mesma substância. Por isso, ele aponta que é nesse desafio que desenvolve o intelecto sobre a guerra e, possivelmente, quando se progride a própria teoria, acessando novas apreensões da verdade em novos conceitos ou refinando conceitos existentes que apresentavam apreensões limitadas da verdade.

Os discernimentos adquiridos e armazenados pela mente nos seus passeios pelos conceitos básicos são benefícios que a teoria pode prover. A teoria não pode equipar a mente com fórmulas nem pode definir o caminho estreito pelo qual uma única solução presumida é garantida pela criação de uma cerca viva de princípios de cada lado. Mais ela pode dar a mente discernimento dentre uma grande massa de fenômenos e de seus relacionamentos, então dar liberdade para que a mente ascenda domínios mais elevados de ação. Lá, a mente pode usar dos seus talentos inatos de faculdade, combinando-os todos de maneira a apreender o que é *certo* posto que esta era uma idéia simples formada por suas pressões concentradas - posto que ela seria uma resposta para o desafio imediato do que um produto do pensamento (CLAUSEWITZ, 1984, VIII-2, p. 578)^{xlix}.

[...]

Em nossas reflexões sobre a teoria da conduta da guerra, nós dissemos que se deveria treinar uma mente de comandante, ou melhor, guiar sua educação; teoria não se destina a provê-lo com doutrinas positivas e sistemas a serem usadas como ferramentas intelectuais. Além disso, se nunca é necessário ou mesmo permissível usar normas de procedimento científicas para julgar um dado problema na guerra, se a verdade nunca aparece de maneira sistemática, se não adquirida dedutivamente, mas sempre *diretamente* através da percepção natural da mente, então este é o caminho de que também deve ser o da análise crítica.

Nós devemos admitir que onde quer que seja muito trabalhoso determinar os fatos da situação, nós devemos ter recursos para os princípios relevantes estabelecidos pela teoria. Mas da mesma maneira como na guerra, essas verdades são mais úteis por um comandante que absorveu seus significados em sua mente do que um que as trata como regras externas e rígidas, então o crítico não deveria aplicá-las como uma lei externa ou uma fórmula algébrica, cuja relevância não precisa ser estabelecida cada momento que é usada. Essas verdades deveriam ser conferidas a se tornarem auto-evidentes, enquanto apenas comprovações mais precisas e complexas são deixadas à teoria.

Concedido que enquanto isto não pode ser sempre completamente alcançado, ele deve permanecer como a meta da análise crítica. As formas complexas de cognição deveriam nunca usar normas de procedimento científico elaboradas como se elas fossem um tipo de máquina da verdade. Tudo isso deveria ser feito através da operação natural da mente (CLAUSEWITZ, 1984, II-5, p. 168)¹.

Por fim, o terceiro estágio da análise crítica possui ainda uma última finalidade, que é a de avaliação da própria teoria. Como foi discutido acima, uma das principais preocupações de Clausewitz é de que a análise crítica deve ser o instrumento pela qual a Teoria da Guerra é perpetuada como uma teoria

progressiva, nunca estática e irrefutável³⁵. Ela deve ser utilizada na medida em que seja útil na produção de ensinamento e de argumentos consistentes. Com essa perspectiva, o processo de criticismo não critica apenas à realidade, mas examina o poder explicativo da Teoria a cada estágio de avaliação de uma campanha.

Mas seria delírio imaginar que qualquer teoria pudesse dar conta de toda verdade abstrata, de tal maneira que tudo o que o analista crítico precisasse fazer fosse classificar o caso estudado sob o cabeçalho apropriado. Seria igualmente ridículo que se esperasse que a análise crítica mudasse de rumo cada vez que se confrontasse com os limites da teoria sacrossanta. O mesmo espírito de investigação analítica que cria uma teoria também guia o trabalho do analista crítico, que tanto pode quanto deve incursionar pelo campo da teoria de maneira a elucidar quaisquer pontos de importância especial. A função da análise crítica seria inteiramente perdida se ela degenerasse numa aplicação mecânica da teoria. Todos os resultados positivos da investigação teórica – todos os princípios, regras e métodos – terão cada vez menos universalidade e verdade absoluta quanto mais se façam doutrina positiva. Têm que ser usados quando necessários, e sua propriedade em qualquer caso tem que ser sempre objeto de juízo. Um analista crítico nunca deve usar os resultados da teoria como leis e padrões, mas apenas – como faz o combatente – *como auxílios ao juízo* (CLAUSEWITZ, 1984, II-5, pp. 157-158)^{li}.

Este é um ponto fundamental e que ampara nos termos de Clausewitz a utilidade da análise crítica na inferência e teste da utilidade do conceito de logística.

³⁵ Aqui existe uma clara concordância com ECHEVARRIA II (2007, p. 23), que apontou que tal traço é singular de Clausewitz e o converge com os critérios de cientificidade de Karl Popper. Tanto Clausewitz quanto Popper apontam que a busca pelo conhecimento é um processo contínuo e interminável.

3.3. OS ESTUDOS CRÍTICOS DE CLAUSEWITZ.

A consideração dos estudos de campanha pela literatura clausewitziana é um processo em lento andamento. Originalmente, o *Clausewitz Project* conduzido por Michael Howard e Peter Paret era de organizar e traduzir para o inglês todos esses documentos. Porém, a suspensão desse projeto posterga até os dias atuais sua retomada (HOWARD, 2007). Consequentemente, a grande maioria dos estudos é disponível apenas em alemão e em gótico como no original. Apenas a Campanha de 1812 foi traduzida para o inglês, e as campanhas de 1814, 1815, 1796 e 1799 para o francês.

Utilizam-se as edições em francês dos estudos de campanha de Clausewitz publicadas pela editora Ivrea ao longo da década de 1990, com exceção da *Campanha de 1812*, em que se utiliza a edição norte-americana de 1995, que é uma reedição da edição inglesa de 1848 (CLAUSEWITZ, 1995). Com relação à *Campanha de 1814*, também se faz uso do trecho traduzido para o inglês por Peter Paret na seleta de escritos históricos e políticos organizada em conjunto com Daniel Moran (CLAUSEWITZ, 1992b). Existe uma tradução da *Campanha de 1815* para o inglês por Daniel Moran e Christopher Bassford, referenciada em HERBERG-ROTHER (2007) e que incluiria os comentários de leitura do Duque de Wellington. No entanto, não tivemos acesso a essa edição que creio nunca foi publicada, aliás.

O critério de seleção dos estudos de campanha para a presente tese é o de DINIZ (2002) de consistência com o último estágio de pensamento de Clausewitz e convergente com a plenitude da Teoria da Guerra. Segundo PARET (2007, p. 330) isso corresponderia, em ordem cronológica, as campanhas de campanhas de 1796, 1799 e 1815. Dessas se utiliza a Campanha de 1796 e 1815, sendo que não foi possível o acesso a Campanha de 1799³⁶.

A essas, adiciona-se a Campanha de 1814 e se contra-argumenta Paret afirmando que esta é consistente com este estágio de pensamento e útil como referência do exercício da análise crítica. Por fim, adiciona-se a Campanha de

³⁶ Sua edição francesa foi esgotada é apenas acessível a partir de sua reprodução de bibliotecas municipais francesas e da Biblioteca Nacional da Suíça, que procedemos na aquisição.

1812. Considera-se a Campanha de 1812 como o estudo mais antigo e único não totalmente concistente com o último estágio de pensamento Clausewitz. A razão de sua inclusão se deve por um estudo contundente na consideração da arte da guerra e da conduta da guerra e que atinge diretamente o conceito de logística.

Reconhece-se a existência e a importância dos outros estudos de campanha de Clausewitz, porém se consideram esses os adequados e suficientes para os nossos propósitos de estudo.

A apresentação por Clausewitz da análise crítica é rica e plena. Ele apresenta os três passos dessa metodologia de estudo e comenta os contornos particulares de cada um deles. No entanto, apenas em seus estudos de campanha parecem existir uma aplicação plena e repetida da análise crítica, que até hoje não foram satisfatoriamente sistematizadas em termos de suas contribuições particulares. Em decorrência dessas duas razões, existe nesta seção da tese uma sistematização sintética dos quatros estudos de campanha acessados e que serviram de modelo para o estudo de caso conduzido no capítulo 4. A apresentação segue a cronologia sugerida por Paret de produção das obras de Clausewitz (PARET, 2007, p. 330)³⁷. Esta parece ser consistente com os critérios de ordenamento propostos por DINIZ (2002) segundo consistência interna conceitual de estudos produzidos no último estágio de pensamento de Clausewitz e aquelas produzidas em um estágio do pensamento intermediário, apresentado na seção 2.4.

Isso procede na apresentação na seguinte ordem de prevalência conceitual e metodológica dos estudos de campanha: a *Campanha de 1815 na França*, a *Campanha de 1796 na Itália*, a *Campanha de 1814 na França* e a *Campanha de 1812 na Rússia*.

Ainda que possam existir discordâncias com relação aos critérios, esse parece ser o ordenamento correto em termos de refinamento na estrutura expositiva e analítica e existe palpável distinção entre esses estudos nesse sentido. Tomando

³⁷ Utiliza-se a edição de 2007 dessa obra de Paret, que não possui alterações significativas em comparação à edição original de 1976. Incluiu-se apenas um novo prefácio, com comentários sobre crítica a obra nos últimos 30 anos e uma apreciação breve da evolução da clausewitziana nesse período (PARET, 2007, pp. v-xxvii).

o II-5 do *Da Guerra* como baliza, as duas primeiras obras - a *Campanha de 1815* (1992) e a *Campanha de 1796* (1999) são as mais equilibradas e plenas na execução dos três procedimentos da análise crítica e são as principais referências de estrutura expositiva e analítica utilizadas nesta tese.

A *Campanha de 1814* (1992a; 1993) é explícita na preocupação de aplicação de critérios inequívocos para testes empíricos de novos conceitos sobre o ataque e a defesa, por isso ela é útil na confirmação dos procedimentos de II-5 e como referência da utilidade da análise crítica como procedimento para validação de conceitos. Porém, ela não é completa na execução da terceira etapa de avaliação e julgamento dos comandantes, e é menos articulada que os dois estudos acima. Por fim, a *Campanha de 1812* é o estudo menos organizado e com a utilização de conceitos inconsistentes com o último estágio de pensamento de Clausewitz, porém ela apresenta um dos melhores exemplos de avaliação e julgamento, no caso, de Bonaparte. Este estudo parece ser ainda anterior a classificação por Clausewitz entre arte da guerra e conduta da guerra, por isso apresenta um maior número de considerações logísticas em comparação aos outros estudos.

Segundo Paret, a *Campanha de 1815* na França pode ter sido produzida na última fase intelectual de Clausewitz entre 1827 e 1830 e seria contemporânea da última revisão do *Da Guerra* (PARET, 2007, p. 330). Por isso, é o estudo de campanha por Clausewitz mais sintético e equilibrado na execução da análise crítica e onde ele parece ter tido melhor domínio dessa metodologia de estudo e na aplicação dos conceitos de sua Teoria da Guerra.

Clausewitz articula as três etapas da análise crítica não uma única vez, mas várias vezes de maneira a distinguir a análise e o criticismo dos vários personagens envolvidos com relação: (i) ao seu envolvimento na decisão das finalidades últimas da campanha e os seus contornos políticos; (ii) à formulação dos planos de campanha e suas conduções; (iii) à formulação dos planos de enfrentamento e à condução de cada batalha da campanha.

Em uma primeira parte do estudo, Clausewitz empreende uma análise crítica dos fins dessa campanha. Ele aponta fatos disponíveis aos comandantes ao seu início, descrevendo os números gerais, qualidades das forças combatentes e suas disposições. Clausewitz apresenta as expectativas teóricas sobre que tipo de guerra tal campanha estava inserida, analisa as possibilidades estratégicas dos

dois lados e contrasta estas considerações com as decisões efetivas dos comandantes.

Na consideração sobre a campanha defensiva, Clausewitz apresenta as estratégias possíveis segundo as possibilidades de Bonaparte poder conduzir enfrentamentos ofensivos e defensivos segundo às características do teatro de operações e às instituições políticas francesas, que o apoiavam, e contrasta essas expectativas teóricas com a decisão de Bonaparte levantando hipóteses de conclusão da campanha defensiva. De maneira similar, Clausewitz analisa as possibilidades da campanha ofensiva apresentando as expectativas teóricas sobre a vitória possível de acordo com o tipo de guerra identificada e, por fim, Clausewitz também aponta hipóteses às decisões de condução da campanha por Wellington e Blücher.

Em uma segunda parte do estudo, Clausewitz empreende uma análise dos meios, ou seja, da utilidade da campanha por ambos os lados para os propósitos pretendidos. Ele apresenta agora um tratamento distinto dos dados apresentados na parte anterior. Ele faz considerações relativas dos números e disposições dos exércitos envolvidos, considerando as capacidades táticas de cada um deles, suas ordens de marcha e batalha e comparando as qualidades dos comandantes. Com isso, ele empreende uma análise comparada dos planos de campanha, considerando as possibilidades e utilidades da vitória para os dois lados. No caso da ofensiva, ele considera sobre o curso de separação e concentração dos dois exércitos – britânico e prussiano - contra Bonaparte e o tempo necessário para tal. De outro lado, ele aprecia como Bonaparte poderia se utilizar da vantagem temporal e das disposições no teatro para intervir na progressão de seus opositores. Por fim, ele faz uma avaliação preliminar das condições relativas de vantagem dos exércitos em campo.

Uma terceira parte do estudo empreende uma análise crítica para cada um dos cinco enfrentamentos dessa campanha. Ele apresenta as concentrações relativas de força e planos, examina os momentos principais dos enfrentamentos e avalia seus comandantes com contrafactuais e considera as conseqüências estratégicas. Ele repete essas três etapas da análise crítica no estudo das batalhas de Ligny, Quatre-Bras, Belle-Alliance (ou Waterloo), Wavre e na perseguição e marcha para Paris. Clausewitz não empreende neste estudo

uma avaliação sumária da campanha e seus comandantes. Paret especula que tal estudo de campanha atendeu aos requerimentos metodológicos e demandas intelectuais de Clausewitz na época, mas ele possivelmente considerava que a crítica da campanha estava aberta a considerações adicionais (Paret, 2007, p. 129).

A *Campanha de 1796*, e da mesma forma a de *Campanha de 1799*³⁸, são os últimos escritos de Clausewitz menos considerados academicamente. Paret as data como elaboradas entre 1827 e 1830, durante o último estágio de revisão do *Da Guerra* (PARET, 2007, p. 330).

Uma explicação para essa negligência é que elas não tratam de uma grande batalha no contexto de um grande capitão. Elas fazem parte de um período em que a Revolução Francesa estava em expansão, mas ainda não havia se convertido em Guerras Napoleônicas. Ou seja, neste período, Bonaparte era subordinado às decisões políticas do Diretório, contava com uma força limitada e supervisionada por outrem e não eram campanhas direcionadas à anexação de uma grande potência no contexto de uma guerra ilimitada. Possivelmente, estas sejam as principais razões pela decisão de Clausewitz em estudá-las: o “deus da guerra” operando através de fins e meios como qualquer outro mortal, sem o aproveitamento de toda a potencialidade de uma instituição usurpada e ditatorial, da mobilização total dos recursos nacionais franceses e sem se atirar contra a resistência de opositores desesperados. Bonaparte conduziu essas campanhas subordinado a fins e meios limitados na angariação de posses dinásticas dos Habsburgos, senhores de um maior e mais antigo império do que ele mesmo construiria um dia.

Certamente em decorrência a este potencial analítico, a *Campanha de 1796* é um documento mais longo e com exposição mais atenta do desenvolvimento dos eventos: essencialmente, uma campanha ofensiva por Bonaparte que se converteu em defensiva - e depois novamente à ofensiva - para desgastar as

³⁸ Esses dois estudos de campanha teriam sido elaborados no mesmo período e segundo os mesmos propósitos. Paret, em boa medida, os toma como se fossem praticamente o mesmo estudo em duas partes, segundo uma apreciação do ponto de vista estilístico, estrutural e conceitual.

forças austríacas no teatro italiano, descompressão no uso dessas contra à França no teatro alemão e conversão em aliados os governos e principados italianos que apoiavam o Império Austríaco, o principal opositor da Revolução Francesa até então.

Do ponto de vista conceitual, a *Campanha de 1796* é convergente com o último estágio de pensamento de Clausewitz e é exemplar na demonstração da expectativa teórica da desvinculação da polaridade dos propósitos de dois oponentes sobre os seus meios de combate. Ou seja, o lado na ofensiva política – a França – assumiu a ofensiva ou a defensiva estratégica dependendo da correlação de forças no teatro de operações italiano. Tão importante quanto, as decisões de campanha levaram em consideração os efeitos dos resultados e as correlações de força do principal teatro - no caso, o alemão - vinculado sob a mesma liderança política e contexto de guerra (PARET, 2007, pp. 336-337). Da mesma forma, Bonaparte assumiu enfrentamentos ofensivos ou defensivos dependendo da oportunidade da vantagem de terreno e da correlação de números no campo de batalha. Com esse estudo de campanha, Clausewitz confronta a expectativa que o gênio da guerra apenas conduza campanhas ofensivas através de enfrentamentos ofensivos e que ele seja capaz de submeter os fins políticos a seus meios e as realidades objetivas e materiais da guerra a sua qualidade de comando. A genialidade de Bonaparte residiu em utilizar dos meios de combate no contexto de uma campanha ofensiva sem se pôr no risco dos pontos culminantes³⁹ e em saber explorar os momentos de suspensão das atividades e de uso das vantagens da defensiva.

Do ponto de vista analítico, Clausewitz é sistemático nas quatro vezes que aplica a análise crítica: (i) na ofensiva-defensiva de Bonaparte; (ii) na segunda ofensiva do general austríaco Wurmser; (iii) nas duas ofensivas do outro general austríaco Alvinzi; (iv) a última ofensiva da Bonaparte que encerra a campanha em 1797. Clausewitz é apenas menos formal na organização das três etapas da

³⁹ Ponto culminante é a “diminuição da margem de superioridade do atacante pode produzir uma situação em que ele não é mais capaz de seguir atacando com expectativa razoável de sucesso [...]. Antes que isto ocorra, o atacante deveria reverter à defensiva, passando a defender o território que conquistou como base para a paz que reconheça a nova situação”. Ver: PROENÇA JÚNIOR & DINIZ (2004, p. 18).

análise crítica e menos sintético e explícito na apresentação das expectativas teóricas nas quatro vezes que ele a executa, como ele empreende na *Campanha de 1815*.

A *Campanha de 1796* é útil para esta tese de duas formas. Primeiro, ela confirma as características notadas na *Campanha de 1815* que a destaca dos estudos de campanha mais antigos e distantes do ultimo estágio de pensamento de Clausewitz. Basicamente, o ganho da qualidade na segmentação e execução repetida da análise crítica e o ganho expositivo com o equilíbrio (ou limitação) da primeira fase de narrativa histórica em benefício da segunda fase de reconstrução analítica. Segundo, existem similaridades entre o caso histórico da campanha de 1796 e o estudo de caso da Campanha de 1777 em Saratoga. Este é repleto de momentos de suspensão das atividades, que foram explorados oportunamente por um dos lados - geralmente aquele com mais vantagens da defesa⁴⁰.

Paret não possui uma posição clara quanto à datação da *Campanha de 1814*. Ele apresenta originalmente que ela pertença a um estágio anterior do pensamento de Clausewitz contemporâneo a um primeiro manuscrito do *Da Guerra* entre 1816-1818 (PARET, 2007, p. 330). Ele identifica a *Campanha de 1814* como um escrito atípico, sem ser um estudo histórico, nem um estudo teórico, algo em transição. Ele seria um trabalho em que Clausewitz organizou e testou suas teorizações com a cadeia de eventos sobre os quais ele estava plenamente informado (PARET, 2007, p. 332). Tal categorização é discrepante com a apresentação que ele faz posteriormente no mesmo *Clausewitz and the State*. Ele manifesta surpresa pela sofisticação conceitual do pensamento de

⁴⁰ Como é explanado melhor na abertura da segunda parte desta tese, ambicionava-se incluir a análise crítica da Campanha de 1951. Um resultado preliminar que se encontrou foi a simulariade entre a situação de Bonaparte em 1796 e do comando da coalizão das Nações Unidas, Matthew Ridgway. De fato, o estudo da Guerra da Coréia possui variações nas condições de enfrentamentos antecipados e explorados dentro de um plano de campanha pelo general norte-americano Ridgway similar aos contornos gerais do plano executado por Bonaparte. A condução deste estudo e suas comparação com a *Campanha de 1796* ficam para um oportunidade futura.

Clausewitz e pela sua capacidade estilística e analítica (PARET, 2007, pp. 359-360).

As inconsistências da datação e categorização de Paret ficam claras quando ele assume que Clausewitz não fez simplesmente história da guerra na *Campanha de 1814* - como nos outros estudos de campanha - mas *critique* da guerra, e requalifica o primeiro como um trabalho teórico. Dessa maneira, passa existir precedência desse estudo sobre os outros, mas sem qualquer alteração na sua presumida datação. Esta correção Paret faria em outra oportunidade, quando ele realizou a tradução de um extrato da *Campanha de 1814*, na qual ele modifica a datação para entre 1823 e 1825 (CLAUSEWITZ, 1992b, p. 156).

Portanto, a primeira qualificação de Paret é inconsistente e deve ser descartada, principalmente porque ele não contrasta a *Campanha de 1814* diretamente com o *Da Guerra* em termos de análise crítica e de seus conceitos, apenas de suas conclusões históricas sobre as Guerras Napoleônicas. Por fim, ele não considera a integralidade do estudo e não leva em consideração o resumo histórico que Clausewitz aplica antes da parte da *critique*.

Se adicionarmos ao debate os critérios de Diniz, a *Campanha de 1814* é consistente com o último estágio de pensamento de Clausewitz porque apresenta de maneira plena as diferenças entre defesa e ataque, pelas propriedades qualitativamente distintas dos meios de combate do primeiro e pelas fraquezas intrínsecas do segundo, os pontos culminantes.

A *Campanha de 1814* pode ser considerada superior aos estudos históricos que Clausewitz realizou antes, como a *Campanha de 1812*, mas não pode ser apresentado como distinto de propósito e método dos outros estudos que ele produziu depois. Como bem aponta Paret, este estudo talvez seja o primeiro em que Clausewitz domina e executa plenamente a metodologia da análise crítica. Em grande parte porque ele é explícito no texto sobre os procedimentos e intenções que ele persegue. Tais cautelas não são presentes nos estudos das campanhas de 1815 e 1796, certamente porque elas não eram mais necessárias, mas Clausewitz exercita nesses outros estudos tais procedimentos da análise crítica, e inclusive de maneira mais sintética e articulada.

A grosso modo, a *Campanha de 1814* possui duas partes que aplicam os dois primeiros passos da análise crítica. Na primeira, ele apresenta sumariamente os

dados e informações históricas suficientes para o estudo: os números do defensor, sua possibilidade em angariar reforços e as disposições de suas fortificações, e os números das forças invasoras. Em seguida, ele narra as campanhas ofensiva e defensiva, informando sobre as disposições e evoluções relativas das duas forças no teatro de operações. Na segunda parte do estudo, Clausewitz realiza a reconstrução das duas campanhas contrastando-as com as expectativas da Teoria da Guerra para a defensiva estratégica e a ofensiva estratégica, da mesma maneira como executada na *Campanha de 1815*, porém com três distinções. Primeiro, Clausewitz realiza a segunda etapa da análise crítica da *Campanha de 1814* apenas uma única vez e de maneira mais extensa na apresentação das proposições teóricas. Segundo, ele é menos cauteloso na separação expositiva entre conclusões geradas pelo contraste entre teoria e história e suas avaliações particulares dos comandantes.

Terceiro, antes do início da segunda parte do estudo, Clausewitz apresenta os critérios de seleção da campanha de 1814 como estudo de caso e os contornos do seu método de estudo, algo que ele poderia ter feito antes do documento como um todo. Ele identifica tal campanha como exemplar mediante os seguintes qualificativos:

- ❖ Ela pertence a um período em que o elemento da guerra move livremente. O fogo da violência não é limitado pelas considerações políticas. Ambos os lados são movidos por um grande propósito e nenhum está preparado para usar de medidas temporizadoras para imprimir a guerra a uma condição intermitente;
- ❖ Ela é caracterizada por grandes forças num breve período de tempo e a uma área geográfica limitada;
- ❖ A ofensiva e a defensiva estão claramente delineadas;
- ❖ Circunstâncias inevitáveis e acidentais levaram a divisão de forças o que possibilitaram o uso estratégico de manobras;
- ❖ Bases operacionais, linhas de comunicação e armamento do povo são parte das intenções estratégicas;

- ❖ Os fatores psicológicos estão em grande evidência. Os comandantes opositores se conhecem em termos de caráter e condições (CLAUSEWITZ, 1992a, p. 207).

Esta é uma passagem importante porque, se considerarmos a segunda datação de Paret para a *Campanha de 1814*, esta é posterior cronologicamente ao livro II do *Da Guerra*. Ainda assim, Clausewitz mantém-se fiel e convicto de suas proposições metodológicas quanto à finalidade da teoria e análise crítica (CLAUSEWITZ, 1992a, pp. 207-208). Esses critérios de seleção são seguidos na escolha dos estudos de caso desta presente de tese, porém se dá preferência para a estrutura expositiva da *Campanha de 1815*.

Uma segunda contribuição metodológica é importante na *Campanha de 1814* em comparação ao capítulo II-5 do *Da Guerra*. Esta é a apresentação mais explícita por Clausewitz do procedimento de contrastar os planos de campanha formulados pelos comandantes do estudo com planos formulados pelo crítico a partir da teoria.

Mas aqui, onde nós tentamos ilustrar a aplicação da teoria por um exemplo histórico, nós devemos de uma vez traçar a linha de idéia totalmente e apuradamente. Nós devemos traçar um plano claro, baseado em nossos princípios, e em um sentido de empregar o plano com o que pertence à verdade filosófica. Não é necessário lembrar-nos que nós nos encontramos em um domínio que mal-situado à verdade absoluta, e nós estamos distantes de considerar nossos princípios e os resultados derivados a partir deles como absolutos. Eles se diferenciam dos argumentos usuais neste campo somente porque eles originam de um esforço por obter o absoluto, e porque nossas conclusões evoluem diretamente de nossos princípios, e nossos princípios diretamente do fenômeno.

Este método de análise do assunto em contornos que pertencem às ciências exatas é oposto a uma maneira de reflexão que é a mais comum na teoria militar. Usualmente, o teórico não se preocupa com o estabelecimento de um ponto lógico de partida; ele argumenta de um lado para outro com base em qualquer ponto de vista que ele considere particularmente agradável, toma o objeto mais próximo como o mais importante, e assim rascunha um tipo de panorama do seu objeto sem início ou fim, de maneira que pró e

contra, se e mas, lança e pincela seus arabescos pelo céu. Não do que nós argumentamos, mas da maneira pela qual nós argumentamos, nós acreditamos, favorecer a teoria. É claro, repetir o que nós muitas vezes dissemos, aqui como em todo assunto prático, a teoria tem que funcionar para formar o homem prático e educar seu julgamento, do que assisti-lo diretamente na execução de suas tarefas (CLAUSEWITZ, 1992, pp. 97-98)^{lil}.

Essa é uma passagem importante. Por um lado, porque a *Campanha de 1814* é bastante posterior, cronologicamente, ao livro II. Ainda assim Clausewitz é fiel e convicto de suas considerações metodológicas quanto à finalidade da teoria e análise crítica. Por outro lado, ele explicita que o encaminhamento da análise da campanha pela confrontação continua entre os planos formulados pelos comandantes e pelo analista e a condução de fato é o que dá o tom expositivo e a consistência científica do estudo de campanha. Este é um procedimento que se segue no estudo de caso desta tese.

A *Campanha de 1812* é um estudo de particular interesse pelos historiadores militares, em especial para aqueles que estudam Clausewitz ou as Guerras Napoleônicas. Isso porque o testemunho de Clausewitz e seu envolvimento direto nos desdobramentos da invasão de Bonaparte à Rússia e o subsequente contragolpe russo são considerados fontes primárias importantes (HOWARD, 1995, p. v; PARET, 2007, pp. 223, nota de rodapé 2). Entretanto, do ponto de vista de consistência conceitual ou de exemplificação expositiva e analítica, esse é um documento de referência menor.

Do ponto de vista conceitual, Clausewitz não apresenta os conceitos em concordância com o último estágio de seu pensamento. Primeiro, em nenhuma parte do documento, Clausewitz apresenta as expectativas teóricas para a campanha de maneira explícita. Segundo, ele apresenta o insucesso de Bonaparte apenas pela fraqueza e desgaste de seu exército em progressão, mas a análise é mínima em apresentar as vantagens da defesa e como os russos as exploraram numa estratégia defensiva relativamente consciente. Algo particular nesse sentido, é que ele identifica os momentos de suspensão da ação, porém não oferece nenhuma explicação ou análise para tal. A inferência sobre os

efeitos do espaço e tempo de maneira diferenciada nos dos dois exércitos não é conduzida. Terceiro, Clausewitz não faz nesse estudo a distinção entre fins e meios como ele empreende nos estudos posteriores. Ele não qualifica as condições políticas e sociais que definem os contornos dos propósitos dessa campanha para ambos os lados, tal contextualização fica centrada principalmente na correlação de forças e de qualidade dos dois comandantes. Quarto, não existe a distinção entre atividades preparatórias e atividades combatentes. Aliás, a censura à condução de Bonaparte se deve a negligências das primeiras. Essas considerações destoam porque são tomadas em si mesmas e pouco articuladas com seus efeitos estratégicos. Por isso, poderiam ter sido mais bem articuladas na formulação da sentença final que Clausewitz aplica a Bonaparte de que seu exército não era forte o suficiente na sua chegada em Moscou, principalmente devido à perseguição incessante e à busca por uma batalha decisiva contra as forças russas em retirada (CLAUSEWITZ, 1995, pp. 252-254).

Do ponto de vista expositivo e metodológico, cada um dos capítulos da *Campanha de 1812* corresponde a uma das fases da análise crítica, porém a organização entre essas três partes internas é desarticulada e desproporcional.

O primeiro capítulo é uma narrativa histórica detalhada, fazendo uso de descrições de datas, topográficas, rotas e das personalidades envolvidas. Ou seja, a apresentação de todos os fatos e eventos necessários para a análise. O segundo capítulo corresponde à reconstrução histórica a partir dos relacionamentos de causa e efeito, estabelecendo as devidas correspondências entre tática e estratégia - mas pouco articulado na correspondência com logística e política. Considera ainda a relação de causalidade ainda entre as decisões tomadas e o curso dos acontecimentos das várias partes envolvidas. O terceiro e último capítulo é o julgamento crítico de Clausewitz a Bonaparte. Clausewitz não produz avaliação dos comandantes da campanha defensiva.

O primeiro capítulo representa 2/3 do estudo, sendo que a terceira parte possui apenas três páginas. Na segunda parte, como no caso da *Campanha de 1814*, Clausewitz não faz a distinção entre, por um lado, conclusões produzidas do contraste das expectativas teóricas com as decisões de Bonaparte e, por outro lado, as críticas que Clausewitz faz delas. Não existe, portanto, a distinção entre

a teoria e o analista. Por isso, Clausewitz aponta três erros de Bonaparte na condução de sua campanha mais amparado na experiência que na teoria. Evidencia disso é que ele o censura sem a oferta de contrafactuais às decisões tomadas (CLAUSEWITZ, 1995, pp. 102-103, 109-110, 128-130). Clausewitz apresenta apenas contrafactuais sobre o desenho da campanha como um todo que ele contrasta com a personalidade de Bonaparte e não entre os cursos tomados e aqueles que poderiam ter sido tomados por um encadeamento alternativo dos enfrentamentos (CLAUSEWITZ, 1995, pp. 252-254).

Paret auxilia na explicação dessa inconsistência interna da *Campanha de 1812* sugerindo que ela tenha sido redigida em dois momentos distintos. A primeira parte teria sido escrita a partir dos diários de Clausewitz em 1814, enquanto as duas outras partes tenham sido elaboradas posteriormente por volta de 1824 (PARET, 2007, p. 330). Entretanto, não existem evidências ou argumentos que confirmem essa especulação.

Talvez essa propriedade mais branda da análise crítica na *Campanha de 1812* ocorra também em parte porque Clausewitz não parece conduzir o estudo de campanha para o teste ou exercício de algum conceito, porém apenas para clarificação de um evento histórico que ele testemunhou. Porém, ainda assim, é um documento útil, pois oferece mais um caso de condução da análise crítica. Seja pela qualidade de seus argumentos – mesmo aqueles amparados na experiência e relativamente desprovidos de reflexão conceitual - porque são contundentes e exemplares. Seja porque os descompassos e inconsistências também servem de modelo negativo ou aspectos a ser ter cautela.

Os estudos de campanha de Clausewitz formam a fonte do roteiro dos estudos de caso conduzidos nesta tese. Reproduz-se basicamente a estrutura expositiva da *Campanha de 1815* com adições de aspectos de estilo da *Campanha de 1796*, principalmente em função de sua similaridade em certos aspectos históricos aos do caso selecionado para esta tese. Por um lado, na campanha de 1796, como na de 1777 em Saratoga, existe vínculo e correspondência entre dois teatros de operações, cujas decisões no primeiro tiveram efeitos na condução das campanhas no segundo.

A *Campanha de 1814* serve de referência sobre o cuidado na apresentação dos procedimentos a serem seguidos no teste do conceito de logística. A *Campanha*

de 1812, por seus pontos positivos e negativos, oferece exemplificação na condução da avaliação final sobre os comandantes e nas considerações logísticas.

3.4. *A HISTORIOGRAFIA DA ARTE DA GUERRA: DELBRÜCK E QUIGLEY.*

Esta seção da tese apresenta uma literatura secundária da qual a presente proposta do conceito de logística se beneficia pela extensão de proposições conceituais e metodológicas consistentes com aquelas de Clausewitz. A necessidade dessa apreciação deriva de duas razões. Primeiro, ela é resultado de uma inspeção na literatura sobre o emprego ou variações da análise crítica por outros autores. Segundo, ela advém da necessidade de buscar insumos para a tarefa de aperfeiçoar o enquadramento metodológico do conceito de logística dentro da análise crítica, principalmente na definição das bases empíricas da arte da guerra. Este aspecto é necessário desde que os estudos de campanha de Clausewitz não têm esse enfoque como um dos seus objetivos, e, portanto, não servem de exemplos neste sentido. Eles tratam estritamente do estudo da conduta da guerra.

Entende-se que há o potencial de avanço considerável no método de análise crítica, em especial no estudo da logística, pela agregação de aspectos de pesquisa e da narrativa histórica da guerra das obras de Hans Delbrück *History of the Art of War in the Framework of Political History* (1990, originalmente

1900) ⁴¹ e Carroll Quigley *Weapons Systems and Political Stability: a History* (1983, originalmente 1977)⁴². Ambos os historiadores têm como base a Teoria da Guerra de Clausewitz, e produzem uma perspectiva histórica ampla da arte da guerra como o elemento intrínseco do vínculo entre guerra e sociedade. Ambos os autores possuem contribuições conceituais e metodológicas que merecem ser apreciadas adequadamente em termos de suas consistências com a Teoria da Guerra de Clausewitz em seu último estágio de desenvolvimento, o conceito de logística e a análise crítica⁴³.

⁴¹ Delbrück provê o primeiro, e talvez único, método de narrativa histórica da guerra: a *Sachkritik*, ou a análise objetiva dos eventos militares e embasada diretamente na Teoria da Guerra. Seu método pode ser considerado, de fato, uma versão particular da *Kritik* de Clausewitz. São pouquíssimas as referências bibliográficas que atribuem a Delbrück tal papel, e geralmente delega-se tal reconhecimento tacitamente. Existem duas publicações que refletem o papel da Delbrück para o estudo da guerra. A primeira é (CRAIG, 1986) em *Makers of Modern Strategy*. A segunda é a introdução por Peter Paret dos anais do simpósio *The History of War as Part of General History* de 1993 organizado no Institute for Advanced Studies (PARET, 1993). Uma terceira referência compulsada é ARTÉUS (2002).

⁴² Geralmente apenas referenciado como guru do ex-presidente norte-americano Bill Clinton e de teorias da conspiração, a contribuição de Quigley é consideravelmente maior que esta. Entre as décadas de 1950 e 1970, ele publicou constantemente em diversos ramos do conhecimento de antropologia, ecologia, estudos militares e política externa. Não existe um tratamento substantivo da contribuição de Quigley através de suas obras. Em particular, *Weapons System and Political Stability*, possui em toda literatura uma única referência de resenha por STARR (1984) que a aponta como uma obra para especialistas e inadequada para o leitor comum. Uma mini-biografia útil é acessível em: <www.scienciapress.com/findings/quigley.htm>.

⁴³ Além de Delbrück, Julian Corbett parece ter sido o único a ter aderido proposições metodológicas de Clausewitz. Porém, com margem de variação e plenitude e sem a consistência conceitual e metodológica de Clausewitz em seus estudos de campanha. Corbett possui uma evolução através de suas várias obras que traçam a história da marinha inglesa e seus principais comandantes até o desenvolvimento, em um último estágio de sua trajetória intelectual, a sua própria teoria marítima a partir da Teoria da Guerra em *Some Principles of Maritime Strategy* (1911). Em torno desse arcabouço conceitual houve a produção de dois estudos históricos mais próximos da estrutura analítica de Clausewitz: *England in the Seven Years' War* (1907) e *The Campaign of Trafalgar* (1919). Ter as obras de Corbett como exemplos da análise crítica é uma tarefa difícil. Em primeiro lugar, ele não organiza seus textos de maneira formal como

No caso de Delbrück – seu método de busca e sistematização por dados objetivos, a *Sachkritik* – é a principal orientação metodológica na inferência sobre as forças combatentes e seu uso nos campos de batalhas. Os números envolvidos, o terreno dos campos de batalha e de uma campanha, as capacidades combatentes dos lados envolvidos e os antecedentes de seus comandantes são os aspectos que dão os parâmetros de qualquer evento de conduta da guerra. Conseqüentemente, eles são os limites da reconstrução causal dos eventos pelas considerações logísticas, táticas, estratégicas e políticas. Entretanto, Delbrück não desenvolveu todos os seus estudos com a mesma consistência conceitual e metodológica da *Kritik* ou da *Sachkritik*. Sua principal contribuição reside no primeiro volume de sua obra magna, *Warfare in Antiquity* (1990c, originalmente 1900), e passagens do segundo volume, *The German Invasions* (1990d, originalmente 1908) sendo discutível a manutenção da consistência metodológica no restante dos volumes disponíveis⁴⁴.

Uma primeira dimensão de apreciação da contribuição de Delbrück é conceitual. Nesse sentido, nenhum outro autor até aqui compulsado atribuiu mais a Clausewitz e tenha empreendido um trabalho mais consistente e produtivo na sua difusão. Em termos normativos, Delbrück é diretamente vinculado às proposições de Clausewitz e como o principal bastião no desenvolvimento de uma trajetória realmente científica no estudo da guerra⁴⁵.

Clausewitz ou na organização do material como Delbrück. Segundo, é possível argumentar que Corbett integra as fases primeiras etapas da análise crítica numa única prosa, com os dados objetivos e críticas a comandantes e líderes políticos apresentados pontualmente através de uma narrativa reconstruída. Nesse sentido, Corbett é menos rigoroso, porque seus estudos da campanha de Trafalgar e da participação da Inglaterra na Guerra dos Sete Anos são muito mais produtos de uma análise, que uma análise ela mesma.

⁴⁴ Para esta tese, foi feito o estudo dos quatro volumes da obra que tratam da guerra da Antigüidade a Bonaparte. Existe o conhecimento, mas não acesso, da organização de outros dois volumes por alunos de Delbrück que empreendem o estudo das guerras no restante do século 19. Muito importante ainda é a vinculação da tradição da historiografia da guerra de Delbrück e Clausewitz a Hintze, e desses como uma fundação da Escola Alemã (GILBERT, 1980).

⁴⁵ No entanto, tal vinculação é insatisfatória na literatura. O primeiro esforço na distinção no valor complementar das duas contribuições foi oferecido por PARET (1966). Porém, o único

Do ponto de vista de Delbrück, o estudo da história da arte da guerra é parte da especialização das ciências e inegável na sua capacidade de contribuição (DELBRÜCK, 1990c, p. 11). Nesse sentido, ele marca qual são o mandato e os requisitos do estudo da guerra. Delbrück confronta com sua obra a expectativa que tal campo de estudo seja necessariamente uma tarefa dos militares e daqueles que possuem grande experiência militar. Ele reconhece o poder criativo e superior de um gênio – no provimento de obras-primas como na condução de grandes campanhas. Mas o analista comum é capaz de prover contribuição relevante a partir do domínio de um conhecimento específico e na execução de uma metodologia científica.

Muito diferente do historiador, a dificuldade de cada história especializada encontra-se no domínio de conhecimento técnico suficiente. Se alguém acredita que o historiador de literatura é capaz de se lançar completamente no processo de produção literária, também é completamente muito mais difícil que um historiador de arte dominar completamente as técnicas de pintura e escultura, o historiador econômico aquelas de agricultura, habilidades de trabalho manual e comércio. Certamente, não se demanda deles que eles deveriam em pessoa pintar madonas, construir catedrais, conduzir arado, ou fundas colônias; mas apesar de se não se fazer demanda dessas coisas, todavia as pessoas que têm essas habilidades práticas, que são familiares com essas coisas ou realmente as praticam, têm certa vantagem sobre o historiador e tendem a vê-lo com certa desconfiança. Aquiles deve sua fama a Homero - mas se questiona se ele não deveria ter criticado este ou aquele verso: “É fácil ver que você é um poeta e nunca em pessoa arremessou uma lança, posicionando-se a frente dos Mirmidões!”

O acadêmico que escreve a história da estratégia e tática está numa posição ainda pior. É já uma considerável vantagem se ele tem sorte em torna-se familiarizado com as realidades da guerra através do serviço nas mais baixas patentes. Mas ele deve buscar se fazer mestre em tudo aquilo de um alto escalão em uma base puramente teórica, e ele não pode ornamentar seu relato com licença poética. Precisão técnica é um pré-requisito de sucesso.

contraste do arcabouço conceitual de Delbrück com Clausewitz é ARON (1986a, pp. 115-129), do qual esta tese se beneficia.

Bem como um artista ou um homem militar que deseja descrever os feitos passados do seu campo particular deve se adaptar a conduzi estudos metódicos e factuais, assim também o historiador que deseja narrar guerras, e especialmente a história da arte da guerra ela mesma, estudar as condições objetivas, as possibilidades técnicas dos eventos, visto que é necessário fazer com que ele seja mestre delas com certeza completa (DELBRÜCK, 1990c, pp. 11-12)^{liii}.

Delbrück é explicitamente convergente com a perspectiva epistemológica da guerra de Clausewitz. O exercício da guerra é uma arte e nunca será uma ciência. A relação entre arte da conduta da guerra e a ciência apenas existe na medida em que a guerra é apenas possível de ser compreendida por meio de considerações científicas. E são nesses termos que a ciência pode prover ganhos na condução da guerra: influenciando nos novos desenvolvimentos para a condução do enfrentamento e da campanha (DELBRÜCK, 1990b, p. 293).

Do ponto de vista conceitual, Delbrück possui uma perspectiva de uso e inserção nas obras de Clausewitz que é divergente com a utilizada aqui. Delbrück não possui critérios de seleção e harmonização de entendimentos do último estágio de pensamento de Clausewitz com os mais antigos. Ele reconhece a *Nota de 1827* como o testemunho do último estágio de pensamento de Clausewitz, que indica que os rascunhos do livro VII foram suas últimas reflexões (DELBRÜCK, 1990b, p. 378). Conseqüentemente, Delbrück não estabelece a prevalência das proposições conceituais e revisões de entendimento que Clausewitz produziu depois de 1827 e presentes nos dois primeiros capítulos do *Da Guerra*. De fato, os últimos escritos que testemunham o último estágio de pensamento de Clausewitz. Curiosamente, Delbrück não atribui explicitamente conhecimento nem uso dos estudos de campanha.

Essa inserção sem critérios trouxe como conseqüência uma série de contradições do último estágio de pensamento de Delbrück com o último estágio de pensamento de Clausewitz. Portanto, essas contradições são especialmente expressas, possivelmente apenas concebidas, no último volume da obra magna de Delbrück, no *The Dawn of Modern Warfare*.

Deve-se reconhecer o ambiente histórico em que Delbrück desenvolveu e propôs esses conceitos, o que pode em muito explicar seus graus de inconsistência com o restante de sua obra, para depois explicitar os pontos de contradição entre Delbrück e Clausewitz em termos conceituais. Echevarria II (ECHEVARRIA II, 2000, pp. 183-188) oferece a melhor exposição sobre o polêmico e longo debate entre Delbrück e o Estado-Maior alemão sobre uma interpretação clausewitziana das guerras conduzidas por Frederico o Grande. Esse debate iniciou em 1879, quando Delbrück publicou sua revisão da obra do Major Adalbert von Thaysen, *Military Testament of Frederick the Great*. Delbrück criticou o entendimento defendido nesta obra que Frederico sempre teve uma estratégia que visava à decisão por meio de batalhas. Delbrück apontava que isso estava além das condições do exército que Frederico dispunha. Grandes batalhas eram um risco para os limites de tropas e recursos do século 18. Frederico era favorável a manobras e ao ataque do suprimento e ao desgaste do oponente.

Essa interpretação de Delbrück desafiou não apenas a interpretação oficial de Frederico, mas mesmo as correntes culturais da Prússia/Alemanha que elevava sua imagem a ícone. O debate atingiu seu ápice quando Delbrück publicou em 1890 *The Strategy of Pericles Interpreted by Means of the Strategy of Frederick the Great*. Esse trabalho era uma sátira em que se apresentava se o grande rei tivesse conduzido uma estratégia de aniquilação, ele seria um incompetente. Defendia que Frederico, como Péricles, sempre buscava o atrito físico e psicológico do oponente. Péricles também teria sido um incompetente se buscasse vencer a guerra por meio de confrontos diretos contra Esparta, um adversário militarmente mais forte.

Esse debate rapidamente se desenvolveu para uma disputa sobre a definição de estratégia de Clausewitz e a distinção entre guerra absoluta (ilimitada) e limitada.

A posição de Delbrück era apenas um tipo de guerra na realidade que variava segundo dois tipos polares de estratégias: aniquilação (*Vernichtungsstrategie*) e exaustão (*Ermattungsstrategie*). O primeiro tinha apenas um caminho, batalha, e o segundo dois: batalha e manobra.

Delbrück defendia que Clausewitz teria desenvolvido os tipos de estratégia nas suas revisões do *Da Guerra*. Os interlocutores de Delbrück afirmavam que Clausewitz nunca estabeleceu essa relação automática e definitiva entre guerra e estratégia, e que as definições de Delbrück apenas confundiam a obra de Clausewitz. Apontavam ainda que Clausewitz nunca desconsiderou a batalha e o combate como central ao dois tipos de guerra. Mesmo em guerras limitadas, o combate é sempre a opção mais certa para a vitória, pois essa sempre coloca um dos lados numa posição mais favorável de negociação.

Ao final das contas, conclui-se que ambos estavam certos e errados. Delbrück estava certo sobre as condições da arte da guerra da Prússia no século 18 e as campanhas conduzidas por Frederico. E o Estado-Maior alemão estava certo sobre Clausewitz quanto ao relacionamento entre guerra, estratégia e tática⁴⁶.

Pontualmente, as incongruências da interpretação de Delbrück da Teoria da Guerra são:

- Ele distingue diferença entre guerras absolutas e guerras na realidade (DELBRÜCK, 1990b, pp. 421-457), porém para Delbrück existe apenas um único tipo de guerra real com dois pólos de estratégia: aniquilação e exaustão. Ele aponta que esses aspectos foram identificados por Clausewitz que não foi capaz de desenvolvê-los plenamente devido a sua morte prematura. Por isso, Delbrück reconhece os dois tipos de estratégias apenas historicamente, e não se propõem em enquadrá-las conceitualmente (DELBRÜCK, 1990b, p. 362). Nesse sentido, Delbrück não reconhece os dois tipos de guerra na realidade: ilimitadas e limitadas;
- A principal consequência desse entendimento é que Delbrück reconhece que o governo provê a fonte de criação e concentração das forças a serem disponibilizadas ao comandante de acordo com as condições de

⁴⁶ Esse debate gera preconceitos e inconsistências na interpretação de Clausewitz até os dias atuais. STRACHAN (2007, 24-25) aponta que Delbrück estava consistente com o entendimento de Clausewitz sobre o relacionamento entre política e estratégia. ECHEVARRIA II (2000, 187-188) extrapola o equívoco de Delbrück a uma condição de falta de conhecimento da ciência militar e amadorismo.

possibilidade material de uma sociedade. Porém, ele não reconhece os dois tipos de choques de vontades entre governos e sociedades que geram as guerras também a partir de relacionamentos interativos (ver ARON, 1986a, pp. 124, 378-379);

- Por serem indutivamente concebidos, os dois tipos de estratégia de Delbrück estão aquém da ambição conceitual trans-histórica que ele se dispõe a desenvolver a partir de Clausewitz. Delbrück entende que existam dois tipos de estratégias que podem ser definidas por contextos de guerras de gabinete ou guerras nacionais (ARON, 1986a, pp. 118, 125, 129, 382-383). Conseqüentemente, essas definições são compatíveis apenas com as distinções sociais e institucionais entre o *ancién regime* e a nova monarquia, o que ofusca seu próprio tratamento das sociedades políticas, e suas guerras, da Antigüidade e Idade Média (DELBRÜCK, 1990b, pp. 375, 431);
- Mais importante para os propósitos desta tese, Delbrück possui inconsistências com o conceito de logística. Pois, ele categoriza dogmaticamente a distinção entre arte da guerra e conduta da guerra, classificando-as entre atividades “não-militares” e “militares”. As primeiras envolvem as atividades de movimentação, posicionamento, sítio, guerrilha e todas aquelas que não são explicitamente o uso de forças combatentes no campo de batalha, definidoras do segundo conjunto de atividades. O primeiro conjunto de atividades seria a base das estratégias de exaustão, e o segundo das estratégias de aniquilação (DELBRÜCK, 1990b, pp. 421-425);
- Isso é inconsistente com o conceito de logística, pois Delbrück não reconhece a marcha no campo de batalha como parte do enfrentamento nem qualquer tipo de ação combatente contra fortificações e forças combatentes posicionadas (ARON, 1986a, pp. 126-127, 383; DELBRÜCK, 1990b, p. 423). A conceituação sobre sítios por Delbrück pode ser considerado um erro de decisão desde que ele reconheceu anteriormente não possuir conhecimento técnico suficiente sobre a matéria, bem como sobre operações marítimas (DELBRÜCK, 1990c, p. 16);

- Esse entendimento de Delbrück estabelece uma relação temporal artificial entre arte da guerra e conduta da guerra. A primeira apenas existe quando não existe a segunda através de uma cronologia existencial do primeiro para o segundo. Possivelmente, o principal conflito desse entendimento é fruto de uma ingenuidade conceitual por Delbrück na distinção entre categorias factuais e categorias analíticas;
- Uma última consequência da definição dos dois tipos de estratégia de Delbrück é sobre a distinção entre ataque e defesa, pois ele atribuiu o contra-ataque como um atributo do conceito de ataque e não de defesa (DELBRÜCK, 1990b, pp. 434-435). De outro lado, na medida em que ele não reconhece fortificações, posições e guerrilhas como meios de combate seu entendimento sobre a superioridade da defesa sobre o ataque não atinge o ultimo estágio de pensamento de Clausewitz (ARON, 1986a, pp. 129-130).

Essas explicações conceituais são necessárias porque determinam até que ponto a abordagem aplicada por Delbrück é articulável com a análise crítica sem ser incompatível com as expectativas teóricas de Clausewitz. Considerando as três etapas da análise crítica, conclui-se que as inconsistências conceituais de Delbrück não permitem que sua obra sirva como uma referência íntegra na atividade de reconstrução analítica dos fatos através das expectativas teóricas para uma dada campanha. No entanto, isso não invalida que Delbrück tenha o que contribuir na primeira etapa da análise crítica quanto à narrativa histórica. De fato, é justamente nesse aspecto que se encontra sua grande contribuição.

Do ponto de vista metodológico, Delbrück reconhece integralmente a análise crítica e estabelece que esta e a *Sachkritik* não são incompatíveis. Ele aponta apenas que sua contribuição metodológica existe na análise objetiva dos fatos e na confrontação desta com a composição das considerações das autoridades historiográficas (DELBRÜCK, 1990c, p. 13).

A análise objetiva dos fatos tem como característica o uso de uma investigação a partir de uma abordagem interdisciplinar utilizando técnicas da demografia, economia, cartografia e ciências sociais para determinar quanto uma sociedade é capaz de produzir forças combatentes em quantidade e sustentá-las em operações. Nesse sentido, Delbrück é explicitamente consciente da execução de

uma investigação “sociológica” como empreendida por Clausewitz em VIII-6, quando se aprecia como as condições sociais de um período determinam as possibilidades de travar guerra por um comandante (DELBRÜCK, 1990c, p. 15).

Uma segunda linha de inferência é sobre a qualidade combatente de uma força dependendo dos tipos de armamentos que sua sociedade é capaz de produzir. Dependendo dos atributos desses armamentos em combate cerrado e combate à distância e dos arranjos que uma sociedade é capaz de desenvolver em termos de organizações de forças, treinamento, combinação de armas, além dos próprios traços culturais de população; torna-se possível estabelecer parâmetros dentro dos quais uma força combatente é capaz de fazer ou não no campo de batalha, independentemente do seu comando. Esse é um entendimento plenamente compatível com que propomos em termos do relacionamento da arte da guerra e da conduta da guerra de um ponto de vista tático da guerra, como formulado por Clausewitz na *Teoria dos Enfrentamentos*.

Delbrück entende que é apenas possível conceber qualquer análise estratégica a partir da apreciação de quanto uma força combatente é composta em números e de que tipos de enfrentamentos ela é capaz de travar com razoável expectativa de sucesso. É certo que tal análise depende da correlação dessa força com o terreno e com os atributos quantitativos e qualitativos de seu oponente (DELBRÜCK, 1990c, p. 313).

Considera-se nesta tese que esses contornos da *Sachkritik* não são inconsistentes com a Teoria da Guerra e são adendos substantivos a uma análise crítica que leva em conta a categoria logística da guerra. A apreciação sobre as condições de possibilidade de criação de uma força combatente é empregada nos estudos de caso na análise dos fins, que infere sobre as condições políticas e logísticas de uma campanha. Ou seja, as considerações sobre o tipo de guerra que uma campanha faz parte, a arte da guerra das forças que se chocam e quanto de força que uma sociedade potencialmente é capaz de produzir e quanto desses recursos uma administração governamental disponibilizou.

O exercício da análise estratégica tendo como base a análise dos enfrentamentos são procedimentos analíticos plenamente compatíveis com aqueles utilizados por Clausewitz nos estudos de campanha. Por isso, são levados em consideração e como exemplo. Em especial, as inferências empreendidas sobre os números

efetivos de uma força - não os oficiais, totais, nem possíveis – e o estudo de um teatro de operações e seu terreno são procedimentos reproduzidos no estudo de caso desta tese.

Carroll Quigley propõe uma teoria da história que avança no desenvolvimento de um arcabouço conceitual que tem como finalidade a capacidade explicativa sobre *como* se deu a evolução entre as civilizações (QUIGLEY, 1961, pp. 130-131). Assim como Delbrück, a intenção primeira de Quigley era de capacitar a disciplina histórica de metodologias mais rigorosas, científicas. Entretanto, a preocupação de Quigley é menos com relação aos dados objetivos a serem perseguidos e processados, porém mais com relação à base conceitual de conformação e interpretação dos dados e eventos históricos das civilizações. Ainda que tal projeto de Quigley também tenha sido interrompido e sua obra magna não tenha sido terminada, *Weapons Systems and Political Stability* avança ao ampliar e qualificar as bases de evidenciação objetiva da História e ao propor uma narrativa que converge e, de certa maneira amplia, a contribuição de Delbrück no provimento de uma história da arte da guerra.

Quigley estabelece explicações trans-históricas a partir da condição humana. Ele defende uma metodologia de investigação da história a partir de uma perspectiva neoplatônica de consideração das necessidades humanas. Ele defende que essas necessidades são materiais e subjetivas, bem como individuais e sociais. As necessidades humanas mais importantes são (QUIGLEY, 1983, p. 2):

- A necessidade material por comida, roupa e abrigo;
- A categoria de necessidades associadas a sexo, reprodução e criação de descendentes;
- A imensa variedade de relacionamentos que trazem satisfação pelo companheirismo e relações afetivas;
- A necessidade de satisfação na explicação de questões sobre “como?” e “por quê?”

Porém, existe apenas uma necessidade humana primária: segurança que será sempre presente e universal (QUIGLEY, 1983, pp. 3-4). Isto estabelece uma hierarquia geral sobre as necessidades humanas que refletem sua natureza

humana e ainda na trajetória de desenvolvimento evolucionário desde sua origem símia até a sua condição como uma criatura mais racional e autônoma da natureza. Sua gama de necessidades reflete seu passado evolutivo e sua natureza complexa. Essa mesma gama respeita a hierarquia de coisas necessárias mais associadas a sua origem animal e coisas importantes associadas a sua natureza humana mais desenvolvida. As sociedades evoluem através do aperfeiçoamento do atendimento dessas necessidades através de novos artefatos e padrões de pensamento, sentimento e ações que, combinados geram novos padrões de organização social (QUIGLEY, 1983, pp. 4-7).

Essas explicações dão os insumos básicos para sua definição de política e poder:

Política é relacionada com a resolução de conflitos de vontades, tanto dentro quanto entre comunidades, um processo que acontece pelo exercício de poder (QUIGLEY, 1983, p. 9)^{liv}.

Existem dois níveis de relações de poder: objetivos e subjetivos. O primeiro é baseado no equilíbrio material da força. O segundo pelo sistema de valores pelos quais os indivíduos internalizam quando eles se desenvolvem em comunidades. Esses valores estabelecem prioridades sobre as necessidades humanas importantes de um grupo social e os limites de aceitação na sua alteração, que são geralmente inexplicáveis a membros de outras comunidades que vivem, ou passaram a viver, em culturas distintas. Desde que seres humanos podem ser trazidos a acreditar em quase qualquer coisa e colocados sobre as mais variadas condições políticas, as formas pelas quais a vida política de uma sociedade pode ser organizada são sem limites. É devido a essa ilimitada variedade de condições e valores políticos que há a inabilidade de uma sociedade compreender o que ocorre na outra, especialmente em questões relacionadas a poder. As relações internas de poder de cada sociedade são subordinadas a tendências e estruturas que tornam ainda mais difícil a mútua percepção entre as sociedades. Isso significa que os relacionamentos políticos subjetivos são muito mais comuns dentro de sociedades que entre elas. O sistema distinto de valores não apenas leva à má-percepção, mas também leva ao choque de interesses devido a diferenciados graus de aceitação e tolerância sobre os relacionamentos e

especialmente sobre as necessidades, materiais e imateriais de cada parte (QUIGLEY, 1983, pp. 9-15).

Quigley explica que existe apenas uma única forma de relacionamento político objetivo e universal que diferentes entidades políticas podem lançar suas disputas: força. Ao fim e ao cabo do choque de interesses pelo meio da força que ambas as partes irão reconhecer quem é mais forte e quem é mais fraco num determinado espaço geográfico, a partir do qual um sistema comum de relações políticas subjetivas pode surgir (QUIGLEY, 1983, pp. 15-16).

Portanto, conflitos surgem quando não existe mais um consenso relacionado à situação de poder real. Duas partes atuam de acordo a perspectivas subjetivas distintas da situação real de poder objetivo e entram em colisão. A causa principal do confronto é que as condições do relacionamento de poder real entre as partes estão sempre em processo de mudança, enquanto que o consenso subjetivo, ou as convenções sobre ele, tendem a permanecer inalterados. Isso leva ao confronto a não ser que o consenso seja re-estabelecido (QUIGLEY, 1983, pp. 16-19).

Em qualquer relacionamento ordinário entre duas pessoas, ou dois grupos, há o relacionamento ele mesmo como uma entidade objetiva e há também sua idéia subjetiva deste relacionamento. Colocado da maneira mais simples, há segurança somente quando ambas as partes têm aproximadamente uma idéia subjetiva similar do relacionamento objetivo, e tal segurança será estável somente quando seus panoramas relativamente similares daquela situação forem razoavelmente próximos do relacionamento factual efetivo (QUIGLEY, 1983, p. 17)^{IV}.

Para Quigley, a essência necessária da condição humana é dada pelo choque de força e idéias, sendo estas desenvolvidas culturalmente e pela sua inserção em um sistema ecológico. Assim sendo, as organizações de força influenciam e são influenciadas pelos sistemas de poder objetivos e subjetivos internos e externos de uma sociedade com seus pares.

Esse entendimento de Quigley é integralmente convergente com o entendimento de arte da guerra de Clausewitz e Delbrück. Em especial porque Quigley avança propondo que a relação entre arte da guerra e política é determinada pelo que uma comunidade é capaz de produzir em termos de armamentos e capacidades combatentes através de artefatos, atividades e arranjos organizacionais para o combate (*weapons systems*). Bem como Clausewitz e Delbrück, para Quigley existem apenas dois tipos de armamentos e de combate: choque e distância, que possuem parâmetros específicos de utilidade e eficácia no uso da força na dinâmica política. Novamente, existem condições de possibilidade ecológicas e sociais para produção de organizações de força que determinam um arranjo de armamentos, logo esferas distintas de uso da força como instrumento político que, por sua vez configuram os parâmetros de relacionamento político dentro de uma sociedade e dessa com outras sociedades em contextos ecológicos e sociais específicos (QUIGLEY, 1983, pp. 44-45) ⁴⁷.

⁴⁷ Em uma condição similar de contribuição potencial ao método de análise crítica são os estudos de história comparativa de Otto HINTZE (1975) que propõe uma abordagem histórica que delinea as continuidades e rupturas do desenvolvimento das instituições administrativas das sociedades políticas européias mediante as suas características sociais internas, mas principalmente influenciadas pelas demandas inescapáveis de lidar com ameaças externas e, conseqüentemente, de se preparar para a guerra. Deve-se focar a atenção em dois fenômenos, que condicionam a real organização do estado. Primeiro, a estrutura das classes sociais, e segundo o ordenamento externo dos estados e a posição relativa entre eles. Para Hintze, a proposta de Marx de luta de classes possuem seu fundo de verdade, mas não explica o desenvolvimento de estados em relação aos seus vizinhos. A formação de um estado também se baseia nas suas dinâmicas sociais internas, mas também em reação as ameaças externas. A relação causal entre o formato dos estados e o desenvolvimento de sua constituição é o que Hintze propõe. Existe nesse problema uma relação causal, mas não um determinismo causal que se possa estabelecer claramente. Os vários aspectos e grupos ativos nesse processo não precisam estar inevitavelmente conectados. Deve-se focar a atenção em dois fenômenos, que condicionam a real organização do estado. Primeiro, a estrutura das classes sociais, e segundo o ordenamento externo dos estados e a posição relativa entre eles (HINTZE, 1975b, pp. 159, 162-163, 183-184). Infelizmente, as obras de Hintze são pouco organizadas e disponíveis além dos originais em alemão. De outro lado, muito pouco existe na reconstrução de sua interação acadêmica com Delbrück, Weber e outras pais fundadores da Escola Alemã. Ver (GILBERT, 1975).

Num exemplo histórico antigo, as condições econômicas e técnicas de uma sociedade nômade são distintas de uma sedentária agrícola, e ambas possuem demandas ecológicas distintas. Alterações climáticas ou o deslocamento dessas sociedades para novas áreas geográficas afetam, num curto prazo de anos, diferentemente esses dois tipos de sociedades. Uma época de seca afeta muito mais uma sociedade agrícola em termos das possibilidades de trabalhar o solo e, logo, sua expansão demográfica e capacidade de sustentar guerras. O mesmo evento para uma sociedade nômade implica na expansão de áreas não cultivadas e possivelmente mais ricas em pastagens, o que expande seus horizontes de nomadismo⁴⁸. Isso explica que uma sociedade nômade, dependendo das condições ecológicas, pode dispor de vantagens *logísticas* sobre uma sociedade agrícola.

Porém, importante é marcar que a abordagem proposta por Quigley não é prescritiva e tautológica, pois os contornos da arte da guerra das sociedades não determinam todos os casos de interação política dentro e entre as comunidades. A relação de poder objetiva – a conduta da guerra – possui uma gramática particular e insubstituível. Não existe prevalência universal de um tipo de sociedade sobre a outra, ou de uma cultura mais rica ou complexa sobre uma mais pobre e primitiva.

Quigley entende que a história da arte da guerra das sociedades humanas não determina sua história política em decorrência das peculiaridades da gramática dos meios do combate. Ou seja, a guerra quanto atividade possui parâmetros definidos. A interação objetiva de poder pela força. O enfrentamento possui relacionamentos causais próprios que não são diretamente determinados pela ecologia e cultura, mas pelo: (i) terreno; (ii) os armamentos utilizados; (iii) os números de soldados engajados e suas formações organizacionais; (iv) as táticas

⁴⁸ Muito próximo a este entendimento de Quigley é JOXE (1987), particularmente na consideração das condições sociais e sistemas de armamentos na evolução das cidades-estado gregas e no estudo dos impérios romano e bizantino. Uma proposta de enquadramento sociológico da relação estratégica entre as sociedades por ROBERTSON (1968, pp. 101-116) também tange tal entendimento de Quigley. Ambas as contribuições parecem não ter tido continuidade.

elementares utilizadas; (v) as determinantes estratégicas. Apenas quando se tem esses dados e se analisa os enfrentamentos a partir deles é que é possível estabelecer a causalidade da história de uma guerra que é o elo entre a história de uma determinada tradição de arte da guerra e a história política de uma ou um conjunto de sociedades em interação (QUIGLEY, 1983, p. 578).

A grande deficiência conceitual de Quigley é na inferência conceitual da guerra, na definição de ataque e defesa e no relacionamento entre considerações de atividades preparatórias e combatentes. Quigley comete erros similares aos de Delbrück, em grande parte porque atribui a ele grande parte de suas proposições conceituais. Porém, Quigley apresenta inconsistências de entendimento até mais graves pela falta de acesso ao volume integral da obra de Clausewitz⁴⁹. Quigley desenvolveu o manuscrito de sua obra ao longo da década de 1970, antes da disponibilidade de edições consistentes das obras de Clausewitz que as originais em alemão. Portanto, sua interpretação da Teoria da Guerra foi dependente da literatura sobre Clausewitz anterior à renascença de 1976, por isso sujeita aos vários vieses e deficiências no mau-uso e vandalização das proposições de Clausewitz ao longo do século 20. Em várias passagens, Quigley faz referências a Clausewitz que são interpretações difundidas por Liddell-Hart e Jomini. Por exemplo, o entendimento de “guerra total” (QUIGLEY, 1983, p. 605).

Portanto, a contribuição de Quigley não reside no incremento de qualquer aspecto conceitual ou metodológico relacionado ao estabelecimento de expectativas conceituais teóricas no estudo da guerra. De maneira similar a Delbrück, a contribuição de Quigley está em estabelecer duas cadeias de relacionamentos de causalidade de dados e eventos da arte da guerra, que são necessários para a realização da primeira fase de uma análise crítica dos fins de uma campanha. Primeiro, esta abordagem conforma contornos e composição das sociedades através da articulação de suas respectivas adaptações sociais a condições e variações ecológicas no atendimento das necessidades humanas, essencialmente a de segurança. Em consequência disso, Quigley aponta que no

⁴⁹ Não é explícita qual edição do *Da Guerra* Quigley usa em sua obra, mas seu conhecimento e uso de Clausewitz é explícito. Ver QUIGLEY (1964).

cerne das condições estruturais de cada sociedade humana está seus parâmetros de uso da força. As capacidades combatentes de uma sociedade estabelecem esferas de relacionamento com outras sociedades, bem como a possibilidade e qualidade do controle interno de cada uma delas por um governo. As características dos armamentos e das organizações de força influenciam as características das instituições políticas ao possuírem requisitos mais especializados ou mais amadores. Sociedades formadas por capacidades combatentes mais especializadas tenderiam a serem menos democráticas do que as sociedades formadas por capacidades combatentes mais amadoras. Nesses termos, Quigley propõe uma perspectiva particular de recorte e explicação das diversas civilizações e sociedades da Pré-história à Idade Média.

Aqui vale uma digressão da perspectiva interdisciplinar que se reforça com o benefício do conceito de logística e da recuperação da historiografia da arte da guerra⁵⁰.

Nas Relações Internacionais, após quarenta anos do debate em torno da teoria das relações internacionais ter sido dominado pelos neo-realistas e seus críticos, os últimos quinze anos vêm presenciando a necessidade de dar conta do comportamento dos estados, indo além da análise convencional de apreciação sistêmica dos resultados de seus atos. A retomada de esforços conceituais em torno da política externa dos países desdobra-se na convenção da abordagem dos *realistas neoclássicos* que buscam se colocar entre sistêmicos e construtivistas (ROSE, 1998). Eles buscam se beneficiar de ambos e ainda recorrer à renovação teórica e metodológica principalmente a partir da sociologia (ver, por exemplo, WOHLFORTH, 1993; BROWN, LYNN-JONES, & MILLER, 1995; CHRISTENSEN, 1996; ZAKARIA, 1999). Essa abordagem, portanto, dá ênfase ao desenvolvimento de teorias de política externa progredindo além, mas contando com as proposições desenvolvidas por Aron e Hoffman (NAKAMOTO, 2001).

⁵⁰ Esta parte se beneficia de meu artigo apresentado no II Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa em julho de 2009. Ele foi convertido como parte de um coletânea, ver DUARTE (2009).

A Sociologia, por sua vez, também veio acessando os limites de abordagens hermeticamente positivistas e ainda as amplamente relativistas. Como consequência, um forte debate epistemológico vem apontando para os benefícios de se melhor (re-) enquadrar história e teoria sociológica (KISER & HECHTER, 1998). Um encaminhamento importante vem sendo o re-acesso da *sociologia histórica* de volta as suas origens na Escola Alemã de Weber, Hintze e Openheimer (KASPERSEN, 2003).

Interessante notar que ambos os movimentos disciplinares têm levando a um mútuo reconhecimento entre o realismo neoclássico e a sociologia histórica. Um primeiro agente nessa aproximação foi a identificação convergente quanto à necessidade de ‘trazer o estado de volta’. O texto de EVANS, RUESCHEMEYER e SKOCPOL (1985) teve um efeito geral de revisão epistemológica, teórica e metodológica nas Relações Internacionais e na Sociologia (HALL, 1994). Essa revisão não invalida as abordagens anteriores, mas buscar oxigenar o debate com proposições de abordagens atuais com outras que a muito não são acessadas, mesclando proposições de sistêmicos e construtivistas, de positivistas e relativistas e de níveis de análise micro e macro, dando base para uma *sociologia histórica internacional* (HOBDEN, 1998, 1999; NEXON, 2001; HOBDEN & HOBSON, 2002; LAWSON, 2003, 2007; ROSENBERG, 2006; MABEE, 2007).

Por outro lado, essa junção leva em conta as prescrições do neo-realismo das Relações Internacionais que se beneficia de uma análise macro-histórica de grandes temas de mudança e continuidade no sistema internacional (por exemplo, ROSENBERG, 1994; REUS-SMIT, 1999; IKENBERRY, 2000; HOBSON, 2004). Por outro lado, é interessante notar como essa abordagem é convergente com temas de análises micro-históricas de longo prazo das forças sociais e institucionais a partir de dentro dos estados que influenciaram a natureza dos estados e civilizações, a formação da ordem internacional e o advento da modernidade (MOORE, 1967; TILLY, 1975a; SKOCPOL, 1991; MANN, 1986, 1993). Além disso, a sociologia histórica internacional propõe que uma arquitetura analítica a ser aplicada a fenômenos de manifestação micro com consequências no ‘terceiro’ nível de análise das relações internacionais. Dar conta de avançar estudos conceituais sobre a política externa e de suas origens

sociais e institucionais é observada como um complemento fundamental para a compreensão das estruturas e mudanças do sistema internacional ao longo do tempo (ROSE, 1998; MABEE, 2007).

No entanto, além das falhas originais e incompatibilidades que demandam ainda algum esforço de revisão, existe um ponto cego comum nas bases das Relações Internacionais e da Sociologia que conformam a sociologia histórica internacional. Todas elas, invariavelmente, têm a guerra como uma força histórica *meso* que modifica tanto as estruturas do estado, bem como do sistema internacional. Ainda assim, o tratamento usual de ambas as disciplinas é ainda bastante insuficiente desde que tomam a guerra como uma caixa preta, considerando simplesmente seus resultados como informações dadas, desconsiderando quaisquer aspectos de seus processos e seus agentes. Mais crítico que isso, as Relações Internacionais e a Sociologia aplicam direções de causalidade à guerra que são simplesmente opostas. Enquanto que as Relações Internacionais dão bases sistêmicas para a guerra (WALTZ, 1965), as teorias sociais são bem mais ambíguas com relação as suas fontes sociais, mas identificam um padrão transacional a partir de dentro dos estados, com eventual interação com o sistema de estados.

Nesse sentido, a contribuição da Teoria da Guerra de Clausewitz vem sendo notada (GILBERT, 1980; KASPERSEN, 2003). Em parte porque as propostas originais do realismo neoclássico (MORGENTHAU, 1948, p. 679; ARON, 1986b, pp. 69-127; HOFFMANN, 1978, p. 103) e da sociologia histórica (WEBER, 1991, 1978, pp. 23-25; HINTZE, 1975b, pp. 180-215; FOUCAULT, 2003, pp. 15-16, 47-48, 165, 282) basearam seus entendimentos sobre guerra e uso da força em Clausewitz. Em parte porque em várias questões temáticas emergentes, Clausewitz também pode ter o que contribuir, como: guerras limitadas, guerrilha, revolução, levantes e reformas militares.

De maneira mais ampla, a contribuição de Clausewitz como sendo de uma perspectiva particular com desdobramentos metodológicos para as ciências sociais vem se tornando consensual na literatura (MILLET, 1945; COLLINS, 1955; ROXBOROUGH, 1994; REID, 2003; KASPERSEN, 2003; KLINGER, 2006; HERBERG-ROTHER, 2007). Pois, sua análise crítica de estudos históricos permite o recorte da realidade da guerra em que se ressalta a importância das

características das instituições de uma sociedade como a fonte da vontade que move a guerra. Seja na sua extrapolação aos extremos, seja na sua moderação. De outro lado, a quantidade e a qualidade dos recursos disponíveis para mobilização são socialmente produzidos, restando à liderança sua alocação e ao comando militar seu emprego. Mesmo a tão aclamada tecnologia é uma questão societal e não bélica. Como é discutido na seção 2.2.5, do ponto de vista da Teoria da Guerra, qualquer mudança ou transformação na guerra é consequência de uma transformação anterior na sociedade e suas instituições.

Através da perspectiva metodológica da análise crítica, é possível integrar tanto o aspecto sistêmico das Relações Internacionais de como a estrutura de poder limita as decisões políticas de cada agente, bem como as opções de curso de comportamento em um dado contexto institucional da Sociologia.

Por um lado, indo além da proposição neo-realista, a ingerência da perspectiva do sistema internacional na ação racional do Estado não existe apenas ao se decidir ir ou não a uma guerra, essa ingerência política ocorre durante todo o seu processo. A liderança política é necessariamente chamada a tomar decisões sobre o curso a seguir de uma guerra e se é hora ou possível encerrá-la ou continuá-la (DINIZ, 2002). Mais que isso, as condições do sistema internacional condicionam mesmo as decisões políticas de ir à guerra por um estado antes mesmo do momento em que elas tenham que ser tomadas. A atividade de preparação da guerra é contínua, bem como a transformação das instituições. Ambas podem ainda obedecer a mudanças mais críticas ao passo que existam mudanças no cenário internacional e na medida que essas afetam e sejam percebidas pelos estados.

Por outro lado, estados não são esferas metálicas perfeitas. Existem formas particulares de reflexo do cenário internacional nas instituições políticas e sociais. Esse efeito de interiorização, por sua vez, somada as características domésticas históricas conformam as palhetas de instrumentos estatais para a consecução de objetivos políticos, destacando-se aqui os combatentes. Por fim, essas condições de possibilidades de uso da força internacionalmente influenciam mesmo os objetivos e a ambição por cada um deles por um estado.

Ou seja, as capacidades diferenciadas dos agentes apontadas por WALTZ (1979) são variáveis domésticas que interagem com variáveis internacionais no

processo de tomada de decisão de cada agente. Além disso, a avaliação dessas capacidades é triplamente interativa e relativa. Inferindo, primeiro, sobre os objetivos e as intenções de um agente e seu(s) adversário(s). Em segundo lugar, comparando as respectivas capacidades combatentes. E em último lugar, mensurando essa relação de fins e meios ao longo do tempo a cada mudança de variáveis ou introdução de novas que possam alterar a relação de forças.

Entende-se que o desdobramento da perspectiva de estudo da arte da guerra é a possibilidade de uma contribuição de um arcabouço conceitual através da Teoria da Guerra de Clausewitz combinadamente com o acervo de proposições meta-históricas e as análises históricas de Delbrück e Quigley. Particularmente, existe a possibilidade de estabelecer melhor os relacionamentos entre a História da Guerra e a evolução dos regimes políticos e, conseqüentemente, dos arranjos regionais e internacionais de poder.

Por um lado, existe em DELBRÜCK (1990a) a formulação de um método particular de crítica dos fatos históricos embasada em dados empíricos consistentes e na Teoria da Guerra de Clausewitz para o questionamento das fontes secundárias, principalmente das clássicas (*Sachkritik*). Existe no estudo da arte da guerra uma perspectiva da histórica política a evidenciação de como instituições políticas e combatentes são intimamente vinculadas e mutuamente influenciadas pelas condições de possibilidade de combate das organizações de força e pelas relações de poder internas e externas das instituições políticas. Um desdobramento contemporâneo dessa perspectiva encontra-se em QUIGLEY (1983). Este propõe o estudo da evolução das civilizações através da investigação do relacionamento mútuo entre organizações combatentes e a trajetória de (ins)estabilidade política de cada uma delas. Esse arranjo é ainda amplamente condicionado pelos sistemas ecológicos, econômicos e sociais que estão inseridos.

Entende-se, portanto, que a análise crítica de Clausewitz - complementada por Delbrück e Quigley - oferece os contornos necessários da metodologia e das bases empíricas para o estudo da logística na História da Guerra. Suas obras contribuem ainda no apontamento das questões transversais da logística. Aspectos da arte da preparação da guerra que afetam a sua conduta

continuamente ao longo da História. De maneira que reforçam a validade trans-histórica da logística como objeto de estudo.

3.5. *A APLICAÇÃO DA ANÁLISE CRÍTICA NA VERIFICAÇÃO EXPLORATÓRIA DA UTILIDADE DO CONCEITO DE LOGÍSTICA.*

Esta seção sintetiza a estrutura da análise crítica com a inclusão do ponto de vista logístico da guerra com os outros três na consideração das atividades preparatórias e combatentes da guerra. Apresenta-se, portanto, o conjunto de procedimentos metodológicos que são usados no estudo de caso que exemplificam a operacionalização do conceito de logística e comprovam sua viabilidade, consistência e benefícios como instrumento analítico.

Utiliza-se como base do método de análise crítica desenvolvido por Clausewitz, os procedimentos apresentados no capítulo 5 do livro II do *Da Guerra*. Estes são incorporados de ajustes de estruturas expositivas e analíticas presentes nos estudos de campanha de Clausewitz, elaborados posteriormente a II-5 e, a rigor, mais consistentes com o seu último pensamento. Os procedimentos da *Kritik* são ajustados ainda ao enfoque para o estudo da arte da guerra e utilização do conceito de logística através da inclusão das proposições metodológicas de Delbrück e das conceituais de Quigley. Estima-se que esse conjunto de procedimentos oferece os contornos necessários para o estudo da logística na História da Guerra.

A análise crítica consiste de três etapas: (i) a narrativa histórica; (ii) a reconstrução dos fatos segundo as expectativas teóricas; (iii) a confrontação entre as expectativas teóricas e a realidade histórica da campanha oferecendo explicações para as discrepâncias e julgando quando houve mérito ou falha do comandante e da teoria.

A primeira etapa envolve o reconhecimento e tratamento de três categorias de elementos empíricos necessários e suficientes para a análise crítica de uma campanha:

- O contexto político, a característica do líder e das instituições políticas;
- O caráter da população, seu engajamento às ações da liderança política, suas condições econômicas e técnicas de apoiar a guerra;
- O caráter do comandante; os números das forças combatentes, suas disposições e expectativas de emprego nos enfrentamentos; o plano de campanha e sua execução.

A partir dessa base empírica é que se entende que há a apresentação dos fatos e eventos históricos sobre os quais se aplicam as duas outras fases em que há efetivamente a aplicação das categorias analíticas:

- ❖ **Tática:** as considerações e decisões relativas ao emprego das forças combatentes no campo de batalha para os propósitos do enfrentamento. Aos comandantes das forças combatentes cabe – em cada porção de combate que compõe o enfrentamento, à luz da taxa de perda das forças relativas e também de sua coesão – decidir o uso sucessivo ou simultâneo de suas forças através das formas de combate cerrado e de combate à distância e decidir ainda o *timing* de conversão de suas formas de um ato destrutivo para um ato decisivo necessário para o alcance da vitória;
- ❖ **Estratégia:** as considerações e decisões relativas ao emprego das forças combatentes no teatro de operações para a produção dos propósitos específicos de uma campanha ou guerra. Aos comandantes das forças combatentes cabe – em cada momento, à luz da apreciação dos enfrentamentos já travados e diante da avaliação das capacidades relativas das forças – decidir quais enfrentamentos pretende travar e com que quantidade de força em cada um deles, de modo a produzir um encadeamento de resultados de enfrentamentos que viabilize o sucesso na guerra e com isso, espera-se, o objetivo político que se quer alcançar.
- ❖ **Política:** as considerações e decisões relativas ao uso da guerra para os propósitos políticos e sobre qual tipo de guerra se está travando. Após cada enfrentamento, cabe às lideranças políticas re-avaliar os objetivos à luz de sua importância, à luz dos sacrifícios já feitos, à luz dos sacrifícios que os comandantes julgam que ainda venham a ser necessários ou plausíveis e decidir se ainda vale à pena perseguir aqueles objetivos

políticos ou se é melhor modificá-los ou ainda, simplesmente, abandoná-los;

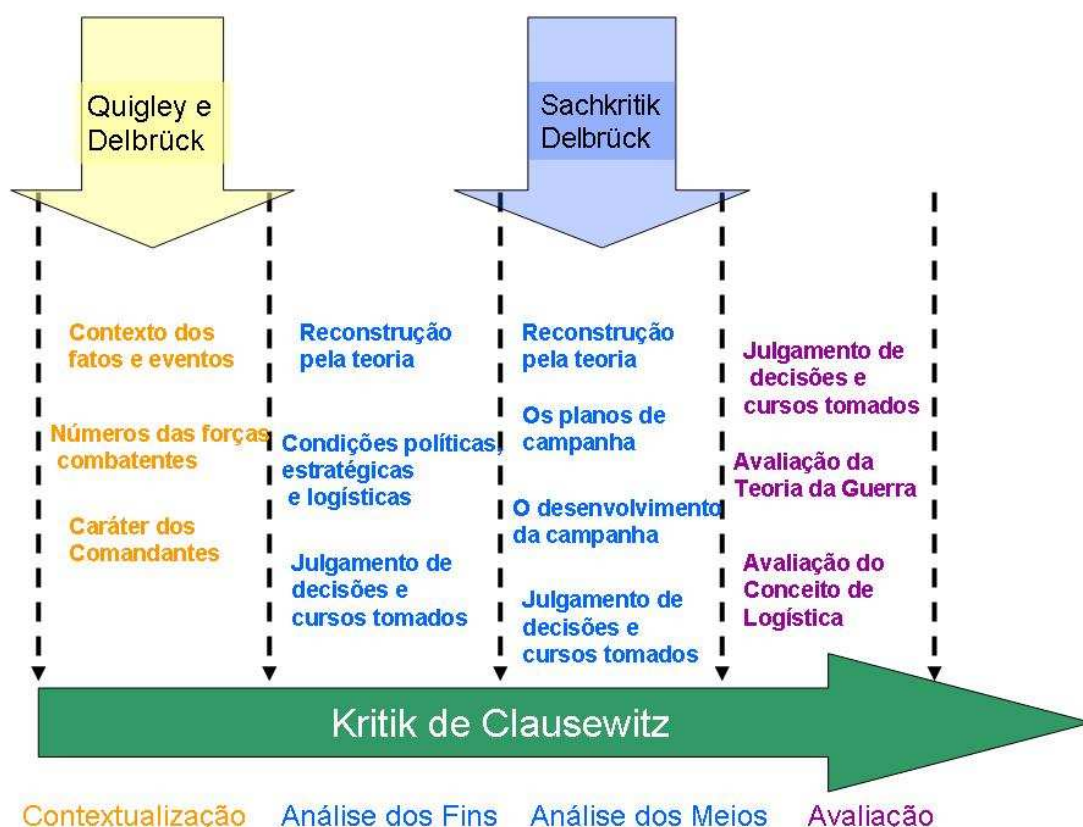
- ❖ Logística: as considerações e decisões relativas à preparação para que as forças combatentes estejam dadas como prontas para seu uso combatente. Ao início da guerra e em cada enfrentamento, real ou não, cabe à liderança política e aos comandantes avaliar se as forças estão adequadas ao enfrentamento, à campanha e à guerra. E, assim, decidir pela articulação de todas as atividades correspondentes ao movimento, posicionamento e manutenção das forças combatentes, e ainda à criação de novas e/ou à re-organização das existentes.

Um último ponto de recuperação da análise crítica de Clausewitz, como desenvolvido na *Campanha de 1815* e que se aplica em nosso estudo, é o exercício da análise reconstrutiva dos fatos e da *critique* sobre os fins e os meios de uma campanha, separadamente. E esses são finalizados por uma avaliação final da campanha e do uso da Teoria da Guerra.

Na aproximação entre Clausewitz, Delbrück e Quigley, é possível avançar uma síntese metodológica do recorte da realidade e sobre quais fatos inferir sobre a arte da guerra. Esses adendos são efetuados ao arcabouço original da análise crítica de maneira inserir dados suficientes para o exercício das considerações logísticas. Portanto, as contribuições de Delbrück e Quigley são vinculadas à execução da primeira fase de narrativa histórica da campanha.

Uma visualização esquemática da proposta de aplicação metodológica da análise crítica aos estudos de caso é apresentada a seguir. São nesses termos que a Campanha de Saratoga é estudada.

Ilustração 1: Recorte Metodológico a partir de Clausewitz, Delbrück e Quigley.



Primeiro, existe a contextualização da campanha e apresentação dos dados históricos necessários para seu estudo. Existe uma narrativa histórica dos antecedentes políticos. Portanto, é nesse nível de análise que as proposições conceituais de Quigley e as metodológicas de Delbrück têm sua principal contribuição, pois eles oferecem insumos para o estudo do contexto da campanha. Adicionalmente, é realizado um tratamento dos dados objetivos dos números das forças combatentes disponibilizadas para a guerra e aquelas alocadas especificamente para a condução da campanha. Por fim, descreve-se cada uma dos comandantes envolvidos através de uma breve biografia, sua experiência combatente e as circunstâncias da escolha política de seu comando.

Segundo, a partir desses dados, há as análises das condições políticas, estratégicas e logísticas de uma dada campanha. Apresentam-se as expectativas teóricas sobre o tipo de guerra e as possibilidades de sucesso estratégico para o lado na ofensiva e o lado na defensiva, que permitem uma breve análise da

evolução da correlação de forças no teatro que dão os parâmetros estratégicos da campanha a ser estudada. Uma adição fundamental desta tese como item do método de estudo é a análise logística da arte da guerra das duas forças combatentes. Neste item, aplicam-se as considerações sobre a criação, movimentação, posicionamento e manutenção das forças combatentes que foram empregadas na campanha. Esta análise também permite uma reconstrução histórica sintética do contexto da campanha pela análise das condições de possibilidades das sociedades e os seus recursos mobilizados segundo cálculo e decisão políticos. O esforço neste estágio é distinguir causas logísticas anteriores a campanha propriamente dita, mas que a afetaram tática e estrategicamente. A análise dos fins é encerrada com a avaliação das lideranças políticas sobre a decisão dos fins da campanha mediante as condições dos meios disponibilizados a seus comandantes.

Terceiro, a análise dos meios envolve a análise do emprego das forças combatentes em concordância com os propósitos da campanha para a guerra. Esta parte segue o contraste entre as expectativas da Teoria da Guerra para campanhas ofensivas e defensivas e os planos formulados pelos comandantes de fato na realidade. Distintamente a Clausewitz, na análise dos meios, apresentam-se também as decisões pelos comandantes e as atividades conduzidas pelas forças combatentes na preparação das campanhas ofensiva e defensiva.

A partir da análise dos planos e das preparações, procede-se a reconstrução e avaliação da cadeia de causalidade dos enfrentamentos que conformam uma campanha. Cada enfrentamento é apreciado por uma instância de exercício sintético da análise crítica. Os procedimentos da análise dos meios são amparados nas instruções de Clausewitz em II-5 e na aplicação dessas nos estudos de campanha de 1815 e 1796. Ou seja, para cada enfrentamento, aplicam-se os seguintes procedimentos: (i) os contextos táticos desenvolvidos segundo os procedimentos da *Sachkritik* de Delbrück: infere-se sobre números relativos efetivos, terreno, capacidades combatentes relativas das forças combatentes no campo de batalha e os planos de enfrentamento; (ii) cada enfrentamento é reconstruído segundo as dimensões táticas e logísticas da guerra e tem seus resultados apreciados estrategicamente; (iii) os

comandantes-de-campo são avaliados, sendo apresentados contrafactuais sempre que possível. Os mesmos procedimentos são aplicados nas circunstâncias de suspensão da ação quando há o deslocamento e posicionamento relativos das forças combatentes de efeito estratégico significativo.

Nesse sentido, a análise das condutas da campanha espera qualificar as causas mais recentes das mais profundas que tiveram efeito no resultado final da campanha. Apontam-se causas aquelas produzidas pelo comando da campanha ao início e durante a sua conduta e aquelas produzidas na interação com o oponente.

Quarto, a avaliação final da campanha se aplica numa última parte do estudo de caso. Em parte, as avaliações dos comandantes das forças da campanha são procedidas pelo resumo das avaliações de cada enfrentamento que eles tiveram envolvimento na decisão e condução, mas ainda com contrafactuais de como a campanha ofensiva e defensiva poderiam ter sido conduzidas alternativamente.

Neste último estágio, avaliam-se também o potencial explanatório da Teoria da Guerra e a qualidade do caso escolhido como um estudo de campanha. Por fim, avaliam-se o potencial analítico e a consistência interna do conceito de logística proposto pela tese.

BIBLIOGRAFIA CITADA DA PARTE I.

- ARON, Raymond. 1986a. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Ed.UnB.
- ARON, Raymond. 1986b. *Pensar a Guerra, Clausewitz*. Brasília: Ed. UnB.
- ARTÉUS, Gunnar. 2002. "Military History: a Historiography." *Militärhistorisk tidskrift* 23:213-224.
- BACHRACH, Bernard. 1994. "Medieval Siege Warfare: A Reconnaissance." *The Journal of Military History* 58:119-133.
- BACHRACH, Bernard. 1999. "The Siege of Antioch: A Study in Military Demography." *War in History* 6:127-147.
- BACHRACH, Bernard. 2001. *Early Carolingian Warfare: Prelude to Empire*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- BACHRACH, Bernard. 2004. "Charlemagne and the Carolingian General Staff." *Journal of Military History* 66:313-357.
- BALLANTINE, D.S. 1947. "US Naval Logistics in the Second World War." Tese de doutorado, Harvard University.
- BASSFORD, Christopher, e J. Villacres. 1995. "Reclaiming the Clausewitzian Trinity." *Parameters* 25:9-19.
- BASSFORD, Christopher. 1994a. *Clausewitz in English: The Reception of Clausewitz in Britain and America 1815-1945*. New York: Oxford University Press.
- BASSFORD, Christopher. 1994b. "John Keegan and the Grand Tradition of Trashing Clausewitz." *War in History* 1:319-336.
- BASSFORD, Christopher. 2003. "Teaching the Clausewitzian Trinity." <http://www.clausewitz.com/readings/Bassford/Trinity/TrinityTeachingNote.htm>.
- BASSFORD, Christopher. 2007. "Tip-Toe through the Trinity or the Strange Persistence of Trinitarian Warfare." <http://www.clausewitz.com/readings/Bassford/Trinity/Trinity8.htm>.
- BETAQUE, Norman. 1998. *Naval Expeditionary Logistics*. Washington: National Academy Press.
- BETTS, Richard. 1997. "Should Strategic Studies Survive?." *World Politics* 50:7-33.
- BEYERCHEN, A. 2007. "Clausewitz and the Non-Linear Nature of Warfare: Systems of Organized Complexity." Pp. 45-56 in *Clausewitz in the Twenty-First Century*. New York: Oxford University Press.
- BLACKLEDGE, Matthew. 2003. "Professionals Talk Logistics." *Marine Corps Gazette* 87:40-51.
- BOWLER, R. Arthur. 1975. *Logistics and the Failure of the British Army in America 1775-1783*. Princeton: Princeton University Press.
- BRODIE, Bernard. 1949. "Strategy as a Science." *World Politics* 1:467-488.
- BRODIE, Bernard, e Fawn Brodie. 1962. *From Crossbow to H-Bomb*. Indiana University Press. BLOOMINGTON.
- BROWN, Michael E., Sean M. LYNN-JONES, e Steven E. MILLER. 1995. *Perils of Anarchy: Contemporary Realism and International Security*. Cambridge: The MIT Press.

- BULL, Hedley. 1968. "Strategic Studies and its Critics." *Word Politics* 20:593-605.
- BUZAN, Barry. 1987. *An Introduction to Strategic Studies: Military Technology and International Relations*. Palgrave Macmillan.
- CAEMMERER, Rudolf von. 1983. *The Development of Strategical Science during the 19th Century*. Washington: US Army War College (originalmente de 1905).
- CAMPOS, Tiago. 2005. *A Ciência da Polícia e o Novo Profissionalismo: Bittner à Luz de Clausewitz*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ (dissertação de mestrado).
- CHALIAND, G. 1994. *The Art of War in World History: From Antiquity to the Nuclear Age*. Berkeley: University of California Press.
- CHAUÍ, Marilena. 2001. *Epinosa: uma Filosofia da Liberdade*. São Paulo: Moderna.
- CHORIN, E.D. 2000. "Von Clausewitz Meets Sea-Air: Examining the Link between Internal Transportation Infrastructure, Transshipment and Income Growth in the Republic of Yemen." Tese de doutorado, University of California.
- CHRISTENSEN, Thomas J. 1996. *Useful Adversaries: Grand Strategy, Domestic Mobilization, and Sino-American Conflict, 1947-1958*. Princeton: Princeton University Press.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1966. *Schriften, Aufsätze, Studien, Briefe*. organizado por Werner Hahlweg. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1979. *Campagne de 1799 en Italie et en Suisse*. Paris: Ivrea.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1980. "Leitfaden zur Bearbeitung der Taktik oder Gefechtslehre." Pp. 1099-1180 in *Vom Kriege*. Troisdorf: Werner Halweg.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1980. *Vom Kriege*. Troisdorf: Dummlers Verlag.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1984. *On War*. Princeton: University of Princeton Press.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1992. "The Campaign of 1814 in Russia." in *Historical and Political Writings*, organizado por Peter Paret e Daniel Moran. Princeton: Princeton University Press.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1992a. *Campagne de 1815 en France*. Paris: Ivrea.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1992b. *Historical and Political Writings (ed. Peter Paret & Daniel Moran)*. Princeton: Princeton University Press.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1993. *Campagne de 1814*. Paris: Ivrea.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1995. *The Campaign of 1812 in Russia*. Jackson: De Capo Press.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1998. *Theorie du Combat*. Paris: Economica.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1999. *La Campagne de 1796 en Italie*. Pocket.
- COLLINS, E.M. 1955. "Clausewitz and Democracy's Modern Wars." *Military Affairs* 19:15-20.
- CORBETT, Julian S. 1907. *England in the Seven Years' War; a study in combined strategy*. London, New York, Bombay, Calcutta: Longmans, Green.
- CORBETT, Julian S. 1919. *The Campaign of Trafalgar*. London, New York: Longmans, Green and Co.
- CRAIG, Gordon. 1986. "Delbrück: The Military Historian." Pp. 326-353 in PARET, *Makers of Modern Strategy*. Princeton: Princeton University Press.
- CREUZINGER, Paul. 1908. *Die Probleme des Krieges, vol 1: 'Das Problem der Taktik'*. Leipzig: Wilhelm Engelmann.

- CREVELD, Martin van. 1977. *Supplying War: from Wallenstein to Patton*. New York: Cambridge University Press.
- CREVELD, Martin van. 1989. *Technology and War*. New York: New Press.
- CREVELD, Martin Van. 1991. *The Transformation of War: The Most Radical Reinterpretation of Armed Conflict Since Clausewitz*. New York: Free Press.
- CREVELD, Martin van. 2006. "Guerra em 2025." *Revista da Escola de Guerra Naval* 8:6-19.
- CROWL, Phillip. 1986. "Alfred Thayer Mahan – the Naval Historian." Pp. 444-480 in PARET, *Makers of Modern Strategy*. Princeton: Princeton University Press.
- DELBRÜCK, Hans. 1990a. *History of the Art of War in the Framework of Political History - Vols I-IV*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- DELBRÜCK, Hans. 1990b. *The Barbarian Invasions: History of the Art of War Volume II*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- DELBRÜCK, Hans. 1990c. *The Dawn of Modern Warfare: History of the Art of War Volume IV*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- DELBRÜCK, Hans. 1990d. *Warfare in Antiquity: History of the Art of War*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- DENNIS, George T. 1985. *Three Byzantine Military Treatises*. Washington: Dumbarton Oaks Research Library and Collection.
- DENNIS, George T. 2001. *Maurice's Strategikon: Handbook of Byzantine Military Strategy*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- DIAMOND, Jared. 1999. *Guns, Germs, and Steel*. New York: Norton.
- DINIZ, Eugenio. 2002. *Clausewitz, o Balanço Ataque-Defesa e a Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ.
- DUARTE, Érico. 2003. "Combate Além do Horizonte: a Projeção de Força Rápida dos EUA." COPPE/UFRJ.
- DUARTE, Érico. 2009. "A Análise Crítica de Clausewitz (Kritik): O Potencial Epistemológico da Teoria da Guerra." in *Textos Seleccionados do II Encontro Nacional da ABED*. São Paulo: Mercado das Letras.
- DUNN, Jeffrey. 2004. "Feeding the Beast." *Marine Corps Gazette* 88:50-55.
- DURANT, Will. 1996. *A História da Filosofia*. Rio de Janeiro: Nova Cultural.
- DUYVESTYEN, I. 2004. *Rethinking the Nature of War*. London: Routledge.
- EARLE, Edward M. 1940. "National Defense: A Program of Studies." *The Journal of the American Military Institute* 4:199-208.
- EARLE, Edward M. 1943a. "Introduction." in *Makers of Modern Strategy*. Princeton: Princeton University Press.
- EARLE, Edward M. 1943b. *Makers of Modern Strategy*. Princeton: Princeton University Press.
- ECCLES, Henry. 1959. *Logistics in the National Defense*. Harrisburg: Stackpole Books.
- ECHEVARRIA II, Antulio J. 2000. *After Clausewitz: German Military Thinkers before the Great War*. Lawrence: University Press of Kansas.
- ECHEVARRIA II, Antulio J. 2007. *Clausewitz and Contemporary War*. Oxford University Press.

- EDITORIAL. 1950. "Guide to the Writing of American Military History." *Military Affairs* 14:7-52.
- ENGELS, Donald. 1978. *Alexander the Great and the Logistics of the Macedonian Army*. Berkley: University of California Press.
- ENGELS, Donald. 1990. *Roman Corinth: An Alternative Model for the Classical City*. 1º ed. University Of Chicago Press.
- ENGELS, Donald. 2001. *Classical Cats : The Rise and Fall of the Sacred Cat*. 1º ed. Routledge.
- ESPINOSA, Benedito de. 2000a. *Ética*. São Paulo: Nova Cultural.
- ESPINOSA, Benedito de. 2000b. *Tratado da Correção do Intelecto*. São Paulo: Nova Cultural.
- EVANS, Peter B., Dietrich Rueschemeyer, e Theda Skocpol. 1985. *Bringing the State Back In*. Cambridge University Press.
- FALK, Stanley. 1986. "Introduction." Pp. xi-xxviii in *Pure Logistics* . Washington: George Thorpe.
- FOUCAULT, Michel. 2003. *Society must be defended*. New York: Picadora.
- FOXTOM, PD. 1994. "What is this thing called logistics." Pp. 1-10 in *Powering War: Modern Land Force Logistics*. London.
- FULLER, J.F.C. 1945. *Armament and History*. New York: Da Capo Press.
- GAT, Azar. 2001. *A History of Military Thought*. New York: Oxford University Press.
- GILBERT, Felix. 1975. "Introduction." Pp. 3-30 in *The Historical Essays of Otto Hintze*. New York: Oxford University Press.
- GILBERT, Felix. 1980. "From Clausewitz to Delbrück and Hintze: Achievements and Failures of Military History." *Journal of Strategic Studies* 3:11-20.
- GILBERT, Felix. 1986. "Machiavelli: The Renaissance of the Art of War." In PARET *Makers of Modern Strategy*. Princeton: Princeton University Press.
- GOLDBERG, A. 1980. "Air Logistics: Its Role in the European Theater in World War II." Tese de doutorado, Johns Hopkins University .
- GOMES, Mauro, e Domício Proença Júnior. 2001. "Tactical Performance Evaluation: A Conceptual Framework." *International Test And Evaluation Association Journal* 22.
- GRAY, Colin S. 1977. "Across the Nuclear Divide, Strategic Studies Past and Present." *International Security* 2:24-46.
- GRAY, Colin S. 2004. *Strategy for Chaos: Revolutions in Military Affairs and The Evidence of History*. London: Frank Cass.
- GRAY, Colin S. 1999. "Clausewitz Rules, OK? The Future is the Past - with GPS." *Review of International Studies* 25:161-182.
- HALDI, Stacy. 2002. "The Influence of Logistics on War Widening." *Defense & Security Analysis* 18:3-14.
- HALDON, John F. 1999. *Warfare, State and Society in the Byzantine World*. London: Routledge.
- HALDON, John F. 2005. *General Issues in the Study of Medieval Logistics: Sources, Problems And Methodologies*. illustrated edition. Brill Academic Publishers.
- HALL, John A. 1994. *The State: Critical Concepts*. New York: Routledge.

- HANDEL, Michael. 1986. "Clausewitz in the Age of Technology." Pp. 51-92 in *Clausewitz and Modern Strategy*. London: Frank Cass.
- HARPER, Douglas. 2001. "Logistics." *Online Etymology Dictionary*.
- HARTMANN, Uwe. 2002. *Carl von Clausewitz and the Making of Modern Strategy*. Potsdam: Books on Demand GmbH.
- HERBERG-ROTHER, Andreas. 2007. *Clausewitz's Puzzle: The Political Theory of War*. New York: Oxford University Press.
- HERBERG-ROTHER, Andreas e Hew STRACHAN. 2007. *Clausewitz in the Twenty-First Century*. New York: Oxford University Press.
- HERBERG-ROTHER, Andreas. 2007. *Clausewitz's Puzzle: The Political Theory of War*. Oxford University Press.
- Hintze, Otto. 1975a. "Military Organization and the Organization of State." Pp. 178-215 in. New York: Oxford University Press.
- HINTZE, Otto. 1975b. *The Historical Essays of Otto Hintze*. New York: Oxford University Press.
- HOBBS, Thomas. 1974. *Leviatã*. São Paulo: Abril.
- HOBDEN, Stephen, e John M. Hobson. 2002. *Historical Sociology of International Relations*. Cambridge University Press.
- HOBDEN, Stephen. 1998. *International Relations and Historical Sociology: Breaking Down Boundaries*. 1º ed. Routledge.
- HOBDEN, Stephen. 1999. "Theorising the international system: perspectives from Historical Sociology." *Review of International Studies* 25:257-271.
- HOBSON, John M. 2004. *The Eastern Origins of Western Civilization*. Cambridge University Press.
- HOFFMANN, Stanley. 1978. *Primacy or World Order: American Foreign Policy Since the Cold War*. New York: McGraw-Hill Book Company.
- HOWARD, Michael. 1979. "The Forgotten Dimensions of Strategy." *Foreign Affairs* 57:975-986.
- HOWARD, Michael. 1983. *Clausewitz*. New York: Oxford University Press .
- HOWARD, Michael. 1995. "Preface." in *The Campaign of 1812 in Russia*. Jackson: De Capo Press.
- HOWARD, Michael. 2004. "Military History and the History of War." *Occasional Paper* 48-55.
- HOWARD, Michael. 2007. "Clausewitz's On War: a History of the Howard-Paret Translation." Pp. v-vii in *Clausewitz in the Twenty-First Century*. New York: Oxford University Press.
- HUSTON, James. 1968. "The Logistics of Arnold's March to Quebec." *Military Affairs* 32:110-124.
- IKENBERRY, G. John. 2000. *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars*. Princeton: Princeton University Press.
- JOMINI, Antoine-Henry 1971. *The Art of War*. Westport: Greenwood Press (originalmente edição de 1862).
- JONAH, Johnson. 2009. "'A Battle as Yet Not Fought': The Tragic Consequences of Early German Idealism." Tese de doutorado, University of Michigan.

- JONES, Archer. 1987. *The Art of War in the Western World*. New York: Oxford University Press.
- JOXE, Alain. 1987. "Strategic Thinking in Historical Perspective." in *Strategic Doctrines and Their Alternatives*. New York: CRC Press.
- KAPFERER, B. 2004. "Old Permutations, New Formations ? War, State, and Global Transgression." *Social Analysis* 48:64-72.
- KASPERSEN, LB. 2003. *The 'Warfare-Paradigm' in Historical Sociology: Warfare as a driving Historical*. Copenhagen: University of Copenhagen.
- KINROSS, Stuart. 2005. *Clausewitz and America: Strategic Thought and Practice from Vietnam to Iraq*. London: Routledge.
- KISER, Edgar, e HECHTER. 1998. "The Debate on Historical Sociology: Rational Choice Theory and Its Critics." *American Journal of Sociology* 104:785-816.
- KLINGER, Janeen. 2006. "The Social Science of Carl von Clausewitz." *Parameters* 36:79-90.
- KRESS, M. 2006. *Operational Logistics: The Art and Science of Sustaining Military Operations*. Springer.
- KUGLER, Jacek. 1993. "Political Conflict, War, and Peace." Pp. 483-509 in *Political Science: The State of the Discipline II*, organizado por Ada Finifter. Washington: American Political Science Association.
- LAKATOS, Imre. 1970. "Science as Successful Prediction." Pp. 91-195 in *Criticism and the Growth of Knowledge*. New York: Cambridge University Press.
- Lakatos, Imre. 1978. *The Methodology of Scientific Research Programs*. New York: Cambridge University Press.
- LAKATOS, Imre. 1999. *Philosophical Papers Volume 1: The Methodology of Scientific Research Programmes*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LANDES, David. 1996. *A Riqueza e Pobreza das Nações*. São Paulo: Campus.
- LAWSON, George. 2003. "The Promise of Historical Sociology in International Relations." *International Studies Review* 8:397-423.
- LAWSON, George. 2007. "Editors Introduction: Forum on Historical Sociology." *International Politics* 44:341.
- LOSEE, J. 2004. *Theories of Scientific Progress*. London: MPG Press.
- LOTT, Bradley, e Jack DAVIS. 2002. "Integrated Logistics Concept: Unharnessed Power on the Battlefield." *Marine Corps Gazette* 86:20-22.
- LUTTWAK, Edward. 1993. "Logistics and the Aristocratic Idea of War ." Pp. 3-8 in *Feeding Mars: logistics in Western Warfare from Middle Ages to the Present*. Boulder: Westview Press.
- LYNN, John A. 1993. *Feeding Mars: Logistics in Western Warfare from the Middle Ages to the Present*. Boulder: Westview Press.
- MABEE, Bryan. 2007. "Levels and Agents, States and People: Micro-Historical Sociological Analysis and International Relations." *International Politics* 44:431.
- MACKINTOSH, KC. 1951. "What is this thing logistics?." *Proceedings* 77:21-29.
- MACKSEY, K. 1990. *For Want of a Nail: the Impact of War on Logistics and Communications*. London: Brassey's.

- MACNEILL, William. 1982. *The Pursuit of Power: technology, Armed Forces, and Society since AD 1000*. Chicago: Chicago University Press.
- MAHNKEN, T. 2003. "The Future of Strategic Studies." *Journal of Strategic Studies* 26:X-XVIII.
- MANN, Michael. 1986. *The Sources of Social Power: A history of power from the beginning A.D. 1760. Vol. I*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MANN, Michael. 1993. *The Sources of Social Power: The Rise of classes and nation-states, 1760-1914*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MAQUIAVEL, Nicolau. 2008. *A Arte da Guerra*. Porto Alegre: L&PM.
- MCCLINTOCK, Bruce. 2002. *The Transformation Trinity: A Model for Strategic Innovation and Its Application to Space Power*. Maxwell Air Force Base: School of Advanced Airpower Studies.
- MERCOGLIANO, S.R. 2004. "Sealift: The Evolution of American Military Sea Transportation." Tese de doutorado, University of Alabama.
- METZ, S. 1994. "Wake for Clausewitz Toward a Philosophy of 21st-Century Warfare." *Parameters* 24:126-132.
- MILLET, John. 1945. "Logistics and Modern Warfare." *Military Affairs* 9:193-207.
- MONTAIGNE, Michel. 1979. *Ensaio*. São Paulo: Abril.
- MOORE, Barrington. 1967. *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Boston: Beacon Press.
- MOORE, Richard. 2002. "Logistics analysis." *Air Force Journal of Logistics* 26:35-38.
- MORGENTHAU, Hans. 1948. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Knopf.
- MÜNKLER, Herfried. 2004. *The New Wars*. Cambridge: Polity.
- MURRAY, Williamson. 1997. "Clausewitz Out, Computer In: Military Culture and Technological Hubris." *The National Interest*.
- NAKAMOTO, Yoshihiko. 2001. "The Historical Sociology of Raymond Aron and Stanley Hoffman." tese doutoral, University of Virginia.
- NEXON, Daniel. 2001. "Which historical sociology? A response to Stephen Hobden's 'Theorising the International System.'" *Review of International Studies* 27:273-280.
- PAGONIS, William. 1992. *Moving Mountains*. Boston: Harvard Business School Press.
- PALMER, RR. 1986. "Frederick the Great, Guibert, Bülow: from Dynastic to National War." Pp. 91-119 in *Paret, Makers of Modern Strategy*. Princeton: Princeton University Press.
- PARET, Peter. 1966. "Hans Delbrück on Military Critics and Military Historians." *Military Affairs* 30:148-152.
- PARET, Peter. 1968. "Education, Politics, and War in the Life of Clausewitz." *Journal of the History of Ideas* 29:394-408.
- PARET, Peter. 1986. *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*. Princeton: Princeton University Press.
- PARET, Peter. 1989. "Book Review: the Art of War in the Western World." *American Historical Review* 94:716-717.

- PARET, Peter. 1993. "Introduction to the Symposium." *The Journal of Military History* 57:9-11.
- PARET, Peter. 2007. *Clausewitz and the State: The Man, His Theories, and His Times*. Princeton: Princeton University Press.
- PETERS, Ralph. 1998. "The New Strategic Trinity." *Parameters* 28:73-80.
- POTVIN, J.G.M.A. 1996. "The Integration of the Canadian Forces Logistics System and its Effect on the Operational Capabilities of the Canadian Military." Dissertação de mestrado, University of Manitoba.
- PREBILIC, Vladimir. 2006. "Theoretical Aspects of military Logistics." *Defense & Security Analysis* 22:159.
- PROENÇA JÚNIOR, Domício, e Érico DUARTE. 2005. "The Concept of Logistics derived from Clausewitz: All That is Required so That the Fighting Force Can Be Taken as a Given." *Journal of Strategic Studies* 28:645-677.
- PROENÇA JÚNIOR, Domício, e Érico DUARTE. 2007. "Os Estudos Estratégicos como Base Reflexiva da Defesa Nacional." *Revista Brasileira de Política Internacional* 50:29-46.
- PROENÇA JÚNIOR, Domício, e Érico DUARTE. 2008. "Tecnologia, Defesa Nacional e Segurança Internacional: os Limites das Perspectivas "Revolucionárias" e "Transformadoras" da Guerra Contemporânea.." <http://starline.dnsalias.org:8080/abcp2008/>.
- PROENÇA JÚNIOR, Domício, e Érico DUARTE. 2009. "Clausewitz e Tecnologia: uma Resposta a partir da Teoria da Guerra."
- PROENÇA JÚNIOR, Domício, e Eugenio DINIZ. 1998. *Política de Defesa no Brasil: uma Análise Crítica*. Brasília: Ed. UnB.
- PROENÇA JÚNIOR, Domício, e Eugenio DINIZ. 2004. "O Fenômeno da Guerra." Manuscrito: Grupo de Estudos Estratégicos.
- PROENÇA JÚNIOR, Domício, Eugenio DINIZ, e Salvador RAZA. 1999. *Guia de Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- PROENÇA JÚNIOR, Domício. 2004. "A Great Becoming: the "Concept" of "Transformation" and South American Armed Forces."
- PROENÇA JÚNIOR, Domício. 2005. *Metodologia de Avaliação de Operações Especiais Policiais*. Rio de Janeiro: SENASP/ Ministério da Justiça.
- PROENÇA JÚNIOR, Domício. 2007. *Tecnologia e Defesa*. Rio de Janeiro: CNPq.
- QUIGLEY, Carroll. 1961. *The Evolution of Civilizations*. Indianapolis: Liberty Fund.
- QUIGLEY, Carroll. 1964. "Military Classics." *Military Affairs* 28:188-190.
- QUIGLEY, Carroll. 1983. *Weapons Systems and Political Stability*. Washington: University Press of America.
- RAINEY, James, e Cindy YOUNG. 2005. "Thinking About Logistics." *Air Force Journal of Logistics* 29:28-29.
- REID, J. 2003. "Foucault on Clausewitz: Conceptualizing the Relationship Between War and Power." *Alternatives* 28:1.
- REUS-SMIT, Christian. 1999. *The Moral Purpose of the State: Culture, Social Identity, and Institutional Rationality in International Relations*. Princeton: Princeton University Press.

- ROBERTSON, Roland. 1968. "Strategic Relations between National Societies." *Journal of Conflict Resolution* 12:16-33.
- ROPP, Theodore. 1949. "The Teaching of Military History." *Military Affairs* 13:14-19.
- ROPP, Theodore. 1977. "Military Historical Scholarship Since 1937." *Military Affairs* 41:68-74.
- ROSE, Gideon. 1998. "Neoclassical realism and theories of foreign policy." *World Politics* 51:144-172.
- ROSENBERG, Justin. 1994. *The Empire of Civil Society: Critique of the Realist Theory of International Relations*. London: Verso Books.
- ROSENBERG, Justin. 2006. "Why Is There No International Historical Sociology?." *European Journal of International Relations* 12:307-342.
- ROTH, Jonathan. 1991. "The Logistics of Roman Army in the Jewish War." Tese de doutorado, Columbia University.
- ROTH, Jonathan. 1998. *The Logistics of the Roman Army at War*. Netherlands: Brill Academic Publishers.
- ROTHENBERG, G. 1986. "Maurice of Nassau, Gustavus Adolphus, Raimondo Montecuccoli, and the "Military Revolution" of the Seventeenth Century." in *Makers of Moderns Strategy*. Princeton: Princeton University Press.
- ROXBOROUGH, I. 1994. "Clausewitz and the Sociology of War." *British Journal of Sociology* 45:619-636.
- SCHIFFMAN, Zachary. 1984. "Montaigne and the Rise of Skepticism in Early Modern Europe: A Reappraisal ." *Journal of History of Ideas* 45:499-516.
- SCHURMAN, Donald. 1981. *Julian S. Corbett, 1854-1922: Historian of British Maritime Policy from Drake to Jellicoe*. London: Royal Historical Society.
- SCOTT, Charles. 1937. *Charles P.G. Scott Dictionary of Etymological Terms*. New York: Columbia University Press (originalmente 1880).
- SHRADER, Charles R. 1992. *U.S. Military Logistics, 1607-1991: A Research Guide*. annotated edition. Greenwood Press.
- SHY, John. 1986. "Jomini." in *Makers of Moderns Strategy*. Princeton: Princeton Univeristy Press.
- SKOCPOL, Theodore. 1991. *Vision and Method in Historical Sociology*. New York: Cambridge University Press.
- SPROUT, Margareth. 1943. "Mahan – Evangelist of Seapower." in *Earle, Makers of Modern Strategy*. Princeton: Princeton Univeristy Press.
- STARR, Chester G. 1984. "Book Review: Weapons Systems and Political Stability ." *The American Historical Review* 89:98-99.
- STONE, J. 2007. "Technology and War: A Trinitarian Analysis." *Defense & Security Analysis* 23:27.
- STRACHAN, Hew. 2005. "The Lost Meaning of Strategy." *Survival* 47:33-54.
- STRACHAN, Hew. 2007a. *Carl Von Clausewitz's "On War": A Book That Shook the World*. London: Atlantic Books.
- STRACHAN, Hew. 2007b. "Clausewitz and the Dialectics of War." Pp. 14-44 in *Clausewitz in the Twenty-First Century*. New York: Oxford University Press.
- SUMIDA, Jon. 2008. *Decoding Clausewitz: a new Approach to On War*. Lawrence: University Press of Kansas.

- TILLY, Charles. 1975. *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton: Princeton University PressTilly, C.
- TUTTLE Jr., W.G.T. 2005. *Defense Logistics for the 21st Century*. Annapolis: Naval Institute Press.
- US CONGRESSIONAL BUDGE OFFICE. 1997. *Moving US Forces: Options for Strategic Mobility*. Washington: US Congress.
- VAGTS, A. 1940. "War and the Colleges." *Journal of the American Military Institute (Journal of Military History)* 4:67-75.
- WALTZ, Kenneth N. 1965. *Man, the State and War: Theoretical Analysis*. New edition. New York: Columbia University Press.
- WALTZ, Kenneth. 1979. *Theory of International Politics*. New York: McGraw-Hill.
- WEBER, Max. 2005. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Cultrix.
- WEBER, Max. 1991. *Economia e Sociedade*. Brasília: Ed. UnB.
- WEBER, Max. 1978. *Economy and Society*. Berkeley: University of California Press.
- WOHLFORTH, William C. 1993. *The Elusive Balance: Power and Perceptions During the Cold War*. Ithaca: Cornell University Press.
- ZAKARIA, Fareed. 1999. *From Wealth to Power: The Unusual Origins of America's World Role*. New edition. Princeton University Press.

PARTE II: TESTE EMPÍRICO DO CONCEITO DE LOGÍSTICA A PARTIR DA ANÁLISE CRÍTICA DE CLAUSEWITZ.

PRELIMINAR: PLANO, EXECUÇÃO E RESULTADOS DO ESTUDO DE CASO.

O estudo da Campanha de 1777 em Saratoga visa testar o conceito de logística de duas maneiras. Primeiro, sua consistência na aplicação em articulação com as outras três categorias analíticas da Teoria da Guerra de Clausewitz e a análise crítica. Segundo, sua propriedade de contribuir como uma vertente de heurística positiva do programa de pesquisa científica da Teoria da Guerra. Isso significa verificar em que medida o conceito de logística delimita condições ideais nas quais a Teoria da Guerra é mais bem empregada, elementos metodológicos adicionais, questões transversais e bases empíricas, estabelecendo a logística como um horizonte de pesquisa. Nesse sentido, coloca-se em teste a proposta metodológica de estudo da arte da guerra desenvolvida no capítulo anterior.

A seleção do estudo de caso respeita a dois critérios.

Primeiro, o critério de viabilidade em fontes primárias e em literatura secundária. Ou seja, a existência material suficiente sobre as condições políticas e estratégicas para a construção histórica para o estudo de campanha, como antecedentes históricos, o teatro de operações e campos de batalhas, números, composições e disposições das forças combatentes. Do ponto de vista do estudo da logística, essa viabilidade de fontes trata ainda de dados necessários para analisar as condições logísticas de uma campanha, como: dados geográficos e demográficos, descrições das instituições políticas e sociais, as constituições dos sistemas de administração, mobilização, modais de transporte e de distribuição de suprimentos.

Segundo, o critério de atender aos requisitos que Clausewitz aponta como necessários para a reflexão da guerra em estudos históricos na *Campanha de 1814* (CLAUSEWITZ, 1992a, p. 207):

- O caso deve pertencer a um período em que os elementos da guerra são claramente distinguíveis e não repletos de medidas temporizadoras que possam imprensar a guerra de uma maneira intermitente e confusa. Os objetivos políticos devem estar claros, bem como as ações bélicas;
- Ele deve ser caracterizado por um número significativo de forças num breve período de tempo e a uma área geográfica limitada;
- A ofensiva e a defensiva devem ser claramente delineáveis;
- Deve apresentar as circunstâncias inevitáveis e acidentais que levam à divisão de forças que possibilitam o uso estratégico de manobras, bem como as intenções estratégicas na exploração de bases operacionais, linhas de comunicação e de se armar o povo;
- Ideal ainda é a presença de fatores psicológicos em grande evidência, como conhecimento mútuo dos comandantes opositores em termos de caráter e condições.

O caso da Campanha de Saratoga foi escolhido porque possui fontes delimitadas e suficientes para serem apreciadas no contexto da pesquisa doutoral, com recursos limitados de tempo e de aquisição de material. Trata-se de um caso contemporâneo a Clausewitz, porém consideravelmente mais bem delimitado em termos de viabilidade que as guerras sobre as quais ele desenvolveu a maioria de seus estudos de campanha, a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas⁵¹.

Particularmente, o estudo Campanha de Saratoga tem a disponibilidade de uma quantidade significativa de dados primários organizados e de um acervo bibliográfico bem desenvolvido e acessível. Por fim, houve a oportunidade da

⁵¹ Existe uma única referência de Clausewitz à Revolução Americana no *Da Guerra*, em que ele compara as forças revolucionárias norte-americanas aos dos suíços e espanhóis, que mesmo não sendo exércitos profissionais, foram capazes de obter grandes resultados (CLAUSEWITZ, 1984, III-5, p. 188).

visita ao *Saratoga Historical National Park* e a condução de estudos de campo dos campos de batalhas e do teatro de operação entre 1 e 2 de novembro de 2008, durante a mesma estação do ano em que se deu a campanha originalmente.

O caso de Saratoga atende aos requisitos de seleção de casos de Clausewitz. Trata-se de uma guerra ilimitada, com clara delinação temporal, geográfica e de condução de campanhas ofensiva e defensiva. Ela conta com uma campanha defensiva que faz uso de posições fortificadas, recuos, guerrilhas e uso da população armada; e existe o conhecimento mútuo entre os comandantes opostos e a presença de fatores psicológicos relevantes quanto às decisões tomadas.

Tal caso jamais foi investigado segundo a uma perspectiva explícita da Teoria da Guerra de Clausewitz⁵². Portanto, não existe a possibilidade de vieses ou reprodução de resultados atestados por outrem. Os resultados encontrados são originais.

Apesar disso, existe um aspecto importante que não foi atestado pelo presente estudo de caso. Ambicionava-se verificar o atributo trans-histórico do conceito de logística: sua capacidade de analisar e apreender ensinamentos da arte da guerra e seus efeitos da conduta da guerra em qualquer recorte histórico. Esta terceira verificação demanda a condução de, pelo menos, dois estudos de casos que testem o conceito de logística em períodos e contextos políticos e sociais completamente distintos. Se o conceito de logístico for capaz de prover excedente empírico equivalentemente em casos completamente distintos, afere-se este seu potencial analítico.

O projeto de qualificação desta tese, em novembro de 2008, apontou o plano de condução de três estudos de caso: (i) um estudo de um período histórico antigo, anterior à vida de Clausewitz: a Campanha de 1071 em Manzikert; (ii) um estudo de um período histórico moderno, contemporâneo à vida de Clausewitz:

⁵² Existe o registro de apenas uma referência bibliográfica que aplicou a Teoria da Guerra de Clausewitz, porém se trata apenas de uma apreciação inspecional e com foco no comando de Washington (FOX, 2000).

a Campanha de 1777 em Saratoga; e (iii) um estudo de caso de um período atual, posterior à vida de Clausewitz: a Primeira Campanha de 1951 na Coreia.

A seleção do caso da Campanha de 1071 foi baseada no entendimento que Bizâncio é ainda um caso particular de inflexão de Quigley em *Weapons System and Political Stability*. Por fim, existia o convite de colaboração com o Professor John Haldon da Universidade de Princeton de participação colaborativa com o projeto de pesquisa *Medieval Logistics*, em que a Campanha de Manzikert é o estudo caso para teste de uma nova gama de procedimentos metodológicos e tecnológicos no estudo da logística na guerra⁵³. Uma tentativa de cooperação mediante fundos do CNPq foi conduzida sem sucesso, assim como outras fontes de financiamento internacional. A inviabilização desse projeto de colaboração acarretou no abandono desse caso.

A seleção da Campanha de 1951 da Guerra da Coreia foi um caso mais viável e importante, pois atende aos requisitos de teste do conceito de logística em um caso de guerra limitada no século 20. É um estudo de caso mais delimitado e viável de condução em comparação com as duas guerras mundiais e a do Vietnã. A literatura sobre a Guerra da Coreia possui uma organização de dados e obras secundárias em quantidades e qualidades suficientes. Desde a marca de 50 anos de seu acontecimento, existe um volume crescente de livros, artigos e teses doutorais sobre o tema e as unidades combatentes e forças singulares diretamente envolvidas possuem um esforço contínuo de subsídio de estudos. Este estudo foi avançado e conduzido parcialmente. Porém, por uma questão de execução da tese dentro do prazo, tal estudo foi abandonado na redação final da tese.

Portanto, o teste do potencial trans-histórico do conceito de logística não foi realizado. Ainda se tem a perspectiva de que os dois casos adicionais são representativos de recortes geográficos e ecológicos diferentes e permitem tal inferência definitiva. A condução desses estudos passa a fazer parte de uma agenda de pesquisa do presente autor.

⁵³ Ver: <<http://www.medievallogistics.bham.ac.uk>>.

A partir dos resultados do estudo da Campanha de Saratoga, antecipam-se as nossas conclusões. Primeiro, o conceito de logística é útil como instrumento analítico adicional da Teoria da Guerra⁵⁴. Ele não conflita com as categorias analíticas política, estratégia e tática. Ao contrário disso, a logística recorta e considera aspectos que reforçam a relevância do comandante e do seu uso das forças combatentes no enfrentamento e na campanha. Adicionalmente, o conceito de logística reforça as proposições conceituais sobre os atributos particulares da campanha defensiva e da campanha ofensiva. Por fim, ela permite expressar de maneira mais clara os vínculos da guerra com o governo e com a população.

Uma segunda série de conclusões refere-se à comprovação da utilidade e do potencial explanatório das proposições conceituais de Quigley e das proposições metodológicas de Delbrück.

O enquadramento histórico de Quigley permite considerável síntese e consistência no recorte dos antecedentes históricos para o estudo da campanha, simplificando tal procedimento para a condução da análise das condições políticas de uma campanha.

O método da *Sachkritik* de Delbrück não é contraditório com a *Kritik* de Clausewitz. Ademais, seu pragmatismo é fundamental na reconstrução dos dados históricos para a análise das condições estratégicas da campanha e das condições táticas dos enfrentamentos. Sua contribuição é mais marcante no reforço de um aspecto metodológico importante da análise crítica, que escapa da maioria dos analistas: o esforço na apreciação da campanha e dos enfrentamentos do ponto de vista de seus comandantes. Os números totais e efetivos, as condições do teatro de operações e dos campos de batalhas e, principalmente, os planos e informações que eles dispunham na tomada de decisões são os dados suficientes para que se processe a análise crítica.

⁵⁴ Esta parte da tese beneficia-se de uma interpretação particular da Teoria da Guerra, produzida a partir estudo direto do *Da Guerra* e da *Teoria dos Enfrentamentos*, e ainda no manuscrito não publicado de interpretação da obra de Clausewitz de Domício PROENÇA JÚNIOR e Eugenio DINIZ (2004).

É justamente na produção e apreciação desses dados ao longo da análise crítica que existe a principal confluência entre Clausewitz, Quigley e Delbrück. As condições políticas, estratégicas e logísticas variam no curso de uma campanha, de maneira que os dados devem ser conferidos constantemente para que a análise seja precisa, imparcial, falsificável e, portanto, científica.

4. A ANÁLISE CRÍTICA DA CAMPANHA DE 1777 EM SARATOGA.

Uma constatação inicial útil para os propósitos desta tese é que o termo “logística” é inexistente nos registros primários de ambos os lados da guerra, bem como na literatura secundária sobre as atividades preparatórias da Revolução Americana até o começo do século 20. Evidência disto são as primeiras obras compulsadas que tratam da questão: HATCH (1904) em *The Administration of the American Revolutionary Army* pelo lado americano, e CURTIS (1927) em *The Organization of the British Army in the American Revolution*, pelo lado britânico. Não existe um termo geral e que abarque a todas as atividades. Elas são consideradas pela natureza da tarefa ou pela natureza dos executores de cada tarefa. Portanto, as referências são por ‘organização’, ‘administração’ e ‘intendência’.

A condição de ausência da logística como termo nativo das forças combatentes britânicas e norte-americanas e nos estudos sobre elas é condizente com a inferência conduzida nesta tese na seção 2.4 de uma história externa do estudo da logística. A incorporação do termo pelas obras de estudos da logística na Revolução Americana ocorre apenas após a Segunda Guerra Mundial nas obras de Huston de 1966, *The Sinews of War: Army Logistics 1775-1953*, pelo lado norte-americano, e na obra de Bowler de 1975, *Logistics and the Failure of British Army in America*, pelo lado britânico.

Bowler coloca explicitamente a questão e em convergência com nosso entendimento quanto à introdução do termo em textos sobre guerra em geral no mundo anglo-saxão. Inclusive apontando uma definição de logística emendada daquela proposta por Jomini. De fato, a definição utilizada por Bowler do *New Military and Naval Dictionary* (GAYNOR, 1951) é muito próxima daquela apresentada por ECCLES em *Logistics of National Defense* (1959), apresentada na seção 2.3 da tese. Não seria surpreendente constatar que a definição do dicionário tenha tido como fonte aquela desenvolvida por Eccles.

O termo “logística” não foi usado em língua inglesa no século 18 e tão tarde como 1929 não significava mais que o movimento e aquartelamento das tropas, a direta derivação do francês *logistique*. Não até a Segunda Guerra Mundial a palavra alcançou seu sentido mais amplo. Ainda assim, definições modernas variam: para o propósito deste livro, o que está posto no *New Military and Naval Dictionnary* (New York, 1951), é usado como: “... o planejamento e implementação da produção, aquisição, estoque, transporte, distribuição e movimento de pessoal, suprimentos e equipamento”(BOWLER, 1975, p. vii)^{lvi}.

Importante é apontar que não se constatou na literatura uma análise ampla das condições logísticas da Revolução Americana que considerasse as duas forças combatentes conjuntamente. No estudo de caso da Campanha de Saratoga, isto ocorre parcialmente nas obras de MINTZ (1992) *The Generals of Saratoga: John Burgoyne and Horatio Gates*, KETCHUM (1997) *Saratoga: Turning Point of America's Revolutionary War*, MORRISSEY (2000) *Saratoga 1777: Turning Point of a Revolution* e LUZADER (2008) *Saratoga: A Military History of the Decisive Campaign of the American Revolution*⁵⁵.

Mintz é quem tem mais atenção a aspectos logísticos, com destaque para as decisões de planejamento e de preparação de ambos os lados, porém ele não estende esta abordagem no estudo da campanha até o seu final. E a consideração da campanha nas suas duas últimas batalhas é limitada. Mintz limita-se a um resumo dos planos de enfrentamentos. Este é um encerramento que poderia ter contado mais com a consideração do comando de Burgoyne e Gates, principalmente porque a meta da obra é considerar a trajetória dessas duas figuras históricas - distintas entre si - até Saratoga.

Ketchum tem mais atenção para aspectos logísticos de efeito estratégico, como marcha, composição da força e atividades de manutenção, e Luzader dá atenção

⁵⁵ Existem ainda duas obras sobre Saratoga que não tiveram utilidade para o presente estudo: BIRD (1963) *March to Saratoga: General Burgoyne and the American Campaign, 1777* e GLOVER (1976) *General Burgoyne in Canada and America*. Elas visam mais o entretenimento que o estudo acadêmico, por isso não proveram nenhum benefício.

também a aspectos da movimentação e principalmente aos de posicionamento das forças combatentes. Desta e daquela maneira, são contribuições importantes e complementares entre si.

Morrissey é o que tem menos atenção a aspectos estratégicos e logísticos, e se atém principalmente a considerações táticas. Este não trata das marchas, fortificações e problemas de suprimento. Sua obra contribui na reconstrução dos números das forças combatentes e na reconstrução dos campos de batalha em modelos em três dimensões. De fato, ele não se propõe a uma contribuição ampla, porém a uma introdução ao estudo da Campanha de Saratoga.

No entanto, todos eles não são sistemáticos nas considerações política, estratégica, logística e tática de toda a campanha, nem na articulação de todos esses pontos de vista. Eles não articulam o papel da campanha dentro da guerra, nem os efeitos das condições da guerra na campanha de 1777, e esta campanha é tomada de maneira mais emancipada do que deveria em relação à guerra de independência dos Estados Unidos. Com exceção parcial de Luzader que faz considerações importantes as condições e as decisões de Gates relacionadas à campanha defensiva, em grande parte porque ele se beneficia do período em que foi historiador do *Saratoga National Historical Park*. Porém, Luzader considera muito pouco as condições estratégicas e logísticas gerais da campanha defensiva e àquelas decisões e preparações conduzidas pelo primeiro comandante do Departamento no Norte, Phillip Schuyler. Mintz, Ketchum e Morrissey dão mais atenção ao plano e execução da campanha ofensiva.

Como resultado, não existe como precisar quais causas que tiveram efeito nessa interação são anteriores e fazem parte do contexto e condição geral da guerra, daquelas conseqüências que tiveram como causa as decisões de Burgoyne e de Schuyler/Gates e da interação entre forças britânicas e norte-americanas em Saratoga. Não são consideradas as condições políticas e estratégicas da guerra, e como os planos de campanha de Burgoyne e Schuyler correspondem com tudo isso. Também não são consideradas as condições logísticas das forças combatentes e como elas foram confrontadas pelas atividades preparatórias conduzidas antes e durante a condução da campanha.

A principal distinção entre este estudo e os anteriores é a correspondência com um arcabouço conceitual. Nenhuma das obras anteriores se propõem a uma

análise histórica amparada na Teoria da Guerra ou qualquer teoria. Isso torna difícil julgar as contribuições e lacunas dessas obras, pois elas não comunicam de antemão o que pretendem cumprir e o que estava além de seus propósitos e possibilidades. A própria articulação entre elas fica refém da disponibilidade e interpretação das fontes primárias por cada um de seus autores. Não existem critérios anteriores de avaliação e comparação das apreciações das obras. Por outro lado, os benefícios do conhecimento produzido no estudo da Campanha de Saratoga por essas obras para outros casos da Guerra de Independência dos Estados Unidos, ou campanhas de outras guerras, são limitadas. A pior consequência disso é a restrição no aproveitamento do conhecimento produzido. As considerações produzidas são específicas para o estudo das forças de Burgoyne e Schuyler/Gates e nada além disso. Mesmo a relação da Campanha de Saratoga com os esforços de Washington e Howe em 1777 são limitadas à evidência explícita das correspondências.

No presente estudo, o principal propósito é a avaliação do conceito de logística e, por isso, existe também a avaliação da análise crítica da Campanha de Saratoga pela Teoria da Guerra. Portanto, há o teste do poder explanatório das proposições conceituais de Clausewitz para a utilização dos conhecimentos produzidos no avanço do estudo da guerra, e não apenas do estudo da Campanha de Saratoga.

4.1. CONTEXTO HISTÓRICO DA CAMPANHA DE SARATOGA.

Há nesta seção a contextualização histórica dos eventos e principais figuras relacionadas à Campanha de Saratoga. Essa é sempre uma contextualização superficial e incompleta. Pois, na própria discussão em II-5 sobre o grau de resolução do método de estudo ser uma campanha, e não uma guerra, encontra-se a justificativa em razão do grande número de fatos, eventos e relações causais que deveriam ser trabalhados para que tal contextualização fosse completa. Apesar de louvável segundo uma perspectiva de contribuição histórica, não é isso que se pretende na aspiração de um esforço conceitual, cuja meta é mais modesta no tratamento de dados empíricos, limitando-se apenas

aos aspectos necessários para o entendimento das condições da Campanha de Saratoga.

Faz-se uma discussão dos elementos que definem o contexto político de ambas as sociedades políticas. Ou seja, os antecedentes de relacionamento que levaram ao ponto de resolução política por meio do uso da força, as forças políticas domésticas e as interações que escalonaram a discórdia. Desse ponto, encaminha-se uma narrativa breve do contexto dos eventos que antecederam a Campanha de Saratoga no teatro de operações norte. Em seguida, realiza-se a apresentação das biografias, experiências e traços da personalidade dos comandantes britânicos e norte-americanos. Por fim, apresentam-se os números e disposições das forças combatentes de ambos os lados.

A partir desses contextos, empreendem-se as análises dos fins e dos meios da Campanha de Saratoga.

4.1.1. ANTECEDENTES.

Há nesta seção a contextualização dos desdobramentos políticos que levaram à eclosão da Guerra de Independência Americana.

A evolução dos relacionamentos políticos entre as 13 Colônias e o Império Britânico pode ser interpretada, com ganho de síntese e análise através da teoria da história de Carroll QUIGLEY (1983). Para este, existem duas dimensões de relações de poder: objetivas e subjetivas. A primeira, objetiva, é baseada no equilíbrio material da força. A segunda, subjetiva, pelo sistema de valores pelos quais os indivíduos internalizam quando eles se desenvolvem em comunidades. Esses valores estabelecem prioridades de necessidades e limites de aceitação que são geralmente inexplicáveis a membros de outras comunidades que vivem, ou passaram a viver, em tradições distintas. Desde que seres humanos podem ser levados a acreditar em quase qualquer coisa e submetidos às mais variadas condições políticas, as formas pelas quais a vida política de uma sociedade pode ser organizada não tem limites. É devido a essa ilimitada variedade de condições e valores políticos que há a inability de uma sociedade compreender o que ocorre na outra, especialmente em questões relacionadas a poder. As relações internas de poder de cada sociedade são subordinadas a tendências e estruturas

que tornam ainda mais difícil a mútua percepção entre as sociedades. Isso significa que os relacionamentos políticos subjetivos são muito mais comuns dentro de sociedades que entre elas. O sistema distinto de valores não apenas leva à má-percepção, mas também leva ao choque de interesses devido a diferenciados graus de aceitação e tolerância sobre os relacionamentos e especialmente sobre as necessidades, materiais e imateriais, de cada parte (QUIGLEY, 1983, pp. 9-15).

Quigley explica que existe apenas uma única forma de relacionamento político objetivo e universal que diferentes entidades políticas podem lançar suas disputas: força. Ao fim e ao cabo do choque de interesses pelo meio da força que ambas as partes irão reconhecer quem é mais forte e quem é mais fraco num determinado espaço geográfico, a partir do qual um sistema comum de relações políticas subjetivas pode surgir (QUIGLEY, 1983, pp. 15-16). Ou seja, em termos clausewitzianos, qual das vontades em confronto será dobrada pelo recurso ao ato de força.

Quigley aponta que no relacionamento entre dois grupos políticos, existe o relacionamento propriamente dito baseado no equilíbrio de forças entre eles, e existe a idéia subjetiva de tal relacionamento. Apenas existe estabilidade no relacionamento entre os grupos enquanto eles possuam idéias subjetivas similares do equilíbrio de forças e houver correspondência entre essas perspectivas da situação com as condições reais do relacionamento. A guerra surge quando não há mais consenso sobre a situação do poder real e os grupos políticos passam a ter perspectivas subjetivas diferentes do mesmo equilíbrio de forças. Eles entram em colisão para se produzir o entendimento mútuo de quem é mais forte e quem é mais fraco, a partir do qual um novo sistema de poder subjetivo pode ser desenvolvido

A causa principal do confronto é que o equilíbrio de forças muda ao longo do tempo, enquanto que o consenso subjetivo, ou as convenções sobre ele, tendem a permanecer inalterados. O equilíbrio de forças e as percepções sobre ele são afetados pela geografia, ou seja, pela descontinuidade do espaço existente entre dois grupos entre si e as possibilidades e constrangimentos que isso acarreta no uso da força de um sobre o outro. A estimativa política é ainda mais complexa

porque as perspectivas do equilíbrio de forças levam em conta os outros grupos políticos que aqueles que estão em vias de colisão.

O uso da força, conclui Quigley, é um método para mensurar poder, a partir do qual existe a demonstração convincente a ambos os lados, ou a imposição de um lado sobre o outro, do novo equilíbrio de poder, a partir do qual se restabelece um novo consenso de relacionamentos políticos (QUIGLEY, 1983, pp. 16-26).

Um primeiro nível de discordância entre britânicos e norte-americanos foi subjetivo e baseado no grande e secular debate sobre a forma adequada de organização de sociedades inglesas. Este debate existia desde o século 17 e as diretrizes dos revolucionários norte-americanos compartilhavam da posição política de descentralização e representatividade dos *Whigs*, opositoristas à tradição política real *Tory*, de posição mais conservadora e centralizadora. Durante a Revolução, esses elementos tiveram novo alento nas críticas ao governo britânico através da proposição do Republicanismo. No caso, não como uma proposta de substituição constitucional da monarquia, porém como sua evolução através da maior ênfase nas idéias da conduta virtuosa e do dever cívico sobre o interesse privado como componentes dessa tradição política, segundo as raízes civilizacionais da república romana⁵⁶.

A expressão mais flagrante de como ambas as sociedades políticas inglesas observavam o mesmo fenômeno da realidade através de sistemas subjetivos diferenciados era suas respectivas definições de colônia:

Os americanos definiam colônia como sendo um estado independente com suas garantias de independência e protegidos pela Coroa Britânica. A definição norte-americana tinha como referência o exemplo histórico das colônias gregas. Para os gregos, uma colônia significava uma comunidade separada e apoiada

⁵⁶ Uma discussão lateral importante é que pouco emerge na literatura como a discussão britânica- revolucionária, em vários momentos entre os séculos 17 e 18, recorre a argumentos romanos. Nos *Federalist Papers* e nas correspondências de Washington, as referências aos romanos são constantes. De outro lado, não é claro até que ponto o republicanismo inglês, ao ser influenciado pelo republicanismo flamengo-holandês, trás no seu bojo elementos do pensamento político de Lipsius e do pensamento estratégico dos irmãos de Orange e Maurício de Nassau.

por uma pátria-mãe até se tornar auto-sustentável e independente. Nesse sentido, colônia era um processo civilizatório (TOCQUEVILLE, 1899, pp. 22-25).

Essa definição nunca foi aceita pelo Império, para o qual tal era a definição de protetorado. E protetorados eram entendidos como coisas bastante distintas de uma colônia. Os britânicos definiam colônia tendo como referência Roma. Para os romanos, colônia significava uma província conquistada, guarnecida e controlada por autoridades militares, subseqüentemente governadas por oficiais enviados de Roma. Eram comunidades afastadas mas sob a autoridade do Parlamento, sem qualquer autogoverno, ou com uma certa possibilidade de representatividade de acordo com as circunstâncias (FISCHER, 1902, pp. 135-136).

No caso da Revolução Americana, Fischer é quem faz a constatação mais marcante dessa evolução diferenciada entre metrópole e colônias de maneira que ambas já eram sociedades políticas completamente distintas:

Muitos deles talvez dificilmente já tivessem se tornado conscientes que por vivendo por eles mesmos por quase duzentos anos, eles se desenvolveram com uma caráter moral totalmente diferente; e que ainda que eles usassem a mesma língua e leis, e a mesma mobília e linho como os ingleses, fizessem os mesmos juramentos e bebiam segundo os mesmo brindes como na Inglaterra, eles era em caráter e princípio muito diferentes da maioria de sua população como se eles pertencessem a uma outra raça. Inconscientemente, eles foram forjados pelo clima, associação e ambiente em um povo distinto e diferente, um povo de inteligência mais aguçada e ampla, e de mais determinada energia e coragem. Eles já eram um povo aparte sem saberem completamente disso (FISCHER, 1902, pp. 169-170)^{lvii}.

As sementes da discórdia entre os anglo-saxões americanos e britânicos podem ser reduzidas a radical divisão social entre todos os colonialistas e a elite imperial: os primeiros eram de estamentos intermediários e gentis, e não uma aristocracia dirigida pela sociedade britânica e controlada pelas políticas do

Parlamento. A confrontação foi, portanto, essencialmente social. Uma guerra gerada a partir do choque de interesses de homens em condições sociais distintas que foi resolvida pelo uso da força. Como bem aponta o título da obra de Don Cook *The Long Fuse*, a guerra seguiu-se de um processo químico de deflagração e queima de um longo pavio de eventos políticos. Já em 1765, no Parlamento Britânico, a resolução sobre o *Stamp Act* trazia no seu bojo o grande debate político sobre o qual assentava as principais questões políticas da Revolução Americana⁵⁷.

Nothing that was said changed many votes. And the most eloquent defense of the American case, made in a speech by Colonel Isaac Barré, may actually have stiffened Parliament's resolve to tax. Barré's outburst came in response to a sardonic complaint by Charles Townshend: "And now will these Americans, Children planted by our Care, nourished up by our Indulgence until they are grown to a Degree of Strength and Opulence, and protected by our Arms, will they grudge to contribute their mite to relieve us from the heavy weight of that burden which we lie under?" Barré's reply was explosive:

"They planted by your Care? No! your Oppressions planted 'em in America. They fled from your Tyranny to a then uncultivated and inhospitable Country -- where they exposed themselves to almost all the hardships to which human Nature is liable, and among others to the Cruelties of a Savage foe, the most subtle and I take upon me to say the most formidable of any People upon the face of God's Earth. And yet, actuated by Principles of true english Liberty, they met all these hardships with pleasure, compared with those they suffered in their own Country, from the hands of those who should have been their Friends.

They nourished up by your indulgence? they grew by your neglect of 'Em: as soon as you began to care about 'Em, that Care was Exercised in sending persons to rule over 'Em, in one Department and another, who were perhaps the Deputies of Deputies to some Member of this house -- sent to

⁵⁷ Pede-se parcimônia ao leitor para a presente passagem citada, que se tornaria sem sentido se traduzida para o português, por isso é mantida em seu original.

Spy out their Lyberty, to misrepresent their Actions and to prey upon 'Em; men whose behaviour on many Occasions has caused the Blood of those Sons of Liberty to recoil within them; men promoted to the highest Seats of Justice, some, who to my knowledge were glad by going to a foreign Country to Escape being brought to the Bar of a Court of Justice in their own.

They protected by your Arms? they have nobly taken up Arms in your Defence, have Exerted a Valour amidst their constant and Laborious industry for the defence of a Country, whose frontier, while drench'd in blood, its interior Parts have yielded all its little Savings to your Emolument. And believe me, remember I this Day told you so, that same Spirit of freedom which actuated that people at first will accompany them still. -- But prudence forbids me to explain myself further. God knows I do not at this Time speak from motives of party Heat, what I deliver are the Genuine Sentiment of my heart." (MIDDLEKAUFF, 1985, pp. 74-75).

O segundo nível de discordância foi objetivo e alimentou à contradição de expectativas de relacionamento político entre as 13 Colônias e o Império Britânicos a níveis irreparáveis. O fim da solidariedade entre britânicos e colonos norte-americanos se deu na tentativa de revisão da política colonial após a Guerra dos Sete Anos, após um período de cem anos em que as colônias foram capazes de desenvolver centros administrativos e instituições políticas que surgiram como alternativas auto-suficientes e melhores que o governo segundo à autoridade imperial (GREENE, 1973, pp. 36-37).

Do ponto de vista britânico, a Revolução Americana foi desdobramento de revisão das políticas internas (coloniais) e externas (com as outras potências européias) imperiais em ajuste aos resultados da condução e políticos da "Grande Guerra pelo Império". A Revolução Americana era vista como uma instância potencial de contestação a este império.

A primazia do poder britânico sobre o sistema internacional após a Guerra dos Sete Anos impôs decisões e custos adicionais à sua política tradicional de prevalência por forças marítimas sobre terrestres. Na primeira metade do século 18, havia a necessidade de poucos navios e soldados para o controle da rede marítima. Essa era ameaçada principalmente por piratas e não por outras

potências. Nas colônias americanas, havia apenas 500 soldados quando do início da Guerra em 1754 com os franceses e seus índios. Em 1763, isso mudaria. A expansão da área de influência do Império Britânico não permitia a simples coleção de postos de comércio. Era necessária uma rede de poder objetivo. Isso impunha problemas estratégicos para Marinha e Exército Reais. Ao final da Guerra dos Sete Anos, a primeira passou a ter 70.000 marinheiros, e o segundo 120.000 soldados, além de 60.000 mercenários, principalmente alemães (COOK, 1995, pp. 32-33).

Com a mudança objetiva e significativa dos meios de coerção, a política colonial britânica foi corrigida. Porém, existia um descompasso subjetivo. Desde o século 17, devido à presença cada vez mais ameaçadora da França no Canadá e a presença ambígua da autoridade imperial nas colônias, Londres havia sido leniente com relação aos governos extremamente liberais das coloniais, a fim de sustentar a lealdade de sua população à Coroa. A presença de um novo contingente de tropas reais levou a uma mudança significativa na perspectiva imperial de como as colônias deveriam passar a ser governadas.

Por isso, quando houve a oposição colonial ao *Stamp Act*, as autoridades imperiais tomaram isso afronta e representativo do fato que queriam se livrar de toda dependência e sujeição do Parlamento. O não cumprimento da política colonial foi vista como uma violação e, depois, como uma traição (MIDDLEKAUFF, 1985, pp. 49-50).

Do ponto de vista norte-americano, a administração imperial das colônias britânicas na América do Norte seguiu ambígua e insuficiente desde o início, de maneira que essas colônias evoluíram para uma capacidade singular de autogoverno (GREENE, 1973; SHY, 1973). Quando a autoridade britânica tentou substituir tal capacidade por um governo imperial, existia mais lealdade de uma parte significativa da população para com as elites e instituições políticas locais do que para com as ausentes ou recém chegadas ou prometidas instituições imperiais.

Apesar da ineficiência e desproporção das ações imperiais, a Guerra de Independência dos Estados Unidos foi uma revolução. Existia a demanda de revisão das instituições coloniais em autonomia e distinção dos valores e padrões de participação política providos pelas autoridades imperiais. Tal

discordância entre norte-americanos e britânicos existia desde o século 17 e as 13 Colônias tinham uma longa tradição de levantes, revoltas e desobediência colonial a autoridades imperiais que foram intensificados na segunda metade do século 18 (BROWN, 1973, p. 90). A tabela abaixo demonstra que a violência pelos colonos passou a ser mais constante a partir da década de 1760.

Isso reforça o entendimento de que as elites das 13 Colônias passaram a desenvolver uma percepção de antagonismo para com o Império Britânico também com os desdobramentos da Guerra dos Sete Anos. Tal percepção foi reforçada e expandida pelos outros grupos sociais coloniais com as mudanças de rumos da política imperial para as colônias.

Tabela 1: Evolução de Casos de Quebra da Ordem Pública nas 13 Colônias Americanas por Década, 1640-1775.

Década	Casos	Década	Casos
1640s	1	1700s	8
1650s	2	1710s	12
1660s	3	1720s	7
1670s	3	1730s	10
1680s	4	1740s	7
1690s	6	1750s	12
		1760-1775	44

Fonte: Brown, Richard. 1973. Violence and the American Revolution . In *Essays on the American Revolution*, org. Don Higginbotham. Chapel Hill: University of North Carolina, pp. 95-96.

Na perspectiva norte-americana, o *Stamp Act* foi o primeiro ato de imposição imperial a todas as colônias de uma vez. Emitido em 1765, o “Ato do Selo” exigia a emissão de um certificado imperial sobre uma série de atividades condicionando sua validade a um registro oficial pago: testamentos, casamentos, diplomas, transações comerciais, abertura de negócios e transações imobiliárias. Os recursos dessa taxa seriam alocados para custear a presença

imperial nas colônias: administradores civis e tropas militares. Para os norte-americanos, existiam dois problemas com este ato. Um subjetivo e outro objetivo.

Primeiro, era a forma como que se dava alocação dos recursos. Por um lado, a cobrança da taxa mudava radicalmente o grau de intervenção na vida cotidiana colonial, pois todas as atividades acima listadas tinham que passar pelo crivo de um oficial imperial. Para os norte-americanos, essa era uma forma de controle e que reduzia a autonomia de gestão das colônias. Por outro lado, desde que tal taxa não foi aprovada nas assembleias coloniais, mais foi implementada a partir de uma decisão do Parlamento Britânico em Londres, existia uma traição para com tudo que os colonos já haviam contribuído em recursos nas guerras em favor da presença britânica na América do Norte e era ainda uma alienação da propriedade dos cidadãos ingleses norte-americanos.

O entendimento norte-americano de propriedade era a base constitucional do seu pensamento sobre a natureza e os propósitos da sociedade política, e sobre o caráter e significado de liberdade. Os intelectuais norte-americanos – todos eles proprietários de terras e advogados, pastores ou oficiais coloniais – concordavam que o propósito da sociedade política era a preservação e regulação da propriedade e era isso que garantia seus direitos políticos e identidade como cidadãos, e não escravos. A maior influência filosófica era *Os Dois Tratados sobre o Governo* de John Locke. Propriedade adquiria aí dois sentidos. Por um lado, significava posses materiais; por outro lado significaria subsistência, liberdades e bens. A propriedade de posses materiais era resultado do trabalho do indivíduo. A propriedade imaterial era representante dos seus direitos naturais. Da mesma maneira que posses materiais, esses direitos poderiam ser separados e distinguíveis do seu portador. Ele poderia aliená-los ou abrir mão deles. Mas isso requeria o consentimento do indivíduo, como em qualquer transação de posses materiais. Esse último ponto definia escravidão e liberdade. Escravidão existia quando uma pessoa ou sua propriedade era sujeito da vontade arbitrária de outra sem seu consentimento. Um escravo não possui direitos políticos porque ele não possui liberdade. Ou seja, ele é desprovido de quaisquer bens materiais e imateriais. Eram nesses termos que o debate sobre o *Stamp Act* emergia: como transgressão constitucional, e mesmo teológica, dos

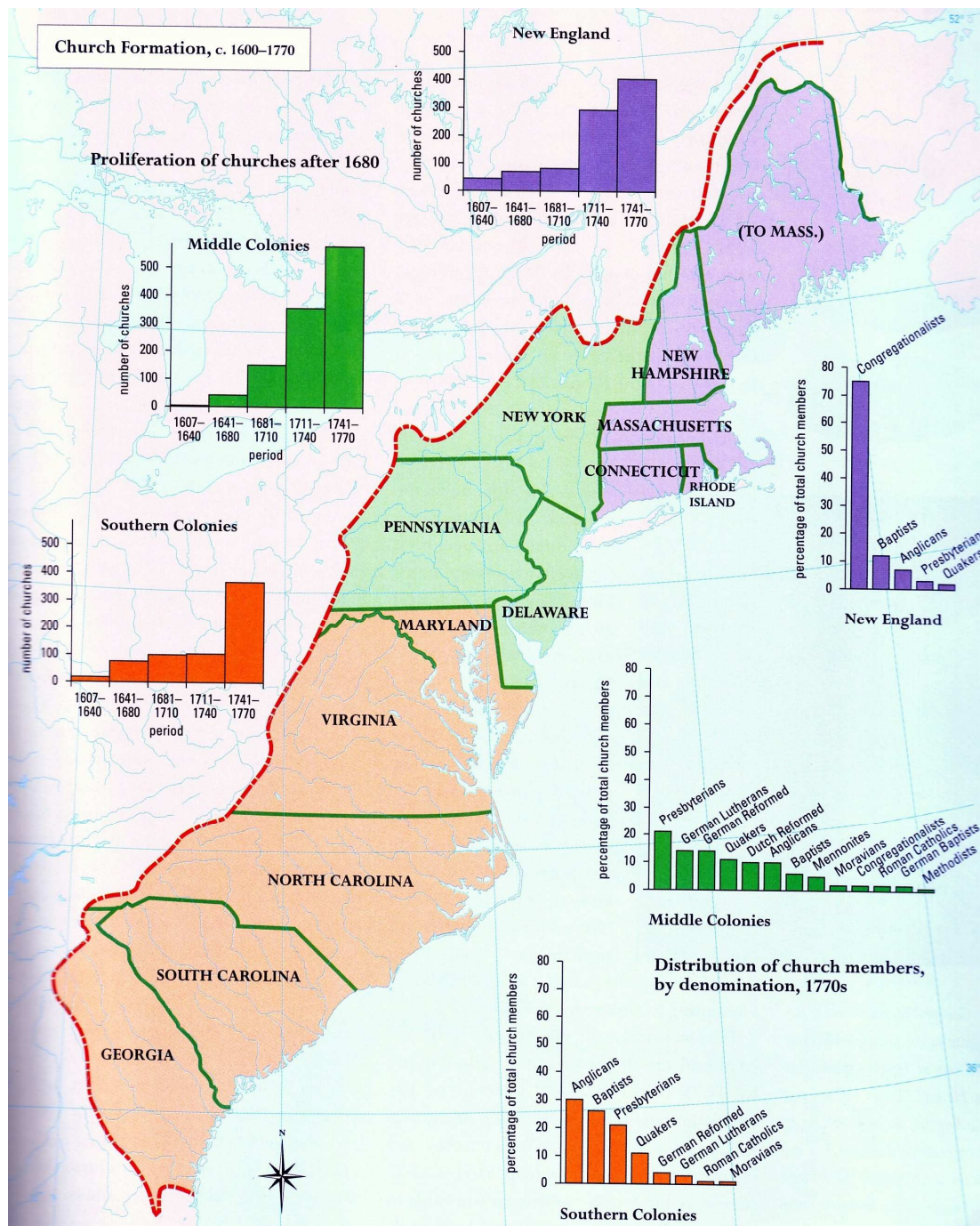
direitos de indivíduos livres das colônias e como medida de servidão e escravidão (MIDDLEKAUFF, 1985, pp. 118-119). Desse entendimento que evoluiu o famoso bordão “sem taxaço sem representação”.

Essa formulação subjetiva da realidade pelos revolucionários não pode ser considerada sem levar em conta seu conteúdo religioso. A geração que fez a Revolução Americana era herdeira de uma tradição religiosa do século 17: as crianças dos renascidos ou dos novos judeus sob novo contrato divino de transformar o deserto do Novo Mundo em vinhedo e longe do degenerado Velho Mundo (TOCQUEVILLE, 1899, pp. 14-21). Evidência disto é que no mesmo período em que houve a intensificação das revoltas coloniais no século 18, existiu também a proliferação do número de igrejas nas colônias, com predomínio das protestantes nas colônias da Nova Inglaterra e médias, e anglicanas nas colônias do sul (BARNES, 2000, p. 27).

Após 1760, as percepções políticas norte-americanas tinham um importante conteúdo de moralismo político-teológico e isso tudo deu a Revolução grande intensidade e muito do seu idealismo (MIDDLEKAUFF, 1985, p. 48). A partir de então, ambigüidades do passado eram reformuladas sob esse novo sentimento de ultraje, bem como toda nova medida encaminhada pelo Parlamento. Muitas vezes essas interpretações não eram realistas, mas conseqüências de uma hipersensibilidade e pré-disposição a distorcer qualquer comportamento imperial como novas violações (GREENE, 1973, pp. 75-79).

Em 1766, a *Declaratory Act* confirmou as suspeitas sobre esforço imperial de sujeitar os colonos norte-americanos à escravidão. O “Ato Declaratório” revogava o *Stamp Act*, cuja discórdia dentro do próprio Parlamento tornou-o insustentável. Em compensação, foi reafirmada a autoridade do Parlamento sobre as colônias e que os colonos, mesmo não elegendo diretamente membros, eram submissos às leis parlamentares (PARKER, 2000, p. 73).

Ilustração 2: Distribuição e Formação de Igrejas nas 13 Colônias, 1660-1770.



Fonte: Barnes, Ian. 2000. *The Historical Atlas of the American Revolution*. New York: Routledge, p.27.

A resposta violenta norte-americana às medidas britânicas foi consequência da alteração na percepção colonial de sua condição política objetiva após a Guerra dos Sete Anos. Eles reconheciam que tinham desempenhado um papel

importante na consolidação do Império Britânico na América do Norte e na derrota dos franceses. Por isso, eles eram um povo mais maduro do que antes e merecedor de melhor consideração pelo Parlamento e pelos britânicos. Agora os colonos poderiam evoluir para próximo estágio civilizatório e ter maior autonomia ou maior participação dentro dos rumos imperiais. A idéia era que as 13 Colônias deixavam de ser simplesmente um lugar distante do mundo civilizado e passavam a ter importância global. Elas teriam provado isso e não precisavam mais de proteção britânica. A expansão da presença imperial frustrava tais expectativas (LECKY & WOODBURN, 1898, pp. 2-4; GREENE, 1973, p. 75). A reação foi mais violenta em Massachusetts, onde ocorreram manifestações armadas e desobediência violenta aos oficiais britânicos.

Como medida de supressão e exemplo da força britânica para todas as colônias, o Parlamento Britânico aprovou o *Massachusetts Government Act* em maio de 1774. Ele retirava dessa colônia os privilégios de autogoverno existente desde a revolta de 1689 e dava poderes extraordinários para o governador real (PARKER, 2000, p. 73). Boston, a capital, foi sitiada por tropas britânicas.

Imediatamente o medo se espalhou sobre as outras colônias, que se perguntavam qual seria a próxima vítima. As elites e assembleias locais das colônias intensificaram a comunicação e a coordenação entre elas. A ruptura política definitiva com o Parlamento seria por iniciativa de George Mason, Washington e outras figuras proeminentes da Virginia. Eles formularam as Resoluções do Condado de Fairfax, que desautorizavam o poder do Parlamento sobre a Virgínia. Apenas dois meses depois, acontecia o Primeiro Congresso Continental. Este desautorizou definitivamente a autoridade do Parlamento sobre todas as 13 colônias e, como último ato de conciliação, apelou-se em carta direta ao rei por sua intervenção (COOK, 1995, pp. 199-200; GRIFFITH II, 2002, pp. 124-124).

O Rei Jorge III não reconheceu e não respondeu ao Congresso. Ele reconheceu a Nova Inglaterra como colônias em estado de rebelião e respondeu a elas aplicando as leis contra traição. Este dispositivo jurídico acionava suas prerrogativas de Capitão-Geral do Reino Unido. Organizou-se a composição de uma grande força de pacificação, composta por forças regulares britânicas e

regimentos alemães contratados, deslocados a partir da Europa, além da convenção com nações indígenas para o provimento de guerreiros.

Aos olhos revolucionários, os britânicos passaram a ser oponentes sem dignidade, pois pelos meios que se punham, não aceitavam nenhum compromisso político-teológico. A população protestante passou a odiar com toda força do ódio calvinista a monarquia, a Igreja Anglicana, o Parlamento e, principalmente, a recusa britânica de se pôr nesse mesmo padrão moral ao contratar bárbaros indígenas e “mercenários” alemães para travar a guerra no seu lugar, que era também a nacionalidade do rei, um hanoveriano, e não um inglês. Se a questão revolucionária era eminentemente inglesa, ela não poderia ser decidida por outrem (LECKY & WOODBUM, 1898, p. 121). ROYSTER (1979, p. 28) define esse fenômeno como *rage militaire*: a expressão dual de aspiração de alcançar salvação da alma e do país. Nesse fenômeno, havia uma nova fórmula do *odium theologicum* incorporado em princípios republicanos. Como consequência, houve a rápida mobilização das milícias contra as tropas britânicas já presentes nas colônias. A aliança patriótica evoluiu a partir do Exército de Massachusets de 1774 para o Exército da Nova Inglaterra em 1775 e, por fim, o Exército Continental em 1776.

Portanto, a ruptura no relacionamento político entre britânicos e norte-americanos evoluiu da alteração no equilíbrio de poder dos primeiros na América do Norte. Esta alteração não se deu, originalmente, para a sumbissão dos colonos, mas para fazer frente às tropas francesas e sua aliança com as nações indígenas. Pela mesma razão, houve a maior mobilização de milícias e recursos da história das colônias. A Paz de Paris de 1763 foi uma vitória que foi celebrada dos dois lados do Atlântico. Porém, a interpretação de suas consequências foi distinta.

A principal consequência da Guerra dos Sete Anos para a América do Norte foi que o Reino Unido adquiriu um enorme território a ser protegido. Por isso, mantiveram-se as forças deslocadas para lá. Do ponto de vista britânico, a disposição de mais meios de coerção nas mãos das autoridades imperiais levou o Parlamento a considerar que as convenções políticas com os colonos deveriam ser revistas. Até então, existia leniência e autorização ao autogoverno das colônias pela falta de meios, e mesmo importância, para que as instituições

imperiais fossem mais fortes. Do ponto de vista norte-americano, acreditava-se que tal leniência e possibilidade de autogoverno era uma condição dada e que ela evoluiria em premiação à dedicação das colônias pela defesa do Império.

A confrontação dessas expectativas contraditórias revelou que ingleses norte-americanos e ingleses britânicos tinham evoluído da condição política anterior de metrópole e colônia e já eram sociedades políticas com sistemas de valores subjetivos completamente distintos. Por isso, existia pouca inteligibilidade e possibilidade de entedimento mútuos.

Ambos os lados passaram a confiar que tinham meios de força suficiente para apoiar suas posições políticas sobre as de seu oponente. Os britânicos confiavam que o profissionalismo de suas forças combatentes prevaleceria sobre milícias de fazendeiros e que a porção da população em rebelião era limitada à Nova Inglaterra. Os norte-americanos confiavam que a distância transoceânica e a população armada e reforçada de fortificações colonais imporiam desvantagens que anulariam tal qualidade superior das forças imperiais.

4.1.2. NÚMEROS DAS FORÇAS BRITÂNICAS ENTRE 1775 E 1777.

Desde o fim da Guerra dos Sete Anos, o Reino Unido manteve aproximadamente os mesmos números e disposições de forças combatentes. Em 1775, ele tinha a sua disposição uma força terrestre total de 48.647 soldados, dos quais 39.294 era infantaria, 6.869 cavalarianos e 2.484 artilheiros. Essas tropas eram divididas em dois exércitos ativos separados em ‘departamentos’: o inglês e o irlandês, sendo que o escocês havia sido extinto em 1707.

O departamento inglês organizava 25.871 infantas em 46 regimentos e 20 companhias independentes, 4.151 cavalarianos organizados em 16 regimentos e 2.256 artilheiros. Um regimento de infantaria consistia de 482 soldados e os 1.040 soldados das companhias independentes eram em grande parte compostos por tropas de inválidos e de guarnição nas ilhas britânicas e raramente eram aplicados em operações regulares de campo.

O departamento irlandês consistia de 13.423 infantas dividido em 28 regimentos, 2.718 cavalariados em 12 regimentos e 228 artilheiros em um único regimento de quatro companhias.

Além de ser uma força terrestre relativamente pequena, o Exército britânico se encontrava concentradamente em três países: 15.547 na Inglaterra, 12.533 na Irlanda e 8.550 na América. Os 10.000 restantes eram distribuídos ao longo do globo. A tabela a seguir organiza os números totais da força britânica.

Tabela 2: Número e Disposição do Exército Britânico em 1775.

	Regiment o Infantaria	No. Infantaria	Regimento Cavalaria	No. Cavalaria	Total
Inglaterra	19	11.396	16	4.151	15.547
Escócia	1	474	-	-	474
Isle of Man	3 companhias	124	-	-	124
Irlanda	21	9.815	12	2.718	12.533
Minorca	5	2.385	-	-	2.385
Gibraltar	7	3.339	-	-	3.339
Índias Ocidentais	3	1.909	-	-	1.909

América	18	8.550	-	-	8.550
África	1 corpo	214	-	-	214
Total	73	38.254	28	6.869	45.123

Fontes dos dados: Curtis, Edward. 1927. *The Organization of the British Army in the American Revolution*. New York: Oxford University Press, capítulo 1.

Em 1775, as forças imperiais tinham a sua disposição o número total de 8.550 regulares na América do Norte em 18 regimentos de infantaria de regulares, 1 destacamento de fuzileiros e 1 destacamento de artilharia. Na prática, os números efetivos eram bem menores. Quatro regimentos tinham funções específicas de guarnição na Virginia (14º Regimento), no Canadá (7º e 26º regimentos) e nas Índias Ocidentais (6º Regimento). Outros 3 regimentos (64º, 65º e 18º), mal tinha números para uso efetivo. Portanto, apenas 7.209 regulares britânicos existiam de fato para operações na América do Norte em 1775. A tabela apresenta os números britânicos efetivos e suas disposições nas 13 Colônias, bem como o ano em que elas foram transferidas.

Tabela 3: Forças Britânicas na América em 1775.

Regimento	Base	Ano	Efetivo
8º Foot	Grandes Lagos	1768	477
29º	Boston	1768	477
64º	Boston	1769	352
65º	Boston	1769	132

47 ^o	Nova Jersey	1773	477
4 ^o King's Own	Boston	1774	477
5 ^o	Boston	1774	477
10 ^o	Boston	1774	477
18 ^o Royal Irish	Boston	1774	230
38 ^o	Boston	1774	477
43 ^o	Boston	1774	477
52 ^o	Boston	1774	477
59 ^o	Boston	1774	477
23 ^o Royal Welsh Fusileers	Boston	1775	477
1 ^o Marines	Boston	1775	336
4 ^o Bn artilharia	Boston	1775	435
Total (16 regimentos)			7.209

Fontes dos dados: Curtis, Edward. 1927. *The Organization of the British Army in the American Revolution*. New York: Oxford University Press, apêndice1; Morrissey, Brendan. 1995. *Boston 1775*. Oxford: Osprey Publishing, p. 26; Savas, Theodore P., e David Dameron. 2006. *A Guide to the Battles of the American Revolution*. New York: Savas Beatie, pp. xxxv-xli.

Em 1775, existiam apenas três regimentos de milícias legalistas organizados. O *Queen's Loyal Virginia Regiment* de 600 homens, com função apenas de guarnição na Virgínia, e *Royal Ethiopian Regiment* de 300 milicianos também da Virgínia. Esse último foi um caso interessante, pois era formado por negros aos quais foram prometidos liberdade em troca de serviços à Coroa. O mais relevante desses para a guerra foi o 84º Foot, considerando uma unidade regular constituída por veteranos da Guerra dos Sete Anos erradicados no Canadá (Savas & Dameron, 2006, pp. xli-xliii). As milícias teriam um papel secundário na guerra até 1777⁵⁸.

A maioria do efetivo britânico que conduziu à guerra na América veio dos regimentos permanentes dos exércitos ativos da Inglaterra e da Irlanda. O rei Jorge III resistiu à organização de novos regimentos porque demandaria autorização do Parlamento e alocação de recursos e poder às aristocracias. Até 1778, apenas o 71º Regimento foi criado e participou da primeira fase da guerra. A tabela a seguir apresenta os efetivos britânicos na América do Norte entre 1775 e 1777.

Tabela 4: Forças Britânicas Deslocadas à América entre 1775 e 1777.

Origem	Regimentos	Efetivo
Irlanda	10	4.497
Inglaterra	4	1.766
Subtotal: Reforços em 1775 (14 regimentos)		6.263

⁵⁸ De fato, as milícias a serviço do rei teriam um papel mais significativo na mudança da estratégia britânica após a Campanha de Saratoga, nas campanhas subsequentes sobre as colônias do sul em operações, contra-insurgência, em guarnições e na Marinha real. Autoridades britânicas estimavam o emprego de 25.000 legalistas ao longo de toda a guerra (Savas & Dameron, 2006, p. xliii).

Irlanda	14	6.651
Inglaterra	6	3.094
Escócia	1	474
Subtotal: Reforços em 1776 (21 Regimentos)		10.219
Total da Força Britânica em 1777 (35 Regimentos)		16.482

Fontes dos dados: Curtis, Edward. 1927. *The Organization of the British Army in the American Revolution*. New York: Oxford University Press, apêndice 1; Savas, Theodore P., e David Dameron. 2006. *A Guide to the Battles of the American Revolution*. New York: Savas Beatie, pp. xxxv-xli.

De outro lado, os números e disposições já apresentados explicam a decisão britânica de recorrer a tropas regulares estrangeiras. Após tentativas junto à czarina russa Catarina e a Frederico o Grande, o Reino Unido recorreu a principados alemães para uma composição mais rápida e menos custosa, principalmente do ponto de vista político. Seis estados alemães proveram forças ao Reino Unido mediante tratados e pagamentos. Desses, os contingentes de Waldeck e Anhalt-Zerbst foram deslocados apenas em 1778 com função específica de guarnição. O maior contingente de forças alemãs foi deslocado para América entre 1776 e 1777, e constam abaixo.

Tabela 5: Forças Alemãs Deslocadas para América entre 1776 e 1777.

Origem	Regimentos	Efetivo
Hesse-Cassel	21	12.805
Brunswick	7	4.300

Hesse-Hanau	3	2.038
Total de forças alemãs em 1776 (31 regimentos)		19.143
Anspach-Bayreuth	2	1.285
Total de forças alemãs em 1777 (33 regimentos)		20.428

Fonte dos dados: Lowell, Edward. 1884. *The Hessians and the others German Auxiliaries of Great Britain in the Revolutionary War*. New York: Harper & Brothers Publishers, cap. 2 e apêndices C e D; Savas, Theodore P., e David Dameron. 2006. *A Guide to the Battles of the American Revolution*. New York: Savas Beatie, pp. xxxv-xli.

Portanto, para efeitos desse estudo. O total e origem das forças britânicas no teatro de operações americano entre 1775 e 1777 foram:

Tabela 6: Total Consolidado de Forças Britânicas Deslocadas até 1777.

Origem	Regimentos	Efetivo
América	16	7.686
Reino Unido	14	6.263
Total de Forças em 1775 (29 regimentos)		13.949
Alemãs	31	19.143
Reino unido	21	10.219
Total de Forças em 1776 (81 regimentos)		43.311

Alemães	2	1.285
Total de Forças em 1777 (83 regimentos)		44.596

Comparando com os números da forças terrestre britânica em tempos de paz - 45.123 – e o número efetivo para condução da guerra – 44.596; é de se notar que a guerra revolucionária dos Estados Unidos foi um grande esforço pelo qual o Reino Unido estava disposto a pagar. Certo que as instituições e território ingleses não foram em grande medida ameaçados, mas pelos menos 50.000 soldados a mais seriam disponibilizados depois de Saratoga. O Império Britânico esteve em muito maior tensão e em outras regiões do globo com a entrada da França, e depois da Espanha, na guerra.

Em apoio e em operação combinada com a força terrestre, as forças marítimas britânicas enviadas às Américas foram 24 navios de linha em janeiro de 1775 e chegariam a 29 em junho do mesmo ano. Sua composição era:

Tabela 7: Composição e Número da Marinha Britânica em 1775.

Classe (canhões)	Número
70	1
68	2
50	1
28	1
20	6

16	3
14	5
8	3
6	7
Total	29

Fonte dos dados: Morrissey, Brendan. 1995. *Boston 1775*. Oxford: Osprey Publishing, p. 26.

Apenas em 1777, haveria aumento no número de navios para 64. Não foram adquiridos dados razoáveis sobre a composição da frota, apenas se menciona que era formada principalmente por embarcações pequenas para transporte de tropas e material na ocasião do reforço terrestre de 1776 (Syrett, 1998, p. 3).

4.1.3. NÚMEROS DAS FORÇAS NORTE-AMERICANAS ENTRE 1775 E 1777.

As estimativas das forças americanas são de mais difícil apreciação devido à grande flutuação mensal, principalmente das milícias. O contingente reportado oficialmente pelo Congresso Continental em 1789 para os três primeiros anos da guerra foram (SAVAS & DAMERON, 2006, pp. xlvii-xlviii):

- 1775: 27.443 (29 regimentos);
- 1776: 46.891 (88 regimentos);
- 1777: 34.820 (120 regimentos).

Na prática, esses números devem ser questionados e avaliados não a cada campanha, mas a cada batalha. Ao longo de uma mesma campanha, houve

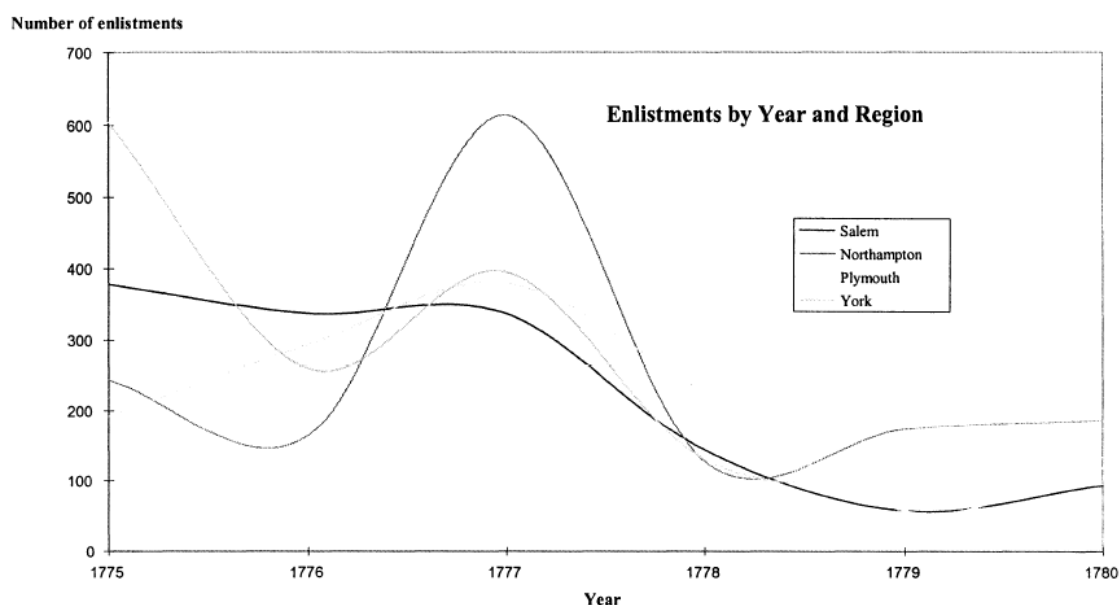
grande volatilidade e os números totais apresentados não servem se quer de média. Por exemplo, as forças sob o comando de Washington no ano de 1776 variaram entre 15 e 48 mil combatentes (LESSER, 1976, pp. 15-38).

Houve grande variação da unidade combatente padrão das várias forças revolucionárias. Em 1775, o regimento de infantaria do Exército da Nova Inglaterra era composto por 598 soldados, o regimento de infantaria do Exército Continental de 1776 por 640 e ao final deste ano Washington tinha como principal unidade brigadas de 830 soldados. Enquanto que, no mesmo período, o Departamento Norte ainda dispunha de regimentos segundo o padrão do Exército da Nova Inglaterra. Por isso, a contabilidade do contingente revolucionário pela unidade de regimento não é precisa, como no caso britânico. Para complicar, com exceção de 1775 - que chegou a ter regimentos com efetivos em torno de 95% de sua composição oficial - na média da guerra, os números reais dos regimentos revolucionários nunca passavam de 65% dos números oficiais (WRIGHT 1983, 20, 94; SAVAS & DAMERON 2006, xlvii; RISCH 1981, 27-280).

A questão crítica de tal volatilidade é o fato das forças revolucionárias serem formadas por cidadãos através de contratos distintos de serviço militar. Apesar de existirem contratos de 3 anos e pelo tempo da guerra, a maioria dos voluntários e conscritos pelas colônias foi segundo cotas em prazos menores de serviço de 30 ou 60 dias e no máximo de 1 ano. De outro lado, o re-alistamento era bastante comum. Um mesmo soldado poderia servir até três vezes ao longo da guerra, em regimentos distintos e por tempos de serviço também diferenciados. Por isso, a principal referência na questão - Charles Lesser em *The Sinews of Independence* (1976) – apenas se satisfaz com um relatório mensal dos números das forças revolucionárias dos oito anos de guerra é a principal referência deste estudo.

Um tratamento útil para os propósitos desta tese é oferecido por SARGENT (2004) que faz a amostragem sobre o padrão de alistamento de quatro regiões de Massachussets (Salem, Northampton, Plymouth e York), que conformaria em torno de 50% das forças revolucionárias nos primeiros 3 anos. Ele apresenta a seguinte estimativa:

Gráfico 1: Alistamento por Ano e Região em Massachusetts, 1775-1780.



Fonte: Sargent, Walter Leslie. 2004. *Answering the Call to Arms: The Social Composition of the Revolutionary Soldiers of Massachusetts, 1775-1783*. Tese de doutorado, University of Minnesota, p. 138.

O gráfico acima é bastante representativo do grau de engajamento da população americana na conformação das forças revolucionárias. Os anos de 1775 e 1777 foram os picos da participação popular na Revolução Americana.

A marinha da Revolução Americana não teve meios para o comando do mar e nem para o controle do Lago Champlain, via fundamental no controle da fronteira entre o Canadá e Nova York e onde sofreu derrotas em 1776, e não teve papel combatente em 1777. O papel fundamental da Marinha Continental foi na provisão de suprimentos para as forças revolucionárias terrestres através de compras mundo a fora e, principalmente, ao ataque a navios de guerra e comboios mercantes britânicos. Isso ocorreu principalmente nos dois primeiros anos, quando a participação de aliados ainda não era relevante, e foi a principal fonte de armamentos e pólvora da Revolução no período. Em especial, o primeiro comboio de material enviado pela França ocorreria em 1777 e seria um grande aporte de material e de fundamental importância para a provisão das milícias que derrotariam Burgoyne na Campanha de Saratoga e da força de Washington que se opôs a Howe na Pensilvânia, no mesmo período.

A apreciação sobre a marinha revolucionária é parte da história da Revolução Americana que precisa melhor contada, principalmente do ponto de vista britânico com dados mais consolidados. Num tratamento mais superficial, o balanço geral da guerra é altamente desfavorável aos americanos, dos 43 navios que a Marinha Continental adquiriu ao longo dos oito de guerra, apenas cinco não foram destruídos ou capturados pela sua opositora. No entanto, não se pode dizer que a capacidade de uso do mar pelos revolucionários tenha sido nula ou, mais importante, que o comando do mar pelos britânicos tenha sido efetiva. No tratamento mais detalhado dos números dos três primeiros anos da guerra, comprova-se que a Marinha Continental estava presente e com números que a torna mais significativa do que geralmente se aponta. É possível especular até que entre fim de 1776 e os primeiros três meses de 1777, houve um momento de importante equilíbrio de forças de 28 navios americanos contra 29 britânicos (SAVAS & DAMERON, 2006, pp. xxxi-xxxiv).

Portanto, o “furo” francês ao bloqueio britânico não seria um evento simplesmente fortuito, como geralmente a literatura descuidadamente trata a questão (por exemplo, HUSTON, 1991, pp. 104-111). Portanto, existe também a falta de um relato sistemático do comércio de guerra revolucionário e das operações de apoio francês nos primeiros anos da guerra. Apenas muito recentemente, houve a contribuição pontual de como a Marinha de Washington foi importante na ruptura das condições britânicas quando do sítio de Boston em 1775 (NELSON, 2008).

Além disso, essa é uma falta especialmente grave principalmente do ponto de vista logístico da guerra porque diminui o valor do esforço das colônias em ter uma capacidade marítima própria nos primeiros anos da guerra. Dos seus 28 navios adquiridos no período entre 1775 e 1777: 19 foram comprados, 16 construídos na América, um capturado (em 1776) e dois seriam emprestados da colônia da Pensilvânia sob as despesas de Benjamin Franklin. Apenas com a entrada da França, depois de Espanha e Holanda, e o deslocamento das operações para as colônias do sul, que esse esforço foi diminuído e depois estancado: foram adquiridos mais 4 navios em 1778 e apenas um em 1779. Para uma equivalência desse esforço, o Reino Unido produziria entre 1775 e 1777, apenas mais 9 navios de linha (SYRETT, 1998, p. 3).

4.1.4. OS NÚMEROS RELATIVOS DAS FORÇAS COMBATENTES PARA A CAMPANHA DE 1777.

Levam-se em conta os números totais das forças, contando todos aqueles disponíveis ao início das operações. Esses números são atualizados a cada estágio da análise do desenvolvimento da campanha (seção 4.3.6).

Os números iniciais britânicos sob o comando do General John Burgoyne eram:

Tabela 8: Números de Britânicos ao Início da Campanha de Saratoga, 1 de Julho de 1777.

Unidade	Efetivo	Unidade	Efetivo
Britânicos		Alemães	
Estado-Maior			
Estado-Maior	10-20	Estado-Maior	22
Subtotal: 42			
Infantaria			
9º Regimento	542	Regimento de Dragões	22
20º Regimento	528	Granadeiros	
21º Regimento	538	Jägers	
24º Regimento	528	Regimento Von Rhetz	
47º Regimento	524	Regimento Von Riedesel	
53º Regimento	537	Regimento Von Specht	

62º Regimento	541	Regimento Prinz Friederich	
Companhias de flanco	329	Regimento Hesse- Henau	
Infantaria britânica	4.067	Total infantaria alemã	4.672
Subtotal infantaria: 8719			
Artilharia Real	251	Artilharia	100
Recrutas artilheiros	154		
Artilharia britânica	405		
Subtotal Artilharia: 505			
<i>Exército de Burgoyne em 1 de Julho de 1777: 9.187</i>			
<i>Exército de St. Leger em 1 de Julho de 1777: ~ 2.000</i>			
Total da forças britânicas para a Campanha de Saratoga: 11.187.			

Fonte dos dados: Savas, Theodore P. , e David Dameron. 2006. A Guide to the Battles of the American Revolution. New York: Savas Beatie, pp. xxxvi-xxvii; Luzader, John F. 2008. Saratoga: A Military History of the Decisive Campaign of the American Revolution. New York: Savas Beatie, pp. 363-364.

Geralmente, não se inclui os números da expedição de St. Leger no início campanha e ele é apenas apresentado no episódio do sítio a Forte Stanwix e Batalha de Oriskany, o que é um erro. Pois, Burgoyne - assim como o rei e Lorde Germain – e seus oponentes planejavam suas campanhas levando em conta esta segunda coluna como parte da expedição britânica.

No mesmo período, os números norte-americanos eram 5.193 soldados, organizados em cinco brigadas (LESSER, 1976, p. 48):

- Nixon: 1.564;
- De Fermoy: 891;

- Poor: 957;
- Peterson: 957;
- Learned: 834.

No entanto, a mera apresentação dos números iniciais de uma campanha é um tratamento superficial. Particularmente no caso da Campanha de Saratoga, a flutuação foi enorme de ambos os lados. Em menor consequência aos enfrentamentos e mais em decorrência da guarnição dos fortes e linhas de comunicação pelos britânicos, pela perda por deserção e doença no comando de Schuyler e depois pela inclusão diária de milícias ao comando de Gates depois da vitória em Bennington em 16 de agosto de 1777 pelos norte-americanos.

4.1.5. JOHN BURGOYNE E OS COMANDANTES BRITÂNICOS.

Segue a apresentação da biografia, experiência e traços da personalidade dos comandantes britânicos de John Burgoyne e, ainda que mais superficialmente, de outros comandantes britânicos cujas decisões e condutas tiveram impacto importante na Campanha de Saratoga, principalmente as do comandante-chefe William Howe.

John Burgoyne é uma das personalidades mais analisadas da Revolução Americana. É raro um autor que não tenha sequer uma única crítica à sua personalidade ou às decisões tomadas. O qualificativo de *gentleman* no sentido pejorativo do termo, como um playboy do século 18 que se aventurava nas Américas é repetitivo, e de fato prejudicam uma análise precisa de sua personalidade e biografia – e daí de sua qualidade como comandante.

Filho ilegítimo de um ex-Lorde do Tesouro Real, umas das posições de maior poder do Império, providenciou que Burgoyne tivesse acesso - mas não muita consideração por não ser herdeiro de nenhuma honraria - dentro aos meios aristocráticos. Era uma figura boêmia, escritor de peças de teatro e apostador compulsivo. Serviu na principal unidade de cavalaria britânica: a Horse Guards.

Sua carreira militar e acesso social foram interrompidos pelo caso com Lady Charlotte Stanley - filha do Earl de Derby - sem consentimento deste, o que envolveu sua fuga para França e venda de sua comissão de major e uma vida errante na Europa até o recebimento do perdão do futuro sogro em fim de vida. Em 1756, como dote de casamento, teve suas dívidas pagas e comprou uma nova comissão militar no 11º Regimento de Dragões.

Na Guerra dos Sete Anos, seu regimento foi enviado para a defesa de Portugal da Espanha, e teve destaque na liderança de uma carga que desbaratou as forças oponentes, o que lhe concedeu honraria do rei de Portugal. No seu retorno, foi laureado por William Pitt, o Velho, e recebeu a comissão de coronel comandante do 16º Regimento de Dragões Leves (GRIFFITH II, 2002, pp. 373-374).

A partir de então, sua carreira militar foi meteórica e ele soube como explorá-la. Algo interessante do percurso de Burgoyne foi que ele considerava que poderia alavancar sua - retardada - carreira militar se provesse um estudo dos principais exércitos europeus no período. Ele antecipou que poderia conseguir boas informações para seus patrões políticos para uma segunda rodada de choques com a França. E assim, em 1764, Burgoyne decidiu fazer uma viagem pela Europa. Sua decisão foi influenciada pela morte de sua filha no mesmo ano, algo trágico principalmente porque sua mulher não poderia mais engravidar. Ele visitou Dresden, Praga, Brunswick, Viena e Flanders. Ele fez anotações e depois um relatório de viagem que encaminhou a Lorde Chatham sobre os campos de batalhas, os exércitos, seus acampamentos e também seus comandantes. Ele apresentou ainda sua impressão das questões políticas do continente: a intenção da Áustria de recuperar a Silésia da Prússia, por exemplo. A modernização do exército francês sob Choiseul, principalmente em termos de cavalaria, que ele observava que deveria ser a preocupação britânica naquele momento em termos de defesa (GRUBER, 1978, pp. 16-17; MINTZ, 1992, pp. 22-23). Algo que, certamente, favorecia sua posição.

Um ponto importante da biografia de Burgoyne foi sua trajetória política. Inicialmente, ele foi do partido dos *Whigs*. Foi eleito em 1761 e em 1768 por apoio da família de seu sogro, Lorde Derby e o grupo político deste. Apesar de algum reconhecimento particular dos direitos dos ingleses americanos, ele votou a favor do *Stamp Act* e para ele o Parlamento tinha direito de legislar

sobre as colônias como bem entendesse. Até 1772, seguiu o voto do grupo de Lorde Chatham na Casa dos Comuns, porém a partir desta data converteu-se para o partido político do Primeiro-Ministro Lorde North e do rei em troca de promoção na carreira militar (MINTZ, 1992, pp. 19-20, 26-27). Essa foi uma mudança drástica para aquele contexto, pois Burgoyne traiu seu apoio político por benefício pessoal. Isto destacou a sua figura e o aproximou da aristocracia *Tory* que compunha o Ministério.

Na eclosão da guerra em 1775, o Rei Jorge III teve dificuldades em apontar comandantes após a recusa de Sir Jeffrey Amherst, o principal comandante britânico da parte norte-americana da Guerra dos Sete Anos. Além das circunstâncias particulares do apontamento de Howe e Clinton, Burgoyne surgiu muito mais como um cliente ávido por oportunidade por provar-se. Ele foi escolha do rei porque tinha notoriedade e porque era uma peça alternativa a Clinton e Howe. Burgoyne não tinha qualquer laço anterior com os colonos que pudesse moderar seu julgamento e ação, não era cliente da aristocracia e não tinha laços fortes dentro da hierarquia militar. Portanto, era um comandante mais susceptível a aplicar de maneira inequívoca as intenções marciais que o rei tinha para com os rebeldes.

Howe e Clinton eram os comandantes possíveis dadas as circunstâncias, adequados segundo critérios de carreira, mas fora do mesmo escopo político que se encaixava Burgoyne. Ambos seguiam a cadeia de senioridade para comando e conheciam as colônias, porém eram aristocratas de maior estirpe, por isso autonomia, e tinham laços afetivos com os americanos, apesar de suas subserviências declaradas aos desejos do Rei.

Burgoyne foi a última escolha do rei, mas era sua favorita. Desde o início da guerra, por iniciativa do rei e de Lorde Germain, Burgoyne receberia favorecimento que atritaria seu relacionamento com os demais generais na América. Pois, apesar de mais velho, Burgoyne era mais júnior em carreira militar a Howe e Clinton, por isso dificilmente poderia assumir um comando de campo independente (MINTZ, 1992, pp. 57-61; GRIFFITH II, 2002, p. 176). Isso gerou rusgas dentro do generalato britânico com relação a Burgoyne.

A principal consequência disso tudo foi que Burgoyne teria uma censura parcial e velada dos seus pares, dos quais ele diretamente dependeria ao início e ao fim de sua campanha em 1777.

O clã Howe era uma das mais antigas e ricas famílias da Inglaterra. Pelas especulações da época, a avó de Richard e William Howe foi cortesã do rei Jorge I. Por isso, alegava-se que eles fossem parentes consangüíneos do rei Jorge III. Suas escolhas como comandantes-chefes, respectivamente das forças marítimas e terrestres britânicas nas 13 Colônias nas Américas, eram um chamado dentro dessa áurea real, por isso muito especial e exclusiva. Isso somado às honrarias que sua família já acumulava, faziam com que, em particular, Sir William fosse um comandante difícil de ser manejado pelas outras figuras da parte britânica, seja qual fosse o lado do Atlântico (GRIFFITH II, 2002, p. 349). Mesmo North e Germain hesitavam em serem muito taxativos ou de realmente enviarem ordens a William Howe. Eles contavam muito mais com a esperança de que Howe cooperasse por voluntarismo próprio com os outros generais e almirantes nas 13 Colônias. Mesmo a comunicação das decisões e acontecimentos por Howe era muito mais resultado de sua rotina e disposição, do que realmente realizada com sentimento de obrigação. Como resultado, ela não era constante e muito detalhada, o que dificultava muito mais a coordenação das várias operações a partir de Londres. William Howe tinha a mais livre latitude na formulação de seus planos de campanha de 1776 e 1777.

Sua figura segue sendo uma das mais enigmáticas da Revolução Americana, em especial porque seus documentos e escritos particulares foram perdidos ao fim do século 19 e não sofreram um escrutínio detalhado até então. Mas Howe era um general do século 18. Entendia a guerra como um jogo de xadrez de manobra e mobilidade, e julgava a perda de tropas em batalhas algo apenas muito dificilmente aceitável. Richard KETCHUM (1997) é um dos poucos autores que faz uma defesa qualificada da figura de Howe. Ele aponta que é certo que Howe era um general ortodoxo. Mas a biografia de Howe aponta que ele era um general menos conservador do que geralmente se aponta. Era um soldado veterano e experiente no terreno, povo e formas de combate americanos. Havia lutado na guerra contra os franceses e índios nas 13 Colônias e Canadá como comandante de um batalhão de infantaria leve. Experiência que

empregava de maneira efetiva contra os rifles americanos. Era um administrador dedicado e que se preparava detalhadamente antes de cada batalha e campanha (KETCHUM, 1997, p. 97). Talvez seus traços psicológicos mais negativos fossem ser muito introspectivo e severo com suas próprias falhas. A vitória custosa de Bunker Hill e os acontecimentos de Princeton e Trenton (que não recaíam diretamente sobre si desde que o comando imediato era do General Cornwallis) pesaram em sua auto-avaliação e na sua expectativa de realização de seus objetivos estratégicos. Esses traços de sua personalidade seriam ainda mais significativos e prejudiciais no seu julgamento em decorrência de suas condições logísticas.

O Exército Real e a Máquina britânica não eram instituições eficazes e a incerteza e descontinuidade de seus serviços seriam opressoras para qualquer comandante. Howe as conhecia melhor por dentro que outros generais e explorava as conseqüências lógicas dessas deficiências nas condições materiais para a realização da missão sob sua responsabilidade e em cada evento em que ele perdia forças e a resolução da guerra ficava mais distante. Por isso tudo, Howe seria um comandante cauteloso, prudente e mais inclinado a operações de pouco risco que as decisivas. Howe não era um general sem coragem, mas consciente que seus recursos de força eram escassos e temeroso que sua perda pudesse significar o fim do esforço britânico na América (MIDDLEKAUF, 1985, pp. 336-337).

Uma posição intermediária entre Burgoyne e Howe era Clinton. O mais jovem dos três generais, com 39 anos em 1777. Tinha parentes lordes e foi filho de um governador real de Nova York, por isso cresceu e conhecia parte das colônias, sendo que serviu nas milícias locais. Voltou para Londres e serviu na Coldstream Guards – o mais prestigioso regimento inglês. Serviu como ajudante-de-ordens de Sir John Ligonier - comandante-chefe do Exército Britânico durante a Guerra dos Sete Anos, e teve um longo tour no continente europeu como ajudante-de-ordens do Príncipe de Brunswick. Por isso, presenciou as peripécias de Lorde Sackville/Germain no Continente e as acusações formais do príncipe alemão ao Rei Jorge II (BROOKS & HOHWALD, 1999, pp. 29-31; GRIFFITH II, 2002, p. 176).

Talvez sua experiência com as batalhas européias tenha o feito um tipo de comandante de qualidade intermediária entre os outros dois. Enquanto, que seus companheiros eram inclinados a esquemas de manobras e flanqueamento, Clinton operava e comandava mais como um alemão. Porém, seja pela sua pouca experiência como comandante, ou pelo seu temperamento, ele era uma figura de difícil relacionamento e de menor favorecimento junto às lideranças de Londres e teve um papel secundário na campanha de 1777. Sua participação e conhecimento próximo das desventuras de Lorde Germain no Continente também contribuíram para que tivesse, bem como Carleton, uma censura branca dentro do Ministério.

Cada um dos três principais comandantes britânicos possuía grande confiança em suas capacidades e segurança de suas posições de comando por sua associação com a classe dominante britânica e os três tinham cadeira na Casa dos Comuns. Entretanto, os três generais britânicos não tinham qualquer passado marcial em comum. Cada um deles seguiu uma trajetória específica e, mais importante, participaram da guerra dos Sete Anos em teatros distintos, porém todos com desempenhos considerados de sucesso. Entre eles, Burgoyne possa ser considerado o mais laureado pelo seu desempenho em Portugal. De qualquer maneira, todos eram aristocratas com distinções por bravura. Este era um triunvirato de reputação.

O importante é considerar que eles apenas tomaram mútuo-conhecimento e algum tipo de compartilhamento de visões e expectativas em 1775, a bordo do navio *Cereberus*, na travessia para a guerra contra os revolucionários. Nesse percurso - Howe, Burgoyne e Clinton - passaram cinco semanas inteiras em convivência. Nesse período, eles discutiram experiências de batalha, posições parlamentares e as questões americanas (MINTZ, 1992, p. 62). No entanto, as diferenças entre eles eram maior que as semelhanças. Dentro da lógica aristocrática inglesa, eles eram de estamentos distintos. Howe de um estamento superior, Clinton intermediário e Burgoyne era um *maverick*. Isso teria efeito nas suas expectativas e mesmo responsabilidade com relação a suas funções. Howe tinha consideração e respeito pelos norte-americanos, pois tinha combatido ao lado deles, Clinton também os conhecia e teve uma relutância inicial em combatê-los. Já Burgoyne não os conhecia e os repugnava. Howe

queria cumprir sua missão quanto antes e retornar para seu meio, Clinton era um soldado profissional e Burgoyne almejava glória.

Nesse sentido, Howe e Burgoyne eram figuras opostas em personalidade e inclinações de comando. O primeiro cauteloso e o segundo agressivo e imprudente. Howe era meticoloso e tinha grande atenção à preparação de seus enfrentamentos, Burgoyne delegava funções e era leniente com relação à preparação. De outro lado, Howe era independente e inclinado a que os outros seguissem suas intenções e não se esforçava na cooperação com outros generais e consulta com Londres. Burgoyne era escritor e se correspondia regularmente e era atento ao diário de comando.

Essas perspectivas distintas são importantes de serem apreciadas porque foram elas que determinaram as interpretações diferenciadas do plano de guerra britânico de 1777 e os padrões divergentes de encaminhamento das campanhas subsidiárias, comandadas por Burgoyne e Howe.

4.1.6. PHILLIP SHUYLER, HORATIO GATES E OS COMANDANTES NORTE-AMERICANOS.

Diferente do contexto britânico, do ponto de vista norte-americano, a decisão e planejamento da campanha defensiva de 1777 foram muito mais circunscritos em termos de tomadores de decisão. Washington teve um papel secundário e a decisão de maior efeito do Congresso Continental foi na substituição do comando do Departamento Norte, com a campanha já em andamento. Portanto, o restante dos eventos relacionados à preparação e à conduta da Campanha de Saratoga foi centrado em Phillip Schuyler e Horatio Gates. Benedict Arnold, John Stark e Daniel Morgan só tiveram papéis importantes na condução de enfrentamentos que da campanha, por isso não são tratados nesta parte do estudo.

Descendente de uma família de proprietários de terras concedidas pelo governo holandês, Phillip Schuyler era um aristocrata por nascimento. Ainda assim, ele não era uma figura acomodada em sua riqueza. Seguiu uma rotina extenuante de atividades administrativas e políticas. Seu serviço público começou durante a

Guerra dos Sete Anos como capitão, comissário e major, quando seu talento para atividades preparatórias se destacou. Politicamente, ele se posicionou à direita dos principais revolucionários conservadores como Washington e Adams. Como outros de sua classe social, ele era um revolucionário relutante. Diferente ainda de outros revolucionários de sua geração, Schuyler se dedicou pouco ao registro de suas perspectivas filosóficas, por isso não foi coletado entre as grandes figuras políticas da Revolução. Ainda assim, teve papel destacado de liderança desde o seu início. Quando o Congresso passou a nomear generais, reconheceu-se a necessidade de nomear um *new yorker*. Ele foi a primeira escolha. Em 1776, apenas Washington, Artemas Ward e Charles Lee eram seniores a ele. Schuyler foi ainda o arquiteto da invasão americano ao Canadá em 1775 e seu insucesso levou a 14 meses de críticas e entraves políticos.

As qualidades de Scuyler eram suas conexões políticas e sociais, que lhe faziam adquirir o máximo possível de bens e esforços para a guerra. Adicionalmente, tinha grandes qualidades administrativas e grande devoção ao seu estado e nascente nação. Não foram poucas vezes que ele lançou de sua fortuna em prol da defesa do Departamento Norte. Porém, possuía aspectos negativos em sua personalidade que foram, em parte, causas de sua derrocada, perda de comando e marginalização entre os grandes nomes da Revolução Americana. Schuyler era arrogante e tinha dificuldade em lidar com igualdade aqueles que julgava inferior. Também não possuía o caráter agressivo e o vigor físico necessários para um líder guerreiro. Por fim, tendia ao descontrole em situações de crise. Por isso, Schuyler não era um comandante-de-campo. Desde 1775, sua ausência na zona de batalha era um aspecto que contribuiu para a indisciplina e declínio do moral combatente. Aspectos das forças combatentes na fronteira norte que se tornaram críticos em 1777 com a expedição germano-britânica.

A queda de Schulyer deu-se em parte por suas crises nervosas, pela ascensão de Gates como figura política, mas principalmente por dois outros fatores. Por um lado, havia a necessidade de comprometer as colônias da Nova Inglaterra na defesa de Nova York, o que era um projeto difícil de avançar, principalmente tendo-se como comandante uma figura tão notoriamente aristocrática como Schuyler. Por outro lado, com a conquista da cidade de Nova York em 1776 houve uma considerável inclinação de figuras importantes da região à causa

legalista. Esse aspecto também foi fundamental na deterioração da base política de Schuyler no Congresso (LUZADER, 2008, pp. 141-142, 146-148).

Horatio Gates nasceu na Inglaterra e era afilhado de Horace Walpole – possivelmente um filho bastardo – sendo sua mãe governanta do segundo Duque de Leeds, seu pai (de criação) em registro era um mordomo, antes de se tornar coletor de tarifas de Greenwich. De alguma maneira, Gates adquiriu uma educação acima da média e em 1749 entrou para o Exército Britânico com a patente de tenente. Porém, seu berço plebeu era notório e foi uma barreira para sua ascensão por toda sua carreira. Isso levou a que passasse a maior parte em serviço nas Colônias. Gates serviu inicialmente em um regimento em Halifax, onde foi promovido a capitão. Depois, transferiu-se para a 4^a Companhia Independente de Infantaria em 1755, estacionado em Nova York. Nesse período, participou da campanha de Braddock e foi ferido na batalha de Turtle Creek. Posteriormente, serviu um posto em Mohawk Valley como major sob General Stanwix e no forte que receberia o nome deste e teria seu papel em 1777. Em junho de 1757, serviu em Stillwater, próximo a Saratoga, onde se daria a convenção de Saratoga e a rendição de Burgoyne. Seguidamente, serviu em uma curta jornada à Martinica. Em 1762, recebeu a comissão de major do 45^o Regimento, estacionado na Nova Escócia. Dois anos depois, ele se transferiu para o 60^a Regimento Real Americano, e depois passou para o 74^o Regimento (PATTERSON, 1941, pp. 6-7, 17; LUZADER, 2008, pp. 142-146).

Por todas essas passagens, Gates direcionou grandes esforços buscando preferências em postos melhores na Inglaterra e Irlanda, que foram, de fato, inacessíveis a ele. Sua frustração era alimentada desde 1750, quando Gates associou-se ao Whig Club, um grupo de jovens radicais, em geral formados em Yale, onde ele foi inculcado dos valores republicanos. Finalmente, em 1772, ele deu baixa, vendeu suas posses na Inglaterra e migrou definitivamente com sua família para a Virginia.

Em 1775, ao início da Revolução, recebeu a patente de brigadeiro com a função de ajudante geral de Washington e teve papel destacado na criação do Exército Continental. Uma de suas principais contribuições foi na produção do primeiro manual de campo do Exército Continental, com o objetivo de uniformizar os

procedimentos e instruções dos vários e distintos contingentes de milícias (PATTERSON, 1941, p. 52).

A imagem negativa que se tem de Gates é mais moderna. Ela foi desenvolvida pelo acesso dos registros dos movimentos conspiratórios para colocá-lo na posição de Washington depois do sucesso de Saratoga e também em decorrência de sua grande derrota em Camden em 1780, que deu novo impulso à campanha britânica no Sul (BROOKS & HOHWALD 1999, p. 155). Geralmente, aponta-se que Gates foi um dos mais capacitados generais da Revolução em termos de formação, experiência e qualidades. No entanto, essas virtudes eram, em parte, neutralizadas ou embaraçadas, pela sua ambição política e inconstância ética (LUZADER, 2008, pp. 142-146).

PATTERSON (1941, pp. 55-56) oferece uma interessante comparação entre Washington e Gates em temperamento e formação. O primeiro desenvolveu rapidamente uma atitude de profissionalismo, mesmo não sendo um oficial de carreira. Seja pelo incômodo de ter a sua volta reais profissionais em armas, seja porque ele era convicto da necessidade do uso de soldados como instrumentos do seu comprometimento com o Congresso e a Revolução, Washington desenvolveu uma estima de indiferença, com exceção de um limitado grupo de amigos. Já Gates era muito mais sociável e confortável com sua condição. Tinha preocupação e facilidade na relação com subordinados e outros oficiais. Porém, esse relaxamento era visível na sua condição física, obeso para um comandante-de-campo e incapaz de tolerar condições extremas de comando como Washington.

Washington nunca atravessou o Atlântico e nunca teve contato com os estratos sociais britânicos. Sua visão de mundo era mais estreita e simples. Gates trafegou pela aristocracia inglesa, conviveu com Benjamin Franklin e outros intelectuais radicais de Nova York, por isso era uma figura mais ambiciosa. Patterson conclui que a grande qualidade de Washington sobre Gates foi que o primeiro soube ser sereno no cumprimento da vontade do Congresso e com mais tato e cautela. Patterson segue delineando o caráter de Gates comparando-o a de outras figuras. Ele não tinha a liderança de Washington, a honestidade e dedicação de Schuyler e nem o espírito guerreiro de Benedict Arnold. Portanto, era um comandante, de fato, mediano.

No contexto da campanha de 1777, o grande atributo de Gates foi ele ter sido uma figura expressiva no cerco a Boston em 1775, tornando-se conhecido e reconhecido na Nova Inglaterra. Por isso, foi um preferido ao Departamento Norte pelos *yankees* desde o começo. Mas as conexões políticas de Schuyler foram predominantes até 1777. Alternativamente, Gates tornou-se o primeiro nome a ser indicado após o fracasso de invasão americana ao Canadá e a campanha de Carleton de 1776. Tendo em vista o reconhecimento do papel importante de Gates no Exército Continental, o Congresso julgou necessário empregar seus talentos e experiências na recuperação das forças combatentes em total desarranjo que recuavam do Canadá e que precisavam ser recuperadas e posicionadas na defesa da fronteira norte (LUZADER, 2008, pp. 151-163).

A distribuição de comandos pelo Congresso Continental deu-se no início de 1776. Neste momento, já existia um Departamento Canadense, sob o comando de Robert Montgomery, em razão da expedição de 1775. Criaram-se, então, os departamentos Sul, Médio e Leste. O primeiro envolvia as colônias da Virginia, as duas Carolinas e Geórgia, sob o comando de Charles Lee. O segundo departamento envolvia Nova York, Nova Jersey, Pensilvânia e Maryland, sob o comando de Schuyler. Além de comandante-chefe, o Departamento Leste era o comando imediato de Washington, que envolvia a Nova Inglaterra. Entretanto, quando o esforço de guerra foi levado para Nova York em meados de 1776, o Departamento Médio foi repassado para Washington, e a Schuyler foi criado um novo departamento, o Norte, tornando-se sua principal função a de apoiar as operações do Departamento Canadense, desde que este concentrava maioria das forças combatentes do setor (WRIGHT, Jr. 1983, pp. 83-84).

Como resultado da campanha de Carleton de 1776, as forças revolucionárias estavam em desintegração. Diante da morte de Montgomery e com a reputação desenvolvida quando em serviço a Washington, Gates foi apontado comandante do Departamento Canadense. Desde que este departamento não possuía mais definição geográfica própria, seu comando foi subordinado ao de Schuyler (WRIGHT JR., 1983, pp. 62-63; MINTZ, 1992, p. 92). Tal distribuição de comando se manteria até meados de 1777. Após a queda de Ticonderoga – o “Gibraltar da América” – e o avanço da expedição de Burgoyne, pressionou-se no Congresso por um general mais profissional e com mais experiência de campo.

Levou-se em consideração ainda a proeminência de Gates junto às colônias da Nova Inglaterra. Imagem que Schuyler não desfrutava e era importante na mobilização dos principais redutos de milícias da Revolução (LUZADER, 2008, pp. 175-177)⁵⁹.

4.2. *ANÁLISE DOS FINS*

A análise causal dos fins apresenta as expectativas da Teoria da Guerra, a partir das quais se realiza um re-ordenamento específico dos eventos da Campanha de Saratoga, ressaltando aspectos importantes e estabelecendo os relacionamentos de causalidade entre eles.

A separação entre a análise causal dos fins e dos meios é um refinamento em relação às proposições originais na aplicação da análise crítica como apresentado em II-5, efetuado por Clausewitz no seu estudo da Campanha de 1815 na França e da Campanha de 1796 na Itália (CLAUSEWITZ, 1992; 1993). Leva-se em consideração ainda o estudo da Campanha de 1814 na França e das proposições teóricas em I-2 do *Da Guerra*.

Aplica-se uma análise do tipo de guerra em que a campanha sob estudo faz parte. Depois, segue-se analisando as condições estratégicas e logísticas das forças combatentes britânicas e depois das forças combatentes norte-americanas. Confronta-se se os objetivos políticos traçados foram adequadamente traduzidos em metas bélicas capazes de aproximá-los e se os meios disponibilizados tinham razoável expectativa de alcançar tais metas bélicas.

Por fim, existe um adendo importante na estrutura da análise crítica original de Clausewitz para se efetuar as análises das condições logísticas das duas forças combatentes. Do ponto de vista de uma contribuição conceitual em que se

⁵⁹ Existe uma extensiva literatura sobre as disputas e artimanhas políticas entre Gates e Schuyler e como elas eram representativas das visões políticas e grupos sociais constituintes da Revolução. Essas considerações não são reproduzidas neste estudo. Ver, por exemplo, LUZADER (2008, pp. 141-150).

pretende dar ênfase a categoria analítica da logística, a análise dos fins da campanha demanda a definição das condições logísticas da Campanha de Saratoga para contraste com as causas logísticas desenvolvidas durante a sua conduta. Por isso, a consideração, ainda que não extensiva, das economias e instituições das sociedades políticas em questão é necessária para que as expectativas teóricas do conceito de logística sobre os efeitos da arte da guerra na conduta da Campanha de Saratoga sejam realmente confrontadas.

A última parte da análise dos fins é uma avaliação parcial da guerra no estágio justamente anterior à campanha. Essa é uma análise parcial porque ela não se dá sobre a guerra como um todo, nem leva em conta todos os acontecimentos e informações que teriam conseqüências depois do período da campanha sob análise, ou aqueles que teriam conseqüências para eventos em outros teatros que o de Saratoga. Como um evento político, uma campanha não é isolada do restante do mundo político. Portanto, é importante ter uma avaliação suficiente das decisões e ações realizadas até então para se distinguir os efeitos específicos segundo as decisões e cursos de ação tomados pelos comandantes-de-campo. E esse conjunto que também permite formular algumas hipóteses que as outras duas partes do estudo da campanha se propõe a analisar e julgar.

4.2.1. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES POLÍTICAS.

A expectativa teórica para a Revolução Americana, segundo os dados apresentados, é que essa tenha sido uma guerra ilimitada. Um caso em que não existe a possibilidade de solução negociada para a finalização da guerra e é necessário que um dos dois lados esteja prostrado, com seus meios de força destruídos e com sua vontade de resistir quebrada (CLAUSEWITZ, 1984, I-2, p. 90).

A aplicação dessa expectativa teórica ao caso da Revolução Americana permite fazer algumas considerações sobre as condições e os objetivos políticos dos colonos americanos e do Reino Unido. Essas são considerações parciais porque não são avaliadas e contrastadas detalhadamente até seu resultado último - a paz que se deseja - neste estudo. O foco do recorte é a Campanha de Saratoga. Portanto, apenas se faz a inferência de como os objetivos políticos originais da

guerra e seus desdobramentos em metas bélicas a serem perseguidas afetaram as condições políticas, estratégicas e logísticas das campanhas ofensiva e defensiva de 1777.

Na análise das condições políticas da Revolução Americana, a perspectiva histórica delineada nas seções anteriores apresenta que existia pouca chance de moderação entre as facções políticas revolucionárias da população colonial, principalmente localizadas na Nova Inglaterra e na Virgínia, e o centro institucional do Império Britânico. Entre estes dois extremos existia ultraje pelas posições políticas do outro e interpretavam mutuamente que não havia qualquer possibilidade de compromisso das partes envolvidas. Os sentimentos hostis, o ódio calvinista por parte dos revolucionários e o preconceito aristocrático por parte dos britânicos, sobrepujavam qualquer entendimento razoável.

Em uma posição intermediária entre revolucionários e autoridades imperiais existia uma porção significativa da população colonial que era indiferente ou não tinha posição pré-definida. Esta aderiu a um lado ou ao outro dependendo do curso dos acontecimentos. Mesmo a população legalista, em sua grande maioria, foi relutante em se manifestar, e apenas o fez na medida da presença e do apoio de tropas britânicas.

A ofensiva política e a primeira ofensiva estratégica foram dos revolucionários. Eles tomaram a ofensiva política ao destituírem sistematicamente toda autoridade e instituição imperial nas 13 Colônias. Foram os revolucionários americanos que alteraram completamente o *status quo* político do continente norte-americano. Conseqüentemente, é consistente o entendimento de que a primeira ofensiva estratégia tenha sido por parte dos revolucionários ao longo do primeiro ano da guerra e que o restante da guerra tenha sido uma contra-ofensiva aos resultados produzidos.

Os revolucionários tomaram de assalto prédios públicos e todas as posições fortificadas das 13 Colônias, atacando guarnições regulares britânicas e de legalistas. Da mesma maneira, a primeira expedição ofensiva foi conduzida por dois generais revolucionários ao Canadá com o objetivo de expansão da Revolução para toda a América do Norte. O resultado imediato dessa campanha ofensiva foi a virtual destruição das forças britânicas lá posicionadas. Foram as

forças revolucionárias que sitiaram as principais posições britânicas em Nova York, Montreal, Quebec e Boston. Mesmo a Batalha de Bunker Hill em 1775 foi apenas uma ofensiva tática britânica na tentativa de abrir o sítio de Boston, uma ofensiva estratégia revolucionária. De maneira bastante clara, entre 1775 e até retomada das operações em Nova York em 1776, os britânicos foram expulsos das 13 Colônias. A ofensiva estratégica de 1775 fora norte-americana e uma vitória.

Portanto, a iniciativa política britânica era defensiva. Ou seja, de recuperação de suas posses e restabelecimento de sua autoridade política na América do Norte, definitivamente conquistada em 1763, e ambos os lados reconheciam pela maior parte do tempo anterior à Revolução que a autoridade britânica era legítima, e muitos acreditavam nisso mesmo durante a Revolução. Portanto, a contra-ofensiva estratégica britânica era uma expedição para o restabelecimento da ordem política anterior.

As autoridades políticas em Londres consideravam que qualquer ordem política que fosse restabelecida seria diferente da anterior e de que as relações metrópole-colônia jamais seriam as mesmas. Mesmo os principais personagens não sendo muito explícitos sobre a questão, a Irlanda estava na mente de todos os envolvidos dos dois lados do Atlântico, em caso de derrota dos revolucionários. Muitos dos colonos norte-americanos eram irlandeses e escoceses e a memória de 700 anos de colonização inglesa era forte entre eles: repressões, confiscos, repovoamentos, prisões, torturas e assassinatos, além de dezenas de leis para o controle estrito dos grupos sociais e suas posses. O policiamento constante da população e territórios americanos tornar-se-ia a condição política doméstica das 13 Colônias, em particular da Nova Inglaterra, em caso de derrota.

Os objetivos revolucionários não eram simplesmente a expulsão da presença britânica e dos colonos legalistas, mas a instauração definitiva de uma estrutura política distinta da imperial, e que fosse eventualmente reconhecida plenamente por Jorge III. Tal resultado final, a paz segundo as condições políticas almejadas pelos revolucionários, foi alcançada apenas em 1783 em acordo de paz em Paris e com o recebimento pela Corte londrina do primeiro representante diplomático das Colônias Unidas, John Adams.

É importante enfrentar a expectativa comum, mas não teórica, de que um lado na ofensiva política tenha que estar necessariamente na ofensiva estratégica. A questão estratégica é uma questão de meios, portanto a ofensiva e defesa se dão por uma condição de equilíbrio de forças no teatro de operações. É uma questão de correlação de forças e de disponibilidade dos meios de combate adequados. Isso que dizer que passa ao ataque aquele que tem mais força e até que este ataque cumpra os objetivos políticos desejados. Posiciona-se na defesa o lado mais fraco e aquele que dispõe dos meios de combate da defesa adequados. A Teoria da Guerra estende a essa proposição à consideração pragmática de que o lado que possui condições de se posicionar na defensiva estratégica e ainda assim cumprir seus objetivos políticos, deve fazê-lo e converter para ofensiva estratégica, uma forma muito mais custosa de ação, apenas quando houver realmente condições e expectativas razoáveis de sucesso para tal. Assumindo a proposição teórica de que a defesa é mais forte que o ataque, é razoável esperar que o lado que tem a sua disposição meios defensivos de combate, tome a defensiva estratégica e deixe que o outro lado se desgaste - se for mais forte - ou simplesmente desista de seus objetivos abandonando o teatro de operações - se for ou se tornar mais fraco.

No caso da Revolução Americana, enquanto os revolucionários tinham superioridade de força e era necessário um tipo de empenho armado positivo para a transformação política que se desejava, eles se mantiveram na ofensiva estratégica. Ao longo de 1775, os revolucionários contavam com em torno de 15 a 20 mil tropas, as forças imperiais contavam com menos de 8 mil. Quando esse equilíbrio foi alterado com o reforço de tropas britânicas e alemãs em 1776, os revolucionários tomaram a defensiva estratégica. Tal posição era viável por uma relação de fins e meios. Por um lado, eles dispunham de meios de combate da defesa: forças combatentes, fortificações, uso do terreno e de uma população armada. Por outro lado, seus objetivos políticos estavam sendo realizados: havia a transformação institucional, o alargamento da porção popular que apoiava à Revolução, o desgaste das forças britânicas e o alinhamento internacional contra os britânicos.

Os britânicos mantiveram a ofensiva estratégica enquanto tiveram meios superiores de força para tal. A partir do ponto que tal superioridade não era

suficiente para sobrepor a defesa estratégica revolucionária, houve o impasse. Isso se deu com a derrota britânica em Saratoga em outubro de 1777, quando houve a perda de 1/3 das forças britânicas. E assim se manteve a guerra até 1780, quando houve o reforço considerável de tropas francesas terrestres às americanas, a concentração de forças terrestres espanholas na Flórida e a coalizão de marinhas francesas, espanholas e holandesas nos mares ameaçando possessões britânicas no restante do globo. Em consequência disso, houve o desgaste e a dispersão irrecuperável das forças britânicas nas 13 Colônias e a integridade do Império esteve contestada em todo lugar. Por fim, os britânicos optaram pelas posses mais antigas, as consideradas mais valiosas e aquelas com mais elevada expectativa de sucesso estratégico.

É importante apontar que o impasse estratégico resultante não era definitivo em termos de meios. Era possível o deslocamento de forças britânicas adicionais para enfrentar as 13 Colônias, caso isso fosse decidido. Tal curso de ação seria dispendioso, e não teria uma certeza de ser bem sucedido. O impasse estratégico era também resultado de uma alteração nas condições de política internacional provocada pela vitória revolucionária em Saratoga e consequente enfraquecimento real do Império Britânico frente aos seus rivais europeus. A Revolução Americana deixava de ser prioridade de Londres porque tinha acabado de deflagrar um movimento de contestação ao Império Britânico constituído havia apenas 14 anos. A perda das 13 Colônias era inestimável e provocaria uma crise econômica no Reino Unido que levaria alguns anos para ser recuperada. Mas tal perda não era uma ameaça às instituições e aos territórios britânicos originais. Essas ameaças tornavam-se reais com a formação da aliança entre França, Espanha e Holanda. Além dessa, existia uma segunda junta de países neutros bastante significativa - Áustria, Rússia, Prússia e Suécia - e que afetaria a lógica comercial e a capacidade britânica de acessar seus recursos econômicos distribuídos globalmente. Esses países embargariam as relações comerciais com o Reino Unido, restringiriam a venda de produtos e matérias-primas essenciais para a Marinha Real e impediriam o uso de seus espaços territoriais para a passagem de tropas e material bélico. Uma posição política de neutralidade, portanto, que teria consequências logísticas e estratégicas desfavoráveis aos britânicos.

A resposta britânica à Revolução e sua posterior mudança de rumos seguiram um pragmatismo na condução de política exterior que era contínua por 150 anos. Qualquer linha de política externa e de guerra britânica era subordinada a duas metas bélicas permanentes e superiores: a defesa das ilhas britânicas e a contraposição a qualquer iniciativa francesa (DANLEY, 2001, pp. 52-53). A partir de 1778 e da entrada da França na guerra, essas metas bélicas foram ativadas e as operações nas 13 Colônias tornaram-se secundárias, assim como a disponibilização de meios para conduzi-las.

Isso levaria a uma simetria de equilíbrio de forças com as 13 Colônias que se deteriorou a favor dos revolucionários em dois anos. Condição estratégica esta que eles não desperdiçaram como os britânicos. A guerra se encerraria de fato na Batalha de Yorktown em 1781, quando menos de 1/3 das forças desembarcadas em 1776 ainda restavam distribuídas entre as colônias do Norte e do Sul. Os dois anos restantes foram de acomodação política da guerra limitada particular entre o Reino Unido e a aliança entre França, Espanha e Holanda. Em 1783, haveria dois tipos de acordos: primeiro, o de reconhecimento de independência dos Estados Unidos; segundo, os acordos de reconhecimentos dos novos protetorados além-mar das potências européias como marco da re-distribuição do equilíbrio de poder europeu.

4.2.2. ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES DA OFENSIVA ESTRATÉGICA BRITÂNICA.

A teoria observa que a ofensiva estratégica, para cumprir seus objetivos políticos, tende a conduzir campanhas a fim de: destruir as forças combatentes oponentes, destituir seu governo e submeter sua população civil a um controle externo de seus recursos sociais. O lado na ofensiva estratégica precisa destruir os meios de resistência do oponente e a possibilidade deste constituir novos meios ao longo do tempo, de maneira que o lado defensor torne-se incapaz de ação e sua vontade de resistir, impotente.

A ofensiva estratégica no contexto de uma guerra ilimitada demanda necessariamente como meta bélica a destruição das forças combatentes do

oponente. É possível que essa vitória resulte diretamente na prostração e na submissão política do adversário. Mas quanto mais inflamado é o adversário, mais ele tenderá a usar mais e mais de seus recursos sociais, convertendo-os em novas forças combatentes. Por isso, a capacidade institucional administrativa de converter recursos civis em meios combatentes e de gerenciá-los precisa ser neutralizada, bem como essas fontes de recursos humanos e materiais e de forças morais que impulsionam o defensor a seguir resistindo mesmo em condições desfavoráveis.

Se o lado invasor possui amplos meios de força disponíveis, é possível que ele consiga realizar mais de uma ou até as três metas bélicas esperadas simultaneamente. No entanto, se suas forças são de números limitados, dispersos devido à geografia ou lhe faltam meios combatentes específicos para a realização de uma dessas metas, é necessária uma hierarquia de preferências. Isso porque se os números do ofensor são mais limitados, a primeira meta e as outras duas podem oferecer dilemas na alocação das forças combatentes no teatro de operações. A primeira possivelmente demandará maior concentração, porém a segunda e, principalmente, a terceira metas demandarão dispersão na disposição das forças no teatro de operações.

Na maioria dos casos de guerra ilimitada, portanto, o lado na ofensiva estratégica precisa incapacitar o lado na defensiva estratégica de meios regulares de resistência. Apenas com essa meta cumprida que a força na ofensiva estratégica poderá avaliar se seus meios disponíveis são adequados e suficientes para a realização das outras duas metas, e mesmo se essas são necessárias.

É possível que o objetivo político, a quebra da vontade de resistir do oponente tenha se esvaído com a perda de seus principais instrumentos de resistência. Caso ainda seja necessário prosseguir lutando, a ofensiva precisará poder reorganizar suas forças contra os centros administrativos e as áreas de maior apoio popular e recursos materiais.

Portanto, se há a necessidade de que o adversário colapse e se torne incapaz de resistir, a destruição de suas forças é um requerimento, e a ocupação de seu território apenas uma consequência. Com exceção de casos de grande assimetria de forças, a expectativa teórica é que o território inimigo seja ocupado para

destituição de seu governo e pacificação de sua população *apenas depois* que seu exército tenha sido derrotado.

A ocupação do território inimigo ainda com um exército ativo deve ser considerada um mal necessário em termos de objetivos estratégicos intermediários para alcance da primeira meta bélica. Por exemplo, o policiamento das linhas de comunicação, a necessidade de abertura de uma base e teatro de operações adicionais por questões geográficas ou a guarnição de uma área para conter a ação de um possível aliado do oponente (CLAUSEWITZ, 1984, I-2, p. 92).

A segunda e terceira metas bélicas demandam uma segunda fase de campanhas relacionadas a métodos que desgastem o adversário, seja a sua capacidade de converter novas forças combatentes, seja sua própria vontade de seguir lutando. Ademais, a Teoria da Guerra tem a expectativa de dois métodos adicionais para uma ofensiva estratégica aumentar o esforço do oponente a níveis insuportáveis. Por um lado, existem ações de objetivo essencialmente simbólico e político. Ataques que paralise lideranças políticas importantes e aliados. Por outro lado, as ações que pela ocupação do território inimigo provoquem os efeitos políticos desejados. No caso de uma guerra ilimitada, isso significa provocar danos e sofrimentos nas principais áreas de apoio político do oponente, as principais fontes de recursos e de vontade política (CLAUSEWITZ, 1984, I-2, pp. 92-93).

Aplicando essas expectativas teóricas para a Revolução Americana, a meta primária das forças britânicas era a destruição do Exército Continental. A destruição do Exército Continental não tinha apenas efeitos políticos por ser uma meta bélica, ele tinha potencial de consequências políticas marcantes porque era parte insubstituível entre as nascentes instituições políticas americanas (ROYSTER, 1979, pp. 25-26, 114-120). O Congresso simbolizava a Revolução, porém não tinha a autoridade, meios materiais e técnicos para ser o centro de gravidade da Revolução. Pela sua capacidade de ser o principal braço armado da Revolução e ter usurpado várias das funções e departamentos do Congresso, o Exército Continental tinha um valor maior e sua destruição significava o alcance parcial da segunda meta bélica em um caso de guerra ilimitada.

É importante qualificar que o desbaratamento do Congresso Continental não era a segunda meta bélica britânica. A Teoria da Guerra recomenda que a capacidade institucional do oponente de converter recursos e promover a resistência deva ser anulada. O Congresso Continental era a eminente instituição política e representante da mudança de *status quo* político das 13 Colônias. Entretanto, tendo em vistas as condições frágeis por ser uma instituição recém criada, essa não era uma meta bélica urgente ou que conferisse resultados decisivos.

Em termos de alocação de forças, a terceira meta era destacadamente de um peso maior que esta, pois envolvia potencialmente efeitos políticos mais decisivos. O coração da resistência popular e de onde advinha a maior parte das tropas e material bélico da Revolução era a Nova Inglaterra. Massachusets, Connecticut, New Hampshire e Rhode Island eram os bastiões políticos da Revolução. A própria capital onde se instaurou o Congresso Continental originalmente não era Filadélfia, mas Cambridge em Massachusets. Apenas com a presença das forças britânicas em Boston, da epidemia de varíola e pela manobra política de abranger as bases da Revolução para as colônias médias e do sul foi que houve o deslocamento da “capital” das 13 Colônias para a Pensilvânia.

Entretanto, essa nova capital não era o centro administrativo da Revolução, a articulação dos meios combatentes revolucionários era principalmente entre os governadores e as comunidades das colônias/estados diretamente com as forças revolucionárias em campo. No melhor dos casos, agentes congressistas atuavam como facilitadores (ou em alguns casos, dificultadores). Por fim, a base das forças revolucionárias e do Exército Continental era o Exército da Nova Inglaterra. Eram dessas quatro colônias de onde vinha a maior parte dos regimentos continentais e de milícias. Eram onde as populações eram quase que 100% engajadas com as causas revolucionárias. Eram agentes subversivos, tropas e oficiais da Nova Inglaterra que serviam nas outras colônias e exportaram a Revolução. Por isso tudo, uma pacificação definitiva das 13 Colônias requeria a submissão do povo da Nova Inglaterra.

A limitação de meios, a distância das colônias e deficiências institucionais do Ministério britânico produziram grande incerteza na formulação do plano de

guerra para as 13 Colônias. Não havia uma decisão clara se esta se tratava de uma grande operação de pacificação ou de uma guerra de conquista, como se a América do Norte nunca tivesse sido parte do Império Britânico.

Tal incerteza ficou mais crítica com alteração na Secretaria para Assuntos Americanos em 1776. Para Lorde Darmouth, ocupante do posto ao início da Revolução, esta era uma questão interna, uma disputa ajustável. Já para o novo secretário a partir de 1776, Lorde Germain, os revolucionários tinham que ser tratados como inimigos estrangeiros.

O primeiro preferia uma demonstração de força em Nova York e uma ameaça à Nova Inglaterra, com expedições auxiliares enviadas à Carolina do Norte e Rhode Island. Mas em qualquer caso, essas seriam ações limitadas para trazer os revolucionários para a mesa de negociações. Ele não favorecia nenhum tipo de golpes decisivos, como a expedição ao longo do Lago Champlain e o rio Hudson e o isolamento da Nova Inglaterra. O segundo tinha uma posição de grande contraste, ele defendia o uso de toda força do Reino para finalizar a rebelião em uma campanha. Ele desejava o sucesso que compensar a sombra que pairava toda a sua carreira desde a Guerra dos Sete Anos⁶⁰. Os territórios

⁶⁰ Lorde Germain talvez fosse uma das escolhas mais contestadas do Rei Jorge III e que também exemplificam seu caráter de confrontação com a ordem política aristocrática do seu país. Até 1769, Lord Germain era conhecido por Lorde Sackville. Alguna que teria sido de vergonha por 10 anos. Em 1659, ele era comandante do regimento de cavalaria na expedição em terras alemãs formada por britânicos, russos e alemães sob o comando do Príncipe Ferdinando de Brunswick. Na Batalha de Mindem, ele se recusou a uma carga no flanco francês e foi responsabilizado pela retirada a salvo do inimigo após ferrenho choque da infantaria multinacional contra às armas combinadas francesas. Sackville foi acusado de covardia, retirado do seu comando, enviado de volta a Inglaterra e expulso de sua comissão e do Exército. Sackville insistiu na sua inocência e influência política, e pediu um julgamento militar. A corte marcial que se instalou o condenou culpado não de covardia, mas de desobediência com o agravante, apontado pelo então Rei Jorge II, de incapacidade. Ele não foi condenado à morte, mas diz a lenda que foi ordenado que seu veredicto de incapacidade de servir militarmente a Sua Majestade fosse registrado em todos os regimentos do Exército, dessa forma ele jamais poderia retornar à corporação. Sackville manteve-se na vida política graças a suas conexões sociais, principalmente como o regente da corte do Príncipe de Gales, futuro Rei Jorge III (COOK, 1995, pp. 236-239). Por fim, em 1769, ele recebeu como herança numa nova honraria, que deu

das colônias tinham que ser invadidos e ocupados a partir de Nova York em direção à Nova Inglaterra (MINTZ, 1992, p. 70).

Por um lado, em fevereiro de 1776, foi dada a posição de comandante das forças marítimas nas Américas ao Almirante Lorde Richard Howe sem orientação precisa do que devia ser feito. O Gabinete Ministerial queria primeiro a subjugação das colônias, mas as instruções eram ambíguas. Howe não deveria negociar até que as colônias aceitassem a supremacia do Parlamento, sem indicação de qual sinal indicaria isso em termos bélicos. Porém, ele tinha uma lista de operações a serem realizadas: supressão de todo comércio colonial, bloqueio dos portos e destruição dos navios armados, suprimentos e fortificações.

Por outro lado, ao General William Howe - comandante do exército nas América e irmão mais novo de Richard Howe, foi estabelecido que o controle da cidade de Nova York deveria ser o objetivo intermediário para isolamento da Nova Inglaterra. Por isso, todas as forças terrestres na América do Norte, a maior parte do reforço desde 1775 e ao longo de 1776 a partir de Londres seriam enviadas para lá. A intenção era pressionar com 30 mil soldados em direção ao norte pelo Rio Hudson e encontrar com a pequena força britânica que se deslocaria ao sul partir do Canadá e sob, até então, o comando de Sir Guy Carleton. Se Washington se opusesse, ambos os comandantes britânicos o cercariam e o destruiriam. Se Washington recuasse, eles se direcionariam para a Nova Inglaterra, o centro da rebelião, e a submeteriam. Havia a idéia de que as colônias deveriam ser divididas em duas, com a concentração da punição sobre as

recursos e status para novas empreitadas políticas que o levaram para o topo da “Máquina” como Secretário de Estado para as Colônias.

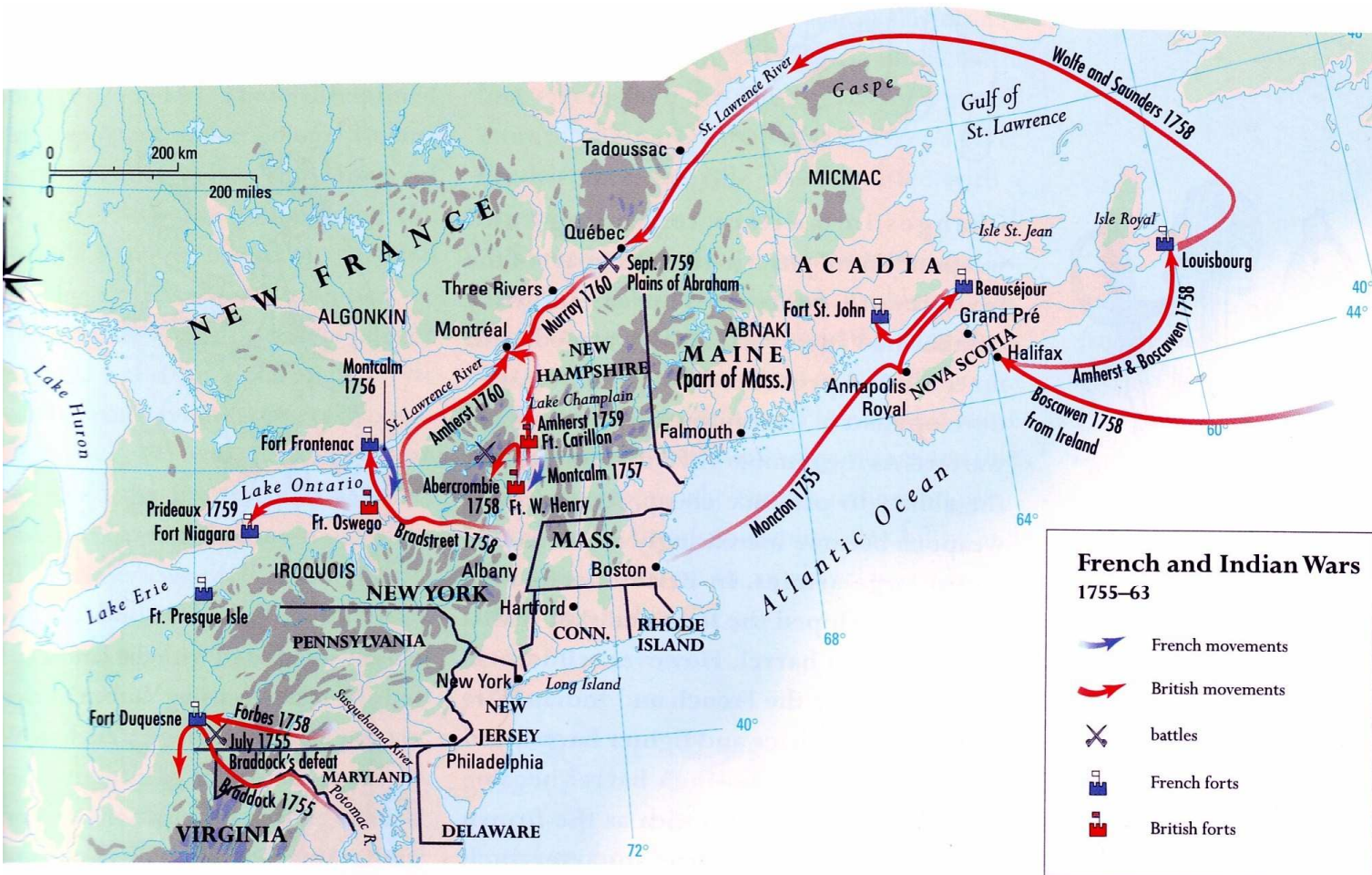
Esse problema, por si só, causaria vários problemas na cadeia de comando britânica. Os generais no Reino Unido e na América seriam mais seniores do que ele e inclusive dois deles - General Clinton e General Cornwallis - participaram da Batalha de Mindem. Já o General Carleton, antecessor de Burgoyne das forças anglo-germano-canadenses, era parte das rodas sociais da corte marcial instaurada contra Sackville/Germain. Conseqüentemente, existiam uma ausência de voluntarismo e uma pré-indisposição por parte dos comandantes britânicos em compreender e acatar as deliberações de Lord Germain.

colônias do norte, e de que as colônias do sul seguiriam esse curso político inevitavelmente (MIDDLEKAUFF, 1985, p. 338).

O plano de guerra britânico seguiu o exemplo de sucesso da guerra anterior. Nesse sentido, uma grande campanha a partir do Canadá tinha uma antiga e forte influência da Guerra dos Sete Anos. Presumia-se que seria possível reproduzir tal sucesso no caso da Revolução em 1776 e 1777. A campanha de 1776 de William Howe seria uma cópia aproximada do exemplo histórico da campanha de Amherst de 1760, com adaptação que suas forças estavam na base de Halifax na Nova Escócia e se projetaria ao norte a partir de Long Island. E as campanhas de Carleton de 1776 e depois de Burgoyne de 1777 seriam adaptações entre a campanha de Murray de 1760 e a campanha de Amherst de 1759.

A crítica principal que se faz a Howe, Carleton e Burgoyne é que eles não levaram em conta o oponente e a alteração que isso provocou nas condições políticas, estratégicas e logísticas em comparação com as condições de vinte anos antes.

Mapa 1: Principais Campanhas da Guerra dos Sete Anos na América do Norte.



Fonte: Barnes, Ian. 2000. *The Historical Atlas of the American Revolution*. New York: Routledge, p. 51.

4.2.3. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES LOGÍSTICAS DAS FORÇAS BRITÂNICAS.

Do ponto de vista teórico, a grande questão para o lado que inicia uma ofensiva estratégica é saber que tipo de guerra ele está entrando e provocando. A grande questão a considerar é se os meios disponibilizados pela autoridade política aos comandantes de campo são suficientes para que o pleito político seja feito efetivo, pelo meio das armas, ao lado defensor. Isso é especialmente difícil em caso de guerras ilimitadas, pois elas tendem a demandar o uso da força mais concentrado e prolongado no espaço e no tempo que no caso de uma guerra limitada, por isso com custos preparatórios mais altos. Por isso, ao início e durante toda uma guerra ilimitada é necessário considerar se as metas bélicas são atingíveis mediante aos meios disponibilizados e se os efeitos políticos almejados são suficientes para o tipo de encerramento que uma guerra ilimitada demanda.

Ou seja, o objetivo político “não é um tirano e precisa se adaptar aos meios escolhidos” (CLAUSEWITZ, 1984, I-1, p. 87). Portanto, a escolha dos meios para a conduta da guerra envolve um processo decisório e preparatório importante e anterior a conduta da guerra. Nesse estágio de análise que enquadrámos como arte da guerra, há considerações que relacionam categorias analíticas da política e da logística. As decisões de quais tipos de meios, quantos de cada tipo, como eles serão disponibilizados e a que momento são decisões superiores e que escapam ao comandante das forças combatentes. A não ser que este último também tenha a responsabilidade e a autoridade da liderança política.

Uma parte da literatura sobre a Revolução Americana tende a simplificar a capacidade britânica para operações transoceânicas afirmando que as condições logísticas da época não suportavam tais operações (PARET, 1992, p. 32). Essa é uma simplificação da questão, além do viés pelo seu resultado final: derrota. Pois, esse resultado final não se reproduziu antes, na guerra contra os franceses e índios na América do Norte - duas décadas anteriores à Revolução, e depois, nas operações britânicas nas Índias Orientais nas duas últimas décadas do século 18. Isso reforça a necessidade de analisar se as condições logísticas britânicas dadas eram insuficientes ou inviabilizavam, de antemão, na guerra

contra as 13 Colônias. Essa verificação inicial é necessária ainda para que diferencie da análise crítica dos meios, em que se verifica e avalia se os problemas logísticos da campanha de 1777 eram decisivos e dados a Burgoyne lidar com eles, e até que ponto os eventuais problemas que existiram foram agravados ou mesmo criados pelas decisões particulares do comandante-de-campo britânico.

a) A criação da forças combatentes britânicas.

Se existia um país com capacidade na época para a guerra transoceânica, este era o Reino Unido. Ele foi o país com maior expansão econômica entre 1500 e 1700, excluindo os Países Baixos (CIPOLLA, 1993, pp. 236-237). Esta condição econômica britânica proporcionava bases estáveis para o planejamento da preparação da guerra.

Ao fim do século 18, apenas 36% da produção nacional vinha da agricultura e a população rural economicamente ativa empregada em atividades capitalistas chegava a mais de 1/3 da população nacional. A soma dessa porção com a população urbana conferia ao Reino Unido ter mais de 60% de sua população voltada para a Revolução Industrial (MANN, 1993, p. 93).

O Reino Unido tinha uma economia manufatureira e em vias de industrialização. A possibilidade de sustentação da maior parte da população em atividades capitalistas residiu no fato que a principal fonte de comida britânica era importada. Desde o fim da Idade Média, a maior parte da comida britânica – grãos e carne – vinha de países da Europa Central: Hungria e Polônia principalmente. Mesmo a porção do território inglês para produção de comida era altamente produtiva para os padrões da época, pois desde o fim da Idade Média era uma produção agrícola orientada para o mercado e não sustentação de uma estrutura das classes tradicionais: família real, nobres e camponeses (TILLY, 1975b, pp. 414-424).

No século 18, a maior parte da população britânica, principalmente a inglesa, já era desvinculada de atividades de subsistência e era assimilada dentro dos processos produtivos do capitalismo ou simplesmente alienada e voluntariosa a quaisquer outras atividades (MOORE, 1967, pp. 20-29). Tal excedente

populacional para atividades capitalistas era crescente. A partir de 1750, o Reino Unido passaria a ter um crescimento demográfico cada vez maior e mais rápido: de 34% na segunda metade do século 18 para 43% na primeira metade do século 19. Com isso, a população de 9 milhões de habitantes em 1775 alcançaria quase 11 milhões em apenas 15 anos. Esse crescimento populacional era basicamente urbano. Por volta de 1800, Londres já contava com um milhão de habitantes, e as 28 maiores cidades já concentravam 1/5 da população (ARMENGAUD, 1970, pp. 12-18).

Isso dava ao Reino Unido duas grandes vantagens:

Primeiro, o Reino Unido produzia praticamente a totalidade dos artigos manufaturados que necessitava para a guerra. Já matérias-primas e bens não-duráveis, a rede comercial global disponibilizava o que era necessário, pois não havia quem negasse os produtos e dinheiro britânicos em troca. Também não havia a falta de trabalho especializado na aquisição dos artigos necessários e seu transporte para as Américas. Na verdade, boa parte dessa tarefa de mobilização e transporte de artigos era terceirizada e feita por empresas de mercadores.

Segundo, o Reino Unido tinha grande disponibilidade de dinheiro a partir da taxaço do comércio e não da agricultura e a partir de um sistema financeiro altamente sofisticado e desenvolvido. Por um lado, 70% da taxaço britânica era indireta e apenas 16% diretamente sobre riqueza e propriedade (MANN, 1993, p. 382). Tal distinção é marcante porque a arrecadação sobre o comércio era sem exceção paga em dinheiro e era uma forma de arrecadação muito mais estável (DANLEY, 2001, pp. 26-27). Por outro lado, a expansão do setor comercial proveu crescimento das instituições seguradoras e de instituições bancárias. Em torno de 40% dos custos da guerra contra as 13 Colônias foram pagas através de empréstimo de longo prazo (BREWER, 1989, p. 118; DANLEY, 2001, p. 27). Portanto, o financiamento da guerra pelos britânicos não foi um ponto crítico.

Entretanto, o Reino Unido tinha dois gargalos estruturais para a sustentação da guerra: madeira e recrutamento.

A Inglaterra nunca foi um país de densas florestas, e não houve qualquer incremento nesse sentido com a anexação da Escócia e do País de Gales. A principal fonte de madeira era a Escandinávia, os Bálticos e, depois durante o

século 18, também as 13 Colônias, principalmente na oferta de pinho de mastros (COOK, 1995, p. 230). Com a Revolução Americana, o acesso de madeira para a Marinha tornou-se uma das principais crises na preparação e sustentação da guerra. O acesso a madeira norte-americana encerrou-se e o acesso a madeira européia também foi bastante restringida. Na verdade, seu acesso tornar-se-ia cada vez mais dificultado principalmente por influência russa. O Reino Unido também era dependente de piche sueco, que também se encontrava sob a mesma esfera de influência russa (RODGER, 2004, p. 347). Estes foram casos de neutralidade política dos países europeus centrais que teriam suas parcelas de impacto negativo na preparação da guerra britânica.

O principal gargalo logístico britânico criação da força era a mobilização de homens para a composição dos regimentos de infantaria. Apesar dos registros oficiais britânicos indicarem a existência de 48 mil homens destacados nos 73 regimentos ativos, na verdade a prontidão do Exército em tempos de paz era baixa. O baixo desempenho no recrutamento era um problema social e não econômico no sentido de que apesar de haver excedente populacional nas ilhas britânicas para o serviço militar – principalmente entre as classes mais pobres – o engajamento da população às causas da Coroa, do Parlamento e do Ministério era muito baixo. A adesão se dava por voluntarismo de indivíduos em condições graves de fome em decorrência a crises econômicas no campo ou nas fábricas e por meio de medidas arbitrárias de recrutamento. Nos três primeiros anos da guerra, os dois principais métodos de recrutamento foram a chamada voluntária e o perdão de condenados e detentos. O primeiro método teria mais efeito na Escócia, onde havia a situação crítica de más colheitas. Na Irlanda, as condições agrícolas de 1775 tinham sido uma das melhores já vistas, e a maior parte dos recrutados foi obtida pelo segundo método. Dessa mesma maneira foi o recrutamento na Inglaterra, porém com números ainda menores que os irlandeses e com um número significativo de ex-operários. De qualquer maneira, a demanda era maior que a oferta. Por isso, a inspeção no recrutamento foi leniente e os requerimentos mínimos não foram seguidos à risca e os regimentos britânicos enviados à América eram de qualidades heterogêneas dentre suas várias companhias. Geralmente as novas unidades eram de baixa qualidade em termos de proficiência e moral, principalmente as formadas por irlandeses (CURTIS, 1927, cap. 3; HOFFMAN, 1982, pp. 32-33).

Uma das principais consequências disso foi que as unidades britânicas tinham baixo desempenho quando em missões que requeriam dispersão ou quando a moral estava baixa. Os soldados tendiam a desordem, deserção, roubo, depredação e ao consumo excessivo de álcool (único suprimento que excepcionalmente nunca houve falta na Revolução). O primeiro efeito direto disso foi que os comandantes britânicos tendiam a operar apenas em grandes unidades, pelo menos batalhão, o que nem sempre era o mais adequado às situações e principalmente a terrenos americanos de vegetação mais densa e selvagem. Um segundo efeito foi um uso excessivo das unidades britânicas de elite como as companhias de cavalaria leve, infantaria leve e granadeiros em um grande número de operações, desde as mais arriscadas como reconhecimento e vanguarda em marcha a operações mais simples e comuns como forragem, guarnição e escolta. Em campanhas ofensivas e em especial em operações de perseguição era notável o descompasso entre a vanguarda e os escalões centrais das colunas de avanço britânicas.

Tanto na campanha de Howe em 1776, como de Burgoyne em 1777, seus comandantes de vanguarda - respectivamente General Cornwallis e General Fraser - estariam constantemente muito a frente de seus corpos principais de exército no curso das operações. Em casos particulares, eles estariam perigosamente a dias de distância de seus comandantes de campo. O efeito tático último era que as unidades de vanguarda - geralmente formadas pelas melhores tropas - tendiam a estar exauridas ainda ao início das batalhas e não no momento que era necessário dispor de tropas de choque, geralmente mais ao final de um enfrentamento. Ou seja, o uso de reservas de campo de batalhas seria um recurso mal usado pelos britânicos que os americanos com o tempo notariam e usariam muito melhor. Isso seria notável no caso da Campanha de Saratoga. Em mais de uma oportunidade, as vanguardas britânicas seriam salvas pelas iniciativas de comandantes de unidades regulares alemãs, mais uniformes e coesas em termos de desempenho que suas contrapartes britânicas.

Esse gargalo de mobilização dentro da sociedade britânica levou as autoridades britânicas à contratação de regimentos de principados alemães. Pela própria característica geopolítica, esses estados encontravam-se com suas forças terrestres em mais elevada prontidão e eram de qualidade superior ou, pelo

menos, igual aos regulares britânicos. Por isso, podiam ser mobilizadas em intervalos de tempo menor, sob controle e inspeção direta do Rei e com custos políticos, presumia-se, a custos consideravelmente menores. Os custos monetários de contratação eram altos, mas entendia-se que os regimentos alemães valiam o preço e os representantes de Jorge III tomariam decisões expedientes para abrandar o ônus do Tesouro.

As forças alemãs eram formadas a partir de unidades das guardas pessoais dos príncipes e nobres, contingentes de regulares e de guarnições, milícias de camponeses experientes e outros novatos em serviço militar e ainda por certos grupos sociais ainda semibárbaros e tradicionalmente guerreiros, os *Jägers*. Uma distinção das tropas alemãs era que possuíam casos bem mais numerosos de oficiais provenientes das classes médias do que no caso britânico, cujo oficialato era formado na sua maioria por aristocratas e gentis. No caso alemão, com bem explana GAT (2001), indivíduos de classes médias ascendiam por meios mais meritocráticos e atendiam, numa fração maior de casos, a escolas de oficiais. Uma parcela grande dos oficiais alemães era proveniente de baixa nobreza e filhos mais jovens (e pobres) de gentis rurais. Por fim, no caso alemão, eram muito mais recorrentes casos de oficiais provenientes das fileiras de soldados. Portanto, os exércitos dos estados alemães eram instituições de mais fácil ascensão social que a contraparte britânica. A mobilização alemã para a expedição britânica era bem mais convidativa para seus oficiais também, portanto, pelo pagamento dos serviços prestados serem certos e vultosos em comparação aos salários que geralmente recebiam em seus estados originais (HOFFMAN, 1982, pp. 116-118). Oficiais alemães podiam e fizeram bom dinheiro nas Américas. A Coroa britânica oferecia inclusive bônus em acres de terra nas colônias após a sua pacificação. A motivação financeira também vinha da possibilidade de pilhagem, algo comum nas guerras européias, que os alemães reproduziram sem qualquer peso na consciência nas colônias americanas (HOFFMAN, 1982, cap. 11).

Em termos qualitativos, as tropas alemãs eram de um padrão mais homogêneo de qualidade e experiência. As tropas regulares britânicas e alemãs eram equivalentes em termos de proficiência - com exceção dos *Jägers* - mas as alemãs mantinham esse nível numa maior parte de suas unidades em

comparação às britânicas. Esse nível mais elevado era também em decorrência da inspeção pessoal do representante do rei britânico - Coronel Faucitt - de cada regimento contratado *in loco* e depois no momento de ser embarcado para a América. A contratação desses regimentos era um investimento caro e era necessária a certificação de sua qualidade. Mas ainda assim, os recrutadores alemães tiveram que recorrer ao aprisionamento e outras medidas arbitrárias de recrutamento, em especial sobre estrangeiros, e existiam algumas unidades formadas por jovens e velhos. De qualquer maneira, os regimentos alemães eram mais homogêneos que os britânicos (HOFFMAN, 1982, p. 98).

Embora a contratação de tropas alemãs tenha sido uma solução simples do ponto de vista logístico, ela traria conseqüências do ponto de vista político e estratégico que não seriam tão simples assim. E a forma da contratação traria ainda conseqüências táticas importantes.

Primeiro, o processo de negociação, contratação e deslocamento dessas tropas atingiu os ânimos ainda sensíveis das potências continentais européias pela recente Guerra dos Sete Anos e receosas da primazia britânica. Por exemplo, as tropas contratadas no principado de Anspach não tiveram permissão de passagem pelo território da Prússia, e essa foi a principal razão pela qual elas levaram quase um ano para chegar a Nova York e estavam apenas disponíveis após a Campanha de Saratoga e não antes, como todos os outros regimentos alemães contratados. Isso indicava uma pré-indisposição política do antigo aliado britânico nesta nova empreitada, algo que não foi ignorado por França e Espanha. Segundo, o processo de aprovação da contratação de unidades combatentes alemãs no Parlamento não foi fácil e demandou muito da energia do partido da Máquina ministerial. A idéia da contratação de “mercenários” para apaziguar cidadãos ingleses não foi facilmente aceita mesmo na Inglaterra, já que uma medida dessas nunca tinha sido aplicada nem mesmo para a pacificação de irlandeses e escoceses. Em termos de mobilização política, houve um afastamento significativo do partido aristocrático britânico e muitos foram os oficiais que se recusaram a participar da expedição contra as 13 Colônias. Em termos da conduta da guerra, os comandantes Howe e Burgoyne, principalmente o primeiro, nem sempre contaram com os melhores oficiais seniores disponíveis para a composição de seus respectivos gabinetes

(LOWELL, 1884). A base social dos oficiais britânicos foi principalmente de *Tories* e da aristocracia escocesa.

Existe ainda um aspecto na contratação das unidades alemãs que teve efeito tático fundamental no desempenho das tropas alemãs nas campanhas contra as 13 Colônias. Com a expectativa que essas forças regulares enfrentariam forças coloniais amadoras na América e com o objetivo de maximizar os limitados recursos do Tesouro Real, julgou-se adequado contratação da maioria dos regimentos alemães com um número mínimo de oficiais, principalmente de capitães. De maneira que o regimento de infantaria alemão padrão composto por 5 companhias passou a combater em 2 batalhões de 4 pelotões, embora ainda marchasse e fosse aquartelada em companhias. Conseqüentemente, as tropas alemãs tornaram-se pouco flexíveis e rápidas na conversão de ordem de marcha ou descanso em ordem de batalha. Por exemplo, esse foi um dos problemas mais graves na resposta da guarnição alemã às forças continentais de Washington em 25 de dezembro de 1776 em Trenton. Da mesma maneira, os regimentos perderiam seus contingentes especiais de flanco, já que as companhias de granadeiros e de infantaria leve seriam destacadas para a composição de batalhões concentrados de tropas de elite sob comando direto de Howe ou Burgoyne. Conseqüentemente, os pelotões alemães ficaram mais vulneráveis ao fogo dos rifles americanos. Pois, elas foram desprovidas de suas unidades de fogo e não tinham meios para fazer frente a tal capacidade dos norte-americanos (WRIGHT JR., 1983, pp. 94-95)

b) *A movimentação das forças combatentes britânicas.*

O transporte das tropas e do material bélico foi a questão mais delicada na preparação para o início das operações britânicas (ver CURTIS, 1927, cap. 5).

Primeiro, as operações na América do Norte eram especialmente prejudicadas pela distância. Levava-se em torno 4 meses para uma viagem, virtualmente o tempo de uma campanha ou estação agrícola (MANN, 1993, p. 138). O regime de ventos do Atlântico ainda determinava que qualquer reação às 13 Colônias envolvesse, necessariamente, o Caribe. Tal regime era circular em direção horária. Assim, os navios que saíam de portos europeus tinham de fazer um grande arco pelo sul, abaixo da latitude 15° N, para pegar ventos para o leste.

Por isso, as embarcações eram obrigadas a passar ao norte das Índias Ocidentais, antes de se dirigirem para algum ponto das 13 Colônias. Isso oferecia ainda um desafio a um bloqueio efetivo à costa norte-americana. Os navios britânicos podiam buscar por navios americanos traficando material bélico no Caribe, mas um bloqueio direto apenas teria efeito no Mediterrâneo ou contra os portos de países ainda neutros e potências aliados dos revolucionários - França e Espanha - o que arriscava guerras européias no momento político crítico do pós-Guerra dos Sete Anos, o pior momento das relações do Reino Unido com o Continente (RODGER, 2004, p. 331).

Segundo, 1/3 da marinha mercante do Reino Unido e praticamente todas as firmas que prestavam serviço os departamentos executivos do Ministério nas Américas eram coloniais. Com o desenlace da guerra, mesmo os mercantes que não eram rebeldes foram pressionados a abandonarem tal prestação de serviço. Por isso, Tesouro, Arsenal e Marinha britânicos tiveram que conseguir em outro lugar transporte marítimo para tropas, armamentos, equipamento de campanha e provisões. O Reino Unido possuía ainda uma grande marinha mercante, porém o maior contingente de embarcações britânicas era privado e não existia uma reserva de prontidão para a sustentação de uma operação como o envio de um contingente de mais de 30 mil soldados. O Ministério também não podia re-estruturar todo o comércio britânico de uma hora para a outra. Uma evidência dessa falta de embarcações foi à alta em 26% da comissão de frete apenas entre 1775 e 1776 (ver SYRETT, 1970, apêndice B, pp. 251-252).

A solução dos administradores britânicos foi buscar mercantes de outras bandeiras européias, principalmente flamengas e alemãs, mas nunca francesas. Em decorrência dessa demanda emergencial, as condições das embarcações contratadas muitas vezes eram abaixo dos requisitos regulares, o que explica os relatos das condições de viagem ainda piores que o normal. As perdas de tropas, mas especialmente de provisões e animais, seriam tremendas. Para a campanha de 1777, Howe não pôde contar integralmente com o único destacamento de dragões enviados de Londres devido à grande perda de animais. Do total de 970 cavalos de cavalaria e tração enviados em 1776, 400 não chegaram à Nova York.

Terceiro, existia uma divisão tradicional e burocratizada do transporte transoceânico entre os departamentos ministeriais que gerava desperdícios.

Existiam quatro departamentos responsáveis pelo transporte das combatentes e seus suprimentos.

O transporte marítimo das provisões do Exército era conduzido pelo serviço contratado pelo Tesouro e depois pelo Comitê da Marinha. As provisões da Marinha eram transportadas pelo Comitê de Abastecimento. As tropas eram transportadas pelo Comitê da Marinha. Mas a artilharia, engenheiros e estoques de arsenal eram transportados pelo Comitê de Arsenal em navios próprios (BOWLER, 1975, pp. 12-20; MACKSEY, 1993, pp. 16-17). Isso explica boa parte dos constrangimentos no transporte e manutenção transoceânicos das forças combatentes britânicas.

A confusão tornou-se ainda maior porque a divisão de tarefas não era seguida à risca. O Comitê de Arsenal transportava provisões para os destacamentos de artilharia, a Marinha levava artilharia para suas bases costeiras e o Tesouro transportava soldados junto com as provisões como forma conveniente de aumentar a guarnição das embarcações para protegê-las de piratas norte-americanos.

O ano de 1776 foi singular na falta de coordenação entre esses departamentos, pois foi quando os serviços de transporte foram mais exigidos com o deslocamento dos 42 regimentos britânicos e alemães e de suas provisões necessárias. Um ano antes, o Tesouro havia feito contratos de curto prazo com mercantes britânicos para transporte das provisões do exército britânico na América. O perfil do tipo de embarcação requerido era limitado a navios de 250 a 400 toneladas. Por isso, quando foi requerido que o Tesouro mantivesse tal função também em 1776, esses e praticamente todos os mercantes britânicos, alemães e holandeses disponíveis já haviam sido pré-contratados para envio dos enormes reforços de tropas britânicas e alemãs pelo Comitê da Marinha e ainda pelo Comitê de Arsenal para envio dos armamentos, artilharias e munições dessas tropas. No ano de 1776, somente departamentos da Marinha e de Arsenal demandaram 450 embarcações (CURTIS, 1927, apêndice 5; MACKSEY, 1993, pp. 65-66).

A disputa também se tornou acirrada por marinheiros. Ao começo da guerra, existiam 50 mil disponíveis. As Leis de Navegação foram modificadas em 1776 e permitiram a contratação de até 2/3 de estrangeiros para composição de uma

tripulação. Porém, a demanda ainda era alta e a pressão por salários levou a crises trabalhistas ao fim do mesmo ano.

Como consequência disso tudo, por melhores que fossem as tripulações de marinheiros e favoráveis os ventos, não havia escala de viagens e de envio que fosse factível e previsível. Pois, as embarcações tinham que desembarcar diferentes itens em diferentes pontos de vasta costa americana e caribenha. Para piorar o gerenciamento transoceânico, os comandantes-de-campo britânicos, principalmente Howe, ocasionalmente necessitavam dessa frota marítima para suas operações anfíbias e expedições. Por exemplo, na sua expedição de Nova Jersey para tomada de Filadélfia em 1777, ele reteve em torno de 200 embarcações, muitas delas britânicas de passagem (KETCHUM, 1997, p. 255).

Outra consequência foi que a falta de embarcações, em especial para o deslocamento das tropas alemãs, provocou complicações na composição das unidades combatentes. Devido à falta de embarcações para tropas, os regimentos não tinham todos os seus componentes levados numa mesma viagem, havendo dispersão das companhias entre os 3 principais comboios que saíram do Reino Unido em abril, maio e junho e que aportaram na América, respectivamente, por volta de julho, agosto e setembro de 1776 (HOFFMAN, 1982, pp. 129-130). Isto teria consequências adicionais na coesão e articulação das forças combatentes alemãs. As unidades combatentes não operariam completas e haveria a necessidade de recomposição entre oficiais, suboficiais e recrutas. Considerando que houve a contração mínima de oficiais e suboficiais, a imposição do controle e da autoridade sobre recrutas não foi automática. Em situações de baixo moral, os comandantes britânicos imporiam guarda reforçada contra desordem e deserções.

c) Manutenção das forças combatentes britânicas.

A principal consequência do problema de transporte foi sobre o planejamento do aporte suficiente de suprimentos para cada novo ano de campanhas. Quase todo material tinha que vir da Europa desde que o interior das 13 Colônias era pouco povoado e os revolucionários faziam um bom trabalho em negar forragem de itens consumíveis às forças britânicas (ver mapa 2 abaixo). Em 1776, como principal efeito da crise de transporte marítimo, a reserva de rações chegou a

níveis de quase paralisia das forças terrestres britânicas. Nos meses de maio e novembro desse ano, a reserva de rações chegou a um nível insuficiente para alimentar as tropas por mais outros 30 dias. A partir de então, havia total incerteza quanto aos prazos de entrega de comida. Por isso, os comandantes e seus comissários tiveram que elevar suas reservas de provisões antes de iniciar uma nova campanha e também elevar os volumes requisitados para cada ano seguinte. Em junho e dezembro de 1776, as reservas totais das forças britânicas sob Howe chegaram, respectivamente, a 6 meses e 10 meses, e enormes depósitos tiveram que ser distribuídos em vários pontos das 13 Colônias, principalmente em Nova York. Conseqüentemente, o ano de 1777 seria o melhor ano britânico em reserva de suprimentos (BOWLER, 1975, p. 109)⁶¹.

Esse problema de demanda de provisões levou a uma subseqüente demanda também elevada de transporte terrestre e pequenas embarcações para transposição de rios e lagos da geografia americana.

Esse foi o item de maior falta dentre todos na economia colonial e foi um gargalo que recaiu sobre os revolucionários e britânicos, mas não igualmente. Por conta da Marinha Britânica, os britânicos podiam usar melhor a disponibilidade de rios e tinham mais dinheiro e crédito para contratação de pessoal e compra de animais e carroças. Mais importante, tinham sob seu controle as melhores estradas (CURTIS, 1927, apêndice 5).

Ainda assim, existia a falta de transporte e animais, inclusive pela reprodução de justaposição e competição por esses recursos escassos entres as filiais dos departamentos administrativos britânicos nas colônias. Como conseqüência, os animais disponíveis sempre estavam à beira da exaustão e de danos permanentes. Uma sugestão feita ao início da guerra pelo Visconti Townshead era a orientação pela contratação de mulas ao invés de cavalos, pois eram mais baratas e mais duráveis. O próprio Barão von Riedisel, oficial alemão mais

⁶¹ Ainda assim, apenas a partir de 1781, haveria regularização na provisão de rações com centralização do serviço de transporte transoceânico sob a Marinha desde 1779 (e uma nova grande série de crises de abastecimento, tendo novembro de 1780 o pior índice da guerra chegando a uma reserva de 10 dias) e intensa re-estruturação dessas atividades e expansão da frota mercante (BOWLER, 1975, apêndice, p. 265; MACKSEY, 1993, pp. 67-68).

sênior sob Burgoyne, registrou em seus diários a irritação com que via a insistência dos britânicos em conduzir as provisões pelas trilhas canadenses com veículos e nas costas dos soldados que nas costas dos animais (KETCHUM, 1997, p. 293). Possivelmente, a provisão de mulas para uso no terreno difícil, principalmente no teatro canadense, poderia aliviar consideravelmente as pressões por transporte e em termos de provisões que os animais necessitavam.

Algo particularmente necessário para a campanha de Burgoyne de 1777 eram barcos e chatas para a transposição de quedas d'água, riachos e áreas alagadiças. No total, 200 barcos foram carregados e usados no trecho de marcha “terrestre” entre o Canadá e o rio Hudson. Esses barcos, por sua vez, também tinham que ser conduzidos pelo mesmo número limitado de veículos e cavalos através de trechos terrestres.

Em termos de abastecimento das forças, as condições de campanha de Howe e Burgoyne não eram melhores do que as descritas por Donald ENGELS (1978) sobre Alexandre o Grande e possivelmente inferiores as descritas por Jonathan ROTH (1998) sobre os romanos nas guerras judaicas. Tornar-se-ia recorrente que a quantidade de animais de carga disponíveis fosse tão reduzida que as tropas tinham que compartilhar desse ônus. Conseqüentemente, a reserva de ração para os soldados e forragem para os animais nunca fosse mais do que de 15 dias quando em marcha com a disponibilidade de animais e 4 dias quando em marcha apenas com soldados: as mesmas condições logísticas da arte da guerra na Antigüidade. Howe teria melhores condições de re-abastecimento, pois controlava grande parte de uma região mais rica em suprimentos das Américas – as colônias médias - e nunca deslocava sua força para muito além de 100 quilômetros das bases fluviais ou costeiras, por isso era sempre abastecido pela sua marinha quando necessário. Burgoyne, por sua vez, precisaria de longas pausas para re-estabelecimento de cotas mínimas de provisões pela sua longa linha de comunicações desde Montreal para apenas depois seguir aos próximos estágios de sua campanha. As limitações e pausas de movimentação de Howe e Burgoyne tiveram conseqüências estratégicas importantes em limitar a decisão de suas campanhas e de dar oportunidade ao re-fortalecimento dos revolucionários em momentos críticos.

BOWLER (1975, pp. 56-57) calcula que um exército em campanha como o de Howe em 1777 de 20 mil soldados demandava 33 toneladas de comida por dia e considera que a carruagem padrão carregava até 1 tonelada de carga. Se se planejasse uma marcha que contasse com o mínimo de provisões e ao mesmo tempo o máximo de carga para os soldados - ou seja, de três ou quatro dias; haveria a necessidade de 33 carruagens e 132 cavalos para cada dia a mais de operação. No entanto, tais estimativas são apenas ilustrativas dos constrangimentos e não podem servir de base para uma análise precisa e determinista das campanhas britânicas. Isso porque os dados são conflitantes e incompletos. Apesar da prática e abundância de registros, a corrupção e confusão nas atividades administrativas eram significativas. Por exemplo, era comum britânicos, alemães, legalistas e índios roubarem de suas próprias forças em marcha provisões e cavalos e revendê-los aos comissários. As discrepâncias entre o aporte de provisões despachados do Reino Unido e os recebidos em Nova York foram enormes.

As considerações de Bowler também não são totalmente precisas porque elas levam em conta um exército enxuto e composto apenas por infantaria, ou seja, tropas marchando a pé e carregando consigo apenas o suficiente de provisões para a continuidade de suas atividades combatentes: os exércitos profissionais de Alexandre e Roma. Esse não era o caso de qualquer exército britânico do século 18. A tradição aristocrática fazia com que os exércitos em marcha fossem pequenas cidades em movimento, constituída por mulheres, crianças, criados, músicos, cozinheiros como forma de expressar essa condição de classe social. Os oficiais tinham direito a certos números de cavalos dependendo da patente, e muitos traziam família, serviçais e grande bagagem de roupas, bebidas, móveis, instrumentos musicais, livros e tudo o mais que um aristocrata necessitava para manter seu estilo de vida. E mesmo no caso de Burgoyne, a mais de 4.000 quilômetros da Europa, sendo o 1/3 final desse percurso pelo pior trecho terrestre das colônias, não foi suficiente para que o oficialato britânico mudasse seus costumes.

Por isso, as demandas diárias das forças britânicas seriam muito maiores. A tabela abaixo oferece uma ilustração das quantidades e categorias de provisões

recebidas pelo comissário de Howe, Daniel Chamier entre 1775 e 1777, e ainda da imprecisão de seus dados (CURTIS, 1927, apêndice 4):

- Pão: 921 mil toneladas;
- Farinha: 123 toneladas;
- Arroz: 75 toneladas;
- Carne de vaca: 72 toneladas;
- Carne de porco: 105 toneladas;
- Queijo: 3,5 toneladas;
- Manteiga: 8 toneladas;
- Rum: 278 mil litros;
- Vinho: 67 mil litros;
- Cerveja: 11 mil litros;
- Vinagre: 48 mil litros.

Segundo essa lista, a dieta do soldado britânico e alemão era adequada em termos de carboidratos, mas insuficiente em termos de carne. Considerando que um soldado consumia 680 gramas de pão/farinha e 680 gramas de carne (BOWLER, 1975, p. 56; ENGELS, 1978, p. 18), uma força de 20 mil soldados como a de Howe precisava por dia de 13 toneladas de carne. Portanto, 179 toneladas alimentariam essa força apenas por 13 dias. Adicionalmente, o Tesouro registrou a aquisição e envio de 828 toneladas de carne de vaca e 3,2 mil toneladas de carne de porco apenas a partir do porto de Cork e no ano de 1776 (CURTIS, 1927, apêndice 4).

Adicionalmente, existiam três itens que podiam apenas ser conseguidos localmente: vegetais, forragem e combustível. Desses, apenas o último tinha uma disponibilidade rica na América e de fácil acesso. Em termos de disponibilidade, comida fresca era abundante nas 13 Colônias, ou pelo menos suficientes para a manutenção das forças britânicas. Foi um problema rotineiro, mas ainda assim viável de ser suprido para as forças de Howe, principalmente quando estacionadas em Nova Jersey e Pensilvânia. No teatro canadense, as

tropas de Burgoyne não tiveram comida fresca durante toda a segunda metade da campanha, e este foi um ponto na queda da saúde e do moral de suas forças.

Forragem foi um problema mais grave por ser concentrado em poucos lugares da América do Norte. Existia aveia no Canadá e feno em Rhode Island e Long Island (BOWLER, 1975, pp. 52-62). Portanto, houve mais um problema de distribuição dessa forragem do que sua disponibilidade.

O teatro canadense era tão mais selvagem e com ainda menor densidade demográfica que o das 13 Colônias de maneira que os constrangimentos sobre o movimento e suprimento das forças em campanha eram ainda maiores (ver mapa abaixo). Se repassarmos o mesmo cálculo de Bowler para o caso de Burgoyne, nota-se que suas condições eram especialmente ruins em comparação com as outras forças britânicas e mesmo com as norte-americanas. Burgoyne tinha em 1777 um exército de 10 mil soldados, logo demandava 17 toneladas de comida e 70 cavalos a mais para cada dia além do mínimo auto-sustentável de quatro dias de operação. No entanto, as estradas e percursos de sua campanha não possibilitavam o uso de carruagens de quatro cavalos e ele não teria uma marinha para apoiá-lo, apenas chatas e canoas improvisadas. Por fim, ele transitaria pela área mais deficiente em condições de manutenção das forças combatentes.

A linha de comunicação da campanha de 1777 era de tal maneira longa e precária que ela praticamente existia para suprir sua própria existência e as atividades de policiamento contra a guerrilha revolucionária. Mesmo com longas pausas para concentração de suprimentos, Burgoyne nunca conseguiu mais do que 14 dias de reserva a partir do momento em que não tivesse mais a possibilidade de utilizar os cursos de água dos lagos Champlain e George (KETCHUM, 1997, pp. 262-263). Por isso, a campanha de Burgoyne sofreria de crises de abastecimento no trecho terrestre entre o sistema de cursos d'água desses lagos e o rio Hudson, e depois quando teve que abandonar definitivamente esse sistema modal na área de Saratoga. A partir do ponto que sua campanha tornou-se totalmente terrestre, ele entrou num ambiente inóspito e desgastante e com uma força com estoques em nível de subsistência e sempre à beira da paralisia.

Mapa 2: Densidade Demográfica das 13 Colônias Americanas.



Fonte: US Military Academy. *The American Revolution, West Point Atlases, vol.4.* New York: US Army, mapa nº 3, <http://www.dean.usma.edu/departments/history/web03/atlasses/american%20revolution/index.htm>.

4.2.4. ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES DA DEFENSIVA ESTRATÉGICA NORTE-AMERICANA.

Pelo lado da defensiva estratégica, a expectativa da Teoria da Guerra de Clausewitz é que as metas bélicas envolvam conseguir tempo e prolongar sua capacidade de resistir na esperança que sua conversão de recursos civis em combatentes, e contando ainda com a adesão de aliados, possibilite acumular meios para alteração do equilíbrio de forças. O lado defensor também sempre conta com o desgaste dos meios combatentes e da exaustão da vontade em seguir lutando do invasor. Por isso, é útil a aplicação de força e engajamentos que garantam o desgaste do oponente. Conseqüentemente, as opções de metas bélicas e de ação do defensor são mais amplas.

O lado na defensiva estratégica pode usar de operações unicamente para o desgaste do invasor, seja combatendo-o diretamente, ou simplesmente forçando o invasor se dispersar e se distanciar de suas bases de operações. O lado na defensiva estratégica pode realizar ataques que possibilitem o controle de áreas de acesso a regiões políticas e populares importantes que são fontes de recurso. Existem operações de efeito simplesmente simbólico e psicológico para inflamar ou perpetuar o apoio popular, e operações ainda de efeito político em termos de prejudicar as relações políticas do invasor com terceiros países. E, por fim, existe a iniciativa de exaurir as forças invasoras prolongando as operações militares por mais tempo e cobrindo mais espaços até o desgaste de seus meios físicos e morais. Portanto, diferente da ofensiva estratégica que apenas varia em grau, Clausewitz aponta quatro métodos de resistência:

1. Atacar o inimigo antes que ele entre no teatro de operações. Nesse caso, o lado defensor assume de fato uma ofensiva estratégica, levando os enfrentamentos para o teatro de operações do inimigo, área neutra em território de um terceiro país ou no mar;
2. Esperar pelo inimigo próximo na fronteira e frustrar sua invasão, atacando suas forças ainda em deslocamento e ainda quando ele se prepara para invadir. Nesse caso, assume-se a defensiva estratégica

protegendo sua posição, flancos e retaguardas por terreno e fortificações, mas se conduz enfrentamentos ofensivos;

3. Assumir uma defensiva estratégica plena no seu teatro de operações, posicionado suas forças combatentes em lugares amplamente favoráveis em termos de terreno ou compondo-as com fortificações. O lado defensor travará principalmente enfrentamentos defensivos, mas poderá tomar a ofensiva pontualmente;
4. Recuar para o interior de país e resistir lá. Neste último caso, o lado defensor nega qualquer tipo de enfrentamento ao invasor, e usa da geografia e da população - armando-a - para tornar a condição do invasor hostil e desgastante, de maneira que o invasor se enfraqueça até que ele abandone suas metas, ou se torne muito fraco para sobrepor a resistência que ele passa a enfrentar (CLAUSEWITZ, 1984, VI-8, pp. 380-381).

Portanto, o lado na ofensiva estratégica pode usar de campanhas ofensivas tanto quanto defensivas dependendo de suas condições estratégicas e táticas relativas em comparação ao oponente. Em termos estratégicos, quanto menos desfavorável a correlação de forças e mais disperso o invasor no teatro de operações, mais o defensor poderá arriscar com razoável expectativa de sucesso engajamentos ofensivos localizados ou seqüenciados. Do ponto de vista tático, o lado defensor em seu próprio território geralmente tem mais facilidade de movimentação de suas forças no teatro de operações e pode escolher conduzir batalhas em condições mais vantajosas se concentrando em áreas específicas em que o invasor está mais fraco, ou em condições numéricas equivalente, mas o desafiando em terreno mais desfavorável aos seus números e forma de combate. Por sua vez, o uso de fortificações depende que elas sejam imunes ou resistentes às capacidades de combate do oponente e realmente maximize força ao lado na defensiva estratégica.

Mas existe uma diferença substancial em termos de possibilidade de execução entre esses quatro métodos.

Os dois primeiros requerem que se tenham meios combatentes suficientes para a condução de enfrentamentos ofensivos. No terceiro método, o lado na

defensiva deve possuir capacidade razoável de sucesso de enfrentamentos defensivos usando de fortificações. No último tipo de método, a desvantagem de números ou proficiência combatente é tal que o lado na defensiva não possui expectativa de sucesso tático, com exceção de circunstâncias específicas muito especiais que anulem essas desvantagens combatentes iniciais. É nessa última categoria em que se tem a expectativa teórica que se utilize de guerrilhas de maneira sucessiva. Em instâncias de enfrentamento muito localizadas, equilibram-se as desvantagens gerais de baixo número de forças combatentes ou sua baixa proficiência compondo-as com a população armada e maximizando o máximo possível de condições favoráveis de surpresa, vantagem da espera e terreno (CLAUSEWITZ, 1984, VI-26).

Os norte-americanos não tinham meios para a condução de uma defensiva estratégica segundo os dois primeiros métodos. Além disso, os britânicos já estavam posicionados dentro do teatro de operações de acordo os antecedentes políticos.

Restava ao Congresso e o comandante do Exército Continental decidir pela aplicação de suas forças combatentes em correspondência o terceiro e quarto métodos de defensiva estratégica. Nos termos nativos da época, elas correspondiam a alternativa de uma “estratégia de postos” ou a uma “estratégia fabiana”.⁶² Inicialmente, o Congresso e Washington decidiram por uma estratégia que empregava as forças combatentes apenas em condições de enfrentamentos defensivos com fortificações. Existia uma expectativa de que uma população armada amadora amparada com o sistema de fortificações coloniais seria suficiente para fazer frente às forças combatentes móveis britânicas. Adicionalmente, existia um caráter moral e simbólico de defesa das fortificações até as últimas conseqüências (ROYSTER, 1979, pp. 116-117). O reconhecimento que essa estratégia não era a adequada ocorreu com muita resistência e apenas após grandes perdas de tropas e crises entre o Congresso e seus comandantes.

⁶² Esta é numa alusão à estratégia de desgaste aplicada por Fabio Máximo contra Aníbal na Segunda Guerra Púnica. Ver DELBRÜCK (1990c, pp. 311-392).

Quando ficou claro que os britânicos conduziram a campanha de 1776 em Nova York, o Congresso ordenou que Washington protegesse Manhattan a qualquer preço. A “estratégia de postos” seria conduzida a risca com resultados desastrosos e perda de todos os enfrentamentos conduzidos. Na Batalha de Forte Washington em 16 de novembro de 1776, haveria perda de 1/3 das forças revolucionárias sem um único combate (ver DEARY, 1996). A mesma demanda existia por parte do Congresso com relação à campanha defensiva do Departamento Norte pelo General Phillip Schuyler na através do sistema de fortificações na fronteira entre Canadá e Nova York, especial com expectativa de defesa absoluta do Forte Ticonderoga, o “Gibraltar do Norte”. Quando esta foi abandonada após apenas dois dias de investida britânica, houve grande impacto estratégico e político.

De uma maneira ou de outra, ambos Washington e Schuyler, após essas respectivas perdas, mudaram a condução de suas campanhas defensivas e passaram a utilizar dos meios de combate de maneira correspondente com o quarto método de resistência definido por Clausewitz. Ambos foram contestados, Washington teve que usar de habilidade política para se manter como comandante-chefe, enquanto Schuyler foi substituído por Horatio Gates, apesar dos sucessos estratégicos de suas decisões de campanha, como é discutido adiante.

4.2.5. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES LOGÍSTICAS DAS FORÇAS COMBATENTES NORTE-AMERICANAS.

Do ponto de vista teórico, uma guerra ilimitada envolve que o lado na defensiva estratégica esteja disposto a converter amplamente os seus recursos sociais em meios combatentes para resistir e contrapor o lado que esteja na ofensiva estratégica até este renunciar de seus objetivos políticos ou for incapaz de alcançar as metas bélicas necessárias. A defensiva estratégia demanda um elevado engajamento popular com o governo de maneira que a vontade política seja suprida de meios de resistência: das forças combatentes já disponíveis e da conversão da população e suas riquezas em novas forças combatentes. A expectativa teórica é que o lado na defensiva estratégica faça uso de sua

vantagem de poder esperar e prolongue a duração da guerra evitando enfrentamentos o máximo possível. Dessa maneira, ele poderá adequar melhor suas forças combatentes, população armada e geografia de maneira a moldá-las a favor de condições táticas mais favoráveis e condições estratégicas de maior expectativa de sucesso.

(a) A criação das forças combatentes norte-americanas.

As populações das 13 Colônias somavam em torno de 3 milhões de habitantes, sendo 600.000 de negros. Noventa por cento da população livre era diretamente relacionada ao campo. A economia agrícola americana, apesar de estabelecida em um ambiente ecológico menos domesticado, era bastante abundante. Havia a disponibilidade de terras férteis e das três “culturas da civilização” - arroz, trigo e milho – além da batata⁶³.

Era uma economia altamente capitalista e produtiva. Essa produtividade gerava excedentes que eram comercializados. Tanto o modelo de pequenas propriedades quanto o de *plantations* de algodão e tabaco eram exportadores (MANN, 1993, pp. 138-139). Entretanto, as colônias eram proibidas de manufaturar. Era permitido forjar ferro, mas não ferro em aço, ferramentas e armamentos. A capacidade interna de produção de pólvora era insignificante desde que existia falta de fontes de salitre e enxofre nas colônias. Os moinhos de produção domésticos eram da Guerra dos Sete Anos e estavam deteriorados (HUSTON, 1991, pp. 118-121).

A economia americana era auto-suficiente em termos de provisões, porém não era capaz de produzir internamente armamentos e munição e eram dependentes da aquisição no mercado internacional, da confiscação e assalto a comboios marítimos britânicos e principalmente a partir da aquisição junto aos franceses. Portanto, uma primeira deficiência norte-americana era a disponibilidade de material bélico. A aquisição de material era majoritariamente externa.

⁶³ Sobre as plantas da civilização e seus impactos nas históricas políticas da Europa, Ásia e Américas, ver (BRAUDEL, 1977; MOORE, 2003).

Uma primeira fonte foi a piratagem aos comboios britânicos e um Comitê Marinho foi criado para o gerenciamento dos prêmios nos portos norte-americanos (RISCH, 1981, pp. 25-26). A compra de material no mercado internacional de armamentos foi descentralizado e disputado entre o Congresso Continental e os governos dos 13 estados. Todos esses tinham pouca disponibilidade de dinheiro e crédito. Por isso, rapidamente tal fonte tornou-se limitada, principalmente por efeito do bloqueio britânico, em especial St. Eusthsius no Caribe: o principalmente entreposto de aquisição norte-americana.

O grande fornecedor do material bélico para a Revolução foi à França. O contato a partir de agentes franceses começou em 1764, um ano depois da Paz de Paris que encerrou a Guerra dos Sete Anos. A França procurava inflamar a dissensão entre as colônias ao oferecer munição, engenheiros e artilheiros. Para efeitos desse estudo, é significativo o registro da transação de material enviado pela França em 1777, desde que este foi fundamental na composição da força que combateu Burgoyne em Saratoga. Foram efetuados a aquisição de 200 canhões, 30 morteiros, 30 mil rifles, 200 toneladas de pólvora e vários itens de campanha como 4 mil barracas e uniforme suficiente para 30 mil homens. A maior parte desse material foi encaminhada para a Nova Inglaterra e fundamental na composição as forças sob o comando de Gates a partir de agosto de 1777. O terço restante foi para Washington e lhe permitiu uma base muito melhor para as reformas do Exército Continental no inverno de 1777-1778 em Valley Forge, assim como no planejamento e condução da campanha de 1778 (RISCH, 1981, pp. 338-340; HUSTON, 1991, pp. 104-107, 111).

Uma segunda deficiência importante que prejudicava a criação das forças revolucionárias era que o Congresso Continental não tinha fundos para cumprir suas obrigações, por isso não era capaz de aportar a preparação para a guerra em bases estáveis. O Congresso não tinha orçamento próprio e se resistiu à cobrança de impostos para financiar a guerra até 1782 (FERGUSON, 1961, p. 27). Alguns estados tinham sistemas fiscais centralizados, e deles que dependia o Congresso. Esses governos de colônias, por sua vez, dependiam da contribuição extraordinária das comunidades e cidades. Em decorrência da irregularidade das contribuições, o Congresso recorreu a medidas expedientes,

como a emissão de papel-moeda. No entanto, o enorme volume timbrado levou a sua desvalorização e desuso. Uma segunda medida foi a emissão de títulos, que em um cenário de invasão dava pouca expectativa de retorno a seus compradores, por isso também não obteve resultados (HUSTON, 1991, pp. 129-133, 143). A última e mais comum forma de prover recursos foi a expropriação. Oficiais continentais, principalmente do Exército, apropriavam-se dos bens necessários em troca de certificados que registravam o pagamento em algum momento futuro (FERGUSON, 1961, p. 57).

Uma terceira deficiência era falta de uma estrutura executiva para a administração da guerra. A própria tradição política colonial e os valores revolucionários constrangiam a possibilidade da organização de estruturas efetivas para a preparação da guerra. Embora o Congresso e os congressistas fossem forjados e unidos pela guerra, eles não eram capacitados nem preparados para conduzi-la. O Congresso não possui instâncias executivas e os congressistas, em sua maioria, não possuíam experiência marcial e, na verdade, desconfiavam muito daqueles que a tinham acumulado. Essa condição política americana repercutia em um Congresso dependente dos governos das colônias. Todo esforço de guerra - tanto as atividades preparatórias quanto as combatentes - era dependente de alistamento popular. O Congresso, no máximo, recomendava cotas às colônias, e estas procediam como bem achassem oportuno no seu preenchimento. Tal fragilidade acentuou-se após a Declaração da Independência em 4 de julho de 1776. Os novos governos de estado ganharam maior respaldo na condução de suas atividades preparatórias e tendiam a dar preferência a converter recursos para suas próprias forças milíciais que doá-los ao Exército Continental.

Portanto, inicialmente, a arte da guerra revolucionária baseou-se na tradição colonial de formação de milícias. Os regimentos de milícias das colônias foram as forças que iniciaram a Revolução em 1775. O processo de incremento em termos de capacidade combatente efetiva para fazer frente às forças regulares britânicas foi lento e com baixas expectativas de sucesso durante os primeiros anos da guerra.

Adicionalmente ao regimento de milícia padrão, existiam outros dois tipos de contingentes mais regulares que foram fundamentais no início da resistência e

na criação do Exército Continental. Em primeiro lugar, existiam as companhias de tropas em prontidão em minutos, ou *minutemen*. Essas eram uma tradição mais comum das comunidades de Massachusets a partir da experiência dos regimentos coloniais para enfrentar índios e franceses. Para necessidades combatentes emergenciais, as comunidades possuíam companhias que possuíam treino mais regular e equipamento pronto em melhores condições (WRIGHT JR., 1983, pp. 12-13).

Uma segunda tradição de unidades coloniais que seria re-ativada e expandida a partir de 1775 era as companhias de provinciais (*Provincials*) ou patrulheiros (*Rangers*). Durante as guerras imperiais nas Américas, em especial na Guerra dos Sete Anos, as autoridades imperiais formaram unidades combatentes especiais de colonos subordinadas diretamente às forças regulares britânicas em campanha. Seus oficiais recebiam patentes superiores aos dos oficiais milicianos e seus oficiais e tropas eram pagos pelo Exército Britânico, e não pelos tesouros das colônias. Essas unidades eram formadas por colonos que viviam nas fronteiras das colônias, por isso eram proficientes em habilidades guerreiras e de sobrevivência em áreas selvagens. Foram empregados como vanguarda e escolta em expedições entre as fronteiras das colônias britânicas, francesas e espanholas nas Américas. Essas unidades tiveram grande experiência combatente, mas ao fim da Guerra dos Sete Anos passaram a ter um papel secundário e apenas de apoio o que criaria ressentimentos. Essas unidades foram re-aproveitadas pelos governos das colônias em prontidão mínima e na medida da necessidade para patrulhar as fronteiras interiores contra os índios. Com a Revolução, essas unidades foram re-ativadas e participaram com destaque das principais campanhas e batalhas revolucionárias. Essas unidades ganharam títulos especiais para destaque de suas capacidades superiores a um regimento de milícias comum. Por exemplo, *Marblehead's Marines* de Massachusets, *Green Mountain Boys* de Vermont, *Stark's Rifles* de New Hampshire e *Morgan's Rifles* da Virgínia. O 1º Regimento do Exército Continental, sob comando direto de Washington, foi formado por 10 companhias desses contingentes. Esse regimento foi o primeiro do Exército Continental não por senioridade, mas por reconhecimento de mérito.

Esses três tipos de contingentes foram a base do Exército Continental de Washington. Eles expressavam as características dos tipos de comunidades das 13 Colônias. Uma apreciação dessas características sociais resume as possibilidades e os constrangimentos na composição da população norte-americana em forças combatentes (BALLER, 1994; SARGENT, 2004).

Em torno de 90% da população colonial vivia em pequenas comunidades agrícolas organizadas sob estrutura patriarcal em que o chefe da família determinava qual filho iria à guerra e por quanto tempo. Nas comunidades agrícolas, havia uma distinção de classe entre aqueles que serviram nas milícias e no Exército Continental. Cidadãos mais ricos e filhos mais velhos tenderam a servir no primeiro, pois envolviam tempo de serviço menor e possibilitavam o retorno a tempo de cuidar dos negócios de famílias no campo. Membros menos ricos ou jovens de grandes famílias tenderam a servir no Exército Continental. O tempo de serviço tendia a ser sazonal e acompanhava o regime de colheitas, que não era necessariamente anual desde que a produção agrícola era baseada na alternância de várias culturas.

Os regimentos de milícias criados a partir dessas comunidades agrícolas também tenderam a servir apenas nas fronteiras de suas regiões e eram bastante relutantes de atuar em campanhas em outras colônias, distante de suas fazendas e famílias. Por isso, a conversão desses regimentos em forças continentais não foi um processo fácil nem rápido, pois demandava a renovação dos contratos sempre individuais de serviço militar em prazos mais longos de três anos ou pelo tempo de duração da guerra.

Uma última característica das milícias norte-americanas era o grande rodízio na prestação de serviço. Ou seja, a obrigação do serviço era distribuída pela participação sucessiva de todos os membros capazes de uma família e de uma comunidade. Em 1775, houve a deflagração das companhias de *minutemen* formada pelos patriarcas e figuras política proeminentes das comunidades. Em 1776, por filhos mais velhos. Em 1777, havia o re-alistamento de voluntários de 1775 e o recrutamento de membros mais jovens das famílias que atingiram a maturidade.

Apenas a partir de 1778 que houve um efeito residual de re-alistamentos por contratos de serviço mais longos graças a uma expansão dos princípios

revolucionários e à profissionalização das estruturas do Exército Continental mediante a reformas encaminhadas por Washington e ao novo padrão de instrução dos oficiais e tropas pelo Barão von Steuben.

Uma porção muito menor da população colonial era de comunidades que viviam nas fronteiras interiores e selvagens das colônias e de comunidades costeiras pesqueiras. As comunidades de fronteira possuíam um passado marcial mais vivido em decorrência das guerras entre os impérios europeus nas Américas que tinham geralmente como teatro as fronteiras e da experiência das guerras contras as nações indígenas. Por um lado, eram comunidades muito coesas dentro de si e geralmente formavam regimentos inteiros a partir de poucas comunidades. Famílias ou clãs serviam integralmente, sem rodízio e por tempos mais longos de serviço e no Exército Continental. Os regimentos formados a partir de comunidades costeiras pesqueiras da Nova Inglaterra tiveram um serviço ainda mais longo e continuado, pois eram diretamente afetados pela presença das forças britânicas.

Por outro lado, apesar dessa vocação guerreira, eram comunidades mais alienadas e distantes dos desenvolvimentos políticos e dos princípios revolucionários. Esses regimentos eram muito mais receosos à subordinação a comandantes de fora de seus grupos sociais e de outras colônias, por isso eram vinculadas fortemente ao carisma e ao engajamento político de seus respectivos comandantes, e através destes serviam ao comando direto de Washington ou Schuyler⁶⁴.

⁶⁴ A dinâmica social e sua expressão guerreira das comunidades fronteiriças norte-americanas é muito similares àquelas analisadas por Delbrück dos povos bárbaros germânicos. Delbrück descreveu as sociedades primitivas germânicas que habitaram o norte da Europa desde a Antiguidade e que tomaram os espaços políticos após a queda do Império Romano Ocidental. Essas sociedades eram comunidades coesas internamente, mas ariscas a indivíduos de outros grupos sociais. Ele analisou ainda como a estrutura política de clãs e o caráter semi-nômade conferia grande coesão social entre os membros dessas sociedades, que expressou em unidades combate resilientes. A *Hundert* era o agrupamento básico de guerreiros de uma tribo, o que acabou por evoluir como a unidade combatente básica germânica nas suas invasões. Ver DELBRÜCK (1990a, pp. 15-16).

De uma maneira ou de outra, os dois tipos de comunidades eram governadas por um localismo (BALLER, 1994, pp. 10-11, 47-58). Ou seja, seus padrões de voluntarismo eram dados pelas características e motivações internas de cada comunidade.

Esses elementos ajudam a explicar a variação na composição popular entre os anos 1775 e 1777. No primeiro ano da guerra, a ameaça às colônias da Nova Inglaterra era muito próxima e a disponibilidade das companhias dos *minutemen* estava dada. Como consequência, este foi o ano com o segundo maior índice de alistamento em toda a guerra. Em 1776, as campanhas foram deslocadas para o sul da Nova Inglaterra e a necessidade de dar conta dos trabalhos agrícolas era maior. Em consequência, houve a resistência ao serviço militar e um ano de baixíssimo alistamento. Durante essa variação no serviço militar das comunidades agrícolas, as unidades das comunidades de fronteira se destacaram e tiveram desempenhos fundamentais para a sobrevivência do Exército Continental e da Revolução.

Finalmente em 1777, existiu uma nova ameaça iminente à Nova Inglaterra com a expedição de Burgoyne a partir do Canadá. Essa expedição trouxe ainda as amargas lembranças do passado das guerras contra os franceses e às nações indígenas mais forte que fora o caso de 1775. Por fim, os acontecimentos de 1776, a destruição provocada por regulares britânicos e alemães nas colônias médias e a virtual destruição do Exército Continental, ressaltaram a impossibilidade de acomodação civilizada com as forças imperiais. Como consequência, existiu a composição de um novo exército de milícias em Saratoga, maior e distinto do de Washington. Com Saratoga que existe o maior contingente de alistamento de toda a guerra. Foi desse novo contingente de tropas de milícias agrícolas e de *rangers* combinados a uma cátedra de oficiais veteranos e sobreviventes das derrotas de 1776 que se formou a base do novo Exército Continental de Washington para o restante da guerra (ver ROYSTER, 1979, capítulo 5; BODLE & THIBAUT, 1980)⁶⁵. Daí em diante, as desvantagens

⁶⁵ Uma discussão lateral, mas importante, é a revisão da literatura sobre a composição social do Exército Continental. Numa expressão anacrônica da Guerra do Vietnã, existe uma perspectiva tradicional que tivesse sido conduzido por um contingente de jovens pobres. Uma revisão desse entendimento foi iniciada por ROYSTER (1979, pp. 373-378) e comprovada

combatentes das forças revolucionárias em contraste às britânicas passariam a ser equilibradas.

Esses contornos da conversão popular em força combatente ajudam também a embasar a constatação anterior de que a Nova Inglaterra foi o centro de gravidade da Revolução. Essa condição não residiu apenas na composição do movimento revolucionário no campo das idéias e moral. O Exército Continental era o Exército da Nova Inglaterra com um contingente adicional posteriormente proveniente das outras colônias, com destaque para Virginia e Pensilvânia.

O Congresso Provincial da Nova Inglaterra de abril de 1775 iniciou o planejamento e aprovou o alistamento de oito mil voluntários para serviço até o fim deste mesmo ano. Esse plano inicial foi reformulado e expandido na consulta com oficiais após a Batalha de Bunker Hill em junho do mesmo ano. Foi concluído que as forças revolucionárias precisavam ser compostas por um número maior de unidades pequenas – companhias - com uma taxa elevada de oficiais por recrutas, de maneira a incrementar o comando e controle de tropas que eram pouco coesas e experientes. Os regimentos da Nova Inglaterra foram compostos por 598 tropas em 10 companhias. Também julgou-se adequado compor unidades maciças para equilibrar a qualidade combatente britânica com números superiores. Expandiu-se, portanto, o plano de alistamento para 30 mil voluntários, sendo que Massachusetts contribuiria com 13 mil. O mesmo plano de mobilização concebeu que essas forças teriam que ser reforçadas por companhias de artilharia. Criou-se então um regimento de artilharia centralizado em termos administrativos, mas operacionalmente distribuído em destacamentos subordinados aos comandantes dos regimentos de infantaria, de maneira a maximizar seu poder de fogo.

A principal consequência disso foi que nos vários enfrentamentos que se seguiram, as forças norte-americanas contavam com a vantagem de números de tropas e de peças de artilharia. Particularmente na Campanha de Saratoga, essa foi a condição tática na maioria dos casos.

estatisticamente por SARGENT (2004) utilizando de métodos quantitativos e qualitativos para refutar tal entendimento.

Apesar dos maiores contingentes terem vindo da mais populosa Massachusetts e das comunidades agrícolas, os principais comandantes que se consagrariam na guerra revolucionária vieram das colônias mais jovens e menores e de comunidades de fronteira da Nova Inglaterra: Nathaniel Greene de Rhode Island, John Stark e Seth Warner de New Hampshire e John Glover da comunidade pesqueira da cidade de Marblehead. Esse primeiro exército revolucionário tinha função estritamente defensiva para proteção de Boston e das colônias da Nova Inglaterra. Era uma força amadora, descentralizada e caótica. Ao fim de 1775, o Exército da Nova Inglaterra consistia de 35 regimentos de infantaria num total de 1.109 oficiais e 15.538 recrutas. Na prática, apenas 9 regimentos de Massachusetts tinham força efetiva em 95% e cinco outros em 80%, sendo os restantes de capacidade combatente duvidosa (WRIGHT JR., 1983, pp. 13-20). E foi este o exército que travou a Batalha de Bunker Hill.

Na virada para o ano de 1776, Washington assumiu o posto de comandante-chefe e aplicou reformas pontuais importantes: (i) posicionou os regimentos segundo terreno e disponibilidades de estradas; (ii) criou unidades de divisão e brigada como interface de seu quartel-general e os regimentos; (iii) e deu a posição destas novas unidades - essencialmente administrativas - a generais segundo critério de efeito político para facilitação da mobilização e conformação das milícias recrutadas; (iv) as unidades anfíbias, de rifles e artilharia ficaram sob seu comando direto. (WRIGHT JR., 1983, p. 30)⁶⁶. Para efeitos da presente análise, a estrutura do Exército da Nova Inglaterra sob esta reforma de Washington representa os contornos gerais das forças norte-americanas que lutaram em Saratoga.

⁶⁶ Washington aplicou reformas importantes, e que seriam continuas até o fim da guerra e que seguiram a evolução de sua capacidade como comandante-chefe, da seleção “natural” de oficiais, da formação de tropas mais veteranas e da mudança dos teatros de operações. As reformas de Washington são casos exemplares de projeto de força e merecem um estudo adequado.

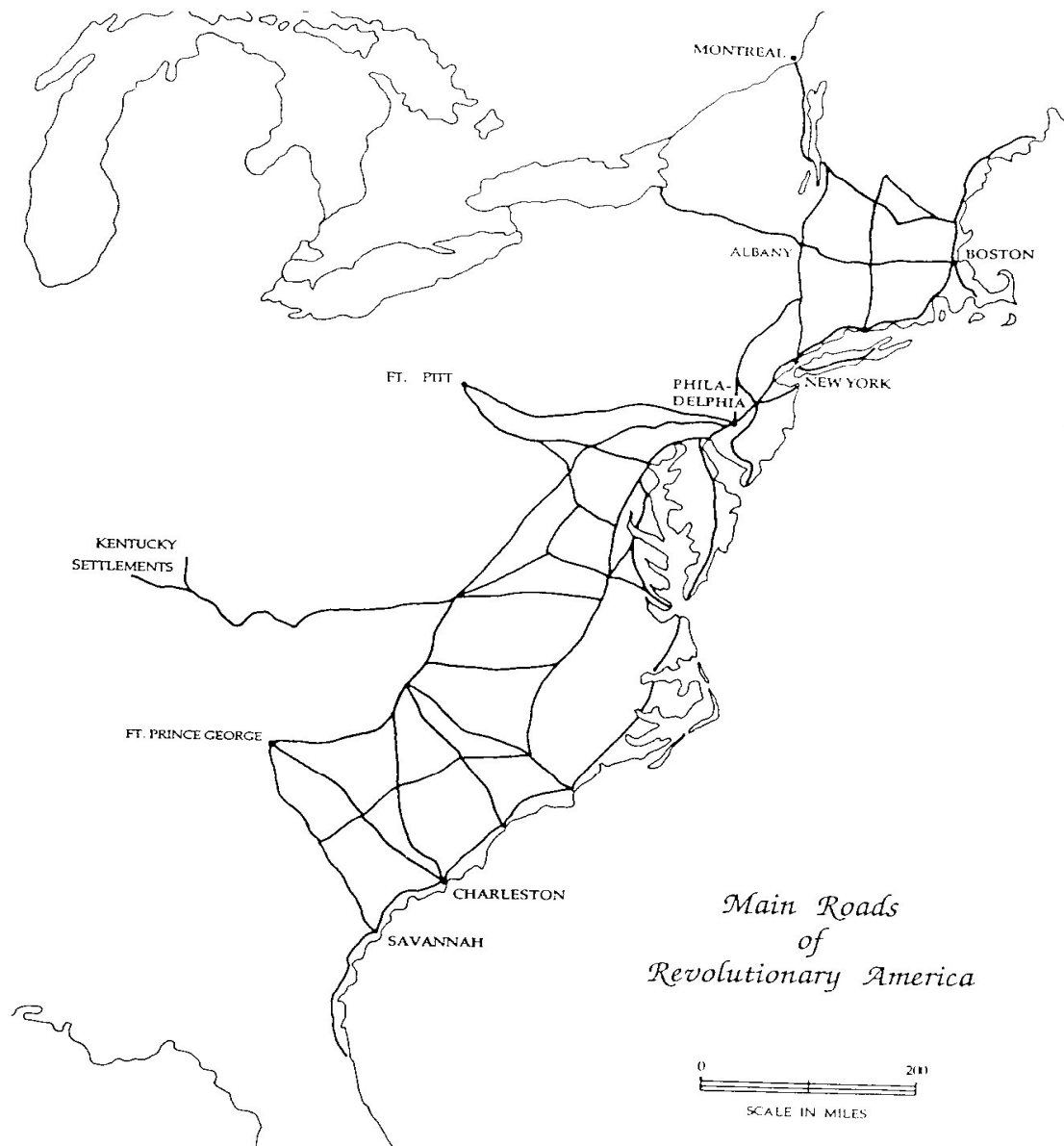
(b) A movimentação das forças combatentes norte-americanas.

De todas as deficiências logísticas das forças norte-americanas, transporte terrestre é apontado como a mais grave (HUSTON, 1966, pp. 140-148; RISCH, 1981, p. 6; SHY, 1993, pp. 163-164).

Em especial, SHY (1993) faz a análise das conseqüências logísticas do sistema modal colonial. Ele aponta que o sistema de transporte terrestre das colônias era pré-moderno, por isso ineficiente e muito caro. O setor comercial das colônias era baseado nas linhas marítimas através do Atlântico no acesso aos mercados da Europa e Caribe. Mesmo o comércio entre as colônias se dava por meios marítimos. Por sua vez, o sistema de estradas americanas era primitivo para os padrões modernos, e mesmo dos Romanos, e foi desenvolvido em complementação ao padrão comercial marítimo. As melhores estradas carregavam a produção das fazendas para portos costeiros e seguiam eixos horizontais. Algumas boas estradas serviam viajantes e correio entre essas cidades portuárias, mas eram segmentadas por cursos d'água transponíveis apenas por embarcações.

A supremacia marítima britânica reduziu a marinha costeira e seu uso pelos norte-americanos. A presença britânica também limitou o uso das estradas pelas forças norte-americanas. As melhores estradas eram as costeiras e poderiam ser usadas apenas sob alto risco porque passaram a ser vigiadas por guarnições britânicas. O Exército Continental e as milícias tiveram que contar com estradas secundárias e terciárias, que eram de utilidade limitada porque eram orientadas apenas no eixo oeste-leste. Portanto, o deslocamento das forças combatentes norte-americanas e alocação de material bélico entre as colônias era difícil e demorada.

Mapa 3: Principais Estradas da América Revolucionária.



Fonte: Shy, John. 1993. Logistical Crisis and the American Revolution. In *Feeding Mars: Logistics in Western Warfare from Middle Ages to the Present*, org. John Lynn. Boulder: Westview Press, p. 165.

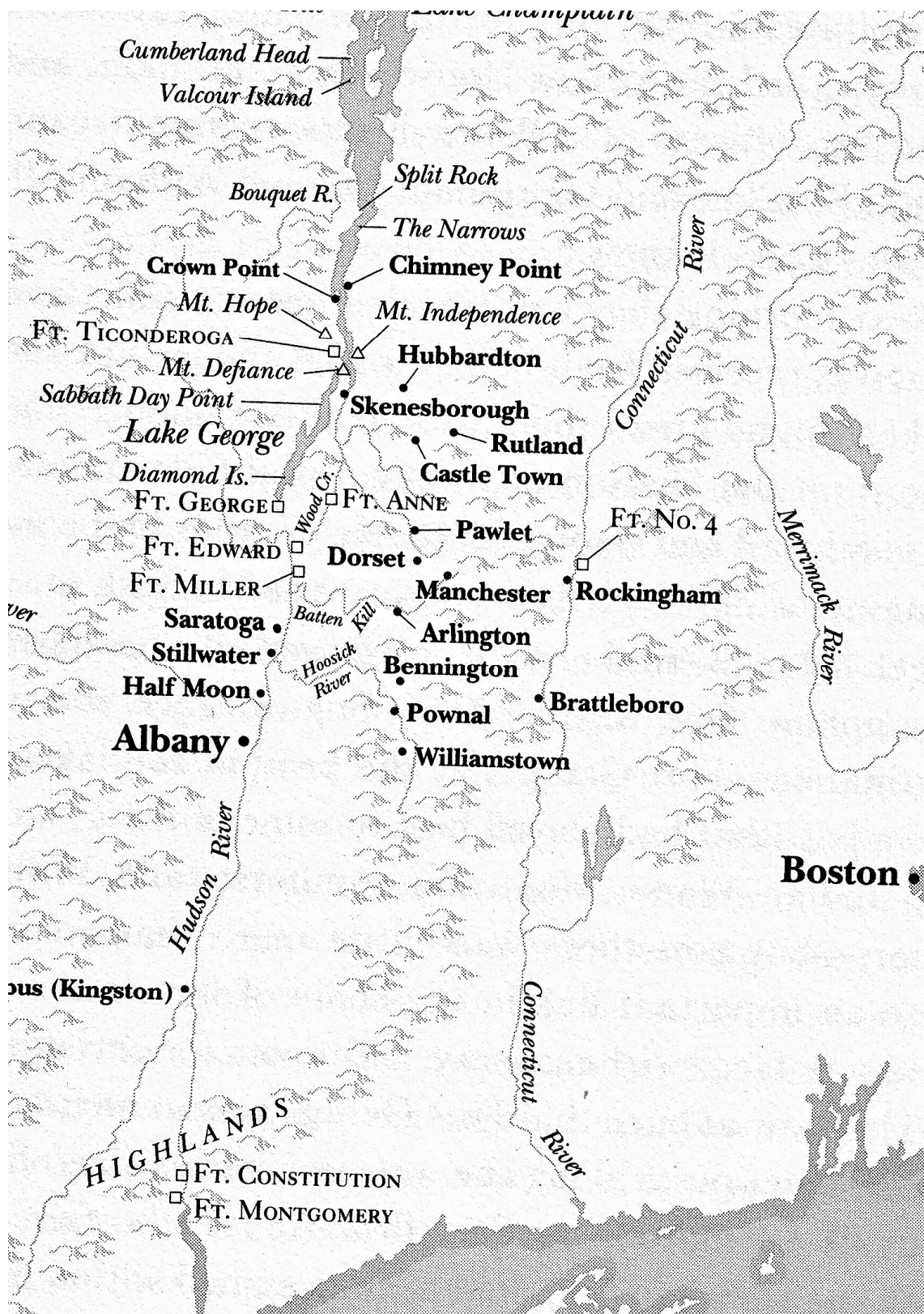
Adicionalmente, existia pouca disponibilidade de trabalho especializado e animais de carga e tração. Por um lado, a principal estrutura agrícola colonial era intensiva em propriedades familiares e comunitárias. Por isso, havia um gargalo de recursos humanos que tinham que ser empregados na formação do Exército Continental e das milícias, o que esvaziava a reserva de força de

trabalho especializado no apoio logístico das operações. Por outro lado, a América do Norte não tinha naturalmente mamíferos de grande porte domesticados. Eles tiveram e tinham que ser trazidos da Europa. Por isso, a disponibilidade de animais de carga e tração era tradicionalmente limitada na economia norte-americana e não isto seria diferente durante a guerra. Esta foi uma limitação que afetou a movimentação e manutenção das forças norte-americanas e britânicas.

As condições de movimentação de tropas e material logísticos no teatro de operações norte, onde se deu a Campanha de Saratoga, foi o pior de toda a guerra. Este era um ambiente pouco povoado e selvagem que reduziu as condições de possibilidade de movimentação com conseqüências importantes para o restante das atividades preparatórias das campanhas. A criação de rede de transporte entre o sistema de fortificações de Albany à fronteira com o Canadá para o posicionamento e manutenção das tropas norte-americanas foi o maior desafio do General Schuyler, e também a sua maior realização.

Ele foi o responsável pela preparação das suas próprias forças do Departamento Norte e as do Departamento Canadense desde 1775. A força canadense operava através de uma linha de comunicação muito longa e difícil. E mesmo com a dissolução da maior parte da força canadense ao fim de 1775, as unidades remanescentes e o exército do Departamento Norte tiveram que assumir posições defensivas bem ao norte em torno do Forte Ticonderoga. Para sustentá-las, era necessário o uso de uma linha de comunicação ao longo de 350 quilômetros de florestas, vales, rios, áreas alagadiças, quedas de água e corredeiras.

Mapa 4: Teatro de Operações Norte da Revolução Americana.



Foonte: Ketchum, Richard M. 1997. *Saratoga: Turning Point of America's Revolutionary War* New York: Henry Holt and Co., p. 25.

(c) A manutenção das forças combatentes norte-americanas.

A capacidade administrativa do Congresso Continental era extremamente limitada, portanto as atividades de manutenção das forças combatentes eram desempenhadas pelos comandantes dos departamentos de comando e pelos governos das colônias. Esse ambiente descentralizado e pouco especializado resultou na deficiência de instrução de tarefas e competências. Portanto, existia desnecessária competição por recursos escassos. Como consequência, houve grande desperdício de material na aquisição alocação de recursos e grande desconfiança pública (BOWLER, 1975, pp. 56-57, 62)⁶⁷.

Havia grande diferença entre os usos estratégicos da força combatente sob o comando de Washington daquela sob comando de Schuyler, com consequências importantes para as possibilidades de manutenção de ambas.

Em 1776, o Exército Continental foi uma força em constante movimento. Washington fazia avanços e retrocessos por eixos de direção variados de maneira a desgastar as forças de Howe. Tal padrão de movimentação impunha um desafio a seus serviços de manutenção. Porém a situação tornava-se pior quando Washington foi obrigado a aquartelar suas forças durante o inverno em áreas inacessíveis a Howe. Principalmente porque tais posições o colocava distantes das fontes de comida das colônias.

Mesmo com os recuos das forças sob o comando de Gates e Schuyler, estas eram mais estáticas e próximas de meios fluviais. Schuyler também contava com uma equipe permanente de assistentes em consulta com representantes junto às colônias e comunidades. Washington, em várias situações, tinha que ser seu próprio oficial de intendência em atividades de aquisição de suprimentos junto a populações locais (RISCH, 1981, p. 45). Comparando os dois exércitos norte-

⁶⁷ Uma importância consequência política desse contexto foi a centralização administrativa expansiva do Exército Continental, o que lhe conferiu amplos poderes políticos – na prática ditatoriais - ao fim da guerra. Ele tornar-se-ia no principal braço institucional, ameaçando a própria viabilidade do emergente Estado republicano. A consciência de Washington desse problema seria uma das principais marcas de seu papel como estadista e protetor da federação norte-americana, evitando movimentos militaristas e personagens com tendências golpistas durante e depois da Revolução, como Charles Lee, Horatio Gates e mesmo Alexander Hamilton.

americanos. Schuyler possuía condições logísticas melhores que seu comandante superior. Interessante lembrar que entre os exércitos britânicos a situação era inversa, as condições de Burgoyne eram piores que as de Howe. Portanto, do ponto de vista logístico, as condições comparadas entre as forças combatentes era que no teatro norte as forças norte-americanas tinham vantagens, enquanto que no teatro central eram as forças britânicas que as tinham.

4.2.6. AVALIAÇÃO PARCIAL DA REVOLUÇÃO AMERICANA.

Aqui se procede a uma crítica propriamente dita dos meios empregados segundo os propósitos das lideranças políticas. É empreendida uma avaliação da cadeia de decisões tomadas e cursos de ação encaminhados até o início do ano de 1777 e foram relevantes para o desenlace da Campanha de Saratoga. Por fim, na medida da oportunidade, contrafactuais são aplicados para reforço da crítica positiva ou negativa dos tomadores de decisão e comandantes.

Certamente, este não é um exercício pleno, nem livre de inconsistências. Ainda assim, argumenta-se pela suficiência de análise crítica da Guerra de Independência dos Estados Unidos adequada aos propósitos de um estudo segundo a proposta metodológica adotada.

4.2.6.1. AVALIAÇÃO PARCIAL DA CONDUÇÃO BRITÂNICA DA GUERRA.

O movimento patriótico revolucionário norte-americano não envolvia a maioria da população colonial e iniciou concentrada principalmente na Nova Inglaterra. A onda de alinhamento das porções de classe média e de outras colônias passou a ocorrer a partir de 1775 já com a presença e atuação das tropas britânicas. O sucesso das campanhas britânicas de 1776 teve o efeito que uma parcela da população que era legalista ou neutra se manifestasse em apoio às autoridades imperiais. Apenas com o sucesso de Washington em Nova Jersey e, depois, da

Campanha de Saratoga sob Horatio Gates que houve retrocesso nessa direção de engajamento popular. Portanto, a evolução, fortalecimento e sucesso da Revolução Americana e da Guerra de Independência não eram determinantes.

De um ponto de vista político, a Revolução Americana era evitável. Ou seja, a ofensiva política revolucionária poderia ter sido contida e sublimada se decisões acertadas fossem tomadas na década de 1760.

Por um lado, as relações comerciais entre as 13 Colônias e o Reino Unido era a principal fonte de riquezas que deveria ter sido consideradas e protegidas. A expansão do sistema de taxaço sobre comércio do que sobre riqueza para as colônias teria satisfeito as contendas das autoridades imperiais com parte significativa dos mercantes e da classe média. Uma ação mais seletiva do exército e marinha britânicos também poderia ter evitado que houvesse a ameaça aos pequenos proprietários, que se inclinaram à Revolução diante da ameaça de confisco e destruição de suas posses pelas autoridades imperiais.

Por outro lado, os grupos revolucionários eram formados a partir de elites que poderiam ter sido isoladas politicamente, sendo que uma parcela dessas elites poderia ter sido cooptada se lhes fosse dada maior participação na direção política das colônias. O caráter elitista dos revolucionários não fazia da Revolução, inicialmente, uma iniciativa descentralizadora e democratizante. De fato, essas elites tinham ambições de centralização de poderes durante a década de 1760. É possível especular que sem a inclusão da classe média e dos pequenos proprietários, o Congresso Continental tornar-se-ia um novo tipo de Parlamento Britânico, mais amplo e inclusivo, mas não diferente de tipo, desde que as principais discordâncias dos revolucionários com o Parlamento não era em termos institucionais, mas de regras de participação no jogo político. Portanto, uma acomodação entre os dois lados do Atlântico antes de 1774 que providenciasse uma coalizão política que instrumentalizasse melhor os recursos de poder dos *Whigs* e que atendesse as demandas coloniais em algum tipo de *franchise* parlamentar poderia resultar no estancamento da polarização política nas colônias. O grande empecilho nesse sentido era que as aristocracias britânicas eram resistentes à expansão com a inscrição de novos membros. O Parlamento já havia sido expandido ao longo do século 17 e até 1707, com a inclusão das aristocracias do Reino da Escócia. A consequência disso vinha

sendo instabilidade entre os subgrupos do partido *Whig* com dispersão do seu poder em benefício relativo à realeza e aos *Tories*.

Existe mesmo o contra-factual que tal curso de ação poderia ter sido seguido se William Pitt, o Velho, não tivesse sua saúde deteriorada e tivesse se mantido como líder político dos *Whigs* nos Comuns e não tivesse sido empossado Lorde do Selo Real e deslocado sua atuação parlamentar para a Casa dos Lordes. Com o envolvimento do líder político britânico da Grande Guerra pelo Império, poderia ter ocorrido uma correção de rumos e a contenção da Revolução no apelo pela consolidação deste mesmo império. A própria revogação do *Stamp Act* e postergação da guerra por 10 anos foi resultado de sua frágil, mas importante, atuação num raro momento de lucidez que sua saúde permitiu ao fim da vida. Apesar da alcunha de Velho, Pitt morreu jovem. Sua força como estadista foi que erigiu o Reino Unido da Guerra dos Sete Anos, um evento político muito mais desafiante às instituições britânicas que a Revolução Americana. As características da personalidade de Pitt e as possibilidades de suas realizações são consideradas por CARR (2004) uma história alternativa mais crível de se realizar que o contrafactual sobre a possibilidade de alteração dos resultados de Saratoga, se Burgoyne tivesse tomado decisões diferentes (SOBEL, 1997). Carr coloca que para o desastre de Saratoga ter sido evitado, os comandantes envolvidos – principalmente Burgoyne – deveriam ter sido outros de características totalmente distintas. Já para a coordenação das forças políticas e a temporarização dos ânimos revolucionários, seriam ações muito mais prováveis se William Pitt continuasse a ser quem era no cargo que tinha a mão, apenas com mais tempo de exercício. Pitt era o “grande diretor” que o Reino Unido precisava e teve, mas por tempo insuficiente para evitar que o Império fosse tão gravemente abalado.

A força da Revolução veio da inclusão e, depois, predomínio dos pequenos proprietários e da massa da população norte-americana no movimento revolucionário. Essas parcelas da população eram apáticas politicamente e neutras em reação às contendas entre elites coloniais e autoridades imperiais, mas que foram igualmente repreendidas e cerceadas pelos segundos e, por isso, acabaram por se inclinar aos primeiros. As elites norte-americanas precisavam dessa massa principalmente como bucha de canhão nas milícias, como em

qualquer revolução. No entanto, a diferença era que a massa populacional norte-americana não era camponesa, desprovida e inculta como em outros casos. De outro lado, as instituições norte-americanas eram tradicionalmente mais inclusivas e descentralizadas que as européias e as elites não foram capazes de isolá-las e manipulá-las nos longos anos da guerra de independência. O principal germe transformador da sociedade norte-americana foram o próprio Exército Continental e as milícias coloniais. Pois, esses se tornaram instituições emancipadas das elites logo nos primeiros anos da guerra e deram meios armados e propósito político para a população norte-americana. Após o fim da guerra, as milícias e o próprio Exército de Washington foram acionados contra iniciativas das antigas elites coloniais de instaurar privilégios e de controlar a máquina pública.

De um ponto de vista estratégico, o Ministério britânico acreditava que a guerra que se seguiu da Revolução Americana era uma questão grave, mas apenas diferente em termos de grau, e não de tipo, dos levantes que as forças britânicas enfrentaram na Irlanda e na Escócia. Não se pode avaliá-los como completamente errados, pois os levantes irlandeses e escoceses eram contínuos e foram apenas extinguidos pelo desarme completo da região, destituição de qualquer autoridade política local e a submissão da população civil por um longo tempo. Mas nestes casos, a assimetria de meios de forças a favor dos britânicos era tremenda e o sucesso estratégico sempre ocorria em campanhas breves. A proximidade do local desses levantes do Ministério em Londres e da fonte de recursos bélicos britânicos na Inglaterra também favorecia a inteligência política no controle dos comandantes e na gestão dos meios combatentes. Por isso, os meios disponibilizados para condução de campanhas de pacificação na Irlanda e Escócia, mais relacionadas a guerras ilimitadas, não eram significativamente distintos dos aplicados nas campanhas de guerras limitadas no Continente. Isso criou um mau-entendimento que qualquer guerra com alto grau de engajamento popular e motivação política poderia ser vencida como as guerras de disputas dinásticas entre realezas e nobres.

Na verdade, o grau de prontidão de tropas e volume de material disponibilizado para proteção da Irlanda e da Inglaterra a partir de 1778 era consideravelmente maior daqueles disponibilizados para a pacificação das 13 Colônias. A

expectativa de ameaça territorial pelos franceses era algo pior que as forças revolucionárias. E quando ela existiu, houve o subsequente ajuste dos meios de força disponibilizados ao Comandante-Chefe das forças combatentes dos territórios britânicos, Lorde Amherst, em prejuízo do novo comando das forças britânicas nas 13 Colônias desde então, Henry Clinton. A mobilização de milícias e a criação de novos regimentos totalizaram uma força de defesa das ilhas inglesas de 50.000 soldados.

Isso não remete automaticamente ao entendimento de que os meios de força disponibilizados para os comandantes de campo na América do Norte fossem insuficientes. A guerra não estava perdida de antemão por uma condição logística inadequada. A operação de preparação da expedição de 1776 foi a maior desde os romanos e havia considerável seriedade nesse ponto. O Reino Unido possuía uma população três vezes maior que a das 13 Colônias e uma economia várias vezes maior em termos de capacidade de produzir os meios da guerra. Apesar dos problemas estruturais inerentes dos departamentos executivos britânicos e de uma linha de comunicação marítima de 4.800 quilômetros, as vantagens dos britânicos na preparação e gestão da guerra e experiência na sua condução eram enormes em comparação com os revolucionários americanos. A questão era que essas não eram condições de vantagem inerentes e imutáveis. Os britânicos eram obrigados à ofensiva estratégica: uma forma mais fraca de guerra segundo a expectativa da Teoria da Guerra de Clausewitz.

As expectativas britânicas eram de que os meios disponibilizados fossem mais que suficientes e de que a vitória era certa. A superioridade de material bélico e a superioridade das qualidades das forças britânicas garantiriam o resultado. Inclusive permitindo a derrota e contenção dos coloniais com folga suficiente de tempo para re-organização das forças e contra-ação a qualquer iniciativa francesa. Portanto, mais grave que o volume de material bélico para apoiar uma força limitada em termos numéricos e os problemas táticos e estratégicos de operações de pacificação, era a forma como esses recursos foram disponibilizados e usados. Havia, realmente, grande leniência e displicência em termos de *timing* e alocação desses recursos a partir do Reino Unido e no seu uso contra as 13 Colônias. Adicionalmente, os revolucionários foram capazes de

transformar o teatro de operações norte-americano de um campo inicialmente neutro para os dois lados da guerra, em que ambos poderiam se beneficiar de recursos locais e de uma mais fácil gestão estratégica, em um ambiente estranho e hostil para as forças britânicas, de maneira que toda ação, e mesmo toda inação, incorria em perda de tempo e contava contra a condição britânica de seguir lutando. A condição inerente de enfraquecimento da ofensiva era presente aos britânicos, mas estes não lidaram com a questão com a urgência e cautela necessárias. Quando tal questão tornou-se premente aos comandos de Howe e Burgoyne, suas respectivas forças já alcançavam o ponto culminante do ataque. Os britânicos ainda eram mais fortes que os revolucionários, mas não o suficiente.

BLACK (2004, p. 13) aponta que o sucesso estratégico britânico nas 13 Colônias demandava um comandante de força férrea e que fosse capaz de coordenar as forças britânicas no grande teatro norte-americano de maneira sinérgica. Ele aponta que um comandante como James Wolfe ou Duque de Wellington teriam capacidade de impor uma campanha contra os revolucionários rápida em movimento, flexível em ação e valente em execução. O ponto mais importante – porém implícito - na colocação de Black é que a janela de oportunidade dos britânicos se resumia a uma campanha, no máximo duas, antes que as forças britânicas estivessem fracas de mais e os oponentes, revolucionários e franceses, ficassem suficientemente fortes para tornar a vitória mais distante e demasiada cara. Esses elementos dão os contornos do escopo de ação e possibilidade de sucesso estratégico britânicos. Com essa perspectiva é possível considerar a atuação do General Howe como comandante-chefe das forças britânicas da guerra entre 1775 e 1776.

A crítica que se faz a Howe era que ele era um bom comandante do ponto de vista tático. Ele tinha boa visão de terreno e de disposição e evolução das forças no campo de batalha, por isso formulava bons planos de enfrentamento. Porém, devido à impossibilidade de controlar tão precisamente as forças combatentes em maiores números ou em atividades combatentes de maior duração no tempo, esses traços de personalidade lhe acometiam de excesso de cautela e hesitação.

Howe teve pelo menos três oportunidades de destruição do Exército Continental em 1776 (BROOKS & HOHWALD, 1999, pp. 64-65), o que possibilitaria a realocação das forças britânicas para a pacificação ou contenção da Revolução à Nova Inglaterra em 1777.

A primeira clara oportunidade de aniquilação de Washington foi a Batalha de Long Island em 27 de agosto de 1776. Nessa oportunidade, os americanos foram encruzilhados entre forças britânicas 3 vezes superiores e um canal em sua retaguarda, e com a proximidade da Marinha Britânica em encaminhamento para o corte definitivo de sua retirada. Os continentais se encontravam numa posição minimamente fortificada em Brooklyn Heights. Após a derrota de Washington no campo de batalha, Howe ordenou pela contenção das operações e abertura de trincheiras e abordagem padrão de sítio e não pelo assalto as posições das forças continentais. Menciona-se isso como expressão de sua experiência um ano antes em Bunker Hill. A possibilidade de fuga noturna surgiu para o Exército Continental em grande parte porque a Marinha Britânica - por falta de vento - não foi capaz de fechar definitivamente o canal. Talvez esta tenha sido a experiência pessoal mais traumática de Washington como comandante de campo, fazendo da fuga de Long Island a Dunkirk da Revolução Americana (MCCULLOUGH, 2003). Três semanas depois, as forças continentais seriam batidas novamente em Harlem Heights e Washington seria quase morto, mas o resultado final – vitória – não foi consumado por decisão de Howe não perseguir. A mesma falta de decisividade acometeria Howe em novembro de 1776 em não perseguir o restante das forças revolucionárias ainda existentes em Nova Jersey após a captura de Forte Washington em que 1/3 do Exército Continental foi tomado. Os quatro dias que Howe levou para agir contra Forte Lee, foram suficientes para a recuperação moral de Washington e a mudança radical de sua estratégia de postos para uma estratégia de desgaste. Essa inviabilizaria qualquer decisão e ainda colocariam as forças britânicas em condições crescentes de desgaste.

Mapa 5: Principais Batalhas da Campanha de 1776 nas Colônias Médias.



Fonte: Federal Citizen Information Center, http://www.pueblo.gsa.gov/cic_text/misc/amerrevol/amerrevol.htm.

4.2.6.2. AVALIAÇÃO PARCIAL DA CONDUÇÃO NORTE-AMERICANA DA GUERRA.

Os líderes políticos revolucionários já em 1774 calculavam a possibilidade de alguma centelha de batalha que deflagrasse a Revolução. Eles acreditavam que uma mobilização popular mínima seria suficiente para garantir uma força combatente adequada para extinguir qualquer ambição britânica de recuperação das colônias. Os revolucionários fizeram de início um mau cálculo da força de vontade britânica. Eles calculavam que a resposta britânica através de uma expedição maciça era inviável, pois o Reino Unido ainda tinha que defender suas outras colônias e se precaver contra França e Espanha, além das ameaças de rebeliões na Irlanda e Escócia. Adicionalmente, tinham a expectativa que os cidadãos britânicos não aceitariam a concentração de uma força de dezenas de milhares de soldados se não fosse para a defesa da pátria desde que o século de guerras civis inglesas era recente.

Os líderes políticos revolucionários basearam-se também em cálculos de correlação de forças. Estimavam que os britânicos nunca teriam a capacidade de enviar mais que 20 mil soldados. Se as forças revolucionárias expandidas do Exército da Nova Inglaterra alcançassem um efetivo de 55 mil soldados, os britânicos não teriam uma superioridade numérica que possibilitasse a realização de suas metas bélicas. Essas eram estimativas irrealistas, pois contavam que 10% da população capaz de tomar armas o fizesse de maneira voluntária ao mesmo tempo e que isso constituísse um exército regular num curto prazo de preparação. Nesse ponto residiu uma segunda má-avaliação estratégica dos revolucionários: de que soldados amadores maximizados por fortificações seriam suficientes para fazer frente a soldados profissionais e veteranos (BROOKS & HOHWALD, 1999, pp. 26-27).

A promessa da combinação população armada com fortificações era que a Revolução não precisaria contar, muito, com um exército permanente e instituições políticas executivas. No entanto, a realidade era que os revolucionários não possuíam meios táticos em termos de forças combatentes, artilharia e engenharia para compor fortificações que resistissem aos britânicos. Com muito raras exceções, os britânicos tomaram com sucesso por assalto todas as fortificações que encontraram pelo caminho entre 1776 e até o fim da guerra.

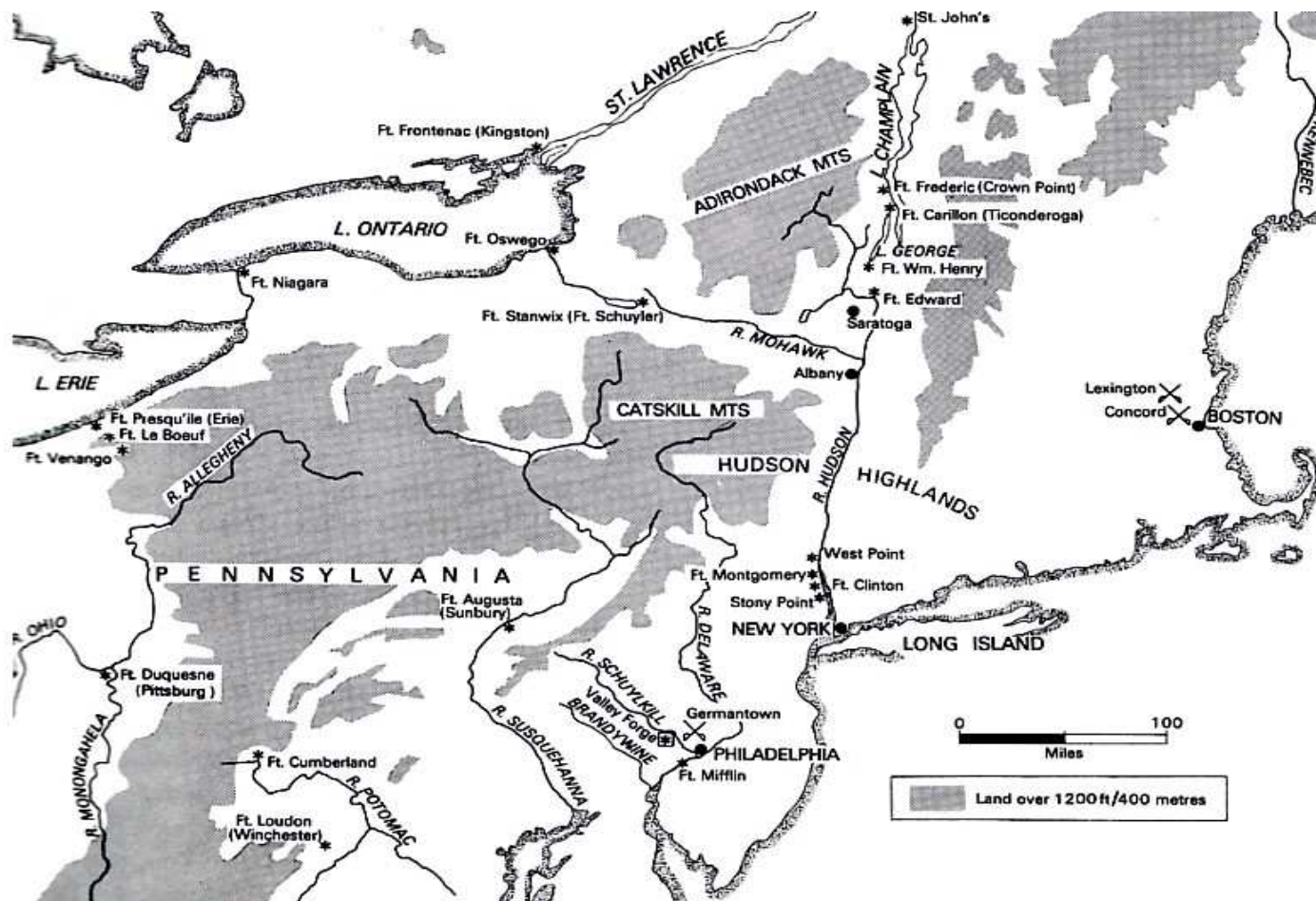
Uma estratégia baseada no uso combinado de milícias e fortificações não era viável e a sobrevivência da Revolução sem um exército permanente regular e efetivo não seria possível (ROYSTER, 1979, pp. 116-117; BROOKS & HOHWALD, 1999, p. 26).

A efetividade combatente das fortificações norte-americanas foi baixa. De fato, do ponto de vista mais amplo da história colonial, o sistema de fortificações teve um mau histórico de desempenho, em particular o sistema de fortificações da fronteira canadense. Este sistema de fortificações, originalmente, francês não foi suficiente para fazer frente à expedição anglo-americana de Amherst e Murray em 1760. A conversão desse sistema ao controle britânico não foi suficiente para fazer frente à frágil expedição de Benedict Arnold e Montgomery de 1775. Esse sistema convertido aos revolucionários também não foi capaz de fazer frente à imponente, mas limitada coluna de Burgoyne. Os sistemas improvisados de área de Nova York foram todos subjugados pelos britânicos em 1776. O mapa a seguir aponta a posição das principais fortificações coloniais e oferece uma idéia da razão dessa fragilidade (DUFFY, 1985, pp. 274-290).

A questão era que o sistema de fortificações das colônias norte-americanas tinha a mesma função do sistema de fortificações romano na conquista da Germânia (DELBRÜCK, 1990b). Este era um sistema para proteção de um exército em avanço em um terreno inóspito e para controle de seu acesso de suprimentos. De maneira alguma esse sistema foi criado e possibilitaria o controle de regiões e populações. A geografia norte-americana era simplesmente extensa demais para contenção de espaços pelos sistemas de fortificações do século 18. Adicionalmente, a lógica e o histórico do uso de fortificações européias eram mal compreendidos. Desde a Idade Média, o posicionamento dos castelos não obedecia apenas uma técnica de efeito tático e logístico - um terreno elevado e com acesso a água, por exemplo - mas eles eram dispostos de um ponto de vista estratégico em termos de controlar áreas e populações produtoras de comida. Portanto, a disposição de fortificações obedecia à disposição da população que proveria recursos materiais, humanos e técnicos para manutenção desses grandes empreendimentos. Ao longo da história, apenas governos altamente centralizados e ricos foram capazes de sustentar fortificações longe de suas fontes sociais. Esse não era o caso das 13 Colônias e sua diminuta e dispersa

população. O sistema de fortificações, principalmente os da fronteira canadense, era posicionados em áreas sem-selvagens. Como consequência, a manutenção desses fortes seria uma tarefa constantemente árdua e sempre frustrante para o Congresso Continental e sua população armada.

Mapa 6: Fortificações da América Colonial.



Fonte: Duffy, C. 1985. The Fortress in the Age of Vauban and Frederick the Great, 1660-1789. London: Routledge, p.267.

Uma estratégia de desgaste era a única viável para os norte-americanos⁶⁸. De fato, plenamente compatível com as características geográficas e da população. Essa mudança seria uma difícil decisão e de risco por parte Washington e aceita apenas a muito contragosto pelo Congresso e com riscos políticos permanentes à constituição das Colônias Unidas e à posição de Washington. Poucos eram os que compreendiam a situação estratégica de 1776 e não foram várias as ocasiões que quase se reproduziu contra Washington o mesmo desenlace romano acometido sobre Fábio Máximo: a deposição do comandante e alteração da estratégia. Papel importante no apoio a Washington foi Alexander Hamilton que, como um erudito ajudante de ordens, municiaava os congressistas que apoiavam Washington com explicações claras e convincentes:

Eu sei sobre os comentários que algumas pessoas farão sobre nossa conduta fabiana. Será imputado seja de covardia ou de fraqueza; Mas os de mais discernimento, eu confio, não achará difícil conceber que se procede da mais verdadeira política, e é um argumento nem de um nem de outro. As liberdades da América estão em infinito perigo. Nós não devemos jogar uma partida desesperada por ela ou pô-la como um simples lance de morte. A perda em um grande enfrentamento efetivamente nos arruinaria, e seria certamente uma temeridade arriscá-lo, a não ser que nossos recursos para conservar um exército estivessem no fim, e algum golpe decisivo fosse absolutamente necessário; ou ao a não ser que nossa força estivesse tão grande a ter sucesso certo. Nenhum é o caso.

América pode com toda a probabilidade manter seu exército por anos, nenhum grande reforço é esperado para o exército britânico na América. É, portanto, do interesse de Howe fazer o máximo com a sua atual força, e como ele não é numeroso o suficiente para conquistar e guarnecer como ele gostaria, sua única esperança encontra-se em combater-nos e aplicar uma grande derrota em um único golpe. Nosso interesse, então, é evitar um

⁶⁸ O que conceitualmente, portanto, era um termo mal empregado e impreciso historicamente. Fabio Maximo usou de uma estratégia de desgaste contra Aníbal. Mas diferente dos revolucionários americanos, Fabio negou qualquer tipo de batalha encastelando-se nas cidades fortificadas romanas, em relação às quais o general cartaginense nada podia fazer, pois era desprovido de trem sítio (DELBRÜCK, 1990b).

Grande enfrentamento e desgastar o exército inimigo por aferroar constantemente seus flancos, de uma maneira inconstante e irritante.

No meio tempo, é doloroso deixar uma parte dos habitantes sob alvo de suas depredações; e é danoso para os sentimentos de um soldado ver o inimigo desfilando a sua frente, e desafiando-se a uma luta a qual ele é obrigado a declinar. Mas uma parte de ser sacrificada pelo todo, e paixão deve dar lugar para razão.

De nossa parte, nós estamos continuamente incrementando nossas fontes políticas na Europa, e cada dia pode se esperar por mais auxílios efetivos do que já recebemos. Nosso próprio exército é continuamente mais forte em homens e disciplina. Nós em breve teremos uma importante adição de Artilharia, agora no seu caminho para chegar a nós. Nós podemos manter bem nossos presentes números no mínimo por alistamento, enquanto o inimigo deve definhir; e ao fim do verão a disparidade conosco será infinitamente grande, e tornará mais fácil qualquer esforço que poderá ser feito para encerrar os negócios com eles (BUCHANAN, 2004, pp. 216-217)^{lviii}.

A estratégia utilizada por Washington também pode ser compreendida pelo que Julian Corbett define como os métodos defensivos de disputa de comando de uma área (CORBETT, 1911, pp. 209-232). Quando uma força é muito inferior a sua opositora, ela tem dois métodos de manter sua integridade e ainda enfraquecer o oponente. O primeiro é o recurso de *fleet in being*. Ou seja, manter a força em posições inacessíveis ao oponente, mas ainda assim ameaçadoras, de maneira que o oponente não tem a liberdade de empregar suas forças combatentes em outras atividades para o exercício do controle de uma região. O segundo é o recursos de pequenos contra-ataques. A condução de enfrentamentos ofensivos em condições de grande vantagem tática.

Em 1776, Washington e Howe disputaram o controle das colônias médias. Nenhum dos dois lados tinha força o suficiente para combater as forças oponentes e pacificar a região a seu favor, mas Washington era mais fraco e ficou muito mais fracos depois das várias derrotas que sofreu. A partir de dezembro de 1776 e ao longo de 1777, ele alterou a condução da defensiva estratégica em três aspectos principais:

Primeiro, a maior preocupação de Washington era manter a integridade do Exército Continental, perpetuando a existência da Revolução. Ele recuou para o interior das colônias médias evitando enfrentamentos decisivos contra Howe. Dessa maneira, ele preservou a integridade do seu exército e manteve os britânicos operando por mais tempo e em áreas que eles não desejavam, desgastando-os. Ainda em dezembro de 1776, ele conduziu dois enfrentamentos em contra-ataque em Trenton e Princeton.

Segundo, Washington coordenou atividades de insurgência nas colônias médias e do sul em 1776 e 1777. As milícias foram empregadas em operações limitadas para garantia que certas áreas fossem mantidas sob o controle dos revolucionários. Portanto, era uma função de policiamento de territórios e população legalista. A segunda função era inviabilizar a forragem britânica, fazendo o interior das colônias ambientes hostis. Essas ações desse tipo foram aplicadas entre as linhas dos exércitos de Washington e Howe, mas foram replicadas – inclusive mais efetivamente - entre a terra de ninguém e selvagem entre os exércitos de Burgoyne e Schuyler/Gates (HIGGINBOTHAM, 1978, pp. 91-96). Em combinação com o ponto anterior, a consequência foi que se impôs a necessidade de guarnições reforçadas - batalhões inteiros - para proteção das linhas de comunicações britânicas.

Terceiro, como consequência, Washington mudou completamente o ambiente relativamente confortável das forças britânicas. Até novembro de 1776, o Comissário Geral britânico, Daniel Chamier, acreditava que o suprimento do exército britânico e as fontes americanas estavam sob expectativa de serem adequadas para o próximo ano e que a dependência de suprimentos da Inglaterra seria diminuída, bem como se aumentaria a flexibilidade da ação das forças no espaço e prolongamento de sua capacidade ao longo do tempo. Porém, a mudança de estratégia de Washington e as ações em Trenton e Princeton levaram as tropas britânicas para longe de Nova Jersey. O posicionamento do Exército Continental em Morristown e depois Valley Forge impôs uma condição de impasse e de provisionamento que era mais desfavorável aos britânicos. As posições nas áreas montanhosas garantia proteção as tropas semi-veteranas de Washington, ao mesmo tempo em que impunhas às forças britânicas se posicionarem em áreas selvagens, longe dos centros de provisões e da costa e,

por isso, com longas linhas de comunicações (BOWLER, 1978, pp. 64-66, 68-69).

Entretanto, até o exemplo da vitória de Saratoga, Washington estaria sempre tentado a batalhas decisivas ou motivado para tal pelo Congresso, como na tentativa de defender a capital Filadélfia na batalha de Brandywine em setembro de 1777. Mas no geral, ele se esforçaria em manter a estratégia de desgaste até o momento em que as forças de Howe estivessem fracas demais, até que a Revolução tivesse um novo exército (e aí reside a importância das reformas ocorridas no simbólico Valley Forge no inverno de 1777-1778) e até que um aliado europeu entrasse na guerra (os franceses em 1778). A partir daí, ele seria capaz de fazer frente às forças britânicas. Algo que ele não contava - e mesmo demoraria para acreditar que não fosse um estratagema - era que os britânicos cometessem um grande erro estratégico de grandes perdas que desencadearia todas essas mudanças necessárias antecipadamente pelo resultado da Campanha de Saratoga.

4.3. *ANÁLISE DOS MEIOS.*

Neste estágio, existe um ajuste de resolução de análise. Depois da contextualização e da análise crítica dos contornos políticos, estratégicos e logísticos, segue-se o estudo dos relacionamentos de causalidade específicos da Campanha de Saratoga de 1777. Esta parte empreende o contraste entre as expectativas da Teoria da Guerra para campanhas ofensivas e defensivas, analisa as atividades preparatórias conduzidas por Burgoyne e Schuyler e analisa a condução da campanha ofensiva e da campanha defensiva em seus estágios principais.

Uma avaliação final da campanha é conduzida na seção 4.4.

4.3.1. O CONTEXTO DA CAMPANHA DE 1777.

O Canadá teve um peso político e estratégico na avaliação de norte-americanos e britânicos, o que teve consequências importantes no desenvolvimento da guerra entre 1775 e seu estágio ao início da Campanha de 1777.

Do ponto de vista dos norte-americanos, existia o objetivo de tornar o Canadá na 14ª colônia revolucionária, o que acreditavam que inviabilizaria definitivamente a presença britânica na América do Norte. A Marinha Real não teria portos onde desembarcar e a extensão de territórios a serem reconquistados estaria além das capacidades do Exército Britânico. Do ponto de vista britânico, o rei fazia questão que esta colônia não caísse nas mãos revolucionárias, pois daria ânimo para que outras posses britânicas seguissem o mesmo curso em efeito dominó.

A meta bélica de luta pelo Canadá também por ambas as partes também tinha como influência a memória das campanhas conduzidas naquele teatro durante a Guerra dos Sete Anos. Elas foram as maiores realizadas na América do Norte até então e as mais famosas conduzidas por comandantes britânicos daquela geração, consideradas mais significativas que aquelas conduzidas no continente europeu, em que os britânicos tiveram atuações secundárias.

A ofensiva norte-americana de 1775 ao Canadá comandada por Robert Montgomery e Benedict Arnold reproduziu a expedição de Amherst de 1760. Porém, esta campanha não alcançou seus objetivos e teve enormes custos em tropas, dinheiro e credibilidade política. Em resposta, em 1776, houve a contraofensiva britânica comandada por Sir Guy Carleton e por John Burgoyne como seu segundo em comando. Iniciou-se uma campanha que reproduziu a expedição de Murray também de 1760.

Para fazer frente as forças britânicas, a campanha defensiva norte-americana de 1776 no Departamento Norte foi conduzida sob grande apreensão. Tinha-se urgência em interditar qualquer força britânica ali antes da chegada de mais reforços da Europa. Contingentes da Pensilvânia, New Hampshire, Nova York e Connecticut foram enviados, bem como os melhores generais à mão no período. Benedict Arnold, Daniel Morgan, Horatio Gates, Benjamin Lincoln e Phillip Shuyler, entre outros, rotacionaram pelo teatro de operações entre o Canadá e Nova York. Ainda assim, a liderança superior de Sir Guy, o impacto de doenças,

a falta de suprimentos e a falta de serviços administrativos para sustentar as forças revolucionárias foram fatores prevalecentes (LUZADER, 2008, pp. xiii-xiv).

No entanto, Sir Guy suspendeu antecipadamente as operações sem a captura de Forte Ticonderoga em 1776, a principal meta de sua campanha, de onde sua ofensiva seria reiniciada em 1777. Sua decisão foi baseada na falta de embarcações para sustentação de uma linha de comunicação desde o Canadá e a impossibilidade de construção de uma flotilha antes do fim do ano. Tal falta de embarcações deu-se pela alocação preferencial das embarcações e marinheiros britânicos disponíveis para a campanha de Howe de 1776 em torno da cidade de Nova York.

Mesmo consciente dessas limitações logísticas, a liderança política britânica não ficou satisfeita com os resultados produzidos por Sir Guy e desejava mais agressividade e ousadia naquele teatro de operações. Por isso, houve a troca de comando e o General John Burgoyne tornou-se o comandante da campanha ofensiva de 1777 a partir do ponto em que as atividades combatentes haviam sido suspensas em 1776: Crown Point, alguns quilômetros ao norte do Forte Ticonderoga.

A abertura desse teatro de operações em 1775 teve duas conseqüências para a guerra até 1777 e, principalmente, para a Campanha em Saratoga.

Primeiro, a derrota norte-americana em 1775 teve o resultado positivo de livrá-los de tentar reter uma área além de seus recursos e capacidades. Ou seja, os norte-americanos não tinham meios suficientes para ocupar o Canadá após a sua conquista e ainda combater as forças britânica ao mesmo tempo. Haveria uma vitória inicial que poderia levar ao desgaste logístico e insucesso estratégico posterior.

Segundo, a campanha norte-americana de 1775 levou os britânicos a formularem planos mais ambiciosos para aplacar a rebelião. Ainda no inverno de 1775-1776, Guy Carleton já intencionava explorar as condições norte-americanas de desarranjo e lançar um contra-ataque a partir do Canadá, ao invés apenas de deslocar suas forças para sua concentração com os reforços enviados a partir da Europa para Nova York. John Burgoyne manteve essa

orientação para a condução da campanha de 1777, porém ele não imprimiu nova energia na preparação para campanha de 1777 e esta foi leniente.

Por fim, o encerramento antecipado da campanha de 1776 proveu tempo para que Philip Schuyler iniciasse a preparação da campanha defensiva de 1777. Existiam grandes deficiências e limitações administrativas e seu principal objetivo foi ganhar tempo e postergar qualquer enfrentamento decisivo até que ele pudesse re-organizar uma força combatente para fazer frente às britânicas.

4.3.2. ANÁLISE DO PLANO DA CAMPANHA OFENSIVA DE 1777.

Esta seção segue em três partes. Primeiro, há uma formulação do plano da campanha ofensiva levando em contras as proposições conceituais da Teoria da Guerra. Segundo, apresenta-se o plano da campanha ofensiva como formulado por John Burgoyne. Terceiro, segue-se o contraste das duas formulações e o apontamento de expectativas dos resultados da campanha ofensiva.

Foi apresentado na seção 4.2.1, os argumentos que apontam o contexto político da Campanha de Saratoga como sendo de uma guerra ilimitada. Na seção 4.2.2, argumentou-se que isso resultava em que a ofensiva estratégica tivesse duas metas bélicas: a destruição do Exército Continental e a submissão da Nova Inglaterra. Ambos eram fontes de meios de força da Revolução e o segundo a principal fonte da vontade de seguir resistindo à submissão britânica.

O Reino Unido não tinha concentração de forças o suficiente para perseguir ambas as metas simultaneamente. Por isso, ele deveria priorizar o Exército Continental sob Washington e Schuyler, posteriormente devia redirecionar sua força contra a Nova Inglaterra. Washington, o comandante-chefe do Exército Continental, tinha a principal força combatente do Congresso Continental e era uma figura política e simbólica da Revolução. O Departamento Norte sob Schuyler tinha papel secundário e meios bem mais reduzidos ao início de 1777. Portanto, a destruição do exército de Washington tinha prioridade sobre o de Schuyler.

(i) O Plano da Campanha Ofensiva Formulado a Partir da Teoria da Guerra.

O contexto e objetivos de Burgoyne para a Campanha de 1777 eram similares aos de Bonaparte na Campanha de 1812. Por isso, as conclusões da análise de Clausewitz no estudo desta campanha na Rússia podem ser aproveitadas para a delimitação das expectativas teóricas para a presente análise do plano da campanha ofensiva em Saratoga (Clausewitz, 1995, pp. 252-254).

Clausewitz analisa que Bonaparte avaliava a Rússia como império maior do que suas forças disponíveis eram capazes de conquistar, principalmente pela existência de duas capitais russas - St. Peterburgo e Moscou - muito distantes entre si. Bonaparte esperava equilibrar tal desvantagem estratégica através da conquista da maior capital – Moscou – e pelo enfraquecimento da posição do czar pela dissensão que Bonaparte procuraria estabelecer entre o czar e a nobreza russa. Isso possibilitaria que ele impusesse uma paz favorável sobre o governo da Rússia.

Clausewitz analisa que para tal correspondência entre fins e meios existisse era imperativo que Bonaparte tivesse que considerar a extensão do território russo e a possibilidade de uma guerra nacional, ou seja, do engajamento da população contra as forças francesas. Clausewitz estabelece que o principal objetivo de Bonaparte para a Campanha de 1812 era chegar com a maior parcela de suas forças combatentes preservadas em Moscou. Com a presença de 200 mil soldados, Bonaparte poderia iniciar uma série de atividades para retenção da cidade, fazer frente a qualquer resistência russa e conduzir operações adicionais que fossem necessárias para dobrar a vontade do czar. Porém, isso faria parte de uma campanha posterior.

Clausewitz qualifica que não eram objetivos principais de Bonaparte em 1812 fazer uma campanha relâmpago ou destruir qualquer exército que os russos colocassem no seu caminho. Bonaparte tinha que subordinar toda e qualquer medida ao objetivo de deslocar a força necessária no ponto onde ela poderia ser empregada com maior efeito político. Por isso, Bonaparte tinha que considerar se a condução de duas campanhas para alcançar Moscou não seria o plano mais adequado para a realização desse objetivo estratégico.

O plano que Clausewitz formula era baseado em duas campanhas. Uma conduzida em 1812 até Smolensko na Polônia, onde Bonaparte estabeleceria

uma posição e faria todas as preparações logísticas necessárias que assegurassem sua vantagem estratégica para uma segunda campanha até Moscou. Manter tal posição e realizar tais atividades preparatórias demandariam tomar posições fortificadas, estabelecer postos e patrulhas em toda linha defensiva e a condução de enfrentamentos unicamente com o propósito de manter os russos à distância e desgastá-los para o início de uma segunda campanha em 1813.

Entretanto, diferente disso, Clausewitz conclui que esse plano de campanha não era do gosto de Bonaparte: seguir uma campanha com pausa e cautela, sem enfrentamentos decisivos, além da necessidade da atenção a uma longa e detalhada lista de atividades preparatórias. A posição em Smolensko também demandaria negociações e concessões à Polônia, possivelmente com a inclusão de milícias polonesas ao exército francês, o que envolveria na condução de outras atividades preparatórias. Mais importante, Clausewitz aponta que Bonaparte não era capaz de conduzir a segunda campanha sem se jogar contra o exército russo e depois tomar, num mesmo fôlego, Moscou com a esperança de negociar uma paz até o restante do ano.

Para o caso da campanha ofensiva de 1777 sob o comando do General Burgoyne, é possível reproduzir os contornos dessas expectativas teóricas. O principal objetivo estratégico de Burgoyne era deslocar as forças britânicas e germânicas disponíveis no Canadá em um ponto geográfico nas colônias rebeladas onde elas poderiam ser empregadas com maior efeito estratégico. A condução dessas forças pela fronteira entre o Canadá e Nova York e todas as atividades combatentes e preparatórias que isto demandasse deveriam ter a cautela e o foco desse objetivo principal.

Diferente do caso de Bonaparte, Burgoyne contava inicialmente com a possibilidade de deslocamento dessas forças por mar até portos disponíveis aos britânicos em Rhode Island e em Nova York. No entanto, não existe uma estimativa precisa da viabilidade dessa opção em termos de embarcações disponíveis a essa expedição marítima, pois uma parcela importante de embarcações disponíveis seria usada por Howe. Além disso, havia a orientação do Rei e do Ministério de que não se abandonasse totalmente o Canadá. Por isso, existia a necessidade de uma expedição terrestre que comprimisse as forças

revolucionárias a partir do norte e não dêsse a oportunidade para que elas tentassem novamente tornar o Canadá no 14º estado dos Estados Unidos, recém independente.

Essas qualificações limitam o trajeto possível da campanha de Burgoyne a um trajeto pelo interior do continente e a condução de parte do trajeto utilizando de meios terrestres. Por fim, torna inviável que o alcance de Rhode Island e a cidade de Nova York numa única campanha. Por conta das distâncias dessas cidades do Canadá e com a concentração da maioria das forças norte-americanas entre esses pontos.

Albany passa ser um objetivo adequado como destino das forças combatentes no Canadá. Esse era um ponto de importância política para os Estados Unidos, pois era um centro comercial e administrativo, e era uma posição estratégica favorável para emprego das forças sob Burgoyne em coordenação com as forças sob Howe.

O plano que se desenha era a manutenção de uma guarnição de 2 mil soldados em Crown Point como forma de proteger o Canadá e fixar parte do exército de Schuyler, concentrado em Forte Ticonderoga. O restante das forças, 10 mil soldados realizaria o conduzido por Amherst em 1760, mas em direção inversa. A partir de Montreal, o embarque das forças e seu transporte ao longo do Rio Lawrence até o Lago Ontário e depois a sua condução parcialmente desembarcada ao longo do vale do Rio Mohawk até Albany. Nesta última parte do trajeto, haveria a necessidade de tomada de duas pequenas fortificações norte-americanas: Forte Stanwix e Forte Dayton. O único ponto que pudesse ser necessário um enfrentamento maior seria em Albany. Mas é possível considerar que se a campanha fosse veloz o suficiente, ela poderia ser tomada antes que Schuyler pudesse recuar seu exército principal de Ticonderoga e coordenar as milícias de Nova York e da Nova Inglaterra.

Se isso não fosse possível, uma batalha teria que ser conduzida. Não para destruição das forças norte-americanas, mas para rechaçá-las e permitir a tomada de Albany. Onde as forças de Burgoyne manteriam posição e passariam a estação de inverno. Nesse ponto, assim como Bonparte em Smolensko, a função de Burgoyne seria conduzir atividades preparatórias para melhoria das defesas em Albany, o emprego de patrulhas e de operações de contra-

insurgência, o estabelecimento de postos, o incremento das linhas de comunicações e tudo que fosse necessário para se que mantivesse a vantagem estratégica britânica e a possibilidade de coordenação com as forças de Howe.

No entanto, supõe-se que, mesmo com as melhores expectativas, as forças sob Burgoyne não poderiam ser empregadas para qualquer outro objetivo estratégico ainda em 1777 a partir de Albany. Portanto, o objetivo principal de Burgoyne era chegar com força em Albany e manter essa força para seu emprego apenas em 1778.

Este plano de campanha permitia a realização do objetivo estratégico desejado com o menor desgaste logístico. Reduziria-se o choque com milícias rebeldes, a necessidade de captura de fortificações e possibilidade que o exército norte-americano sob Schuyler assumisse uma posição fortificada de vantagem. Por fim, poderia se fazer melhor uso de meios embarcados e eliminar-se a necessidade de divisão da força, forragem e manutenção de uma linha de comunicações com o Canadá no curso da campanha. Em Albany, Burgoyne poderia desfrutar dos mesmos serviços administrativos e fontes de abastecimento que supriam o exército de Howe a partir da cidade de Nova York.

(ii) O Plano da Campanha Ofensiva Formulado por John Burgoyne.

O plano de campanha para 1777 desenvolveu-se da proposta de operação combinada por Sir Guy Carleton, governador da província do Canadá e que até o início de 1777 era o comandante das forças britânicas naquele teatro de operações.

O plano de Carleton era baseado em três suposições. Primeiro, desde o verão de 1776, existia a expectativa que ele receberia uma parte dos 20 mil russos em negociação com a Czarina Catarina, a Grande. Segundo, Carleton tinha a idéia de que uma única e grande operação que pudesse realizar todas as metas bélicas da guerra. O movimento a partir do norte possibilitaria a pacificação do Canadá e norte de Nova York, o levante de legalistas e mobilização de índios, o controle do Hudson, o isolamento e, no melhor dos casos, a invasão e subjugação da Nova Inglaterra (MACKSEY, 1993, pp. 58-59). Terceiro, ele acreditava que o Canadá, bem como sua fronteira com os Estados Unidos, era um reservatório de

milícias legalistas, o que favorecia as condições para uma campanha através dessa região.

Seguindo essas especulações, Carleton formulou um memorando requisitando reforço de 4 mil soldados. Somado esse aos seus contingentes atuais, ele intencionava proceder com duas colunas de avanço ao sul. Uma coluna principal que operaria a partir do Lago Ontário e, depois, pelo Rio Mohawk até o Hudson. A outra coluna desceria pelo Lago Champlain, tomaria Ticonderoga e faria junção com a primeira coluna estabelecendo uma base para atacar Massachusetts e Connecticut. Caso sua operação fosse ocorrer em coordenação com as forças de Howe, ele entendia que o ponto adequado de concentração seria Albany. No entanto, ele não nutria tal expectativa e poderia seguir seu próprio curso através do rio Connecticut até a Nova Inglaterra.

No entanto, o memorando de Carleton era apenas um rascunho e ele foi atualizado ao fim de 1776 por John Burgoyne e também teria a função de aprová-lo junto ao Rei Jorge III e Lorde Germain, Secretário de Estado para Assuntos Americanos (LUZADER, 2008, pp. 9-10). Burgoyne produziu um memorando dividido em duas partes: a primeira continha as requisições de Carleton, e na segunda Burgoyne incluía suas próprias observações de emprego das forças.

Na primeira parte, Burgoyne especificou as requisições de Carleton para a condução da campanha: os 4 mil soldados regulares de infantaria, um batalhão de pelo menos 300 marinheiros, necessários para a flotilha de sustentação das operações ao longo dos lagos e rios do teatro de operações; duas companhias de artilharia de 100 homens cada, tendo em vista à necessidade de se tomar posições fortificadas nas mãos dos rebeldes, principalmente Ticonderoga; e a disponibilidade ao início de 1777 de provisões para seis meses para as tropas regulares e uma reserva adicional de 1/3 do montante total para suprimento das milícias legalistas, canadenses e índios (LUZADER, 2008, pp. 9-10).

A segunda parte do documento era mais extensa e relevante porque explicava a maneira esperada de condução da campanha, suas metas e efeitos desejados. Ele qualificou que seriam necessários 8 mil soldados como núcleo central da expedição, mil índios ou mais para a função de infantaria leve, 2 mil canadenses como trabalhadores braçais e mais um contingente de 3 mil soldados para

guarnição das linhas de comunicação do Canadá até o Hudson e cobrança da *corvée* dos colonos canadenses, ou seja, o pagamento em serviços ou em produtos do chamado da autoridade local às armas, no caso o governador Carleton. A expectativa de baixas na expedição antes de se chegar ao Hudson era de em torno de 600 e a força esperada, e considerada suficiente, para fazer frente aos rebeldes ao sul ou leste do Hudson era de 7 mil (MACKSEY, 1993, p. 115; LUZADER, 2008, pp. 10-12).

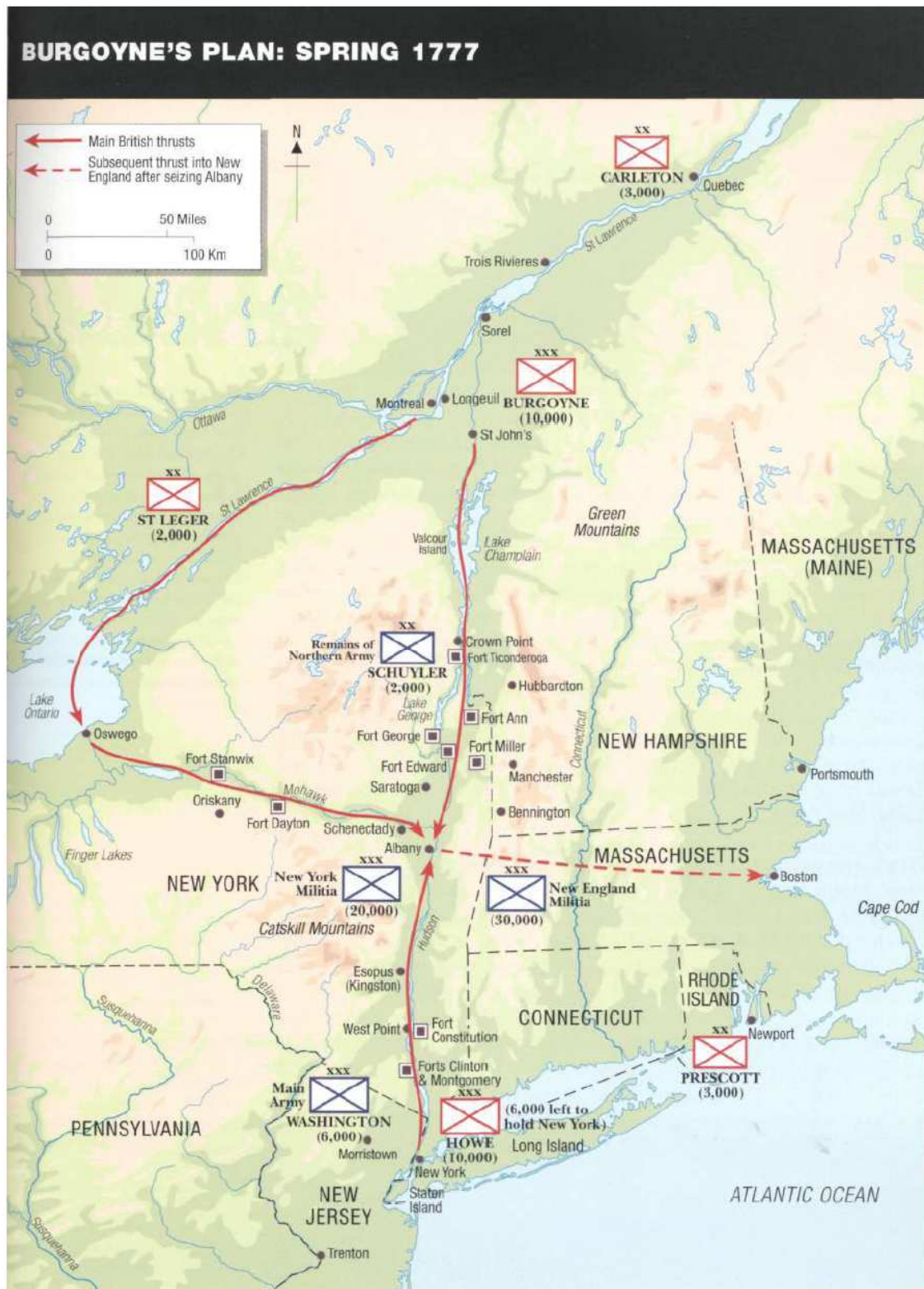
Burgoyne apresentou tal plano em 10 de dezembro de 1776. No mesmo dia, o Rei deliberou com seus ministros a possibilidade que Burgoyne fosse o comandante da campanha de 1777. Tal decisão foi confirmada em 24 de fevereiro, mesmo dia em que se recebeu a mudança de planos da campanha de 1777 de Howe, discutida mais abaixo. No dia 28 de fevereiro de 1777, Burgoyne encaminhou a Germain o documento com seu plano final. Era um longo memorando com o título *Thoughts for Conducting the War from the Side of Canada*. O plano tinha como principal expectativa avançar o exército canadense em direção ao sul para entregá-lo ao comando do General Howe. Porém, tomando o controle do Lago Champlain, das fortificações e do Alto do Rio Hudson no caminho.

Existe uma alteração importante de trajeto entre o plano de Burgoyne e o original formulado por Carleton. Este intencionava que a coluna principal seguisse através de Oswego no Lago Ontário e atacasse pelo Mohawk até o Hudson, que era considerado o caminho mais fácil pela possibilidade de uso mais extenso de meios embarcados. Burgoyne antecipava que o inimigo não lutaria pelo Lago Champlain como em 1776 e esperava que o teatro fosse aberto pela queda de Ticonderoga. Por isso, preferia avançar sua coluna principal pelo Lago Champlain e ter apenas uma coluna diversionária pelo Rio Mohawk. No plano de Burgoyne, esta coluna seria uma pequena força de 800 britânicos, com igual número de índios e alguma milícia, cujo objetivo era demonstrar a força britânica e impressionar os chefes da nação Iroquois. Adicionalmente, pensava-se que o grande número de legalistas na área tomaria um papel mais ativo com a presença de tropas britânicas (SYMONDS & CLIPSON, 1986, p. 39)

Desse ponto em diante, havia uma dúvida crucial do plano de campanha de Burgoyne dependia de qual seria sua coordenação com o plano de Howe, que

ainda era indefinida por essa altura. Por um lado, o objetivo estratégico da expedição de Burgoyne poderia ser somente o de somar suas forças às de Howe, se este planejasse atacar a Nova Inglaterra, ou de proteger seu flanco caso Howe rumasse para a Filadélfia. Nesse caso, Burgoyne teria que seguir pelo terreno difícil e selvagem entre Ticonderoga e o rio Hudson. Por outro lado, existia a alternativa que a força de Burgoyne operasse mais autonomamente, coordenando-se com a guarnição britânica em uma cabeça-de-praia em Rhode Island. A partir de Ticonderoga, ele poderia rumar para o leste e atacar o coração da Nova Inglaterra através do Rio Connecticut. Tal marcha também seria através de um terreno difícil, talvez até mais difícil e com mais oposição do que no primeiro caso. Ainda assim, Burgoyne considerava possível estabelecer uma posição forte no vale Connecticut, onde ele poderia coordenar com a força de Rhode Island.

Mapa 7: Plano de Campanha de Burgoyne de 1777.



Fonte: Morrissey, Brendan. 2000. *Saratoga 1777: Turning Point of a Revolution*. London: Osprey Publishing, p. 31.

Existia ainda uma terceira opção, apresentada mais como dedução lógica e que era desconsiderada de antemão por Burgoyne. Esta envolvia embarcar todo o contingente em Quebec e deslocá-lo pelo mar para fazer a junção com Howe ou qualquer outra aplicação que se projetasse. Ele recomendava que essa opção seria desperdício de tropas, demandaria uma grande guarnição no Canadá e também seria pouco efetiva, pois seria pouco formidável.

A conclusão era que o propósito da campanha era, primeiro, fazer uma significativa adição de força no teatro de operações a favor de Howe, e assim executar o plano que Howe e o Ministério considerassem o mais adequado a partir de então. A marcha até Albany ou à Nova Inglaterra eram especulações secundárias, que o próprio Burgoyne reconhecia. Porém, ao contrário de demandar confirmação para o curso das ações, ele recomendou que fosse dada latitude de comando para que ele decidisse qual fosse a melhor alternativa de condução dependendo da situação no momento futuro (LUZADER, 2008, pp. 18-19).

O plano de Burgoyne foi seriamente apreciado pelo rei. Porém, em termos gerais, o plano foi aceito, apenas com alguns ajustes por Germain. Primeiro, reduziu o contingente regular da expedição de 9 para 7 mil soldados de linha. Segundo, confirmou que Burgoyne deveria forçar seu caminho até Albany e descartou as outras duas opções de curso. A segunda opção foi cancelada porque Howe já havia cancelado qualquer operação em Rhode Island e a terceira porque o rei concordava que ela provocava desperdício de forças. Burgoyne, portanto, tinha como principal meta o deslocamento das forças canadenses para Howe, mas não se vislumbrava se Howe deveria ter algum papel em apoiar a expedição de Burgoyne. Esse foi o ponto deixado em aberto e a julgamento de Howe (KETCHUM, 1992, pp. 84-85; MACKSEY, 1993, pp. 112- 116; GRIFFITH II, 2002, pp. 368- 369).

Howe produziu três planos que atualizavam suas intenções para a campanha de 1777. O primeiro rascunho do plano de campanha era de 9 de outubro de 1776. Este foi formulado à luz da série de sucessos sobre o Exército Continental e levava em conta que Howe teria o reforço de 20 mil soldados. O plano era utilizar sua força principal a partir de Nova York e coordenação com o exército do Canadá sob Carleton que invadiriam Massachusetts através de rotas

separadas (ver KETCHUM, 1992, pp. 80-82; MACKSEY, 1993 pp. 109- 112; LUZADER, 2008, pp. 2-8)⁶⁹.

Numa segunda carta de 30 de novembro de 1776 - enquanto Washington se retirava para Nova Jersey - Howe fazia a requisição de reforços para a próxima campanha. Ele mencionava mais 15 mil soldados para trazer a força total para 35 mil efetivos, o que possibilitaria o término da guerra em um ano. Neste estágio do plano, 10 mil seriam empregados em uma campanha no Hudson em junção com o exército canadense, 5 mil ficariam em Nova York e outros 10 mil ficariam em Rhode Island. Finalmente, 8 mil dariam cobertura de Nova Jersey para fixar Washington através de uma manobra de ameaça a Filadélfia. Neste momento, o julgamento de Howe era pleno de suposições fortuitas. Em primeiro lugar, ele esperava que Washington fosse fazer frente a ele nas margens do Rio Raritan ou do Delaware na tentativa de cobrir o acesso a Filadélfia. Qualquer um desses movimentos possibilitaria que as operações fossem encerradas para a estação de inverno em uma condição confortável que as forças britânicas tivessem a posse de uma área rica em suprimentos. Segundo, ele contava que a operação do Canadá fosse conduzida por Carleton, um general que ele contava com atributos mais parecidos com os seus como comandante. Terceiro, ele era informado que Carleton havia recuado do lago Champlain, portanto assumia que não fosse capaz de alcançar Albany na próxima estação de primavera, e que a coordenação das duas colunas britânicas ocorreria apenas a partir de setembro de 1777, a partir de quando as duas forças – 10 mil cada – avançariam até Boston. A primeira a partir do Alto Hudson e a sua a partir de Rhode Island. Como Carleton era mais sênior que Howe, este não participaria diretamente dessa operação. Ao mesmo tempo em que ela era executada, Howe operaria na redução da Pensilvânia e Virgínia no outono e da Carolina do Sul e Geórgia no inverno. Assim, a guerra seria terminada.

⁶⁹ Luzader não leva em consideração a primeira carta, o que provoca confusão na correlação e análise dos outros dois autores, mais precisos na apresentação das datas das correspondências. Luzader tenta fazer uma apresentação mais minimalista e, ao mesmo tempo, cronológica levando em conta todos os eventos e cartas de todos os comandantes britânicos, o que certamente lhe confunde.

Este segundo plano alcançou Londres em 30 de dezembro de 1776 e o Gabinete começou a debatê-lo em 10 de janeiro de 1777. Assim como Howe, o Ministério era tomado pelo otimismo das operações de outono de 1776. Apesar do super-otimismo, a demanda por tal aporte de reforços foi um choque para Germain e o rei, tendo em vista os custos financeiros e políticos da extensão de contratos de forças estrangeiras, além de uma contradição com a condição estratégica prevalecente de Howe. Portanto, essa correspondência entre Howe e Germain também marcou as considerações pertinentes aos cálculos de quanta força era necessária somar as já presentes sob o comando de Howe. Aos olhos ministeriais, os relatórios indicavam que Howe dispunha ao fim de 1776 de 27 mil efetivos, por isso Germain e o Ministério consideravam que a adição recomendada por Howe de 15 mil elevaria sua força para um total de 42 mil soldados. Significativamente mais que os 35 mil que o general disse que necessitava para encerrar a rebelião americana, e concluíram que 7 mil era um reforço suficiente para a campanha de 1777. Entretanto, quando Howe mencionava números efetivos, ele não representava números totais. Ele subtraía desses os doentes, destacados para outros serviços e prisioneiros. Por isso, Howe, reconhecia ter apenas 20 mil e não 35 mil, diferença que Germain não levava - ou no queria levar - em consideração (MACKSEY, 1993, pp. 111-112; LUZADER, 2008, pp. 3-4).

Howe escreveu uma terceira carta por volta de 20 de dezembro de 1776. Agora mais realista e apreciando que o plano de sua carta anterior era muito ambicioso e que sua demanda de reforços era irrealista. Washington não se posicionou no Rio Raritan e recuava ainda mais e para além do Rio Delaware. Por isso, talvez os reforços que ele pediu anteriormente não fossem necessários. Isso porque o eixo de oposição das duas forças havia se deslocado para a divisa com a Pensilvânia e agora Howe estava a uma distância curta do Congresso Continental. Adicionalmente, Howe recebia uma torrente de cidadãos de Nova Jersey e Pensilvânia com pedido de perdão. Nesse momento, existia a expectativa que a rebelião se desintegraria com a ruína de seus dois pilares. O Exército Continental estava à beira da destruição, restava a Howe conquistar a “capital” revolucionária.

Nessa última versão, Howe limitava e alterava significativamente seus objetivos: que eram agora a marcha para Filadélfia e trazer Washington para uma batalha decisiva que encerraria a rebelião nas colônias médias. Por isso, ao invés de esperar pelos reforços e a ofensiva à Nova Inglaterra, ele iria explorar seu sucesso em direção ao sul. Conseqüentemente, seu papel nas outras operações de 1777 seria reduzido, senão inviabilizados. A guarnição de Rhode Island teria que contar com reforços da Inglaterra, a força de Nova York iria perder mil soldados para a força principal de Howe e o exército de 10 mil que seriam empregados Hudson acima seriam convertidos em corpo defensivo de 3 mil posicionados no Baixo Hudson, com o objetivo de cobrir Nova Jersey e facilitar a expedição canadense. Carleton era abandonado a fazer seu próprio curso.

De qualquer maneira, essas três cartas foram escritas antes da reviravolta de Trenton e Princeton e a subsequente perda de Nova Jersey. E esses eventos ocorreram antes que as cartas de 30 de novembro e 20 de dezembro chegassem ao seu destino. Em 13 de janeiro de 1777, Howe escreveu sua quarta e última carta. Ele não mudava seu plano para Filadélfia, apenas era mais pessimista quanto a seus efeitos e ele não esperava mais que a guerra fosse encerrada em um ano. Adicionalmente, ele refazia a requisição de reforço de 20 mil soldados. Porém, Howe não dava detalhes de suas derrotas em Nova Jersey nem dos levantes que ocorriam pelo interior do país contra suas forças. Por isso, havia um tom mais pessimista na carta, mas ela não era precisa nas informações necessárias para a consideração de Germain.

O desfecho final do planejamento de 1777 foi crucial para que houvesse a completa desvinculação entre os comandantes e suas campanhas. A convergência entre as intenções e planos de Howe, Carleton e Burgoyne ficou à responsabilidade de Lorde Germain. Ele iniciou o plano de guerra para 1777 em fevereiro, levando em conta a segunda carta e o plano mais ambicioso de Howe. Por isso, Germain iniciou o planejamento da preparação para 1777 baseado principalmente nas impressões otimistas de Howe que justificavam inclusive uma redução no aporte de tropas e material, como ele havia redigido na carta do dia 14 de janeiro.

Ao fim de fevereiro, Germain continuou o planejamento, porém agora com o terceiro plano de Howe para a marcha para a Filadélfia, o ambicioso plano de

Burgoyne contido no documento *Thoughts* e já com a intenção de deposição do comando de Carleton. E, antes de terminar um primeiro rascunho do plano ministerial, Germain recebeu a quarta correspondência mais pessimista de Howe de janeiro, contendo os sucessos de Washington em Trenton e Princeton e a perda de Nova Jersey. As deliberações de Germain procederam da seguinte maneira.

Primeiro, ele respondeu Howe em 3 de março de 1777 e não fez qualquer menção sobre a demanda de reforço e nem dos planos de Burgoyne e mesmo a substituição deste no lugar de Carleton. Ademais, ele apenas mencionou que Howe receberia reforços diminuídos para 5,5 mil, e não mais de 7 mil. Por fim, ele reconhecia o plano de Howe de marchar para a Filadélfia e o aprovava como sólido e decisivo. Por fim e mais importante, Germain informou Burgoyne que o principal objetivo da expedição canadense através das duas colunas - uma sob comando de Burgoyne e a diversionária sob St. Leger - era fazer a junção com Howe em Albany.

Portanto, já era sabido que embora pudesse haver alguma coordenação na tomada de Nova Inglaterra no segundo semestre de 1777, Howe não apoiaria a expedição canadense agora nas mãos de Burgoyne. Este era presente em Londres quando essas instruções foram formuladas, e até participou pessoalmente desse processo, então era informado das condições e intenções de Howe e poderia levar isso em conta no seu próprio plano de campanha. Ainda que Burgoyne pudesse contar eventualmente com algum apoio de Howe, ele tinha que considerar que fosse capaz de fazer seu curso até Albany independentemente.

O último ponto de toda essa trama foi que Howe levou semanas para informar de sua última mudança de planos. Em 2 de abril de 1777, ele informou sua decisão de limitar sua campanha de 1777 unicamente a expedição à Filadélfia e por meios marítimos, e não mais por terra. Howe se retiraria do teatro de operações durante a primavera de 1777, período em que ele estaria, portanto, embarcado e incomunicável e não poderia mudar o curso das decisões e acontecimentos por qualquer atualização da orientação política a partir de Londres. Com a notícia que receberia bem menos reforços do que havia pedido, e considerando as operações a partir do Canadá, Howe reforçou suas impressões

que não era mais possível uma ação agressiva e mais ortodoxa nos moldes de 1776. Como consequência, uma ação de manobra de resultados desproporcionais teria que ter seu lugar. A tomada de mão de Filadélfia tornou-se sua obsessão. Tanto que em 5 de julho, ele recebeu do Ministério atualizações sobre as condições gerais da expedição de Burgoyne e ainda o seu segundo general em comando, General Clinton. Este seria um ferrenho opositor do plano de campanha de Howe e infernizaria sua decisão pelos 18 dias que a concentração da frota expedicionária levaria para ter bons ventos para rumar do Rio Delaware em direção ao mar (FISCHER, 1902, p. 332; KETCHUM, 1997, pp. 256- 260)⁷⁰.

No entanto, Burgoyne não iniciou sua campanha desinformado. Howe escreveu para Carleton informando de sua decisão pela Filadélfia. Em 5 de abril de 1777, ele apresentava suas claras intenções de seguir seu plano pessoal e que não poderia cooperar com Carleton (ele não havia sido informado da troca de comando por Burgoyne). Ele sentia a obrigação de alguma coordenação e considerava liberar uma pequena coluna para operar no Hudson. No entanto, sua preocupação de fato era intervir no Departamento Norte para equilibrar qualquer ação orquestrada por Washington. E esta era sua principal preocupação. Carleton recebeu tal correspondência em 26 de maio e informou Burgoyne de seu conteúdo em 10 de junho (MINTZ, 1992, pp. 136-137). Portanto, Burgoyne no início de sua campanha de 1777 em 11 de junho segundo

⁷⁰ Não se sabe até que ponto essa determinação foi real desde que não existam outras fontes que os próprios registros de Clinton sobre este período. Clinton chega a afirmar que não acreditava que Howe estava de fato indo para Filadélfia (bem como Washington), e chegou mesmo a considerar que tudo não passava de um artifício de Howe para esconder seu verdadeiro plano. Mas era certo que Clinton sempre foi opositor dos planos de Howe. Sua percepção era de uma ação agressiva e concentrada para a destruição do exército de Washington. Tal posição era tão enfática que no inverno de 1775-1776, Clinton se dirigiu até Londres para barganhar por outra posição de comando que o distanciasse (de fato, o livrasse) de Howe. Apenas na situação de Long Island que as sugestões de Clinton foram acatadas e executadas por Howe, inclusive com Clinton liderando a força de ataque principal pelo flanco esquerdo, o que quase levou a morte de Washington, que teve que lutar corpo-a-corpo por sua vida (LUZADER, 2008, pp. 14-15).

seu plano de 28 de fevereiro informado das condições relativas de sua campanha e das de Howe.

(iii) Contraste entre os Dois Planos e Expectativas para a Campanha Ofensiva.

Nesse ponto que existe o importante estágio de análise em que há o contraste entre o plano formulado a partir da Teoria da Guerra e o plano real formulado por Burgoyne.

Do ponto de vista estratégico, o curso escolhido por Burgoyne tinha a possibilidade de ter que enfrentar a resistência combinada de uma parcela do Exército Continental sob Schuyler em combinação com milícias locais.

Do ponto de vista logístico, este percurso demandava a alteração modal de um meio lacustre através do Lago Champlain para um meio de transporte basicamente terrestre até Saratoga, a partir de onde existia novamente possibilidade de se fazer uso de meios embarcados ao longo do Rio Hudson. Essa conversão modal tinha dois problemas. Não existiam estradas adequadas entre o lago canadenses e Saratoga, mas apenas trilhas. Por isso, existia a necessidade de condução de atividades para preparação desses caminhos. Segundo, as grandes embarcações utilizadas no Lago Champlain não poderiam ser aproveitadas no trecho a partir do Rio Hudson por um falta de acesso aquático e em decorrência das dimensões limitadas do rio entre Saratoga e Albany. Por isso, as pequenas embarcações utilizadas desde o Canadá teriam que ser transportadas por um trecho terrestre e haveria a necessidade de se adquirir mais embarcações pequenas para o embarque de tropas e material ao longo do Rio Hudson.

Considerando essas condições estratégicas e logísticas, a campanha teria que ser conduzida em duas fases. Numa primeira fase, aproveitando os meios embarcados até Skeneboro, na margem sul do Lago Champlain. Este era um ponto intermediário adequado entre Crown Point, o ponto de início da campanha, e Albany, seu destino final, porque era propriedade de um oficial legalista que compunha as forças estacionadas no Canadá. Em Skeneboro, existiria a necessidade de realização das atividades preparatórias para que as forças britânicas sob Burgoyne pudessem seguir até Albany sem a perda de sua

vantagem estratégica, que eram os 11 mil soldados profissionais britânicos e germânicos. Em Skeneboro, existia a necessidade de transporte de todo aporte de suprimentos desde o Canadá, o transporte das embarcações, o incremento das trilhas e a tomada das pequenas fortificações que existiam até Saratoga. A partir disso, existia possibilidade de condução da segunda fase da campanha até Albany.

Uma variável importante que poderia postergar a condução dessa projeção a partir do Canadá e demandar duas campanhas, ao invés de uma, era que para se alcançar Skeneboro, era necessário tomar a principal fortificação da região, Ticonderoga. Segundo as informações disponíveis na época, sua tomada poderia envolver em um sítio de semanas. Portanto, dependendo do tempo que levaria para a tomada dessa posição é que se poderia estimar se as forças sob Burgoyne teriam a possibilidade de alcançar Albany ainda em 1777 antes do inverno. Por isso, a tomada de Ticonderoga era uma questão principal na realização da meta de deslocamento das forças no Canadá até os Estados Unidos.

A coluna diversionária sob o Coronel St. Leger era um desperdício no emprego do uso das forças combatentes. Do ponto de vista da Teoria da Guerra, apenas se divide a força no teatro de operações por necessidade logística ou quando há grande superioridade de números. Nenhuma das duas era o caso de Burgoyne. Portanto, antecipa-se o risco de fracasso.

A alteração do plano de Howe alterava as condições estratégicas da campanha de Burgoyne. Passava a existir a possibilidade que os norte-americanos tivessem a possibilidade de utilizar suas linhas interiores para reforçar suas forças no Departamento Norte para resistir a sua expedição com números superiores. Isso alterava em grande medida a estimativa da que suas forças sob Burgoyne fossem capazes de manter a vantagem estratégica no percurso até Albany. Bem como Bonaparte em 1812, não era o objetivo de Burgoyne tomar mais posições, controlar mais territórios e populações e nem travar enfrentamentos senão aqueles que viabilizassem seu percurso entre Canadá e Albany. Como Bonaparte, seria apenas do benefício de Burgoyne a condução de enfrentamentos que mantivessem as forças revolucionárias distantes e desgastadas, sem condições de enfraquecer as suas próprias forças.

Portanto, a viabilidade da campanha de Burgoyne estava em cheque por ele poderia alcançar o estado de Nova York em desvantagem na correlação de forças e esta era uma questão que ele não tinha como concluir de antemão. A expectativa teórica era que Burgoyne pudesse não ter força suficiente para alcançar seu objetivo e tivesse que abandoná-lo. Pois, a questão deixava de ser apenas manter a força do seu exército intacto, mas conduzi-lo a Albany antes que o oponente fosse capaz de organizar uma oposição efetiva no seu caminho. O fator tempo passou a ficar mais importante ainda para Burgoyne.

Assim, no contraste entre o plano teórico e o plano real de Burgoyne produz-se a expectativa que ele podia conduzir sua campanha até o ponto de Skeneboro. Durante o período que houvesse a pausa da ação nesse ponto, ele devia avaliar a correlação de forças, informar-se sobre alguma variável nova produzida por Clinton e Howe que favorecesse a sua posição e julgar se sua campanha ainda era viável. Caso existisse uma janela de oportunidade e as defesas norte-americanas ainda estivessem desarranjadas, ele devia seguir a Albany. Caso contrário, ele não podia mais como seguir enfrente e colaborar diretamente com Howe em 1777. Ele devia retornar a Ticonderoga e manter uma guarnição avançada reforçada de milícias em Skeneboro. Com isso, ele podia manter a ameaça de uma invasão a partir do norte à Nova York e Nova Inglaterra e influenciar indiretamente na alocação das forças norte-americanas. Qualquer desenvolvimento posterior não dependia mais de Burgoyne, mas de como Howe encerrasse sua campanha em 1777. Dependendo dos resultados obtidos e da correlação geral de forças, um novo plano de campanha teria que ser formulado para 1778.

4.3.3. ANÁLISE DA PREPARAÇÃO BRITÂNICA PARA A CAMPANHA OFENSIVA.

Burgoyne assumiu sua posição de comando das forças canadenses sujeito a diversos constrangimentos de movimentação e manutenção das mesmas, porém com o benefício de um serviço administrativo acima da média, providenciado pela equipe de Sir Guy Carleton. Os principais gargalos logísticos de sua campanha eram dois e eles eram interligados.

Primeiro, as condições econômicas da fronteira entre Canadá e Estados Unidos eram insuficientes para a forragem e todo o alimento tinha que ser transportado desde o Reino Unido. Desde que essa era a realidade para todas as forças combatentes a serviço do Rei Jorge III nas Américas, o aporte de comida era enorme, a disponibilidade de embarcações era baixa e a distância da viagem limitava um fluxo constante de comida. Por isso, os comandantes britânicos eram obrigados a concentrar e transportar grandes reservas de suprimentos. Isso onerava uma campanha ofensiva, limitando a flexibilidade e a velocidade de seu ataque.

Segundo, o maior gargalo logístico da Revolução Americana eram as condições de possibilidade de transporte e conseqüentemente a alocação de tropas e a distribuição de material bélico. As dimensões geográficas da América do Norte eram em muito superiores as da Europa e em grande parte selvagem ou semi-povoada. Praticamente não existiam boas estradas e a rede de estradas disponível era limitada a costa e para interligação das principais cidades dessa região. A América do Norte também não tinha originalmente a disponibilidade de grandes mamíferos domesticados, por isso animais de tração e carga também tinham que ser trazidos da Europa e eram pouco disponíveis entre a população local para apreensão. Por fim, os rios interiores da América do Norte tinham recebido pouco trabalho humano e não foram transformados em canais com portos e instalações de conversão de carga entre meios embarcados e meios terrestres. Conseqüentemente, o uso e a coordenação de meios embarcados com as rotas e trilhas eram mínimos.

A correlação entre os dois fatores tinha como conseqüência uma linha de marcha mais longa com mais veículos de transporte e animais. A baixa disponibilidade desses recursos e as condições das estradas e vias fluviais norte-americanas exauriam os recursos disponíveis e antes que eles pudessem ser plenamente utilizados no encerramento de uma campanha, havendo a necessidade de suas substituições ao longo de sua conduta.

Uma questão política importante que afetou toda a condição logística britânica foi que a expedição de Burgoyne e não era prioridade dentro do plano de guerra britânico, apesar da extensão da campanha e sua linha de comunicações. Seus

requerimentos eram abaixo em prioridade com relação às demandas na defesa das ilhas britânicas e aqueles do General Howe (LUZADER, 2008, pp. 2-4).

Burgoyne antecipou que ele não teria o provimento suficiente de meios de transporte e apressou em demandar de Carleton contratos para fabricação local de 500 carruagens e aquisição de 1.000 cavalos para puxá-los e outros 400 animais para sua artilharia. Essas demandas eram inviáveis de ser mobilizadas e providas antes do início previsto da campanha em junho, por isso ele esperava recebê-las em marcha. O primeiro trecho da viagem era pelo Lago Champlain e isso daria tempo para que os itens demandados fossem disponibilizados no momento que fossem mais necessários: entre os dois trechos terretres entre os lagos Champlain e George, e depois deste último até o rio Hudson. Mesmo com o atendimento a tempo de todos os seus requerimentos, ele sabia que possivelmente ele não teria transporte suficiente, ainda assim ele confiava na capacidade da expedição de prover recursos em situações de carência através de forragem e apreensões.

Burgoyne calculava ainda a necessidade de mil índios para o serviço de escolta e mil milicianos para compor as forças regulares e guarnições de linhas de comunicação e posições. E ainda demandava 2 mil canadenses para servirem como trabalhadores e artífices.

Todo esse serviço de preparação não foi desempenhado ou supervisionado por Burgoyne e foi delegado a Carleton. Como governador do Canadá, era sua a prerrogativa o recrutamento de homens e a produção e apreensão de material, segundo os requerimentos de Burgoyne.

A obtenção de cavalos, carros e pilotos foi demorada e insuficiente. Os fazendeiros canadenses não tinham razão para responder ao chamado na composição da *corvée* ou companhias de carregadores porque, em geral, eram alienados da recente autoridade britânica. Os canadenses não foram capazes de prover a quantidade de cavalos acordado e muitos dos pilotos contratados começaram a desertar antes do início da campanha. No fim das contas, Carleton conseguiu apenas 500 dos mil índios, 150 dos mil milicianos, e 500 dos 2 mil canadenses que se desejava. Todo esse processo acabou resultando no atraso de campanha em três semanas, período que possibilitou que os norte-americanos

tomassem conhecimento dos planos de Burgoyne e começassem a se preparar (CURTIS, 1973, cap. 5).

Enquanto o material estava sendo coletado, Burgoyne, sem aviso, concentrou seu exército em St. John no Rio Richelieu, antes que todos os veículos adquiridos fossem concentrados. Como consequência, muitas carroças e vagões quebraram na rota devido ao excesso de cargas antes do início da campanha.

Como consequência disso tudo, Burgoyne iniciaria uma marcha de centenas de quilômetros pelo interior selvagem da América sem suficientes carros, cavalos ou homens para guiá-los. Ainda assim, Burgoyne era consciente das fraquezas do seu sistema de suprimento e transporte e que sua expedição dependeria da expediência de forragem além do razoável (HUSTON, 1991, pp. 91-92; MINTZ, 1992, 134; MACKSEY, 1993, pp. 115, 130-131; KETCHUM, 1997, pp. 106-108; PEARFON, 2000, p. 238).

Algo a se considerar é o cálculo subestimado das quantidades necessárias de comida por Burgoyne. Ele estimava a necessidade de 11 toneladas de comida por dia para alimentar suas tropas e animais. Numa correlação simples isso assumia menos de 1 quilo de comida por soldado e 3 quilos de grãos por animal por dia, desde que ele possuía em torno de 9 mil soldados e 900 animais, sem considerar a expedição de St. Leger (GRIFFITH II, 2002, pp. 379-380). Essas estimativas eram consideravelmente menores do que o apontado por Engels quanto às necessidades mínimas para homens e animais: 1,3 quilos e 9 quilos, respectivamente (ENGELS, 1978, p. 18); o que no caso totalizaria a necessidade de 20 toneladas diárias. Tal otimismo de Burgoyne resultaria em expectativas elevadas de quanto suas missões de forragem teriam que produzir em compensação durante a campanha.

4.3.4. ANÁLISE DO PLANO DA CAMPANHA DEFENSIVA DE 1777.

Já foi defendido na seção 4.2.4 que o único método de resistência viável para os norte-americanos era o emprego de uma estratégia plena de desgaste das forças

britânicas. Os norte-americanos não tinham condições logísticas para manter e movimentar exércitos com números superiores aos britânicos. Também não tinham condições logísticas para sustentar um sistema de fortificações que fizesse frente à capacidade de assalto britânico.

(i) O Plano da Campanha Defensiva Formulado a Partir da Teoria da Guerra.

De um ponto de vista teórico, os norte-americanos tinham três vantagens e uma desvantagem.

A primeira vantagem norte-americana residia nas grandes extensões dos teatros de operações e sua descentralização administrativa e demográfica, podendo recuar suas linhas defensivas e postegar enfrentamentos decisivos. A segunda vantagem era a possibilidade de empregar diferentes meios de combate - fortificações, geografia, exército regular, milícias e aliados - em combinação para o desgaste dos britânicos. Dessas duas maneiras, os norte-americanos poderiam equilibrar a correlação de forças a seu favor e ganhar tempo para a organização de um exército que fosse capaz de fazer frente aos seus oponentes. Isso se dava principalmente porque a terceira vantagem dos norte-americanos era que eles tinham à mão fontes de recursos humanos e materiais para criação ou renovação da força enquanto que os britânicos não tinham. A partir de 1777, chegariam à América do Norte todos os recursos que a liderança política britânica julgou suficientes para a pacificação das colônias e haveria apenas a continuidade no abastecimento de suprimento e arsenal. Os norte-americanos contavam com um acesso mais contínuo de recursos e ainda com o apoio de inimigos do seu inimigo: os franceses.

Além da desvantagem na correlação de forças, os norte-americanos tinham a desvantagem de que os britânicos tinham a vantagem da iniciativa da ação. Devido a uma capacidade superior de mobilidade, os britânicos podiam escolher onde atacar e os norte-americanos apenas podiam responder reativamente. Os norte-americanos não tinham meios para moldar o curso dos enfrentamentos a seu favor e forçar os britânicos a lutarem em condições de desvantagem. Somente após o comandante britânico de um teatro decidisse o curso de sua campanha que os norte-americanos podiam direcionar seus esforços preparativos e seus meios de combate.

Por isso tudo, Schuyler tinha que avaliar quem ele enfrentaria e a partir de qual direção. No caso de Howe, ele tinha um único curso possível de avanço através do Rio Hudson. Porém, este exército britânico tinha que fazer frente ao Exército de Washington. Por isso, um ataque de Howe a Schuyler não era uma preocupação imediata. A principal preocupação de Schuyler era com a expedição de Burgoyne. Este tinha três opções de movimentação de sua força a partir do Canadá. Por mar, pelo trajeto através dos rios St. Lawrence e Mohawk e pelo trajeto através do Lago Champlain e depois pelo Alto do Rio Hudson.

Schuyler não tinha como antecipar qual seria o curso de Burgoyne antes do início da campanha, ele tinha que considerar um plano de campanha defensiva que fosse flexível e capaz de ser adaptado às três opções da campanha ofensiva.

Dos pontos de vistas estratégico e logístico, o plano que se formula é que a base de operações de Schuyler devia ser Albany: principal centro administrativo e comercial do teatro de operações norte e ponto equidistante e próximo das principais concentrações populares que poderiam ter seus recursos convertidos para a guerra: o governo e a população de Nova York e os governos e as populações de Nova Inglaterra. Adicionalmente, era uma base com boa disponibilidade de rios - Mohawk, Hudson e Connecticut, de maneira que ele podia gerenciar com mais facilidade forças e recursos, bem como mover a própria base em Albany, na medida da necessidade e oportunidade.

Essa era uma base de operações com uma distância segura das bases das campanhas de Burgoyne em Montreal e de Howe na cidade de Nova York. Isso garantia uma proteção pelo uso da geografia, algumas fortificações e milícias, além do exército de Washington que fazia frente às forças de Howe. Além da posição em Albany, Schuyler devia manter o Forte Stanwix na porção mais ocidental do teatro e o Forte Edward como os primeiros pontos de sua defensiva, com uma guarnição de em torno de 1.000 soldados cada fortificação. Essas posições deviam ser empregadas como pontos fortes relativos. Seus principais objetivos seriam fazer contato com a expedição de Burgoyne e atrasá-la, e não realizar uma defesa absoluta. Em particular no caso de Forte Edward, podia ser mantidos postos de observação nos fortes George e Ann, porém apenas para contato com as forças de Burgoyne.

Entre os fortes Stanwix e Edwards e Albany, Schuyler devia manter postos de ligação de seu comando. Em Forte Dayton e Schenectady para apoio de uma defesa no caso de uma ofensiva britânica pelo Rio Mohawk. Em Forte Miller, Manchester e Bennington no caso de um avança a partir do Lago Champlain. Esses postos deviam servir também como comandos avançados de milícias locais e em combinação com a guarnição de regulares que recuasse dos fortes Stanwix e Edward para a condução de pequenos ataques à vanguarda e flancos Burgoyne, depredação das vias e inviabilização de recursos locais para a sua forragem.

Com essa disposição e orientação, Schuyler podia reduzir a necessidade de dispersão de suas forças pelo teatro e também evitar seu desgaste pelo constante movimento. Essa conservação mais concentrada da força seria necessária especialmente se Burgoyne decidisse pela expedição marítima. Pois, Schuyler teria que coordenar com as milícias de Nova York e Nova Inglaterra e Washington para mudar a direção de sua defesa e estabelecer postos avançados a leste e sul de Albany.

Esse plano garante também flexibilidade para que Schuyler fizesse frente as duas opções continentais de trajeto pelo qual Burgoyne decidisse, dando a oportunidade que se coordenasse ações para o desgaste dessa expedição e concentrasse as forças disponíveis e aquelas em conversão para aumento da resistência nos postos de comando avançados, dependendo do trajeto em que Burgoyne se deslocasse e mesmo se ele decidisse por dividir sua força pelos dois cursos.

Se expedição de Burgoyne tivesse sucesso de avançar até Albany, Schuyler tinha que avaliar a correlação de forças pelo desgaste de Burgoyne e os próprios esforços na organização de um exército. Se a expectativa de sucesso fosse positiva ele poderia travar ali um enfrentamento decisivo. Se ele ainda fosse fraco demais para isso, ele tinha que antecipar um recuo, porém não para o sul em direção à cidade de Nova York, e sim para o leste em direção a Boston. Aproveitaria, assim, do reforço de região das 13 Colônias onde se encontrava a maior concentração de população revolucionária. Dessa maneira, Schuyler reduziria o ponto culminante da defesa porque com essa direção de recuo, ele se fortaleceria.

A partir desse ponto, a tomada de Albany, Burgoyne teria um ponto adequado para sua estação de inverno, mas ele poderia ainda decidir pela continuidade de sua projeção para reforço com Howe. Não é de se esperar que Burgoyne tivesse força suficiente para avançar sobre a Nova Inglaterra sozinho. De qualquer maneira, ele estaria cercado de resistência norte-americana de todas as direções. Seria o objetivo de Schuyler incrementar ações contra as linhas de comunicações de Burgoyne, principalmente interrompendo as possibilidades de coordenação com as forças de Howe para que qualquer movimentação por parte de Burgoyne, em 1777 ou em 1778, o colocasse sob a ameaça de concentração de forças norte-americanas contra seus flancos e retaguarda. Se Burgoyne fosse isolado por tempo suficiente em Albany, sua força continuaria a decrescer e a de Schuyler a aumentar. Burgoyne teria que forçar uma batalha que desbaratasse a concentração da defesa norte-americana ou ele teria que recuar de volta ao Canadá. De uma ou de outra, as duas vantagens britânicas - superioridade estratégica e vantagem de iniciativa - estariam sendo neutralizadas e existiriam condições para uma contra-ofensiva norte-americana contra Burgoyne.

Uma última qualidade desse plano é que a apontada rota de fuga para Boston também era o plano adequado caso Howe fosse capaz de derrotar ou ludibriar Washington e rumasse em direção ao norte. Entretanto, se Howe enfrentasse Washington, certamente suas forças estariam desgastadas demais para uma marcha vigorosa ao norte. Isso daria tempo a Schuyler, mas também o forçaria a um enfrentamento decisivo antecipado e perigoso contra as forças de Burgoyne ainda 1777, ou início de 1778, e depois converter suas forças para uma nova campanha de desgaste contra Howe. Se Howe ludibriasse Washington e rumasse para o norte sem derrotá-lo, ele avançaria com sua retaguarda exposta e poderia se colocar numa situação de ter que lutar em duas frentes. Este último cenário apenas teria alguma chance de sucesso britânico caso fosse possível uma coordenação perfeita entre Burgoyne e Howe para a concentração de suas forças primeiro contra Schuyler e depois contra Washington. Porém, isso era inviável para os meios de comunicação e os comandantes da época.

(ii) O Plano de Campanha Defensiva Formulado por Schuyler.

Washington era o comandante-chefe do Exército Continental e da missão da defesa armada dos Estados Unidos desde a independência. No entanto, seu comando era, na prática, limitado às forças que tinha sob seu comando imediato e alguma orientação dos comandantes das outras forças combatentes norte-americanas. Em decorrência da quase vitória de Howe em 1776, a grande preocupação de Washington era impedir que isto se repetisse em 1777.

Portanto, a grande atividade de planejamento de Washington era adivinhar onde seria o esforço de guerra de Howe e contrariá-lo. Essa não foi uma tarefa fácil pelo próprio processo decisório britânico. Por muito tempo, ele acreditou que Howe fosse realizar uma grande operação que dispersasse as forças norte-americanas e depois concentrasse as britânicas no norte. Inicialmente, Washington considerava que Howe se destinava ir por mar a Charleston e, dessa maneira, impor uma longa e dura marcha às tropas continentais por terra, depois retornar por mar para cooperar com Burgoyne. Mas havia ainda a possibilidade que Howe fosse mais ortodoxo e rumasse para algum ponto na Nova Inglaterra. Por todo mês de julho de 1777, Washington viveu um dilema que indeterminava também qual seria seu papel no apoio à resistência organizada por Schuyler a Burgoyne, ou seja, de quanta força ele poderia ceder ao Departamento Norte. Apenas na virada para agosto de 1777, quando a frota de Howe foi avistada em Chesapeake Bay, que se passou a considerar que ele pudesse estar rumando para a capital Filadélfia. No mesmo período, já se sabia da queda de Ticonderoga e da aproximação de Burgoyne. Com essa conjunção de fatores e decisões britânicas, Washington demorou a crer que Howe houvesse realmente abandonado Burgoyne e que este ainda assim mantivesse seu curso. Por isso, ainda que não totalmente consciente, ele antecipava os resultados finais da campanha de Saratoga enviando palavras de apoio a Schuyler de que o excesso de confiança de Burgoyne o levaria a se apressar em tomar medidas que teriam conseqüências favoráveis à Revolução (MACKSEY, 1993, p. 131). Washington não teve maior papel no plano da campanha defensiva de Saratoga.

A concentração de forças de Burgoyne em Montreal denunciou que a expedição marítima estava descartada. Adicionalmente, Schuyler conhecia os trajetos que Burgoyne deveria trafegar e sabia das dificuldades que ele sofreria devido a uma

linha de comunicações longa e frágil. Schuyler formulou um plano de campanha defensivo que combinava uma defesa por meio de fortificações e recuos para desgaste do oponente.

Schuyler estabelecia Albany como base de operações, bem ao sul, permitindo, portanto, ter ainda a área de Saratoga como último estágio de resistência e concentração de tropas. Com isso, ele esperava expor a expedição de Burgoyne a uma longa linha de comunicações de difícil sustentação e fácil ruptura. Schuyler esperava ainda que a força de Burgoyne se desgastasse e desse o tempo necessário para que ele convencesse os Comitês de Segurança dos estados a contribuírem com mais recursos (KETCHUM, 1997, p. 337).

Ticonderoga seria o bastião das defesas norte-americanas, que serviria de ponto de primeiro contato e contenção inicial da expedição britânica. Dessa maneira, esperava-se conseguir o tempo necessário para a mobilização das populações da Nova Inglaterra e Nova York, sem as quais Schuyler considerava não ter a menor chance. Entre Ticonderoga e Albany, Schuyler vislumbrava a operação de uma cadeia de pontos de resistência e recuo.

Uma função similar, mas secundária, tinha Forte Stanwix no extremo ocidental do teatro. A retaguarda de Forte Satwinx não tinha uma sequência de fortes como Ticonderoga, por isso Schuyler deu atenção especial à mobilização da milícia de Nova York, onde ele tinha maior influência política. Por fim, ele estabeleceu na foz do rio Mohawk nas ilhas ribeirinhas Van Schaick o seu quartel-geral avançado para a coordenação desses vários pontos, de onde ele poderia acompanhar as evoluções das colunas britânicas pelos dois trajetos possíveis de avanço a partir do Canadá, e pudesse ainda concentrar uma maior quantidade de material bélico onde ele pudesse receber as milícias para a sustentação da defesa aos britânicos.

(iii) Contraste entre os Dois Planos e Expectativas para a Campanha Defensiva.

O principal contraste entre os dois planos é com relação à seleção de Forte Ticonderoga como principal ponto de resistência da defensiva norte-americana. Essa fortificação era posicionada na fronteira entre o Canadá e Nova York e no

ponto intermediário do Lago Champlain. Existia pouca expectativa de sucesso de uma resistência usando dessa fortificação e o seu histórico era negativo: ela foi tomada nas três últimas oportunidades que investiram contra ela. Existem dois pontos que desqualificam o peso que foi dado a Ticonderoga.

Primeiro, o projeto de Ticonderoga era francês e fazia parte da lógica defensiva do Canadá de uma expedição do sul e não do norte. Seu uso para defesa contra a expedição de Burgoyne demandava refazer seu projeto e grande investimento em edificação. Adicionalmente, sem uma boa capacidade de artilharia a posição seria obstruída aos britânicos apenas em combinação da fortificação com uma marinha lacustre. A questão era que a artilharia de Ticonderoga havia sido removida para o sítio de Boston em 1775, e apenas parcialmente recomposta, e a pequena marinha do Departamento Norte foi quase totalmente destruída por Carleton na campanha de 1776.

Segundo, a defesa desse forte demandava a guarnição de outras posições entre Ticonderoga e Saratoga, bem como a sustentação de uma longa e difícil linha de comunicações que desperdiçavam os poucos recursos norte-americanos.

Esses pontos tinham conseqüências que colocavam em risco o plano formulado por Schuyler. Por um lado, a concentração de forças em Ticonderoga oferecia a possibilidade de um choque prematuro com as forças de Burgoyne, quando estas ainda estariam pouco desgastadas. Por outro lado, tal concentração impunha uma defesa mais estática do que era recomendado e prudente. Se Burgoyne executasse o plano de campanha ofensiva formulado por Carleton - ou seja, uma diversão pelo Lago Champlain e projetasse a maior parte de sua força pelo trajeto do Rio Mohawk; ele flanquearia as forças norte-americanas e teria a possibilidade de atacar o quartel-general de Schuyler nas ilhas Van Schaick em condições de grande vantagem. Mesmo que alguma re-alocação de forças desde Ticonderoga fosse possível, era mais provável que não tivesse muito que Schuyler pudesse fazer para remediar a situação.

O estabelecimento e sustentação de um teatro com pontos principais em Ticonderoga, Stanwix e Albany demandavam uma capacidade de transporte além do que a América colonial dispunha. Em especial, todo esse teatro era pouco povoado e, em alguns trechos, selvagem, por isso a distribuição de suprimentos tinha que cobrir pontos muito distantes entre si. Portanto, a

coordenação de todas as atividades preparatórias e, conseqüentemente, as combatentes seria sempre difícil e irregular.

4.3.5. ANÁLISE DA PREPARAÇÃO NORTE-AMERICANA PARA A CAMPANHA DEFENSIVA.

Qualquer campanha norte-americana sofria de três problemas cruciais. Primeiro, existia um problema de mobilização de tropas. A adesão da população à causa da Revolução não foi homogênea nem linear em termos geográficos e temporais porque a mobilização de tropas era suscetível aos localismos das comunidades. Houve dificuldade no recrutamento de tropas e mesmo nas colônias do coração da Revolução, na Nova Inglaterra. A maior das adesões era em milícias ou no Exército Continental sob contratos curtos de serviço. Em geral, apenas aquelas comunidades mais imediatamente ameaçadas eram as que proviam mais tropas, por isso a mobilização seguia a movimentação das forças britânicas. Adicionalmente, existia grande desconfiança e resistência à subordinação de recursos armados a uma organização central, o que resultava que as concessões ao Exército Continental fossem pontuais e irregulares.

Segundo, o problema crônico da América do Norte era a rede de transportes. As forças norte-americanas sofriam com esta situação até mais do que as britânicas por conta da distância entre as principais fontes de recursos da Revolução - Nova Inglaterra e Virgínia; pela inacessibilidade à costa e às principais estradas coloniais.

Terceiro, a estrutura administrativa do Congresso Continental era menos profissional e mais desarticulada que a britânica. As instituições capazes de alguma mobilização e gestão de recursos eram o Exército Continental e os governos de estados. Portanto, foi da coordenação irregular dessas duas partes, em casos pontuais e com soluções *ad hoc*, que evoluíram as atividades de preparação para o enfrentamento contra os britânicos.

A grande tarefa logística norte-americana em 1777 era traduzir as lições das derrotas de 1776 para uma estrutura mais responsiva a uma nova estratégia

defensiva em 1777, menos centrada sob um sistema de fortificações e contando mais com as milícias em atividades de campo.

O grande problema continuava sendo a autoridade operacional do Congresso. Originalmente, o plano de mobilização de 1777 era de 88 regimentos, porém, na prática o processo de mobilização se deu de maneira particular durante a campanha. A grande reforma no Exército Continental com extensão para as forças do Departamento Norte foi a introdução por Washington da organização de brigada como a unidade tática básica e a composição de uma companhia de artilharia para cada uma delas. Essa reforma foi feita nas batalhas de Trenton e Princeton como forma de aumentar a coesão das forças norte-americanas pelo aumento de sua concentração. Essa nova organização não foi imediatamente assimilada por Schuyler, mas seria reproduzida por Gates na Campanha de Saratoga. Uma segunda reforma relevante para o caso de Saratoga foi a criação de uma força de reconhecimento montada. Distinto de uma cavalaria leve, essa foi criada unicamente com a função de vanguarda e escolta (WRIGHT JR., 1983, pp. 92-94, 98, 106-108).

No caso do Departamento Norte sob o comando do General Phillip Schuyler, grande parte da preparação da campanha defensiva de 1777 foi improvisada e conduzida durante o andamento da mesma. Porém, é de se valorar sua antecipação às necessidades logísticas da campanha de defensiva de 1777 ainda em agosto de 1776 e em articulação adequada com seu plano de campanha defensiva.

O plano de preparação foi rascunhado e empreendido por Schuyler muito antes de qualquer decisão das comandantes britânicos, Washington e do Congresso Continental, porém com a expectativa correta do período e do curso de uma invasão a partir do Canadá. Ele antecipava que esta expedição ocorreria no inverno ou primavera de 1777 e ele orientou o Congresso na aprovação de medidas que reforçassem as defesas nas rotas do Lago Champlain e do Rio Mohawk.

Seu plano de preparação da campanha continha os seguintes pontos:

1. A construção de uma pequena marinha no Lago Champlain;

2. O fortalecimento de posições-chave, com a formação de estoques de material em Ticonderoga, Forte George, Forte Anne, Skenesboro e Schenectady durante o inverno, quando as passagens d'água estavam parcialmente congeladas e o transporte sobre a neve e chão congelado também seria muito mais fácil;
3. A construção de 100 chatas em Schenectady entre fevereiro de março de 1777;
4. O transporte imediato de provisões para 5 mil soldados por oito meses para Albany e o estoque adicional de provisões em Albany para transporte para Mohawk, antecipando a necessidade de recuo das forças combatentes no sistema de fortificações dos lagos Champlain e George;
5. O estabelecimento de um laboratório em Albany para fabricação de munição;
6. A formação de 15 companhias de apoio ao combate (preferencialmente civis) para o departamento de intendência para serviço nas chatas e reparo das estradas e 4 companhias de carpinteiros para produção de alojamentos e barcos;
7. Fez requerimentos de pregos, aço, equipamento de acampamento, material de construção, lenha e tudo necessário para o provisionamento das tropas (HUSTON, 1991, 86-87).

Schuyler sabia que ele não tinha poderes nem meios para uma preparação plena antecipadamente. A maior parte do contingente e material a serem mobilizados ocorreria apenas na iminência da presença da expedição britânica nas fronteiras da Nova Inglaterra. Por isso, o que ele podia fazer era antecipar uma posição mais adequada para o recebimento de reforços e coordenação de todas as atividades, preparatórias e combatentes, nas ilhas Van Schaick do rio Mohawk. De onde ele organizou, na medida do possível, um serviço de distribuição e de manutenção de trechos de passagem mais difíceis a fim de facilitar a alocação de tropas e suprimentos ao longo do curso dos enfrentamentos.

O ponto crítico do plano de Schuyler era se a cadeia de fortificações desde a fronteira com o Canadá compraria o tempo suficiente para a organização de uma defesa efetiva à expedição britânica, em especial o Forte Ticonderoga.

Uma segunda questão era se as condições logísticas dessas fortificações seriam suficientes para suas efetividades combatentes até o momento em que elas fossem necessárias. A passagem do inverno entre 1776 e 1777 foi devastadora e quase mil soldados morreram de frio apenas em Ticonderoga (GRIFFITH II, 2002, p. 375). Por fim, com a elevação das temperaturas, existia a ameaça do retorno da epidemia de varíola do ano anterior (BECKER, 2005, pp. 208-209).

4.3.6. ANÁLISE DAS CONDUTAS DE CAMPANHA OFENSIVA E DEFENSIVA DE 1777 EM SARATOGA.

Esta seção do estudo segue o exemplo dos estudos de campanha de Clausewitz de 1815 na França (1992) e de 1814 na França (1993). Nesses dois documentos, a apresentação dos enfrentamentos é sucinta e com as informações suficientes para que se faça entender seu resultado e se explore seus efeitos para o estudo da campanha. Para cada um desses enfrentamentos, são apresentados os números, aspectos de terreno e de planos de enfrentamento. Avaliam-se as decisões dos comandantes a cada estágio de suas campanhas em contraste com os planos formulados a partir da teoria e os planos formulados por próprios comandantes.

4.3.6.1. BATALHA DE TICONDEROGA, 5-6 DE JULHO DE 1777.

A força de Burgoyne iniciou sua campanha em 20 de junho de 1777, partindo de St. John's no Canadá. Sua força seguiu com uma parte marchando pelas margens do Lago Champlain e uma parte embarcada. Ela era composta por 5.500 britânicos, 3.000 alemães, 400 índios, 150 canadenses e 100 legalistas, 250 artilheiros, 138 peças de artilharia e 35 embarcações de vários tipos. Em 30 de junho, Burgoyne fez sua base a alguns quilômetros ao norte de Ticonderoga, em Crown Point.

Ticonderoga e sua fortificação irmã na outra margem do lago no Monte Independence eram responsabilidade do General Arthur St. Clair. Entre as duas fortificações existia uma ponte flutuante improvisada que ligava as duas margens do lago sob uma corrente, que fechava a passagem do lago a embarcações. Em Ticonderoga, existia uma guarnição de 2.500 soldados e no Monte Independence de 1.500, incluindo o pessoal médico e de embarcações. Isso totalizava uma força 4 mil, porém a estimativa de força efetiva para o combate era de 2,5 mil dispostos entre as duas fortificações, com provisões, munição e alguma artilharia.

Um quilômetro ao norte de Ticonderoga existia o Monte Hope, elevação de terreno que foi provida de fortificações de campo e uma guarnição. Existia mais um morro na margem oeste do lago e em torno de 1,5 Km ao sul de Ticonderoga. O Monte Sugar Loaf (para os americanos) ou Defiance (para os britânicos) era o mais alto (230 metros) da área e possibilitaria uma ação dominante sob os montes onde eram posicionadas as forças norte-americanas. No entanto, ele não fora guarnecido porque era considerado que ele ficava além do alcance de mosquetes e fosse inacessível ao posicionamento de artilharia em sua crista (SYMONDS, 1986, p. 40; Savas & DAMERON, 2006: pp. 95-96; LUZADER, 2008, pp. 47-49).

Burgoyne tinha as piores expectativas para a tomada de Ticonderoga. Ele esperava que tivesse que bombardear as fortificações até a submissão americana, pois ele considerava que os revolucionários fariam qualquer coisa para retê-las. Ele tinha a lembrança viva da investida britânica a Bunker Hill em 1775 e trazia de lá o respeito à maneira como eles sustentavam uma posição. Quatorze dias antes da batalha, em 26 de junho, os planos de enfrentamento e de preparação já eram apresentados. Sua grande linha de trem fora trazida especificamente para este propósito, e para poupar tropas. Ainda assim, a preparação das forças combatentes para o enfrentamento era séria e detalhada. Os alemães seguiriam pela borda leste do lago e os britânicos pela borda oeste. A cada homem foi distribuído munição para cem disparos. Todas as provisões foram estocadas nas embarcações, e lá permaneceriam até que ordenado. Os britânicos usariam 17 barcos, e os alemães 22. Em 30 de junho, Burgoyne deu mais instruções de preparação: os dragões de Riedesel formariam a Guarda

Avançada e não haveria ordem de retirada para tal assalto (LUZADER, 2008, pp. 51-53).

No dia 20 de junho, Schuyler já tinha decidido que Ticonderoga tinha que ser defendida. No entanto, ele não esperava uma defesa absoluta até o último homem. Tropas e material eram mais importantes que terreno, e que aquele terreno especificamente. O forte seria defendido apenas enquanto fosse possível, por isso já existia uma rota de fuga pela margem leste a partir da fortificação do monte Independence e uma pequena concentração de barcos na sua margem do lago, que seguiriam até seu extremo sul em Skenesboro (SAVAS & DAMERON, 2006, p. 96).

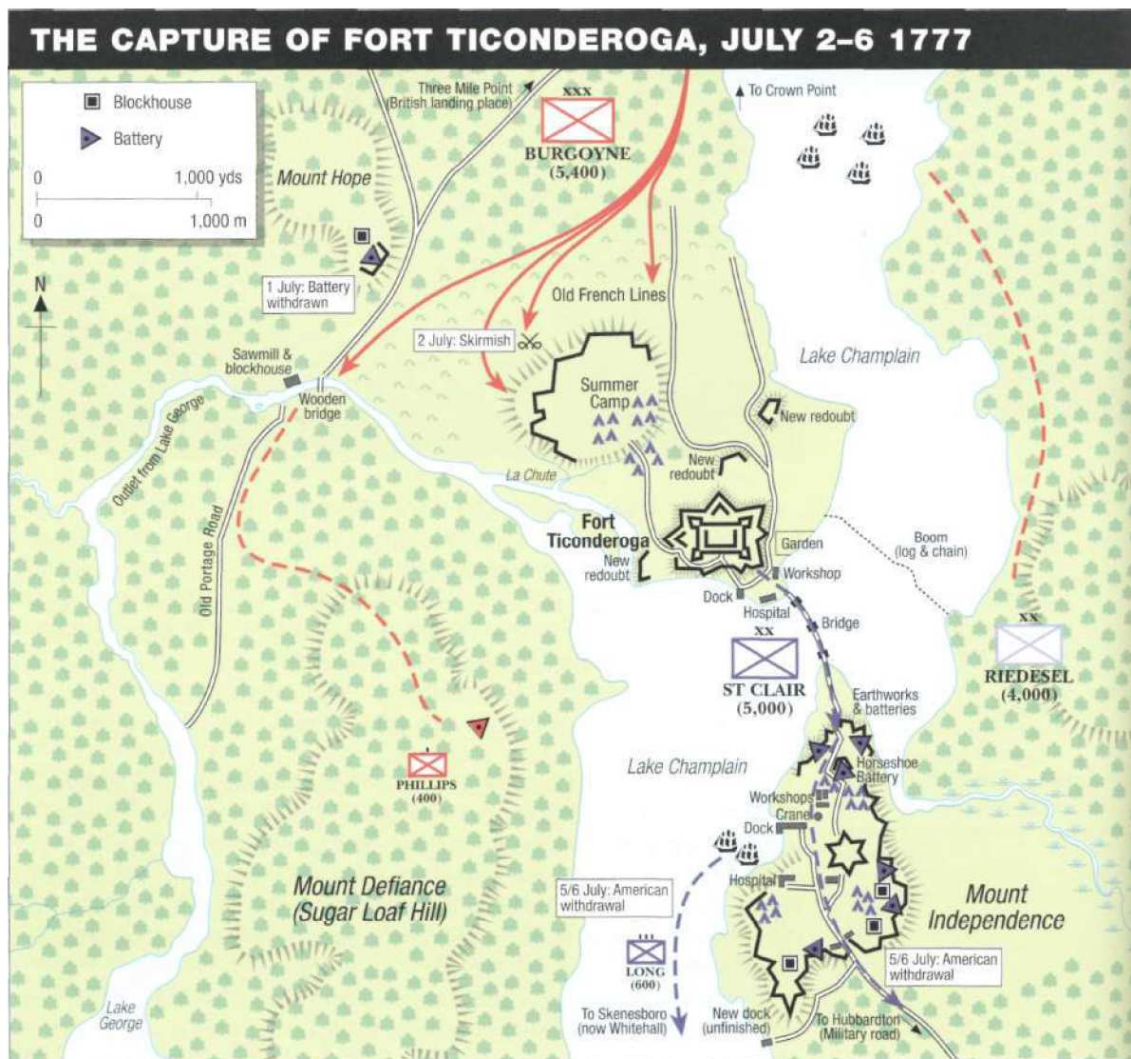
O executor da decisão de Schuyler, General Arthur St. Clair, de fato era subordinado de Gates - comandante do Departamento Canadense. No entanto, Gates raramente visitou o forte, preferindo instalações mais adequadas em Albany. Portanto, ainda que a defesa de Ticonderoga fosse parte importante de um plano de campanha defensiva, as preparações e condições de sua defesa não foram detalhadamente supervisionadas. St. Clair assumiu o posto apenas 15 dias antes da investida britânica e ele fora assegurado das capacidades intransponíveis do forte pelo seu superior imediato – Gates – e pela autoridade política que o empossou – o Presidente do Congresso John Hancock.

Apesar dos esforços de Schuyler, o Forte Ticonderoga estava em condições que o faziam vulnerável a qualquer ação oponente efetiva. Em particular, St. Clair era reticente da possibilidade de dividir tropas, artilharia e munição entre as duas fortificações do lago (WALKER, 1981, p. 105). Havia epidemia entre as tropas e escassez de comida e moral. St. Clair encontrava-se sobrecarregado e surpreso pela força e composição britânica. Por isso, tomado pelo excesso de tarefas ou por falta de perspectiva, ele não deu a devida atenção ao Monte Defiance, que permaneceu desguarnecido (MINTZ, 1992, pp. 142, 143-144).

No dia 4 de julho, Burgoyne enviou um pequeno destacamento para o reconhecimento do Monte Defiance, que o ocupou durante a mesma noite. A engenharia britânica concluiu que era possível o posicionamento de artilharia no cume de tal Monte em 24 horas. Concluíram ainda que embora a distância entre os montes era além do alcance dos canhões, estes ainda poderiam ser empregados contra as linhas de comunicações terrestres e embarcadas das

fortificações, e estas ficariam isoladas. A posição do Monte Defiance era capaz de destruir a ponte flutuante entre os dois montes e controlar toda a atividade de embarcações no lago. Ainda no dia 5, St. Clair entendeu que estava tendo suas linhas de retirada rompidas e tinha que agir rapidamente para salvar suas tropas e coordenou a retirada das tropas pela madrugada (LUZADER, 2008, pp. 53-56).

Mapa 8: A Captura de Forte Ticonderoga.



Fonte: Morrissey, Brendan. 2000. *Saratoga 1777: Turning Point of a Revolution*. London: Osprey Publishing, p. 34.

A Batalha de Ticonderoga foi um enfrentamento virtual. Onde apenas a expectativa e antecipação de números, capacidades e disposições relativas das forças foram suficientes para que um lado cedesse e o outro fosse vitorioso. Registraram-se apenas duas baixas britânicas e nenhuma norte-americana. Apesar do impacto físico praticamente nulo, o impacto moral dessa perda foi tremendo. Haveria revolta por parte do Congresso e a confiança sob Schuyler seria abalada. St Clair sofreu inquérito marcial, e tornar-se-ia um dos renegados da Revolução.

A captura de Ticonderoga parece ter sido o único enfrentamento que Burgoyne realmente planejou com detalhe cada movimento, e naquele que a improvisação teve mais efeito. Adicionalmente na avaliação do comando de Burgoyne, essa batalha foi a primeira evidência do descaso que ele tinha das tropas alemãs, pois serviram no seu plano como bucha de canhão e não tropas de choque, desde que sua preocupação original era a de preservação de tropas (britânicas). Do contrário, se o plano era pela captura da posição através bombardeios e sítio, por que ele estabeleceu os alemães em tal posição de assalto? Expostos a fogo cruzado de artilharia das duas fortificações americanas?

Uma primeira avaliação dessa batalha do ponto de vista americano é que a estrutura de Ticonderoga foi projetada e desenvolvida originalmente pelos franceses na defesa de uma investida de britânicos e seus colonos a partir do sul. Por isso, era vulnerável a uma investida do norte. Segundo, defesa deve ser feita a Schuyler que, desde o fim de 1776, tentou a todo custo suprir os fortes adequadamente, porém ele não foi capaz de mobilizar vontade política suficiente junto aos governados de estado e ao Congresso para o provimento de milícias e material no tempo adequado. De um ponto de vista logístico, isso resultou numa condição de preparo deficiente do Forte Ticonderoga (HUSTON, 1991, pp. 93-94; KETCHUM, 1997, pp. 42-43).

Terceiro, qualquer resistência que ainda fosse possível dependia do controle do Lago Champlain a norte de Crown Point através de uma marinha e artilharia. O Exército Continental não possuía ali e naquele momento tais meios (KETCHUM, 1997, pp. 116-117).

Quarto, a falta de guarnição de Monte Defiance foi uma dos aspectos mais debatidos da guerra revolucionária norte-americana (ver LUZADER, 2008,

apêndice F, pp. 376-377). Do ponto de vista do comando de St. Clair, havia pouco que ele pudesse ter feito. Ainda que dispusesse de uma guarnição - talvez um batalhão de rifles de Vermont - esta seria uma força de sacrifício que não sobreviria a uma investida britânica. De outro lado, mesmo uma preparação com fortificações de campo - como proposto pelo engenheiro-chefe Thadeous Kosciuszko (entre outros, que se alegam terem feito a previsão da ameaça) - não existia tempo nem recursos para preparação de uma fortificação naquela posição.

St. Clair agiu corretamente dentro das condições de possibilidade de seu comando. De fato, sua reação foi uma surpresa a Burgoyne que esperava resistência por um tempo maior. Adicionalmente, St. Clair estabeleceu uma rota de fuga que dificultou a perseguição britânica. A rota de fuga pela margem ocidental do lago Champalin era obstruída pelas posições britânicas no Monte Hope e no Monte Defiance. Já uma rota de fuga lacustre era insuficiente pelo número de embarcações e a possibilidade de serem abatidas pelas melhores embarcações britânicas e por fogo de artilharia do Monte Defiance. A fuga pela terceira rota, como concebida por Schuyler, foi a utilizada. Ela era a mais arriscada, pois demandava a ultrapassagem furtiva de toda a guarnição de Forte Ticonderoga pela ponte suspensa. Apesar disso, dava chances a uma fração menor de perseguidores britânicos, desde que apenas a coluna de Riedesel encontrava-se na margem oriental do lago (LUZADER, 2008, p. 72).

Tanto St. Clair quanto Schuyler foram recriminados por toda suas carreiras militares pelo abandono de Ticonderoga. Curiosamente, Gates nunca foi recriminado da mesma maneira por esse evento. Apenas após o sucesso de Saratoga, houve uma re-avaliação parcial de alguns oficiais e políticos que talvez o abandono de Ticonderoga tivesse sido um golpe fortuito pelas suas conseqüências no curso de marcha e desgaste da força de Burgoyne que culminaria na sua posterior derrota. Essas recriminações feitas a Schuyler ou a St. Clair têm muito mais como base algo que eles poderiam ter feito, sem considerar se isto pudesse ter tido algum efeito, ou foram baseadas no valor simbólico que se dava as fortificações na época. Por isso, a retirada de St. Clair é considerada como acertada e correta (WALKER, 1981, pp. 105-109).

Crítica é possível de ser feita com relação ao primeiro ponto de defesa norte-americana à expedição britânica. Essa deveria ter sido mais ao sul em torno do Forte Edward, pois importaria aos britânicos uma investida por meio de um curso terrestre de mais difícil transporte de artilharia e suprimentos, por meio de florestas e morros. O terreno evitaria que os britânicos chegassem tão prontos para a empreitada de um sítio ou assalto à fortificação. Por sua vez, as forças norte-americanas estariam supridas por uma linha de comunicação mais curta e protegida. A posição em Forte Edward poderia ser suprida pelas vias fluviais do Rio Hudson, não por sistema descontínuo de meios embarcados e terrestres e estaria completamente além do alcance da marinha de Burgoyne. Por último, Forte Edward era uma fortificação menor e mais compatível com a guarnição disponível. Mas Ticonderoga era o “Gibraltar do Norte” e do ponto de vista político presumia-se que todo esforço deveria ter sido feito para sua defesa.

4.3.6.2. BATALHA DE HUBBARDTON, 7 DE JULHO DE 1777.

A batalha de Hubbardton procedeu da perseguição às forças em retirada de St. Clair. Da parte britânica, existiam duas colunas de perseguição. A primeira formada pelo contingente comandado pelo General Fraser, mais avançado, e a coluna alemã sob o general Von Riedesel. Combinados eles formavam uma força de 1.950 soldados – 850 britânicos e 1.100 alemães. A primeira coluna chegou à posição norte-americana em Hubbardton às 0300 da manhã, escoltados por índios e legalistas. Após reconhecimento, o ataque britânico teve início às 0500.

A força de Fraser era formada por um destacamento de dez companhias de infantaria leve britânica (Lorde Balcarres), um outro destacamento de dez companhias de granadeiros (Major Acland) e o 24º regimento de infantaria (Major Grant). Sem muita preparação, Fraser procedeu que essa ordem de marcha seria também a ordem de batalha. Ele seguiria com a infantaria leve pelo flanco esquerdo das posições norte-americanas, os granadeiros pelo flanco direito e o 24º regimento pelo centro.

Como retaguarda de sua força retirada, St. Clair organizou dois regimentos de continentais e quatro de regimentos de milícia sob o Coronel Ebenezer Francis. Pelo meio-dia do dia 7 de julho, restando cinco quilômetros para a vila de Huddbarton, St. Clair deixou para trás um destacamento de ligação para com a sua retaguarda: um regimento de milícia e um batalhão de rifles de Vermont, do regimento dos *Green Mountain Boys*, sob o comando do Coronel Seth Warner. Após o encontro dos dois destacamentos, Warner assumiu comando e decidiu manter posição para salvaguardar a retirada de St. Clair (LUZADER, 2008, p. 60).

A força de Seth Warner era formada pelo 2º Regimento de New Hampshire, o 11º Regimento de Massachusetts e pelo batalhão de rifles do 1º Regimento de Vermont. Ele organizou sua força com o contingente do Coronel Francis na margem da estrada que dava acesso a Zion Hill, especificamente na altura de uma leve elevação fortemente arborizada. No vértice norte da bifurcação, um ponto chamado Sucker Brook, ele posicionou o 2º Regimento. O 11º Regimento foi posicionado na margem sul da estrada na cabeceira norte de Zion Hill e o batalhão de rifles serviu de reserva um pouco mais ao sul do morro, onde ele estabeleceu seu posto de comando. Warner esforçou-se em mobilizar a preparação de piquetes, porém não estabeleceu patrulhas ou postos avançados de observação (LUZADER, 2008, p. 61).

A vitória britânica não foi fácil. Os norte-americanos foram capazes de resitir às investidas britânicas e Fraser dependeu do reforço da vanguarda alemã. Os britânicos tiveram 35 mortos e 150 feridos. Os norte-americanos tiveram 40 mortos, 40 feridos e estima-se 234 capturados, além da perda de 12 peças de artilharia.

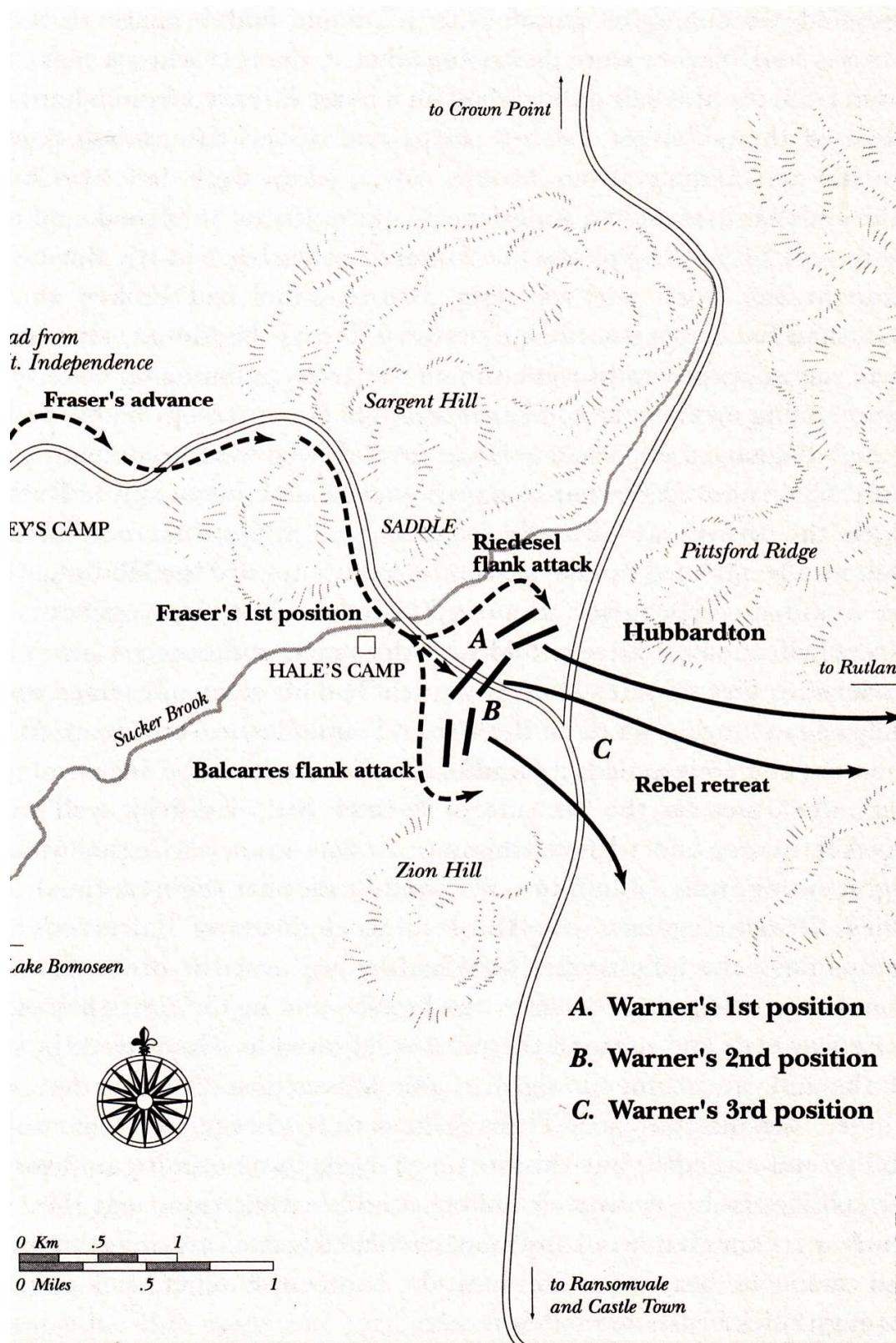
Considerando que a coluna de ataque inicial britânica tinha em torno de 900 soldados e os americanos em torno de 1.000, é interessante constatar que os britânicos não foram capazes de fazer frente a uma força inimiga semi-irregular, em condições numéricas simétricas. Ou seja, a qualidade das tropas profissionais britânicas não foi suficiente para travar enfrentamentos ofensivos com razoável expectativa de sucesso em números equivalentes. Isto é um ponto importante, pois os britânicos sempre se deixaram levar pela expectativa que a

qualidade superior de suas tropas compensaria a desvantagem numérica contra as milícias.

A proporção de baixas de ambos os lados apresenta como a vitória britânica foi apertada, sendo que o número de prisioneiros foi expressão da desistência norte-americana final. E esse resultado apenas se produziu com efeito do uso de tropas alemãs como reserva tática. Portanto, hipoteticamente, se houvesse e prolongamento do enfrentamento apenas entre britânicos e norte-americanos, seu resultado poderia ter sido diferente, com uma taxa de perda maior entre os atacantes.

De um ponto de vista tático, a batalha foi uma vitória britânica. Do ponto de vista estratégico, o destacamento de Warner realizou seu propósito: estancou o avanço britânico e salvaguardou o contingente de St. Clair. Este foi capaz de alcançar Forte Edward no Rio Hudson. A duração e o apertado resultado da Batalha de Hubbardton deram tempo ainda para que os norte-americanos depredassem as pontes e estradas ao sul do campo da batalha. Além desse ponto, os britânicos ficaram estancados por três semanas até que houvesse condições logísticas para a retomada da expedição ao sul, em direção a Albany. Nesse intervalo, haveria a suspensão da ação da campanha, para benefício dos norte-americanos (SAVAS & DAMERON, 2006, pp. 103-105).

Mapa 9: Batalha de Hubbardton.



Fonte: Ketchum, Richard M. 1997. *Saratoga: Turning Point of America's Revolutionary War*. New York: Henry Holt and Co., p. 197.

O plano de enfrentamento de Fraser não teve efeito esperado. A grande superioridade da qualidade das tropas e o efeito surpresa não foram suficientes para equilibrar a desvantagem de terreno, numérica e a melhor prontidão relativa das tropas norte-americanas. Algo particular da Batalha de Hubbardton foi o início do padrão em uso particular das vanguardas por toda a campanha. Ou seja, o emprego das vanguardas descolado do corpo principal da expedição, com improvisação e desesperado na organização e uso de reservas nos enfrentamentos. No longo prazo, isso provocaria um gasto contínuo e irreversível das tropas de melhor qualidade da expedição de Burgoyne.

Se não é possível criticar muito do comando de Fraser no enfrentamento, é de se debater se uma perseguição implacável atendia aos propósitos estratégicos da campanha ofensiva, levando-se em conta a correlação de forças e as vantagens defensivas dos norte-americanos. O principal propósito do plano de campanha de Burgoyne era chegar com força preservada em Albany. E não produzir vitórias em cada circunstância de enfrentamento com os norte-americanos, que contavam com maior reservatório de tropas e podiam atritar a vontade em pequenas escaramuças. Apenas uma grande batalha de efeitos desproporcionais poderia interessar Burgoyne ao abrir o acesso ao sul de maneira definitiva. A expectativa era que isso se desse em Ticonderoga. Como isso não ocorreu, Burgoyne deveria ter tido uma atitude de maior zelo para com sua força e de maior respeito pelas condições severas que sua expedição ainda possuiria a frente. A sua vantagem estava na combinação das tropas britânicas e alemãs. A dispersão destas em colunas de pouca coordenação apenas dava vantagens adicionais a um inimigo mais numeroso, com a vantagem da espera, melhores condições de uso do terreno e do teatro e ainda provido de rifles. Armamentos de combate à distância menos eficazes que cargas de artilharia, mas suficientes na produção de perdas pontuais que no agregado das várias escaramuças tornar-se-iam significativas.

Já o comandante norte-americano Warner arriscou na sua empreitada de aceitar um enfrentamento com os britânicos. Algo comum dos comandantes de Vermont e que ele mesmo repetiria na Batalha de Bennington, ao lado de John Stark. Ainda assim, teve sucesso e mérito no controle de suas forças, principalmente dos rifles de Vermont que continuariam a ganhar reputação.

4.3.6.3. SUSPENSÃO DA AÇÃO, 8 DE JULHO A 7 DE AGOSTO DE 1777.

O plano original de Burgoyne era tomar Ticonderoga com sua guarnição dentro. Com a frustração desse plano, ele tinha a intenção de perseguir St. Clair agressivamente e se colocar entre este e Schuyler. No entanto, o sucesso da fuga de St. Clair por Skenesboro colocou um problema, pois a perseguição numa área como a fronteira entre Canadá e Nova York era difícil pelos limites de mobilidade. Por isso, não era mais possível trazer a guarnição norte-americana de Ticonderoga para uma batalha decisiva. Burgoyne tinha realmente que dar atenção para outros cenários e oportunidades. O estado de incerteza e falta de comunicação com Howe e Clinton levou Burgoyne a hesitar na tomada de uma decisão definitiva.

Burgoyne aponta no seu testemunho ao Parlamento Britânico que considerou três opções de ação a partir de Skenesboro. A primeira era mais arriscada e envolvia empregar sua vanguarda sob o comando de Fraser apoiado com artilharia leve como uma coluna voadora até Forte Edward. Ao mesmo tempo, ele retornaria sua força e a conduziria pela rota do lago George através de uma marcha forçada até Forte George, onde poderia haver suprimentos para que Burgoyne continuasse sua expedição sem grande pausa. A segunda opção era mais conservadora e envolvia retornar toda a sua força até Ticonderoga e impor uma pausa de fato, para reforço dos suprimentos, organização das embarcações, animais de carga e veículos e concentração de suprimentos trazidos do Canadá. Essa opção possibilitaria alguma comunicação com a expedição de St. Leger e talvez com os outros comandantes britânicos. Assim, ele conduziria toda sua força pelo Lago George até o forte de mesmo nome. Sua força marcharia pela estrada na margem oriental do lago e os suprimentos e artilharia seguiriam embarcados.

A terceira opção - a escolhida por ele - era intermediária entre as duas anteriores e envolvia em manter a presença combatente britânica na região de Skenesboro, onde ele poderia angariar legalistas e forragem, e concentrar seus escassos trabalhadores, animais de carga e carruagens no deslocamento da

artilharia e equipamento de campo pesado pela rota do Lago George (LUZADER, 2008, pp. 72-74). A decisão de Burgoyne era apoiada em três premissas. Primeiro, que a trilha por Wood Creek não demandaria grande preparação para a marcha de sua força principal. Segundo, sua pausa em Skenesboro não seria um desperdício de sua força desde que esta poderia se fortalecer com milícias e rendição de ex-revolucionários. Terceiro, os problemas de sustentar uma linha de comunicação tão longa desde o Canadá poderiam ser suavizados pela contribuição ou apreensão de comida e animais localmente.

A opção escolhida de Burgoyne revisava seu plano original. Suas justificativas eram principalmente duas. Por um lado, havia a questão de fazer sensível a presença imperial junto aos legalistas, o que não teria o mesmo efeito no caso de um percurso por uma área menos habitada através da rota do Lago George. Por outro lado, qualquer outra opção de curso tiraria, temporariamente, a ameaça à Nova Inglaterra. Burgoyne chamava a atenção que tal ameaça tinha que ser crível para manter o coração da Revolução na defensiva.

Uma consideração adicional e expediente era que Burgoyne apontava que, devido aos acontecimentos que se seguiram a tomada de Ticonderoga, as embarcações e suprimentos estavam espalhados. Concentrá-las e transportá-las por terra de um lago para outro levaria muito tempo. Isso embasava sua decisão contra a segunda opção de encaminhamento da campanha.

A decisão de Burgoyne de divisão de sua força era ainda parte da tentativa de perseguir a força de St. Clair, ainda que a Batalha de Hubbardton tenha interrompido o impulso de tal perseguição britânica e imposto uma vantagem folgada à retirada dos norte-americanos.

Nesse estágio do estudo da campanha, a decisão e argumentos apresentados por Burgoyne são sujeitos a críticas que argumentam que as outras duas opções eram melhores que a tomada de fato.

Com a relação à primeira opção de condução da campanha, através de uma coluna voadora sob o comando de Fraser, a principal crítica foi feita pelo General Horatio Gates ainda durante a Campanha de Saratoga, antes de sua promoção. Gates apostava que se Burgoyne tivesse tomado essa opção, ele teria utilizado da velocidade do ataque e tomado posições norte-americanas antes que qualquer resistência fosse organizada. O caminho para Albany estava aberto

e Burgoyne poderia tê-la alcançado ainda em agosto, pois não existia preparação para defesa ao sul de Ticonderoga. Todos acreditavam que ainda que Ticonderoga caísse, isso levaria semanas, possivelmente meses. E com esse tempo que as defesas do Departamento Norte seriam preparadas contra Burgoyne. A queda rápida de Ticonderoga e sem perdas britânicas abriu uma janela de oportunidade, pois as defesas estavam totalmente desguarnecidas. Mesmo a informação da queda de Ticonderoga levou dias para ser difundida e digerida entre as linhas norte-americanas.

Entretanto, a crítica de Gates demandava decisões adicionais que possivelmente ele mesmo, com o comando da expedição britânica, não tomaria. Uma vanguarda de dois mil soldados não seria capaz de se manter em operação por muito tempo e contra todos os pontos de resistência norte-americanos, mesmo aqueles guarnecidos por milícias. Tal força ficaria ilhada pelas deficiências das estradas e limitada em provisões. Ainda que no início de julho, as milícias estivessem pouco mobilizadas, era de se esperar que uma vanguarda sob Fraser pudesse sofrer do mesmo destino da vanguarda de Coronel Baum em Bennington, discutido mais adiante. Adicionalmente, portanto, ao envio dessa coluna voadora, o corpo principal da força de Burgoyne teria também que se submeter a uma marcha forçada, abrindo mão de parte significativa de seu peso em artilharia, embarcações, famílias e tudo o mais. O que era fora da realidade, e Gates mesmo - segundo seus biógrafos - possivelmente não se colocaria em condições tão extremas de vida no teatro de operações da fronteira norte dos Estados Unidos, bem como ele não estava presente na defesa de Ticonderoga.

Ainda que essa execução aconselhada por Gates fosse realizável, deve-se considerar sua viabilidade em termos de resultados. Considerando que seria necessário deixar uma guarnição significativa para trás na proteção da linha de comunicação com o Canadá - em torno de mil soldados - e se descontando os 2 mil da hipotética vanguarda de Fraser; da força original de Burgoyne, restariam apenas 5 mil soldados. Essa força poderia chegar a Albany, mas ela seria capaz de ocupá-la? Burgoyne estava abandonado. No mesmo período, Howe estava ausente do teatro de operações e incomunicável porque estava embarcado. Por esse mesmo problema, a guarnição de Clinton dificilmente seria arriscada no apoio de Burgoyne. De qualquer maneira, Burgoyne teria que se

manter em Albany por um bom tempo, talvez até a próxima campanha em 1778, sem reforços e com uma força de 7 mil soldados - somados agora o corpo principal e a vanguarda de Fraser, mas sem considerar baixas que certamente incorreriam – ou se lançar contra a Nova Inglaterra com essa esparsa força.

Deve-se ainda considerar a decisão de Burgoyne levando em conta as informações que tinha à mão, não aquelas que Gates possuía. LUZADER (2008, pp. 72-78) informa que Burgoyne não tinha inteligência adequada sobre as condições de Forte George e da estrada que dava acesso a ele. Ele tinha a impressão que uma progressão pelo Lago George seria vulnerável a operações de irregulares revolucionários devido a seus pontos de conversão entre meios embarcados e meios terrestres nos trechos de transposição dos lagos e a porção terrestre entre eles. Ele parecia não ter idéia das condições da estrada oriental que bordejava o Lago George e superestimava as condições de ação dos norte-americanos naquele setor.

De fato, algo sobre o qual ele possivelmente não era bem informado era que esta estrada era mais segura que a alternativa tomada por Burgoyne através de Wood Creek. Isso porque a primeira estrada tinha seu flanco direito protegido pelo próprio lago e o esquerdo por morros, o que dificultaria a ação de guerrilhas.

Portanto, o que se pode considerar na defesa de Burgoyne é que, de fato, não existiam meios de transporte - embarcações e veículos - para um deslocamento mais rápido por qualquer uma das alternativas existentes de condução da campanha a partir de Skeneboro porque todas elas demandavam um curso descontínuo por trechos embarcados e terrestres.

O mais importante de levar em consideração é que todas as alternativas de curso da campanha ofensiva mencionadas elevaram desproporcionalmente a importância da tomada de Forte Edward, que, de fato, não era a mais importante. A expedição com um todo tinha que ser considerada de um ponto de vista estratégico, por isso havia de se considerar os custos logísticos de um avanço a qualquer preço e o desgaste disso sobre a força combatente. De outro lado, a diminuição da bagagem e do trem de marcha deveria ter sido considerada desde o início. Se a expedição como um todo fosse uma coluna 'quase' voadora, várias das decisões difíceis estariam resolvidas de antemão. Pois, a linha de comunicações britânica não envolvia apenas as dezenas de

quilômetros até Ticonderoga, ou as centenas de quilômetros até o Canadá; ela envolvia milhares de quilômetros desde a Inglaterra. Por isso, a empreitada era extremamente arriscada desde o início.

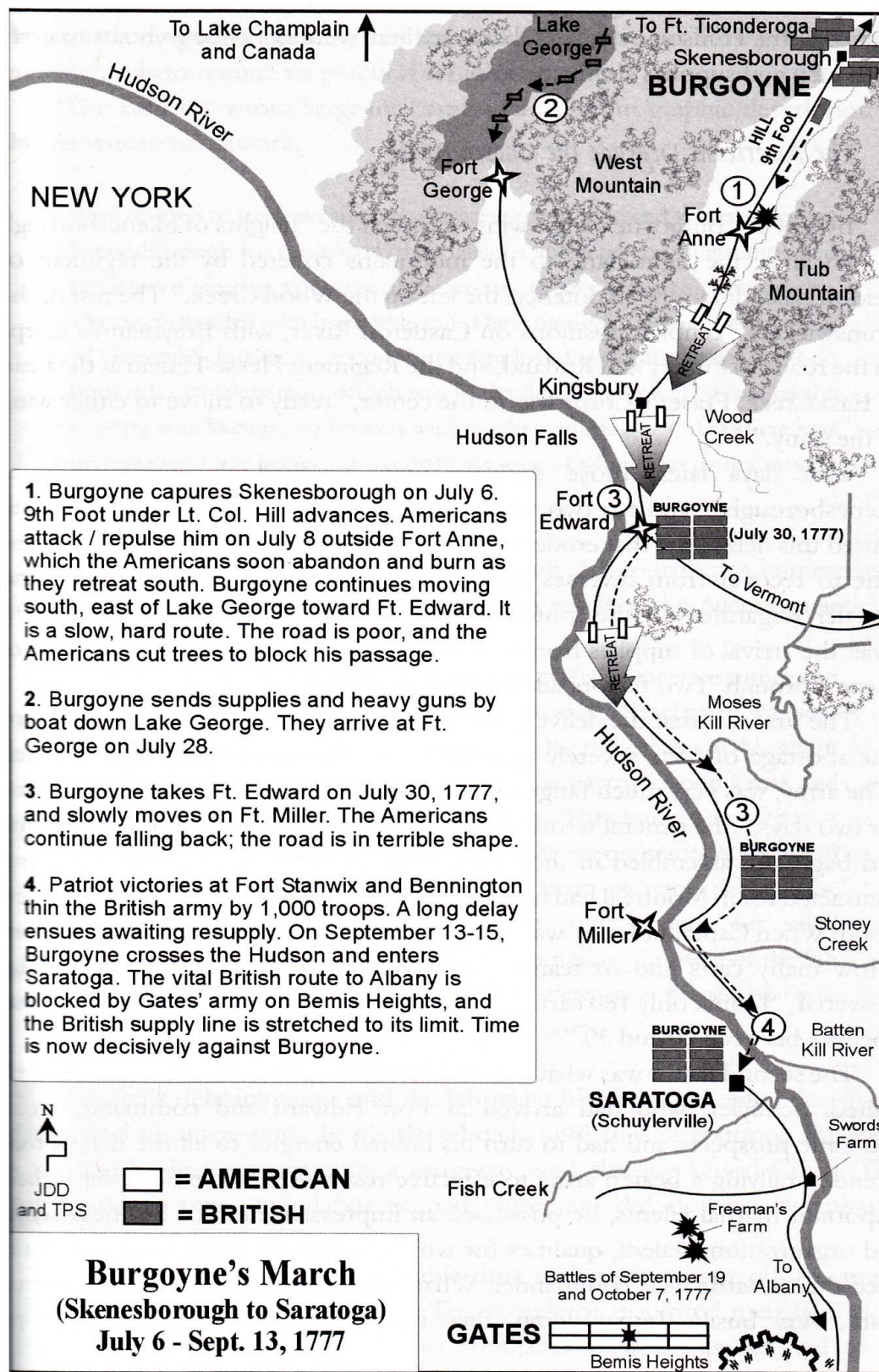
A mais importante avaliação a ser feita é com relação a um sério problema de fins e meios. O grande objetivo da campanha era a junção das forças canadenses com as em operação no teatro das províncias médias, sob Howe. Se esse era o objetivo estratégico principal sobre quaisquer outros, todas as considerações - táticas e logísticas - eram ou deveriam ser subalternas e subordinadas. Burgoyne deveria ter decidido pelo caminho mais ortodoxo e que mais poupasse as tropas - a segunda opção. Porém com o importante adendo de avaliação de suas condições e da viabilidade de sua expedição após a queda de Ticonderoga.

A questão de velocidade e perseguição das tropas de St. Clair seria apenas pertinente, se no objetivo de Burgoyne houvesse a meta: destruir toda e qualquer força revolucionária quanto possível. Essa não era a orientação que ele possuía. A impressão do rei e de Lorde Germain era que a campanha seria um passeio pelo bosque, com algumas escaramuças e policiamento de território e população por onde as colunas passassem. Não havia a perspectiva de grande enfrentamento de campo, apenas da atividade de tomar fortificações na medida do necessário e de se abrir comunicações com o Canadá. Ou seja, não havia a perspectiva de grande resistência ou mobilização contra as forças de Burgoyne. Na medida em que a tomada de decisão teve que levar em conta um oponente relevante, a campanha inteira passou a se distanciar de seu objetivo original. Nesse sentido, não poderia existir meio termo e ambigüidade. Ou Burgoyne era fiel ao propósito original, que ocasionalmente poderia levar à conclusão que ele não era forte o suficiente para uma expedição nas condições presentes, discrepantes daquelas antecipadas. Ou Burgoyne alterava completamente os objetivos estratégicos da campanha, assumindo os riscos e responsabilidades até que o resultado final da campanha estivesse dado. Isto envolvia a primeira opção de curso, aquela criticada por Gates.

A escolha da terceira opção por Burgoyne, na avaliação final, era a pior de todas porque era a mais circunstancial e pela qual ele alterava os objetivos da campanha de maneira ambígua e indefinida. Ele queria conquistar o quer que existisse pelo seu caminho. No entanto, esse não era um objetivo dentro de um

esquema geral de campanha dentro de uma guerra, mas a intenção de se alcançar a glória pessoal. Nesse ponto, é que se explora o aspecto que Burgoyne estava apostando, mas não decisivamente porque sabia que estava arriscando alto. Por esses problemas de julgamento e condução e pela própria correlação de forças, a campanha ofensiva britânica entrava no limiar do ponto culminante do ataque. A expectativa teórica é que Burgoyne não fosse mais capaz de obter resultados estratégicos significativos desse ponto em diante.

Mapa 10: Posicionamento e Movimento de Burgoyne entre Julho e Agosto de 1777.



Fonte: Luzader, John F. 2008. Saratoga: A Military History of the Decisive Campaign of the American Revolution. New York: Savas Beatie, p. 79.

Do ponto de vista da campanha defensiva, havia uma adesão clara e definitiva de Schuyler a uma estratégia de desgaste plena e a conclusão que o Exército Continental não tinha condições logísticas e meios de combate para fazer frente aos britânicos mesmo com o uso de fortificações.

Schuyler apressou-se a Forte Edward para fazer o possível para receber as forças rebeldes em fuga e re-organizar uma defesa contra Burgoyne. Adicionalmente, ele recorreu a medidas expedientes para ampliar as dificuldades que os britânicos já enfrentavam. Ele organizou equipes de lenhadores para derrubar árvores nas estradas e vias navegáveis na área de Wood Creek. Ele ordenou que colheitas fossem queimadas, pontes quebradas e que todos os cavalos, gados e veículos com rodas fossem movidos do alcance de Burgoyne (HUSTON, 1991, pp. 95-97). Ele cedia uma fortificação por vez a Burgoyne e fomentava a ação das milícias nas linhas de comunicações britânicas. Entretanto, o incessante movimento de recuo e retiradas teve efeitos negativos à campanha de Shuyler. Por um lado, as tropas não tinham descanso e eram obrigados a transpor todo material, além da população local. Adicionalmente, a ação indígena tinha efeitos sobre a população local que apoiava a Revolução e existiu um aumento significativo na perda de tropas nas suas escaramuças e incursões. Por outro lado, o efeito moral da condição estratégica rebatia no Congresso Continental, que não era nada satisfeito com a recusa de Schuyler em combater Burgoyne (KETCHUM, 1997, pp. 251-252). E deliberações políticas foram iniciadas para sua remoção.

Assim como Washington, Schuyler alcançou a conclusão pelo desgaste tardiamente. Ainda que inconscientemente, a aposta pela resistência relativa de Ticonderoga foi descabida. Entretanto, a repreensão a Schuyler deve ser moderada, pois qualquer decisão de alteração antecipada da campanha defensiva envolvia na confrontação com o Congresso. Para tal, Schuyler teria que contar com o respaldo técnico de Washington – pouco comunicável e acessível naquele momento - e de Gates, que foi realmente omissor nesse estágio da campanha. Algo grave por parte de Gates desde que, na prática, a campanha defensiva se dava na sua zona de comando. Isso leva a considerações políticas e de avaliação do papel de liderança do Congresso.

Certamente, a confusa atribuição de prerrogativas dos departamentos Canadense e Norte pelo Congresso foi a base de suas próprias lamentações. Pois, criava-se um departamento combatente – o Canadense – e um departamento preparatório – o Norte, sendo a expectativa de enfrentamento em Ticonderoga. A partir do momento que este cenário foi desfeito, não havia uma clara delegação de prerrogativas, pois o Departamento Canadense era Ticonderoga e ele não existia mais com a queda da fortificação. Schuyler socorreu no que fosse possível na medida de suas capacidades. Gates esperou pela oportunidade que surgisse de um novo comando e se omitiu até então.

Pelo lado norte-americano, houve outra mudança significativa. Na primeira semana de agosto, Schuyler recebeu um regimento de 1.200 infantes regulares de Washington, o primeiro reforço resultado da evasão de Howe das colônias médias. Isso permitiu a re-orientação de recursos para Schuyler (KETCHUM, 1997, pp. 279-280). Com isso, e passava a existir equilíbrio na correlação de forças entre os dois lados da campanha.

4.3.6.4. SÍTIO DE STANWIX, 4 DE AGOSTO E BATALHA DE ORISKANY, 6 DE AGOSTO DE 1777.

Do ponto de vista da campanha ofensiva, a coluna do Coronel Barry St. Leger partiu do Canadá em 23 de junho. Ela seguiu embarcada de Montreal pelo Lago Ontário, desembarcou no Forte Oswego e seguiu por uma trilha de 120 quilômetros, o que demandou uma semana de marcha. Em 4 de agosto, após um mês e meio de viagem, o pequeno exército de St. Leger chegava às proximidades de Forte Stanwix. Sua expedição era composta por 2 mil soldados: 340 infantes britânicos e *jäegers* alemães, 650 milicianos legalistas e canadenses e mil índios, além de quatro pequenos canhões, quatro morteiros e provisões para seis semanas.

Do ponto de vista da campanha defensiva, Forte Stanwix foi preparado segundo ordens de Schuyler desde o fim de 1776. Por isso, a posição era reforçada e relativamente bem abastecida. O comandante era o Coronel Peter Gansevoort e sua guarnição era de 750 soldados, o suficiente para proteger toda a murada da

fortificação. A longa marcha de St. Leger foi detectada por índios amigos dos norte-americanos que os informaram. Em preparação, a milícia do estado de Nova York foi acionada sob o comando do General Nicholas Herkimer. Este organizou um destacamento de reforço às tropas continentais de 800 milicianos no Forte Dayton, a 50 quilômetros de Forte Stanwix. Portanto, totalizando uma força norte-americana total de 1.600 soldados.

No dia 5 de agosto, com o sítio de Forte Stanwix já em andamento, Herkimer estabeleceu acampamento provisório a 30 quilômetros e enviou mensageiros a Gansevoort para coordenar alguma operação. Entretanto, esse destacamento foi detectado por patrulhas britânicas que possibilitaram St. Leger se preparar para interceptá-lo no dia 6 de agosto.

O ponto de emboscada britânico foi bem escolhido. A vanguarda do destacamento norte-americano foi abatida pelo fogo da milícia legalista, em posições bem protegidas. O destacamento norte-americano foi interceptado com grandes baixas, 150 mortos e 250 feridos incluindo Herkimer, e seus sobreviventes retornaram a Forte Dayton (BROOKS & HOHWALD, 1999, p. 73)⁷¹.

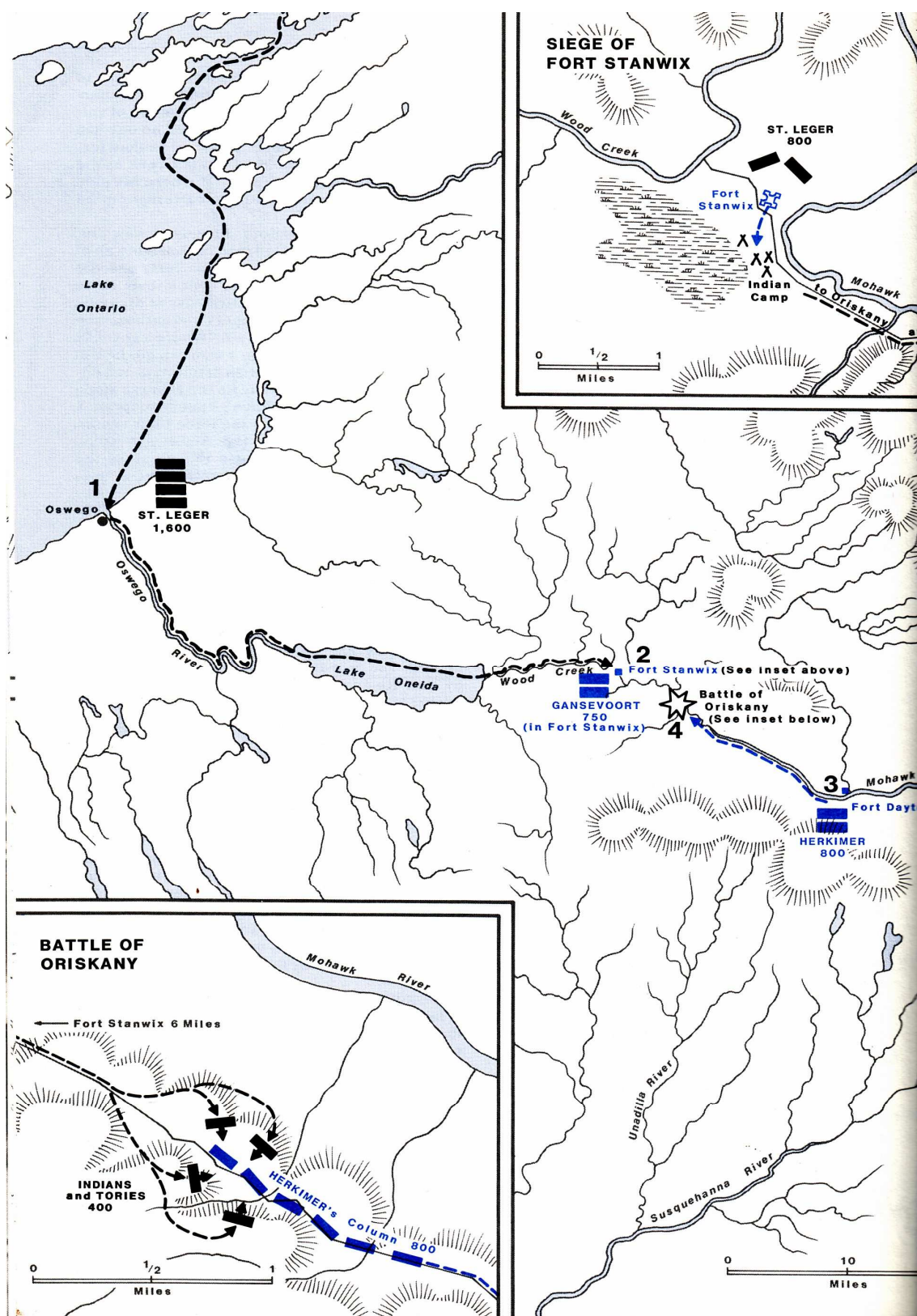
Do ponto de vista tático, batalha de Oriskany foi uma vitória britânica e suas baixas foram pequenas: 150 entre mortos e feridos. Porém, ela não teve efeito sobre a guarnição norte-americana que foi capaz de se manter por mais um mês. No dia 10 de agosto, Schuyler - estacionado em Stillwater - enviou uma força de resgate formado por 900 regulares e com seu melhor comandante-de-campo: o General Benedict Arnold. Este destacamento era possível desde que existia a suspensão das atividades por Burgoyne no centro do teatro de operações. Arnold chegou à área de Stanwix pelo dia 23 de agosto. As forças britânicas estavam esgotadas e mal aprovisionadas. Por isso, quando informado do

⁷¹ Um evento adicional, que não é totalmente crível, foi o desengajamento das forças indígenas. Narra-se que uma sortida de 200 soldados da guarnição de Stanwix foi capaz de furar o sítio de St. Leger e saquear o acampamento indígena, como medida de provocar confusão entre estes. Vinte e um vagões de suprimentos foram destruídos. Mesmo em combates corpo-a-corpo a 3,5 quilômetros de distância, os índios da batalha de Oriskany de alguma forma foram informados e abandonaram a batalha em favor de salvar seus pertences (BROOKS & HOHWALD, 1999, pp. 72-73).

segundo resgate norte-americano, St. Leger desengajou de Forte Stanwix e foi obrigado a recuar de volta ao Canadá, parte de seu contingente de regulares foi enviada a Ticonderoga.

Com o fim da ameaça da segunda coluna britânica, Arnold reduziu a guarnição dos fortes Stanwix e Dayton e retornou com uma brigada de 1.200 soldados (SYMMONDS, 1986, pp. 42-43; SAVAS & DAMERON, 2006, pp. 103-108).

Mapa 11. Sítio de Stanwix e Batalha de Oriskany.



Fonte: Symonds, Craig, e William Clipson. 1986. *A Battlefield Atlas of the American Revolution*. Baltimore: Nautical & Aviation Publishing, p. 42.

De pontos de vistas logístico e estratégico, a posição de Forte Stanwix impunha um bloqueio e uma ameaça a qualquer força em trânsito pelo Vale Mohawk. No entanto, o avanço de St. Leger teria ainda que fazer frente a Forte Dayton que se encontrava, em condições logísticas, táticas e estratégicas similares a de Stanwix (SAVAS & DAMERON, 2006, pp. 104-105).

A expectativa britânica era encontrar Stanwix despreparada e com uma diminuta força, talvez 60 soldados. Por isso, seria facilmente tomada ou poderia ser perpassada sem oferecer grande ameaça a retaguarda da coluna de St. Leger, que poderia prosseguir na sua diversão e junção com Burgoyne. O choque com os fatos levou St. Leger a um dilema, pois suas provisões e artilharia não eram suficientes para um sítio, nem um assalto. Ele decidiu manter posição enquanto possível e tentar blefar por uma rendição da guarnição norte-americana.

Ainda que em um ambiente proporcionalmente menor, St. Leger foi mais prudente que Burgoyne. Sua expedição era precária e ela não foi planejada para fazer frente a uma oposição simétrica. A partir do momento em que não existia qualquer expectativa de sucesso tático e estratégico, ele acertadamente abandonou sua missão.

Pelo lado da campanha defensiva, a decisão de Schuyler de reforçar Stanwix e depois resgatá-la foi acertada. Naquele momento, sua força estava novamente com baixo contingente - algo em torno de 4.500 soldados - por conta do encerramento dos contratos de serviço das milícias e existia a maior proximidade de Burgoyne, posicionado em Forte Edward. Mesmo assim, ele julgou que existia tempo e condições para a empreitada, o que teve um impacto estratégico significativo a favor da campanha defensiva. Com a retirada de St. Leger do teatro de operações, o governo e a população de Nova York puderam concentrar recursos na oposição a Burgoyne.

4.3.6.5. BATALHA DE BENNINGTON, 16 DE AGOSTO DE 1777.

Ao início de agosto, quando Burgoyne ainda estava estacionado em Forte Edward e não tinha provisões o suficiente para seguir a diante, havia a

necessidade de se esperar pela concentração de provisões trazidas do Canadá. A principal falta era por de meios de transporte – embarcações pequenas, animais de tração e carroças - desde que muitos foram perdidos no deslocamento da força e seu material a partir de Forte George e de Skenesboro. Burgoyne desejava acelerar este estágio de preparação através do emprego de um destacamento para forragear na região leste de sua posição, pela área de Vermont, que ele julgava abundante em comunidades agrícolas e de pastagens e desguarnecida de forças norte-americanas.

Além de forragear, a intenção de Burgoyne para o destacamento era de criar uma diversão. O plano era a aplicação de um destacamento que deveria marchar até Manchester com os objetivos de contra-insurgência, recrutamento de legalistas, confiscação de montarias para os dragões alemães e animais de carga e provisões para a expedição. Com todas essas forragens, o destacamento devia fazer um curso de reconhecimento através de Rockingham, próximo ao Rio Connecticut: onde tal destacamento deveria montar um posto e averiguar sobre as condições de resistência popular e depois seguir sul através de Battleboro em direção a Albany, onde provavelmente o próprio Burgoyne já estaria com o restante do exército. Essa missão envolvia o percurso de 380 quilômetros e a operação do destacamento descolado do exército principal por vários dias.

Burgoyne instruiu explicitamente que era necessário fazer tudo que fosse possível para que a incursão fosse tomada como uma vanguarda do seu exército e criar a impressão que este estivesse em direção a Springfield em Massachusetts para junção com o corpo britânico posicionado em Rhode Island. Dessa maneira, ele esperava que as tropas inimigas se concentrassem nessa área, enquanto seu corpo principal se dirigisse para Albany. Burgoyne fazia cálculos com relação às reações do general oponente – que, a esta altura, ele julgava ser Benedict Arnold. Ele antecipava que a diversão obrigaria Arnold a mover toda a sua força para contrapor a pretensa vanguarda em direção à Nova Inglaterra. Isto porque ele confiava que o sítio de Stanwix estava em andamento e certamente Arnold já haveria enviado reforços para lá. Portanto, sua força norte-americana remanescente não estaria forte o suficiente para enviar apenas um destacamento contra a “vanguarda” de Baum. Esse estratagema abriria o percurso até Albany.

Assim, em 4 de agosto, em consulta com o general alemão von Riedesel, ele organizou um destacamento a partir de um apanhado de unidades que ele não julgava imprescindíveis: 350 alemães, 50 soldados de infantaria leve britânicos, 300 milicianos (sendo metade locais recém-alistados), 56 canadenses e 100 índios. Isso totalizava uma força de 750 soldados sob o comando do Coronel alemão Frederick Baum (KETCHUM, 1997, p. 292).

No dia 9 de agosto, o destacamento de Baum marchou para Forte Miller. No dia 10, Baum recebeu atualização de instruções. Burgoyne recebeu informação de legalistas que existia um depósito em Bennington, que seria onde os rebeldes haviam concentrado sua própria forragem da região. Não eram estimados com precisão os números da força de guarda, mas não existia a expectativa de grande resistência.

Por parte dos norte-americanos, a presença britânica já era uma ameaça para a população da fronteira comum das colônias de Nova York e Nova Inglaterra desde meados de julho, em razão do terror indígena e das operações contra-insurgentes britânicas. Essa região interior comum era a recém-proclamada República de Vermont, um estado independente formado em 8 de junho de 1777 e com sua questão jurídica e de soberania pouco resolvida com o também recém-criado Estados Unidos⁷².

Em 18 de julho, organizou-se uma reunião geral da assembléia do governo de New Hampshire em Exeter com a proposta de compor uma nova milícia em combinação com as forças da mais nova república. Como resultado, concedeu-se dinheiro e autoridade para que, o antes coronel do Exército Continental, e agora General John Stark organizasse tal força e a liderasse. A força de Stark contava com 1.800 milicianos de New Hampshire e 300 rifles de Vermont. Esta seria reforçada pelos veteranos da Batalha de Hubbardton sob o comando de Seth Warner: 150 soldados regulares e mais 200 atiradores de rifles (MORRISSEY

⁷² A proclamação do novo estado de Vermont deu-se em meio aos conturbados eventos revolucionários. Provavelmente, esse ambiente contribuiu para que este novo Estado fosse revolucionário desde sua constituição: o primeiro a proibir a escravidão em sua constituição. Posteriormente, foi aceito como o 14^a estado norte-americano em 1791. Até então tinha a maioria das funcionalidades de um governo independente.

2000, 25-26). Stark teria uma força de, pelo menos, 2.500 soldados. No entanto, não existe constatação precisa, do contingente norte-americano final, principalmente porque muitos autores tendem a diminuir a vantagem numérica para engrandecimento dos feitos.

Em 13 de agosto, Stark recebeu a informação da coluna de Baum marchando em destino a Bennington. No mesmo dia, houve o contato entre patrulhas das duas forças.

A coluna de Baum tinha a informação de que a milícia em Bennington era recém formada e que provavelmente não faria frente aos alemães. Baum era consciente da vantagem de Stark, mas era confiante na capacidade combatente superior de suas tropas. Decidiu não se retirar e estabeleceu posição para o enfrentamento numa colina dominante a leste da vila. Uma pequena posição fortificada foi estabelecida na estrada de acesso a Bennington, no ponto de que ela atravessava o Rio Hoosick. Ainda no dia 13, enviou mensagem a Burgoyne, pedindo reforços. Burgoyne encaminhou uma força de resgate no dia 14, composta por uma companhia de rifles britânicos, um batalhão de infantaria e granadeiros alemães e dois canhões de seis libras - totalizando 600 soldados - sob o comandante do Coronel Breymann, também alemão.

Stark, por sua vez, de pronto ordenou a junção das forças de Warner em Manchester sob seu comando, que chegaria com seus 350 soldados apenas no dia da batalha. A impressão do comandante americano era ainda baseada nos boatos originais de Burgoyne, que o destacamento alemão de Baum era uma força de vanguarda, e que essa seria reforçada em breve pelo exército de Burgoyne. Por isso, Stark decidiu atacar quanto antes e arriscar no desbaratamento do avanço britânico para Vermont.

Stark formulou o plano de enfrentamento de um ataque em envelopamento triplo: (i) faria uma distração à posição fortificada com 200 soldados e à posição na estrada com outros 100; (ii) 200 soldados milicianos atacariam através de um longo arco contra o flanco inimigo esquerdo; (iii) o ataque ao flanco direito de Baum seria por 300 soldados, sendo uma parte de atiradores de rifles. (iv) por fim, Stark ficaria como uma reserva de mil soldados, que avançariam apenas após o início dos ataques das duas outras colunas. Stark pretendia fazer uso de sua superioridade de números. Levava ainda em conta o fato de que

provavelmente suas tropas não teriam capacidade de uma disputa frontal ortodoxa de linha-de-fogo contra linha-de-fogo contra os soldados profissionais, em especial contra as unidades de alto desempenho alemãs testemunhadas em Hubbardton (KETCHUM, 1997, pp. 303-304; LUZADER, 2008, pp. 102-104).

O destacamento de Baum foi quase inteiramente perdido. Apenas em torno de 20 soldados escaparam, sendo mais de 200 mortos.

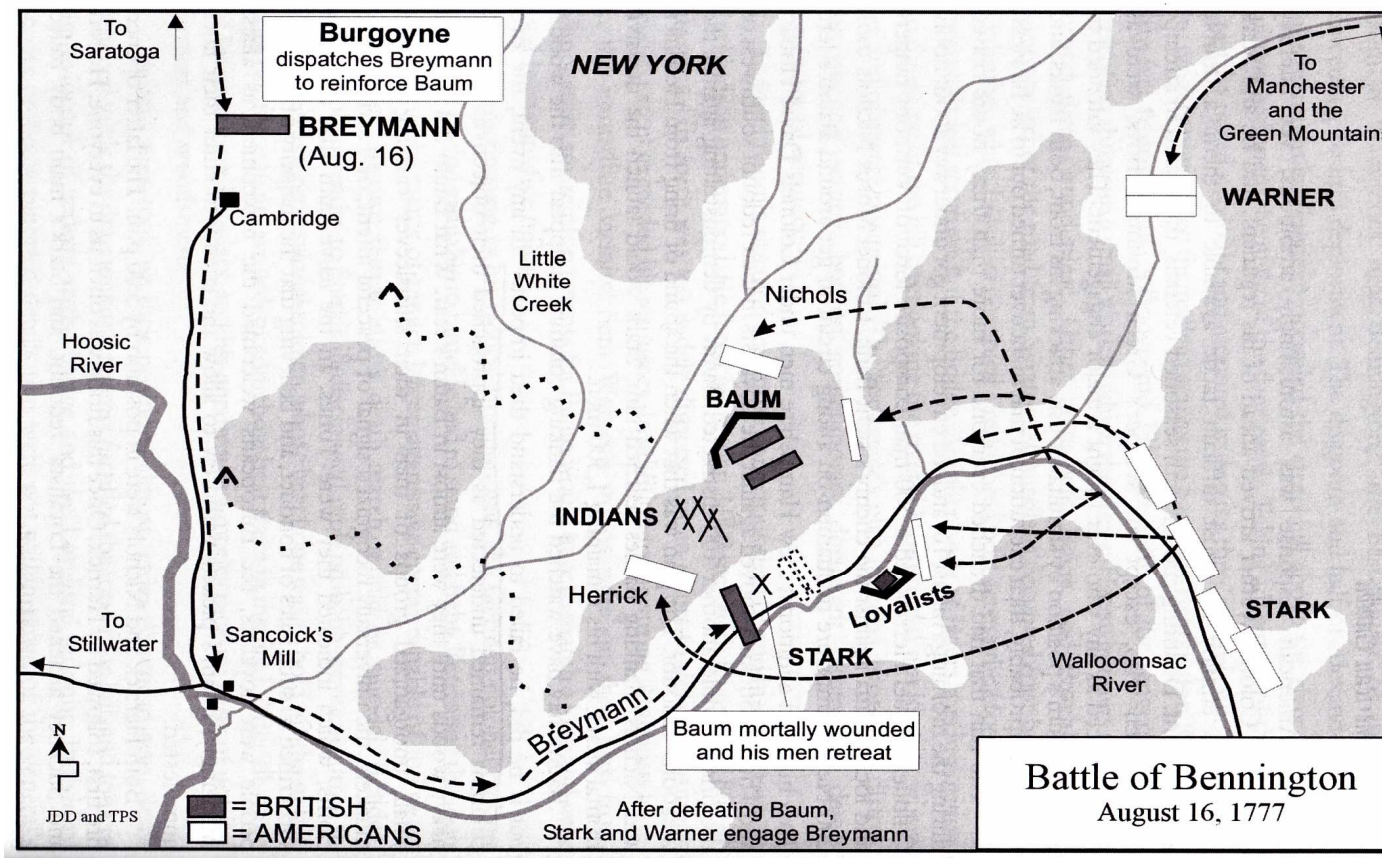
A força de reforço do Coronel Breymann chegou quando a batalha já havia encerrado e se procedia na organização e saque dos prisioneiros, feridos e mortos. Os contingentes de norte-americanos estavam bastante dispersos pela pilhagem da posição alemã. Porém, como é relativamente comum nas batalhas, um contingente considerável de milícias locais e da Nova Inglaterra cercavam o campo de batalha pela pilhagem e louros da vitória. Iniciou-se um segundo enfrentamento. As milícias norte-americanas foram comandadas por Coronel Warner, que chegou ao campo de batalha a galope a frente de seu regimento e teve papel importante no comando de uma linha defensiva até que Stark reorganizasse sua própria força. Em tal desvantagem, Breymann deu toque de retirada. Stark impediu que a perseguição se estendesse para além do campo de batalha de Bennington, pois temia mais perdas que ganhos na perseguição de uma vanguarda em encontro com o corpo principal do exército de Burgoyne (KETCHUM, 1997, pp. 314-319; SAVAS & DAMERON, 2006, pp. 108-113; LUZADER, 2008, pp. 93-94; 101-103, 111).

Do destacamento de resgate de Breymann, houve a baixa de mais de 200 soldados: 20 mortos, 147 'perdidos' e 71 feridos.

A perda total de Burgoyne com essa batalha foi em torno de mil soldados, além da perda de um número significativo de armamentos e bagagem. Deve-se ainda ter uma apreciação mais ampla e qualitativa das perdas de Burgoyne nessa batalha: companhias inteiras de granadeiros, infantaria leve e de atiradores de rifles britânicos. Unidades de mais alto valor combatente e que já eram escassos e desgastados pela expedição. Burgoyne perderia em torno de 15% de sua força na Batalha de Bennington, mas uma fração muito maior de suas melhores e mais veteranas tropas (HOFFMAN, 1982, p. 227). Ele passaria ter menos de 6 mil soldados efetivos.

Do lado norte-americano, houve a perda de 300 soldados. Considerando que a força de Stark provavelmente chegou a quase 3 mil soldados ao final do dia 16, a perda foi baixa (LUZADER, 2008, pp. 111-113, 378-379).

Mapa 12: Batalha de Bennington.



Fonte: Luzader, John F. 2008. Saratoga: A Military History of the Decisive Campaign of the American Revolution. New York: Savas Beatie, p.106.

A Batalha de Bennington pode ser considerada a mais importante da Campanha de Saratoga, pois foi aquela que confirmou a inferioridade de condições de combate da expedição britânica e a alteração no equilíbrio de forças, a partir de quando as forças norte-americanas passariam a ficar mais fortes a cada dia, e as de Burgoyne mais fracas. O impacto no moral das forças britânicas foi alto, mais especialmente no contingente alemão. A partir de Bennington, passou a haver tensão e atrito entre as unidades e deserção, principalmente de milicianos, canadenses e índios.

A decisão pela incursão de Baum foi uma das piores feitas por Burgoyne. Seu plano era fora de proporção e é de se considerar qual era o seu estado psicológico naquele momento, e em diante. O envio de uma incursão que revolvesse todos os seus problemas - logístico e estratégico - apenas pode ser compreensível como consequência de um estado de desespero ou ilusão. Certamente, as condições de possibilidade da campanha como um todo começavam a ficar desesperadoras. Ele tinha extremas dificuldades de movimentação e sustentação da sua força pela retaguarda, que iniciavam a ter efeito significativo na capacidade combatente das forças, mas, sobretudo, sobre a perspectiva futura de uma marcha por áreas mais interiores e com maior grau de resistência oponente. Por isso, ele arriscou suprí-las pela vanguarda (MACKSEY, 1993, pp. 133-134). Algo que se adiciona na avaliação de censura à capacidade de julgamento de Burgoyne era sua expectativa de ser capaz de imprimir uma marcha espetacular enquanto a incursão de Baum ocorresse, de maneira que sua força principal alcançaria Albany até o fim de agosto. Tal percurso envolvia uma distância duas ou três vezes maior do que ele havia percorrido entre o Lago Champlain e Forte Edward e, novamente, com o prognóstico de mais enfrentamentos à frente.

Neste ponto em particular, Burgoyne era completamente ignorante de sua condição estratégica. Ele não tinha a menor idéia sobre os números e as posições das forças norte-americanas. A partir desse momento, o abandono da expedição de Burgoyne dos outros comandos britânicos na América passou a ter seus efeitos. Ele não tinha inteligência sobre nada o que estava ocorrendo. Howe estava fora do teatro de operações, os norte-americanos utilizavam de linhas interiores e se concentravam contra a sua força. Em particular, algo que

Burgoyne não tinha compreensão, bem como seus suseranos em Londres, era sobre a composição social da resistência armada norte-americana. A constituição da força de Stark em um mês - sem a intervenção do Congresso Continental, Washington ou qualquer instituição governamental central - era imprevisível e incompreensível. O povo em armas se reproduziu exemplarmente em Bennington e seria fatal desse ponto em diante à campanha de Burgoyne.

Algo particularmente interessante no plano de Burgoyne foi seu efeito nas expectativas e decisões dos dois comandantes do enfrentamento. Baum tinha seu julgamento governado pela expectativa de Burgoyne que os oponentes à frente eram camponeses mal armados e que se dispersariam através de uma ação mais similar a uma operação constabular. Stark, por sua vez, levou a sério a expectativa que a expedição de Burgoyne estaria avançando à Nova Inglaterra através de Vermont. A decisão de permanência de posição por Stark pode ser julgada como prudência e aplicação estrita de sua prerrogativa, a defesa ao território de sua república - Vermont - não do território de outro estado - Estados Unidos. Stark se manteve na “fronteira” do seu país, defendendo-a.

Algo que deve ser destacado foi a subestimação por Burgoyne e Baum das forças oponentes. Não apenas de seus números, mas de sua qualidade e força moral. Uma parte importante das tropas que se alistaram a Stark eram, como ele, veteranas da Guerra dos Sete Anos, habilidosos no manejo do rifle de cano longo, de precisão e alcance de tiro muito maior que os mosquetes alemães. Eram homens da fronteira selvagem da América do Norte, com condicionamento físico equivalente ou superior dos soldados profissionais alemães. Além disso, eram tropas defendendo as suas posses e famílias. Por isso, iam de encontro ao enfrentamento despidos de moderação: seja combatente, pois odiavam quem tentava tomar suas propriedades; seja de provisões, pois essas tropas carregavam o mínimo de provisões e eram muito mais resilientes aos desconfortos do terreno, como chuva, frio e vegetação (LUZADER, 2008, p. 100).

Por fim, algo que Burgoyne e Baum não contavam foi que os norte-americanos pudessem contar com comandantes superiores que eles mesmos. Essa arrogância européia foi determinante para os resultados de Bennington e da campanha. Desde que a conduta da guerra não é uma ciência, mas uma arte, era

plenamente possível que Stark fosse um soldado com mais experiência marcial e atributos que o fizessem um general melhor que seus opositores.

A qualidade de Stark para a liderança em enfrentamentos decisivos já havia sido registrada em batalhas anteriores. Entre essas qualidades, incluí-se sorte: a presença de Stark no caminho de Baum sem qualquer antecipação britânica. Stark poderia ter decidido por avançar contra o flanco esquerdo de Burgoyne antes que tivesse notícia da incursão de Baum. Ademais, seu plano e execução de um ataque foi exemplar e muito lembra a Batalha de Cannae. Ou seja, sobre um inimigo capaz de lutar apenas numa única frente, impor o combate em quatro. O principal resultado foi uma vitória de grandes efeitos, ganhos e brilho⁷³. Por fim, a presença de Seth Warner, seu regimento e das milícias teve o papel importante de contingente de reserva, sem a qual a força de Stark talvez não tivesse a capacidade e a oportunidade para fazer frente ao segundo enfrentamento contra o avanço de Breymann (LUZADER, 2008, pp. 112-113).

4.3.6.6. SUSPENSÃO DA AÇÃO, 16 DE AGOSTO A 18 DE SETEMBRO DE 1777.

Não houve decisão por parte de Burgoyne até início de setembro de 1777. Já existia uma cabeça-de-ponte na margem ocidental do Hudson pela guarda avançada de Fraser desde o dia 17 de agosto, quando Burgoyne foi informado dos resultados da Batalha de Bennington. Ele sabia que não era mais forte que os norte-americanos. Inicialmente, ele esperava que a coluna de St. Leger pudesse desempenhar tal feito. Esta também poderia ter efeito político na mobilização de milícias legalistas. Com a frustração dessa possibilidade, informada a Burgoyne apenas no início de setembro, ele passou a considerar ter que pedir socorro a Henry Clinton na cidade de Nova York. Nesse momento, ele possuía três opções de encaminhamento da campanha.

Primeiro, existia a possibilidade de reunião das provisões necessárias e retornar para Ticonderoga abandonando a campanha.

⁷³ Sobre Cannae, ver DELBRÜCK (1990b, pp. 366-368).

A segunda opção de decisão era a estrada pela margem oriental do Hudson até a altura da cidade de Albany, onde ele poderia fazer a transposição do rio. Essa rota tinha a vantagem de ser uma estrada com expectativa menor de oposição no seu curso, mas tinha a desvantagem do ponto de transposição ser mais largo e profundo e seria onde o oponente estaria esperando em grande vantagem de terreno. A terceira opção era a estrada ocidental que demandava a transposição antecipadamente do rio na altura de Forte Miller. Essa transposição era mais fácil que a anterior, mas certamente envolveria o enfrentamento com o oponente em algum ponto no caminho, possivelmente também em uma forte posição defensiva. Desde que Burgoyne não possuía mais índios e capacidade de reconhecimento, ele não sabia onde o oponente estaria. De qualquer maneira, ele reconhecia que a decisão por uma das duas últimas opções implicava na impossibilidade de retorno.

No dia 10 de setembro, Burgoyne decidiu pela terceira opção. Sua força havia sido capaz de reunir provisões para quatro semanas através de racionamento, transporte de provisões de todas as posições desde Ticonderoga e do uso das provisões que eram reservadas para a força de St. Leger. A força de Burgoyne após a derrota de Bennington contava com 6.600 soldados, porém com o reforço das guarnições em Ticonderoga, Skenesboro e fortes George e Anne sua força efetiva foi elevada para 7.346 soldados (MINTZ, 1992, p. 177). No dia 13, iniciou-se a travessia. No dia 15, a ponte sobre o Hudson foi desmantelada (KETCHUM, 1997, pp. 340-342).

A principal avaliação a ser feita é que Burgoyne colocou-se numa condição além do ponto culminante do ataque e dentro do limiar do ponto culminante da vitória. Ou seja, a força de Burgoyne não era mais capaz de prover ganhos estratégicos positivos, mas agora colocava em risco perder tudo o que tinha conquistado até então e a própria integridade de sua força. No entanto, o ponto culminante é uma expectativa teórica e não uma lei natural. Ainda existia a possibilidade pela qualidade de uma decisão de comando e das tropas britânicas de retrocesso dessa tendência, ou sua aceleração pela intervenção do(s) comandante(s) e forças oponentes.

A questão era que seu opositor contava com um comandante que o conhecia pessoalmente e contra uma força combatente que se concentrava com recursos

re-alocados de Nova York em decorrência do encerramento das operações no extremo oeste de Nova York, da Nova Inglaterra motivada pelo impacto da vitória de Bennington e de Washington pela suspensão das operações de Howe nas colônias médias.

No caso da campanha defensiva, os resultados de Bennington chegaram depois da decisão do Congresso pela substituição de Schuyler. Sua queda foi pelas conseqüências políticas da invasão de Burgoyne sem resistências - perceptivelmente - significativas e pelos danos provocados pelo terror indígena (KETCHUM, 1997, p. 336). Horatio Gates assumiu a posição de Schuyler em 19 de agosto de 1777 quando a glória de Bennington e o fracasso da expedição de St. Leger em Forte Stanwix eram conhecidos apenas no Departamento Norte. Nesse estágio, Gates contava com o dobro de forças que Schuyler tinha ao início da campanha defensiva. Tão importante quanto, ele herdou uma estrutura administrativa com capacidade operacional acima da média.

Nas ilhas Van Schaicks, Gates contava com uma força de 4 mil soldados efetivos que ele organizou em quatro brigadas de 14 regimentos, sendo 11 deles da Nova Inglaterra. Ele seria reforçado por três regimentos continentais e três de milícias de Nova York e pelo regimento de 600 rifles de Daniel Morgan e um batalhão de infantaria leve recém-formado, sob o comando de Henry Dearborn, enviados por Washington (KETCHUM, 1997, pp. 345-346; LUZADER, 2008, pp. 186-187). Finalmente, o General Arnold retornaria de Forte Stanwix com uma força equivalente a uma brigada. Ao final do mês de julho e começo de agosto, Gates contaria com uma força de 6.000 soldados efetivos de um total de 8.300 (LESSER, 1976, p. 49).

Com essas adições, existia a alteração na correlação de forças no teatro de operações a favor dos norte-americanos e com uma tendência que isso continuasse. Adicionalmente, Gates tinha consciência que as circunstâncias eram que Burgoyne tivesse a necessidade de atacar em desvantagem de posição, terreno, sem linha de retirada e com uma força desmoralizada, esgotada e com casos de deserção.

Gates conhecia Burgoyne pessoalmente de seus tempos de oficial britânico. Gates comunicou seu plano ao presidente do Congresso John Hancock de colocar Burgoyne em situações de arriscar por batalhas em condições

desfavoráveis, pois ele sabia que Burgoyne aceitaria. Portanto, seu plano de campanha seria o mais prudente possível. Gates se sentaria sobre o sistema de resistência criado por Schuyler e esperaria sua força aumentar a cada dia e a de Burgoyne decrescer (GRIFFITH II, 2002, p. 410). Ele respeitava a disciplina de fogo e a habilidade de choque das forças britânicas, por isso evitaria batalhas em campo aberto e apenas atacaria em oportunidade de sorte ou erro de Burgoyne. Nesse interlúdio, ele iria incrementar sua posição em algum ponto ao sul de Stillwater em Saratoga com fortificações de campo e na escolha de posições que impusessem a iniciativa e os dilemas da ação a Burgoyne: um ataque frontal contra essas posições fortes, a tentativa de flanquear essas posições marchando pelo terreno difícil e de floresta do interior de Saratoga ou recuar para Ticonderoga. A decisão de um contragolpe seria dada no último momento de sua oportunidade (LUZADER, 2008, p. 209).

Gates conduziu seu comando especialmente preocupado com a posição que receberia Burgoyne. Achava o terreno das ilhas fluviais no vale Mohwak muito plano, e não conseguia aceitar a sugestão de Lincoln de posicionamento mais ao norte em Vermont.

Gates posicionou sua força em Bemis Heights a partir de 12 de setembro e foi um grande golpe estratégico. A leste desta posição, o Rio Hudson fazia uma curva que tornava a área da estrada para Albany pantanosa e exposta a um íngreme penhasco de mais de 40 metros de altura. A ocupação desse penhasco forçaria Burgoyne a dilemas de decisão e condições desfavoráveis de enfrentamento. Se ele mantivesse sua marcha ao sul pela estrada de Albany, ele se colocaria exposto perigosamente aos canhões americanos, enquanto o flanqueamento e tomada dessas posições o forçaria percorrer colinas para enfrentar um oponente em condições vantajosas de terreno e fortificado. Se Burgoyne decidisse contra o ataque e recuasse, ele teria que recuar sob a mira incessante de guerrilhas sob o comando de Lincoln todo o trecho de volta até Ticonderoga e com um exército mais numeroso o perseguindo em sua retaguarda. Em qualquer situação, Burgoyne teria que agir nos termos de Gates. (MINTZ, 1992, pp. 181-182; LUZADER, 2008, p. 204).

Saratoga, na margem oeste ou ocidental do Rio Hudson, era uma região pouco habitada, cuja condição não foi muita alterada até os dias atuais. Possuía (e

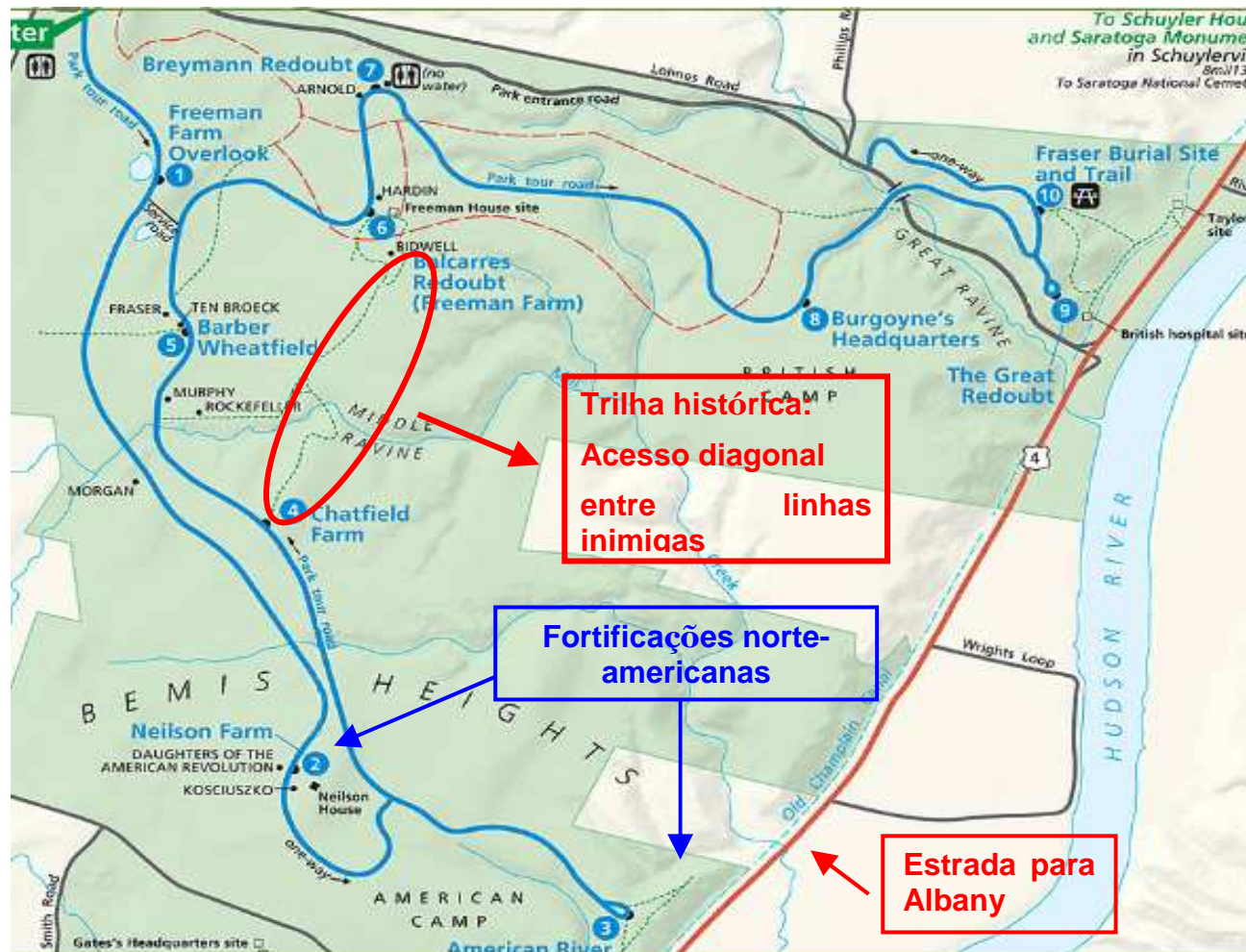
ainda possui) apenas alguns trechos arados em que a vegetação original foi aberta. No mais, existia uma estrada secundária que ligava a cidade de Saratoga até Albany e que acompanhava paralelamente o rio Hudson. Era uma área pouco trabalhada por fazendeiros e por isso tinha um terreno irregular e semi-selvagem. Na porção norte de Saratoga, onde se posicionaria o exército britânico, o terreno era mais elevado e escarpado. Na porção sul onde se posicionou o exército norte-americano, o terreno era mais plano e com maior número de áreas cultivadas.

A mais importante constatação da porção central de Saratoga é que sua disposição geológica segue um eixo leste-oeste, sendo que é nessa orientação que a transposição dos riachos e dos terrenos escarpados é mais fácil e mesmo na disposição de acampamento para tropas. Aspecto importante, portanto, do ponto de vista tático. Porém, o eixo de deslocamento regular para expedições a partir do Canadá segue a orientação norte-sul, que é a disposição na estrada até Albany que se aproveita da área mais plana, mas muito pantanosa do Rio Hudson. Este é de fato o único trecho linear para uma expedição: aspecto importante, portanto, do ponto de vista estratégico, pois uma obstrução obrigaria que uma força expedicionária do norte tivesse que se dispersar e aventurar pela porção mais interior e escarpada de trilhas e caminhos errantes em direção ao leste e não ao sul.

Ou seja, uma força defensiva que tomasse com artilharia algum dos penhascos que pontilham a estrada para Albany, ela a dominaria. Pois, não existiria a chance de uma força que seguisse essa estrada destruir ou tomar tal posição forte a partir da estrada. E, ao mesmo tempo, a força defensiva teria o melhor terreno para disposição e abastecimento de suas tropas. Uma força que avança do norte e tem a estrada bloqueada, seria obrigada a um deslocamento diagonal em sentido sudoeste para adequar sua linha de suprimentos norte-sul a partir do Canadá com a disposição tática do terreno em eixo leste-oeste.

E isso explica, em boa medida, porque as batalhas de Freeman's Farm e Bemis Heights ocorreram nos pontos em que elas ocorreram em função dos posicionamentos relativos de ambas as forças combatentes opositoras durante o período de suspensão anterior.

Mapa 13: Pontos Críticos do Terreno de Saratoga para a Campanha Britânica.



Fonte: Editado pelo autor de <<http://www.nps.gov/sara>>.

Felizmente, desde a Campanha de Saratoga existem evidências e a avaliação adequada dos feitos de cada personagem norte-americano, de maneira que se pode avaliar como se deu a construção da vantagem norte-americana. Não se pode perder do foco de análise que Gates se beneficiava dos resultados positivos da campanha conduzida por Schuyler, tanto que o plano do primeiro era a continuidade do plano formulado pelo segundo. A grande questão era que Gates se beneficiava de uma correlação de forças que permitia ele considerar um enfrentamento decisivo. O mérito de Gates foi a decisão estratégica pelo enfrentamento em Saratoga.

4.3.6.7. BATALHA DE FREEMAN'S FARM, 19 DE SETEMBRO DE 1777.

A posição de Burgoyne em Saratoga era deficiente e indefensável. Após a travessia do Hudson, sua linha de comunicação com o Canadá estava suspensa e a área era incapaz de prover o mínimo de forragem. A posição também era desvantajosa ao colocar um rio na linha de retirada e seu front era extremamente amplo e provido de pontos de tiro adequados à ação dos rifles norte-americanos. De outro lado, não existia a possibilidade de se retirar de volta a Ticonderoga com um exército de 9 mil soldados na sua retaguarda e a milícias sob Lincoln e Stark em seu flanco esquerdo. Burgoyne não tinha outra opção se não forçar a passagem a Albany rompendo o exército de Gates no caminho, onde a concentração de suas tropas profissionais poderia fazer a diferença (LUZADER, 2008, pp. 222-223).

Os números e ordem de batalha de Burgoyne eram:

- ❖ Coluna Direita, sob o general Fraser: 2.457, composto por:
 - 10 companhias de granadeiros e infantaria leve britânica;
 - Destacamento de atiradores de rifles;
 - 4 companhias de granadeiros e infantaria leva alemã;
 - 1 companhia de *jägers*;
 - 24º Regimento de Infantaria de Linha;

- 2 companhias de canadenses;
 - Legalistas;
 - 140 artilheiros com seis canhões de 6 libras e dois obuses de 5 polegadas.
- ❖ Coluna Central, sob o general Hamilton: 1.598, composto por companhias de infantaria de linha do:
- 9º Regimento;
 - 20º Regimento;
 - 21º Regimento;
 - 62º regimento;
 - 4 canhões de 6 libras.
- ❖ Coluna Esquerda, sob o general Riedesel: 3.011, composto por:
- Regimento de Infantaria Von Riedesel;
 - Regimento de Infantaria Von Rhetz;
 - Regimento de Infantaria Specht;
 - Regimento de Infantaria Erbprinz;
 - 100 *Jägers*;
 - 80 dragões desmontados;
 - 60 artilheiros e 6 canhões de 6 libras (LUZADER, 2008, p. 230).

Por fim, existia uma guarnição de reserva de 190 soldados para guarda de suprimentos, composta por uma pequena guarnição de infantaria (6 companhias) e a maior parte da artilharia britânica. Este último contingente, portanto, não teve participação na batalha. A composição efetiva de Burgoyne para a batalha era de **7.156**.

O exército norte-americano manteve em linha de batalha principalmente o contingente de tropas da Nova Inglaterra por serem mais veteranas e coesas. A maior fração das tropas de Nova York e milícias foram mantidas como reserva e não foram incluídas contra os britânicos. A força total de Gates era em torno de 13 mil soldados. Sua força efetiva é apresentada na tabela abaixo.

Tabela 9: Ordem de Batalha Norte-Americana em 19 de Setembro de 1777.

Unidade	Números Efetivos
<i>Ala Esquerda: General Arnold – 4.000 soldados</i>	
Brigada de Poor	2.109*
1º Regimento de New Hampshire	350*
3º Regimento de New Hampshire	384
3º Regimento de New Hampshire	280*
Regimento de Milícia de Connecticut	1.095*
Regimento de Milícia de Connecticut	
2º Regimento de Nova York	-
4º Regimento de Nova York	-
Brigada de Learned	1.305
2º Regimento de Massachusetts	491
58º Regimento de Massachusetts	366
9º Regimento de Massachusetts	448
Destacamento de Atiradores de Morgan	578
<i>Ala Direita: General Gates – 5.000 soldados</i>	
Brigada de Patterson	1.280
10º Regimento de Massachusetts	340
11º Regimento de Massachusetts	345
12º Regimento de Massachusetts	345

14º Regimento de Massachusetts	250
Brigada de Glover	1.609
1º Regimento de Massachusetts	453
4º Regimento de Massachusetts	453
13º Regimento de Massachusetts	474
15º Regimento de Massachusetts	229
Brigada de Nixon	1.537
3º Regimento de Massachusetts	384
5º Regimento de Massachusetts	428
6º Regimento de Massachusetts	372
7º Regimento de Massachusetts	353
Total da Infantaria Norte-Americana: 8.418	
<i>Unidades Destacadas</i>	
Batalha de Artilharia	302
Cavalaria Leve de Connecticut	200
Batalhão de Engenheiros	71
Total da Força Efetiva Norte-Americana: 8.991	

Fonte dos dados: Luzader, John F. 2008. Saratoga: A Military History of the Decisive Campaign of the American Revolution. New York: Savas Beatie, pp. 368-372.

Até o dia 18 de setembro, Burgoyne não tinha idéia onde estavam as forças norte-americanas de Gates e tinha muito menos idéia de qual era o número e a composição, embora ele estimasse que estivesse em desvantagem numérica e de artilharia. Seu principal objetivo era reabrir a rota para Albany, por isso ele dividiu sua força em duas partes. Uma fração maior atacaria Gates, e uma segunda menor ficaria de prontidão junto à estrada para Albany caso houve enfraquecimento nas barricadas norte-americanas na estrada. A força de ataque tinha como objetivo a esquerda da força de Gates, pois estava numa posição elevada, que se tomada possibilitaria a defesa contra a ala direita.

A fração maior foi composta por duas colunas de avanço: uma formada pela guarda avançada de Fraser e uma segunda formada por tropas de linhas britânicas sob o comando de Hamilton e o próprio Burgoyne. A primeira seria uma força de choque e a segunda de apoio de fogo. A força de reserva e de ruptura próxima à estrada para Albany era o contingente alemão sob o general Riedesel (KETCHUM, 1997, pp. 356-357; LUZADER, 2008, p. 230).

No acampamento norte-americano, o plano de enfrentamento foi elaborado pelo General Benedict Arnold. Seu argumento principal era que não se devia dar a iniciativa a Burgoyne. Pois, se ele aplicasse o grosso de suas tropas de choque em um ataque frontal à posição elevada de Bemis Heights, ele tomaria a posição. E se movesse rapidamente suas peças de artilharia para essa posição, ele aplicaria golpes indefensáveis ao flanco norte-americano. A partir desse ponto, as forças revolucionárias seriam uma presa fácil para uma carga de baioneta. De certa maneira, Arnold antecipava o plano de enfrentamento de Burgoyne. Sua proposta era atacar as colunas em avanço britânicas a partir de uma posição mais avançada em meio à floresta e de terreno menos plano e mais escarpado. Seu propósito era pegar os britânicos desprevenidos, em ordem de marcha, a partir de pontos de tiro bem protegidos, de maneira que a surpresa e aplicação mais efetiva de fogo dariam vantagens às forças norte-americanas. A preocupação de Arnold era a escolha de um terreno que impedisse a formação coesa das unidades e cargas de baioneta britânicas. Por fim, ainda que as forças norte-americanas fossem abatidas nesse enfrentamento, elas poderiam recuar para Bemis Heights e fazer uso das trincheiras.

Gates concedeu e aceitou o plano de Arnold, apenas com o adendo de enviar o destacamento de rifles de Morgan como vanguarda e para reconhecimento do campo ideal para tal ataque (KETCHUM, 1997, p. 356; LUZADER, 2008, pp. 231-232).

Adicionalmente, Gates tomou outras medidas. Ele instruiu Lincoln a mover sua tropa para a retaguarda de Burgoyne em Stillwater. Sua intenção era utilizar a força de Lincoln como reserva independente do resultado do enfrentamento. Se os britânicos tivessem sucesso, as forças de Lincoln deveriam ser empregadas em dificultar a passagem de Burgoyne pela estrada para Albany. Se os americanos tivessem sucesso, as forças de Lincoln estariam descansadas e teriam um papel importante na perseguição das tropas britânicas.

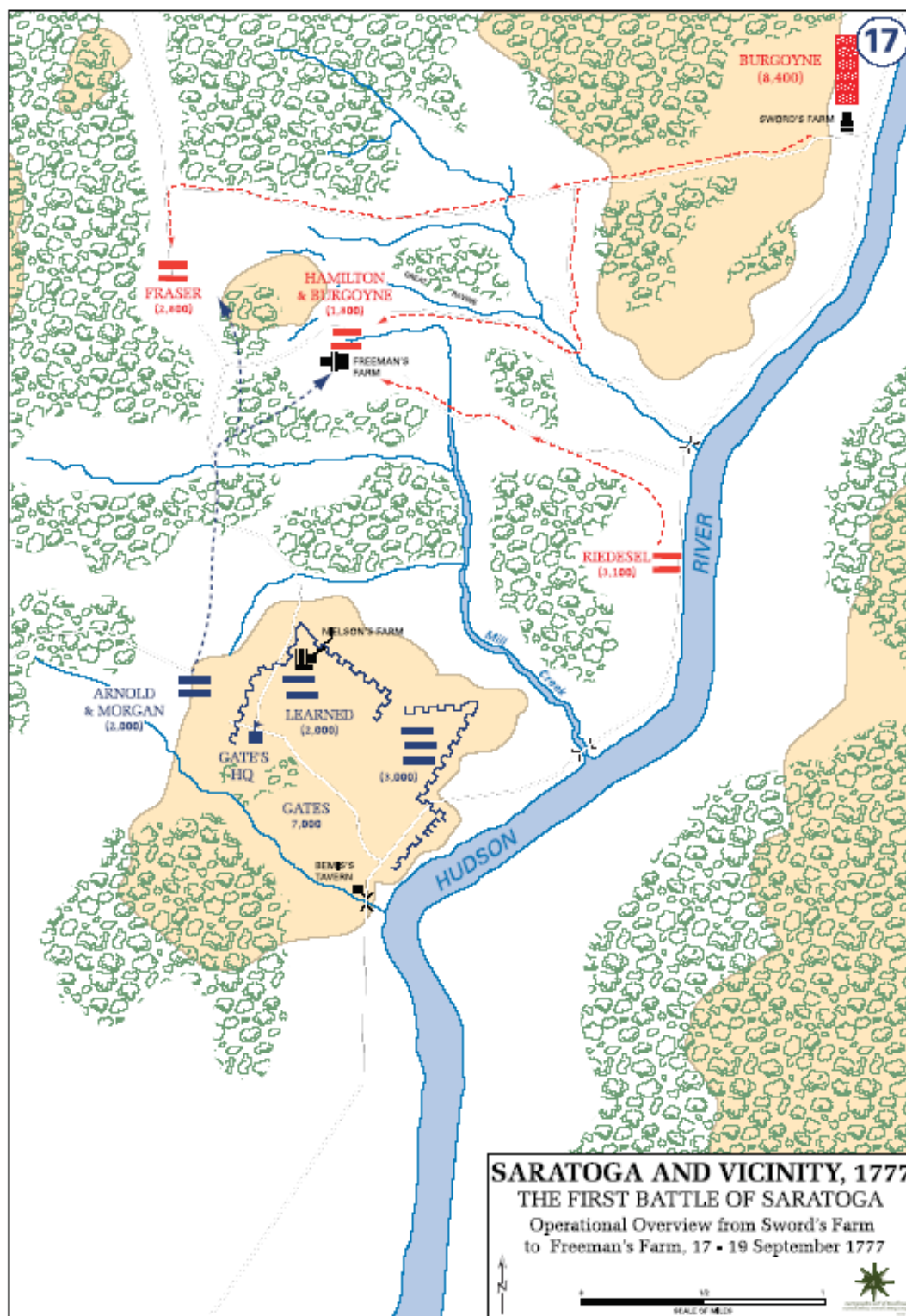
Freeman's Farm consistia de uma área aberta e cultivada em meio a florestas e a 1,5 km ao norte do platô natural de Bemis Heights e a mesma distância a oeste do acampamento de Burgoyne. Porém, apesar de um ponto equidistante entre os dois acampamentos oponentes, o terreno facilitava o acesso e evolução de reservas e reforços norte-americanos e dificultava os mesmos procedimentos britânicos.

A batalha foi iniciada do encontro da vanguarda de Morgan com as colunas britânicas em Freeman's Farm. A partir desse encontro, Arnold evoluiu toda sua ala em progressão gradual de maneira a desgastar as forças britânicas em desvantagem de posição e de terreno. Mais uma vez o dia foi salvo pelos alemães. Desde às 1400 horas, Riedesel sabia da ocorrência do enfrentamento pelos sons disparos e foi instruído por Burgoyne a deixar a artilharia com alguma guarnição e re-alocar o maior número possível de seus regimentos em um ataque à direita norte-americana. O general alemão encaminhou 500 regulares e dois canhões que tiveram de fazer o difícil percurso pelas ribanceiras de Saratoga. Foram necessárias três horas e duas paradas para que as tropas alemãs chegassem ao campo de batalha e em condições. Bem como Blüncher 28 anos depois, o esforço de Riedesel alterou a correlação de forças no campo de batalha. Arnold tinha empregado toda a sua divisão e não foi reforçado, nem instruído adicionalmente por Gates. Mesmo com sua vitória frustrada, Arnold reconheceu que a ligeira vantagem dada a Burgoyne por Riedesel era suficiente para fragmentar o impulso norte-americano que já durava por horas. Assim

sendo, Arnold ordenou retirada para as linhas entrincheiradas de Bemis Heights (KETCHUM, 1997, pp. 360-369; LUZADER, 2008, pp. 234-246).

As baixas foram 600 para os britânicos: 160 mortos, 42 ‘perdidos’ e 364 feridos e 300 para os norte-americanos: 65 mortos, 35 ‘perdidos’ e 218 feridos (KETCHUM, 1997, p. 368; SAVAS & DAMERON, 2006, p. 129).

Mapa 14: Campanha de Saratoga, Disposição Relativa das Forças Combatentes.



Fonte: US Military Academy. West Point Atlases of American Revolution. < <http://www.dean.usma.edu/history/web03/atlasses/american%20revolution/index.htm>>.

Do ponto de vista tático, a batalha de Freeman's Farm foi uma vitória britânica desde que foram os norte-americanos expulsos do campo de batalha. No entanto, do ponto de vista estratégico, os objetivos do enfrentamento não foram cumpridos segundo o plano de Burgoyne e a passagem para Albany continuava fechada pelas forças norte-americanas em posições reforçadas.

Uma avaliação de Burgoyne pode ser desproporcional, pois desde Bennington seus julgamentos pareciam ser irrealistas. Nesse estágio do estudo, fica claro que Burgoyne não era dotado de capacidade de análise estratégica. Cenários que envolviam planos de enfrentamentos concorrentes ou vários enfrentamentos em sequência e simultâneos eram sobrepassados por um grande estratagema que pudesse resolver todos os seus problemas através de uma única tacada.

Para uma avaliação justa é importante seguir rigorosamente os procedimentos da análise crítica e apontar o que Burgoyne sabia na formulação do seu plano de enfrentamento para avaliá-lo com maior precisão.

Ele sabia que as forças de Gates eram maiores e que elas estavam dispostas em terreno favorável, mas ele não sabia quão mais forte e onde porque ele não possuía capacidade de reconhecimento. Mas ele podia supor que Gates tinha informações sobre sua força e sua posição pelo contato contínuo com irregulares e escoltas norte-americanas. Ele podia supor que todos seus movimentos eram antecipados pelo oponente, seja um ataque frontal, seja uma operação de colunas coordenadas.

Burgoyne não conhecia o terreno nem as trilhas de Saratoga, mas podia deduzir que elas eram difíceis. Por fim, ele não sabia quais eram as condições de resistências depois do exército de Gates, mas ele sabia que era o comandante de uma campanha isolada e abandonada e ele podia supor, desde Bennington, que ele lidava como o fenômeno de um “povo numeroso e em armas” e que o exército de Gates não era seu único oponente.

Portanto, as condições de Burgoyne eram de grande desvantagem em termos objetivos e subjetivos, pois todos seus julgamentos eram amparados por incerteza e grande riscos. Nessas condições, a recomendação teórica é a ortodoxia. A estimativa do pior cenário possível e o abandono de qualquer passo desmedido e desproporcional. Burgoyne já deveria ter abandonado seus objetivos de campanha e de glória pessoal e considerar sobre como ele podia

salvar seu exército. Seguindo essa linha, existiam apenas duas opções. Primeiro, fazer seu caminho de volta a Ticonderoga. Antes da Batalha de Freeman's Farm, ele já havia abandonado sua linha de comunicações, mas esta ainda não havia sido ocupada pelos norte-americanos. Essa janela se fecharia rapidamente.

Segundo, a medida extrema e desesperada - mas ainda dentro de uma perspectiva ortodoxa - era um ataque frontal, concentrado e convencional. Ainda assim, as chances de sucesso eram pequenas.

Seu plano de enfrentamento em três colunas sendo duas delas de um ataque em envelopamento foi um erro desde sua concepção. A Teoria da Guerra recomenda que operações concêntricas são apenas aceitáveis por um lado com superioridade de números, vantagem de terreno e de uso do elemento surpresa. Burgoyne não tinham nenhuma delas. De qualquer maneira, a derrota em Freeman's Farm foi o fim definitivo da campanha ofensiva e a preocupação agora era como Burgoyne podia salvar seu exército.

Do ponto de vista da campanha defensiva, mais uma vez Gates se beneficiou da qualidade de outros. A concepção do plano de enfrentamento, sua condução e mesmo as tropas eram todas de Arnold. Portanto, os louros e reconhecimento também são para Arnold.

A convicção por um ataque frontal com uma força semi-regular - metade de regimentos empregados eram recém formados - contra a força profissional britânica era algo fora de proporção para recente história militar norte-americana. Não existiam fortificações, nem uma ampla vantagem numérica. Arnold conduziu a batalha de uma maneira profissional gerenciando o uso de reservas, mas, ao mesmo tempo, mantendo as linhas britânicas sob ataque. Como consequência, ele foi capaz de manter um enfrentamento ofensivo sob horas e com menos baixas que seu oponente.

Mesmo em setembro de 1777, notou-se a ausência de Gates no campo de batalha e em auxiliar Arnold de alguma maneira. KETCHUM critica tal ausência (1997, p. 366). Porém, a Batalha de Freeman's Farm já fazia parte daquela realidade da arte da guerra descrita pela Teoria dos Enfrentamentos em que o comandante não era mais capaz de observar todos os desdobramentos dentro do campo de

batalha e apenas imaginá-los (CLAUSEWITZ, 1980)⁷⁴. De outro lado, Gates conhecia Arnold desde o início da Revolução e tinha o mínimo de reconhecimento que Arnold era um comandante-de-campo melhor. Além disso, boa parte das tropas empregadas estava sob o comando de Arnold desde antes Gates assumir a posição de Schuyler. Seu papel seria no comando de sua própria ala para proteção contra qualquer extensão do estratagema de Burgoyne, que por sorte pudesse ter algum efeito.

O que se argumenta é que Gates poderia ter orquestrado a renovação do ataque norte-americano e buscar a destruição definitiva das forças combatentes britânicas. Existia a possibilidade de continuidade do contragolpe iniciado por Arnold. Gates poderia ter arriscado e forçado uma decisão, enviando novas reservas para contrabalancear o efeito das tropas alemãs de Riedesel. Até esse momento da batalha, a grande reserva de tropas em Bemis Heights era justificável, pois existia a possibilidade e a ameaça de um flanqueamento ao acampamento norte-americano e às posições que bloqueavam a estrada para Albany pela coluna alemã. Com o engajamento destas tropas na batalha, a situação oponente era desesperadora, pois suas tropas não estavam totalmente concentradas em Freeman's Farm, e elas estavam mal dispostas e exauridas e em ampla desvantagem numérica e em condições de combate em comparação com a totalidade das forças de Gates.

É razoável a consideração que as tropas de Burgoyne poderiam ter sido destruídas em Freeman's Farm (BROOKS & HOHWALD, 1999, p. 78), senão em continuidade ao ataque do dia 19, mas com a renovação do ataque no próximo

⁷⁴ De maneira similar, LUZADER (2008, pp. 382-390) faz uma longa digressão sobre as fontes primárias na defesa do argumento de que Arnold não estava à frente das tropas no campo de batalha. E como Gates e os outros brigadeiros, ele comandou a partir do seu posto de observação. A intenção de Luzader nessa passagem, bem como em várias outras, é elevar o papel de Gates diminuindo o de Arnold e de outros comandantes, sempre atribuindo problemas de comunicação dos fatos às medidas de desinformação de Schuyler e seus acólitos contra Gates. De maneira integral, esse debate é irrelevante. A questão importante é que ninguém espera que um comandante de divisão tome a frente de suas tropas. No melhor dos casos, ele acompanha a evolução da batalha de um ponto de observação que, no caso, era o QG de Arnold em Neilson's House.

dia poderia ter sido decisiva⁷⁵. Gates possuía mais atiradores, uma cavalaria leve e tropas irregulares que poderiam ter sido utilizados para fustigar as forças oponentes durante toda a noite. Ele poderia ter agravado a situação dos soldados britânicos e alemães: exaustos, mal alimentados, dispersos ao relento e sem fortificações de campo em Freeman's Farm. Gates poderia ter mantido a divisão de Arnold como reserva em Bemis Heights, reposicionado canhões durante a noite e logo pela manhã do dia 20, antes mesmo do nascer do sol, ter atacado Burgoyne com sua própria divisão de 5.000 soldados em 12 regimentos de tropas continentais e descansadas. É difícil supor algo que Burgoyne pudesse ter feito de maneira efetiva em resposta a um segundo ataque.

Mas se deve considerar a decisão de Gates segundo a consideração que, do ponto de vista estratégico, a prorrogação da decisão favorecesse mais a Gates que a Burgoyne. Contra este argumento, expõe-se o panorama que Gates possuía na noite de 19 de setembro. Primeiro, Gates não poderia ter convicção de que Burgoyne não tentasse renovar seu plano de enfrentamento no próximo dia. Gates não participou da batalha e não tinha como ter certeza sobre seu resultado em termos de baixas, pois mesmo Burgoyne não tinha essa informação. Segundo, também não existia a expectativa certa de que as forças de Gates fossem reforçadas nos próximos dias após a batalha. Existia apenas a expectativa de que as chances de Burgoyne ser reforçado por Clinton eram muito pequenas. Portanto, não existia um panorama que a correlação de forças continuaria a se deslocar a favor de Gates com o passar do tempo.

Do ponto de vista de Gates como comandante, não existiam informações ou perspectiva que uma decisão em outro dia fosse melhor que naquele. Avalia-se, portanto, que sua indecisão foi fruto de hesitação ou de uma mentalidade defensiva e conservadora: Gates sairia de suas posições fortificadas apenas quando elas fossem insustentáveis ou com ampla e inequívoca vantagem sobre

⁷⁵ LUZADER (2008, pp. 292-293) faz a defesa de Gates expondo que não havia tempo para a concentração das outras brigadas de reserva no enfrentamento e o que dia se encerrava quando houve a confirmação da situação sobre a coluna de Riedesel, embora ele mesmo aponte que não existam dados precisos sobre os horários dos eventos (LUZADER 2008, p. 390).

Burgoyne. A liberdade dada a Arnold foi sua única decisão com algum risco e que ele não repetiria.

4.3.6.8. SUSPENSÃO DA AÇÃO, 20 DE SETEMBRO A 6 DE OUTUBRO DE 1777.

Nesse estágio, não existia mais plano de campanha ofensiva, apenas considerações e expectativas sobre como manter a integridade das forças britânicas. Burgoyne não era mais capaz de produzir resultados com suas próprias forças. Sua esperança era que Clinton tivesse sucesso na sua empreitada e levasse Gates a desconcentrar suas forças e estabelecer uma segunda linha defensiva contra um ataque do sul pelo rio Hudson. Isto não ocorreu e, com a passagem do tempo e alteração do equilíbrio de forças contra si, a situação de Burgoyne foi tornando-se desesperadora. Ele postergou uma decisão até o momento em que a reserva de alimentos estava em seu final.

As atividades de maior significado nesse período foram as fortificações das posições do exército de Burgoyne. Dadas as circunstâncias, não era possível que os engenheiros de Burgoyne fortificassem todo o front britânico de Freeman's Farm até o Hudson. E também não existia tal necessidade desde que entre o rio Hudson e a *Great Ravine*, o terreno era simplesmente inviável para comportar um grande exército, muito menos uma grande batalha. Por isso, foram construídos segmentos de posições fortificadas. Uma central e mais duas posições fortificadas destacadas.

Primeiro, foi erguida uma linha defensiva protegendo o próprio quartel-general de Burgoyne e o acampamento principal das forças gemânico-britânicas de um ataque pela estrada, denominado de Great Redoubt. Segundo, foram preparados dois redutos fortificados em dois platôs em Freeman's Farm: uma para posicionamento de tropas britânicas - Balcarres Redoubt – e outra para as tropas alemãs – Breymann Redoubt. Essas tinham o propósito de obstruir qualquer ataque norte-americano que se dirigisse ou tentasse flanquear aquele primeiro acampamento. Entre as duas posições destacadas foram estabelecidos cabines de ligação, onde o restante dos canadenses foi empregado como vigias.

Por isso, é interessante notar que essas duas fortificações de campo foram erguidas esperando um ataque norte-americano do leste e não do sul, seguindo, portanto o efeito tático da disposição do terreno, como explanado acima (KETCHUM, 1997, pp. 379-380; LUZADER, 2008, pp. 250-252, 257).

A expectativa da Teoria da Guerra é que o controle de terreno com posições defensivas e a espera pela passagem do tempo são elementos que apenas favorecem a campanha ofensiva após a produção de seu resultado final. Quando já se conquistou ou alcançou o que se queria segundo o plano de campanha.

Do ponto de vista de Burgoyne, critica-se a decisão de fortificar as posições em Saratoga na expectativa que Clinton pudesse salvar a situação. A grande crítica aqui é que Burgoyne abandonou a ofensiva sem abandonar o objetivo da campanha ofensiva. Ele ainda considerava a possibilidade de atravessar o bloqueio de Gates e julgava que o tempo poderia estar a seu favor (LUZADER 2008, pp. 249-250).

Burgoyne tinha apenas duas opções a partir do dia 19 de setembro: um ataque desesperado as posições de Gates, ou Burgoyne comandava um “ataque na direção inversa” e extrincava seu exército até Ticonderoga. Com o passar do tempo, essas duas opções foram ficando cada vez mais improváveis. A conversão para a defensiva por tanto tempo naquela posição foi o fim do exército de Burgoyne. Mesmo que ele vencesse uma ou duas batalhas, não existia prospecto que ele pudesse vencer todas as forças que o cercavam. Não existia mais a possibilidade dele salvaguardar seu exército, apenas de elevar os custos norte-americanos de sua destruição ou captura.

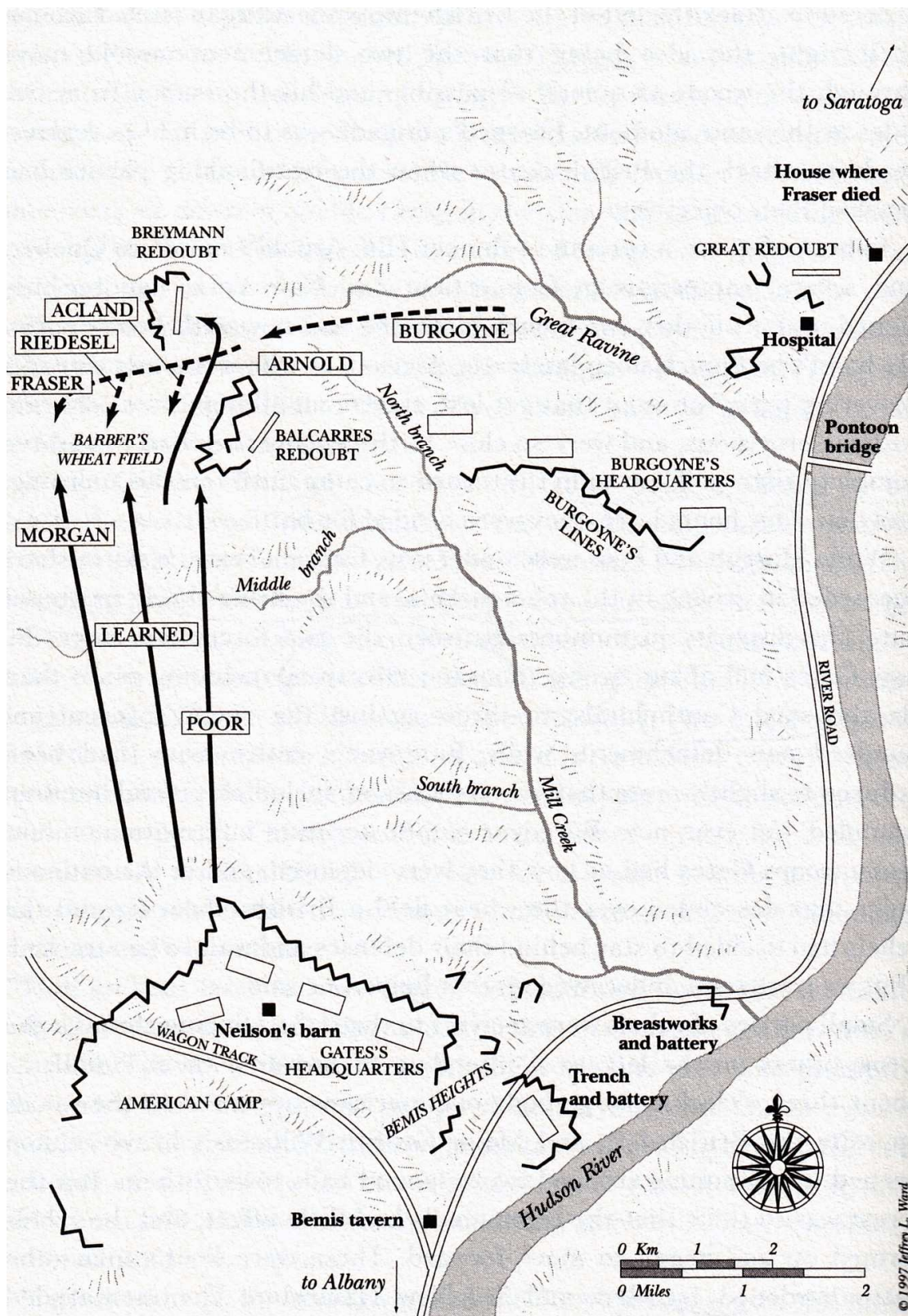
Do ponto de vista da campanha defensiva, Gates já sabia que a anulação da força de Burgoyne era uma questão de tempo. A decisão importante agora era sobre quais custos. Como um oficial criado a partir da cultura oitocentista do Exército Britânico, Gates esperava que erros e movimentos das peças no teatro de operações pudessem prover o resultado mais superlativo: a captura do exército de Burgoyne sem batalha alguma. No entanto, o comandante norte-americano não tinha a audácia nem uma capacidade de articulação e controle de suas unidades para o cerco e imposição de uma situação insuportavelmente assimétrica a Burgoyne. Por isso, ele continuou a depender da iniciativa e habilidades de seus subordinados.

4.3.6.9. BATALHA DE BEMIS HEIGHTS, 7 DE OUTUBRO DE 1777.

A Batalha de Bemis Heights evoluiu de um ataque desesperado das forças de Burgoyne em decorrência da falta de suprimentos e da frustração da expectativa que a situação melhorasse com a passagem do tempo. Em 4 de outubro, após duas semanas de espera por uma assistência de Clinton, Burgoyne reuniu seu conselho de guerra para informar de sua decisão de conduzir um ataque ao flanco esquerdo de Gates, já que o flanco direito era impossível por conta do terreno e das fortificações norte-americanas. Seus números efetivos eram de 6 mil soldados de um total inferior a 8 mil⁷⁶.

⁷⁶ Importante informar que os principais narradores dessa batalha tendem a não subtrair as perdas das forças de Burgoyne da Batalha de Freeman's Farm (600 baixas) e das escaramuças que se deram entre esta e a Batalha de Bemins Heights (talvez 100 baixas entre mortos, feridos e deserções), e mantêm a mesma composição da Batalha de Freeman's Farm de mais de 7 mil soldados (KETCHUM, 1997, p. 395; LUZADER, 2008, p. 280).

Mapa 15: Batalha de Bemis Heights.



Fonte: Luzader, John F. 2008. *Saratoga: A Military History of the Decisive Campaign of the American Revolution*. New York: Savas Beatie, p. 396.

A idéia original de Burgoyne era deixar uma guarnição de 800 homens protegendo as bagagens e fazer um ataque desesperado com 4 mil soldados. Em deliberação com seus generais, no dia 6 de outubro Burgoyne redefiniu o plano de um reconhecimento em força com 2.200 soldados. Se houvesse condições de ataque, este seria conduzido no dia 8 de outubro. Caso contrário, haveria a retirada para Battenkill (primeiro acampamento britânico em Saratoga) no dia 11. Ao fim das contas, a ordem de marcha da operação foi decidida por 1.700 soldados em três colunas (KETCHUM, 1997, pp. 387-389):

- À direita, estava o General Fraser à frente do restante do 24º Regimento e destacamentos de infantaria leve e atiradores de rifles. A frente desses seguia um destacamento de legalistas;
- Ao centro, estava o General Riedesel à frente de um combinado de infantes alemães, granadeiros e *jägers*.
- À esquerda, estava o Major Acland à frente de granadeiros britânicos.

As três posições fortificadas deveriam ficar sob prontidão e responder qualquer ataque norte-americano.

No caso das forças norte-americanas, houve um reforço substantivo de milícias, não estando todas elas sob o comando direto de Gates, nem coordenadas por ele na batalha e nos seus desdobramentos. A ordem de batalha efetiva sob seu comando era (LUZADER, 2008, pp. 373-375):

- ❖ Ala esquerda, sob comando de Gates: 5.399 (2.134 continentais, 3.265 milicianos);
 - Brigada de Learned: 1.588 (1.088 continentais, 500 milicianos);
 - Brigada de Poor: 1.966 (1.096 continentais, 870 milicianos);
 - Brigada de Broeck: 1.845 milicianos.
- ❖ Ala direita, sob comando de Benjamin Lincoln: 6.878 (4.001 continentais, 2.877 milicianos):
 - Brigada de Glover: 1.603 (1.169 continentais, 575 milicianos);
 - Brigada de Nixon 1.403 (1.126 continentais, 277 milicianos);
 - Brigada de Paterson: 1.233 (976 continentais, 277 milicianos);

- Brigado de Warner: 1.768 milicianos;
- Corpo de Morgan: 730 continentais.
- ❖ Composição total: 12.277 (6.135 continentais, 6.142 milicianos).

A importante alteração na composição das forças norte-americanas foi no seu comando. No dia 19 de setembro, uma discordância irreparável surgiu entre Arnold e Gates, de maneira que o primeiro foi retirado do seu comando. Gates repassou o comando da ala direita ao General Benjam Lincoln e tomou pessoalmente o comando da ala esquerda, aonde existia a principal expectativa de enfrentamento com Burgoyne.

Para um reconhecimento, a operação começou tarde. Apenas às 1300 as colunas se colocaram em movimento. Pouco tempo depois a vanguarda de índios e legalistas, depois atiradores da coluna de Fraser, entrou em contato com a guarnição de 50 homens em Barber's Wheatfield. A partir desse contato, Gates foi informado da situação e enviou o corpo de atiradores de Morgan num amplo arco a esquerda para fustigar o flanco da coluna direita de Fraser. Mesmo a contragosto da presença e opinião de Arnold no momento, Gates acatou sua sugestão e enviou a brigada de Learned, reforçado de dois regimentos, contra a coluna de Fraser e a brigada de Poor para atacar o centro alemão e a coluna esquerda britânica.

Na evolução dessas unidades, existem os relatos, controversos, da ação dramática de Benedict Arnold, que mesmo distuído de comando, tomou a galope posição de comando efetivo dos soldados de Learned contra os alemães e depois contra Breymann Redoubt.

O contato entre as duas forças teve início apenas às 1500 horas. Meia hora depois, havia uma grande batalha em que as vantagens de poder de fogo e números norte-americanos faziam a diferença em campo aberto. Os atiradores de Morgan tinham ampla vantagem de posição, fogo concêntrico e surpresa sobre a coluna direita britânica, que teve seu comadante, o General Fraser, mortalmente ferido e a unidade foi dissolvida pelo peso do ataque da brigada sob o comando de Learned e Arnold. A coluna esquerda de granadeiros britânicos foi rechaçada para dentro de Balcarres Redoubt e as tropas sob

Riedesel resistiram por mais tempo, mas também recuraram para esta posição fortificada.

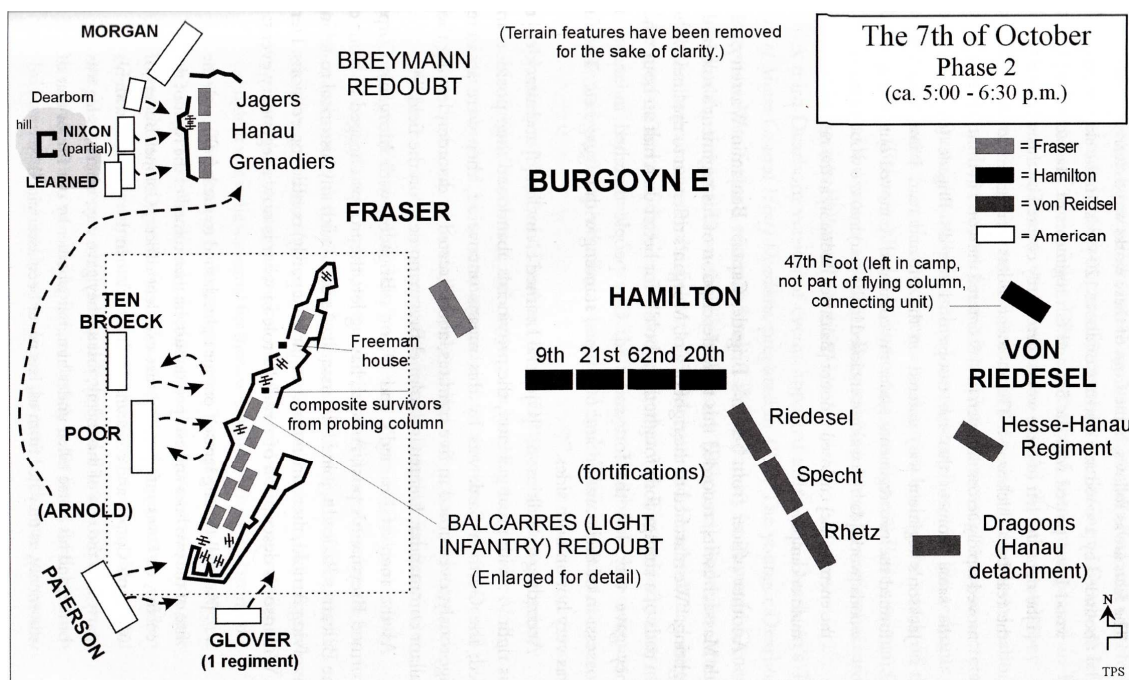
Num segundo estágio do enfrentamento, Gates reforçou o assalto de Poor a Balcarres Redoubt com regimentos das brigadas de Paterson e Nixon. Porém, as defesas eram fortes e as baixas norte-americanas foram elevadas.

Por fim, o terceiro estágio do enfrentamento foi o assalto a Breymann Redoubt ao norte das posições britânicas. Morgan, Learned e Arnold reconheceram tal posição como a mais vulnerável a um assalto que Balcarres Redoubt e ainda sua importância para toda a linha defensiva britânica. Tropas das brigadas de Learned, Nixon e Morgan tomaram as cabines canadenses e depois atacaram a própria posição, cujos extremos norte e sul eram vulneráveis. A tomada desta colocou a guarnição de Balcarres Redoubt sob ataque pela sua retaguarda. Como resultado, a posição de Balcarres foi mantida como retaguarda de contenção enquanto os restantes das tropas britânicas e alemãs recuaram para o *Great Redoubt* e Burgoyne ordenou a retirada de suas forças de Saratoga no dia seguinte (KETCHUM, 1997, pp. 394-406; LUZADER, 2008, pp. 281-286, 295).

A assimetria de forças e condições relativas de terreno resultou em grande perda entre britânicos e alemães. Os primeiros tiveram 184 mortos, 264 feridos e 183 tomados como prisioneiros, totalizando 631 baixas, 31 de oficiais. Entre os segundos, foram 94 mortos, 67 feridos e 102 capturados, totalizando 263 baixas. Portanto, a investida de Burgoyne resultou em 894 baixas de uma força de 1.700 soldados, uma baixa total de 52%. Os norte-americanos tiveram 150 baixas: 50 mortos e 100 feridos (KETCHUM, 1997, pp. 405-406).

Tendo em vista a qualidade das posições fortificadas britânicas, Gates não decidiu pela perseguição, mas pelo seu sítio progressivo articulando todas as forças norte-americanas na região evitando a fuga de Burgoyne para qualquer direção. No entanto, no dia 10 de outubro, ele ordenou um ataque às forças de Burgoyne, muito bem posicionadas entre o riacho Fish Creek e as propriedades de Phillip Schuyler na vila de Saratoga, que foi abortado por decisão de seus subordinados: os generais Nixon e Patterson e o Coronel Morgan. Por fim, Gates decidiu pelo sítio dos europeus por mais seis dias até a rendição de Burgoyne e aprisionamento das forças remanescentes da expedição de 1777 (ver MORRISSEY, 2000, p. 53; LUZADER, 2008, pp. 298-338).

Mapa 16: Encerramento da Batalha de Bemis Heights.



Fonte: Luzader, John F. 2008. *Saratoga: A Military History of the Decisive Campaign of the American Revolution*. New York: Savas Beatie, p. 291.

Novamente, Burgoyne tomou a decisão pela opção intermediária e a pior entre elas. Se ele houvesse decidido por uma missão de reconhecimento com 100 soldados, esta teria mais condições de coletar as informações necessárias e caso fosse um fracasso, as baixas seriam mínimas (KETCHUM, 1997, p. 391). De outro lado, um ataque total contra o flanco esquerdo de Gates tinha chances mínimas de sucesso, mas essas eram probabilidades melhores que a operação decidida por Burgoyne, que tinha chance nenhuma.

Jeremy BLACK (2002) aponta que Burgoyne mesmo depois dessa última derrota ainda tinha uma força operacional e poderia ter escapado do sítio a que foi imposto. Talvez ele pudesse forçar o recuo a Ticonderoga ou impor pesadas baixas aos norte-americanos.

Contra-argumenta-se que isso seria possível se o comandante fosse outro que não Burgoyne, o terreno outro que não Saratoga e a estação do ano outra que não o fim de outono. Mais importante, os números teriam que ser menos assimétricos. Após a Batalha de Bemis Heights, a força de Gates continuou a se fortalecer com milícias e no dia da rendição britânica, ele contava com 16.930

soldados efetivos de um total de 22.338 (LESSER, 1973, pp. 50-51). Ou seja, Burgoyne poderia continuar a contar com pequenos sucessos táticos, porém do ponto de vista estratégico, desde setembro, sua situação era impossível de produzir um resultado positivo.

Do ponto de vista norte-americano, Gates sabia que o único ataque por Burgoyne com alguma chance de sucesso era contra o seu flanco esquerdo, tomando o terreno elevado de Neilson's Farm, onde havia sido o comando de Arnold. Por isso, essa área recebeu fortificação especial e foi estabelecido um posto de observação avançado em Barber's Wheatfield, ponto intermediário e fronteiro dos dois campos (LUZADER, 2008, p. 279).

Pelo lado norte-americano, parece ter havido uma coordenação adequada das qualidades de comando. Gates teve o papel de preparação e articulação geral das tropas, decidindo pela sua evolução no campo de batalhas, mesma função desempenhada por Arnold na batalha anterior. Morgan e Arnold tiveram o papel de leitura de batalha e direcionamento das tropas no campo. Morgan no primeiro estágio, Arnold no segundo e ambos no seu encerramento contra Breyman Redoubt. A posição Balcarres Redoubt era uma arte da engenharia britânica e um verdadeiro encanamento terrestre, por isso de difícil conquista por assalto. O entendimento da fragilidade e do valor tático de Breyman foi um golpe importante, pois as posições britânicas não eram próximas entre si ou de fácil reconhecimento e avaliação conjunta. A decisão e a determinação pela mudança no esforço do ataque no seu estágio mais avançado foram méritos de gênio guerreiro⁷⁷. Da mesma maneira, a coordenação entre os comandantes de brigadas e regimentos norte-americanos para essa re-alocação, sendo eles

⁷⁷ Discorda-se aqui de toda literatura que existe sobre a discórdia entre Gates e Arnold e seu papel rebelde/heróico em Bemis Heights. São irrelevantes as condições que levaram Benedict Arnold ao comando de fato das tropas norte-americanas em campo, porém é difícil crer que ele mantivesse o papel de comandante de campo durante horas sem qualquer repreensão de seus colegas, e, pelo contrário, houvesse tal grau de coordenação entre eles. De qualquer maneira, devido ao valor afetivo da batalha para os norte-americanos, é difícil sua avaliação fria pelas tendências que existem entre as fontes sobre qual foi o real papel de Arnold (ver, por exemplo, LUZADER, 2008, pp. 385-395).

desprovidos de qualquer hierarquia e organicidade institucionais maduras, também deve ser destacada.

A decisão pela não perseguição de Burgoyne por Gates foi correta, principalmente porque ele já havia antecipado a dificuldade de sua condução nas condições que ele se encontrava em termos de qualidade relativa de tropas e terreno. Por isso, ele já havia tomado as medidas necessárias no último estágio de suspensão da ação, coordenando destacamentos no isolamento total de Burgoyne em Saratoga. Ainda que boa parte das atividades de posicionamento de milícias foi autônoma (leia-se John Stark), todas elas foram influenciadas e motivadas pelas decisões e pelo entendimento de Gates que tais ações precavidas teriam valor no futuro.

4.4. AVALIAÇÃO DA CAMPANHA DE 1777 EM SARATOGA.

Uma primeira avaliação da Campanha de Saratoga é possível a partir da consolidação dos números relativos e das perdas relativas entre julho e outubro de 1777. A tabela abaixo apresenta como o desgaste da ofensiva britânica foi linear, sendo a tomada de Ticonderoga a única grande vitória tática de Burgoyne de efeito estratégico significativo, por isso foi aquela que deveria ter sido mais explorada. Foi o momento de maior vulnerabilidade da defensiva norte-americana.

É interessante também notar como a estratégia de desgaste por Schuyler se desenvolveu. Ticonderoga foi abandonada, as batalhas de Hubbardton e de Bennington foram choques desenvolvidos a partir da perspectiva dos comandantes-de-campo - Warner e Stark - segundo expectativas pontuais e de oportunidade. Mas a primeira batalha encaminhada com um objetivo estratégico claro para os propósitos da campanha defensiva foi o sítio de Stanwix e depois seu resgate por Arnold.

A tabela apresenta ainda como o mês de agosto - com a Batalha de Bennington e a expulsão das forças de St. Leger - foram os eventos que marcaram o ponto culminante do ataque, a partir do qual houve a inversão na correlação de forças.

Foram os eventos também a partir dos quais as forças norte-americanas começaram a crescer, triplicando de tamanho em dois meses.

Porém, fica também evidente que mesmo após a Batalha de Freeman' Farm, de um ponto de vista tático, Burgoyne ainda tinha uma força considerável e capaz de se defender. Porém, de um ponto de vista estratégico, a desvantagem na correlação de forças em outubro evidência a sua situação de desespero. A decisão por um enfrentamento ofensivo e de não recuar após seu resultado marcaram a ultrapassagem do ponto culminante da vitória, a partir do qual se limitava a própria possibilidade de salvar suas forças.

Deve-se destacar ainda a mobilização das milícias de Nova York e Nova Inglaterra. Em nenhuma outra campanha até o final da guerra, haveria tal composição de população armada com tropas regulares contra os britânicos. Comparativamente, em 16 de outubro, Washington teria sob seu comando 10 mil soldados efetivos de um total de 17 mil (LESSER, 1973, p. 50), menos da metade das tropas sob Gates.

Tabela 10: Números e Perdas Relativas da Campanha de Saratoga.

Período, evento	Burgoyne		Schuyler/Gates		Correlação de forças
	Nº total	Nº efetivos	Nº total	Nº efetivos	
1 julho, início da campanha	11187	9078	5193	3884	2,3 / 1
Julho, após tomada de Ticonderoga e batalha de Hubbardton	11155	8891	4919	3570	2,5 / 1
Agosto	11155	7295	8300	6043	1,2/ 1
Agosto, após Batalha Bennington e Stanwix	8263	6600	8150/ 2200*	5643/ 2000*	1/ 1,1
Setembro	8263	7346	10000	8991	1/ 1,2
Setembro, após Batalha de Freeman's Farm	8061	6646	9900	8673	1/ 1,3
Outubro	7961	6546	15000	12227	1/ 2
Outubro, após Batalha de Bemis Heights	7487	5652	14950	12077	1/ 2,1
16 de outubro, convenção de Saratoga	7487	5652	22338	16930	1/ 3

* Comando independente de John Stark.

4.4.1. AVALIAÇÃO DA CAMPANHA BRITÂNICA DE 1777.

Do ponto de vista estratégico, as campanhas de 1777 de Burgoyne - bem como a de Howe - foi uma ruptura com a orientação estratégica de 1776. Enquanto que em 1776 as metas eram as destruições das forças combatentes sob Arnold e Gates, no Canadá, e de Washington, em Nova York. Em seguida, era consensual a convergência de forças, e em composição com a cabeça-de-praia em Rhode Island para apunhalar o coração da Revolução na Nova Inglaterra.

Diferente disso tudo, em 1777, a meta era a tomada de posições de algum significado político e estratégico - Albany, para Burgoyne, e Filadélfia, para Howe - que atraísse as forças de Schuyler e Washington para enfrentamentos decisivos no caminho.

É difícil compreender a transição da orientação estratégica de 1776 para as linhas dos planos de campanha de 1777. Certamente, a aplicação de uma estratégia norte-americana de desgaste em composição com milícias no amplo espaço da América do Norte impôs um dilema para o qual os comandantes britânicos não eram capazes de solucionar. Este dilema era a concentração das forças britânicas em um único centro de gravidade que encerrasse a guerra. No entanto, existiam duas metas a serem cumpridas: a destruição do Exército de Washington em Nova Jersey e a submissão da população e governos da Nova Inglaterra. A questão era que ao longo de 1777, houve a organização de um segundo exército norte-americano a ser destruído, maior que o de Washington e posicionado em ponto distinto que Boston.

A condução das campanhas para produção desse centro de gravidade demandava foco e seleção de uma hierarquia de metas e eventos a serem produzidos. Como bem coloca MACKSEY (1993, p. 511), era necessário um Vice-rei com gênio para articular com perspectiva política todas as operações militares necessárias. Portanto, existia a necessidade de representante político plenipotenciário, com poderes sobre os governadores das colônias e os comandantes e almirantes britânicos. No entanto, tal contrafactual era impossível, pois demandava a composição de poderes e prerrogativas do Rei e do Parlamento, que eram rivais entre si. Por isso, de um ponto de vista político, as lideranças políticas não tinham a solução para o dilema estratégico. Elas não

podiam prover as reformas institucionais para a concentração de meios violentos e não violentos para quebrar a resistência revolucionária.

Assim sendo, uma solução para o dilema estratégico de 1777 teria que ser dado pelo comandante britânico sênior na América do Norte, Sir Guy Carleton. A decisão possível pela liderança política era a concentração dos meios militares sob esse general para que ele aplicasse a força disponível de maneira mais focada possível. A primeira censura que é possível ser feita é que não houve uma decisão executiva do rei e do Ministério Britânico nesse sentido. Devido a questões expedientes - administrativas, afetivas e pessoais - houve a decisão pela fragmentação do comando das operações e na América do Norte entre três generais (Carleton, Burgoyne e Howe) que não queriam e não eram capazes de se articular entre si, além do almirante Robert Howe - que tinha a prerrogativa de negociar com os revolucionários.

Portanto, existiam limitações institucionais e houve erro de decisão política britânica na composição do comando e formulação do plano de guerra e das campanhas subsidiárias.

O segundo erro britânico foi estratégico na avaliação do seu oponente. No caso específico da campanha de Burgoyne, não se reconheceu ou não se atualizou as condições políticas da fronteira entre Nova York, Nova Inglaterra e Canadá. O engajamento dessas populações contra a autoridade imperial não surgiu do dia para a noite. Era possível a coleta de inteligência e o reconhecimento dessa condição social em anos anteriores à Revolução ou entre 1775 e 1777. As discrepâncias entre as expectativas britânicas e a realidade podem ser apenas explicadas pela lente analítica de Quigley de suposições subjetivas e alterações objetivas de poder.

O terceiro erro foi logístico. O dilema estratégico provocado pela mudança na defensiva norte-americana somado aos erros de concepção política britânica não foram efeitos decisivos, mas que tiveram seus efeitos maximizados pela decisão estratégica britânica de abrir mão de seu suporte direto de meios embarcados e autorizar a campanha de Burgoyne baseada na dependência de uma longa e difícil linha de abastecimento pelo interior do continente norte-americano. Todas as crises logísticas da campanha ofensiva britânica de 1777 foram consequência dessa decisão logística de graves consequências

estratégicas, que foi compartilhada entre todos os comandantes e líderes políticos britânicos, além do próprio Burgoyne.

A concepção geral do plano de guerra de 1777 era a unificação das forças britânicas na América do Norte e controle do eixo do rio Hudson para isolamento das forças de Washington dos recursos da Nova Inglaterra.

De fato, a ambição britânica em 1777 era a realização de três metas bélicas distintas. O primeiro - a concentração de forças - era um objetivo intermediário e necessário para a realização dos outros dois: a destruição do principal braço armado e de sua principal fonte política. Porém, diante das condições políticas e logísticas dos britânicos elas deveriam ter sido almejadas cautelosamente uma a uma e não através de uma composição complexa e em desconsideração completa do oponente.

4.4.2. CRÍTICA DOS COMANDANTES BRITÂNICOS.

A Teoria da Guerra da guerra recomenda diferenciar as causas mais imediatas das mais profundas no estudo dos eventos. Se possível, recomenda-se o uso de confractuais para reforço das críticas aos comandantes envolvidos.

Seguindo essas recomendações, uma primeira causa do fracasso da Campanha de Saratoga deveu-se à omissão do comandante-chefe britânico General Howe. Dos generais presentes, ele era o mais experiente com o terreno e a população norte-americanos e aquele que já havia combatido no Canadá e na região do Alto Hudson nas campanhas de 1759 e 1760. Por isso, ele era o mais capacitado para avaliar a viabilidade da campanha de Burgoyne. Tal prerrogativa também se devia a seu posto de comandante-chefe, o qual ele parecia não ser disposto a desempenhar. Howe conhecia suficientemente bem o teatro e o oponente para supor que não era razoável a expectativa que Burgoyne pudesse facilmente fazer seu caminho até Albany pela rota do Lago Champlain ou fazer frente a Washington, caso este decidisse em não acompanhar a expedição do Howe, mas sim se concentrar com Schuyler contra Burgoyne.

De fato, ele não tinha perspectiva, nem parecia se importar muito com os acontecimentos além de sua própria campanha e com as forças subordinadas

diretamente a ele. Nos procedimentos de investigação do Parlamento britânico em 1779 questionou-se a capacidade de comando de Howe, baseados na sua dificuldade de relacionamento com juniores do Exército, com a Marinha e com legalistas. Na ocasião, sua resposta sobre o que ele intencionava com a expedição era a destruição do Exército de Washington, o que não é óbvio. Especula-se que Howe teria tentando reproduzir uma manobra idealizada por Maurice de Saxe para retirada de Washington de áreas populosas e ricas e impô-lo a uma posição tática desvantajosa, de maneira que a única solução seria dissolução do Exército Continental. Entretanto, Howe foi criticado no Parlamento pela tendência, percebida como recorrente, de recusar batalhas em condições desvantajosas e que ele deveria ter atacado Wasghinton ao início de 1777, mesmo com a expectativa perdas significativas (SHY, 1973, pp. 133, nota 18; GRIFFITH II, 2002, pp. 345-347).

Entretanto, a falta de acesso aos diários de Howe impõe a suspensão de um julgamento mais preciso. Apesar das especulações, ninguém sabe o que ele realmente pensava. Ele apenas pode ser avaliado pelos resultados de sua decisão: a suspensão e postergação da ação por dois meses, período em que ele se retirou do teatro de operações. Foi dele a responsabilidade da expedição para a Filadélfia, bem como a sua condução leniente e ambígua. Como consequência, Howe deu margem livre de manobra a seus principais oponentes, o Exército Continental e as milícias da Nova Inglaterra, e abriu mão de qualquer coordenação com exército sob Burgoyne (MACKSEY, 1993, pp. 121-127). Qualquer alternativa de condução da campanha ofensiva por Burgoyne seria afetada pela evasão de Howe.

A crítica a John Burgoyne resume-se a quatro erros principais.

O primeiro erro foi não deslocar de maneira mais eficiente possível as forças canadenses para junção com Howe.

Dos pontos de vista estratégico e logístico, uma expedição marítima até a cidade de Nova York era a alternativa ideal para atendimento do propósito estratégico de Burgoyne e da guerra (BLACK, 2004, p. 247). Possibilitaria Howe ter forças suficientes para travar um enfrentamento com Washington mesmo em circunstâncias táticas desfavoráveis ainda em 1777. E com a realização dessa meta, os britânicos - com toda a concentração de forças terrestres e marítimas -

poderiam rumar para a Nova Inglaterra em 1778. Se não fosse possível subtemê-la, era possível forçá-la a uma paz em que ela desistisse de exportar a Revolução. Este contrafactual assume o risco de uma ameaça do Canadá como aceitável contra a perspectiva real. Com a destruição do Exército de Washington e a concentração das forças britânicas contra a Nova Inglaterra, é difícil imaginar o que qualquer ação envolvendo o Canadá pudesse equilibrar a condição estratégica a favor dos revolucionários.

Uma variação desse contrafactual era uma expedição marítima de Burgoyne a Rhode Island. Esta serviria ao propósito de concentração para o ataque à Nova Inglaterra, porém tinha o risco de insucesso por isolar as forças britânicas e dar a oportunidade de concentração de forças norte-americanas a favor de Washington e contra Howe.

Entre as duas possibilidades contrafactuais apresentadas até aqui, a primeira era mais adequada. Por um lado, a Teoria da Guerra recomenda que em guerras ilimitadas em que a ofensiva estratégica tem números limitados as forças combatentes do oponente devem ser destruídas antes da ação contra seu governo e população. Por outro lado, a primeira alternativa é adequada em correspondência com a expectativa de que a Nova Inglaterra não fosse mais pacificável, que é o nosso entendimento. Esta foi capaz de reunir mais de 20 mil soldados em Saratoga, além dos alguns milhares que estavam sob Washington. Certamente, em luta desesperada pela sua integridade em seu próprio território, a Nova Inglaterra poderia mobilizar uma força ainda maior e resistir a expedição de Burgoyne combinada com a guarnição britânica em Rhode Island.

O descarte dessas opções de campanha foi recomendado por Burgoyne com chancela do Rei Jorge III e do Secretário Americano Lorde Germain. Por isso, a crítica por essa decisão é encaminhada aos três. A decisão das autoridades políticas britânica ia contra seus próprios interesses políticos e obrigava a uma solução inferior.

O plano defendido na seção 4.3.2 não é o melhor possível, porém é mais adequado que as opções restantes. Tal plano atenderia a demanda política de proteção do Canadá e o propósito estratégico de deslocar as forças britânicas no Canadá até um ponto que elas possibilitassem a concentração com Howe. No entanto, ela poderia retardar a possibilidade de destruição do Exército de

Washington ainda 1777. A expedição através dos rios Lawrence e Mohawk era mais susceptível a efeitos da geografia e intervenção do oponente. Tal plano também dependia mais da capacidade de comando de Burgoyne e Howe. Ambos tinham que ser objetivos na condução de suas campanhas. Burgoyne em alcançar Albany e Howe em formular e acatar um plano de enfrentamento que desse conta de Washington ou em articular a concentração com as forças de Burgoyne.

Do ponto de vista logístico, comprovou-se que os exércitos britânicos viviam na América do Norte na mesma condição de exércitos da Antigüidade e não podiam operar mais do que alguns dias de viagem distante de meios embarcados. As condições logísticas inviabilizavam qualquer alternativa puramente terrestre. Por isso, o plano escolhido por Burgoyne era o mais arriscado de insucesso, sem as mesmas chances de retorno. O plano da campanha ofensiva era inadequado com suas condições logísticas e Burgoyne desperdiçaria de qualquer maneira as forças à sua mão e, certamente, elas estariam mal preservadas mesmo se ele tivesse sucesso de alcançar Albany.

O segundo erro de Burgoyne foi sua falta de ortodoxia na condução de uma campanha ofensiva. Como bem aponta Clausewitz, a essência do ataque está na velocidade da conquista e não na luta por ela, pois o ataque é a forma mais fraca de combate. De acordo com essa expectativa teórica, a partir do momento que Burgoyne decidiu por uma expedição terrestre a Albany, ele devia ter sido dogmático na sua execução. Do ponto de vista estratégico, Burgoyne errou ao assumir como objetivo prioritário de sua campanha o controle do território do sul do Lago Champlain e do Rio Hudson na altura de Saratoga. O fracasso de Burgoyne foi ainda de maior magnitude porque ele ambicionou conduzir uma campanha de conquista sobre um espaço semi-selvagem que sua própria força se desgastava ao ocupar. Por isso, ele a colocou em desvantagem progressiva contra um oponente mais numeroso, bem posicionado e motivado.

Ele devia ter assumido o pior cenário possível de uma tarefa e de um oponente com os quais ele nunca tinha lidado, nem seus camaradas em armas. Ou seja, a perseguição das forças de St. Clair, a expedição diversionária de St. Leger e a incursão de Baum em Bennington não tinham benefícios para a campanha, nem para a guerra. Elas poderiam ser pontualmente úteis de um ponto de vista

tático, mas eram desperdícios de força e tempo do ponto de vista de uma ofensiva estratégica. Todas elas deram tempo adicional para a organização da defensiva estratégica e o encerramento de qualquer chance que Burgoyne tivesse de chegar ao seu destino final (GRIFFITH II, 2002, pp. 388-389, 431-432).

O terceiro e fatídico erro de Burgoyne foi ter arriscado batalhas e posições em Saratoga. Ainda que se possa considerar que de acordo com as informações que ele dispunha valia a pena averiguar presencialmente as condições do outro lado do Hudson, as constatações da vanguarda de Fraser eram suficientes para se precisar que Burgoyne não tinha condições de sucesso na condução de enfrentamentos ofensivos (BLACK, 2002, p. 5). Portanto, foi um erro do ponto de vista tático.

Quarto, mais um erro estratégico. Burgoyne decidiu que era mais importante forçar sua passagem em Saratoga e chegar a qualquer custo em Albany que a conservação de suas forças e abandono deste destino final. Alternativamente, o retorno a Ticonderoga e a realocação gradual e prudente das forças para o sul serviam mais aos propósitos da guerra que o alcance de Albany com uma força em frangalhos. Pior que isso, os riscos da derrota britânica em Saratoga apenas se pagavam pela glória cega que Burgoyne buscava.

4.4.3. AVALIAÇÃO DA CAMPANHA NORTE-AMERICANA DE 1777.

O epíteto de que a guerra segue a lógica política, mas possui a sua própria gramática é válida para o enquadramento da condução da Revolução Americana pelo Congresso Continental. Por um lado, enquanto ações administrativas, ‘midiáticas’, e propriamente políticas; os Pais Fundadores desempenharam um papel ímpar no estabelecimento das fundações da República Americana. Por outro lado, no entanto, enquanto o Congresso e seus principais líderes militares, incluindo Washington e Schuyler, conduziram campanhas segundo às expectativas oitocentistas; as possibilidades de defesa da Revolução foram limitadas e quase extintas.

Nesse estágio da avaliação, aponta-se como mais grave erro os esforços de defesa de Ticonderoga, mesmo no caso de uma defesa relativa. Tal decisão pôs em risco a possibilidade de sucesso da campanha defensiva como um todo e apenas não teve consequências piores porque o plano da campanha ofensiva não permitia explorar tal oportunidade.

De resto, a condução da campanha defensiva por Schuyler e por Gates foi correspondente com as expectativas teóricas. Os recuos até Saratoga foram adequados e resultaram no que era esperado. Surpreendente foi o evento da Batalha de Bennington. Ainda que a teoria reconheça o valor do povo em armas e que uma manobra como a intencionada por Burgoyne naquele momento tinha pouca expectativa de sucesso, o comando da força de New Hampshire e República de Vermont sob John Stark foi acima do que se podia esperar pelos seus resultados. O resultado produzido teve grande efeito na campanha ofensiva e na campanha defensiva. Os britânicos sofreram uma perda significativa em tropas e foram incapazes de se re-organizar para seguir em frente por um tempo ainda mais longo. Os norte-americanos foram beneficiados pelas perdas de Burgoyne, pelo ganho de tempo e pelo efeito político na motivação do engajamento da população da Nova Inglaterra, o que, por sua vez, teve efeitos logístico e estratégico positivos.

A hesitação e postergação do contra-golpe por Gates foi um risco desnecessário. Porém, novamente, os norte-americanos foram beneficiados pelos erros de maiores consequências de Burgoyne

Um último contraste que se julgou surpreendente no caso da campanha defensiva foi a qualidade dos comandantes-de-campo norte-americanos que foram capazes de tomar decisões acertadas e de grande resultado tático e estratégico. Não apenas as figuras mais famosas como Morgan e Arnold, mas também os comandantes de brigadas foram capazes de se coordenarem sem orientação expressa de Gates e acima do que era esperado por um oficialato sem qualquer aspecto anterior que favorecesse tal coesão. A Batalha de Bemis Heights e a perseguição cautelosa final foram conduzidas com grande autonomia por esses comandantes e que foram decisivas para o brilho do sucesso da Campanha de Saratoga.

4.4.4. CRÍTICA DOS COMANDANTES NORTE-AMERICANOS.

Schuyler foi o principal comandante norte-americano de Saratoga. A concepção da defensiva estratégica e sua condução no período mais crítico foram feitas por Schuyler. A condução de Gates não alterou em nada as linhas gerais do plano de campanha de seu antecessor.

Quanto à defesa de Ticonderoga, Schuyler também era motivado pelo simbolismo do Gibraltar do Norte e deu mais importância a esta posição que à viabilidade de sua defesa. No entanto, ele reconheceu rápido que seu abandono era necessário e apoiou, em campo e em tribuna, a decisão de St. Clair, o que foi motivo de sua censura por gerações norte-americanas. Ao contrário disso, aqui se censura Schuyler na consideração da defesa de um ponto tão afastado e além dos recursos norte-americanos, ainda que fosse resultado de ordem expressa do Congresso Continental. Mas congratula-se a capacidade de Schuyler no ajuste de seu comando às circunstâncias.

Nesse sentido, existe similaridade entre os efeitos da perda de Forte Washington pelo próprio Washington em 1776 e a perda de Forte Ticonderoga por Schuyler em 1777. A orientação pela defesa absoluta dessas fortificações era praticamente sem chances de sucesso no contexto norte-americano. A perda de Forte Washington foi o ponto mais baixo da campanha de 1776 e da própria Revolução, o que levou a profunda crise no comando do General Washington, cuja contestação continuou na próxima campanha e foi exacerbada pelo sucesso de Gates. A mudança de estratégia para uma orientação de desgaste confrontou as expectativas do Congresso e do público e exigiu de Washington tanto habilidade política, quanto de comando para a sua condução (MIDDLEKAUFF, 1985, p. 359; GRIFFITH II, 2002, pp. 348-349; BLACK, 2002, pp. 28-29).

A alteração da estratégia defensiva de Washington teve influência nos contornos da estratégia de Schuyler. Este determinou que nenhuma de suas fortificações fosse defendida absolutamente e desde o início da campanha orientou as atividades de preparação e de enfrentamento para o desgaste da força expedicionária de Burgoyne. Porém, no seu caso, a queda de Ticonderoga e a perda dos fortes posteriores levaram a sua queda. Importante notar que onde a

defesa absoluta de uma posição teve maior efeito estratégico - em Stanwix - seu papel de comando na preparação, guarnição e depois decisão pelo resgate foi e é pouco considerado. Como se apontou acima, o sucesso de Stanwix, somado à vitória de Bennington, foi o evento que provocou maior alteração no equilíbrio de forças.

Nesse sentido, não há argumento que censure a formulação contrafactual que Schuyler poderia ter continuado como comandante do Departamento Norte e conduzido a campanha da mesma forma que Gates e com os mesmos resultados. Schuyler havia se mostrado como alguém capaz, assim como Gates, de reconhecer suas limitações e favorecer as qualidades de seus subordinados.

Esse é um ponto importante, pois o reconhecimento de Schuyler não é consensual na literatura e, em especial, pelo último historiador da campanha. LUZADER (2008) aponta que Horatio Gates era o homem certo para a missão de parar Burgoyne e que Schuyler não tinha o espírito guerreiro necessário para tarefa e foi o principal responsável pelas intrigas no campo norte-americano. Apesar da qualidade e contribuição de Luzader, é de se notar que sua avaliação comparada é menos estratégica do que deveria.

Gates não teve qualquer contribuição direta na formulação do plano de campanha e na condução dos enfrentamentos. A decisão de Gates por uma defensiva estratégica de desgaste e passiva não pode ser apreciada como um golpe de gênio. Esta era a opção correta dentro das condições estratégicas.

Sua posição de comando tinha prerrogativa para delegação a que seus subordinados conduzissem todas as atividades preparatórias e combatentes e ele foi correto na delegação de tarefas que levaram a vitória. As decisões pelas batalhas de Freeman's Farm e Bemis Heights não foram de Gates, bem como os planos de enfrentamentos e o comandos das tropas nos campos de batalhas.

Mais importante na crítica de Gates é que não foi ele que decidiu o momento de conversão da campanha para uma ofensiva. Esta é a decisão mais importante de um comandante da campanha defensiva e ela não foi tomada por Gates. Por isso, este mérito não pode ser dado a ele. Gates hesitou e, depois, errou na decisão pelo momento do contrataque. Ele não decidiu por uma ofensiva em Freeman's Farm e sua única decisão por um enfrentamento, o ataque a Burgoyne em Fish Creek, foi considerada um erro e abortada pelos seus

brigadeiros. A perseguição e sítio de Burgoyne que culminaram na rendição tiveram influência de Gates, porém foram resultados da iniciativa e coordenação de Nixon, Patterson, Morgan e Stark.

Portanto, o sucesso da campanha defensiva em Saratoga foi resultado da iniciativa e julgamento de várias partes. Essa foi uma vitória, em parte, de Schuyler e, em parte, de Gates, Arnold e o oficialato supracitado. Também se deve atentar para o comprometimento, esforço e articulação dos governos e populações da Nova Inglaterra e Nova York que proveram a maior parte das tropas, material e oficiais.

4.4.5. AVALIAÇÃO DO ESTUDO DA CAMPANHA DE SARATOGA PELA TEORIA DA GUERRA.

Nesta penúltima seção da análise crítica, avalia-se o potencial explanatório da Teoria da Guerra de Clausewitz no estudo da Campanha de Saratoga.

Em primeiro lugar, avalia-se que os procedimentos apontados por Clausewitz no *Da Guerra* e nos estudos de campanha provêm um enquadramento sofisticado no estudo de caso. A seleção e processamento dos dados, o ordenamento dos argumentos, a possibilidade de exploração de diversas perspectivas e rigor e transparência da exposição são méritos da metodologia da análise crítica.

Em segundo lugar, as proposições da Teoria da Guerra permitem executar diferentes inferências sem a perda de consistência entre elas. A contextualização histórica, a conceitualização de seus parâmetros políticos, estratégicos e logísticos, a reconstrução dos eventos e avaliação distintiva de cada aspecto permite uma inspeção exaustiva e ampla. Nesse sentido, é importante chamar a atenção como a Teoria da Guerra é capaz de apreciar sistemicamente eventos domésticos e internacionais sem sobressaltos. Nas considerações do ponto de vista político, ela se articula plenamente com proposições conceituais de outras teorias da Sociologia, Relações Internacionais e Ciência Política.

Terceiro, existe o mútuo benefício entre método e teoria. Por um lado, o primeiro não permite que se ausente na inspeção do segundo. Quando a teoria é relegada em algum estágio, ou se dá valor demasiado às fontes históricas, existe

o distoamento na consistência da argumentação. Em particular, no contraste dos planos de campanhas com as expectativas teóricas e, depois, com a reconstrução de cada estágio de desenvolvimento das mesmas obriga o analista a confrontar seu entendimento da Teoria da Guerra, bem como da História da Guerra.

Por outro lado, a qualidade da abordagem de Clausewitz é a suficiência e síntese. A análise crítica através da Teoria da Guerra permite analisar mais amplamente uma campanha que uma abordagem puramente histórica, porém ela demanda uma gama mais limitada de informações. Ou seja, o investimento para produção de excedente empírico é potencialmente pequeno.

Deve-se também avaliar a qualidade do estudo de caso selecionado. A Campanha de 1777 era um estudo prenhe para um enquadramento clausewitziano. Pois, é um estudo que cumpre todos os critérios de viabilidade e suficiência. A dificuldade do seu estudo encontra-se na contextualização da Revolução Americana, que é um evento singular. Entretanto, trata-se de uma campanha britânica relativamente simples. E como bem antecipa Clausewitz, coisas simples na guerra são difíceis de fazer.

É interessante que apesar de seu rigor e objetividade, na análise crítica de Saratoga destacam-se as forças dos aspectos psicológicos nas decisões das lideranças políticas e dos comandantes das campanhas. Isto humaniza a guerra e também é uma qualidade da Teoria da Guerra. Os principais desvios dos planos teóricos e dos planos reais em comparação com as conduções efetivas das campanhas não são causados por acidentes, mas por sentimentos e qualidades humanas como glória, preconceito, medo e hesitação; que não são intrinsecamente ruins ou bons, mas dependem do contexto e expressão dos mesmos.

Outra qualidade do estudo de caso é que ele permite observar a interação dos dois lados na campanha. O mútuo efeito reativo das decisões, ações, reações e efeitos. Sejam nos relacionamentos entre fins e meios de cada lado, seja no funcionamento sistêmico da campanha como parte de uma guerra como um todo. O teatro de operações norte era subsidiário ao teatro das colônias médias. Porém, a derrota de Burgoyne teve efeitos desproporcionais sobre toda a guerra, de maneira que inviabilizou o plano de guerra britânica e mudou

completamento o cenário político. Pois, ela desencadeou uma ‘nova’ guerra, com expressão em outros teatros da Europa e das Américas, do Reino Unido contra uma coalizão sob liderada pela França.

Por fim, é um caso que permite observar os atributos específicos da defesa e do ataque no contexto de guerras ilimitadas. Existe grande nitidez nas diferenças entre campanhas ofensivas e campanhas defensivas e na confirmação de como a polaridade dos fins políticos não se reproduz na gramática dos meios.

4.4.6. AVALIAÇÃO DO CONCEITO DE LOGÍSTICA.

O conceito de logística não produz uma revolução no uso e estudo da Teoria da Guerra. Sua qualidade é notada no destaque de aspectos e relacionamentos de causalidade de três maneiras que, em seu conjunto, reforçam as qualidades apontadas por outros autores do arcabouço clausewitziano.

Primeiro, ele ressalta causas que são políticas e estratégicas ao apreciar efeitos logísticos. Por exemplo, as limitações logísticas da campanha de Burgoyne foram efeito da organização de sua força em interação com a geografia ao longo de um período. Porém, as causas mais profundas e definitivas desses constrangimentos são o seu próprio plano de campanha em formulação e com a autorização do Rei Jorge III e o Ministério. A existência de limitações logísticas não obriga que um comandante tenha que submeter sua força combatente a elas. Existiam alternativas do ponto de vista logístico para a campanha ofensiva que não contrariavam os parâmetros políticos e estratégicos. E quando essas alternativas foram descartadas, teve-se um erro logístico, mas principalmente político e estratégico porque as lideranças políticas e comandantes britânicos deram preferência a outros aspectos no seu julgamento que aqueles que eram explícitos na formulação do plano.

Segundo, ele permite distinguir cadeias de causalidade. Existe ganho analítico ao se separar a apreciação de condições logísticas, das decisões políticas de preparação da guerra e de decisões dos comandantes durante as campanhas. Por exemplo, foram analisadas as deficiências da arte da guerra colonial norte-americana para o uso de fortificações, que eram condições logísticas da guerra de conseqüências estratégicas importantes para a campanha defensiva. Quando

o plano de Schuyler foi vinculado ao uso do Forte Ticonderoga, a análise anterior permitiu antecipar consequências dessa decisão. O que causou a queda de Ticonderoga não foi apenas essa deficiência norte-americana. Ela foi resultado da cobrança do Congresso Continental pela sua defesa sem dar os meios para tal empreitada. Esta é uma segunda conclusão do ponto de vista logístico de uma segunda causa que se deu posteriormente, entre 1776 e 1777. Por fim, a análise logística, por ser integrada com o ponto de vista tático, permitiu a apreciação do assalto britânico pela qualidade de seus engenheiros e forças combatentes.

Terceiro, o conceito de logístico trás ganhos no recorte do objeto e na simplificação do conhecimento necessário. Ele permite a distinção de aspectos, como papel das fortificações na campanha de Saratoga, sem a necessidade de uma explanação aprofundada da realidade de trem de marcha, combate lacustre na era da vela e edificações e procedimentos no uso de fortificações do século 18.

Com esses três elementos, existe a conclusão que o conceito de logística tem o potencial de heurística positiva. Ele expande o poder explanatório da Teoria da Guerra, abarcando aspectos da realidade da arte da guerra sem a necessidade de revisão do núcleo duro da teoria. Ou seja, utilizando das mesmas proposições conceituais e sem violar nenhuma das expectativas políticas, estratégicas e táticas de Clausewitz. Isto confirma o valor da Teoria da Guerra como um programa de pesquisa científica.

Existe um aspecto que não foi possível testar. A limitação a um estudo de caso não permitiu testar o potencial trans-histórico do conceito de logística. Houve referências pontuais às condições logísticas da Antigüidade, utilizando-se de proposições de Engels e Delbrück, e reprodução da análise de Clausewitz da Campanha de 1812 por Bonaparte para o plano da campanha ofensiva de Burgoyne. Porém, não houve o teste do conceito de logística em um contexto ecológico e societal completamente distinto. As referências a Alexandre, Roma e Bonaparte foram possíveis porque todas essas condições logísticas são próximas daquelas observadas na Campanha de 1777. A confirmação desse atributo fica para um estudo futuro.

BIBLIOGRAFIA CITADA DA PARTE II.

- ARMENGAUD, André. 1970. *Population in Europe, 1700-1914*. London: Collins Clear-Type.
- BALLER, William Arthur. 1994. "Military Mobilization during the American Revolution in Marblehead and Worcester, Massachusetts." Tese de doutorado, Clark University.
- BARNES, Ian. 2000. *The Historical Atlas of the American Revolution*. New York: Routledge.
- BECKER, Ann Marie. 2005. "Smallpox in Washington's army: Strategic implications of the disease during the American Revolutionary War." Tese de doutorado. State University of New York at Stony Brook.
- BIRD, Harrison. 1963. *March to Saratoga, General Burgoyne and the American Campaign, 1777*. New York: Oxford University Press.
- BLACK, Jeremy. 2002. *America as a Military Power: From the American Revolution to the Civil War*. Westport: Praeger.
- BLACK, Jeremy. 2004. *War For America: The Fight For Independence, 1775-1783*. Diane Pub Co.
- BODLE, Wayne, e Jacqueline Thibaut. 1980. *Valley Forge Historical Rsearch Report*. Valley Forge: US Department of Interior.
- BOWLER, R. Arthur. 1978. "Logistics and Operations in the American Revolution." in *Reconsiderations on the Revolutionary War*. Westport: Greenwood Press.
- BOWLER, R. Arthur. 1975. *Logistics and the Failure of the British Army in America 1775-1783*. Princeton: Princeton University Press.
- BRAUDEL, Fernand. 1977. *Afterthoughts on Material Civilization and Capitalism*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- BREWER, John. 1989. *The Sinews of Power: War, Money and the English State, 1688-1783*. London: Unwin Hyman.
- BROOKS, Victor, e Robert HOHWALD. 1999. *How America Fought Its Wars: Military Strategy From The American Revolution To The Civil War*. Conshohocken: Combined Publishing.
- BROWN, Richard. 1973. "Violence and the American Revolution ." Pp. 81-120 in *Essays on the American Revolution*, organizado por Don Higginbotham. Chapel Hill: University of North Carolina.
- BUCHANAN, John. 2004. *The Road to Valley Forge: How Washington Built the Army That Won the Revolution*. Hoboken: Wiley.
- CARR, Caleb. 2004. "William the Pitt the Elder and the Avoidance of the American Revolution." in *What Ifs? of American History*. New York: Berkley Trade.
- CIPOLLA, Carlo. 1993. *Before the Industrial Revolution*. New York: WW Norton.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1993. *Campagne de 1814*. Paris: Ivrea.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1992. *Campagne de 1815 en France*. Paris: Ivrea.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1984. *On War*. Princeton: University of Princeton Press.

- CLAUSEWITZ, Carl von. 1995. *The Campaign of 1812 in Russia*. Jackson: De Capo Press.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1992. "The Campaign of 1814 in Russia." in *Historical and Political Writings*, organizado por Peter Paret e Daniel Moran. Princeton: Princeton University Press.
- COOK, Don. 1995. *The Long Fuse: How England Lost the American Colonies, 1760-1785*. Atlantic Monthly Press. New York.
- CORBETT, Julian S. 1911. *Some Principles of Maritime Strategy*. London, New York: Longmans, Green and Co.
- CURTIS, Edward. 1927. *The Organization of the British Army in the American Revolution*. New York: Oxford University press.
- DANLEY, M.H. 2001. "Military Writings and the Theory and Practice of Strategy in the 18th Century British Army." tese doutoral, Kansas State University.
- DEARY, William Paul. 1996. "Toward Disaster at Fort Washington, November 1776". Tese de doutorado. The George Washington University.
- DELBRÜCK, Hans. 1990a. *The Barbarian Invasions: History of the Art of War Volume II*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- DELBRÜCK, Hans. 1990b. *Warfare in Antiquity: History of the Art of War*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- DUFFY, C. 1985. *The Fortress in the Age of Vauban and Frederick the Great, 1660-1789*. London: Routledge.
- ENGELS, Donald. 1978. *Alexander the Great and the Logistics of the Macedonian Army*. Berkley: University of California Press.
- FERGUSON, E. James. 1961. *The Power of the Purse: A History of American Public Finance, 1776-1790*. University of North Carolina: Chapel Hill.
- FISCHER, Sydney. 1902. *The True History of the American Revolution*. Philadelphia: Lippincott.
- FOX, John. 2000. "Did Clausewitz Win the American Revolutionary War?". Monografia. National War College.
- GAYNOR, Frank. 1951. *New Military and Naval Dictionary*. New York: Greenwood Press.
- Glover, Michael. 1976. *General Burgoyne in Canada and America*. London: Gordon & Cremonesi.
- GREENE, Jack P. 1973. "An Uneasy Connection: an Analysis of the Preconditions of the American Revolution." Pp. 32-80 in *Essays on the American Revolution*. Chapel Hill: University of North Carolina.
- GRIFFITH II, Samuel. 2002. *The War for American Independence*. Urbana: University of Illinois Press.
- GRUBER, Ira. 1978. "British Strategy: The Theory and Practice of Eighteenth-Century Warfare." in *Reconsiderations on the Revolutionary War*. Westport: Greenwood Press.
- HIGGINBOTHAM, Don. 1978. "The American Militia: A Traditional Institution with revolutionary Responsibilities." in *Reconsiderations on the Revolutionary War*. Westport: Greenwood Press.
- HOFFMAN, Elliot. 1982. "The German Soldiers in the American Revolution." Tese de doutorado, University of New Hampshire.

- HUSTON, John A. 1991. *Logistics of Liberty: American Services Supply in the Revolutionary War and After*. Newark: University of Delaware Press.
- HUSTON, John A. 1966. *The Sinews of War: Army Logistics 1775-1953*. United States Army. Washington.
- KETCHUM, Richard M. 1997. *Saratoga: Turning Point of America's Revolutionary War*. New York: Henry Holt and Co.
- LECKY, William, & James WOODBURN. 1898. *The American Revolution, 1763-1783*. New York: D. Appleton and Company.
- LESSER, Charles. 1976. *The Sinews of Independence*. Chicago: University Of Chicago Press.
- LOWELL, Edward. 1884. *The Hessians and the others German Auxiliaries of Great Britain in the Revolutionary War*. New York: Harper & Brothers Publishers.
- LUZADER, John F. 2008. *Saratoga: A Military History of the Decisive Campaign of the American Revolution*. New York: Savas Beatie.
- MACKSEY, Piers. 1993. *The War for America: 1775-1783*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- MANN, Michael. 1993. *The Sources of Social Power: The Rise of Classes and Nation-States, 1760-1914*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MCCULLOUGH, David. 2003. "What the Fog Wrought: The Revolution's Dunkirk, August 29, 1776." in *What Ifs? of American History*. New York: Berkley Trade.
- MIDDLEKAUFF, Robert. 1985. *The Glorious Cause: The American Revolution, 1763-1789*. New York: Oxford University Press.
- MINTZ, Max M. 1992. *The Generals of Saratoga: John Burgoyne and Horatio Gates*. New York: Yale University Press.
- MOORE, Barrington. 1967. *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Boston: Beacon Press.
- MOORE, Jason. 2003. "Capitalism as World-ecology: Braudel and Marx on Environmental History." *Organization & Environment* 16:431-458.
- NELSON, James L. 2008. *George Washington's Secret Navy*. 1^o ed. New York: International Marine/Ragged Mountain Press.
- PARET, Peter. 1992. "The Relationship between the American Revolutionary War and European Military Thought and Practice." Pp. 26-38 in *Understanding War*. Princeton: Princeton University Press.
- PARKER, David. 2000. *Revolutions: The Revolutionary Tradition in the West, 1560-1991*. London: Routledge.
- PATTERSON, Samuel. 1941. *Horatio Gates: Defender of American Liberties*. New York: Columbia University Press.
- PROENÇA JÚNIOR, Domício, & Eugenio DINIZ. 2004. "O Fenômeno da Guerra." Manuscrito. Grupo de Estudos Estratégicos.
- QUIGLEY, Carroll. 1983. *Weapons Systems and Political Stability*. Washington: University Press of America.
- RISCH, Erna. 1981. *Supplying Washington's Army*. US Army. Washington.
- RODGER, N.A.M. 2004. *The Command of the Ocean: A Naval History of Britain 1649-1815*. London: WW Norton.

- ROYSTER, Charles. 1979. *A Revolutionary People at War: The Continental Army and American Character, 1775-1783*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- SARGENT, Walter Leslie. 2004. "Answering the Call to Arms: The Social Composition of the Revolutionary Soldiers of Massachusetts, 1775-1783." Tese de doutorado, University of Minnesota.
- SAVAS, Theodore P. , & David DAMERON. 2006. *A Guide to the Battles of the American Revolution*. New York: Savas Beatie.
- SHY, John. 1993. "Logistical Crisis and the American Revolution." Pp. 161-182 in *Feeding Mars: logistics in Western Warfare from Middle Ages to the Present*, organizado por John Lynn. Boulder: Westview Press.
- SHY, John. 1973. "The American Revolution The Military Conflict Considered as a Revolutionary War." Pp. 121-156 in *Essays on the American Revolution*. Chapel Hill: University of North Carolina.
- SOBEL, Robert. 1997. *For Want of a Nail: If Burgoyne Had Won at Saratoga*. London: Greenhill Books.
- SYMONDS, Craig, e William CLIPSON. 1986. *A Battlefield Atlas of the American Revolution*. Baltimore: Nautical & Aviation Publishing .
- SYRETT, David. 1998. *The Royal Navy in European Waters During the American Revolutionary War*. University of South Carolina Press.
- SYRETT, David. 1970. *Shipping and the American War 1775-83 - A Study of British Transport Organization*. Athlone Press, London.
- TILLY, Charles. 1975. "Food Supply and Public Order in Modern Europe." Pp. 380-455 in *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton: Princeton Univeristy Press.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. 1899. *Democracy in America - Vol I*. New York: D. Appleton and Company.
- WALKER, Paul. 1981. *Engineers of Independence: A Documentary History of the Army of Engineers in the American Revolution, 1775-1783*. Washington: US Office of Chief of Engineers.
- WRIGHT JR., Robert. 1983. *The Continental Army*. Washington: US Center of Military History

5. CONCLUSÃO.

A presente tese é produto de uma pesquisa doutoral motivada por duas decisões sobre a necessidade de se prover a conceituação da logística pela Teoria da Guerra de Clausewitz. Por um lado, ela foi resultado de uma insatisfação do resultado produzidos na trajetória de mestrado. Por outro lado, ela oferecia a oportunidade de uma formação ampla em Estudos Estratégicos.

Nesta última seção do documento, é oportuno um memorial da trajetória doutoral. Essa breve narrativa colige decisões tomadas, tarefas realizadas e considerações adicionais que são complementares à compreensão da trajetória doutoral.

A proposta de pesquisa sobre logística a partir da Teoria da Guerra de Clausewitz foi desdobramento de um empreendimento intelectual particular e, apenas depois, como resultado da revisão da literatura. A busca por uma base conceitual para logística veio de duas motivações originadas de frustrações em empreendimentos acadêmicos anteriores.

A insatisfação motivadora foi gerada no decorrer do projeto de minha dissertação de mestrado. Essa tinha como objeto o desenvolvimento de um entendimento de operações expedicionárias derivado do estudo da campanha ofensiva da Teoria da Guerra de Clausewitz, com aplicação ao caso dos *US Marine Corps* e da *82nd Airborne Division* (DUARTE, 2003). Foi nesse estudo que se percebeu como a logística possui um atributo particular na conduta da guerra.

Chegou-se a entender que os aspectos logísticos como um atributo intrínseco da deficiência qualitativa da campanha ofensiva, e mesmo a definir que “expedicionariedade como o drama logístico do ataque”. Entretanto, havia um empecilho diante à perspectiva adotada. Não existia um real conceito de logística que servisse de arcabouço para avanço conceitual do que fossem campanhas ofensivas. A definição então adotada - a de Crevelde: “*the practical art of moving armies and keeping them supplied*” (CREVELD, 1977, p. 2) - era uma definição simples e descritiva, derivada de Jomini, mas que também era incompatível com o entendimento conceitual de Clausewitz. Diante disso,

percebeu-se os limites dessa linha de pesquisa e, conseqüentemente, do próprio avanço no estudo dos elementos logísticos no desenho de campanhas.

A segunda frustração motivadora veio da oportunidade de um curso de curta duração na *National Defense University* ainda em 2003 e da possibilidade de questionar sobre o entendimento sobre forças expedicionárias, desenvolvido durante o mestrado. A questão que se levava era sobre a base conceitual do projeto de força e planejamento logístico das divisões aeroterrestres dos Estados Unidos. No entanto, o acesso à literatura mais especializada disponível e mesmo a entrevistas com professores especialistas em projeto de força ou na *82nd Airborne Division* não foram capazes de oferecer explicações satisfatórias.

O mais próximo de uma resposta que se chegou foi entender que o modelo de divisão pára-quedista dos Estados Unidos foi uma reprodução da proposta original alemã, adaptada ao longo do tempo por questões *ad hoc* e pontuais, dos Estados Unidos na II Guerra Mundial, que hoje não se sabe muito bem quais eram⁷⁸. Principalmente porque essas correções eram específicas, técnicas e em função da experiência e da vivência dos vários regimentos de infantaria pára-quedistas. Esses, por sua vez, não foram criados numa mesma época e proposta, mas ao longo de décadas e re-allocados, re-organizados, desativados e re-ativados até o presente momento (FLANAGAN, 2003). Esse é um problema grave porque quando se retorna ao debate de reformulação de forças pára-quedistas, não existe sequer uma discussão histórica do problema, muito menos conceitual de maneira geral. Reformula-se o debate expressando um problema como uma questão específica, órfã apenas de uma solução específica, *ab initio*. Por exemplo, a reformulação da *82nd* frente aos problemas encontrados na Operação Escudo no Deserto em 1990 (MATSUMARA, 2000), ou criação e já presente necessidade de atualização das brigadas *Stryker* frente à realidade no

⁷⁸ Apenas muito recentemente, pela pesquisa para a análise crítica da Primeira Campanha de 1951 na Coréia, que não foi incluída nesta tese, descobriu-se que o autor de tal decisão foi General Matthew Ridgway quando ele assumiu o comando da 82ª Divisão Aeroterrestre em 1942. Na preparação para a guerra, houve a falta de planadores, o que fez com que houvesse a mudança do projeto original alemão de uma divisão composta por 2 regimentos de planadores e um de pára-quedistas, para dois regimentos de pára-quedistas e apenas 1 de planadores (SOFFER, 1998, pp. 40-44).

Iraque desde 2003 (VICK *et al*, 2002)⁷⁹. Esse entendimento justificou na época do encerramento do curso na *National Defense University* que apontasse críticas conceituais ao “conceito” de projeto de força. Entre elas, a mais significativa, a falta de seu amparo na Teoria da Guerra e numa teoria da logística a partir dela (DUARTE, 2004).

Como consequência disso, a proposta de pesquisa doutoral em 2005 sobre o conceito de logística derivado da Teoria da Guerra foi uma decisão natural. Da mesma maneira, também foi o que permitiu a condição relativamente avançada desta proposta com sua publicação no *Journal of Strategic Studies* (PROENÇA JÚNIOR & DUARTE, 2005).

A partir daí, a trajetória doutoral seguiu quatro linhas convergentes de desenvolvimento. A primeira foi de estudo e pesquisa em História da Guerra, baseada em DELBRÜCK (1990), CORBETT (1907; 1911; 1919), QUIGLEY (1983), TILLY (1975), MOORE (1967), HINTZE (1975), CIPOLLA (1974; 1993); complementados de estudos temáticos transversais como fortificações e sítios, armamentos “brancos”, blindagem e guerra marítima. A principal finalidade disso tudo foi dar bases empíricas para a reflexão da Teoria da Guerra. A seleção dos estudos de casos de Bizâncio, Revolução Americana e Guerra da Coréia surgiram dessa trajetória.

Uma segunda linha desenvolvida foi de estudo epistemológico baseado no atendimento ao curso de Filosofia Política do IUPERJ e do estudo de Lakatos, com a perspectiva de amadurecer uma perspectiva crítica e autônoma da Teoria da Guerra. Um produto disso foi a proposição de uma perspectiva particular das proposições epistemológicas de Clausewitz, amparando-se em comparações com a Filosofia Política Moderna, especialmente Espinosa (DUARTE, 2006).

A terceira linha de estudo foi o estudo de textos clássicos. O objetivo dessa linha de estudo era o ganho de erudição a partir de uma seleta de textos na temática de guerra do *Great Books of Western World* organizada por ADLER (1952), de volumes da *História da Civilização Ocidental* de DURANT e DURANT (1957) e

79 Uma proposta de tratamento dessas questões sobre forças aeromóveis foi submetida ao CNPq pelo meu orientador, em que haveria minha participação como colaborador, sem ter sido aprovada.

da antologia de textos clássicos do pensamento estratégico mundial de CHALIAND (1994). Essa leitura clássica foi contraposta por uma seleta resultada do levantamento do banco de dados de artigos científicos. O objetivo desse contraponto era ter uma perspectiva contemporânea da produção em Estudos Estratégicos.

A quarta linha de estudo, que antecedeu o estágio de redação da tese, foi um amplo estudo de História da Guerra através de três casos que se julgava necessário para o teste do potencial trans-histórico do conceito de logística. Além da pesquisa para um teste em uma guerra moderna através do estudo da Campanha de 1777 em Saratoga, selecionou-se um caso antigo e um contemporâneo – respectivamente, a Campanha de 1071 de Manzikert e a Primeira Campanha de 1951 da Guerra da Coreia. Essas duas pesquisas históricas não foram convertidas em análises críticas. A primeira por inviabilidade de fontes e a segunda por inviabilidade de tempo. Ainda assim, o estudo preliminar da arte da guerra bizantina e um estudo mais avançado da arte da guerra dos Estados Unidos foram satisfatórios como arrimos de formação doutoral e foram conhecimentos úteis no avanço da interpretação e comunicação da proposta do conceito de logística e constituem ainda itens relevantes de uma agenda de pesquisa.

Esse memorial possibilita traçar a gama de pontes de diálogo interdisciplinares da presente tese doutoral. Ela é diretamente associada ao campo dos Estudos Estratégicos, desde que seu foco é o uso da força. Porém, seu desdobramento corresponde ainda às perspectivas da Engenharia de Produção ao apontar critérios de inferência e reforma de instituições militares e governamentais, além das formas apropriadas de suas inserções em uma sociedade. Nesse último aspecto, existe um claro vínculo com a Ciência Política e as Relações Internacionais, desde que toda a discussão gira em torno à produção e delegação de meios de força, de poder objetivo, para ordenamento de uma sociedade no enfrentamento com outras. Mais que isso, o âmago do debate clausewitziano do conceito de logística é democrático desde que se relaciona à possibilidade de estudo e debate claros de conversão de recursos sociais ao Estado para a apropriada realização de sua função de provimento de segurança.

Um último vínculo dessa tese é com a História. Mais que isso, tinha-se a ambição de comprovação de sua contribuição trans-histórica. A partir da epistemologia da Teoria da Guerra, isso significa que o conceito de logística combinaria a capacidade de educar o juízo do analista e do comandante sobre as atividades preparatórias da guerra e de investigar seus efeitos no fenômeno da guerra em qualquer período da História da Guerra. Isso resultaria em uma melhor comprovação que o conceito de logística como integral à Teoria da Guerra, possuindo o mesmo status dos outros termos dessa teoria e passível de ser empregado combinadamente a todos eles. Para tal, ainda é necessário o exercício de mais estudos de caso em períodos históricos e em condições políticas, estratégicas e logísticas distintas.

Para correspondência com a totalidade do potencial da Teoria da Guerra, é necessária a condução de pelo menos um estudo de campanha no contexto de uma guerra limitada. Nesse sentido, existe a previsão de condução da análise crítica da Primeira Campanha de 1951 desde que seu material de análise já está organizado. Portanto, este é o primeiro e principal item de uma agenda de pesquisa.

A contribuição desta tese doutoral é o enquadramento conceitual da logística a partir da Teoria da Guerra de Carl von Clausewitz, apresentado no capítulo 2.

Seu conteúdo distintivo é a definição da logística como um conceito analítico que visa dar insumos para a consideração das atividades preparatórias da arte da guerra - criação, movimentação, posicionamento e manutenção das forças combatentes - para o uso destas forças na conduta da guerra. Dessa maneira, seu recorte é unicamente o do ponto de vista do enfrentamento.

Esta contribuição tem como consequência o provimento de um arcabouço cientificamente corroborado para a vinculação, classificação e avaliação da ampla gama de aspectos técnicos, econômicos e sociais das diversas atividades que são necessárias ou podem vir a servir aos esforços dos enfrentamentos da guerra. Por um lado, isso oferece uma substantiva simplificação e avanço conceitual no estudo da logística, o que supera um óbice secular do pensamento estratégico ocidental. Por outro lado, permite o uso da Teoria da Guerra como arcabouço na consideração sinérgica e convergente de uma série de atividades da realidade, que eram anteriormente amparadas pelo simples acúmulo de

saberes e experimentação com pouca articulação entre si. Todas essas deficiências da consideração anterior da logística estão discutidas no capítulo 1.

Uma segunda contribuição desta tese é a recuperação e expansão do método de análise crítica (*Kritik*). A fim de se verificar o conceito de logística, houve a produção de excedente empírico corroborado pela aplicação da proposta em articulação com a Teoria da Guerra no estudo da Campanha de 1777 em Saratoga, desenvolvido no capítulo 4.

O desenvolvimento da estrutura do método de análise crítica de Clausewitz utilizado foi o principal desafio da pesquisa doutoral. Reconhece-se que o desenvolvimento do capítulo 3 desta tese foi o último estágio de sua elaboração para qualificação plena e transparente dos procedimentos conduzidos na segunda parte da tese e ainda para a satisfação dos requisitos de cientificidade de LAKATOS (1978; 1999), aos quais se comprometeu.

Tal dificuldade ocorreu na codificação e organização das estruturas e procedimentos de análise crítica presentes no *Da Guerra* e nos estudos de campanha, desde que esses aspectos variam. Não se encontrou um modelo unívoco e pronto para a aplicação da análise crítica. Houve a necessidade de sintetizar e justificar um modelo de análise crítica, principalmente para a incorporação das emendas necessárias para uma análise mais ampla da arte da guerra que originalmente intencionado por Clausewitz, com a incorporação de proposições conceituais e metodológicas de QUIGLEY (1983) e DELBRÜCK (1990).

Antecipava-se a insuficiência de referências que servissem de apoio para a aplicação da análise crítica, mas não a sua completa ausência. A literatura reconhece o poder explanatório e pedagógico do arcabouço clausewitziano, porém se especula que desde Delbrück em 1900 e Corbett em 1911, não houve uma obra que explicitamente tentou aplicar o método de estudo de Clausewitz. Por isso, o esforço resultante no capítulo 3 é também uma contribuição original que não se esperava ter que empreender. Sua realização deu-se pela condição insuficiente do campo dos Estudos Estratégicos e não por meta traçada de pesquisa doutoral.

Entende-se que a articulação dessas duas contribuições tem como principal consequência a expansão da heurística positiva do Programa de Pesquisa de

Científica Clausewitziano. Existe considerável consolidação na proposta da Teoria da Guerra como o marco teórico dos Estudos Estratégicos.

Os resultados foram a indicação do conceito de logística como um critério de convergência de estágios distintos do pensamento de Clausewitz, o que possibilita a articulação de textos e mesmo a incorporação ao arcabouço da Teoria da Guerra, documentos difíceis de serem abarcados de outra forma. O enquadramento da *Teoria dos Enfrentamentos* (CLAUSEWITZ, 1980; 1998) é um resultado importante nesse sentido e que se abre como um horizonte promissor e aqui se identifica como um segundo item de agenda de pesquisa para expansão da análise tática da guerra. Adicionalmente, existem claros relacionamentos entre as proposições de Clausewitz neste documento com proposições conceituais e análises históricas de Delbrück, Hintze e Quigley. Inclusive com um horizonte promissor de relacionamento entre a história das organizações de força e a história política.

Um terceiro resultado é que a articulação da análise crítica com a historiografia da arte da guerra avança na heurística positiva da Teoria da Guerra de Clausewitz. Isso significa que se avança na delimitação de condições ideais nas quais a Teoria da Guerra é mais bem empregada, elementos metodológicos adicionais, questões transversais, bases empíricas e com o potencial benefício de avanço interdisciplinar entre Estudos Estratégicos, História, Sociologia e Relações Internacionais.

Portanto, um terceiro item da agenda de pesquisa é a consolidação da proposta de estudo da logística como um horizonte acadêmico, e a aferição se sua capacidade de contribuir na atualização de uma sociologia histórica internacional. Proposta esta que se entende ser Clausewitz um dos seus pais fundadores. Este é ainda um item que apresenta o potencial ainda se explorado da Teoria da Guerra para estudos políticos. Sua capacidade de lidar e relacionar com o fenômeno do uso da força em estruturas políticas domésticas e internacionais é algo que possibilita considerar o horizonte de progresso epistemológico da Teoria da Guerra como uma macroteoria da política, em articulação das proposições formuladas por WALTZ (1979, p. 154), quando da formulação de sua teoria da microteoria da política (internacional).

Por fim, é importante enfatizar que o estudo da guerra, como almejado por Clausewitz, nunca é terminado, assim como a teoria da guerra nunca estará finalmente pronta. Existe um efeito de acúmulo e avanço de conhecimento pela análise crítica e pela “intuição intelectual” que é contínuo. Isso se relaciona, claramente, com a atitude ética e capacidade epistemológica de um programa de pesquisa científica segundo LAKATOS (1999).

BIBLIOGRAFIA CITADA NA CONCLUSÃO.

- ADLER, Mortimer. 1952. *Great Books of Western World*. London: Encyclopaedia Britannica.
- CHALIAND, G. 1994. *The Art of War in World History: From Antiquity to the Nuclear Age*. Berkeley: University of California Press.
- CIPOLLA, Carlo. 1993. *Before the Industrial Revolution*. New York: WW Norton.
- CIPOLLA, Carlo. 1974. *The Economic History of World Population*. Harmondsworth: Penguin.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1980. "Leitfaden zur Bearbeitung der Taktik oder Gefechtslehre." Pp. 1099-1180 in *Vom Kriege*. Troisdorf: Werner Halweg.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1998. *Theorie du Combat*. Paris: Economica.
- CORBETT, Julian S. 1907. *England in the Seven Years' War; a study in combined strategy*. London, New York, Bombay, Calcutta: Longmans, Green.
- CORBETT, Julian S. 1911. *Some Principles of Maritime Strategy*. London, New York: Longmans, Green and Co.
- CORBETT, Julian S. 1919. *The Campaign of Trafalgar*. London, New York: Longmans, Green and Co.
- CREVELD, Martin van. 1977. *Supplying War: from Wallenstein to Patton*. New York: Cambridge University Press.
- DELBRÜCK, Hans. 1990. *History of the Art of War in the Framework of Political History - Vols I-IV*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- DUARTE, Érico. 2006. "Clausewitz e a Filosofia." Manuscrito. Grupo de Estudos Estratégicos.
- DUARTE, Érico. 2003. "Combate Além do Horizonte: a Projeção de Força Rápida dos EUA." Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ.
- DUARTE, Érico. 2004. "Três Críticas ao Conceito de Projeto de Força." Manuscrito. Grupo de Estudos Estratégicos.
- DURANT, Will, e Ariel DURANT. 1957. *A História da Civilização Ocidental: vols. I a IV*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- FLANAGAN, E.M.J. 2003. *Airborne: A Combat History of American Airborne Forces*. Presidio Press.
- HINTZE, Otto. 1975. *The Historical Essays of Otto Hintze*. New York: Oxford University Press.
- LAKATOS, Imre. 1999. *Philosophical Papers Volume 1: The Methodology of Scientific Research Programmes*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LAKATOS, Imre. 1978. *The Methodology of Scientific Research Programs*. New York: Cambridge University Press.
- MATSUMARA, John. 2000. *Lightning over Water*. Santa Monica: Rand.
- MOORE, Barrington. 1967. *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Boston: Beacon Press.
- PROENÇA JÚNIOR, Domício, e Érico DUARTE. 2005. "The Concept of Logistics derived from Clausewitz: All That is Required so That the Fighting Force Can Be Taken as a Given." *Journal of Strategic Studies* 28:645-677.

- QUIGLEY, Carroll. 1983. *Weapons Systems and Political Stability*. Washington: University Press of America.
- SOFFER, Jonathan. 1998. *General Matthew B. Ridgway: from Progressivism to Reaganism, 1895-1993*. Westport: Praeger.
- VICK *et al*, A.J. 2002. *The Stryker Brigade Combat Team: Rethinking Strategic Responsiveness and Assessing Deployment Options*. Santa Monica: Rand.
- WALTZ, Kenneth. 1979. *Theory of International Politics*. New York: McGraw-Hill.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA.

- ADLER, Mortimer. 1952. *Great Books of Western World*. London: Encyclopaedia Britannica.
- ARON, R. 1986a. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Ed.UnB.
- ARON, R. 1986b. *Pensar a Guerra, Clausewitz*. Brasília: Ed. UnB.
- ARTÉUS, Gunnar. 2002. "Military History: a Historiography." *Militärhistorisk tidskrift* 23:213-224.
- BACHRACH, Bernard. 1994. "Medieval Siege Warfare: A Reconnaissance." *The Journal of Military History* 58:119-133.
- BACHRACH, Bernard. 1999. "The Siege of Antioch: A Study in Military Demography." *War in History* 6:127-147.
- BACHRACH, Bernard. 2001. *Early Carolingian Warfare: Prelude to Empire*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- BACHRACH, Bernard. 2004. "Charlemagne and the Carolingian General Staff." *Journal of Military History* 66:313-357.
- BALLANTINE, D.S. 1947. "US Naval Logistics in the Second World War." Tese de doutorado, Harvard University.
- BASSFORD, Christopher, e J. Villacres. 1995. "Reclaiming the Clausewitzian Trinity." *Parameters* 25:9-19.
- BASSFORD, Christopher. 1994a. *Clausewitz in English: The Reception of Clausewitz in Britain and America 1815-1945*. New York: Oxford University Press.
- BASSFORD, Christopher. 1994b. "John Keegan and the Grand Tradition of Trashing Clausewitz." *War in History* 1:319-336.
- BASSFORD, Christopher. 2003. "Teaching the Clausewitzian Trinity." <http://www.clausewitz.com/readings/Bassford/Trinity/TrinityTeachingNote.htm>.
- BASSFORD, Christopher. 2007. "Tip-Toe through the Trinity or the Strange Persistence of Trinitarian Warfare." <http://www.clausewitz.com/readings/Bassford/Trinity/Trinity8.htm>.
- BETAQUE, Norman. 1998. *Naval Expeditionary Logistics*. Washington: National Academy Press.
- BETTS, Richard. 1997. "Should Strategic Studies Survive?." *World Politics* 50:7-33.
- BEYERCHEN, A. 2007. "Clausewitz and the Non-Linear Nature of Warfare: Systems of Organized Complexity." Pp. 45-56 in *Clausewitz in the Twenty-First Century*. New York: Oxford University Press.
- BLACKLEDGE, Matthew. 2003. "Professionals Talk Logistics." *Marine Corps Gazette* 87:40-51.
- BOWLER, R. Arthur. 1975. *Logistics and the Failure of the British Army in America 1775-1783*. Princeton: Princeton University Press.
- BRODIE, B. 1949. "Strategy as a Science." *World Politics* 1:467-488.
- BRODIE, B., e Fawn Brodie. 1962. *From Crossbow to H-Bomb*. Indiana University Press. BLOOMINGTON.

- BROWN, Michael E., Sean M. LYNN-JONES, e Steven E. MILLER. 1995. *Perils of Anarchy: Contemporary Realism and International Security*. Cambridge: The MIT Press.
- BULL, Hedley. 1968. "Strategic Studies and its Critics." *World Politics* 20:593-605.
- BUZAN, Barry. 1987. *An Introduction to Strategic Studies: Military Technology and International Relations*. Palgrave Macmillan.
- CAEMMERER, Rudolf von. 1983. *The Development of Strategical Science during the 19th Century*. Washington: US Army War College (originalmente de 1905).
- CAMPOS, Tiago. 2005. *A Ciência da Polícia e o Novo Profissionalismo: Bittner à Luz de Clausewitz*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ (dissertação de mestrado).
- CHALIAND, G. 1994. *The Art of War in World History: From Antiquity to the Nuclear Age*. Berkeley: University of California Press.
- CHALIAND, G. 1994. *The Art of War in World History: From Antiquity to the Nuclear Age*. Berkeley: University of California Press.
- CHAUÍ, Marilena. 2001. *Epinosa: uma Filosofia da Liberdade*. SÕo Paulo: Moderna.
- CHORIN, E.D. 2000. "Von Clausewitz Meets Sea-Air: Examining the Link between Internal Transportation Infrastructure, Transshipment and Income Growth in the Republic of Yemen." Tese de doutorado, University of California.
- CHRISTENSEN, Thomas J. 1996. *Useful Adversaries: Grand Strategy, Domestic Mobilization, and Sino-American Conflict, 1947-1958*. Princeton: Princeton University Press.
- CIPOLLA, Carlo. 1974. *The Economic History of World Population*. Harmondsworth: Penguin.
- CIPOLLA, Carlo. 1993. *Before the Industrial Revolution*. New York: WW Norton.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1966. *Schriften, Aufsätze, Studien, Briefe*. organizado por Werner Hahlweg. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1979. *Campagne de 1799 en Italie et en Suisse*. Paris: Ivrea.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1980. "Leitfaden zur Bearbeitung der Taktik oder Gefechtslehre." Pp. 1099-1180 in *Vom Kriege*. Troisdorf: Werner Halweg.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1980. "Leitfaden zur Bearbeitung der Taktik oder Gefechtslehre." Pp. 1099-1180 in *Vom Kriege*. Troisdorf: Werner Halweg.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1980. "Leitfaden zur Bearbeitung der Taktik oder Gefechtslehre." Pp. 1099-1180 in *Vom Kriege*. Troisdorf: Werner Halweg.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1980. *Vom Kriege*. Troisdorf: Dummlers Verlag.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1984. *On War*. Princeton: University of Princeton Press.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1992. "The Campaign of 1814 in Russia." in *Historical and Political Writings*, organizado por Peter Paret e Daniel Moran. Princeton: Princeton University Press.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1992. *Campagne de 1815 en France*. Paris: Ivrea.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1992. *Historical and Political Writings (ed. Peter Paret & Daniel Moran)*. Princeton: Princeton University Press.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1993. *Campagne de 1814*. Paris: Ivrea.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1995. *The Campaign of 1812 in Russia*. Jackson: De Capo Press.

- CLAUSEWITZ, Carl von. 1998. *Theorie du Combat*. Paris: Economica.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1999. *La Campagne de 1796 en Italie*. Pocket.
- COLLINS, E.M. 1955. "Clausewitz and Democracy's Modern Wars." *Military Affairs* 19:15-20.
- CORBETT, Julian S. 1907. *England in the Seven Years' War; a study in combined strategy*. London, New York, Bombay, Calcutta: Longmans, Green.
- CORBETT, Julian S. 1911. *Some Principles of Maritime Strategy*. London, New York: Longmans, Green and Co.
- Corbett, Julian S. 1919. *The Campaign of Trafalgar*. London, New York: Longmans, Green and Co.
- CRAIG, Gordon. 1986. "Delbrück: The Military Historian." Pp. 326-353 in PARET, *Makers of Modern Strategy*. Princeton: Princeton University Press.
- CREUZINGER, Paul. 1908. *Die Probleme des Krieges, vol 1: 'Das Problem der Taktik'*. Leipzig: Wilhelm Engelmann.
- CREVELD, Martin van. 1977. *Supplying War: from Wallenstein to Patton*. New York: Cambridge University Press.
- CREVELD, Martin van. 1989. *Technology and War*. New York: New Press.
- CREVELD, Martin Van. 1991. *The Transformation of War: The Most Radical Reinterpretation of Armed Conflict Since Clausewitz*. New York: Free Press.
- CREVELD, Martin van. 2006. "Guerra em 2025." *Revista da Escola de Guerra Naval* 8:6-19.
- CROWL, Phillip. 1986. "Alfred Thayer Mahan – the Naval Historian." Pp. 444-480 in PARET, *Makers of Modern Strategy*. Princeton: Princeton University Press.
- DELBRÜCK, Hans. 1990. *History of the Art of War in the Framework of Political History - Vols I-IV*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- DELBRÜCK, Hans. 1990. *Warfare in Antiquity: History of the Art of War*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- DELBRÜCK, Hans. 1990. *The Barbarian Invasions: History of the Art of War Volume II*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- DELBRÜCK, Hans. 1990. *The Dawn of Modern Warfare: History of the Art of War Volume IV*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- DENNIS, George T. 1985. *Three Byzantine Military Treatises*. Washington: Dumbarton Oaks Research Library and Collection.
- DENNIS, George T. 2001. *Maurice's Strategikon: Handbook of Byzantine Military Strategy*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- DIAMOND, J. 1999. *Guns, Germs, and Steel*. New York: Norton.
- DINIZ, Eugenio. 2002. *Clausewitz, o Balanço Ataque-Defesa e a Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ.
- DUARTE, Érico. 2003. "Combate Além do Horizonte: a Projeção de Força Rápida dos EUA." COPPE/UFRJ.
- DUARTE, Érico. 2004. "Três Críticas ao Conceito de Projeto de Força." Manuscrito. Grupo de Estudos Estratégicos.
- DUARTE, Érico. 2006. "Clausewitz e a Filosofia." Manuscrito. Grupo de Estudos Estratégicos.

- DUARTE, Érico. 2009. "A Análise Crítica de Clausewitz (Kritik): O Potencial Epistemológico da Teoria da Guerra." in *Textos Seleccionados do II Encontro Nacional da ABED*. São Paulo: Mercado das Letras.
- DUNN, Jeffrey. 2004. "Feeding the Beast." *Marine Corps Gazette* 88:50-55.
- DURANT, Will, e Ariel DURANT. 1957. *A História da Civilização Ocidental: vols. I a IV*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- DURANT, Will. 1996. *A História da Filosofia*. Rio de Janeiro: Nova Cultural.
- DUYVESTYEN, I. 2004. *Rethinking the Nature of War*. London: Routledge.
- EARLE, E.M. 1940. "National Defense: A Program of Studies." *The Journal of the American Military Institute* 4:199-208.
- EARLE, E.M. 1943a. "Introduction." in *Makers of Modern Strategy*. Princeton: Princeton University Press.
- EARLE, E.M. 1943b. *Makers of Modern Strategy*. Princeton: Princeton University Press.
- ECCLES, Henry. 1959. *Logistics in the National Defense*. Harrisburg: Stackpole Books.
- ECHEVARRIA II, Antulio J. 2000. *After Clausewitz: German Military Thinkers before the Great War*. Lawrence: University Press of Kansas.
- ECHEVARRIA II, Antulio J. 2007. *Clausewitz and Contemporary War*. Oxford University Press.
- EDITORIAL. 1950. "Guide to the Writing of American Military History." *Military Affairs* 14:7-52.
- ENGELS, Donald. 1978. *Alexander the Great and the Logistics of the Macedonian Army*. Berkley: University of California Press.
- ENGELS, Donald. 1990. *Roman Corinth: An Alternative Model for the Classical City*. 1º ed. University Of Chicago Press.
- ENGELS, Donald. 2001. *Classical Cats : The Rise and Fall of the Sacred Cat*. 1º ed. Routledge.
- ESPINOSA, Benedito de. 2000. *Ética*. São Paulo: Nova Cultural.
- ESPINOSA, Benedito de. 2000. *Tratado da Correção do Intelecto*. São Paulo: Nova Cultural.
- EVANS, Peter B., Dietrich Rueschemeyer, e Theda Skocpol. 1985. *Bringing the State Back In*. Cambridge University Press.
- FALK, Stanley. 1986. "Introduction." Pp. xi-xxviii in *Pure Logistics* . Washington: George Thorpe.
- FLANAGAN, E.M.J. 2003. *Airborne: A Combat History of American Airborne Forces*. Presidio Press.
- FOUCAULT, M. 2003. *Society must be defended*. New York: Picadora.
- FOXTOM, PD. 1994. "What is this thing called logistics." Pp. 1-10 in *Powering War: Modern Land Force Logistics*. London.
- FULLER, J.F.C. 1945. *Armament and History*. New York: Da Capo Press.
- GAT, Azar. 2001. *A History of Military Thought*. New York: Oxford University Press.
- GILBERT, Felix. 1975. "Introduction." Pp. 3-30 in *The Historical Essays of Otto Hintze*. New York: Oxford University Press.

- GILBERT, Felix. 1980. "From Clausewitz to Delbrück and Hintze: Achievements and Failures of Military History." *Journal of Strategic Studies* 3:11-20.
- GILBERT, Felix. 1986. "Machiavelli: The Renaissance of the Art of War." In PARET *Makers of Modern Strategy*. Princeton: Princeton University Press.
- GOLDBERG, A. 1980. "Air Logistics: Its Role in the European Theater in World War II." Tese de doutorado, Johns Hopkins University .
- GOMES, Mauro, e Domício PROENÇA JÚNIOR. 2001. "Tactical Performance Evaluation: A Conceptual Framework." *International Test And Evaluation Association Journal* 22.
- GRAY, Colin S. 1977. "Across the Nuclear Divide, Strategic Studies Past and Present." *International Security* 2:24-46.
- GRAY, Colin S. 2004. *Strategy for Chaos: Revolutions in Military Affairs and The Evidence of History*. London: Frank Cass.
- GRAY, Colin S. 1999. "Clausewitz Rules, OK? The Future is the Past - with GPS." *Review of International Studies* 25:161-182.
- HALDI, Stacy. 2002. "The Influence of Logistics on War Widening." *Defense & Security Analysis* 18:3-14.
- HALDON, John F. 1999. *Warfare, State and Society in the Byzantine World*. London: Routledge.
- HALDON, John F. 2005. *General Issues in the Study of Medieval Logistics: Sources, Problems And Methodologies*. illustrated edition. Brill Academic Publishers.
- HALL, John A. 1994. *The State: Critical Concepts*. New York: Routledge.
- HANDEL, Michael. 1986. "Clausewitz in the Age of Technology." Pp. 51-92 in *Clausewitz and Modern Strategy*. London: Frank Cass.
- HARPER, Douglas. 2001. "Logistics." *Online Etymology Dictionary*.
- HARTMANN, Uwe. 2002. *Carl von Clausewitz and the Making of Modern Strategy*. Potsdam: Books on Demand GmbH.
- HERBERG-ROTHER, Andreas e Hew STRACHAN. 2007. *Clausewitz in the Twenty-First Century*. New York: Oxford University Press.
- HERBERG-ROTHER, Andreas. 2007. *Clausewitz's Puzzle: The Political Theory of War*. New York: Oxford University Press.
- HINTZE, Otto. 1975. "Military Organization and the Organization of State." Pp. 178-215 in. New York: Oxford University Press.
- HINTZE, Otto. 1975. *The Historical Essays of Otto Hintze*. New York: Oxford University Press.
- HOBBS, Thomas. 1974. *Leviatã*. São Paulo: Abril.
- HOBDEN, Stephen, e John M. Hobson. 2002. *Historical Sociology of International Relations*. Cambridge University Press.
- HOBDEN, Stephen. 1998. *International Relations and Historical Sociology: Breaking Down Boundries*. 1º ed. Routledge.
- HOBDEN, Stephen. 1999. "Theorizing the International System: Perspectives from Historical Sociology." *Review of International Studies* 25:257-271.
- HOBSON, John M. 2004. *The Eastern Origins of Western Civilization*. Cambridge University Press.

- HOFFMANN, Stanley. 1978. *Primacy or World Order: American Foreign Policy Since the Cold War*. New York: McGraw-Hill Book Company.
- HOWARD, Michael. 1979. "The Forgotten Dimensions of Strategy." *Foreign Affairs* 57:975-986.
- HOWARD, Michael. 1983. *Clausewitz*. New York: Oxford University Press .
- HOWARD, Michael. 1995. "Preface." in *The Campaign of 1812 in Russia*. Jackson: De Capo Press.
- HOWARD, Michael. 2004. "Military History and the History of War." *Occasional Paper* 48-55.
- HOWARD, Michael. 2007. "Clausewitz's On War: a History of the Howard-Paret Translation." Pp. v-vii in *Clausewitz in the Twenty-First Century*. New York: Oxford University Press.
- HUSTON, James. 1968. "The Logistics of Arnold's March to Quebec." *Military Affairs* 32:110-124.
- IKENBERRY, G. John. 2000. *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars*. Princeton: Princeton University Press.
- JOMINI, Antoine-Henry 1971. *The Art of War*. Westport: Greenwood Press (originalmente edição de 1862).
- JONAH, Johnson. 2009. "A Battle as Yet Not Fought": The Tragic Consequences of Early German Idealism." Tese de doutorado, University of Michigan.
- JONES, Archer. 1987. *The Art of War in the Western World*. New York: Oxford University Press.
- JOXE, Alain. 1987. "Strategic Thinking in Historical Perspective." in *Strategic Doctrines and Their Alternatives*. New York: CRC Press.
- KAPFERER, B. 2004. "Old Permutations, New Formations ? War, State, and Global Transgression." *Social Analysis* 48:64-72.
- KASPERSEN, LB. 2003. *The 'Warfare-Paradigm' in Historical Sociology: Warfare as a driving Historical*. Copenhagen: University of Copenhagen.
- KINROSS, Stuart. 2005. *Clausewitz and America: Strategic Thought and Practice from Vietnam to Iraq*. London: Routledge.
- KISER, Edgar, e HECHTER. 1998. "The Debate on Historical Sociology: Rational Choice Theory and Its Critics." *American Journal of Sociology* 104:785-816.
- KLINGER, Janeen. 2006. "The Social Science of Carl von Clausewitz." *Parameters* 36:79-90.
- KRESS, M. 2006. *Operational Logistics: The Art and Science of Sustaining Military Operations*. Springer.
- KUGLER, Jacek. 1993. "Political Conflict, War, and Peace." Pp. 483-509 in *Political Science: The State of the Discipline II*, organizado por Ada Finifter. Washington: American Political Science Association.
- LAKATOS, Imre. 1970. "Science as Successful Prediction." Pp. 91-195 in *Criticism and the Growth of Knowledge*. New York: Cambridge University Press.
- LAKATOS, Imre. 1978. *The Methodology of Scientific Research Programs*. New York: Cambridge University Press.
- LAKATOS, Imre. 1999. *Philosophical Papers Volume 1: The Methodology of Scientific*
- LANDES, David. 1996. *A Riqueza e Pobreza das Nações*. São Paulo: Campus.

- LAWSON, George. 2003. "The Promise of Historical Sociology in International Relations." *International Studies Review* 8:397-423.
- LAWSON, George. 2007. "Editors Introduction: Forum on Historical Sociology." *International Politics* 44:341.
- LOSEE, J. 2004. *Theories of Scientific Progress*. London: MPG Press.
- LOTT, Bradley, e Jack DAVIS. 2002. "Integrated Logistics Concept: Unharnessed Power on the Battlefield." *Marine Corps Gazette* 86:20-22.
- LUTTWAK, Edward. 1993. "Logistics and the Aristocratic Idea of War ." Pp. 3-8 in *Feeding Mars: logistics in Western Warfare from Middle Ages to the Present*. Boulder: Westview Press.
- LYNN, John A. 1993. *Feeding Mars: Logistics in Western Warfare from the Middle Ages to the Present*. Boulder: Westview Press.
- MABEE, Bryan. 2007. "Levels and Agents, States and People: Micro-Historical Sociological Analysis and International Relations." *International Politics* 44:431.
- MACKINTOSH, KC. 1951. "What is this thing logistics?." *Proceedings* 77:21-29.
- MACKSEY, K. 1990. *For Want of a Nail: the Impact of War on Logistics and Communications*. London: Brassey's.
- MACNEILL, William. 1982. *The Pursuit of Power: technology, Armed Forces, and Society since AD 1000*. Chicago: Chicago University Press.
- MAHNKEN, T. 2003. "The Future of Strategic Studies." *Journal of Strategic Studies* 26:X-XVIII.
- MANN, Michael. 1986. *The Sources of Social Power: A history of power from the beginning A.D. 1760. Vol. I*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MANN, Michael. 1993. *The Sources of Social Power: The Rise of classes and nation-states, 1760-1914*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MAQUIAVEL, Nicolau. 2008. *A Arte da Guerra*. Porto Alegre: L&PM.
- MATSUMARA, John. 2000. *Lightning over Water*. Santa Monica: Rand.
- MCCLINTOCK, Bruce. 2002. *The Transformation Trinity: A Model for Strategic Innovation and Its Application to Space Power*. Maxwell Air Force Base: School of Advanced Airpower Studies.
- MERCOGLIANO, S.R. 2004. "Sealift: The Evolution of American Military Sea Transportation." Tese de doutorado, University of Alabama.
- METZ, S. 1994. "Wake for Clausewitz Toward a Philosophy of 21st-Century Warfare." *Parameters* 24:126-132.
- MILLET, John. 1945. "Logistics and Modern Warfare." *Military Affairs* 9:193-207.
- MONTAIGNE, Michel. 1979. *Ensaio*s. São Paulo: Abril.
- MOORE, Barrington. 1967. *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Boston: Beacon Press.
- MOORE, Richard. 2002. "Logistics analysis." *Air Force Journal of Logistics* 26:35-38.
- MORGENTHAU, Hans. 1948. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Knopf.
- MÜNKLER, Herfried. 2004. *The New Wars*. Cambridge: Polity.

- MURRAY, Williamson. 1997. "Clausewitz Out, Computer In: Military Culture and Technological Hubris." *The National Interest*.
- NAKAMOTO, Yoshihiko. 2001. "The Historical Sociology of Raymond Aron and Stanley Hoffman." tese doutoral, University of Virginia.
- NEXON, Daniel. 2001. "Which historical sociology? A response to Stephen Hobden's 'Theorising the International System.'" *Review of International Studies* 27:273-280.
- PAGONIS, William. 1992. *Moving Mountains*. Boston: Harvard Business School Press.
- PALMER, RR. 1986. "Frederick the Great, Guibert, Bülow: from Dynastic to National War." Pp. 91-119 in *Paret, Makers of Modern Strategy*. Princeton: Princeton University Press.
- PARET, Peter. 1966. "Hans Delbrück on Military Critics and Military Historians." *Military Affairs* 30:148-152.
- PARET, Peter. 1968. "Education, Politics, and War in the Life of Clausewitz." *Journal of the History of Ideas* 29:394-408.
- PARET, Peter. 1986. *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*. Princeton: Princeton University Press.
- PARET, Peter. 1989. "Book Review: the Art of War in the Western World." *American Historical Review* 94:716-717.
- PARET, Peter. 1993. "Introduction to the Symposium." *The Journal of Military History* 57:9-11.
- PARET, Peter. 2007. *Clausewitz and the State: The Man, His Theories, and His Times*. Princeton: Princeton University Press.
- PETERS, Ralph. 1998. "The New Strategic Trinity." *Parameters* 28:73-80.
- POTVIN, J.G.M.A. 1996. "The Integration of the Canadian Forces Logistics System and its Effect on the Operational Capabilities of the Canadian Military." Dissertação de mestrado, University of Manitoba.
- PREBILIC, Vladimir. 2006. "Theoretical Aspects of military Logistics." *Defense & Security Analysis* 22:159.
- PROENÇA JÚNIOR, Domício, e Érico DUARTE. 2005. "The Concept of Logistics derived from Clausewitz: All That is Required so That the Fighting Force Can Be Taken as a Given." *Journal of Strategic Studies* 28:645-677.
- PROENÇA JÚNIOR, Domício, e Érico DUARTE. 2007. "Os Estudos Estratégicos como Base Reflexiva da Defesa Nacional." *Revista Brasileira de Política Internacional* 50:29-46.
- PROENÇA JÚNIOR, Domício, e Érico DUARTE. 2008. "Tecnologia, Defesa Nacional e Segurança Internacional: os Limites das Perspectivas "Revolucionárias" e "Transformadoras" da Guerra Contemporânea." <http://starline.dnsalias.org:8080/abcp2008/>.
- PROENÇA JÚNIOR, Domício, e Érico DUARTE. 2009. "Clausewitz e Tecnologia: uma Resposta a partir da Teoria da Guerra."
- PROENÇA JÚNIOR, Domício, e Eugenio DINIZ. 1998. *Política de Defesa no Brasil: uma Análise Crítica*. Brasília: Ed. UnB.
- PROENÇA JÚNIOR, Domício, e Eugenio DINIZ. 2004. "O Fenômeno da Guerra." Manuscrito: Grupo de Estudos Estratégicos.

- PROENÇA JÚNIOR, Domício, Eugenio DINIZ, e Salvador RAZA. 1999. *Guia de Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- PROENÇA JÚNIOR, Domício. 2004. "A Great Becoming: the "Concept" of "Transformation" and South American Armed Forces."
- PROENÇA JÚNIOR, Domício. 2005. *Metodologia de Avaliação de Operações Especiais Policiais*. Rio de Janeiro: SENASP/ Ministério da Justiça.
- PROENÇA JÚNIOR, Domício. 2007. *Tecnologia e Defesa*. Rio de Janeiro: CNPq.
- QUIGLEY, Carroll. 1961. *The Evolution of Civilizations*. Indianapolis: Liberty Fund.
- QUIGLEY, Carroll. 1964. "Military Classics." *Military Affairs* 28:188-190.
- QUIGLEY, Carroll. 1983. *Weapons Systems and Political Stability*. Washington: University Press of America.
- RAINEY, James, e Cindy YOUNG. 2005. "Thinking About Logistics." *Air Force Journal of Logistics* 29:28-29.
- REID, J. 2003. "Foucault on Clausewitz: Conceptualizing the Relationship Between War and Power." *Alternatives* 28:1.
- REUS-SMIT, Christian. 1999. *The Moral Purpose of the State: Culture, Social Identity, and Institutional Rationality in International Relations*. Princeton: Princeton University Press.
- ROBERTSON, Roland. 1968. "Strategic Relations between National Societies." *Journal of Conflict Resolution* 12:16-33.
- ROPP, Theodore. 1949. "The Teaching of Military History." *Military Affairs* 13:14-19.
- ROPP, Theodore. 1977. "Military Historical Scholarship Since 1937." *Military Affairs* 41:68-74.
- ROSE, Gideon. 1998. "Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy." *World Politics* 51:144-172.
- ROSENBERG, Justin. 1994. *The Empire of Civil Society: Critique of the Realist Theory of International Relations*. London: Verso Books.
- ROSENBERG, Justin. 2006. "Why Is There No International Historical Sociology?." *European Journal of International Relations* 12:307-342.
- ROTH, Jonathan. 1991. "The Logistics of Roman Army in the Jewish War." Tese de doutorado, Columbia University.
- ROTH, Jonathan. 1998. *The Logistics of the Roman Army at War*. Netherlands: Brill Academic Publishers.
- ROTHENBERG, G. 1986. "Maurice of Nassau, Gustavus Adolphus, Raimondo Montecuccoli, and the "Military Revolution" of the Seventeenth Century." in *Makers of Moderns Strategy*. Princeton: Princeton University Press.
- ROXBOROUGH, I. 1994. "Clausewitz and the Sociology of War." *British Journal of Sociology* 45:619-636.
- SCHIFFMAN, Zachary. 1984. "Montaigne and the Rise of Skepticism in Early Modern Europe: A Reappraisal ." *Journal of History of Ideas* 45:499-516.
- SCHURMAN, Donald. 1981. *Julian S. Corbett, 1854-1922: Historian of British Maritime Policy from Drake to Jellicoe*. London: Royal Historical Society.
- SCOTT, Charles. 1937. *Charles P.G. Scott Dictionary of Etymological Terms*. New York: Columbia University Press (originalmente 1880).

- SHRADER, Charles R. 1992. *U.S. Military Logistics, 1607-1991: A Research Guide*. annotated edition. Greenwood Press.
- SHY, John. 1986. "Jomini." Pp. pp. 143-185 in *Makers of Moderns Strategy*. Princeton: Princeton Univeristy Press.
- SKOCPOL, Theodore. 1991. *Vision and Method in Historical Sociology*. New York: Cambridge University Press.
- SOFFER, Jonathan. 1998. *General Matthew B. Ridgway: from Progressivism to Reaganism, 1895-1993*. Westport: Praeger.
- SPROUT, Margareth. 1943. "Mahan – Evangelist of Seapower." in *Earle, Makers of Modern Strategy*. Princeton: Princeton University Press.
- STARR, Chester G. 1984. "Book Review: Weapons Systems and Political Stability ." *The American Historical Review* 89:98-99.
- STONE, J. 2007. "Technology and War: A Trinitarian Analysis." *Defense & Security Analysis* 23:27.
- STRACHAN, Hew. 2005. "The Lost Meaning of Strategy." *Survival* 47:33-54.
- STRACHAN, Hew. 2007. *Carl Von Clausewitz's "On War": A Book That Shook the World*. London: Atlantic Books.
- STRACHAN, Hew. 2007. "Clausewitz and the Dialectics of War." Pp. 14-44 in *Clausewitz in the Twenty-First Century*. New York: Oxford University Press.
- SUMIDA, Jon. 2008. *Decoding Clausewitz: a new Approach to On War*. Lawrence: University Press of Kansas.
- TILLY, Charles. 1975. *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton: Princeton University Press.
- TUTTLE Jr., W.G.T. 2005. *Defense Logistics for the 21st Century*. Annapolis: Naval Institute Press.
- US CONGRESSIONAL BUDGE OFFICE. 1997. *Moving US Forces: Options for Strategic Mobility*. Washington: US Congress.
- VAGTS, A. 1940. "War and the Colleges." *Journal of the American Military Institute (Journal of Military History)* 4:67-75.
- VICK et al, A.J. 2002. *The Stryker Brigade Combat Team: Rethinking Strategic Responsiveness and Assessing Deployment Options*. Santa Monica: Rand.
- VICK et al, A.J. 2002. *The Stryker Brigade Combat Team: Rethinking Strategic Responsiveness and Assessing Deployment Options*. Santa Monica: Rand.
- WALTZ, Kenneth N. 1965. *Man, the State and War: Theoretical Analysis*. New edition. New York: Columbia University Press.
- WALTZ, Kenneth. 1979. *Theory of International Politics*. New York: McGraw-Hill.
- WEBER, Max. 1978. *Economy and Society*. Berkeley: University of California Press.
- WEBER, Max. 1991. *Economia e Sociedade*. Brasília: Ed. UnB.
- WEBER, Max. 2005. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Cultrix.
- WOHLFORTH, William C. 1993. *The Elusive Balance: Power and Perceptions During the Cold War*. Ithaca: Cornell University Press.
- ZAKARIA, Fareed. 1999. *From Wealth to Power: The Unusual Origins of America's World Role*. New edition. Princeton University Press.

APÊNDICE I: TEXTOS ORIGINAIS DAS CITAÇÕES.

i I shall begin with the march, and this makes it necessary to say something that will appear highly extravagant to the ignorant. No one knows what the ancients meant by the word *tactics*. Nevertheless, many military men use this word constantly and believe it is drill or the formation of troops for the battle. Everyone has the march played without knowing how to use it. And every one believes that noise is a military ornament.

ii [...] the sciences of all times, all places, and all arms...in a word the result of everything good which the military ages have thought, and of what our own age has been able to add.

iii [...] the art of moving armies. It comprises the order and details of marches and camps, and of quartering and supplying troops; in a word, it is the execution of strategical and tactical enterprises.

iv Clausewitz pointed out the way to clear thinking when he wrote:

... the theory serves to pull up the weeds which error has sown everywhere...

Obviously no theory or set of theories, however persuasive, can by itself obviate or reconcile differences of opinion. However, the search for comprehensive theories is the best way of shedding light on these problems and of developing the understanding of principles and of cause and effect relations which may guide the responsible men who must choose among conflicting ideas.

A comprehensive theory of war should include a description of-

- (1) The nature and structure of modern conflict and of the elements which comprise it.
- (2) The manner in which these elements are related to each other.
- (3) The manner in which war is related to other parts and actions of human society.
- (4) The nature of the various forces which act throughout the whole structure and the description of the way these forces act and interact.

In somewhat different but more specific term this can be expressed as the following group of interrelated theories:

A general theory of modern conflict;

A theory of strategy;

A theory of logistics;

A theory of tactics;

A theory of command decision;

A theory of military organization.

v In recent years there has been great emphasis placed on technical research aimed at the improvement of weapons and weapons systems. Technical research - or the search for better "hardware" - is and will continue to be of vital importance. *However, the need for continued technical research should not obscure the need for research in the realm of ideas.*

vi [...] to attempt to solve two problems. How did Alexander secure provisions for his army throughout Asia? And how did the availability, acquisition, distribution, consumption rates and transport of provisions affect Alexander's strategy, tactics and the timing and direction of his army's march?

[...]

The first step will be to rebuild the Macedonians' logistic system to discover its capabilities and limitations. [...]

The second task will be to apply this model to the human and physical geography and the climatic conditions of Alexander's route as they existed in his day.

vii

[...] the picture that emerged from the ancient authorities [was] that Alexander never needed any logistic planning at all, but secured the provisions as he went in some mysterious, automatic sequence.

viii

Theorists soon found out how difficult the subject was, and felt justified in evading the problem by again directing their principles and systems only to physical matters and unilateral activity. As in the science concerning *preparation for war*, they wanted to reach a set of sure and positive conclusions, and for that reason considered only factors that could be mathematically calculated.

ix

Strategy, however, is not just a matter for historians. It concerns us all. Strategy is about war and its conduct, and if we abandon it we surrender the tool that helps us to define war, to shape it and to understand it. [...] [A] fundamental but under-appreciated truth, that war is an existential phenomenon before it is a political or possibly even a social one. The western powers have unwittingly colluded in a process in which war is once again to be understood in its primitive state. War has been wrenched from its political context.

x

Essentially, then, the art of war is the art of using the given means in combat; there is no better term for it than *conduct of war*. To be sure in its wider sense the art of war includes all activities that exist for the sake of war, such as the creation of fighting forces, their raising, armament, equipment, and training.

It is essential to the validity of a theory to distinguish between these two activities. It is easy to see that if the art of war were always to start with raising armed forces and adapting them to the requirements of the particular case, it would be applicable only to those few instances where the forces; available exactly matched the need. If, on the other hand, one wants a theory that is valid for the great majority of cases and not completely unsuitable for any, it must be based on the most prevalent means and their most significant effects

The conduct of war, then, consists in the planning and conduct of fighting. If fighting consisted of a single act, no further subdivision would be needed. However, it consists of a greater or lesser number of single *acts, each complete in itself*, which, as we pointed out in Chapter [II] of Book I, are called 'engagements' and which form new entities. This gives rise to the completely different activity of *planning and executing these engagements themselves*; and of *coordinating* each of them with the others in order to further the object of the war. One has been called *tactics*, and the other, *strategy*.

The distinction between tactics and strategy is now almost universal, and everyone knows fairly well where each particular factor belongs without clearly understanding why. Whenever such categories are blindly used, there must be a deep seated reason for it. We have tried to discover the distinction, and have to say that it was just this common usage that led to it. We reject, on the other hand, the artificial definitions of certain writers, since they find no reflection in general usage.

According to our classification, then, tactics teaches *the use of armed forces in the engagement*; strategy, *the use of engagements for the object of the war*.

xi

To sum up: we clearly see that the activities characteristic of war may be split into two main categories: those *that are merely preparations for war*, and *war proper*. The same distinction must be made in theory as well.

The knowledge and skills involved in the preparations will be concerned with the creation, training and maintenance of the fighting forces. It is immaterial what label we give them, but they obviously must include such matters as artillery, fortification, so-called elementary tactics, as well as all the organization and administration of the fighting forces and the like. The theory of war proper, on the other hand, is concerned with the use of these means, once they have been developed, for the purposes of the war. All that it requires from the first group is the end product, an understanding of their main characteristics. That is what we call 'the art of war' in a

narrower sense, or 'the theory of the conduct of war,' or 'the theory of the use of the fighting forces'. For our purposes, they all mean the same thing.

That narrower theory, then, deals with the engagement, with fighting itself, and treats such matters as marches, camps, and billets as conditions that may be more or less identical with it. It does not comprise questions of supply, but will take these into account on the same basis as *other given factors*.

xii

Our classification applies to and exhausts *only the utilization of the fighting forces*. But war is served by many activities that are quite different from it; some closely related, others far removed. All these activities concern the *maintenance of the fighting forces*. While their creation and training precedes their use, maintenance is concurrent with and a necessary condition for it. Strictly speaking, however, all these should be considered as activities preparatory to battle, of the type that are so closely related to the action that they are part of military operations and alternate with actual *utilization*. So one is justified in excluding these as well as all other preparatory activities from the narrower meaning of the art of war – the actual conduct of war. Indeed, it is necessary to do this if theory is to serve its principal purpose of *discriminating between dissimilar elements*. One would not want to consider the whole business of maintenance and administration as part of the utilization of the troops, the two are essentially very different.

In the [second] chapter of Book I we pointed out that, if combat or the engagement is *defined* as the only directly effective activity, the threads of all other activities will be included because they all lead to combat. The statement meant that all these activities are thus provided with a purpose, which they will have to pursue in accordance with their individual laws. Let us elaborate further on this subject

Activities that exist in addition to the engagement differ widely.

Some of these are in one respect part of combat proper and identical with it, while in another respect they serve to maintain the fighting forces. Others are related to maintenance alone; which has an effect on combat only because of its interaction with the outcome of the fighting.

The matters that in one respect are still part of the combat are *marches, camps, and billets*: each concerns a separate phase of existence of the troops, and when one thinks of troops, the idea of the engagement must always be present.

The rest, concerned with maintenance alone, consists of supply, medical services, and maintenance of arms and equipment.

xiii

Marches are completely identical with the utilization of troops. *Marching in the course of an engagement* (usually known as 'deployment') while not entailing the actual use of weapons, is so closely and inescapably linked with it as to be an integral part of what is considered an engagement

A march that is not undertaken in the course of an engagement is simply the execution of a strategic plan. The latter determines *when, where* and *with what forces* an engagement is to be fought. The march is only the means of carrying out this plan.

A march that is not part of an engagement is thus a tool of strategy, but it is not a matter of strategy exclusively. Since the forces undertaking it may at any time become involved in an engagement, the execution of the march is subject to the laws of both tactics and strategy. If a column is ordered to take a route on the near side of a river or a range of hills, that is a strategic measure: it implies that if an engagement has to be fought in the course of the march, one prefers to offer it on the near rather than the far side.

If on the other hand a column takes a route along a ridge instead of following the road through a valley, or breaks up into several smaller columns for the sake of convenience, these are tactical measures: they concern the *manner* in which the forces are to be used in the event of an engagement.

The internal order of march bears a constant relationship to readiness for combat and is therefore of a tactical nature: it is nothing more than the first preliminary disposition for a possible engagement.

xiv

Although marching can be seen as an integral part of combat, it has certain aspects that do not belong here, and that therefore are neither tactical nor strategic. These include all measures taken solely for the convenience of the troops, such as building roads and bridges, and so forth. These are merely preconditions; under certain circumstances they may be closely linked with the use of troops and be virtually identical with them - for instance, when a bridge is built in full view of the enemy. But essentially these activities are alien to the conduct of war, and the theory of the latter does not cover them.

xv

The march is the tool by which strategy deploys its effective elements, the engagements. But these often become apparent only in their effect, and not in their actual course. Inevitably, therefore, in discussion the tool has often been confused with the effective element. One speaks of decisive skilful marches, and really means the combinations of engagements to which they lead. This substitution of concept is too natural, and the brevity of expression too desirable, to call for change. But it is only a telescoped chain of ideas, and one must keep the proper meaning in mind to avoid errors.

One such error occurs when strategic combinations are believed to have a value irrespective of their tactical results. One works out marches and manoeuvres, achieves one's objective without fighting an engagement, and then deduces that it is possible to defeat the enemy without fighting. Only at a later stage shall we be able to show the immense implications of this mistake.

xvi

The term 'camp' is a term for any concentration of troops in readiness for action, as distinct from 'billets'. Camps are places for rest and recuperation, but they also imply strategic willingness to fight wherever they may be. But their sitting does determine the engagement's basic lines - a precondition of all defensive engagements. So they are essential parts both of strategy and of tactics.

Camps are replaced by billets whenever troops are thought to need more extensive recuperation. Like camps, they are therefore strategic in location and extent, and tactical in their internal organization which is geared to readiness for action.

As a rule, of course, camps and billets serve a purpose besides that of resting the troops; they may, for instance, serve to protect a certain area or maintain a position. But their purpose may simply be to rest the troops. We have to remember that strategy may pursue a wide variety of objectives: anything that seems to offer an advantage can be the purpose of an engagement, and the maintenance of the instrument of war will often itself become the object of a particular strategic combination.

xvii

On the other hand, the maintenance of troops in camps or billets may call for activities that do not constitute a use of the fighting forces, such as the building of shelters, the pitching of tents, and supply and sanitary services. These are neither tactical nor strategic in nature.

Even entrenchments, where site and preparation are obviously part of the order of battle and therefore tactical, are not part of the conduct of war so far as *their actual construction* is concerned.

On the contrary, troops must be taught the necessary skills and knowledge as part of their training, and the theory of combat takes all that for granted.

xviii

Of the items wholly unconnected with engagements, serving only to maintain the forces, supply is the one which most directly affects the fighting. It takes place almost every day and affects every individual. Thus it thoroughly permeates the strategic aspects of all military action. The reason why we mention the strategic aspect is that in the course of a given engagement supply will rarely tend to cause an alteration of plans - though such a change remains perfectly possible. Interaction therefore will be most frequent between strategy and matters of supply, and nothing is more common than to find considerations of supply affecting the strategic lines of a campaign and a war. Still, no matter how frequent and decisive these considerations may be, the business of supplying the troops remains an activity essentially separate from their use; its influence shows in its results alone.

xix The other administrative functions we have mentioned are even further removed from the use of troops. Medical services, though they are vital to an army's welfare, affect it only through a small portion of its men, and therefore exert only a weak and indirect influence on the utilization of the rest. Maintenance of equipment, other than as a constant function of the fighting forces, takes place only periodically, and will therefore rarely be taken into account in strategic calculations.

At this point we must guard against a misunderstanding. In any individual case these things may indeed be of decisive importance. The distance of hospitals and supply depots may easily figure as the sole reason for very important strategic decisions - a fact we do not want to deny or minimize. However, we are not concerned with the actual circumstances of any individual case, but with pure theory. Our contention therefore is that this type of influence occurs so rarely that we should not give the theory of medical services and replacement of munitions any serious weight in the theory of the conduct of war. Unlike the supplying of the troops, therefore, it would not seem worth while to incorporate the various ways' and systems those theories might suggest, and their results, into the theory of the conduct of war.

xx Force, to counter opposing force, equips itself with the inventions of art and science.

xxi If, then, civilized nations do not put their prisoners to death or devastate cities and countries, it is because intelligence plays a larger part in their methods of warfare and has taught them more effective ways of using force than the crude expression of instinct.

The invention of gunpowder and the constant improvement of firearms are enough in themselves to show that the advance of civilization has done nothing practical to alter or deflect the impulse to destroy the enemy, which is central to the very idea of war.

xxii We wanted to show how every age had its own kind of war, its own limiting conditions, and its own peculiar preconceptions. Each period, therefore, would have held to its own theory of war, even if the urge had always and universally existed to work things out on scientific principles. It follows that the events of every age must be judged in the light of its own peculiarities. One cannot, therefore, understand and appreciate the commanders of the past until one has placed oneself in the situation of their times, not so much by a painstaking study of all its details as by an accurate appreciation of its major determining features.

But war, though conditioned by the particular characteristics of states and their armed forces, must contain some more general indeed, a universal - element with which every theorist ought above all to be concerned.

[...]

We can thus only say that the aims a belligerent adopts, and the resources he employs, must be governed by the particular characteristics of his own position; but they will also conform to the spirit of the age and to its general character. Finally, they must always be governed by the general conclusions to be drawn from the nature of war itself.

xxiii So much then for the ends to be pursued in war; let us now turn to the means.

There is only one: *combat*. However many forms combat takes, however far it may be removed from the brute discharge of hatred and enmity of a physical encounter, however many forces may intrude which themselves are not part of fighting, it is inherent in the very concept of war that everything that occurs *must originally derive from combat*.

It is easy to show that this is always so, however many forms reality takes. Everything that occurs in war results from the existence of armed forces; *but whenever armed forces, that is armed individuals, are used, the idea of combat must be present*.

Warfare comprises everything related to the fighting forces everything to do with their creation, maintenance, and use.

Creation and maintenance are obviously only means; their use constitutes the end.

[...]

The end for which a soldier is recruited, clothed, armed, and trained, the whole object of his sleeping, eating, drinking, and marching *is simply that he should fight at the right place and the right time.*

xxiv

To the extent that *regulations* and *methods* have been drilled into troops as active principles, theoretical preparation for war is part of its actual conduct. All standing instructions on formations, drill, and field service are regulations and methods. Drill instructions are mainly regulations; field manuals, mainly methods. The actual conduct of war is based on these things; they are accepted as given procedures and as such must have their place in the theory of the conduct of war.

xxv

How Far Should an Analysis of the Means be Carried?

A second question is how, far theory should carry its analysis of the means. Obviously only so far as the separate attributes will have significance in practice. The range and effectiveness of different firearms is tactically most important; but their construction, though it governs their performance, is irrelevant. The conduct of war has nothing to do with making guns and powder out of coal, sulphur, saltpeter, copper and tin; its given quantities are weapons that are ready for use and their effectiveness. Strategy uses maps without worrying about trigonometrical surveys; it does not enquire how a country should be organized and a people trained and ruled in order to produce the best military results. It takes these matters as it finds them in the European community of nations.

Substantial Simplification of Knowledge

Clearly, then, the range of subjects a theory must cover may be greatly simplified and the knowledge required for the conduct of war can be greatly reduced. Military activity in general is served by an enormous amount of expertise and skills, all of which are needed to place a well-equipped force in the field. They coalesce into a few great results before they attain their final purpose in war, like streams combining to form rivers before they flow into the sea. The man who wishes to control them must familiarize himself only with those activities that empty themselves into the great ocean of war

xxvi

It follows that the transformation of the art of war resulted from the transformation of politics. So far from suggesting that the two could be disassociated from each other, these changes are a strong proof of their indissoluble connection.

xxvii

It can be taken as agreed that the aim of policy is to unify and reconcile all aspects of internal administration as well as of spiritual values, and whatever else the moral philosopher may care to add. Policy, of course, is nothing in itself; it is simply the trustee for all these interests against other states. That it can err, subserve the ambitions, private interests, and vanity of those in power, is neither here nor there. In no sense can the art of war ever be regarded as the preceptor of policy, and here we can only treat policy as representative of all interests of the community.

xxviii

It [the art of war] comprises everything related to the fighting forces everything to do with their creation, maintenance, and use.

Creation and maintenance are obviously only means; their use constitutes the end.

Combat in war is not a contest between individuals. It is a whole made up of many parts, and in that whole two elements may be distinguished, one determined by the subject, the other by the objective. The mass of combatants in an army endlessly forms fresh elements, which themselves are parts of a greater structure. The fighting activity of each of these parts constitutes a more or

less clearly defined element. Moreover, combat itself is made an element of war by its very purpose, by its *objective*.

Each of these elements which become distinct in the course of fighting is named an *engagement*.

If the idea of fighting underlies every use of the fighting forces, then their employment means simply the planning and organizing of a series of engagements.

The whole of military activity must therefore relate directly or indirectly to the engagement. The end for which a soldier is recruited, clothed, armed, and trained, the whole object of his sleeping, eating, drinking, and marching is *simply that he should fight at the right place and the right time*.

xxix

To sum up: we clearly see that the activities characteristic of war may be split into two main categories: those *that are merely preparations for war*, and *war proper*. The same distinction must be made in theory as well.

The knowledge and skills involved in the preparations will be concerned with the creation, training and maintenance of the fighting forces. It is immaterial what label we give them, but they obviously must include such matters as artillery, fortification, so-called elementary tactics, as well as all the organization and administration of the fighting forces and the like. The theory of war proper, on the other hand, is concerned with the use of these means, once they have been developed, for the purposes of the war. All that it requires from the first group is the end product, an understanding of their main characteristics. That is what we call 'the art of war' in a narrower sense, or 'the theory of the conduct of war,' or 'the theory of the use of the fighting forces'. For our purposes, they all mean the same thing.

That narrower theory, then, deals with the engagement, with fighting itself, and treats such matters as marches, camps, and billets as conditions that may be more or less identical with it. It does not comprise questions of supply, but will take these into account on the same basis as *other given factors*.

The art of war in the narrower sense must now in its turn be broken down into tactics and strategy. The first is concerned with the form of the individual engagement, the second with its use. Both affect the conduct of marches, camps, and billets only through the engagement; they become tactical or strategic questions in so far as they concern either the engagement's form or its significance.

xxx

It is a very difficult task to construct a scientific theory for the art of war and so many attempts have failed that most people say it is impossible, since it deals with matters that no permanent law can provide for. One would agree, and abandon the attempt, were it not for the obvious fact that a whole range of propositions can be demonstrated without difficulty that defense is the stronger form of fighting with the negative purpose, attack the weaker form with the positive purpose; that major successes help bring about minor ones, so that strategic results can be traced back to certain turning-points; that a demonstration is a weaker use of force than a real attack, and that it must therefore be clearly justified; that victory consists not only in the occupation of the battlefield, but in the destruction of the enemy's physical and psychic forces, which is usually not attained until the enemy is pursued after a victorious battle; that success is always greatest at the point where the victory was gained, and that consequently changing from one line of operations, one direction, to another can at best be regarded as a necessary evil; that a turning movement can only be justified by general superiority or by having better lines of communication or retreat than the enemy's; that flank positions are governed by the same consideration; that every attack loses impetus as it progresses.

xxxi

At this stage we are not concerned with numerical superiority, courage, training, or other qualities of an army. All of these as a rule depend on matters beyond that part of the art of war we are concerned with here; in any case their bearing would be the same on attack and defense. Even *general superiority of numbers* is not relevant, since numbers, too, are usually a given quantity in which a commander has no say. Moreover, these matters have no special bearing on attack and defense.

xxxii

The loss of a fortress weakens the enemy's defense, especially where it constituted a vital part of it. Its occupation provides various benefits for the attacker: he may use it as a storehouse and depot, to cover the countryside and his billets, and so forth. And if the attack ends up as a defense, such fortresses will be its strongest support. These relations between fortresses and theaters of war during the progress of hostilities have all been sufficiently treated in our discussion of fortresses in the book on defense; the reflection of what was said there will shed the necessary light on them in the context of attack.

xxxiii

4. A fourth and final ground for advancing with divided forces may be to reduce the problems of supply.

No doubt it is a great deal more agreeable to take a small force through a prosperous area than a powerful army through a poor one; but the latter is not impossible if proper arrangements are made and the army is accustomed to privation. The former option should therefore not have so much influence on plans as to justify taking greater risks.

xxxiv

The manuscript on the conduct of major operations that will be found after my death can, in its present state, be regarded as nothing but a collection of materials from which a theory of war was to have been distilled. I am still dissatisfied with most of it, and can call Book Six only a sketch. I intended to rewrite it entirely and to try and find a solution along other lines.

xxxv

Nevertheless I believe the main ideas which will be seen to govern this material are the right ones, looked at in the light of actual warfare. They are the outcome of wide-ranging study: I have thoroughly checked them against real life and have constantly kept in mind the lessons derived from my experience and from association with distinguished soldiers.

xxxvi

The theory of major operations (strategy, as it is called) presents extraordinary difficulties, and it is fair to say that very few people have clear ideas about its details - that is, ideas which logically derive from basic necessities. Most men merely act on instinct, and the amount of success they achieve depends on the amount of talent they were born with.

All great commanders have acted on instinct, and the fact that their instinct was always sound is partly the measure of their innate greatness and genius. So far as action is concerned this will always be the case and nothing more is needed. Yet when it is not a question of acting oneself but of persuading others in discussion, the need is for clear ideas and the ability to show their connection with each other. So few people have yet acquired the necessary skill at this that most discussions are a futile bandying of words; either they leave each man sticking to his own ideas or they end with everyone agreeing, for the sake of agreement, on a compromise with nothing to be said for it.

Clear ideas on these matters do, therefore, have some practical value. The human mind, moreover, has a universal thirst for clarity, and longs to feel itself part of an orderly scheme of things.

xxxvii

The primary purpose of any theory is to clarify concepts and ideas that have become, as it were, confused and entangled. Not until terms and concepts have been defined can one hope to make any progress in examining the question clearly and simply and expect the reader to share one's views. Tactics and strategy are two activities that permeate one another in time and space but are nevertheless essentially different. Their inherent laws and mutual relationship cannot be understood without a total comprehension of both.

Anyone for whom all this is meaningless either will admit no theoretical analysis at all, or his intelligence has never been insulted by the confused and confusing welter of ideas that one so often hears and reads on the subject of the conduct of war. These have no fixed point of view; they lead to no satisfactory conclusion; they appear some times banal, sometimes absurd, sometimes simply adrift in a sea of vague generalization; and all because this subject has seldom been examined in a spirit of scientific investigation.

xxxviii

87. *Das Feuergefecht.*

a) Die Überlegenheit im Gebrauch der Waffen (sie liegt in der Organisation und dem Werte der Truppen).

b) Überlegenheit in der Formation und der niederen Taktik als stehender Dispositionen.

Bei dem Gebrauch ausgebildeter Streitkräfte im Gefecht können diese Dinge nicht in Betrachtung kommen, da sie mit den Streitkräften schon gegeben sind. Aber sie können und müssen selbst als Gegenstand der Gefechtslehre im *ausgedehntesten Sinne* betrachtet werden.

c) Die Zahl.

d) Die Form der Aufstellung, soweit sie nicht schon in b enthalten ist.

e) Das Terrain.

88. Da wir nur den Gebrauch *ausgebildeter Streitkräfte* abhandeln, so gehören a und b nicht hierher, sondern sind nur als ein Gegebenes gewissermaßen faktisch in Betrachtung zu ziehen.

xxxix

In short, a working theory is an essential basis for criticism. Without such a theory it is generally impossible for criticism to reach that point at which it becomes truly instructive - when its arguments are convincing and cannot be refuted.

xl

The primary purpose of any theory is to clarify concepts and ideas that have become, as it were, confused and entangled. Not until terms and concepts have been defined can one hope to make any progress in examining the question clearly and simply and expect the reader to share one's views.

[...]

Anyone for whom all this is meaningless either will admit no theoretical analysis at all, or his intelligence has never been insulted by the confused and confusing welter of ideas that one so often hears and reads on the subject of the conduct of war. These have no fixed point of view; they lead to no satisfactory conclusion; they appear some times banal, sometimes absurd, sometimes simply adrift in a sea of vague generalization; and all because this subject has seldom been examined in a spirit of scientific investigation.

xli

The essential difference is that war is not an exercise of the will directed at inanimate matter, as is the case with the mechanical arts, or at matter which is animate but passive and yielding, as is the case with the human mind and emotions in the fine arts. In war, the will is directed at an animate object that *reacts*. It must be obvious that the intellectual codification used in the arts and sciences is inappropriate to such an activity. At the same time it is clear that continual striving after laws analogous to those appropriate to the realm of inanimate matter was bound to lead to one mistake after another.

xlii

This type of knowledge cannot be forcibly produced by an apparatus of scientific formulas and mechanics; it can only be gained through a talent for judgment, and by the application of accurate judgment to the observation of man and matter

The knowledge needed by a senior commander is distinguished by the fact that it can only be attained by a special talent, through the medium of reflection, study and thought: an intellectual instinct which extracts the essence from the phenomena of life, as a bee sucks honey from a flower. In addition to study and reflection, life itself serves as a source. Experience, with its wealth of lessons, will never produce a *Newton* or an *Euler*, but it may well bring forth the higher calculations of a *Condé* or a *Frederick*.

xliii

In our reflections on the theory of the conduct of war, we said that it ought to train a commander's mind, or rather, guide his education; theory is not meant to provide him with positive doctrines and systems to be used as intellectual tools. Moreover, if it is never necessary

or even permissible to use scientific guidelines in order to judge a given problem in war, if the truth never appears in systematic form, if it is not acquired deductively but always *directly* through the natural perception of the mind, then that is the way it must also be in critical analysis,

xliv

[I]t should be noted that the seeds of wisdom that are to bear fruit in the intellect are sown less by critical studies and learned monographs than by insights, broad impressions, and flashes of intuition.

xlv

The influence of theoretical truths on practical life is always exerted more through critical analysis than through doctrine. Critical analysis being the application of theoretical truths to actual events, it not only reduces the gap between the two but also accustoms the mind to these truths through their repeated application.

xlvi

The pursuit of this chain, upward and downward, presents considerable problems. The greater the distance between the event and the cause that we are seeking, the larger the number of other causes that have to be considered at the same time. Their possible influence on events has to be established and allowed for, since the greater the magnitude of any event, the wider the range of forces and circumstances that affect it. When the causes for the loss of a battle have been ascertained, we shall admittedly also know some of the causes of the effects that this lost battle had upon the whole - but only some, since the final outcome will have been affected by other causes as well.

In the analysis of the means, we encounter the same multiplicity as our viewpoint becomes more comprehensive. The higher the ends, the greater the number of means by which they may be reached. The final aim of the war is pursued by all armies simultaneously, and we therefore have to consider the full extent of everything that has happened, or might have happened.

We can see that this may sometimes lead to a broad and complex field of inquiry in which we may easily get lost. A great many assumptions have to be made about things that did not actually happen but seemed possible, and that, therefore, cannot be left out of account.

xlvii

If the critic wishes to distribute praise or blame, he must certainly try to put himself exactly in the position of the commander; in other words, he must assemble everything the commander knew and all the motives that affected his decision, and ignore all that he could not or did not know, especially the outcome. However, this is only an ideal to be aimed at, if never fully achieved: a situation giving rise to an event can never look the same to the analyst as it did to the participant. A mass of minor circumstances that may have influenced his decision are now lost to us, and many subjective motives may never have been exposed at all. These can only be discovered from the memoirs of the commanders, or from people very close to them. Memoirs often treat such matters pretty broadly, or, perhaps deliberately, with something less than candor. In short, the critic will always lack much that was present in the mind of the commander.

[...]

But this is true not only of the outcome (that is, with what happens subsequently) but also of facts that were present from the beginning - the factors that determine the action. The critic will, as a rule, have more information than the participant. One would think he could easily ignore it, but he cannot. This is because knowledge of previous and simultaneous circumstances does not rest on specific information alone but on numerous conjectures and assumptions. Completely accidental matters apart, very little information does come to hand which has not been preceded by assumptions or conjectures. If specifics do not materialize, these assumptions and conjectures will take their place. Now we can understand why later critics who know all the previous and attendant circumstances must not be influenced by their knowledge when they ask which among the unknown facts they themselves would have considered probable at the time of the action. We maintain that complete insulation is as impossible here as it is when we consider the final outcome, and for the same reasons.

Therefore, if a critic wishes to praise or blame any specific action, he will only partly be able to put himself in the situation of the participant. In many cases he can do this well enough to suit practical purposes, but we must not forget that sometimes it is completely impossible.

xlviii

It will suffice to show the comprehensive, intricate and difficult character which a critical analysis may assume if it extends to ultimate objectives - in other words, if it deals with the great and decisive measures which must necessarily lead up to them. It follows that in addition to theoretical insight into the subject, natural talent will greatly enhance the value of critical analysis: for it will primarily depend on such talent to illuminate the connections which link things together and to determine which among the countless concatenations of events are the essential ones.

But talent will be needed in another way as well. Critical analysis is not just an evaluation of the means actually employed, but of *all possible means* - which first have to be formulated, that is, invented. One can, after all, not condemn a method without being able to suggest a better alternative. No matter how small the range of possible combinations may be in most cases, it cannot be denied that listing those that have not been used is not a mere analysis of existing things but an achievement that cannot be performed to order since it depends on the creativity of the intellect.

We are far from suggesting that the realm of true genius is to be found in cases where a handful of simple, practical schemes account for everything. In our view it is quite absurd, though it is often done, to treat the turning of a position as an invention of great genius. And yet such individual creative evaluations are necessary, and they significantly influence the value of critical analysis.

xlix

The insights gained and garnered by the mind in its wanderings among basic concepts are benefits that theory can provide. Theory cannot equip the mind with formulas for solving problems nor can it mark the narrow path on which the sole solution is supposed to lie by planting a hedge of principles on either side. But it can give the mind insight into the great mass of phenomena and of their relationships, then leave it free to rise into the higher realms of action. There the mind can use its innate talents to capacity, combining them all so as to seize on what is *right* and *true* as though this were a single idea formed by their concentrated pressure - as though it were a response to the immediate challenge rather than a product of thought.

I

In our reflections on the theory of the conduct of war, we said that it ought to train a commander's mind, or rather, guide his education; theory is not meant to provide him with positive doctrines and systems to be used as intellectual tools. More over, if it is never necessary or even permissible to use scientific guidelines in order to judge a given problem in war, if the truth never appears in systematic form, if it is not acquired deductively but always *directly* through the natural perception of the mind, then that is the way it must also be in critical analysis.

We must admit that wherever it would be too laborious to determine the facts of the situation, we must have recourse to the relevant principles established by theory. But in the same way as in war these truths are better served by a commander who has absorbed their meaning in his mind rather than one who treats them as rigid external rules, so the critic should not apply them like an external law or an algebraic formula whose relevance need not be established each time it is used. These truths should always be allowed to become self-evident, while only the more precise and complex proofs are left to theory.

Granted that while this cannot always be completely achieved, it must remain the aim of critical analysis. The complex forms of cognition should be used as little as possible, and one should never use elaborate scientific guidelines as if they were a kind of truth machine. Everything should be done through the natural workings of the mind.

II

But it would be wishful thinking to imagine that any theory could cover every abstract truth, so that all the critic had to do would be to classify the case studied under the appropriate heading. Equally, it would be ridiculous to expect criticism to reverse course whenever it came up against the limits of a sacrosanct theory. The same spirit of analytical investigation which creates a theory should also guide the work of the critic who both may and should often cross into the

realm of theory in order to elucidate any points of special importance. The function of criticism would be missed entirely if criticism were to degenerate into a mechanical application of theory. All the positive results of theoretical investigation - all the principles, rules, and methods - will increasingly lack universality and absolute truth the closer they come to being positive doctrine. They are there to be used when needed, and their suitability in any given case must always be a matter of judgment. A critic should never use the results of theory as laws and standards, but only - as the soldier does - as *aids to judgment*.

lii

But here, where we try to illustrate the application of theory by a historical example, we must for once trace the thread of ideas fully and accurately. We must draw up a clear plan, based on our principles, and in a sense invest the plan with that pertains to philosophic truth. No one needs to remind us that we find ourselves in a realm that is ill-suited to absolute truth, and we are far from regarding our principles and the results derived from them as absolutes. They differ from the usual arguments in this field only because they originate in a striving for the absolute, and because our conclusions evolve directly from principles, and our principles directly from the phenomena.

This method of analyzing the subject in forms that pertain to the exact sciences is opposed to a way of reasoning that is all too common in military theory. Usually the theorist does not worry about establishing a logical point of departure; he argues backwards and forwards on the basis of whatever point of view he finds particularly agreeable, takes the closest object as the most important, and so sketches a kind of panorama of his subject without beginning or end, in which pro and contra, if and but, whirl and draw their curlicues through the sky. Not what we have argued but the manner in which we have argued may, we believe, benefit theory. Of course, to repeat what we have often said, here as in all practice matters theory has the function to form the practical man and to educate his judgment, rather than to assist him directly in the execution of his tasks.

liii

Far the historian, the difficulty of each such specialized history lies in the mastery of sufficient technical knowledge. If one is to believe that the literary historian is capable of plunging himself completely into the process of literary production, then it is all the more difficult far the art historian to master completely the techniques of painting and sculpture, the economic historians those of agriculture, handworking skills, and commerce. Certainly one does not demand of them that they should personally paint madonnas, build cathedrals, guide the plow, or found colonies; but although one does not demand these things, nevertheless the persons who have these practical skills, who are familiar with these things or actually practice them, do have a certain advantage over the historian and tend to regard him with a certain mistrust. Achilles owes his fame to Homer-but one wonders if he might not have cried out at this or that verse: "It's easy to see that you are a poet and never personally hurled a spear, standing at the head of the Myrmidons!"

The scholar who writes a history of strategy and tactics is in an even worse position. It is already a considerable advantage if he has had the good fortune to become acquainted with the realities of war through service in the lowest ranks. But he must seek to make himself master of everything at a higher level on a purely theoretical basis, and he may not later embellish his account with poetic license. Technical accuracy is the prerequisite of success. Just as the artist or the military man who wishes to describe the past deeds of his particular field must adapt himself to carrying out methodical source studies, so too must the historian who wishes to recount wars, and especially the history of the art of war itself, study the objective conditions, the technical possibilities of the events, as long as is necessary to let him master them with complete certainty.

liv

Politics is concerned with the resolution of conflicts of wills, both within and between communities, a process which takes place by the exercise of power.

lv

In any ordinary relationship between two persons, or two groups, there is usually the relationship itself as an objective entity and there is also their subjective idea of that relationship. Put in its simplest form, there is security only when both parties have a roughly similar subjective idea of the objective relationship, and such security will be stable only when their relatively similar picture of that situation is fairly close to the real factual relationship.

lvi

The term “logistics” was not in use in the English language in the eighteenth century and as late as 1929 meant no more than the moving and quartering of troops, the direct derivation from the French *logistique*. Not until the Second World War did the word achieve its more comprehensive meaning. Even so, modern definitions vary: for the purpose of this book that given in the *New Military and Naval Dictionary* (New York, 1951), is used: “... the planning and implementation of the production, procurement, storage, transportation, distribution and movement of personnel, supplies and equipment.”

lvii

Many of them perhaps had hardly yet become aware that in living by themselves for nearly two hundred years they had grown into a totally different moral fibre; and that although they used the same language and laws, and the same furniture and linen as the English, swore the same oaths and drank the same toasts as England, they were in character and principle as far removed from the majority of her people as though they belonged to another race. Unconsciously they had been wrought by climate, association, and environment into a distinct and different people, a people of keener, broader intelligence, and more determined energy and courage. They were already a separate people without fully knowing it.

lviii

I know the comments that some people will make on our Fabian conduct. It will be imputed either to cowardice or to weakness; But the more discerning, I trust, will not find it difficult to conceive that it proceeds from the truest policy, and is an argument neither of the one nor the other. The liberties of America are an infinite stake. We should not play a desperate game for it or put it upon the issue of a single cast of the die. The loss of one general engagement may effectually ruin us, and it would certainly be folly to hazard it, unless our resources for keeping up an army were at an end, and some decisive blow was absolutely necessary; or unless our strength was so great as to give certainty of success. Neither is the case.

America can in all probability maintain its army for years, no great reinforcements are to be expected to the British army in America. It is therefore Howe's business to make the most of his present strength, and as he is not numerous enough to conquer and garrison as he goes, his only hope lies in fighting us and giving a general defeat in one blow. Our business then is to avoid a General engagement and waste the enemy away by constantly goading their sides, in a desultory, teasing way.

In the meantime it is painful to leave a part of the inhabitants a prey to their depredations; and it is wounding to the feelings of a soldier, to see the enemy parading before him, and daring him to a fight which he is obliged to decline. But a part must be sacrificed to the whole, and passion must give way to reason.

On our part, we are continually strengthening our political springs in Europe, and may every day look for more effectual aids than we have yet received. Our own army is continually growing stronger in men arms and discipline. We shall soon have an important addition of Artillery, now in its way to join us. We can maintain our present numbers good at least by enlistments, while the enemy must dwindle away; and at the end of the summer the disparity between us will be infinitely great, and facilitate any exertions that may be made to settle the business with them.